RELATÓRIO E CONTAS ANUAIS 2010

Montepio

RELATÓRIO E CONTAS ANUAIS 2010

Montepio

Índice

1. ÓRGÃOS ASSOCIATIVOS E INSTITUCIONAIS **5**

2. MENSAGEM DO PRESIDENTE **8**

3. ENQUADRAMENTO DAS ACTIVIDADES **11**

4. PERFIL DO GRUPO MONTEPIO **21**
4.1. Síntese do Desempenho de 2010 e OPA sobre o Finibanco 21
4.2. Indicadores Globais 24
4.3. Prioridades Estratégicas 25
4.4. Recursos Humanos 28
4.5. Presença Geográfica e Rede de Distribuição 30
4.6. *Compliance* 32

5. RELATÓRIO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL **33**

6. MONTEPIO GERAL - ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA **39**
6.1. Actividade Associativa 41
6.2. Receitas Associativas 44
6.3. Benefícios Vencidos e Reembolsos 45
6.4. Análise Financeira e Resultados 46
6.5. Propostas 55

7. CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL (BASE CONSOLIDADA) **63**
7.1. Evolução das Áreas de Negócio 65
7.2. Gestão de Riscos 70
7.3. Análise Financeira e Resultados 77
7.4. Notações de *Rating* 85
7.5. Proposta de Aplicação de Resultados - Base Individual 86

8. EMPRESAS DO GRUPO MONTEPIO **87**

9. RECONHECIMENTO **93**

10. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA APRESENTADA **94**

11. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, NOTAS EXPLICATIVAS, CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS E RELATÓRIOS DE AUDITORIA **95**

11.1. Montepio Geral – Associação Mutualista 96

11.2. Caixa Económica Montepio Geral – Base Consolidada 126

11.3. Caixa Económica Montepio Geral – Base Individual 232

12. RELATÓRIOS, PARECERES E DECLARAÇÃO EM CONFORMIDADE DO CONSELHO FISCAL **329**

13. RELATÓRIO DO GOVERNO INSTITUCIONAL **333**

14. ANEXOS **343**

14.1. Conformidade das Recomendações do *Financial Stability Forum* (FSF) e do *Commitee of European Banking Supervisers* (CEBS), referente à transparência da informação e à valorização de activos (Carta Circular n.º 58/2009/DSB, do Banco de Portugal) 343

14.2. Relatório Actuarial das Modalidades Associativas 346

14.3. Imputação de Custos Administrativos pelas Modalidades Associativas, Rendas e Outros Fundos 360

14.4. Demonstração de Resultados das Modalidades Associativas, Rendas e Outros Fundos 362

14.5. Distribuição de Resultados das Modalidades Associativas e Rendas e Rendimento de Benefícios 366

14.6. Carteira de Imóveis da Associação Mutualista 376

14.7. Contas das Fundações 380

1. Órgãos Associativos e Institucionais

A composição dos órgãos elitos para o triénio 2010-2012 é a seguinte:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	Associado n.º 33 151-5	VITOR JOSÉ MELÍCIAS LOPES *Professor Universitário*
1.º Secretário	Associado n.º 31 560-9	ANTÓNIO PEDRO DE SÁ ALVES SAMEIRO *Advogado*
2.º Secretário	Associado n.º 45 139-8	ANTÓNIO DIAS SEQUEIRA *Economista*
Suplentes	Associado n.º 48 385-8	MARIA LEONOR LOUREIRO GONÇALVES DE OLIVEIRA GUIMARÃES *Jurista*
	Associado n.º 45 553-0	JOSÉ LUÍS ESPARTEIRO DA SILVA LEITÃO *Economista*

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	Associado n.º 38 670-6	ANTÓNIO TOMÁS CORREIA *Jurista*
Vogais	Associado n.º 28 745-2	JOSÉ DE ALMEIDA SERRA *Economista*
	Associado n.º 59 784-1	RUI MANUEL SILVA GOMES DO AMARAL *Economista*
	Associado n.º 31 399-9	EDUARDO JOSÉ DA SILVA FARINHA *Economista*
	Associado n.º 467 785-1	ÁLVARO CORDEIRO DÂMASO *Advogado*

CONSELHO FISCAL

Presidente	Associado n.º 26 952-2	MANUEL JACINTO NUNES *Professor Universitário*
Vogais	Associado n.º 281 904-8	GABRIEL JOSÉ DOS SANTOS FERNANDES (ROC) *Economista*
	Associado n.º 31 269-9	JOSÉ MOREIRA VENÂNCIO *Licenciado em Contabilidade Bancária e Direito*
Suplentes	Associado n.º 51 323-6	JOSÉ GOMES HONORATO FERREIRA *Economista*
	Associado n.º 28 116-0	VÍTOR MANUEL DO CARMO MARTINS (ROC) *Economista*

CONSELHO GERAL

Efectivos	Associado n.º 71 464-0	MARIA MANUELA DA SILVA *Economista*
	Associado n.º 29 676-0	MANUEL DA COSTA BRAZ *Oficial do Exército na situação de reforma*
	Associado n.º 49 005-8	ANTÓNIO AUGUSTO ALMEIDA *Economista*
	Associado n.º 32 309-9	VIRGÍLIO MANUEL BOAVISTA LIMA *Economista*
	Associado n.º 32 368-8	ARMANDO AUGUSTO PINTO DA SILVA *Jurista*
	Associado n.º 104 943-7	EUGÉNIO ÓSCAR GARCIA ROSA *Economista*
	Associado n.º 44 630-3	ALBERTO JOSÉ DOS SANTOS RAMALHEIRA *Economista*
	Associado n.º 37 305-2	JOSÉ CARLOS CORREIA MOTA ANDRADE *Engenheiro Civil*
	Associado n.º 31 000-2	ANTÓNIO FERNANDO MENEZES RODRIGUES *Economista*
	Associado n.º 28 346-9	MANUEL DUARTE CARDOSO MARTINS *Director do Montepio em situação de reforma*
	Associado n.º 31 807-5	JOSÉ JOAQUIM ROSA *Licenciado em Gestão Bancária*
	Associado n.º 37 711-3	NORBERTO DA CUNHA JUNQUEIRA FERNANDES FÉLIX PILAR *Economista*

Conselho de Administração

Eduardo José da Silva Farinha, Álvaro Cordeiro Dâmaso, Rui Manuel Silva Gomes do Amaral,
José de Almeida Serra, António Tomás Correia (Presidente)

2. Mensagem do Presidente

O contexto económico e social do País, em 2010, marcado pelo agravamento do défice público e do endividamento externo, pela subida do desemprego e por um crescimento débil da economia, foi particularmente exigente para as instituições financeiras, em particular as do sector bancário, que, na sua maioria, tiveram de recorrer ao BCE para se financiarem e, não obstante os seus bons resultados nos testes de solidez, sentiram os efeitos da revisão em baixa dos respectivos *ratings*.

Neste enquadramento, o Montepio preservou os necessários equilíbrios de liquidez e solvabilidade e dedicou especial atenção à função básica de intermediação. Assim, reconfigurámos o perfil de evolução do balanço em favor dos activos de maior liquidez, da estabilidade do *funding* e do estímulo à poupança, substituindo a dívida dos mercados por recursos de clientes; mitigámos o impacte do contexto adverso na exploração e nos resultados de actividade aplicando, com rigor, políticas restritivas na gestão dos custos; e diversificámos as actividades, os riscos, os proveitos e os mercados.

Fazendo prova de resiliência, superámos os desafios garantindo para o Montepio um desempenho francamente positivo, traduzido em elevados níveis de confiança e reputação, em crescimentos expressivos nos activos e nos resultados de actividade da Associação Mutualista, da Caixa Económica e das restantes empresas do Grupo. Desenvolvemos, igualmente, intensa actividade no domínio da intervenção social, ancorados nos valores mutualistas que nos inspiram e nos distinguem, em conformidade com a missão que nos está cometida de fomentar a coesão e fortalecer a Economia Social.

Cientes de que as expectativas da sociedade se encontram em mudança acelerada e que é necessário responder-lhes adequadamente, temos vindo a ajustar a organização do Montepio e os seus modelos de gestão, de negócio e de comunicação com todas as partes interessadas, de modo a proporcionar serviços e soluções – nas áreas financeira, seguradora e social – que respondam às necessidades e às aspirações da comunidade de Associados e clientes.

Portugal vive um período crítico. Consideramos, por isso, imprescindível o contributo empenhado dos agentes financeiros, no sentido de favorecer um crescimento equilibrado e sustentado da economia.

Temos por essencial o apoio à actividade económica e ao investimento nos sectores produtores de bens transaccionáveis e de serviços, com vista à criação de condições que permitam incrementar as exportações e substituir importações; e cremos ser indispensável fomentar a literacia financeira promovendo o combate ao sobre-endividamento, estimulando a poupança das famílias e apoiando o equilíbrio e a consolidação da sua situação financeira.

Voltados para o futuro e apoiados numa situação económico-financeira sólida, agarrámos oportunidades e no seguimento da aquisição, em 2009, da Real Seguros e da Mutuamar, demos corpo, em 2010, a um novo e importante projecto de crescimento – a aquisição do Finibanco, SGPS. Entendemos que se trata de mais uma decisão estratégica crucial para dimensionar o Grupo Montepio, reforçá-lo e posicioná-lo num patamar mais ajustado à consecução da sua finalidade.

Concretizado o negócio, que decorreu de forma exemplar e reconhecida, no seu rigor e qualidade, pelas entidades de regulação e supervisão, chega agora o momento de integrar as diversas entidades do Finibanco, SGPS nas suas congéneres do Grupo Montepio. Tudo será feito no maior respeito pelas pessoas e respectivos postos de trabalho, sem um único despedimento.

Potenciar o crescimento, a modernização, a criação de valor para os Associados e preparar o Montepio para responder aos desafios do século XXI é o nosso desígnio, assegurando uma actuação sustentada no associativismo participativo, na ética, na transparência e numa responsabilidade social activa, orientada para as pessoas, para a melhoria das condições de vida e para o desenvolvimento do País.

É esta a nossa visão para o Montepio e são estas as referências que nos guiam, determinados na gestão do presente e do futuro daquela que é a maior associação portuguesa, a maior mutualidade e o maior exemplo de como a sociedade civil pode conduzir um projecto sólido, sustentável e capaz de gerar valor para todos quantos serve.

Em nome pessoal e também do Conselho de Administração, desejo vincar uma nota de reconhecimento, inserida em ponto próprio deste Relatório, e de especial apreço pelo empenho e pela dedicação de todos os colaboradores do Grupo Montepio, mas também de agradecimento aos Associados e clientes que, dando vida e razão de ser a esta organização, nos apoiam com a confiança e a fidelidade que tanto nos motivam.

3. Enquadramento das Actividades

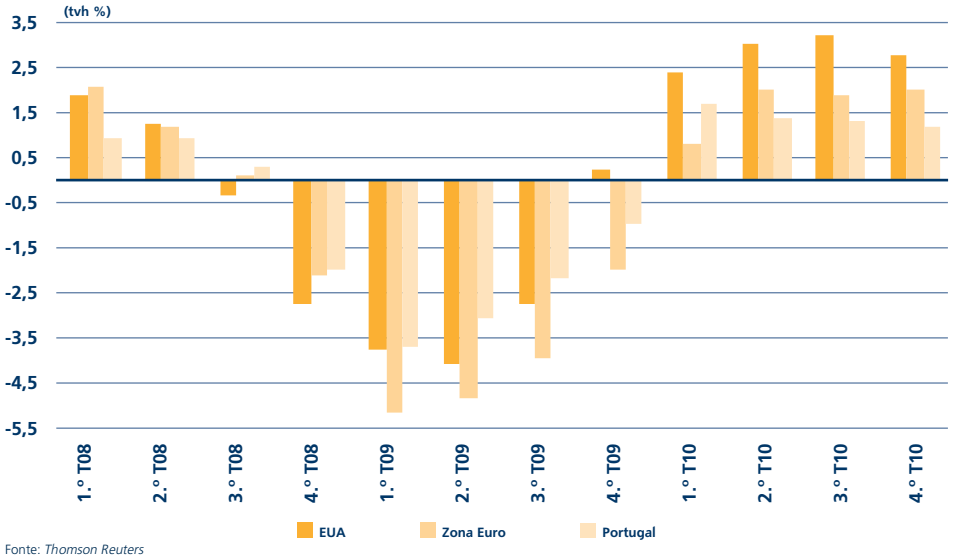
ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

A conjuntura macroeconómica no ano de 2010 ficou marcada pela recuperação económica global, iniciada na segunda metade de 2009, em paralelo com uma revitalização do comércio internacional, embora se tivessem evidenciado diferentes ritmos, mesmo entre as economias desenvolvidas (com os crescimentos robustos dos EUA e do Japão a contrastarem com os crescimentos anémicos na Europa).

No entanto, o recrudescimento da turbulência nos mercados financeiros, resultante da crise da dívida soberana em alguns países da Zona Euro, acabou por introduzir factores de incerteza adicionais quanto à recuperação da economia mundial. Com efeito, assistiu-se a uma deterioração das condições nos mercados financeiros, com impacto nas condições de financiamento da economia; por outro lado, para fazer face à pressão dos mercados, diversos governos viram-se obrigados a adoptar uma política de consolidação orçamental, com efeitos ao nível da procura agregada.

Neste contexto, foi visível uma certa desaceleração do crescimento na maior parte das economias a partir do 2.ºT2010 (e durante alguns meses), cujas consequências ao nível dos dados do Produto Interno Bruto (PIB) daquele trimestre acabaram por não ser homogéneas, mesmo entre as economias desenvolvidas, quer devido aos efeitos de base não serem similares, quer devido ao facto do efeito de *feedback* entre a economia real e os mercados financeiros ser mais rápido nos EUA, onde o financiamento via mercados de capitais é mais vigoroso, comparativamente à Zona Euro.

CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)



Fonte: *Thomson Reuters*

A crise da dívida soberana teve impactos na desvalorização do Euro, nomeadamente face ao Dólar, com consequências nos fluxos de comércio internacional. Perante os sinais de desaceleração e os riscos crescentes de reentrada em recessão da maior economia do Mundo, começou-se, a partir de meados do 3.ºT2010, a desenhar um cenário, confirmado em

Novembro, de novas medidas de *quantitative easing* (*QE II*), por parte da Reserva Federal (*Fed*), de molde a dar um novo fôlego à economia, procurando-se, nomeadamente, diminuir a taxa de desemprego, numa altura em que a inflação core estava em níveis historicamente muito baixos. Este acontecimento – ou melhor, as expectativas de que a *Fed* viesse a fazê-lo –, foi determinante para a melhoria das condições nos mercados financeiros, as quais viriam a ser de novo postas à prova, em Novembro, através do resgate da Irlanda por parte da UE e do FMI. Neste sentido, o 4.ºT2010, terá sido marcado por uma aceleração do crescimento económico na Zona Euro e nos EUA. Por seu lado, as economias emergentes deram sinais muito positivos ao longo do ano, particularmente o Brasil, a China, a Índia e outras economias asiáticas, de tal modo que, mesmo apesar de sinais de abrandamento, os bancos centrais destes países viram-se forçados a apertar a política monetária, de molde a evitar um sobreaquecimento das suas economias.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Nos EUA, o PIB terá crescido 2,8%, em 2010, recuperando completamente da queda de 2,6% observada em 2009 e atingindo o nível máximo histórico. Depois de, em 2009, o consumo privado ter caído 1,2% (naquela que é a maior queda desde 1942 e a 2.ª consecutiva), em 2010, num quadro de uma melhoria gradual da confiança dos consumidores, terá subido 1,8%, ou seja, abaixo do PIB e, especialmente, abaixo dos 3,5% que avançou, em média, durante o período de expansão 1992-2007, período no qual cresceu sistematicamente acima do PIB, suportado pela expansão do crédito.

Ainda nos EUA, no ano de 2010, foram criados 900 mil empregos, um ritmo lento, porquanto ainda faltam recuperar cerca de 7,8 milhões de postos de trabalho para se atingir o nível de emprego de Dezembro de 2007.

A situação no mercado de crédito terá iniciado uma inversão em meados de 2010, com o sistema bancário a aligeirar os critérios de concessão de crédito apertados, tendo os montantes vivos de crédito ao consumo, em meados do 2.º semestre, começado a inverter a sua trajectória descendente, iniciada em Agosto de 2008.

Ao nível da evolução dos preços, a inflação homóloga de 2,7%, em Dezembro de 2009, caiu para 1,5%, um ano depois. Tal reflectiu um abrandamento do crescimento homólogo dos preços da energia, mas, também da generalidade das matérias-primas. Com efeito, no caso dos contratos de futuros do *brent*, o crescimento homólogo dos preços passou de 75%, em Dezembro de 2009, para 23%, em Dezembro de 2010, enquanto o crescimento do índice compósito da *Reuters/Jefferies CRB* (constituído por 19 matérias-primas) desacelerou, no mesmo período, de 25% para 16%. Além disso, observou-se, igualmente, uma desaceleração da própria inflação *core* ou subjacente (i.e, excluindo a alimentação e a energia), que passou, no mesmo período, de 1,8% para 0,8%, ficando, assim, ligeiramente acima dos 0.6% observados em Outubro, que correspondem ao valor mais baixo desde, pelo menos, 1958.

Estes dados revelam, assim, a ausência de pressões inflacionistas que não advenham da evolução dos preços das *commodities*, o que permitiu à *Fed* americana, como referido, enveredar por uma política monetária ainda mais expansionista, através das novas medidas de *QE II*. Refira-se que, apesar das pressões inflacionistas ao nível dos preços das *commmodities*, por ora, estas ainda não estão a ser passadas para os consumidores, embora a sua manutenção torne cada vez mais difícil aos empresários absorver as subidas nos custos, o que, a suceder, trará um desafio adicional para a *Fed*.

ZONA EURO

Na Zona Euro, após a forte contracção do PIB observada em 2009 (-4,1%), assistiu-se a um ano de recuperação, que foi particularmente mais intensa na primeira metade do ano e desacelerou na segunda metade, tendo-se registado um crescimento médio de cerca de 1,7% no conjunto do ano (estimativa preliminar do *Eurostat*). Evidenciaram-se significativas divergências a nível geográfico, com a Alemanha a continuar a revelar-se como o grande motor do crescimento.

Reflectindo a forte quebra da actividade, sentida em 2009, e decorrente do desfasamento temporal tipicamente existente entre a evolução do PIB e do mercado laboral, a taxa de desemprego registou um agravamento, de 9,9%, em Dezembro de 2009, para 10,0%, em Dezembro de 2010, mas já em tendência descendente, depois de ter atingido 10,1%, em Outubro, o nível mais elevado desde Julho de 1998. De resto, foi-se denotando, ao longo de 2010, um abrandamento do ritmo de deterioração, com os indicadores prospectivos a sugerirem uma gradual recuperação do mercado laboral, esperando-se, assim, que a inversão de ciclo observada neste mercado na parte final do ano se venha a revelar sustentável, se bem que, também aqui, se devam observar divergências nos ritmos de recuperação.

Relativamente aos preços, a taxa de inflação homóloga registou uma considerável subida, de 0,9%, em Dezembro de 2009, para 2,2%, no final de 2010, mas com a componente core a apresentar um comportamento distinto, permanecendo em 1,1% e evidenciando, à semelhança dos EUA, uma ausência de pressões inflacionistas que não advenham, essencialmente, dos preços das *commodities*, embora, no caso da Zona Euro, estas pressões resultem, também, da depreciação do Euro e do aumento dos impostos indirectos, reflectindo as medidas de austeridade adoptadas por alguns Estados-Membros, na sequência da crise da dívida soberana. É também esta a opinião do Banco Central Europeu (BCE), que continua a considerar que as expectativas de inflação permanecem firmemente ancoradas ao seu objectivo de médio-prazo de 2%.

PORTUGAL

Em Portugal, depois de uma contracção de 2,5%, em 2009, o PIB evidenciou, durante a primeira metade de 2010, um desempenho relativamente semelhante ao da média da Zona Euro, tendo mesmo crescido 1,1%, no 1.ºT2010, desacelerando a partir daí e regressando a valores negativos no 4.ºT2010 (-0,3%, segundo a estimativa preliminar do INE). A economia terá sido beneficiada, no final do ano, por um novo efeito de antecipação nas aquisições de bens duradouros, atendendo ao forte agravamento da carga fiscal em Janeiro de 2011 – no âmbito das medidas de austeridade inscritas no Orçamento de Estado para 2011 –, mas que não terá sido suficiente para compensar os contributos negativos das exportações líquidas e do investimento, especialmente penalizado pela construção e, expectavelmente, pela variação de existências. Em todo o caso, em 2010, observou-se um crescimento médio anual da economia de 1,4% (mas não recuperando da queda do ano anterior).

Do lado do mercado laboral, assistiu-se a uma degradação da situação ao longo do ano. Com efeito, de acordo com o INE, a taxa de desemprego subiu de 10,1%, no 4.ºT2009, para 11,1%, no 4.ºT2010, representado o nível mais elevado desde, pelo menos, o 1.ºT1977 (considerando os dados ajustados de sazonalidade das séries trimestrais do Banco de Portugal). A situação deteriorada em que o mercado laboral se encontra mantém-se, assim, como um dos principais constrangimentos para a economia portuguesa, podendo-se observar uma deterioração adicional deste mercado, em 2011, um ano que se espera particularmente difícil.

Relativamente à evolução dos preços, depois de, em Dezembro de 2009, a inflação homóloga (medida pelo IPC) ter registado um valor negativo (-0,1%), esta acabou por iniciar 2010 já em terreno positivo, terminando o ano em 2,5% (+1,4%, em termos médios anuais), mas com a inflação *core* apenas em 0,9%, sugerindo, tal como na Zona Euro, a ausência de pressões inflacionistas que não advenham, essencialmente, dos preços das *commodities* ou de alterações fiscais (v.g. aumento do IVA).

Nas mais recentes previsões económicas, publicadas no seu Boletim Económico de Inverno, o Banco de Portugal (BdP) veio traçar um cenário pouco favorável para a economia portuguesa, ao defender uma contracção do PIB (-1,3%), em 2011, e um lento crescimento (+0,6%), em 2012.

Este período será marcado pelo reforço do processo de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo de mais de uma década, facto que favoreceu a elevada pressão sobre a dívida portuguesa nos mercados internacionais, sendo que a própria degradação das condições de financiamento condicionará a actividade económica, devido ao impacto no crédito.

Segundo a Autoridade Monetária nacional, aquele perfil de evolução da actividade económica traduz, por um lado, uma redução da procura interna ao longo do horizonte de projecção, com a acentuada redução do Consumo Público, do Investimento e do Consumo Privado, particularmente intensa em 2011, e, por outro lado, a manutenção de um crescimento significativo das Exportações, ainda que a um ritmo inferior ao projectado para 2010, acompanhando a evolução dos fluxos de comércio internacional.

PREVISÕES ECONÓMICAS PARA PORTUGAL E PARA A ZONA EURO

(unidade: %)

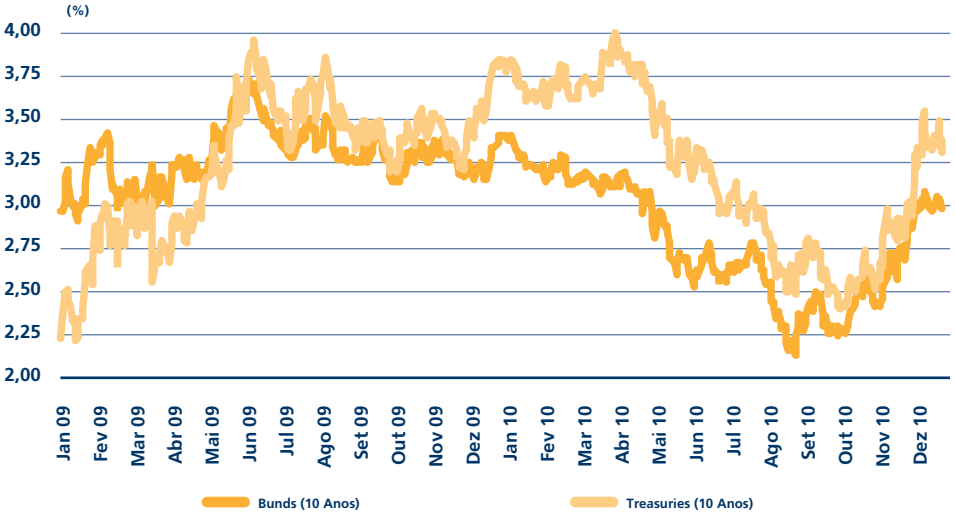
	2010				2011				2012			
	Portugal			Zona Euro	Portugal		Zona Euro		Portugal		Zona Euro	
	BdP	Efe.	CE	Efe.	BdP	CE	BCE	CE	BdP	CE	BCE	CE
PIB	**1,3**	**1,4**	**1,3**	**1,7**	**-1,3**	**-1,0**	**1,7**	**1.6***	**0,6**	**0,8**	**1,8**	**1,8**
Consumo Privado	1,8	–	1,6	0,7	-2,7	-2,8	1,0	0,9	-0,5	-0,7	1,3	1,4
Consumo Público	3,2	–	3,0	0,7	-4,6	-6,8	0,1	-0,1	-1,0	-1,3	0,2	0,2
Investimento (FBCF)	-5,0	–	-4,1	-0,8	-6,8	-3,2	1,9	2,2	-0,4	-0,4	3,1	3,6
Exportações	9,0	–	9,1	10,6	5,9	5,6	7,2	6,1	6,1	6,4	6,1	6,3
Importações	5,0	–	5,8	8,7	-1,9	-3,2	5,6	5,1	2,4	1,5	5,6	5,9
Inflação	**1,4**	**1,4**	**1,4**	**1,6**	**2,7**	**2,3**	**2,3**	**2.2***	**1,4**	**1,3**	**1,7**	**1,7**
Taxa de Desemprego	**–**	**10,8**	**10,5**	**10,0**	**–**	**11,1**	**–**	**10,0**	**–**	**11,2**	**–**	**9,6**

Fontes: Banco de Portugal (BdP), 11 de Janeiro de 2011; Comissão Europeia (CE), 29 de Novembro de 2010; e Banco Central Europeu (BCE), 2 de Março de 2011.
Notas: "Efe." corresponde aos dados efectivos já divulgados para 2010; Os valores da CE com asterisco referem-se às previsões intermédias divulgadas no dia 1 de Março de 2011.

MERCADOS FINANCEIROS

No ano de 2010, as movimentações dos mercados financeiros foram, essencialmente, determinadas pela variação das perspectivas para a economia global ao longo do ano, e pela denominada crise da dívida soberana. Ao nível dos dados macroeconómicos, e tal como explanado acima, os dados para os EUA melhoraram, particularmente mais perto do final do ano; enquanto a Zona Euro foi prejudicada pelo desempenho das economias dos países periféricos. Já as economias emergentes continuaram a crescer a bom ritmo. A crise da dívida soberana traduziu a tomada de consciência por parte dos mercados – e das agências de notação financeira – da situação das finanças públicas dos países periféricos da Zona Euro.

EVOLUÇÃO DA RENDIBILIDADE DOS TÍTULOS DE DÍVIDA PÚBLICA (*BUNDS* E *TREASURIES* A 10 ANOS)



Fonte: *Thomson Reuters*

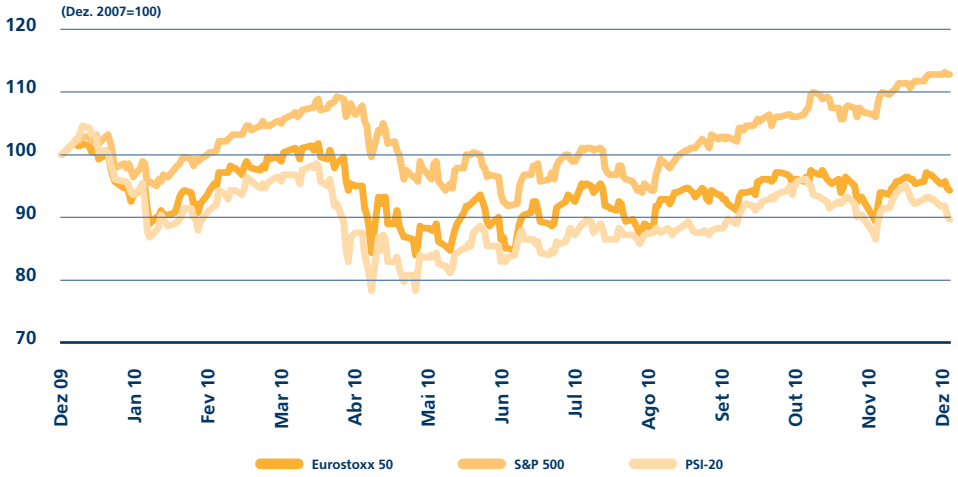
A crescente tensão forçou os líderes europeus a intervir, numa primeira fase, comprometendo-se a tomar medidas para «salvaguardar a estabilidade financeira na região» e, numa segunda fase, chegando a acordo para ajudar a Grécia, juntamente com o FMI e a Comissão Europeia e, finalmente, decidindo-se pela criação do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (FEEF), ao que se juntou a decisão inédita do BCE de passar a adquirir (no mercado secundário) dívida pública dos países em dificuldade.

Estas medidas, ao serem acompanhadas de exigências para que todos os países periféricos adoptassem políticas de austeridade, geraram receios nos mercados sobre os seus efeitos na travagem da recuperação da economia mundial. Por outro lado, o resgate à Grécia não descansou os investidores e persistiu a pressão sobre os restantes países periféricos, o que levou a Irlanda, no final de Novembro, a recorrer ao FEEF, acabando por criar receios de que o FEEF não tivesse capacidade para socorrer todos os países eventualmente necessitados. Todavia, uma eventual extensão da dimensão do FEEF, assim como a criação de obrigações pan-europeias tem contado com a oposição intransigente das duas maiores economias da Zona Euro, a França e, sobretudo, a Alemanha.

Num ano marcado pelo espoletar da crise da dívida soberana na Europa e pela (em parte consequente) diferença entre a retoma nos dois lados do Atlântico, as **Acções** acompanharam, naturalmente, esta discrepância, avançando, no total do ano, nos EUA (+12,8%, no caso do *S&P 500*), mas recuando na Europa (-5,8%, no caso do *Eurostoxx 50*), embora seja de notar o expectável movimento diverso na Alemanha, com o *DAX* a valorizar 16,1% e, mesmo, no Reino Unido (que se encontra fora do Euro), onde o *FTSE* avançou 9,0%.

Outro factor que impulsionou o mercado das acções nos EUA decorreu dos resultados das empresas, que evoluíram favoravelmente face às expectativas dos analistas, sendo de destacar os resultados referentes ao 2.ºT2010, em que a percentagem de empresas que suplantaram as expectativas foi a 3.ª maior desde que a agência *Bloomberg* começou a compilar estas estatísticas (em 1993), sendo que, nos resultados relativos ao 3.ºT2010, essa percentagem também ficou claramente acima da média histórica.

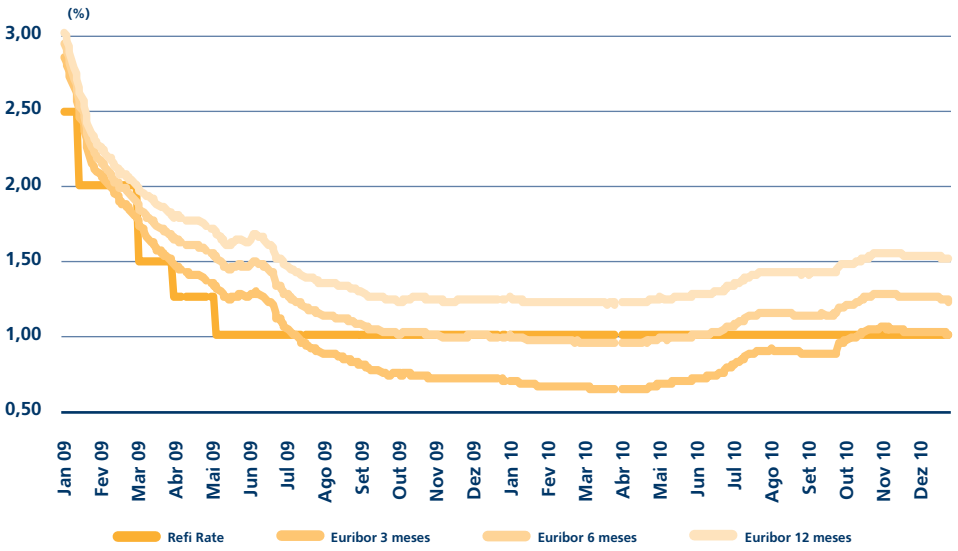
EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS ÍNDICES BOLSISTAS



Fonte: *Thomson Reuters*

As *Yields* da **Dívida Pública de Referência** diminuíram no total do ano, beneficiadas pela crise da dívida soberana, que levou a uma procura de activos de refúgio nos *Bunds* e nos *Treasuries*. Estas quedas das *Yields* foram relativamente idênticas ao longo de toda a *Yield Curve*, sendo ligeiramente superiores, nos EUA, nos prazos mais curtos, reflectindo também a manutenção das perspectivas quanto à política monetária naquele país. Assim, no **Mercado Monetário Interbancário** (MMI), as taxas das *Libor* ficaram praticamente inalteradas (+5 p.b., a 3 meses), enquanto as *Euribor* subiram 30 p.b., reflectindo a evolução positiva da economia alemã e a aproximação da inflação homóloga na Zona Euro ao *target* do BCE. Acresce que o aumento do risco de crédito no MMI, devido à crise da dívida soberana, também contribuiu para uma subida das taxas na Zona Euro, com o *OIS Spread* a subir 10 p.b. no total do ano.

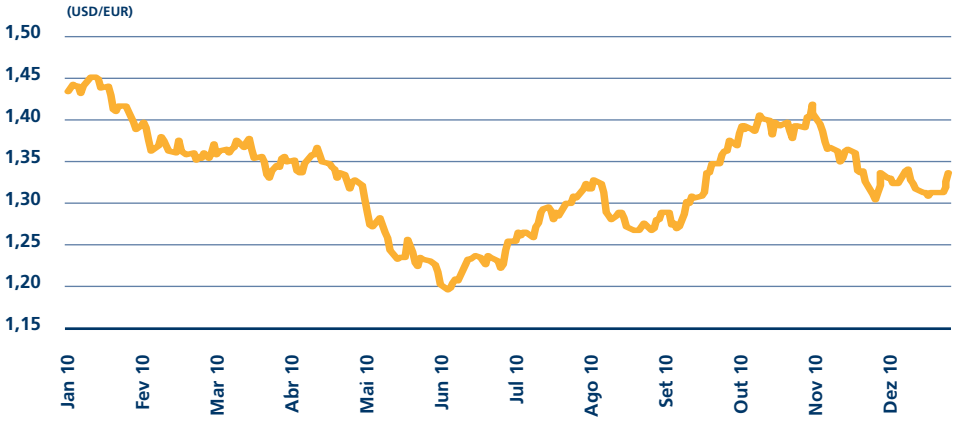
EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE JURO EURIBOR – ZONA EURO



Fonte: *Thomson Reuters*

No **Mercado Cambial**, o Euro desvalorizou em 2010 face às 3 principais divisas. Ainda assim, as quedas foram amparadas, por um lado, pelo desempenho dos países *core* da região e, por outro, como referido, pelo teor menos expansionista da política monetária na Zona Euro, com os mercados a anteciparem um aperto monetário mais cedo na Zona Euro comparativamente aos EUA. Na verdade, embora o Dólar tenha apreciado 6,7% face ao Euro, o *Dollar Index* avançou apenas 1,5%, reflectindo as medidas de *QE II* tomadas pela *Fed* e as perspectivas em relação a uma continuação dessa Política Monetária acomodatícia em 2011. A maior desvalorização do Euro deu-se face ao Iene (-18,7%), algo que sucedeu, de resto, também com o Dólar, tendo perdido apenas 3,4% face à Libra.

EVOLUÇÃO DA COTAÇÃO DO EURO FACE AO DÓLAR

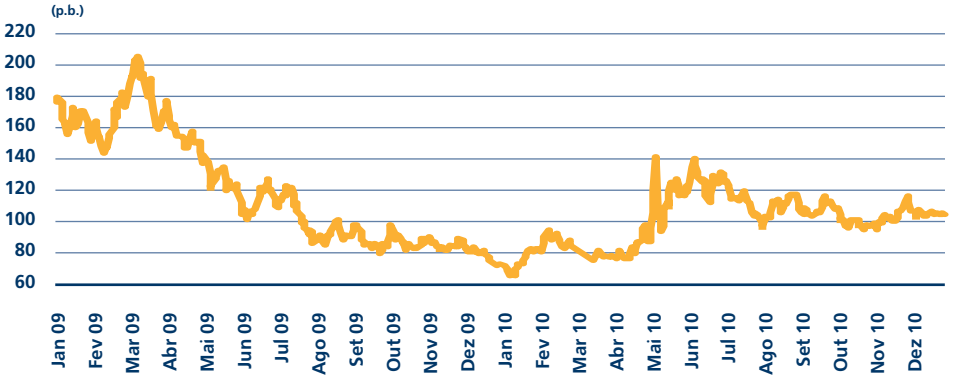


Fonte: *Thomson Reuters*

A **Dívida Pública dos chamados países periféricos** foi, naturalmente, a mais prejudicada, com os *spreads* face ao *Bund* a subirem intensamente. A ordem destes agravamentos traduz, ao mesmo tempo, a ordenação dos receios dos investidores, com o *spread* da Grécia a avançar 712 p.b., para 951 p.b., no total do ano de 2010, enquanto a Irlanda, subiu 464 p.b., para 610 p.b., e Portugal, avançou 296 p.b., para 364 p.b.

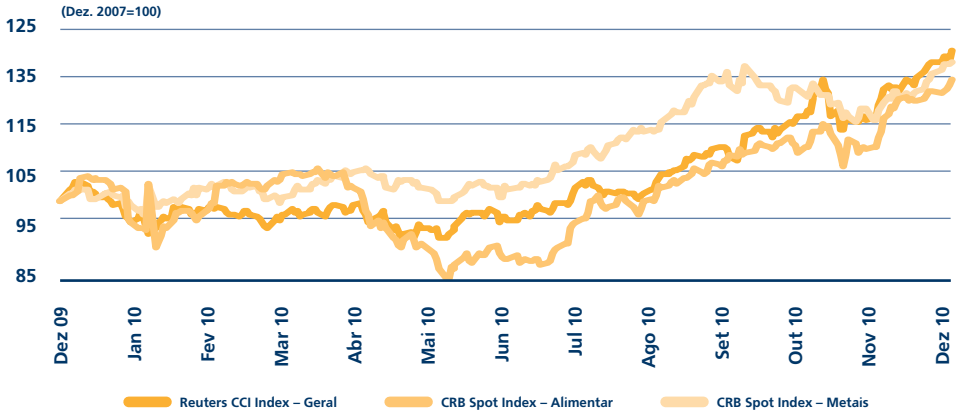
A **Dívida Privada** foi também afectada pela situação da Dívida Soberana dos países periféricos, não obstante um comportamento favorável na 2.ª metade do ano. Assim, o índice *Itraxx* (5 Anos), o índice de *CDS* (*Credit Default Swaps*) de referência para a Zona Euro na classe de *Investment Grade* – cuja liquidez é muito superior à do mercado *Spot* e, por isso, constitui o *benchmark* do mercado de crédito – subiu 31 p.b., fechando o ano nos 105 p.b., principalmente pressionado pelas empresas financeiras, cujo sub-índice subiu 94 p.b., para 163 p.b.. Note-se, aliás, que a continuação de uma certa normalização do mercado de crédito, associada às melhorias em alguns mercados accionistas, permitiu ao índice de *Speculative Grade*, o índice *Itraxx Cross-over* (5 Anos), subir apenas 4 p.b., para 437 p.b.

ÍNDICE *ITRAXX* DE *CDS* – 5 ANOS



Fonte: *Thomson Reuters*

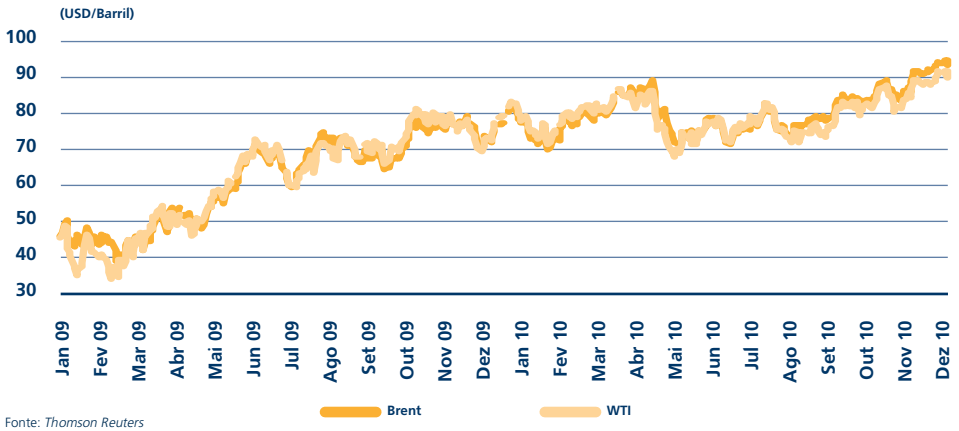
EVOLUÇÃO DE ÍNDICES DE *COMMODITIES*



Fonte: *Thomson Reuters*

Finalmente, as ***Commodities*** foram a classe de activos mais beneficiada em 2010, a avaliar pelos índices compósitos ***Reuters/Jefferies CRB*** (constituído por 19 matérias-primas) e ***S&P GSCI***, que registaram acréscimos de 17,4% e 20,4%, respectivamente, atingindo níveis máximos desde meados de 2008. Esta progressão derivou, essencialmente, da melhoria das perspectivas para a economia global, com fortes desempenhos nas economias emergentes e dados animadores para os EUA, para os países *core* da Zona Euro e para o Reino Unido. Por outro lado, este mercado revelou uma relativa imunidade à crise da dívida soberana, na medida em que o único interesse para este mercado advinha dos possíveis efeitos colaterais para as maiores economias da Zona Euro e mesmo para a economia mundial, os quais acabaram por não se confirmar. Note-se, de resto, que esta valorização das *Commodities* coexistiu com uma ligeira valorização do Dólar, facto que tende a prejudicar as *Commodities* cotadas nessa divisa. A classe mais beneficiada foi a dos Produtos Agrícolas, que valorizaram fortemente, cerca de 45%, impulsionadas pela escassez provocada por secas e cheias observadas durante o 2.º semestre, principalmente no mês de Agosto. Entre a Energia, o **Petróleo** valorizou 21,6%, em Londres (***Brent***), e 15,2%, em Nova Iorque (***WTI Crude***). O ouro negro foi impulsionado pelas perspectivas para a Procura Global, que foram sendo sucessivamente revistas em alta por diversas entidades, como a Agência Internacional de Energia, o Departamento de Energia dos EUA e a OPEP. Num período em que as duas principais moedas do sistema financeiro internacional – o Euro e o Dólar – perderam terreno face às demais moedas, os **Metais Preciosos** valorizaram 35,5%, com o **Ouro** a avançar 29,7%, tendo beneficiado do efeito de substituição como activo de reserva, num período em que, não obstante a melhoria das perspectivas para a economia, a incerteza permaneceu anormalmente elevada.

EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DO PETRÓLEO



Fonte: *Thomson Reuters*

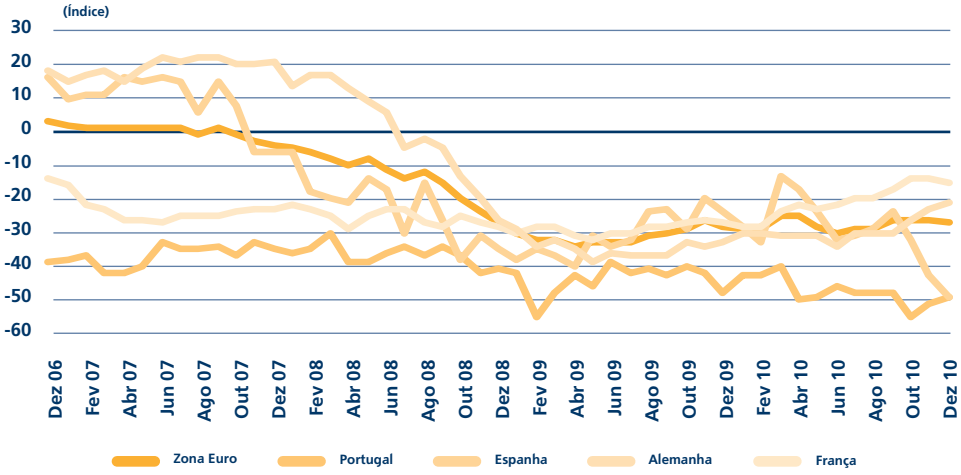
MERCADO IMOBILIÁRIO

A primeira metade do ano acabou por trazer alguns sinais de estabilização no mercado imobiliário, à semelhança do que se havia observado em 2009, designadamente no segmento residencial e nas economias que tinham sido mais penaliza-

das na sequência do deflagrar da crise do *subprime*, em meados de 2007. No entanto, o 2.º semestre acabou por trazer algum retrocesso, com o mercado, nos EUA (o epicentro da referida crise), a revelar alguma incapacidade de resistência sem os programas de apoio públicos e, no Reino Unido (outro dos países mais afectados), com a dinâmica de melhoria evidenciada nos preços dos imóveis durante boa parte do ano – que não estava a ser suportada em fundamentais robustos do ponto de vista macroeconómico – a dar lugar a uma expectável correcção nos últimos meses.

Na **Zona Euro**, o sector da construção permaneceu como o mais pressionado, tendo iniciado o ano de 2010 a contrair 1,6%, no 1.ºT2010 – representando o único entre os principais sectores de actividade a registar uma contracção do Valor Acrescentado Bruto (VAB) nesse período –, situação que, depois de uma fugaz passagem pelo crescimento no 2.ºT2010 (+0,8%), voltou a observar-se no 3.ºT2010, quando contraiu 0,7%, em termos trimestrais (-3,1%, em termos homólogos). As dificuldades que o sector da construção (e o segmento residencial, em particular) continua a atravessar são bem evidentes na evolução dos indicadores de confiança, calculados pela Comissão Europeia, os quais, apesar de terem dado conta de melhorias em alguns países da Zona Euro (*v.g.*, na Alemanha e em França), continuaram a evidenciar uma situação deteriorada, permanecendo, para a média dos países da Zona Euro, sensivelmente no mesmo nível de confiança com que havia iniciado o ano, reflectindo as deteriorações observadas em alguns mercados periféricos, como a Grécia, a Espanha e Portugal (neste caso, bastante menos intensa).

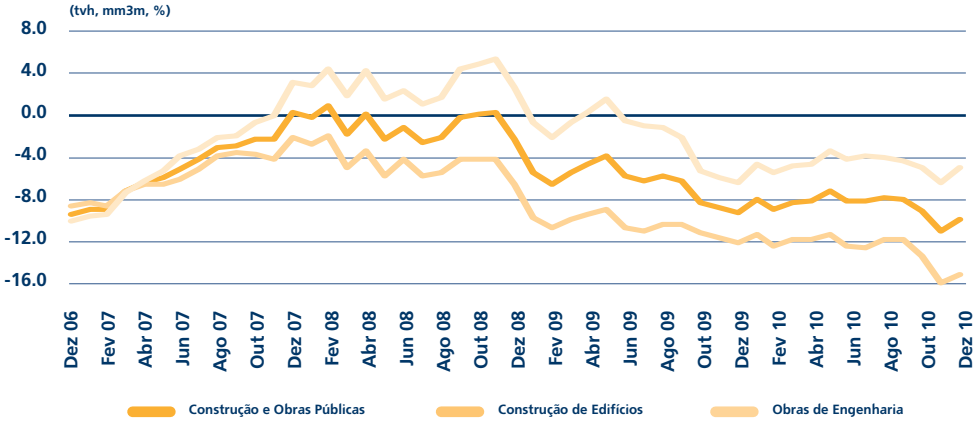
INDICADOR DE CONFIANÇA NA CONSTRUÇÃO – ZONA EURO



Fonte: Comissão Europeia

Relativamente a **Portugal**, a referida deterioração da confiança durante o ano de 2010 teve alguma correspondência em termos da evolução da actividade do sector da construção, com os últimos dados disponíveis sobre o VAB a darem conta de uma contracção.

ÍNDICE DE PRODUÇÃO NA CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS



No 3.ºT2010, o sector contraiu 0,9% e continua a evidenciar a maior queda homóloga entre os diversos sectores de actividade, embora em desagravamento (de -10,1%, no 4.ºT2009, para -2,9%, no 3.ºT2010), reflectindo as expansões observadas nos dois primeiros trimestres do ano.

No actual contexto de forte consolidação orçamental, em que a actividade económica se verá fortemente condicionada pelas medidas de austeridade implementadas pelo Governo português no início deste ano, antevê-se uma perda de dinâmica no segmento das obras públicas, como resultado do cancelamento ou adiamento de determinadas obras. Provavelmente já reflectindo esta realidade, os dados de Janeiro de 2011 da confiança da construção publicados pela Comissão Europeia revelaram uma forte deterioração da situação, com a confiança a cair para mínimos desde Março de 2004, mantendo-se como o sector de actividade em que os empresários se encontram mais pessimistas, nomeadamente, reflectindo a descida da Carteira de Encomendas.

ENQUADRAMENTO REGULAMENTAR

No quadro de aumento da Regulamentação do sistema financeiro que se tem observado nos últimos anos, foram publicadas, em 2010, medidas legislativas destinadas a melhorar os sistemas de governação das instituições financeiras, reforçar os requisitos de capital e de liquidez, melhorar a qualidade da informação a prestar ao consumidor e reforçar o poder das entidades de supervisão.

A nível europeu, o *Bank of International Settlements* (BIS) e o *Committee of European Banking Supervisors* (CEBS) publicaram um conjunto de princípios de boa governação das Instituições Financeiras que foram transpostos em Portugal nas novas Recomendações sobre o Governo das Sociedades Cotadas publicadas pela CMVM e no Aviso 1/2010 e Carta Circular 2/2010 publicados pelo Banco de Portugal.

Este novo pacote regulamentar incide, essencialmente, sobre a forma de funcionamento dos sistemas internos de controlo de risco, a independência dos auditores externos e a adequação, a objectivos de rendibilidade e risco a médio prazo, dos critérios para a determinação das remunerações dos administradores e outros responsáveis pela tomada de riscos.

Na área da gestão de riscos merece destaque a aprovação do texto final, por parte do comité de Basileia, das novas regras sobre requisitos mínimos de capital e de liquidez (Basileia III), os quais prevêem critérios mais exigentes de capital, provisionamento, liquidez e alavancagem financeira.

A nível nacional foi publicado o Decreto-Lei 140-A/2010 que contempla medidas para fortalecer a solidez das instituições financeiras, com novos critérios de elegibilidade dos instrumentos de capital híbrido para fundos próprios, reforçar os poderes da supervisão e melhorar a gestão do risco de liquidez.

Através da Instrução 2/2010 o Banco de Portugal definiu o conceito de risco de concentração e a respectiva forma de acompanhamento e divulgação por parte das Instituições Financeiras.

Foram também publicadas pelo Banco de Portugal e pela CMVM um conjunto de recomendações ao nível da gestão da continuidade do negócio, que visam acautelar a ocorrência de eventos susceptíveis de alterar o normal funcionamento da actividade das instituições financeiras.

Em Janeiro de 2010 foi publicada a Instrução 32/2009 do Banco de Portugal, que define o enquadramento legal para a realização de testes de esforço e para a eventual adopção de medidas correctivas, que visam avaliar os efeitos potenciais, nas condições financeiras de uma instituição, resultantes de alterações nos factores de risco em função de acontecimentos excepcionais.

Relativamente à supervisão comportamental o âmbito da legislação produzida pelo Banco de Portugal centrou-se no reforço da informação mínima que deve ser disponibilizada aos clientes, nomeadamente, relativa aos contratos de crédito à habitação (Aviso 2/2010), e na prestação de informação adicional ao supervisor relativa aos contratos de depósito e de crédito celebrados com clientes (Instrução 8/2010).

Em 2010, foi também enquadrada a actividade de microcrédito em Portugal, através da publicação do Decreto-Lei 12/2010, que cria as sociedades financeiras de microcrédito, e da Portaria 1315/2010, que regula as actividades e os montantes máximos de financiamentos das operações de microcrédito.

4. Perfil do Grupo Montepio

4.1. SÍNTESE DO DESEMPENHO DE 2010 E OPA SOBRE O FINIBANCO

O Grupo Montepio é o maior grupo financeiro de natureza mutualista e da economia social em Portugal. Reúne, para além da Associação Mutualista e da sua Caixa Económica anexa, um conjunto de 6 instituições consideradas estratégicas para a concretização das finalidades mutualistas, encabeçadas pelo Montepio Geral Associação Mutualista, que detém a propriedade dos respectivos capitais e o domínio da gestão.

Como facto relevante destaca-se o anúncio de uma Oferta Pública de Aquisição (OPA) geral e voluntária das acções representativas do capital social do Finibanco Holding, SGPS, SA, em 30 de Julho de 2010, pelo Montepio Geral Associação Mutualista (MGAM). A operação concretizou-se em sessão especial de bolsa no dia 29 de Novembro, na qual o MGAM adquiriu 99,23% do Capital da Finibanco – Holding, SGPS.

Em 10 de Dezembro de 2010, o MGAM adquiriu 100% do capital da Finibanco – Holding, SGPS, após o lançamento de uma aquisição potestativa das restantes acções. O montante total da participação no capital desta sociedade atingiu 341,25 milhões de euros, em 31 de Dezembro de 2010.

Essa operação tem como objectivo potenciar a expansão do mutualismo e da economia social, reforçar as capacidades comerciais e de funcionamento do Grupo Montepio, em termos de dimensão bancária e de diversificação do perfil de negócios, de mercados e de origens de proveitos, ampliando a sua presença em vários mercados e contribuindo para a consolidação do sector financeiro nacional.

Do desempenho de 2010, destacam-se as evoluções dos principais indicadores globais como consta do quadro das páginas seguintes.

A Associação Mutualista, maior da Península Ibérica e uma das maiores da Europa, apresentou as seguintes evoluções:

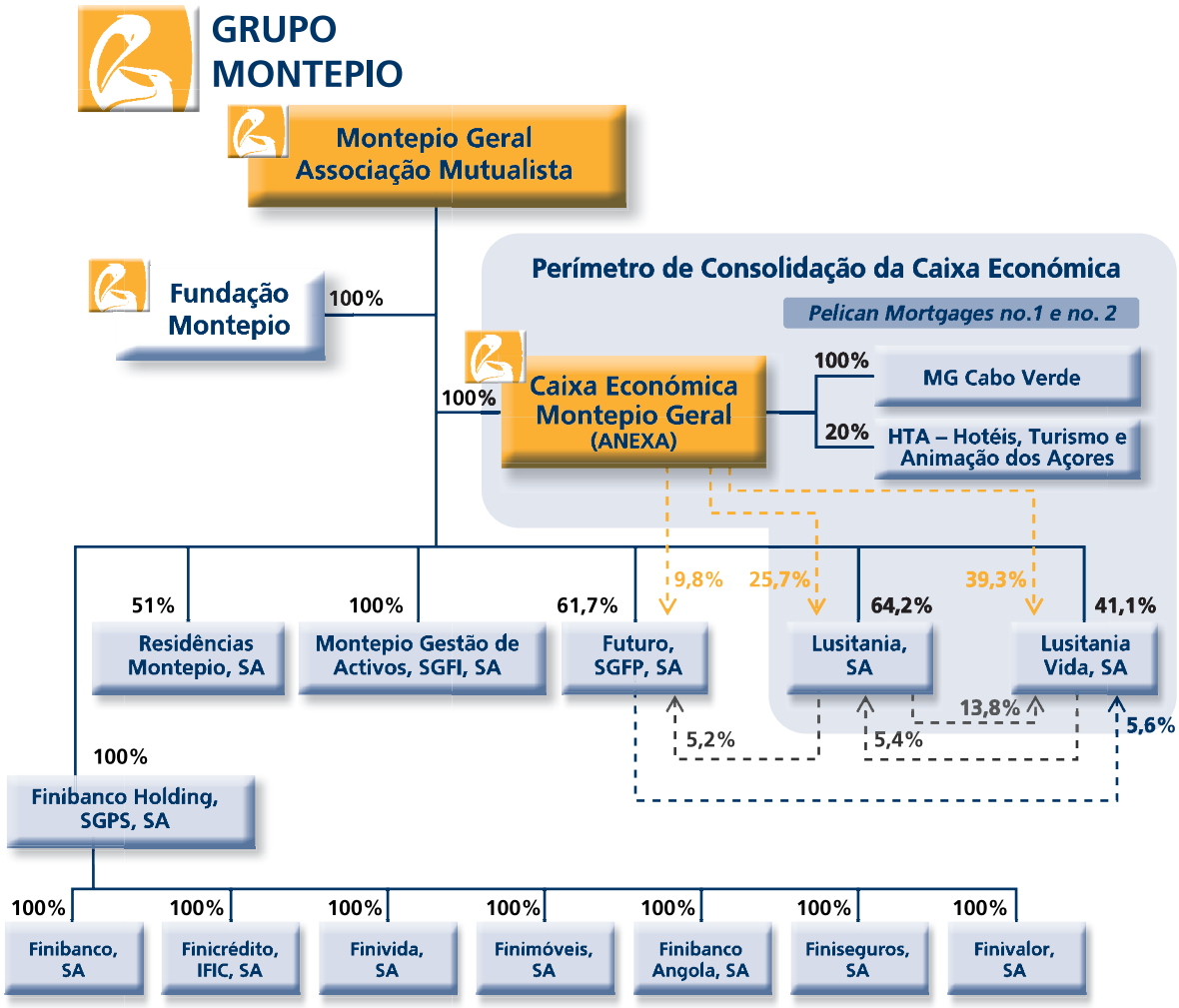
- o Resultado Líquido do Exercício foi de 54,4 milhões de euros (+27,9% face a 2009);
- uma base associativa crescente, a atingir 463 390 Associados, observando uma variação anual de +4,8%, ou seja, aumento de 21 299 Associados;
- o aumento do Activo Líquido para 2 759,3 milhões de euros, correspondendo a um crescimento homólogo de 5,7%;
- as receitas associativas a atingirem 329,2 milhões de euros, com uma variação homóloga de 27,6 milhões de euros (+9,2%);
- o acréscimo do número de inscrições de modalidades 799 053 (+4,7%) e o número médio de inscrições por Associado a situar-se em 1,72;
- o Capital Próprio a ascender a 410,6 milhões de euros, equivalente a um crescimento anual de cerca de 2%, por via do aumento dos Resultados, dos Fundos Próprios e pelo acréscimo da Reserva Legal (+6,2%);
- a taxa de rendibilidade líquida do conjunto dos activos manteve-se em 2,7%, com cerca de 60% dos activos com liquidez (depósitos bancários e títulos);
- a manutenção do nível de solidez da instituição, traduzida pelo grau de cobertura das responsabilidades (fundos, reservas e provisões matemáticas sobre provisões para riscos e encargos) o qual atingiu 1,15.

Pela sua dimensão e notoriedade da actividade bancária, a Caixa Económica, comercialmente designada por Montepio, assume uma posição de destaque no seio do grupo, ocupando a 6.ª posição no ranking do sector bancário e desempenhando um papel nuclear na execução e desenvolvimento estratégico do grupo e do mutualismo em Portugal.

A Lusitania Companhia de Seguros também atingiu a 6.ª posição no ranking do sector segurador, após a aquisição e posterior integração da Real Seguros, Mutuamar e com a consolidação da N Seguros. A Lusitania Vida ocupa a 15.ª posição do mercado de seguros vida e a Futuro a 7.ª posição no mercado de fundos de pensões.

Na actividade bancária, destacam-se como principais evoluções do Montepio (CEMG):

- um Resultado Líquido Consolidado de 51,4 milhões de euros (+15,6% face ao ano de 2009). Para esta evolução contribuíram os seguintes factores:
  - o aumento dos Resultados em Operações de Mercados Financeiros de 27,7 milhões de euros (+70,9%) que permitiram amenizar o efeito do contexto de diminuição da Margem Financeira (-15,5%);
  - a redução da dotação para Provisões e Imparidades de crédito em 34,8 milhões de euros (-23,5%).
- a melhoria dos níveis de rendibilidade que permitiram aumentar o retorno para o MGAM, tendo o rácio de rendibilidade de Capitais Próprios (ROE) passado de 4,72% para 5,18% e a rendibilidade do Activo (ROA) de 0,26% para 0,29%;
- o rácio de eficiência *cost-to-income* aumentou para 58,7% (55,0% em 2009), em resultado do ligeiro acréscimo dos Gastos Operacionais (+0,3%) versus a menor dimensão do Produto Bancário;
- o Activo Líquido situou-se em 18 249 milhões de euros (+5,8%);
- os Activos Financeiros (crédito, títulos e aplicações nos mercados interbancários) registaram um acréscimo de +5,8%, destacando-se a carteira de títulos que cresceu 1,2 mil milhões de euros (+84,5%), especialmente na componente de títulos elegíveis para desconto junto do BCE, o que permitiu melhorar o perfil de liquidez do balanço;
- os Recursos de Clientes de Balanço ascenderam a 10 910 milhões de euros, o que corresponde a um aumento de 8,0%, destacando-se os Depósitos de Clientes que cresceram 9,2%;
- o Crédito a Clientes (bruto) contraiu 0,7%, mas o crédito às Empresas dos sectores de diversificação registou uma progressão de +14,6% face a 2009, e o crédito ao segmento de Pequenos Negócios obteve uma variação de +9,3%;
- o crédito com incumprimento reduziu-se 0,7%, fruto do esforço desenvolvido e das melhorias introduzidas nas ferramentas e políticas de mitigação de risco e nos processos de análise, gestão, controlo de risco e de recuperação de crédito, tendo o rácio de crédito com incumprimento diminuído para 3,82% (-0,15 p.p.) e o rácio de crédito e juros vencidos há mais de 3 meses para 3,24% (-0,12 p.p.);
- a melhoria dos rácios de cobertura do crédito e juros vencidos por imparidades, tendo o rácio de cobertura do crédito vencido há mais de 3 meses passado de 97,2% para 107,2% enquanto que o saldo do crédito e juros vencidos há mais de 12 meses ficou coberto em 121,2% (+8,8 p.p.);
- a manutenção de um adequado nível de capital e da solidez traduzidos pelo Rácio de Solvabilidade de 12,74% e o Rácio *Tier 1* e o Rácio *Core Capital*, ambos com um valor de 8,95%, ultrapassando o limite mínimo recomendado pelo Banco Portugal.


GRUPO MONTEPIO
Montepio Geral Associação Mutualista
Fundação Montepio
100%
Perímetro de Consolidação da Caixa Económica
Pelican Mortgages no.1 e no. 2
100%
Caixa Económica Montepio Geral (ANEXA)
100%
MG Cabo Verde
20%
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores
51%
Residências Montepio, SA
100%
Montepio Gestão de Activos, SGFI, SA
61,7%
Futuro, SGFP, SA
9,8%
25,7%
64,2%
Lusitania, SA
39,3%
41,1%
Lusitania Vida, SA
13,8%
5,6%
5,2%
5,4%
100%
Finibanco Holding, SGPS, SA
100%
Finibanco, SA
100%
Finicrédito, IFIC, SA
100%
Finivida, SA
100%
Finimóveis, SA
100%
Finibanco Angola, SA
100%
Finiseguros, SA
100%
Finivalor, SA

4.2. INDICADORES GLOBAIS

(milhares de euros)

INDICADORES	2008	2009	2010
1. ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA			
• DIMENSÃO			
Activo Líquido	2 600 326	2 609 777	**2 759 348**
Capital Próprio (Fundos Próprios, Reservas e Resultados)	342 173	403 105	**410 645**
Associados (Unidades)	431 596	442 091	**463 390**
Pensionistas (Unidades)	6 741	7 039	**7 287**
• RESULTADOS			
Cash Flow do Exercício	31 214	50 853	**60 645**
Resultado do Exercício	9 390	42 533	**54 393**
Resultado do Exercício / Activo Líquido Médio	0,39%	1,63%	**2,04%**
• COBERTURA DAS RESPONSABILIDADES			
Fundos, Reservas e Provisões Matemáticas / Provisões para Riscos e Encargos	1,14	1,16	**1,15**
• COLABORADORES (Unidades)	95	86	**87**
2. CAIXA ECONÓMICA			
• ACTIVIDADE			
Activo Líquido	16 851 534	17 244 767	**18 249 290**
Recursos Próprios (Capital, Reservas e Resultados)	823 669	986 214	**995 478**
Total do Crédito a Clientes	15 329 602	15 143 916	**15 040 645**
Total de Recursos de Clientes	9 568 661	10 103 894	**10 910 199**
• RENDIBILIDADE			
Resultado do Exercício	33 874	44 476	**51 407**
Produto Bancário	409 635	449 025	**422 312**
Resultado do Exercício / Activo Líquido Médio (ROA)	0,20%	0,26%	**0,29%**
Resultado do Exercício / Capitais Próprios Médios (ROE)	4,12%	4,72%	**5,18%**
• QUALIDADE DO CRÉDITO			
Rácio de Crédito Vencido a mais de 90 dias	2,29%	3,36%	**3,24%**
Rácio de Crédito com incumprimento	2,91%	3,97%	**3,82%**
Rácio de Crédito Total / Crédito e Juros Vencidos +3 meses	109,58%	97,20%	**107,21%**
• PRUDENCIAIS			
Rácio de Solvabilidade	11,44%	12,81%	**12,74%**
Rácio Adequação Fundos Próprios de Base (Tier 1)	7,92%	9,08%	**8,95%**
Rácio do Imobilizado Líquido (Imobilizado / Fundos Próprios)	10,63%	12,14%	**11,91%**
• EFICIÊNCIA			
Gastos de Funcionamento + Amortizações / Produto Bancário (*cost to income*)	62,33%	55,02%	**58,68%**
• REDE DE DISTRIBUIÇÃO E COLABORADORES (Unidades)			
Balcões	320	326	**329**
Escritórios de Representação	6	6	**6**
Colaboradores – Quadro de Pessoal em Portugal	2 923	2 942	**2 896**

4.3 PRIORIDADES ESTRATÉGICAS

Em 2010, a orientação estratégica e a actividade das instituições financeiras e do Montepio foram particularmente marcadas pelo contexto adverso e pela pressão sobre os mercados financeiros, face ao agudizar dos desequilíbrios orçamentais, aos acontecimentos associados à crise de dívida soberana e às fracas perspectivas de crescimento para Portugal e outros países da periferia da Europa.

Nesse quadro, de persistência da desconfiança e tensões nos mercados financeiros e de elevados factores de risco e de incerteza, degradaram-se as condições de actuação dos operadores financeiros, devido a restrições de liquidez e aumento dos custos de financiamento, acentuando-se a desalavancagem da actividade bancária no mercado doméstico, com forte abrandamento dos níveis de crescimento, aumento do incumprimento e degradação dos indicadores de eficiência e rendibilidade.

Tendo por base os ancestrais valores do Montepio, ancorados na ética, integridade e transparência, no profissionalismo, na solidariedade e sustentabilidade, definiram-se metas e objectivos e fixaram-se as seguintes prioridades estratégicas para o grupo:

- Gerir solidamente a liquidez, solvabilidade e solvência;
- Mitigar os impactos da crise económica e do risco de crédito;
- Minimizar fragilidades e aumentar eficiência;
- Aproveitar oportunidades para emergir numa posição mais forte.

Estas prioridades têm em vista um crescimento sustentado e diversificado das actividades, a preservação dos equilíbrios patrimoniais, a redução do incumprimento, da sinistralidade e dos seus impactos, e a redução de custos por obtenção de sinergias.

Com base num planeamento e controlo estratégico mais integrado, que garanta total alinhamento estratégico das diversas entidades com as finalidades do Montepio, uma gestão cada vez mais concertada em torno de projectos comuns de complementaridade e uma marca reconhecida e de confiança será possível alcançar maior integração de processos, que permitam obter sinergias e poupanças de custos, diversificar a oferta, os mercados e as fontes de resultados para satisfazer os clientes, os Associados e contribuir para a sociedade, concretizando a visão definida.

Aproveitando as oportunidades de mercado e a confortável situação interna em termos de solvabilidade e liquidez, a Associação Mutualista adquiriu o Finibanco Holding, SGPS, SA, conforme explicado em ponto anterior deste relatório, tendo iniciado um processo de integração de cada entidade do Finibanco nas suas congéneres do Grupo Montepio. Espera-se, com esse processo, reforçar o papel estratégico de cada empresa, de crescimento de complementaridade, de diversificação da oferta e da distribuição e da prestação de diversas funções, que permitem alargar os domínios de acção do Montepio e reforçar as possibilidades de criação de valor para os Associados.

Destaca-se a este propósito os desenvolvimentos no âmbito da banca-seguros (*bancassurance*) e o projecto de *assurfinance*, que permitem potenciar o aproveitamento dos canais e prestar um melhor serviço, no caso da Lusitania Companhia de Seguros e da Lusitania Vida, a diversidade de fundos de investimento ao dispor dos diferentes perfis de clientes, criados e sob gestão da Montepio Gestão de Activos, complementados por fundos de pensões da Futuro, e a crescente oferta de serviços de saúde, bem-estar e qualidade de vida por intermédio das Residências Montepio.

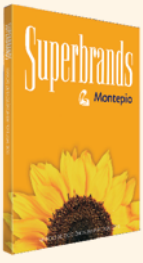
Procedeu-se à definição dos objectivos para 2011 e das metas até 2013, e à redefinição e reprioritização das Linhas de Orientação Estratégicas para 2011-2013 para a Associação Mutualista e para a Caixa Económica, com vista à concretização da visão estratégica.

MARCA MONTEPIO

Em 2010, a marca Montepio foi eleita «Marca de Excelência em Portugal» pela *Superbrands*, organização internacional independente que se dedica à promoção de marcas de excelência em 85 países.

O Montepio foi ainda eleito como o banco com melhor nível de «Relação da Marca com os clientes» e uma das marcas com melhor «Reputação Global» pelo *BrandScore'09*, a par do prémio «*Timeless Brand*» instituído pela Exponor.

Numa estratégia de continuação do apoio aos valores culturais portugueses e contribuindo para a notoriedade da marca, o ano de 2010 foi pautado pela materialização dos apoios musicais do Montepio, através da realização mensal de pequenos espectáculos intimistas (*showcases*) no Auditório do seu edifício-sede, na Rua do Ouro, em Lisboa. Desta forma, foi possível promover a cultura e apoiar diferentes artistas, dos jovens desconhecidos aos nomes mais consagrados, permitindo juntar clientes, fãs e imprensa especializada. Por ordem cronológica, marcaram presença no Auditório em 2010: Bernardo Fachada, «Rua da Saudade» (que entregou ao Montepio um Disco de Platina), Mestre António Chainho, António Zambujo, Yolanda Soares, «Baile Popular», Os Golpes, Joana Machado e TIM. Os *showcases* fecharam o ano com a apresentação da comédia «Os 39 Degraus», que entra em cena no 1.º semestre de 2011.



Essa visão pretende reforçar o papel da Associação Mutualista como a maior associação nacional promotora e gestora de regimes complementares de segurança social e de serviços de saúde, bem-estar e qualidade de vida, respeitando elevados padrões éticos e os valores mutualistas, critérios de responsabilidade e sustentabilidade social, contribuindo para o desenvolvimento e consolidação da economia social e do terceiro sector em Portugal, assente em 5 orientações estratégicas.

ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA – LINHAS DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA 2011-2013

Uma primeira orientação centra-se na aceleração do crescimento da actividade mutualista, através, designadamente, da transformação de clientes das diversas empresas do grupo em Associados, aproveitando o potencial dos diversos canais de distribuição das empresas, para o qual deverão concorrer também as entidades do Finibanco e as acções de divulgação e promoção externa do mutualismo. Neste capítulo será fundamental o trabalho de formação das equipas de colaboradores que tem vindo a ser desenvolvido.

A segunda orientação refere-se à fidelização dos Associados e retenção dos capitais aplicados. O objectivo de aumento da receita por Associado e a estabilização dos fluxos de capitais e as acções de aprofundamento da gestão de Associados e de dinamização associativa deverão assumir um papel fundamental para este desígnio.

Uma terceira orientação refere-se ao aumento da qualidade de serviço, a qual será determinante para os eixos anteriores, no qual se prevê melhorias dos sistemas transaccionais e de gestão e em particular nos interfaces com as empresas do grupo, bem como a introdução de métricas de qualidade de serviço nos canis de distribuição.

Como quarta orientação está previsto desenvolver e diversificar a oferta. Dando continuidade à política que tem vindo a ser seguida de satisfação integral das necessidades dos Associados nos domínios de acção do mutualismo, serão prosseguidos os investimentos no domínio da gestão de equipamentos sociais e da prestação de serviços de saúde e assistenciais e a política de benefícios complementares e de discriminação positiva da condição de associado nas condições de oferta do Grupo Montepio.

A quinta orientação refere-se à melhoria da gestão e do sistema de controlo interno, o qual tem subjacente a contínua modernização e optimização da organização e do processo de gestão financeira e prudencial da AM, nos domínios da liquidez e solvabilidade, em linha com o rigor e as exigências a que estão sujeitas as entidades financeiras e bancárias.

Relativamente à Caixa Económica, que constitui o principal suporte financeiro e estratégico da Associação Mutualista e desempenha um papel nuclear na operacionalização da estratégia do grupo, foram definidas cinco prioridades estratégicas, de forma a aumentar a sua capacidade de actuação como banco de retalho universal diferenciado e único no panorama bancário português, pelas suas finalidades mutualistas, vocacionado para a captação de poupanças de clientes e para o apoio financeiro a particulares e empresas, especialmente microempresas e PMEs, e às entidades do terceiro sector, junto das quais se pretende assumir como um parceiro, reconhecido pela gestão prudente, focada no médio e longo prazo, pela qualidade de serviço e comprometido com o desenvolvimento sustentável do país.

CAIXA ECONÓMICA – LINHAS DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA 2011-2013

As prioridades a atingir referem-se ao aumento da captação de poupanças de clientes e redução do *funding* de mercados, ao acelerar da diversificação da carteira de crédito, diversificando o perfil de clientes, de mercados e de riscos, propiciando também a diversificação das fontes e estrutura do produto bancário, à redução da progressão do incumprimento e aumento da recuperação de crédito, à contenção dos custos operacionais e aumento da eficiência, a que se junta a contenção da degradação da taxa de intermediação financeira.

Para atingir estas prioridades foram definidas acções estratégicas em torno de 4 eixos: Clientes, Risco e Controlo Interno, Processos e Desenvolvimento. No primeiro eixo pretende-se aumentar o número de clientes primeiro banco e a sua relação financeira tendo como motores a reputação e a força da marca, a diferenciação pelo mutualismo e o potencial dos canais do grupo. O segundo eixo refere-se à melhoria da gestão do risco e do perfil de risco do balanço, prosseguindo o desenvolvimento do sistema de controlo interno. O terceiro eixo prende-se com o aumento da eficácia e da qualidade da prestação, que exige boa programação e controlo, desmaterialização e maior integração de processos para obter sinergias. O quarto eixo de desenvolvimento concentra as acções de melhoria de competências para o futuro, abrangendo a melhoria dos processos de gestão, qualificação e capacitação dos colaboradores, adequação da organização, desenvolvimento tecnológico e inovação.

4.4. RECURSOS HUMANOS

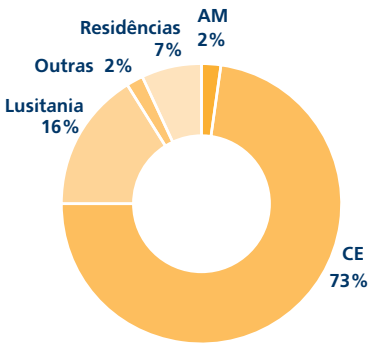
No final de 2010, o número total de colaboradores do conjunto das principais entidades que compõem o Grupo Montepio atingia 3 978, tendo registado um acréscimo de 40 colaboradores face a 2009. Esse acréscimo teve origem no aumento, de 113 colaboradores, da Residências Montepio, motivado pela abertura de 2 novas unidades residenciais em Coimbra (Dezembro 2009) e na Parede (Outubro 2010).

COLABORADORES DO GRUPO MONTEPIO* (N.º)

	2009	2010	Variação N.º	Variação %
Quadro Total do Grupo	**3 938**	**3 978**	**40**	**1,0**
Associação Mutualista	86	87	1	1,2
Caixa Económica	2 942	2 896	-46	-1,6
Lusitania	673	646	-27	-4,0
Lusitania Vida	30	30	0	0,0
Montepio Gestão de Activos	13	13	0	0,0
Futuro	32	31	-1	-3,1
Residências Montepio	162	275	113	69,8
N.º Balcões (CE)	326	329	3	0,9
Efectivo Total Médio / N.º Balcões (CE)	9,0	8,8		

* Não incluindo Finibanco SGPS, SA

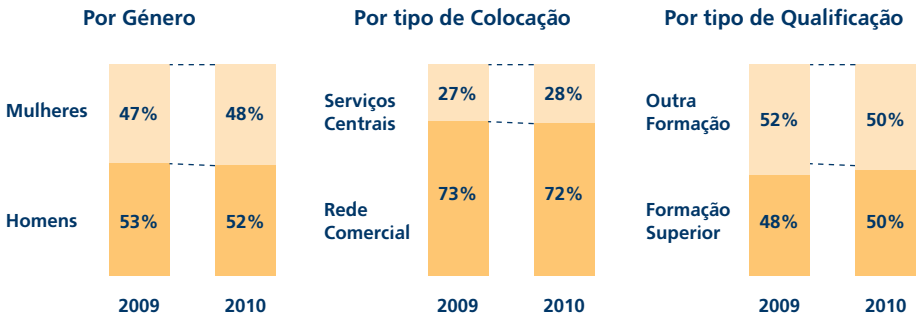
DISTRIBUIÇÃO PELO GRUPO* (2010)



Do número total de colaboradores do Grupo Montepio, 73% (2896) pertencem à Caixa Económica, ascendendo a 75%, se juntarmos os 87 colaboradores da Associação Mutualista.

No quadro de recursos humanos da Caixa Económica verificou-se uma redução de 46 colaboradores, em resultado de 112 saídas, maioritariamente por processos de reforma, e de uma admissão muito selectiva de novos colaboradores (66), em linha com a abertura de apenas 3 balcões e com o esforço de optimização dos recursos existentes, através da reestruturação e reorganização, essencialmente ao nível dos serviços centrais, já iniciada em 2009.

DISTRIBUIÇÃO DO QUADRO DE COLABORADORES



O quadro de colaboradores evidenciou, em 31 de Dezembro 2010, um aumento do peso das mulheres, que passaram a representar 48% do total e um aumento da expressão de colaboradores com formação superior. Os colaboradores com formação superior já representam 50% do total, dos quais 6% possuem um grau de qualificação superior à licenciatura, designadamente, pós-graduações, mestrados e doutoramentos.

A admissão de jovens licenciados e a passagem de colaboradores à situação de reforma contribuíram para o rejuvenescimento do quadro de pessoal do Montepio, em que 58% tem idade inferior a 40 anos, assim como para o incremento das suas qualificações.

Em 2010, o Montepio deu continuidade à política de valorização e desenvolvimento do seu capital humano que assume uma importância estratégica nuclear no seio do Grupo, bem como a manutenção de um clima social e motivacionais adequados.

A estratégia seguida pelo Montepio ao nível da formação tem contribuído para o reforço das capacidades técnicas em áreas chave de negócio da instituição, no sentido de preparar a Instituição para fazer face aos crescentes desafios e complexidade da actividade financeira.

A formação, elemento fulcral no reforço competitivo da Instituição, continuou a ser um dos pilares estratégicos. Com um investimento de cerca de 310 mil euros foram ministradas 85 763 horas de formação, abrangendo 2 821 participantes, o que representa uma abrangência de 94,5% dos colaboradores do Montepio.

O desenvolvimento de soluções formativas com recurso a metodologia *e-learning* tem vindo a observar um crescimento considerável, essencialmente em acções formativas mais direccionadas para a rede comercial ou transversais a toda a Instituição.

Assumiram também grande relevo as 77 sessões de divulgação e formação mutualista realizadas durante 2010, com um total de 2 281 participantes e já com a presença de colaboradores do Finibanco, permitindo reforçar o conhecimento sobre as especificidades do mutualismo e das modalidades mutualistas.

O Montepio proporcionou também apoio a colaboradores na obtenção das suas licenciaturas, mestrados e doutoramentos e na frequência de cursos de formação pós-graduada.

FORMAÇÃO MUTUALISTA

	Acções		Participantes	
	2009	**2010**	**2009**	**2010**
Pessoal CEMG	24	57	574	1 491
Pessoal Finibanco	0	20	0	790
Total	**24**	**77**	**574**	**2 281**

À semelhança de anos anteriores, em 2010 o Montepio promoveu o apoio directo à promoção da aprendizagem em contexto laboral, assim como ao contacto com a realidade bancária através da atribuição de 174 estágios, realizados quer na rede comercial, quer em serviços centrais.

As preocupações com o bem-estar, a motivação, o desenvolvimento de uma cultura de compromisso e diálogo e a identificação de potenciais factores de melhoria e a definição de objectivos de optimização são propósito do Estudo de Clima que se realizou em 2010. Do total de respostas apuradas neste estudo, 80,79% dos inquiridos relevaram opinião favorável quanto ao Clima Organizacional e 93,7% responderam afirmativamente à questão «*De uma forma geral, sinto-me satisfeito(a) por trabalhar no Montepio*» (*Top of Mind Question*).

Na área da Saúde no Trabalho, destacaram-se a reorganização efectuada ao nível do serviço, a continuidade do desenvolvimento de uma cultura de prevenção, utilizando a intranet corporativa como meio privilegiado de difusão de informação, a realização do «Curso de Saúde no Trabalho no Sector dos Serviços», que envolveu cerca de 3000 colaboradores, e as acções implementadas com vista à melhoria contínua dos serviços assegurados pelas empresas que colaboram com o Montepio nesta área.

4.5 PRESENÇA GEOGRÁFICA E REDE DE DISTRIBUIÇÃO

Os canais de distribuição do Montepio (sem considerar a rede Finibanco, SGPS) englobavam, no final de 2010, uma rede física de 329 Balcões bancários (localizados em Portugal Continental e Regiões Autónomas), apoiada por uma rede de canais electrónicos complementares, e 6 Escritórios de Representação junto de comunidades portuguesas residentes no estrangeiro.

Em 2010, o Montepio deu continuidade ao projecto de expansão da rede de distribuição doméstica, mantendo inalterada a sua representação junto das comunidades portuguesas residentes no estrangeiro, consolidando, sobretudo, a sua actividade com Gestores de Clientes, nomeadamente para segmentos estratégicos, assim como por meio de uma crescente rede de canais complementares.

Numa perspectiva de Grupo, é de acrescentar a expressiva e crescente dimensão da rede de canais de distribuição da actividade seguradora, que englobava, em 31 Dezembro último, 4 807 mediadores ligados, agentes e corretores de seguros da Lusitania e 1 516 da Lusitania Vida, a que se juntaram, no final do ano, 180 balcões do Finibanco, SGPS, que incluem 6 balcões em Angola.

REDE DE BALCÕES MONTEPIO

Em 2010, foram abertas 3 agências, dando continuidade à implementação do projecto de expansão da rede de balcões doméstica.

Em 2010 consolidou-se a actividade dos Gestores de Clientes para os segmentos *Affluent*, Pequenos Negócios e Terceiro Sector, seguindo a orientação definida de uma maior proximidade para com o cliente, nomeadamente de segmentos estratégicos. Nesse sentido, e no âmbito da Banca de Relação, o Montepio passou a contar com 332 Gestores de Cliente (34 Gestores Empresa; 119 Gestores de Negócios; 175 Gestores Premium; 4 Gestores para o Terceiro Sector).

CANAIS ELECTRÓNICOS E À DISTÂNCIA

Os Canais Complementares para o segmento de Particulares (Net24, Phone24, Netmóvel24 e SMS24) atingiram em 2010 o valor de 565 mil aderentes, representando um crescimento de 8% face ao período homólogo do ano passado.

No caso dos canais para empresas (Net24 Empresas, Phone24 Empresas, Netmóvel24 Empresas e SMS24 Empresas), registou-se um incremento de 22% no número de aderentes face a 2009.

No domínio da banca de auto-serviço (*self-service*) e dos pagamentos electrónicos, o Montepio atingiu uma quota de mercado de 6% no número de máquinas Multibanco do Montepio instaladas na rede SIBS (Sociedade Interbancária de Serviços), correspondendo a um parque de 840 ATM – Automated Teller Machine, o que representa um crescimento de 2% face a 2009.

No que respeita à rede interna de ATM – Chave24, o parque de terminais era composto no final de 2010 por 381 máquinas, distribuídas da seguinte forma: 213 máquinas universais de dispensação de dinheiro, 105 re-circuladoras com depósito inteligente, 9 de dispensação e depósito inteligente de cheques, e 54 actualizadoras de cadernetas. Em 2010, o Montepio iniciou a substituição do parque da rede interna por modelos que efectuam a recirculação de numerário, tendo sido substituídas 48 máquinas.

O parque de Terminais de Pagamento Automático tem desempenhado um papel fundamental na captação e fidelização de clientes no segmento de «Small Business», contribuindo para o aumento de Saldos Médios em D.O.. Durante o ano de 2010 foram desenvolvidas várias acções de dinamização para a captação de novos clientes neste Serviço. Neste sentido, no final de 2010, o Montepio apoiava 14 693 terminais, representando um aumento de 10%, face a Dezembro de 2009, e uma quota de mercado no número de TPA Montepio instalados na rede SIBS de 5,3%.

A actividade dos canais à distância, por via dos canais telefónico, *Internet*, *mobile banking* e da banca de auto-serviço (*self-service*), continua a ser de extrema importância na eficiência da distribuição e do serviço prestado aos Clientes. O peso das operações migradas para os canais complementares atingiu os 72,5%, em termos de número total de operações processadas.

Merece particular destaque, em 2010, o expressivo alargamento da rede de Promotores de *Assurfinance* Montepio-Lusitania, que atingiu 205 promotores, representando um aumento de 225% face a 2009. Em termos de volume de negócio angariado, os Promotores *Assurfinance* contribuíram com uma produção de 8,7M€, o que representa um crescimento de 417% relativamente a 2009, ano de arranque do projecto *Assurfinance*. Adicionalmente foram ainda encaminhados cerca de 2,5M€ para outras ofertas Montepio.

O actual sítio público do Montepio (www.montepio.pt) continua a registar um aumento significativo no número de acessos e de utilização, atingindo uma média mensal de 2,2 milhões de visitas e 30 milhões de *page views*.

4.6. *COMPLIANCE*

A gestão do Risco de *Compliance* tem vindo a ganhar crescente relevo, não só na esfera da Caixa Económica mas, igualmente, nas restantes entidades do Grupo Montepio, especialmente desde 2007, altura em que foi autonomizado o Gabinete de *Compliance* como órgão directamente dependente do Conselho de Administração.

As instituições financeiras, nas suas diversas vertentes, têm sido objecto, com particular incidência nos últimos anos, de uma intensa produção legislativa e regulatória, de que se dá conta no capítulo sobre o Enquadramento das Actividades, determinando uma trabalhosa acção de permanente acompanhamento, estudo e adaptação, nos mais diversos domínios e funções.

A missão do Gabinete de *Compliance* tem em vista contribuir para que os Órgãos de Gestão, a estrutura organizativa e todos os colaboradores do Montepio cumpram integralmente com a legislação, regras, códigos e normativos (externos e internos) em vigor, de forma a evitar quaisquer prejuízos de ordem financeira, bem como situações que prejudiquem a imagem e a reputação da Instituição.

No quadro dessa missão, o Gabinete de *Compliance* tem como funções apoiar o Conselho de Administração na definição e execução da política de *compliance* e de prevenção do branqueamento de capitais, visando a difusão duma cultura de *compliance*, através da identificação e avaliação das diversas situações que concorrem para o risco de *Compliance*, designadamente em termos de transacções/actividades, negócios, produtos e órgãos de estrutura, definindo os procedimentos de *compliance* e os mecanismos de controlo e efectuando a respectiva monitorização.

Em 2010, para além de garantir a divulgação de informação relevante, a preparação de conteúdos de formação regular em «*Compliance* e Branqueamento de Capitais», a participação em processos específicos de transposição de legislação e em processos respeitantes aos reportes obrigatórios junto das autoridades, assumiu especial relevo a acção do Gabinete de *Compliance* nos seguintes domínios:

- análise de produtos, campanhas, suportes promocionais de divulgação e respectiva comercialização;
- elaboração de normativos internos, através da emissão prévia de parecer sobre a sua conformidade com as regras definidas;
- melhoria do modelo de negócio baseado nos canais agenciados (*assurfinance*);
- apoio à implementação dos processos de apoio à decisão de crédito: *workflow* de crédito – particulares e de empresas e, de actualização periódica de Dados de Clientes;
- colaboração na revisão do protocolo com a Associação Portuguesa de Bancos para simplificação da tramitação processual de transferências de crédito entre instituições;
- participação no reforço da implementação dos deveres emergentes da criação da *Single European Payment Area*;
- apoio à implementação da «Conta de Serviços Mínimos Bancários», de que o Montepio é subscritor;
- colaboração na avaliação das relações com Bancos Correspondentes;
- participação na reavaliação anual da política de Transmissão e Execução de Ordens (DMIF).

No âmbito da melhoria do processo de gestão do risco de *Compliance* é de destacar o investimento em aplicações e funcionalidades desenvolvidas ou em desenvolvimento e o aperfeiçoamento dos procedimentos e automatismos associados à monitorização de transacções e filtragem de clientes e transferências, na prevenção do branqueamento de capitais e/ou financiamento do terrorismo, ou envolvendo entidades sedeadas em territórios *offshore*.

Na análise de eventos englobados no Risco de *Compliance* não foram detectados casos considerados materialmente relevantes ou de que tenham resultado quaisquer processos de contra-ordenação ou sanções. Ao invés, entende-se dever salientar os resultados positivos obtidos na auditoria efectuada ao Montepio Geral *Corp Newark* – Escritório de Representação, no âmbito do *Bank Secrecy Act/Anti Money Laundering* e na inspecção realizada pelo Banco Central de Cabo Verde ao MG Cabo Verde.

5. Relatório de Responsabilidade Social

Interpreta-se a Responsabilidade Social, numa perspectiva abrangente, como as acções e medidas que vão para além do cumprimento das obrigações formais, contribuindo para o Desenvolvimento Sustentável da Sociedade, ou seja, para a satisfação das necessidades das gerações presentes, sem comprometer as possibilidades das gerações futuras, e que permitem melhorar as relações com os diferentes *stakeholders*, ou grupos com interesses específicos nas entidades que constituem o Grupo Montepio.

Nesta perspectiva, aborda-se o exercício da Responsabilidade Social nas suas múltiplas dimensões: política de governo e sua execução, relações com os Associados, clientes e investidores, inovação e qualidade do serviço prestado, empregabilidade e valorização dos recursos humanos e iniciativas de apoio à comunidade e solidariedade social.

MISSÃO E POLÍTICA DE GOVERNO

Num contexto em que o Estado evidencia particulares dificuldades orçamentais para assegurar as suas funções sociais e de estímulo ao crescimento da economia, que garantam o desenvolvimento económico, o bem-estar e a qualidade de vida das populações, assume especial relevo o papel de instituições privadas como as que compõem o Grupo Montepio, que assumem missões decisivas para o desenvolvimento sustentável.

Enquanto entidade da Economia Social, no quadro da sua missão mutualista, o Montepio contribui para a satisfação de necessidades de protecção social, de previdência complementar e de saúde, e, como instituição de crédito canaliza recursos para apoio aos sectores produtivos que possam contribuir para um modelo de crescimento económico equilibrado e sustentável do país.

O exercício destas missões atende às necessidades e preocupações específicas dos diversos *stakeholders*, complementadas pelas restantes actividades financeiras e seguradoras das empresas estratégicas do Grupo e por iniciativas solidárias de apoio social, que têm vindo a ser desenvolvidas ao longo dos 171 anos de história do Montepio.

Como parte integrante da sua identidade genética, a missão do Montepio e das suas entidades consagra os actuais conceitos e princípios de Responsabilidade Social e de Sustentabilidade, os quais estão subjacentes à acção de todos os dias, envolvendo uma gestão e actuação orientadas para o longo prazo, uma visão integrada do desempenho e das finalidades económicas e sociais dos resultados gerados e a adopção de políticas de abertura, diálogo, participação e inclusão.

A política de Governo do Grupo Montepio orienta-se por princípios de elevada conduta deontológica, moral e ética, que se traduzem numa gestão prudente, diligente, rigorosa e transparente, na defesa dos interesses dos Associados e dos restantes *stakeholders*, assumindo que uma das principais prioridades de uma gestão com elevado comprometimento social é a de proteger e valorizar os patrimónios que lhe são entregues.

Para tal, o Grupo Montepio tem assumido uma postura de crescente abertura ao mercado e à sociedade, procurando detectar oportunidades e situações em que o seu contributo possa ajudar a minimizar problemas e a valorizar recursos e capacidades, estabelecendo objectivos e orientações estratégicas a médio prazo que, no quadro da sua missão e finalidades, permitam assegurar um crescimento sustentável e a criação de valor.

Essa postura tem merecido o devido acolhimento por parte dos diversos *stakeholders*, traduzido no aumento das actividades e no crescente número de clientes e dos mais de 460 mil Associados, em 31 Dezembro 2010, que transmitem o capital de confiança necessário e reconhecem no Montepio uma Instituição sólida e competente para a valorização dos seus patrimónios.

A prática de uma gestão corporativa de elevada Responsabilidade Social traduz-se na adopção de métodos e processos de gestão eficientes e sustentáveis, quer na vertente prudencial, quer na vertente comportamental.

Neste âmbito merecem destaque as melhorias levadas a cabo nos sistemas de controlo interno, com ênfase na função de gestão de riscos, na maior integração de outras funções comuns e da gestão do Grupo, visando melhor articulação estratégica, ganhos de eficiência e mitigação de impactos e riscos.

Têm-se também evidenciado os desenvolvimentos no domínio da comunicação e da divulgação de informação, tanto a nível interno, como, particularmente, a nível externo, com uma crescente melhoria e aperfeiçoamento dos instrumentos e meios de prestação dessa informação.

RELAÇÕES COM ASSOCIADOS

Reconhecendo o Associado como o principal destinatário da sua acção global, o Montepio possui um órgão totalmente dedicado ao desenvolvimento das relações com os Associados – Gabinete de Dinamização Associativa, que tem vindo a desenvolver um conjunto de iniciativas, inseridas num plano anual que elabora para o efeito, com o intuito de aumentar a notoriedade do Mutualismo, reforçar a participação e o envolvimento dos Associados e contribuir para o seu desenvolvimento cultural e social.

Em 2010, realizaram-se 75 acções de dinamização associativa, envolvendo perto de 2 500 Associados, o que representa, em termos de mobilização e adesão, mais do dobro, face a 2009, como se ilustra no quadro junto.

	Acções			Participantes		
	2009	**2010**	**t.v.h.**	**2009**	**2010**	**t.v.h.**
Iniciação à Internet	10	14	40%	96	178	85%
Passeios com História	14	18	29%	728	774	6%
Actividades de Ar Livre	7	22	214%	197	503	155%
Visitas orientadas a Exposições	0	3		0	60	
Recepção a novos Associados	0	6		0	165	
Conferências	0	9		0	478	
Concursos	2	2	0%	136	149	10%
Passatempos	0	1		0	170	
Total	**33**	**75**	**127%**	**1 157**	**2 477**	**114%**

Para além das actividades de ar livre e dos passeios com história merecem destaque as Conferências Montepio 2010, que abrangeram três ciclos: Histórias da Terra; Pobreza e Exclusão Social e Economia Social e Mutualismo e contaram com a participação de diversas personalidades relacionadas com as temáticas.

Foi dada continuidade às acções de iniciação à *Internet* ministradas a Associados que, pelo seu perfil etário ou social, tendem a valorizar este tipo de iniciativas no âmbito da democratização das tecnologias de informação e do conhecimento.

Repetindo a experiência de 2009, efectivaram-se dois Concursos para Associados, ambos sujeitos ao tema «Pobreza e Exclusão Social», integrando as iniciativas de «2010 – Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social», o Concurso de Ensaio, com a participação de 53 associados e o Concurso de Fotografia, com a participação de 96 associados e 258 fotografias.

Merece referência a continuidade das acções vocacionadas para os Associados até aos 13 anos de idade, através do Clube Pelicas, consubstanciadas na edição de uma revista infantil trimestral gratuita para os Associados do Clube, para além de acções de divulgação e sensibilização em Escolas e Associações de apoio à infância.

Dando primazia à monitorização dos níveis de satisfação do Associado, enquanto pilar da sua fidelização, realizou-se pelo segundo ano consecutivo, o Inquérito de Satisfação do Associado, a partir do qual foram produzidos três relatórios específicos:

- Qualidade de serviço e respectiva satisfação nos pontos de contacto do Associado com o Montepio Geral – Associação Mutualista (Revista Montepio, Balcões da rede comercial e canais de contacto à distância);
- Grau de satisfação geral com o Montepio Geral – Associação Mutualista e respectivo nível de compromisso (lealdade);
- Qualidade da resposta das modalidades e serviços associativos e respectiva satisfação.

No seguimento de trabalhos anteriores, foi desenvolvido, em 2010, o «Modelo de Identificação da Propensão ao Abandono Associativo», com a sistematização e identificação dos comportamentos associados ao abandono associativo, que será doravante incorporado na plataforma de gestão relacional, no âmbito da política de Marketing da Instituição, visando a melhoria dos indicadores de fidelização.

Durante o ano de 2010, foi reforçada a cooperação nacional e internacional do Montepio com as organizações ligadas ao sector da Economia Social, destacando-se a participação no Conselho de Administração das Mutualidades Portuguesas e, por inerência, nas actividades da *Association Internationale de la Mutualité* (AIM).

QUALIDADE DOS SERVIÇOS

A prestação de serviços de qualidade que proporcionem elevados níveis de satisfação é um objectivo transversal a todas as áreas do Grupo Montepio, que se tem traduzido na implementação de diversos sistemas de aferição e controlo da qualidade da prestação: a nível da satisfação dos clientes sobre o serviço final; a nível da avaliação relativa face aos concorrentes, por estudos de mercado, e a nível da avaliação interna da prestação dos serviços centrais.

Dos instrumentos de monitorização da qualidade do atendimento e dos níveis de satisfação dos clientes, destacam-se:

- As conclusões do relatório de Supervisão Comportamental do Banco de Portugal disponíveis e do sistema interno de gestão de reclamações e sugestões, que indicam uma redução das reclamações em 2010, de -11%, face ao ano precedente, sendo de realçar a diminuição, de -49% nas reclamações relacionadas com o crédito à habitação;
- As conclusões das metodologias de «cliente mistério», aplicadas pela empresa Multimétrica, no sentido de adequar a uniformidade das boas práticas de atendimento;
- Os inquéritos telefónicos a clientes, tendo em vista obter a percepção destes face à qualidade do serviço prestado e face à qualidade e rapidez dos processos subjacentes.

De acordo com a Vaga Global 2010 do estudo Basef Banca da Marktest, as pontuações do Montepio nos índices de «satisfação global como primeiro banco» e de «satisfação com o atendimento» têm vindo a melhorar, comparando favoravelmente com as médias do sector.

No ranking de Qualidade de Serviço ESCI (*European Consumer Satisfaction Index*) o Montepio alcançou a 2.ª posição com uma pontuação de 7,47 (escala 0/10), o que demonstra a opinião favorável dos clientes do Montepio, face à qualidade percebida dos serviços prestados, já que a média sectorial se fixou em 7,26.

A avaliação dos serviços centrais do Montepio, enquanto elemento fundamental na cadeia de valor que conduz à qualidade final percebida pelos clientes externos, é efectuada em base periódica, através de um inquérito interno, na perspectiva dos utilizadores internos e cujos resultados são internamente utilizados como matéria-prima na definição das políticas de Qualidade.

RELAÇÕES COM CLIENTES

As alterações na envolvente económica e social têm tido um impacto considerável no quotidiano das pessoas, das empresas e das organizações com as quais o Montepio mantém relações estreitas de parceria.

Para além de crescentes requisitos regulamentares que orientam as relações comerciais no sector financeiro, em especial no sector bancário, os clientes estão hoje mais e melhor informados, assistindo-se a uma crescente visibilidade conferida pelos *media* ao sector e à modificação do paradigma da relação entre as instituições e os seus clientes.

Conhecer e corresponder às novas necessidades, tangíveis e intangíveis, que essas alterações induzem nos clientes é o anseio de todos os que trabalham no Grupo Montepio.

Prosseguiu-se a política de inovação e desenvolvimento da oferta de produtos e serviços, que, para além de dar cobertura às diversas necessidades financeiras correntes dos Associados e clientes, nas diferentes etapas dos respectivos ciclos de vida, visa igualmente melhorar a qualidade da prestação, a satisfação e aprofundar a relação.

Foi reforçado o apoio ao segmento de Empresas, sobretudo nas Micro, Pequenas e Médias Empresas, as quais para além de constituírem o motor de desenvolvimento do país, são por excelência empregadores de relevo na economia nacional.

Neste particular, há a destacar a crescente e extensiva participação do Montepio em programas comunitários e linhas protocoladas com diversas entidades, como o IAPMEI, o BEI, o IEFP e as Sociedades de Garantia Mútua, ao abrigo das quais tem sido possível apoiar investimentos de PMEs na indústria, nos serviços, no turismo, na energia e nas infra-estruturas, criando condições para o desenvolvimento económico sectorial e regional do país, e, a uma escala mais micro, estimular o empreendedorismo e a criação do próprio emprego por parte de pessoas em situação de desemprego, assim como incentivar a criação de emprego por parte de empresas que contratem pessoas em contexto de precariedade laboral.

Refira-se, neste domínio, o lançamento de uma linha de apoio à recuperação empresarial da Madeira na sequência das intempéries de Fevereiro de 2010, no montante de 50 milhões de euros, com base num protocolo celebrado com o Instituto de Desenvolvimento Empresarial da Região Autónoma da Madeira e as sociedades de garantia mútua Garval, Lisgarante e Norgarante. Para além desta linha de crédito específica, o Montepio lançou ainda, em conjunto com as mesmas entidades, outra linha de crédito destinada ao co-financiamento dos Sistemas de Incentivos (SI) no âmbito do Programa Operacional (PO) Intervir+ destinada à RA da Madeira, no montante de 5 milhões de euros.

O Montepio disponibilizou ainda outros apoios de Microcrédito, que lhe permitem ser um parceiro social relevante na promoção do auto-emprego e da inclusão económica e social.

Em 2010, cumpriu-se o primeiro ano de funções da nova estrutura responsável pelas ligações e o apoio às instituições do Terceiro Sector, a qual tem actualmente um papel preponderante na dinamização desse universo de entidades, promovendo a sua evolução, através do desenvolvimento de uma oferta específica para o sector e contribuindo activamente para que os projectos de reconhecido mérito social possam ser viabilizados com os meios financeiros adequados.

No domínio ambiental, merece nota de realce, a celebração de um Protocolo entre o Montepio e a ADENE – Agência para a Energia, de forma a facilitar o acesso de PME´s e IPSS´s aos incentivos financeiros associados a investimentos no âmbito da diversificação e eficiência energética, o que vem contemplar a oferta já existente de produtos de crédito para aquisição de equipamentos de energias renováveis.

A aposta feita no quadro das parcerias e protocolos, visando um maior enfoque nas PME´s e Instituições ligadas à Economia Social, constitui o testemunho inequívoco da importância conferida pelo Montepio às iniciativas promotoras da cidadania, da inclusão social e da inovação e do empreendedorismo, enquanto instrumentos de promoção da sustentabilidade e do desenvolvimento integrado.

EMPREGO E VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Num contexto económico desfavorável e de arrefecimento da envolvente sectorial é de salientar o contributo do Grupo Montepio para aumentar a empregabilidade no país. O efectivo de pessoas do Grupo Montepio, incluindo a Associação Mutualista, as Companhias de Seguros Lusitania e Lusitania Vida, Montepio Gestão de Activos, Futuro e Residências Montepio, obteve um incremento líquido global de 40 pessoas, salientando-se o acréscimo de 113 colaboradores na área dos serviços de residências assistidas.

Merece especial relevo o facto do Grupo Montepio nesta conjuntura ter assumido como princípio basilar dos processos de integração a manutenção dos postos de trabalho, no âmbito das aquisições que efectuou na área seguradora, na Lusitania – Companhias de Seguros, após a aquisição da Real e da Mutuamar, e em resultado da aquisição do Finibanco, SGPS, SA.

O Montepio, no quadro da sua ancestral vocação mutualista, defende o primado da valorização da pessoa humana, desenvolvendo políticas que contribuam para a valorização pessoal e profissional dos seus colaboradores e de interacção com escolas e universidades, na preparação das novas gerações de profissionais e cidadãos.

Para além dos programas de formação profissional, dos apoios à obtenção de licenciaturas, mestrados e doutoramentos e à formação de pós-graduação, que são elementos fulcrais no reforço das capacidades competitivas e estratégicas do Grupo, foi promovida, em 2010, a aprendizagem em contexto laboral, através da atribuição de estágios, realizados quer na rede comercial, quer em serviços centrais.

No âmbito da Política Social da Instituição, os colaboradores do Montepio têm acesso a iniciativas de intervenção de acordo com as necessidades e situações diagnosticadas. Estas acções no campo social podem ser de carácter transversal, abrangendo toda a estrutura organizacional, o desenvolvimento da carreira profissional, bem como o acompanhamento de colaboradores na situação de reforma.

Destaque ainda para o considerável acervo de iniciativas de âmbito cultural, desportivo e lúdico, levadas a cabo pelos Serviços Sociais do Montepio, com o apoio e estímulo do Conselho de Administração, que permitiram que os colaboradores e seus familiares pudessem aceder a um vasto conjunto de eventos culturais e desportivos de valorização pessoal.

PROGRAMA DE VOLUNTARIADO EMPRESARIAL

O Conselho de Administração manteve, em 2010, o incentivo à participação dos seus colaboradores nas iniciativas de Voluntariado Empresarial, de molde a fomentar a coesão entre as dimensões interna e externa da Responsabilidade Social corporativa, envolvendo os colaboradores na efectivação da solidariedade e transmitindo à comunidade que estas iniciativas não são meras operações de charme, antes constituem uma atitude global da Instituição perante a sociedade.

VOLUNTARIADO MONTEPIO
SOLIDARIAMENTE CONSIGO

O número de voluntários inscritos ascendeu aos 545, o que corresponde a 18% dos colaboradores, tornando o Montepio numa das organizações com maior número de colaboradores interessados neste domínio da cidadania activa.

Foram realizadas 15 acções colectivas e 35 acções individuais de voluntariado de competências (Educação Financeira, Aprender a Empreender, Braço Direito e acções de Dinamização dos Associados), nas quais participaram 177 voluntários, beneficiando directa e indirectamente mais de 3 mil pessoas.

COMUNIDADE E SOLIDARIEDADE SOCIAL

O facto da conjuntura actual reivindicar um diálogo mais amplo e construtivo entre os agentes do sector financeiro e a denominada Economia Social, levou a que o Montepio, enquanto Grupo particularmente posicionado neste quadrante, considerasse como orientação estratégica fundamental o desenvolvimento, com melhor organização e maior comunicação, do seu compromisso com os propósitos da Responsabilidade Social, nos apoios à comunidade e de solidariedade social.

Neste domínio cabe à Fundação Montepio um papel essencial, enquanto organização que efectiva as relações de cooperação e canaliza para a comunidade apoios, que advêm quer do seu próprio orçamento anual, quer do comissionamento inerente ao Cartão de Crédito Mais Vida, quer da consignação voluntária anual da colecta de IRS transferida pela administração fiscal. Para a operacionalização da missão e dos objectivos da Fundação concorre a intervenção do Gabinete de Responsabilidade Social, órgão directamente dependente do Conselho de Administração.

Em 2010, foram analisados cerca de 600 propostas e projectos, realizadas mais de 200 visitas e reuniões de avaliação, que se vieram a materializar em apoios financeiros de 1 670 229,82 euros – provenientes da Fundação Montepio – concedidos a 158 instituições, das quais, 45% já haviam sido alvo de apoio em ocasiões anteriores, servindo-se assim o propósito de garantir a sustentabilidade e acompanhamento das intervenções. Incluídos naquele montante e com o objectivo de qualificar as estruturas da economia social e melhorar as suas intervenções, atribuíram-se donativos a 128 entidades num valor total superior a 998 mil euros, a que correspondeu um apoio médio por entidade na ordem dos 7 800 euros.

Num esforço de disseminar os apoios por todo o território nacional, cerca de 40% (51 entidades) do total de entidades apoiadas operam à escala nacional, enquanto 25% (32 entidades) das mesmas centram a sua intervenção nos distritos de Lisboa e Porto, zonas onde radicam parte significativa dos fenómenos de exclusão e de vulnerabilidade social.

Como áreas de apoio abrangidas, foram privilegiadas as áreas da Solidariedade Social e Saúde e a área da Educação e Formação. Na área da Solidariedade Social e Saúde, a Fundação apoiou 87 instituições com um valor total de 597 296,97 euros. Destacam-se os apoios concedidos à Cáritas, no âmbito da Ajuda Humanitária para com as Vítimas da Madeira (150 000 euros), ao projecto «Os mais sós», para combate ao isolamento dos idosos, e à Fundação da Juventude para a criação de um centro de acolhimento para mães adolescentes.

No âmbito da Saúde, foram muitas as entidades que contaram com a parceria do Montepio, salientando-se a Fundação Portuguesa de Cardiologia, a Associação Alzheimer Portugal e a Fundação Ernesto Roma, que graças envolvimento comprometido do Montepio, puderam dar boa continuidade às suas acções de informação e de apoio aos doentes seus associados. A nível da Educação e Formação foram abrangidas cerca de 18 entidades com um total de 206 797,50 euros.

Destaca-se aqui o Projecto do Prémio Escolar Montepio que, em 2010, permitiu atribuir um donativo unitário de 25 000 euros a 4 escolas que apresentaram os melhores projectos. Nesta dimensão merece destaque o Programa de Educação Financeira do Montepio (para crianças e adultos) implementado em parceria com entidades externas, com particular realce para a colaboração da Associação Nacional de Acção Familiar (ANJAF) e que em 2010 foi distinguida com um Prémio da Organização Mundial da Família. Através desta iniciativa o Montepio contribuiu para o combate da iliteracia financeira e formou mais de 2 500 pessoas.

No campo do Empreendorismo e da Economia Social, sublinhamos a participação do Montepio na Comissão de Acompanhamento do Microcrédito, bem como na estruturação do programa, na formação dos dinamizadores e tutores de proximidade e no acompanhamento e monitorização da fase inicial de lançamento da parceria com a REAPN (Rede Europeia Anti-Pobreza).

O Montepio deu ainda continuidade aos projectos Frota Solidária, Reis por Um Dia e Cartão de Crédito Mais Vida, escrutinando as entidades beneficiárias tendo em conta o impacto das respectivas actividades no seio das comunidades abrangidas.

Através destes projectos foi possível auxiliar mais 30 instituições, tendo sido atribuídas 16 viaturas adaptadas no contexto da Frota Solidária e concedidos apoios financeiros no total de 639 965,75 euros a mais 14 entidades.

De realçar ainda o acompanhamento das 19 instituições que ao longo de 2010 beneficiaram do Espaço Incluarte e das 2950 crianças e jovens (pertencentes a 31 escolas) que beneficiaram das entradas gratuitas nos espectáculos do Til (Teatro Infantil de Lisboa) e Arte D'Encantar.

Por fim, e ainda neste campo de interligação com o terceiro sector, o Montepio consolidou 12 protocolos de cooperação, supervisionados pelo Gabinete de Responsabilidade Social, dos quais se salientam os celebrados com a Liga dos Bombeiros

Portugueses, a Confederação das Colectividades de Cultura e Recreio, o Museu da Criança e Associação Portuguesa para o Ensino dos Cegos.

Com o objectivo de difundir as práticas de responsabilidade ética do Montepio e promover a reflexão crítica sobre responsabilidade social, foi assegurada a representação externa em mais de 50 eventos, destacando-se o envolvimento activo em estruturas como o Grupo de Reflexão para a Cidadania Empresarial (GRACE), a *Juniores Achievement*, o Centro Nacional de Fundações, o Comité de Responsabilidade Social do *European Savings Banks*, a Associação de Responsabilidade Social Portugal, a Rede Local de Acção Social de Lisboa e o Conselho Português para o Desenvolvimento Sustentável (BCSD).

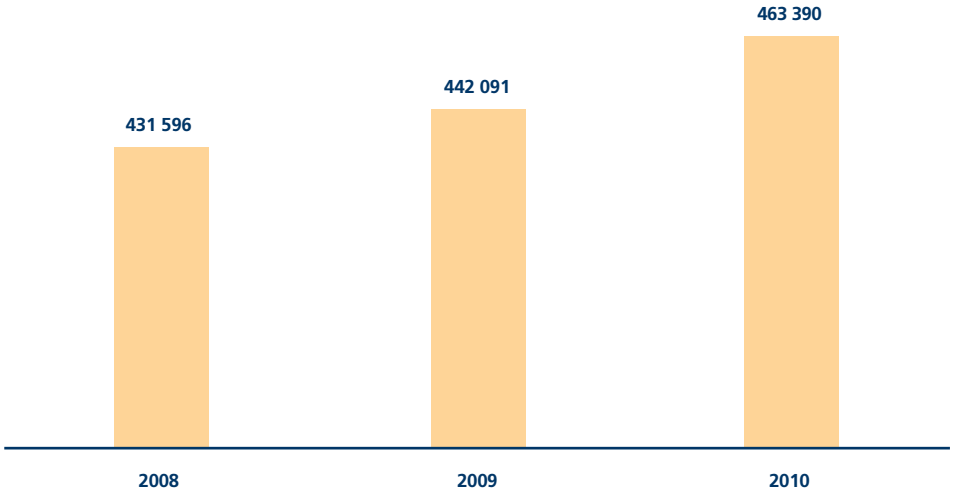
6. Montepio Geral Associação Mutualista

6.1. ACTIVIDADE ASSOCIATIVA

BASE DE ASSOCIADOS

O Montepio Geral – Associação Mutualista (AM) alargou a sua base associativa para um total de 463 390 Associados no final de 2010, a que corresponde uma taxa de crescimento anual de 4,8%, em linha com as metas estratégicas delineadas.

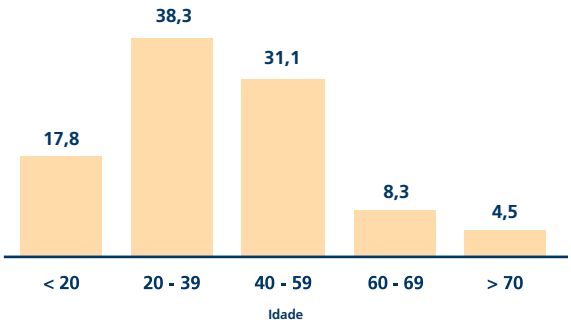
NÚMERO DE ASSOCIADOS EFECTIVOS



A rede de balcões da Caixa Económica (CE) continuou a ser um veículo privilegiado na divulgação e colocação dos produtos mutualistas, procurando aproveitar o potencial de crescimento existente, uma vez que apenas 38,7% dos seus clientes particulares são Associados.

A distribuição etária dos Associados da AM permaneceu estável comparativamente ao ano anterior, mantendo-se uma ligeira superioridade na representação do sexo feminino, com 50,9%, (50,8% em 2009). Para uma idade média global de 37 anos dos Associados, 56,1% tinham menos de 40 anos e somente 12,8% mais de 60 anos.

DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DOS ASSOCIADOS EM 2010 (%)



CLUBE «TIO PELICAS»

(N.º de Sócios)

ANO	2008	2009	2010
SÓCIOS	30 855	31 676	26 619

Da dinâmica de evolução dos Associados mais jovens merece referência o número total de sócios do Clube Pelicas, que apresentou em 2010 uma ligeira correcção, resultado, fundamentalmente, da alteração da idade limite de 14 anos para 13 anos. No final do ano, encontravam-se contabilizados 26 619 sócios efectivos.

Com o objectivo de difundir os valores mutualistas e fidelizar e aprofundar as relações com os Associados mais jovens continuou-se a editar a revista trimestral e lançaram-se várias iniciativas no âmbito deste clube, de entre as quais se destacam as acções de divulgação do Clube em Escolas e Associações de apoio à infância e a participação no Festival Panda.

DESENVOLVIMENTO DA OFERTA MUTUALISTA

A Associação Mutualista tem, ao longo dos anos, pautado a sua actuação de forma a contribuir para a satisfação integral das necessidades dos seus Associados. Como tal, constitui uma preocupação permanente a disponibilização de soluções, que, no quadro regulamentar específico da actividade mutualista, se adeqúem a essas necessidades e correspondam às expectativas dos Associados e das suas famílias.

A reformulação da sua carteira de oferta e a criação de novas modalidades mutualistas, efectuada nos últimos anos, reflecte esta preocupação e as alterações verificadas na estrutura etária e demográfica da base de Associados, bem como a adequação às alterações das condições dos mercados, designadamente, em termos de taxas de juro.

Neste âmbito, realizaram-se campanhas de promoção das modalidades actuariais, que contribuíram para um aumento significativo do número das respectivas inscrições, e foram emitidas doze séries da modalidade de Capitais de Reforma por Prazo Certo (Montepio Capital Certo) que, em 2010, se traduziram na captação de 105,3 milhões de euros.

Através das Residências Montepio – Serviços de Saúde, empresa do Grupo Montepio, alargou-se a oferta na área dos serviços assistenciais de saúde e bem-estar. Para além do Serviço de Apoio Domiciliário e Tele-Assistência, a rede de Residências Assistidas contou, em 2010, com a inauguração de uma nova unidade – a Residência Montepio Parede, aumentando para quatro o número de residências em funcionamento (em 2008 tinha sido inaugurada a Residência Montepio Breyner, localizada na cidade do Porto, e, em 2009, as Residências Montepio Gaia – Quinta de Cravel e Montepio Coimbra – Quinta da Romeira). Desta forma foi possível reforçar o conjunto de serviços e facilidades disponibilizadas para segmentos específicos da população.

BENEFÍCIOS COMPLEMENTARES DE OFERTA

Os Associados beneficiam de condições preferenciais nos produtos e serviços comercializados pelo Montepio, de entre as quais se destaca a redução de *spreads* no Crédito à Habitação e no Crédito Individual, a bonificação de taxas de juro na subscrição de Depósitos a Prazo ou noutro tipo de produto de poupança, os descontos na anuidade de Cartões de Crédito, a isenção de comissões de manutenção nas Contas à Ordem em Despesas de Gestão e Manutenção e o desconto nos valores dos serviços de Administração Parcial e Total de Propriedades.

Em 2010, o valor de benefícios atribuídos aos Associados, enquanto clientes da CEMG, totalizou 13 830 milhares de euros, aumentando 14% face aos 12 096 milhares de euros, registados em 2009.

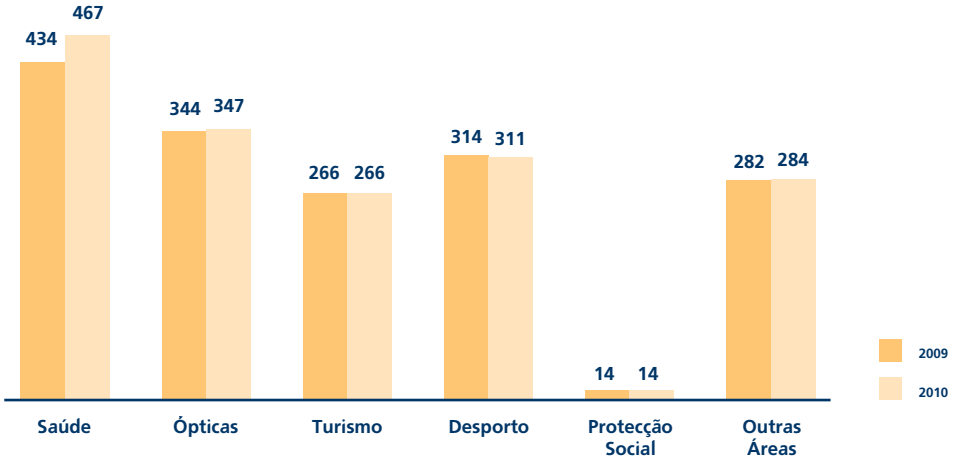
TOTAL DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS PELA CAIXA ECONÓMICA AOS ASSOCIADOS EM 2010

(milhares de euros)

CLASSE	Família Produtos	Valor do Benefício		Var.
		2009	2010	
PRODUTOS DO ACTIVO	Crédito à Habitação	7 909	8 053	2%
	Crédito ao Consumo	578	821	42%
PRODUTOS DO PASSIVO	Depósitos Ordem	1 899	3 489	84%
	Depósitos Prazo	421	343	-19%
	Depósitos Estruturados	195	98	-50%
PRODUTOS FORA DE BALANÇO	Cartões de Crédito	1 091	1 023	-6%
	Administração Propriedades	3	3	0%
TOTAL		**12 096**	**13 830**	**14%**

No âmbito dos benefícios complementares e com o objectivo de valorizar a condição de Associado do Montepio prosseguiu-se a política de celebração de acordos com entidades parceiras (nacionais e locais), privilegiando, entre outras, as áreas da saúde, ópticas, turismo, formação e desporto. Assim, no final de 2010, a AM tinha em vigor acordos com 616 entidades, os quais permitem aos Associados o acesso, em condições preferenciais, a um total de 1 689 pontos de desconto em todo o país.

BENEFÍCIOS COMPLEMENTARES AOS ASSOCIADOS
ACORDOS COM ENTIDADES – N.º DE PONTOS DE DESCONTO



Estes benefícios representam, para os Associados, descontos que podem variar entre os 2% e os 50%, sobre a tabela de preços praticada pelas entidades para o público em geral. Na sua maioria, os descontos concedidos são de 10% e de 20% e são extensíveis aos seus familiares (ascendentes e descendentes do 1.º grau e cônjuge).

Para além destes acordos, no âmbito da Parceria Estratégica celebrada em 2009 com a Repsol, os Associados utilizadores do cartão de desconto beneficiaram, no seu conjunto, de um montante de descontos de 3,27 milhões de euros, durante o ano de 2010.

Merece ainda realce neste domínio o vasto programa de iniciativas de carácter cultural, lúdico e formativo, donde se destacam as «Conferências Montepio», «Passeios com História», «Concurso de Ideias» e «Formação para Associados», designadamente em microinformática, que se desenvolveram em 2010, com o propósito de aprofundar as relações com os Associados e aumentar a sua satisfação de que se dá conta com maior detalhe no capítulo 5 do Relatório de Gestão.

6.2. RECEITAS ASSOCIATIVAS

A angariação de novos Associados e o reforço da ligação com o universo actual continuou a ser a política adoptada para promover o aumento das subscrições de produtos mutualistas, visando, desta forma, o aumento das quotizações e dos capitais recebidos.

Assim, o número de subscrições de modalidades atingiu 799 053 no final de 2010, o que representa uma subida de 4,7% em relação ao ano anterior, com o número médio de inscrições por associado a situar-se em 1,72.

O aumento da actividade associativa resultou num crescimento das receitas associativas, que atingiram, no final de 2010, 329,2 milhões de euros, o equivalente a uma subida de cerca de 27,6 milhões de euros relativamente a 2009, ou seja, uma variação positiva de 9,2%. Para este comportamento, contribuíram, de forma significativa, as receitas das modalidades de capitalização, nomeadamente Capitais de Reforma (10,6 milhões de euros) e das modalidades de previdência, onde se destacaram os Capitais de Previdência Diferidos com Opção (6,5 milhões de euros) e os Capitais para Jovens (862 milhares de euros).

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS ASSOCIATIVAS (Quotizações e Capitais por Modalidades)

(milhares de euros)

MODALIDADES	2009		2010		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1.BENEFÍCIOS DE SOLIDARIEDADE ASSOCIATIVA	**6 023**	**2,0**	**6 590**	**2,0**	**567**	**9,4**
2. MODALIDADES INDIVIDUAIS	**293 976**	**97,4**	**321 432**	**97,6**	**27 456**	**9,3**
2.1. Capitais de Reforma	***113 069***	***37,5***	***123 639***	***37,5***	***10 570***	***9,3***
2.2. Poupança de Reforma	***12 166***	***4,0***	***13 010***	***4,0***	***844***	***6,9***
2.3. Capitais de Reforma por Prazo Certo	***97 485***	***32,3***	***105 294***	***32,0***	***7 809***	***8,0***
2.4. Outras Modalidades	***71 256***	***23,6***	***79 489***	***24,1***	***8 233***	***11,6***
Das quais:						
Capitais Previdência Diferidos c/ Opção	39 025	12,9	45 540	13,8	6 515	16,7
Capitais p/ Jovens	4 800	1,6	5 662	1,7	862	18,0
Pensões de Reforma	4 951	1,6	4 935	1,5	-16	-0,3
Garantia de Pagamento de Encargos	20 469	6,8	21 104	6,4	635	3,1
3. MODALIDADES COLECTIVAS	**910**	**0,3**	**503**	**0,2**	**-407**	**-44,7**
4. CAPITAIS TRANSFERIDOS P/PENSÕES E RENDAS	**700**	**0,3**	**693**	**0,2**	**-7**	**-1,0**
5. TOTAL (1) + (2) + (3) + (4)	**301 609**	**100,0**	**329 218**	**100,0**	**27 609**	**9,2**

Nota: Não estão considerados 1,229 milhões de euros de capitais recebidos nas Rendas Vitalícias (+58,1% do que em 2009) uma vez que não se trata de modalidades mutualistas.

6.3. BENEFÍCIOS VENCIDOS E REEMBOLSOS

O montante de benefícios vencidos e de reembolsos totalizou, em 2010, o valor de 218,2 milhões de euros, traduzindo um acréscimo homólogo de 38 milhões de euros. Contribuíram particularmente para este comportamento o aumento dos seguintes reembolsos:

- dos Capitais de Reforma em cerca de 19,4 milhões de euros;
- de Capitais de Reforma por Prazo Certo na ordem dos 13,2 milhões de euros.

Em termos de dinâmica processual, o número de benefícios e de reembolsos processados totalizou 100 606 processos no final do ano, o que representou um aumento de 23% face a 2009.

BENEFÍCIOS VENCIDOS E REEMBOLSOS

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2009		2010		Variação	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Valor	%
PENSÕES E RENDAS	**6 242**	**7 621**	**6 458**	**8 225**	**604**	**7,9**
Valores Subscritos	6 242	3 613	6 458	4 132	519	14,4
Subvenções e Melhorias		4 008		4 093	85	2,1
CAPITAIS E SUBSÍDIOS	**17 818**	**34 611**	**21 749**	**37 136**	**2 525**	**7,3**
Valores Subscritos	17 818	31 058	21 749	34 015	2 957	9,5
Subvenções e Melhorias		3 553		3 121	-432	-12,2
REEMBOLSOS	**53 910**	**127 712**	**67 952**	**160 523**	**32 811**	**25,7**
OUTROS CUSTOS	**3 849**	**10 255**	**4 447**	**12 359**	**2 104**	**20,5**
TOTAL	**81 819**	**180 199**	**100 606**	**218 243**	**38 044**	**21,1**

Nota: Não estão considerados encargos anuais no montante de 2,637 milhões de euros relativos às Rendas Vitalícias (-3,2% do que em 2009) uma vez que não se trata de modalidades mutualistas.

Com base no Artigo 18.º dos Estatutos e no Artigo 53.º do Código das Associações Mutualistas, a AM atribuiu em 2010 uma taxa de melhorias de benefícios de 1,0% às Modalidades Actuariais com taxa técnica de 3%, 0,25% às Pensões de Sobrevivência e Dotes e 0,5% às restantes Modalidades Actuariais com taxa técnica de 4%. O montante atribuído foi apurado em função do volume das Reservas Matemáticas constituídas.

Nos termos regulamentares, excluíram-se de atribuição de melhorias as modalidades com Fundo Disponível negativo e/ou com dívidas acumuladas ao Fundo de Reserva. O montante de melhorias atribuídas aos Associados, em 2010, ascendeu a 1,2 milhões de euros, significando um acréscimo de 200 mil euros face ao montante atribuído em 2009.

Aos subscritores das Modalidades de Capitalização foi distribuída uma taxa anual global de rendibilidade de 2,75%, composta por duas componentes:

- Rendimento Anual Mínimo (entre 0,677% e 2,25%);
- Rendimento Anual Complementar (de 0,5% a 2,073%).

6.4. ANÁLISE FINANCEIRA E RESULTADOS

6.4.1. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

No decurso do ano de 2010, a Associação Mutualista prosseguiu a sua actuação nos mercados financeiros assente em critérios conservadores, procurando dar uma resposta adequada às responsabilidades de médio e longo prazo assumidas para com os Associados subscritores das várias modalidades, num quadro de autonomia financeira das mesmas.

A reduzida exposição ao mercado accionista, num ano de queda de alguns dos principais índices mundiais, e a escolha selectiva de títulos no mercado de dívida, permitiu mitigar o efeito negativo resultante do facto das taxas de juro de referência se apresentarem em níveis historicamente baixos.

O posicionamento no mercado de dívida manteve a preferência por emitentes com *rating* na área do *investment grade* e elegíveis para o acesso a facilidades de liquidez. Pese embora os sucessivos *downgrades* do risco de crédito verificados ao longo do ano, cerca de 92% da carteira de obrigações apresenta uma notação igual ou superior a BBB- (91,4% em 2009). De salientar ainda a diversificação geográfica das aplicações financeiras, quer em termos de risco país, quer em termos de tipologia (soberana e *corporate*). As aplicações ao nível da taxa de juro (fixa e variável) foram igualmente ponderadas em função das oportunidades que os mercados financeiros foram proporcionando. A *duration* da carteira subiu para 3,96 anos (2,44 anos, em 2009) em consequência das aplicações realizadas por prazos mais longos, tendo em conta as características particulares e o perfil financeiro de algumas das modalidades sob gestão.

6.4.2. EVOLUÇÃO E RENDIBILIDADE DOS ACTIVOS

Em 2010, o activo líquido da Associação Mutualista totalizou 2 759,3 milhões de euros, valor correspondente a uma taxa de crescimento anual de 5,7% e que compara, favoravelmente, com a variação anual obtida em 2009 (+0,4%). Da evolução das suas principais componentes, salienta-se o comportamento das Participações Financeiras Diversas, como consequência directa da aquisição da Finibanco-Holding, SGPS e a consequente redução na componente de depósitos bancários.

Exceptuando o comportamento das Participações Financeiras e dos Depósitos Bancários, a restante estrutura do activo manteve-se praticamente inalterada.

EVOLUÇÃO DO ACTIVO LÍQUIDO

(milhares de euros)

CLASSE DE ACTIVOS	2009		2010		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Imóveis	134 936	5,2	147 139	5,3	12 203	9,0
Títulos	909 056	34,8	957 261	34,7	48 205	5,3
Participação Financeira Institucional	760 000	29,1	800 000	29,0	40 000	5,3
Participações Financeiras Diversas	81 965	3,1	461 674	16,7	379 709	463,3
Depósitos Bancários	673 394	25,8	344 688	12,5	-328 706	-48,8
Derivados	-3 403	-0,1	-5 443	-0,2	-2 040	-59,9
Outros Activos	53 829	2,1	54 029	2,0	200	0,4
TOTAL	**2 609 777**	**100,0**	**2 759 348**	**100,0**	**149 571**	**5,7**

Em termos de rendibilidade média do activo, a taxa obtida em 2010 foi idêntica à verificada no ano transacto (2,7%), ou seja, acima do referencial de taxas de médio prazo (5 anos) do mercado interbancário (taxa *swap* média de 2,25% em 2010).

RENDIBILIDADE LÍQUIDA DOS ACTIVOS

(milhares de euros)

CLASSE DE ACTIVOS	Saldo Médio		Rendimento		Tx. Média Rendimento	
	Valor	%	Valor	%	2009	2010
Imóveis	139 702	5,2	12 907	18,1	9,2	9,2
Títulos	956 109	35,9	26 494	37,1	3,3	2,8
Participação Financeira Institucional	772 308	28,9	20 292	28,4	1,6	2,6
Participações Financeiras Diversas	89 101	3,3	2 084	2,9	3,6	2,3
Depósitos Bancários	666 890	25,0	11 391	16,0	2,4	1,7
Derivados	-4 747	-0,2	-1 935	-2,7		
Outros Activos	50 217	1,9	111	0,2	0,4	0,2
TOTAL	**2 669 580**	**100,0**	**71 344**	**100,0**	**2,7**	**2,7**

Notas: O Saldo Médio foi calculado com base em 13 obervações (Dez/2009 a Dez/2010);
O Saldo Médio das Participações Financeiras Diversas exclui a participação na Finibanco-Holding, SGPS.

Neste âmbito, importa destacar a melhoria da rendibilidade proporcionada pela Participação Financeira Institucional na Caixa Económica, em contraponto com os Depósitos Bancários e com a rendibilidade associada à Carteira de Títulos. Durante o ano de 2010, estas componentes foram influenciadas pela redução significativa das taxas de referência de mercado (Euribor 3M e Euribor 6M) que lhes servem de indexante.

Carteira de Imóveis

A carteira de imóveis aumentou, apresentando, no final do exercício, um valor bruto de inventário de 201,1 milhões de euros, ou seja, mais 15,5 milhões de euros do que em igual período do ano anterior (+8,3%). O crescimento verificado resultou, fundamentalmente, dos seguintes movimentos:

- Conclusão da construção de dois novos Centros Residenciais (Vila Nova de Gaia e Coimbra);
- Aquisição de um Imóvel em Ponta Delgada.

ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DA CARTEIRA DE IMÓVEIS

(milhares de euros)

CLASSE DE ACTIVOS	2009		2010		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Investimentos em Imóveis	164 270	88,5	179 648	89,3	15 378	9,4
Edifícios e Outras Construções	17 650	9,5	17 741	8,8	91	0,5
Terrenos e Recursos Naturais	3 754	2,0	3 754	1,9	0	0,0
TOTAL	**185 674**	**100,0**	**201 143**	**100,0**	**15 469**	**8,3**

Nota: Estes valores diferem dos valores apresentados no mapa «Evolução do Activo Líquido da Associação Mutualista», porque aqueles estão deduzidos de amortizações, nos valores de 50 739 milhares de euros e de 54 005 milhares de euros, em 2009 e 2010, respectivamente.

O rendimento líquido da carteira totalizou 12,9 milhões de euros, ou seja, mais 6,1% do que em 2009. Este comportamento é justificado, sobretudo, pela cobrança de rendas sobre novos imóveis de investimento e pelas menores despesas com a manutenção dos imóveis.

Carteira de Títulos

A componente de obrigações representa uma parcela significativa da carteira global de títulos que totalizava, no final de 2010, um valor de 957,3 milhões de euros.

Ao longo do ano de 2010, a AM continuou a centrar as suas aplicações financeiras no mercado de títulos de dívida, em particular no segmento de dívida pública.

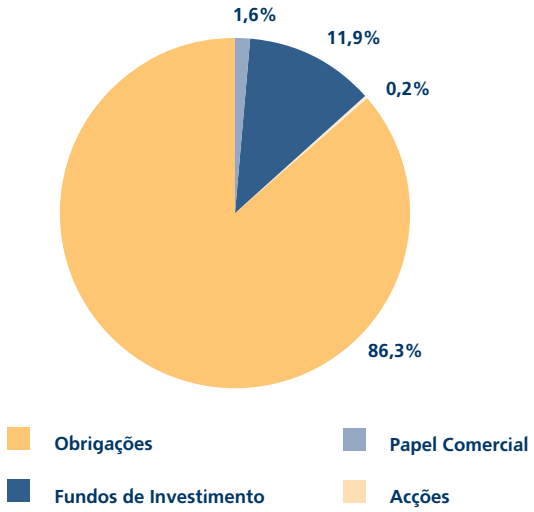
ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DA CARTEIRA DE TÍTULOS

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2009		2010		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1. Carteira de Títulos e Similares						
Obrigações (inclui Títulos de Negociação)	791 875	85,1	839 925	85,9	48 050	6,1
Papel Comercial	15 009	1,6	15 005	1,6	-4	-0,0
Acções (inclui Títulos de Negociação)	4 274	0,5	3 311	0,3	- 963	-22,5
TOTAL 1	**811 158**	**87,2**	**858 241**	**87,8**	**47 083**	**5,8**
% do Activo	**31,1**		**31,1**		**0,0 p.p.**	
2. Outras Aplicações Financeiras						
Fundos de Investimento Mobiliários	15 030	1,6	15 344	1,6	314	2,1
Fundos de Investimento Imobiliários	39 252	4,2	31 635	3,2	-7 617	-19,4
Outros Fundos de Investimento	65 063	7,0	72 559	7,4	7 496	11,5
TOTAL 2	**119 345**	**12,8**	**119 538**	**12,2**	**193**	**0,2**
% do Activo	**4,6**		**4,3**		**-0,3 p.p**	
TOTAL (1+2)	**930 503**	**100,0**	**977 779**	**100,0**	**47 276**	**5,1**
% do Activo	**35,7**		**35,4**		**-0,3 p.p.**	
3. Imparidade						
Obrigações	14 707	68,6	13 460	65,6	-1 247	-8,5
Acções	1 228	5,7	1 088	5,3	-140	-11,4
Fundos de Investimento Mobiliários	5 512	25,7	5 970	29,1	458	8,3
TOTAL 3	**21 447**	**100,0**	**20 518**	**100,0**	**-929**	**-4,3**
TOTAL LÍQUIDO	**909 056**		**957 261**		**48 205**	**5,3**
% do Activo	**34,8**		**34,7**		**-0,1 p.p.**	

Numa perspectiva de mitigação dos riscos de crédito e de taxa de juro, a carteira de obrigações incorpora, preferencialmente, títulos de dívida sénior, com *ratings* na área do *Investment Grade* (notação igual ou superior a BBB-) e preferencialmente com rendimento a taxa variável (*floating rate notes*). Atente-se que a alteração na estrutura de *rating* da carteira, observada durante o ano de 2010, encontra-se directamente relacionada com os *downgrades* sofridos pela generalidade dos emitentes.

ESTRUTURA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTO POR TIPO DE ACTIVOS (com Imparidade)



ESTRUTURA DA CARTEIRA DE OBRIGAÇÕES POR CLASSES DE *RATING*

(milhares de euros)

CLASSES DE *RATING*	2009		2010	
	Valor	%	Valor	%
AAA	26 613	3,4	20 997	2,5
AA+	2 027	0,3	3 719	0,5
AA	10 466	1,4	7 084	0,9
AA-	88 864	11,4	15 922	1,9
A+	31 026	4,0	22 185	2,7
A	68 675	8,8	100 784	12,2
A-	357 438	46,0	49 660	6,0
BBB+	81 569	10,5	31 728	3,8
BBB	35 242	4,5	433 990	52,5
BBB-	8 350	1,1	74 242	9,0
<BBB-	5 709	0,7	17 328	2,1
NR	61 189	7,9	48 826	5,9
TOTAL	**777 168**	**100,0**	**826 465**	**100,0**

Tendo em consideração a natureza das responsabilidades da AM, a quase totalidade da carteira de títulos está contabilizada como Activos Disponíveis para Venda (96,9%), representando a componente de títulos contabilizada na carteira de negociação 1,7% do total.

Em termos homólogos, observou-se um acréscimo do valor bruto da Carteira de Títulos Disponíveis para Venda, em 66,5 milhões de euros, e um decréscimo na Carteira de Títulos Classificados ao Justo Valor em Resultados e na Carteira de Negociação de, respectivamente, 7,3 milhões de euros e 11,9 milhões de euros, em consequência do vencimento de grande parte das posições em carteira.

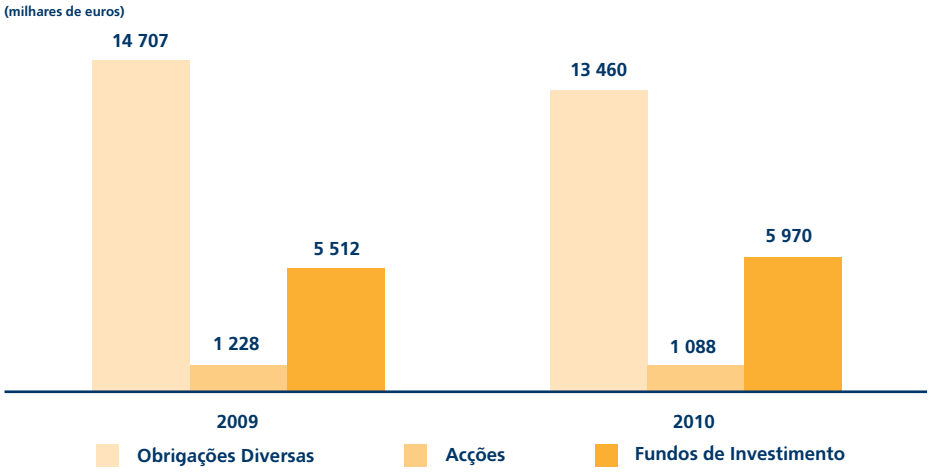
TIPOLOGIA DA CARTEIRA DE TÍTULOS

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	Carteira		Imparidade		Variação	
	2009	2010	2009	2010	Carteira	Imparidade
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Disponíveis para Venda	**880 996**	**947 529**	**21 447**	**20 518**	**66 533**	**-929**
Obrigações do Tesouro	76 189	72 782			-3 407	
Obrigações Diversas	666 179	737 203	14 707	13 460	71 024	-1 247
Papel Comercial	15 009	15 005			-4	
Acções	4 274	3 001	1 228	1 088	-1 273	-140
Fundos de Investimento	119 345	119 538	5 512	5 970	193	458
Classific. Justo Valor em Resultados	**20 998**	**13 683**			**-7 315**	
Obrigações	20 998	13 683			-7 315	
Títulos Negociáveis	**28 509**	**16 567**			**-11 942**	
Acções	0	310			310	
Obrigações	28 509	16 257			-12 252	
TOTAL	**930 503**	**977 779**	**21 447**	**20 518**	**47 276**	**-929**

Apesar do contexto de elevada volatilidade nos mercados financeiros internacionais, foi possível reduzir os montantes de Imparidade da Carteira de Títulos em 0,9 milhões de euros. Destaca-se o comportamento da componente de títulos de dívida com uma queda da imparidade de 1,25 milhões de euros.

EVOLUÇÃO DA IMPARIDADE DE TÍTULOS



O rendimento líquido proporcionado pela Carteira de Títulos totalizou 26,5 milhões de euros, ou seja, menos 6,0% do que em 2009. Este comportamento está directamente relacionado com a redução significativa no principal indexante da carteira de obrigações de taxa variável (Euribor 3M), que se situou num valor médio de 0,814%, em 2010, face aos 1,218% observados em 2009.

EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO DA CARTEIRA DE TÍTULOS

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2009		2010		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Obrigações	51 628	183,2	24 973	94,3	-26 655	-51,6
Acções	-121	-0,4	-298	-1,1	-177	-146,3
Papel Comercial	421	1,5	274	1,0	-147	-34,9
Fundos de Investimento	23 749	-84,3	1 545	5,8	25 294	106,5
TOTAL	**28 179**	**100,0**	**26 494**	**100,0**	**-1 685**	**-6,0**

Participação Financeira Institucional na Caixa Económica

A Participação Financeira Institucional da AM na CE foi incrementada em 40 milhões de euros em 2010, passando de 760 milhões de euros para 800 milhões de euros. Este reforço foi aprovado em sessão da Assembleia Geral de 24 de Março de 2010.

Adicionalmente, na Assembleia Geral de 21 de Dezembro de 2010, foi aprovado um aumento do Capital Institucional da Caixa Económica até 345 milhões de euros, o qual permitirá acomodar a operação de integração do Finibanco SA e criar condições para prosseguir a estratégia de desenvolvimento sustentado do Grupo Montepio, preservando robustos níveis de solvabilidade.

O montante de resultados da Caixa Económica de 2009 transferidos para a AM em 2010 atingiu 20,3 milhões de euros, que compara com 11,3 milhões de euros transferidos em 2009.

Participações Financeiras Diversas

Com a aquisição da Finibanco-Holding, SGPS, a carteira de Participações Financeiras Diversas da AM apresentou um incremento significativo face a 2009. Para além deste investimento estratégico, ocorreram mais alguns movimentos dignos de registo, de entre os quais se destacam:

- Participação na constituição da Sociedade de Capital de Risco Bem Comum;
- Reforço de capital da empresa Germont Empreendimentos Imobiliários;
- Reforço de capital da empresa Bolsimo – Gestão de Activos.

Sem considerar a aquisição da Finibanco Finibanco-Holding, SGPS, ocorrida em Novembro de 2010, a taxa de rendibilidade média gerada pela carteira de Participações Financeiras situou-se em 2,3%, tendo o rendimento líquido atingido cerca de 2,1 milhões de euros.

EVOLUÇÃO DA CARTEIRA DE PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS E SEUS RENDIMENTOS

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2009				2010				Variação			
	Investimento	%	Rendimento	%	Investimento	%	Rendimento	%	Investimento	%	Rendimento	%
Participações Financeiras de Capital Estratégicas	**38 239**	**46,7**	**2 185**	**90,0**	**379 489**	**82,2**	**1 851**	**88,8**	**341 250**	**892,4**	**-334**	**-15,3**
MONTEPIO GESTÃO DE ACTIVOS	1 331	1,6	505	20,8	1 331	0,3	495	23,7	0	0,0	-10	-2,0
FUTURO	1 963	2,4	160	6,6	1 963	0,4			0	0,0	-160	-100,0
LUSITANIA – VIDA	9 647	11,8	863	35,6	9 647	2,1	699	33,5	0	0,0	-164	-19,0
LUSITANIA – COMPANHIA DE SEGUROS	23 769	29,0	657	27,1	23 769	5,1	657	31,5	0	0,0		
RESIDÊNCIAS MONTEPIO, SA	1 530	1,9			1 530	0,3			0	0,0		
FINIBANCO					341 250	73,9			341 250			
Outras Participações	**13 976**	**17,1**	**242**	**10,0**	**17 435**	**3,8**	**233**	**11,2**	**3 459**	**24,7**	**-9**	**-3,8**
NEBRA ENERGIAS RENOVABLES	611	0,7			611	0,1	-4	-0,2	0	0,0	-4	
BOLSIMO	12 370	15,1			15 119	3,3			2 749	22,2		
GERMONT	70	0,1			700	0,2			630	900,0		
LEACOCK	242	0,3			242	0,1			0	0,0		
NOVACÂMBIOS	227	0,3	11	0,5	227	0,0	11	0,5	0	0,0		
SAGIES	97	0,1			97	0,0	87	4,2	0	0,0	87	
SILVIP	308	0,4	231	9,5	308	0,1	138	6,6	0	0,0	-93	-40,1
MG INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	50	0,1			50	0,0			0	0,0		
SOCIEDADE BEM COMUM					80	0,0			80			
Subtotal	**52 215**	**63,7**	**2 427**	**100,0**	**396 924**	**86,0**	**2 084**	**100,0**	**344 709**	**660,2**	**-343**	**-14,1**
Prestações Suplementares de Capital												
LUSITANIA – COMPANHIA DE SEGUROS	29 750	36,3			29 750	6,4			0			
BOLSIMO					35 000	7,6			35 000			
Subtotal	**29 750**	**36,3**	**0**	**0,0**	**64 750**	**14,0**	**0**	**0,0**	**35 000**	**117,6**	**0**	**0,0**
TOTAL	**81 965**	**100,0**	**2 427**	**100,0**	**461 674**	**100,0**	**2 084**	**100,0**	**379 709**	**463,3**	**-343**	**-14,1**

Depósitos Bancários

O valor de depósitos bancários situou-se em 344,7 milhões de euros, em 31 Dezembro 2010. Apesar da redução registada nos Depósitos na sequência da operação de aquisição do Finibanco SGPS no montante de 341,25 milhões de euros, o seu valor representava 12,5% do total do activo da AM (25,8% em 2009).

EVOLUÇÃO DOS DEPÓSITOS BANCÁRIOS

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2009		2010		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Depósitos à Ordem	116 894	17,4	132 444	38,4	15 550	13,3
Depósitos a Prazo	556 500	82,6	212 244	61,6	-344 256	-61,9
TOTAL	**673 394**	**100,0**	**344 688**	**100,0**	**-328 706**	**-48,8**

Outros Activos

As componentes com maior relevância na classe dos Outros Activos continuam a ser, tal como em 2009, as Construções em Curso e os Empréstimos a Associados.

Relativamente às Construções em Curso, de salientar as obras de melhoramento realizadas em alguns imóveis e, sobretudo, os desenvolvimentos observados nos Centros Residenciais (cinco projectos ainda em curso) com um investimento global acumulado de 28,1 milhões de euros no final de 2010.

ESTRUTURA DE IMOBILIZAÇÕES EM CURSO

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2009		2010		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Centros Residenciais	36 634	98,3	28 088	89,9	-8 546	-23,3
Unidades de Cuidados Continuados	64	0,2	70	0,2	6	9,4
Diversos	540	1,5	3 088	9,9	2 548	471,9
TOTAL	**37 238**	**100,0**	**31 246**	**100,0**	**-5 992**	**-16,1**

No que respeita aos Empréstimos a Associados foram realizados 1 420 novos contratos, menos 14 do que no ano anterior, sendo o montante médio de empréstimo, por cada novo contrato, de 2,3 mil euros (2,8 mil euros em 2009).

O montante de crédito concedido foi de 3,3 milhões de euros, que compara com 4,1 milhões em 2009, tendo o saldo acumulado de empréstimos diminuído para os 3,2 milhões de euros (3,6 milhões de euros, em 2009).

EMPRÉSTIMOS A ASSOCIADOS

DESIGNAÇÃO	2009	2010	Variação
			(unidades)
Número de Contratos Novos	**1 434**	**1 420**	**-14**
Sobre Reservas Matemáticas (1)	703	784	81
Sobre Capitais	731	636	-95
			(milhares de euros)
Montante de Contratos Novos	**4 082**	**3 257**	**-825**
Sobre Reservas Matemáticas	1 135	1 359	224
Sobre Capitais	2 947	1 898	-1 049
			(rácios)
Montante médio por contrato novo	**2,8**	**2,3**	**-0,5**
Sobre Reservas Matemáticas	1,6	1,7	0,1
Sobre Capitais	4,0	3,0	-1,0
			(milhares de euros)
Montante Acumulado	**3 606**	**3 177**	**-429**
Sobre Reservas Matemáticas	1 009	1 135	126
Sobre Capitais	2 597	2 042	-555

(1) Inclui Empréstimos sobre Quotas Restituíveis

6.4.3. PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO

O acréscimo de 141,3 milhões de euros nas responsabilidades (+6,4%) foi ligeiramente inferior aos 147,4 milhões de euros observados em 2009. Para este comportamento contribuiu, decisivamente, a redução observada nas Subvenções e Melhorias e nas Provisões Actuariais. Por outro lado, nas modalidades de capitalização (com especial relevo para as várias Séries emitidas da modalidade de Capitais de Reforma por Prazo Certo), e, em algumas modalidades actuariais (Protecção 5 em 5, Protecção Sub-25 e Pensões de Reforma), a dinâmica de subscrição observada implicou um reforço significativo das provisões matemáticas.

Teste de Adequabilidade das Reservas Matemáticas das Modalidades Actuariais

Efectuou-se, tal como em anos anteriores, o teste de adequação das responsabilidades nas modalidades actuariais e rendas vitalícias encerradas a novas subscrições e com taxas técnicas desajustadas à realidade actual.

Apesar da redução na taxa de desconto aplicada à generalidade das modalidades, foi possível proceder à libertação de reservas matemáticas em resultado da suspensão das entregas de quotas nas modalidades Pensões de Reforma a 4% e a 6%.

EVOLUÇÃO DO PASSIVO

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2009		2010		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS	**2 201 184**	**99,8**	**2 342 462**	**99,7**	**141 278**	**6,4**
PROVISÕES MATEMÁTICAS MODAL. ASSOCIATIVAS	2 114 982	95,9	2 258 937	96,1	143 955	6,8
Estatutárias	2 027 917	91,9	2 175 579	92,6	147 662	7,3
Rendas Vitalícias	19 272	0,9	18 848	0,8	- 424	-2,2
Actuariais	67 793	3,1	64 510	2,7	-3 283	-4,8
SUBVENÇÕES E MELHORIAS DE BENEFÍCIOS	86 202	3,9	83 525	3,6	- 2 677	- 3,1
OUTROS PASSIVOS	**5 488**	**0,2**	**6 241**	**0,3**	**753**	**13,7**
TOTAL	**2 206 672**	**100,0**	**2 348 703**	**100,0**	**142 031**	**6,4**

O Capital Próprio da AM composto pelo Fundo Social, Reservas e Resultados, registou, em 2010, um aumento de 7,5 milhões de euros, equivalente a um crescimento anual de +1,9%. Este comportamento foi justificado pelo aumento dos Resultados, dos Fundos Próprios e pelo acréscimo da Reserva Legal (+6,2%), em consequência duma maior dotação por parte das várias modalidades e rendas. A evolução das Reservas de Reavaliação de títulos traduz a instabilidade verificada, durante o ano, na generalidade dos mercados financeiros.

EVOLUÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2009		2010		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
FUNDO SOCIAL	**151 905**	**37,7**	**158 854**	**38,7**	**6 949**	**4,6**
FUNDOS PRÓPRIOS	**79 436**	**19,7**	**90 013**	**21,9**	**10 577**	**13,3**
FUNDO DE ADMINISTRAÇÃO	101	0,0	133	0,0	32	31,7
FUNDO SOLIDARIEDADE ASSOCIATIVA	37 733	9,4	43 162	10,5	5 429	14,4
FUNDO PARA BOLSAS DE ESTUDO	912	0,2	935	0,2	23	2,5
FUNDO GARANTIA DE PAGAMENTO DE ENCARGOS	40 288	10,0	45 405	11,1	5 117	12,7
FUNDO SERV. CLÍNICOS – MONTEPIO EGITANIENSE	402	0,1	378	0,1	-24	-6,0
EXCEDENTES TÉCNICOS	72 469	18,0	68 841	16,8	-3 628	-5,0
RESERVAS	**208 667**	**51,7**	**197 398**	**48,1**	**-11 269**	**-5,4**
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	**5 616**	**1,4**	**-16 902**	**-4,1**	**-22 518**	**-401,0**
RESERVAS LEGAIS	**168 471**	**41,7**	**178 844**	**43,6**	**10 373**	**6,2**
OUTRAS RESERVAS	**34 580**	**8,6**	**35 456**	**8,6**	**876**	**2,5**
RESULTADOS	**42 533**	**10,6**	**54 393**	**13,2**	**11 860**	**27,9**
RESULTADOS LÍQUIDOS	**42 533**	**10,6**	**54 393**	**13,2**	**11 860**	**27,9**
TOTAL	**403 105**	**100,0**	**410 645**	**100,0**	**7 540**	**1,9**

Não obstante o contexto de forte instabilidade dos mercados financeiros, a solidez financeira da AM não sofreu alterações significativas, destacando-se:

- o Rácio de Capital Próprio sobre Activo Líquido de 14,9% (15,4% em 2009);
- o Grau de Cobertura das Responsabilidades (i.e. rácio entre o total dos Fundos, Reservas e Provisões Matemáticas e o total das Provisões para Riscos e Encargos) de 1,15 (1,16, em 2009).

6.4.4. RESULTADOS

A AM finalizou o exercício de 2010 com um Resultado Líquido acumulado de 54,4 milhões de euros, o qual significou um aumento de 27,9% face a 2009.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2009	2010	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
1. PROVEITOS E GANHOS				
Proveitos Inerentes a Associados	486 051	554 305	68 254	14,0
Redução de Provisões Matemáticas (1)	181 854	221 941	40 087	22,0
Receitas Associativas e Outros Proveitos (2)	304 197	332 364	28 167	9,3
Proveitos Suplementares	8	82	74	925,0
Comparticipações e Subsídios à Exploração	11 147	20 292	9 145	82,0
Proveitos e Ganhos Financeiros	78 225	61 068	-17 157	-21,9
Proveitos e Ganhos Extraordinários	5 488	8 024	2 536	46,2
TOTAL	**580 919**	**643 771**	**62 852**	**10,8**
2. CUSTOS E PERDAS				
Custos Inerentes a Associados	504 581	559 826	55 245	10,9
Aumento de Provisões Matemáticas (2)	321 658	338 945	17 287	5,4
Benefícios Vencidos, Reembolsos e Outros Custos (1)	182 923	220 881	37 958	20,8
Fornecimentos e Serviços Externos	2 681	3 068	387	14,4
Custos com o Pessoal	6 904	6 715	-189	-2,7
Outros Custos Operacionais	718	968	250	34,8
Custos e Perdas Financeiras	10 943	8 088	-2 855	-26,1
Custos e Perdas Extraordinárias	4 240	4 460	220	5,2
TOTAL	**530 066**	**583 125**	**53 059**	**10,0**
3. MEIOS LIBERTOS	**50 853**	**60 646**	**9 793**	**19,3**
4. AMORTIZAÇÕES DO IMOBILIZADO	**3 074**	**3 325**	**251**	**8,2**
5. AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES DE APLICAÇÕES E INV. FINANCEIROS	**5 246**	**2 928**	**-2 318**	**-44,2**
6. RESULTADO DO EXERCÍCIO (3-4-5)	**42 533**	**54 393**	**11 860**	**27,9**

(1) Os Benefícios Vencidos têm como contrapartida, do lado dos Proveitos, a Redução das Provisões Matemáticas.

(2) As Receitas Associativas têm como contrapartida, do lado dos Custos, o Aumento das Provisões Matemáticas.

Para a evolução observada nos Resultados, concorre o comportamento das seguintes variáveis:

- Aumento dos resultados transferidos da Caixa Económica (+ 9,1 milhões de euros), que atingiram 20,3 milhões de euros;
- Menores perdas de imparidade reconhecidas no exercício (2,8 milhões de euros em 2010 face aos 4,9 milhões de euros em 2009), ao que acresce a reversão de alguns montantes acumulados na Carteira de Títulos (3,7 milhões de euros em 2010, idêntico ao verificado em 2009);
- Diminuição dos montantes relativos ao pagamento do rendimento mínimo garantido nas Modalidades de Capitalização (15,3 milhões de euros em 2010 e 24,2 milhões de euros em 2009). Este facto deve-se, sobretudo, à evolução do indexante de mercado, ao qual a maioria das subscrições se encontra indexada (taxa de refinanciamento do BCE, que passou de uma média de 1,23% em 2009, para 1,00%, em 2010);
- Libertação de provisões matemáticas das Modalidades Actuariais, por via do teste anual de adequação das responsabilidades (redução, em termos líquidos, de 3,3 milhões de euros em 2010, face a um reforço líquido de 1,6 milhões de euros em 2009).

6.5. PROPOSTAS

6.5.1. PROPOSTA DE RECURSO AOS EXCEDENTES TÉCNICOS E AO FUNDO DE RESERVA GERAL PARA COBERTURA DOS SALDOS NEGATIVOS DOS FUNDOS DISPONÍVEIS

Considerando que algumas Modalidades apresentaram um saldo anual negativo do Fundo Disponível, e tendo em atenção que, de acordo com os Estatutos (art.º 59), «*quando o saldo anual de qualquer fundo disponível for negativo será coberto pelos excedentes, quando existam, do respectivo Fundo Permanente ou Fundo Próprio e, se necessário, pelos Fundos de Reserva Geral*», propõe-se os seguintes ajustamentos:

- Cobertura do saldo anual negativo do Fundo Disponível de algumas modalidades, por via do recurso a Excedentes Técnicos, no montante de 1 946 569,69 euros;
- Cobertura do saldo anual negativo do Fundo Disponível de algumas modalidades, por via do recurso ao Fundo de Reserva Geral, nas situações de inexistência ou insuficiência de Excedentes Técnicos nas respectivas modalidades, no montante de 566 335,93 euros.

Fundo Permanente da Respectiva Modalidade	(Euros)
– Excedentes Técnicos	
(O existente nos respectivos Excedentes Técnicos para a cobertura total do saldo anual negativo do respectivo Fundo Disponível da modalidade)	
Rendas Certas/Pensões Modalidades Colectivas – 3%	4 154,03
Pensão Reforma – Adicional de Invalidez – 4%	60,54
Pensão Reforma – Adicional de Invalidez – 4% TV 88/90	345,79
Capitais para Jovens	1 218 407,32
Capitais para Estudos	280 799,70
Pensão de Sobrevivência e Dotes	442 802,31
Subtotal	**1 946 569,69**

Fundo de Reserva Geral:	(Euros)
(O restante para complementar a cobertura total do saldo anual negativo do respectivo Fundo Disponível)	
Capitais de Reforma com Prazo Certo 2010-2015 – 1.ª Série	108 611,08
Pensões de Reforma – 4%	416 516,97
Pensões de Capitais de Reforma – 4%	41 207,88
Subtotal	**566 335,93**
TOTAL	**2 512 905,62**

6.5.2. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Tendo em consideração:

- A transferência de 1 946 569,69 euros de Excedentes Técnicos para cobertura de Fundos Disponíveis;
- A transferência de 566 335,93 euros do Fundo de Reserva Geral para cobertura de Fundos Disponíveis;
- Os Resultados do Exercício da Associação Mutualista, constituídos pelo somatório dos Saldos dos Fundos Disponíveis das Modalidades Mutualistas, Rendas Vitalícias, Outros Fundos e, também, pelo rendimento do Fundo de Reserva Geral, no montante total de 54 392 566,29 euros.

Fica disponível para aplicação um montante de 56 905 471,91 euros, relativamente ao qual se propõe o seguinte:

Para o Fundo de Reserva Geral: (Euros)

– Rendimento do Fundo, nos termos da alínea *a*) do n.º 2 do Artigo 56.º dos Estatutos:		3 265 943,99	
– Dotação conforme alínea *a*) do n.º 1, conjugada com o n.º 2 do Artigo 60.º dos Estatutos (65% dos saldos anuais dos Fundos Disponíveis)			
Modalidades Individuais			
Garantia de Pagamento de Encargos (Estatutos de 1988)	7 103 441,59		
Garantia de Pagamento de Encargos I	1 935 828,70		
Garantia de Pagamento de Encargos II	5 286,22	9 044 556,51	
– Dotação conforme alínea *a*) do n.º 1 do Artigo 60.º dos Estatutos (5% dos saldos anuais dos Fundos Disponíveis)			
Modalidades Individuais			
Capitais de Previdência – 3%	1 488,66		
Capitais de Previdência Diferidos com Opção – 3%	23 962,50		
Capitais para Jovens – 3%	2 470,37		
Pensões de Reforma – 3%	491,18		
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 3%	17,36		
Pensões de Capitais de Reforma – 3%	1 939,96		
Pensões de Poupança Reforma – 3%	6,57		
Capital Temporário de Invalidez – 3%	31,15		
Capitais de Garantia	3 999,92		
Quotas para Invalidez – Modalidades Colectivas	34,92		
Pensões de Reforma – 4% (TV 88/90)	55 010,11		
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 4%	3 605,05		
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 4% (TV88/90)	1 128,37		
Capitais de Previdência – 4%	4 834,59		
Capitais de Previdência Diferidos com Opção – 4%	18 074,11		
Subsídio por Morte	785,46		
Capitais de Previdência a Prazo	203,10		
Pensões para Deficientes	67,87		
Capitais de Previdência Temporários por Invalidez ou Morte	26,15		
Capital Temporário de Invalidez – 4%	1 239,97		
Rendas de Sobrevivência	246,07		
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional	28,39		
Capitais de Previdência a Favor de Pessoas Certas	2,82		
Rendas Vitalícias a Favor de Pessoas Certas	9,22		
Subsídio por Morte – Lutuosa Nacional	12,93		
Pensões de Reforma – 6%	115 408,12		
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 6%	5 828,75		
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 6%	319,37		
Pensões de Capitais de Reforma – 6%	19,86		
Poupança Reforma	59 731,82		
Capitais de Reforma	1 300 243,80		
Capitais de Reforma de Prazo Certo	116 379,12		
Modalidades Colectivas			
Capitais Colectivos	8 118,14		
Rendas Vitalícias – 6%	17 545,32		
Rendas Vitalícias – 4%	9 317,83		
Rendas Vitalícias – 3%	1 654,29		
Fundos Diversos			
Fundo Bolsas de Estudos	395,03		
Fundo de Serviços Clínicos Montepio Egitaniense	521,44	1 755 199,69	14 065 700,19

Para os Fundos Permanentes das Respectivas Modalidades e Rendas:

(Euros)

– (Dotação nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do Artigo 60.º dos Estatutos)		
– Excedentes Técnicos:		
Capitais de Previdência – 3%	28 284,56	
Capitais de Previdência Diferidos com Opção – 3%	455 287,45	
Capitais para Jovens – 3%	46 937,06	
Pensões de Reforma – 3%	9 332,48	
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 3%	329,82	
Pensões de Capitais de Reforma – 3%	36 859,24	
Pensões de Poupança Reforma – 3%	124,81	
Capital Temporário de Invalidez – 3%	591,83	
Pensões de Reforma – 4% (TV 88/90)	1 045 192,16	
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 4%	68 496,03	
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 4% (TV88/90)	21 438,93	
Capitais de Previdência – 4%	91 857,28	
Capitais de Previdência Diferidos com Opção – 4%	343 408,12	
Subsídio por Morte	14 923,78	
Capitais de Previdência a Prazo	3 858,84	
Pensões para Deficientes	1 289,52	
Capitais de Previdência Temporários por Invalidez ou Morte	496,84	
Capital Temporário de Invalidez – 4%	23 559,49	
Rendas de Sobrevivência	4 675,36	
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional	539,45	
Capitais de Previdência a Favor de Pessoas Certas	53,53	
Rendas Vitalícias a Favor de Pessoas Certas	175,13	
Subsídio por Morte – Lutuosa Nacional	245,58	
Pensões de Reforma – 6%	2 192 754,23	
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 6%	110 746,26	
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 6%	6 068,03	
Pensões de Capitais de Reforma – 6%	377,31	
Rendas Vitalícias – 6%	333 361,02	
Rendas Vitalícias – 4%	177 038,67	
Rendas Vitalícias – 3%	31 431,43	5 049 734,24

Para os Fundos Próprios das Respectivas Modalidades e Outros Fundos:

(Euros)

(Dotação nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do Artigo 60.º dos Estatutos)			
– Modalidades de Capitalização			
Modalidades Individuais			
Capitais de Reforma	24 704 632,23		
Capitais de Garantia	75 998,42		
Poupança Reforma	1 134 904,67		
Capitais de Reforma de Prazo Certo	2 211 203,28		
Quota para Invalidez – Modalidades Colectivas	663,49		
Modalidades Colectivas			
Capitais Colectivos	154 244,74	28 281 646,83	
– Fundo de Solidariedade Associativa		4 581 848,74	
– Fundo de Administração		38 983,07	
– Fundo de Serviços Clínicos Montepio Egitaniense		9 907,43	
– Fundo Bolsas de Estudo		7 505,60	
– Fundo de Garantia de Pagamento de Encargos (Estatutos de 1988)		3 824 930,09	
– Fundo de Garantia de Pagamento de Encargos I		1 042 369,30	
– Fundo de Garantia de Pagamento de Encargos II		2 846,42	37 790 037,48
TOTAL			**56 905 471,91**

6.5.3. PROPOSTA DE REPOSIÇÃO DO FUNDO DE RESERVA GERAL

Dando cumprimento ao n.º 3 do Artigo 56.º dos Estatutos do Montepio Geral – Associação Mutualista, segundo o qual «*o Fundo de Reserva será ressarcido dos valores que tenham sido utilizados para completar os Fundos Disponíveis*», propõe-se que seja efectuada a reposição dos seguintes valores:

(Euros)

Rendas Vitalícias – 6%	188 587,98	
Pensões de Capitais de Reforma – 6%	113,51	
Pensões de Reforma – 4% (TV 88/90)	12 299,94	
TOTAL		**201 001,43**

Por outro lado, e dando seguimento ao processo iniciado no ano de 2005, voltou a efectuar-se um teste de adequação às responsabilidades das modalidades actuariais, baseado em pressupostos mais adequados à realidade. Os cálculos agora efectuados demonstraram que algumas modalidades podem libertar reservas matemáticas constituídas no ano anterior.

Em face disto, propõe-se que seja efectuada a reposição dos seguintes valores:

(Euros)

– Para o Fundo de Reserva Geral		
Rendas Vitalícias – 6%	144 773,04	
Rendas Vitalícias – 4%	177 038,67	
Pensões de Reforma – 6%	2 192 754,23	
Pensões de Capitais de Reforma – 6%	263,80	
Pensões de Reforma – 4% (TV 88/90)	1 032 892,22	
TOTAL		**3 547 721,96**

6.5.4. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE MELHORIAS DE BENEFÍCIOS

Propõe-se que sejam atribuídas Melhorias de Benefícios (sobre as Reservas Matemáticas, referentes aos benefícios em formação e em curso, existentes em 31 de Dezembro de 2010), às seguintes modalidades:

– Modalidades com Taxa Técnica de 6%	0,00%
– Modalidades com Taxa Técnica de 4%	
· Pensões de Capitais de Reforma	0,00%
· Pensões de Reforma e Adicional de Invalidez	0,00%
· Restantes Modalidades	0,25%
– Modalidades com Taxa Técnica de 3%	1,00%

Todas as Modalidades e Rendas que apresentem Fundos Disponíveis anuais negativos e/ou dívidas acumuladas ao Fundo de Reserva Geral não beneficiam de atribuição de Melhorias. O custo das melhorias a atribuir aos Associados será o seguinte:

(Euros)

(Dotação nos termos do Artigo 18.º dos Estatutos e 53.º do Código das Associações Mutualistas)		
– Modalidades com **Taxa Técnica de 4%**		
Capitais de Previdência	91 132,14	
Capitais de Previdência Diferidos com Opção	274 859,94	
Subsídio por Morte	4 113,73	
Capitais de Previdência a Prazo	3 609,40	
Pensões para Deficientes	1 241,30	
Capital Temporário de Invalidez	79,79	
Rendas de Sobrevivência	1 932,93	
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional	130,38	
Capitais de Previdência a Favor de Pessoas Certas	44,82	
Rendas Vitalícias a Favor de Pessoas Certas	149,11	
Subsídio por Morte - Lutuosa Nacional	43,07	
– Modalidades com **Taxa Técnica de 3%**		
Capitais de Previdência	3 182,26	
Capitais de Previdência Diferidos com Opção	240 254,70	
Capitais para Jovens	46 877,66	
Pensões de Reforma	9 226,55	
Pensões de Capitais de Reforma	36 654,00	
Pensões de Poupança Reforma	66,99	
Capital Temporário de Invalidez	17,87	
TOTAL		**713 616,64**

6.5.5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE EXCEDENTES TÉCNICOS DE RENDAS VITALÍCIAS

Considerando o volume dos excedentes técnicos existentes no Fundo das Rendas Vitalícias 3% e o n.º 6 do Artigo 64.º dos Estatutos do Montepio Geral – Associação Mutualista, propõe-se que as rendas constituídas até 31 de Dezembro de 2009 sejam actualizadas em 1,0% (31 301,54 euros).

6.5.6. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE RENDIMENTO ANUAL COMPLEMENTAR ÀS MODALIDADES DE CAPITALIZAÇÃO

Considerando:

- o resultado anual gerado pelas Modalidades de Capitais de Reforma, Poupança Reforma e Capitais Colectivos, deduzido dos respectivos rendimentos mínimos anuais garantidos e da comparticipação para o Fundo de Administração;
- as dotações para o Fundo de Reserva Geral.

Propõe-se que a atribuição do rendimento anual complementar seja feita de forma diferenciada, garantindo-se a cada Modalidade uma taxa global de 2,50%:

– Poupança Reforma	2,100%
– Capitais de Reforma	Entre 0,25% e 2,10%
– Capitais Colectivos	2,100%

De forma a atribuir uma taxa global de rendibilidade de 2,5% às modalidades de capitalização, prevê-se a necessidade dum recurso financeiro extraordinário de 1,2M€, montante que poderá ser coberto através da Reserva de Estabilização de Resultados das próprias Modalidades.

Relativamente à modalidade de Capitais de Reforma, o detalhe do rendimento anual complementar proposto é o seguinte:

Data de Subscrição	Situação a 31 de Dezembro de 2010	Rendimento Anual Garantido em 2010	Rendimento Anual Complementar
1 de Março de 1990 a 31 de Agosto de 1992	Taxa Garantida de Refi -0,6% de 01/Jan/2010 a 31/Dez/2010	0,40%	2,10%
1 de Setembro de 1992 a 31 de Outubro de 2003	Taxa Garantida de Refi -0,6% de 01/Jan/2010 a 31/Dez/2010	0,40%	2,10%
1 de Novembro de 2003 a 28 de Fevereiro de 2007	Taxa Garantida de 75% da Taxa Técnica de 3% (2,25%) de 1/Jan/2010 até ao momento em que completaram 5 anos Taxa Garantida de Refi -0,6% desde o momento em que completaram 5 anos até 31/Dez/2010	de 0,4% a 2,25%	de 2,10% a 0,25%
	As subscrições com antiguidade <5 anos em 31/12/2010 tiveram uma taxa mínima garantida de 75% da Taxa Técnica de 3% (2,25%)	2,25%	0,25%
Desde 1 de Março de 2007	Taxa Garantida de Refi -0,6% de 01/Jan/2010 a 31/Dez/2010	0,40%	2,10%

6.5.7. PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA PARA O FUNDO DE RESERVA GERAL DO VALOR DOS EXCEDENTES TÉCNICOS DAS MODALIDADES ENCERRADAS

Por encerramento da modalidade *Capitais de Previdência Temporários por Invalidez ou Morte*, durante o exercício de 2010, devem os valores acumulados nos respectivos Excedentes Técnicos ser transferidos para o Fundo de Reserva Geral.

Assim, propõe-se que seja efectuada a transferência dos seguintes valores:

(Euros)

– Para o Fundo de Reserva Geral		
Capitais de Previdência Temporários por Invalidez ou Morte	2 753,38	
TOTAL		**2 753,38**

6.5.8. PROPOSTA DE COMPARTICIPAÇÃO PARA O FUNDO DE ADMINISTRAÇÃO

De forma a contribuir para assegurar os compromissos do Fundo da Administração, no que concerne aos Custos Administrativos suportados pela Associação Mutualista, propõe-se que sejam aprovados os seguintes valores de comparticipação das modalidades e rendas, a imputar ao exercício de 2010:

MODALIDADES	(%)
Capitais de Reforma	0,300
Poupança Reforma	0,300
Modalidades Colectivas	0,300
Capitais de Reforma com Prazo Certo	0,250
Garantia de Pagamento de Encargos 1988, I e II	1,000
Restantes Modalidades e Rendas Vitalícias	0,625

6.5.9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RENDIMENTO A TRANSFERIR DA CAIXA ECONÓMICA

Considerando o valor do rendimento a transferir da Caixa Económica, referente aos Resultados de Exercício de 2010, propõe-se que, de acordo com o Artigo 62.º dos Estatutos, lhe seja dada a seguinte aplicação:

	(Euros)
Para o Fundo de Solidariedade Associativa	532 000,00
Para o Fundo de Bolsas de Estudo	9 000,00
Para os Fundos Disponíveis e Reserva Geral	22 544 000,00
TOTAL	**23 085 000,00**

6.5.10. PROPOSTA DE DOTAÇÃO PARA A FUNDAÇÃO MONTEPIO GERAL

A fim de permitir à Fundação Montepio Geral, criada pelo Montepio Geral – Associação Mutualista em 1995, dar satisfação aos seus fins estatutários, de desenvolvimento da sua missão de Responsabilidade Social, a qual tem vindo a ser dinamizada e valorizada nos últimos anos e a merecer toda a atenção estratégica, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral a atribuição de uma dotação, a transferir do Fundo de Solidariedade Associativa, no valor de 900 000,00 euros.

7. Caixa Económica Montepio Geral (Base Consolidada)

7.1. EVOLUÇÃO DAS ÁREAS DE NEGÓCIO

OFERTA DE PRODUTOS E SERVIÇOS POR SEGMENTOS

Em linha com a estratégia definida, o Montepio orientou a sua oferta de produtos e serviços para o aumento da captação de poupanças de clientes e para a diversificação da carteira de crédito, adequando-a ao perfil dos segmentos estratégicos definidos, com especial enfoque nos segmentos dos Particulares, Pequenos Negócios, Micro-Empresas e Pequenas e Médias Empresas (PME), assim como junto de entidades do Terceiro Sector.

A política de ajustamento do *pricing* da oferta e das operações em função do segmento e do respectivo risco prosseguiu de forma acentuada, em paralelo com a contínua melhoria dos processos de análise, gestão e controlo dos riscos, nomeadamente dos riscos de crédito, de forma a reduzir a progressão do incumprimento.

PARTICULARES

Em 2010, a estratégia de Marketing para o segmento de clientes Particulares, cuja carteira aumentou 1,3%, privilegiou o incentivo à poupança, a vinculação e fidelização de clientes, bem como o rejuvenescimento da sua base, com a captação de menores de 18 anos, sem descurar a oferta sénior, através da disponibilização de mais serviços de Assistência e de Bem-Estar, nos quais o Grupo Montepio se vem assumindo com uma resposta diferenciadora e de qualidade às necessidades da sociedade.

No âmbito do objectivo de vinculação de clientes do segmento *mass-market*, de forma a fortalecer a relação com o Montepio enquanto banco principal, foi lançado o pacote de oferta Solução Montepio Consigo. Esta solução financeira integra um conjunto de produtos de gestão do dia-a-dia, indispensáveis para um cliente Particular (Conta Ordenado, produto central na relação primeiro banco, com vertente de poupança automática, domiciliação de despesas, etc.), que adquiridos em simultâneo proporcionam ao cliente benefícios adicionais e possibilita o *cross-selling* de produtos e serviços.

Tendo como objectivo a estabilidade dos recursos, o baixo risco e a diversificação da oferta, foram comercializados depósitos a prazo, predominando o médio prazo (3 anos). Destacam-se o Montepio Depósito Especial, depósito a prazo com uma remuneração atractiva e maturidades diversas (de 3 a 18 meses). De igual modo, adoptou-se uma estratégia semelhante para potenciar a retenção de aplicações através do Montepio Depósito Exclusivo (de 3 a 15 meses).

Foram também disponibilizadas aplicações com maturidades iguais ou superiores a quatro anos, designadamente o Montepio Crescimento Garantido 2010, várias séries do Montepio Super Poupança 2010, bem como do Montepio Capital Certo.

Com maturidades mais curtas e, numa perspectiva de estímulo ao *cross-selling*, foram lançados Depósitos a Prazo a dois anos, dos quais se destaca o Montepio Poupança Solução Consigo e o Montepio Poupança Solução Valor, ligados às Soluções Globais. No último trimestre do ano, salienta-se também a oferta de um Depósito a prazo a 6 meses, o Montepio Depósito com Futuro, com o objectivo de incentivar a subscrição de Planos de Poupança Reforma.

Manteve-se o incentivo à utilização dos canais à distância através da disponibilização permanente de produtos de recursos exclusivos destes canais, designadamente a Conta Montepio 24, o Super Depósito Net e o Super Depósito Net Plus, os quais foram objecto de uma revisão constante da política de *pricing*.

Salienta-se o papel do Montepio enquanto agente de educação financeira e entidade promotora da poupança, através de acções específicas realizadas no âmbito do Dia Mundial da Criança, em 1 de Junho, e do dia Mundial da Poupança, 31 de Outubro, em que foram disponibilizadas condições de remuneração preferenciais, de forma a incentivar os hábitos de Poupança. Neste âmbito, foi relançada, em Junho de 2010, aquando das comemorações do Dia Mundial da Criança, a campanha, iniciada em anos anteriores, «Mealheiro Montepio – tão importante para o seu filho como foi para si», que fundamentou a reedição dos Mealheiros Históricos do Montepio, assim como a oferta de produtos para menores com condições especiais de remuneração.

Na área dos Fundos de Investimento Mobiliário foram comercializados, em 2010, dois Produtos Mistos: o Montepio Multi Investimento e o Montepio Multi Investimento Plus. Estes produtos são compostos por uma componente maioritária de Fundos de Investimento e por um depósito a prazo com remuneração preferencial, combinando a segurança de um Depósito a Prazo com a remuneração atractiva de um Fundo de Investimento.

Destaca-se a performance do fundo Montepio Acções, da empresa Montepio Gestão de Activos, ao ganhar o prémio de Melhor Fundo Nacional de Acções Europa, atribuído pelo Diário Económico e pela prestigiada *Morningstar*.

O Montepio, em parceria com a Seguradora Lusitania, lançou o novo seguro Montepio Sorriso Garantido, de subscrição fácil e imediata. Trata-se de um Seguro de Estomatologia sem limite de capital e de idade de contratação ou permanência, permitindo o acesso a mais de 1 300 clínicas dentárias em Portugal e Espanha.

Durante o ano de 2010, e no âmbito do Seguro Protecção Habitação do Montepio, esteve em curso a Campanha de oferta da 1.ª anuidade da cobertura de Recheio.

No sub-segmento *Affluent*, que exige uma relação de maior proximidade, foi dada continuidade à aposta de um melhor acompanhamento através do gestor de cliente, à satisfação das suas necessidades financeiras por via do alargamento da oferta, com o lançamento de produtos exclusivos ao nível das aplicações financeiras. São exemplo as séries do depósito Montepio Aforro Mais 2010, bem como os produtos estruturados anteriormente mencionados. Foi também criada a Solução Montepio Valor que, à semelhança da Solução Montepio Consigo, pretende disponibilizar a estes clientes uma oferta integrada de um conjunto de produtos e serviços com benefícios adicionais, adequada às necessidades do segmento.

O aumento da oferta de meios electrónicos tem desempenhado um papel importante na captação e fidelização de clientes. No segmento de particulares salienta-se o desenvolvimento de cartões com funcionalidades extra e vantagens associadas a parcerias estabelecidas.

A oferta de cartões de crédito para o segmento particulares foi complementada com um novo e inovador produto: o Cartão Sentidos. Este cartão tem as funcionalidades de um cartão de crédito associado a um programa de fidelização que permite ao cliente acumular pontos pela utilização do Cartão, podendo posteriormente trocar os mesmos por prémios.

Desde Maio de 2010, que o Montepio disponibiliza aos seus clientes, de forma totalmente gratuita, um serviço disponível 24h por dia, de despiste de fraude com cartões. Ao abrigo deste serviço, quando detectada uma situação anómala no sistema de detecção de fraude, e sempre que exista a necessidade de se confirmar a legitimidade da transacção, é efectuado um contacto telefónico directamente com o titular do cartão para confirmar a transacção em causa.

Em 2010, observou-se um crescimento significativo dos cartões de crédito activos e um aumento da sua utilização em 15,4% face a 2009.

EMPRESAS

Em 2010, deu-se continuidade à estratégia de maior penetração no segmento de empresas, adequando a oferta de produtos, na área dos recursos e na concessão do crédito, e disponibilizando mais e melhores serviços. O apoio prestado pelo Montepio às empresas que compõem o tecido empresarial português, visa aumentar a notoriedade da marca Montepio enquanto Instituição Financeira comprometida com o desenvolvimento do país, que apoia os agentes económicos, nomeadamente, os pequenos negócios e as empresas e obter um crescimento mais diversificado da carteira de crédito para outros sectores fora do imobiliário.

A captação de novos clientes do subsegmento de Empresários em Nome Individual (ENIs), Micro Empresas e Pequenas e Médias Empresas (PMEs) assume um papel importante na estratégia definida para o segmento. No âmbito dos objectivos de captação e vinculação de clientes empresas, o Montepio lançou para aqueles subsegmentos soluções integradas, que englobam um conjunto de produtos e serviços de gestão do dia-a-dia com um preço único mensal.

De forma a divulgar as Soluções Montepio para clientes empresa foi realizada, no último trimestre de 2010, uma campanha de comunicação veiculada em imprensa especializada na área do Turismo, Hotelaria e Distribuição.

Na área de recursos salienta-se a disponibilização, para o segmento de empresas, do Montepio Depósito Especial, e do Montepio Depósito Exclusivo, com condições e *pricing* ajustados ao perfil deste segmento, a que se juntou o lançamento do Montepio Mais Negócios, com o prazo de um ano, e o Montepio Aforro Negócios, com o prazo de 16 meses.

No crédito, dada a conjuntura de maior risco, a necessidade de proporcionar condições competitivas aos clientes e de cumprir objectivos rigorosos de prudência e de mitigação de risco, foi dada particular relevância ao *repricing* da carteira e à actualização do preço ajustado de risco.

No decurso do ano de 2010, o Montepio manteve o seu empenho em dinamizar as oportunidades de negócio para o segmento de empresas, subscrevendo um conjunto de protocolos com entidades públicas para disponibilização de linhas de crédito destinadas a apoiar o financiamento das empresas, com especial destaque para as pequenas e médias empresas (PME's).

O interesse demonstrado pelas empresas e o dinamismo na comercialização destas linhas, ilustram a importância deste instrumento para o Montepio na gestão do segmento estratégico das empresas.

Assim, em 2010 teve início a comercialização de novas linhas de crédito protocoladas a nível nacional: Linha de Crédito PME Investe, Linha de Crédito para apoio às PME dos Sectores Agrícola e Pecuário e Linha de Crédito QREN Investe, assim como a nível regional: na R.A. dos Açores, com o Programa Complementar de Apoio ao PROCAP e a Linha de Crédito Açores Empresas II, e, em particular na R.A. da Madeira, através do Co-financiamento dos SI do PO Intervir+ e da Linha de Apoio à Recuperação Empresarial da Madeira – destinada a apoiar as PME´s atingidas pela intempérie ocorrida a 20 de Fevereiro de 2010 na ilha da Madeira.

TERCEIRO SECTOR

Sendo o Montepio um Grupo Financeiro mutualista que faz parte do Terceiro Sector é entendido que o desenvolvimento das relações de parceria e cooperação com as instituições do Terceiro Sector faz parte da sua vocação estratégica, assumindo-se como o «banco» do Terceiro Sector.

Para materializar essa vocação e melhor apoiar as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) nas suas necessidades financeiras, prosseguiram, em 2010, os desenvolvimentos de oferta e de canais relacionais específicos para este segmento.

Neste âmbito é de realçar a criação das Soluções Montepio IPSS e Montepio Misericórdias, com o objectivo de proporcionar um conjunto de produtos e serviços a um preço adequado às Instituições deste segmento.

SOLUÇÃO MONTEPIO (IPSS)
Um Universo de Soluções Solidárias

RECURSOS DE CLIENTES

O desenvolvimento, com características inovadores, da oferta de produtos e serviços, disponibilizando aplicações financeiras de baixo risco, preferencialmente com garantia de capital e estabilidade a curto/médio prazo, sob a forma de depósitos a prazo e obrigações de caixa, possibilitou a redução das tomadas de fundos nos mercados e permitiu reforçar a retenção e a captação de depósitos e outros recursos de balanço junto dos clientes.

Assim, os recursos de clientes registaram um aumento de 8,0%, atingindo 10 910,2 milhões de euros no final de 2010, que compara com os 10 103,9 milhões de euros no final de 2009, influenciado pelos crescimentos de 11,4% dos depósitos de particulares e de 20,6% do segmento de empresas.

(milhares de euros)

	2009	2010	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Depósitos de Particulares e Pequenos Negócios	**7 354 980**	**7 785 112**	**430 132**	**5,8**
Particulares	6 387 056	7 112 017	724 961	11,4
Comerciantes e Prof. Liberais	50 915	57 309	6 394	12,6
Instituições sem Fins Lucrativos	917 009	615 786	-301 223	-32,8
Depósitos de Empresas	**1 535 898**	**1 851 556**	**315 658**	**20,6**
Depósitos de Outros Segmentos	**285 063**	**385 126**	**100 063**	**35,1**
Títulos colocados em Clientes	**927 953**	**888 405**	**-39 548**	**-4,3**
TOTAL	**10 103 894**	**10 910 199**	**806 305**	**8,0**

CRÉDITO A CLIENTES

Em 2010, o crédito a clientes totalizou 15 040,6 milhões de euros, evidenciando um ligeiro decréscimo de 0,7% face aos 15 143,9 milhões de euros realizados no final de 2009. Esta evolução resultou do contexto de dificuldades económicas e maior risco, associado à estratégia de redução da exposição ao sector imobiliário, para mitigação do risco de concentração e obter maior diversificação da carteira de crédito.

Como consequência, observou-se uma ligeira redução da carteira de crédito à habitação e uma diminuição, mais expressiva, da carteira de crédito à construção, enquanto as restantes finalidades de crédito, tanto a Particulares, como em especial ao segmento de Empresas, continuaram a progredir positivamente.

O desempenho do crédito a Particulares beneficiou, principalmente, da evolução do crédito individual que aumentou 7,2%, e contrastou com a do crédito à habitação, que observou uma redução de 1,8%, também em resultado do adiamento das decisões de investimento por parte das famílias face às dificuldades económicas registadas em 2010.

(milhares de euros)

	2009	2010	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Banca Particulares e Pequenos Negócios				
Total da Carteira	**10 255 559**	**10 127 908**	**-127 651**	**-1,2**
Particulares	**9 987 967**	**9 835 409**	**-152 558**	**-1,5**
do qual:				
Habitação	8 642 963	8 485 379	-157 584	-1,8
Individual	414 539	444 481	29 942	7,2
Pequenos Negócios	**267 592**	**292 499**	**24 907**	**9,3**
Por Memória:				
Garantias e Avales	**18 820**	**19 381**	**561**	**3,0**

O crédito ao segmento de Pequenos Negócios obteve um crescimento de 9,3%, atingindo 292,5 milhões de euros, no final de 2010, e aumentando a sua expressão na carteira de crédito a clientes (1,9%).

O total da carteira de crédito ao segmento de Empresas cresceu 0,6%, atingindo 4 860,4 milhões de euros. É de realçar a menor exposição ao segmento da construção, com uma redução da carteira de crédito à construção de 21,0%, que contrasta com um reforço de 14,0% do crédito ao investimento de empresas de outros sectores, como resultado do trabalho que o Montepio continuou a promover de apoio ao tecido empresarial, nomeadamente ao abrigo de linhas protocoladas, das quais se destacam as Linhas PME Investe.

(milhares de euros)

	2009	2010	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Banca de Empresas				
Total da Carteira de Crédito	**4 833 187**	**4 860 447**	**27 260**	**0,6**
do qual:				
Construção	1 909 569	1 509 342	-400 227	-21,0
Investimento	1 591 459	1 814 127	222 668	14,0
Rácio CJV	5,3%	5,1%	-0,2 p.p.	
Por Memória:				
Garantias e Avales	360 185	339 660	-20 525	-5,7

O enfoque dado à participação do Montepio em iniciativas de apoio ao financiamento das empresas, em parceria com entidades públicas e com o Sistema Nacional de Garantia Mútua, manifestou-se no aprofundamento das relações de negócio estabelecidas com as empresas envolvidas, traduzido no aumento da detenção média de produtos e grau de vinculação e no expressivo crescimento, de 83%, do crédito às empresas por intermédio das Linhas Protocoladas.

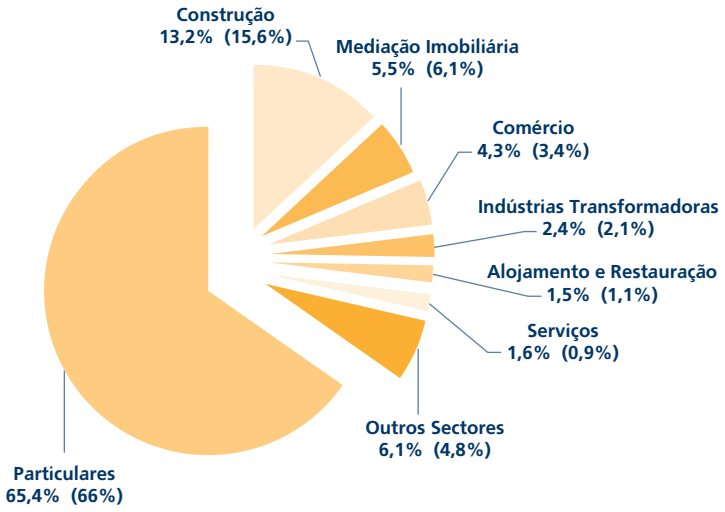
No seguimento da aposta estratégica de diversificação do perfil de operações de apoio às empresas, evidenciou-se o crédito especializado, que cresceu 21,6%, atingindo 395,3 milhões de euros no final de 2010, do qual se destaca o acréscimo do *factoring* em 37,3 milhões de euros.

(milhares de euros)

	2009	2010	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Leasing	**247 958**	**280 185**	**32 227**	**13,0**
Auto	35 193	43 676	8 483	24,1
Equipamento	72 852	73 173	321	0,4
Imobiliário	139 913	163 336	23 423	16,7
Factura Ok – Desconto de Facturas	**73 857**	**111 180**	**37 323**	**50,5**
Renting	**3 339**	**3 909**	**570**	**17,1**
TOTAL	**325 154**	**395 274**	**70 120**	**21,6**

Cumprindo o objectivo estratégico de diversificação das actividades e optimização do perfil de risco, a evolução da estrutura de crédito a clientes beneficiou do desempenho do crédito aos segmentos de diversificação, cujo peso passou para 15,9%, face a 12,3% em 2009. Evolução contrária observaram os segmentos de particulares e de construção, que diminuíram a sua expressão de 66,0% para 65,4% e de 15,6% para 13,2%, respectivamente.

DISTRIBUIÇÃO SECTORIAL DA CARTEIRA DE CRÉDITO



(2009)

7.2. GESTÃO DE RISCOS

DESENVOLVIMENTOS

Durante o ano de 2010 continuaram a ser desenvolvidos esforços para identificar de forma mais precisa todos os riscos enfrentados, quantificar as perdas potenciais subjacentes e recorrer a adequadas medidas de mitigação dos riscos.

Salienta-se a implementação de novos modelos de *scoring* para o segmento de pequenos negócios, dos sistemas de *work-flow* de crédito a empresas e de apuramento de grupos económicos e pela adopção do Método *Standard* (TSA) para efeitos de cálculo de requisitos mínimos de fundos próprios para cobertura de risco operacional, autorizado pelo Banco de Portugal com efeitos a partir de 30 de Junho.

No plano prudencial prosseguiram os processos de reporte ao Banco de Portugal previstos no Pilar II – Adequação de Capital e no Pilar III – Disciplina de Mercado, no âmbito de Basileia II.

Ao abrigo do Pilar II foram reportados ao Banco de Portugal os relatórios do Processo de Auto-Avaliação do Capital Interno (ICAAP) e Testes de Esforço e de Risco de Concentração, conforme Instrução n.º 2/2010 do Banco de Portugal. Os resultados obtidos apontam para a solidez dos níveis de capital, face aos riscos com maior materialidade e à potencial evolução adversa dos principais indicadores macroeconómicos. No âmbito do Pilar III, foi divulgado o relatório de Disciplina de Mercado, detalhando os tipos e níveis de risco incorridos na actividade, bem como os processos, estrutura e organização da gestão de risco.

RISCO DE CRÉDITO

As técnicas e modelos de controlo de risco de crédito assentam em modelizações econométricas, tendo por base a experiência da instituição na concessão de diversos tipos de crédito e, sempre que possível, também ao nível da recuperação.

O processo de decisão de operações da carteira de crédito baseia-se num conjunto de políticas recorrendo a modelos de *scoring* para as carteiras de clientes Particulares e Pequenos Negócios e de *rating* para o segmento de Empresas.

Os modelos de *scoring* reactivo de crédito à habitação e de crédito individual dispõem de uma escala que integra 10 classes agregando, em ambos os casos, os clientes e os não clientes. O *scoring* reactivo de cartões de crédito classifica as propostas de crédito em 4 classes de risco.

No segmento de Pequenos Negócios, o modelo de *scoring* classifica os clientes ENI e Microempresas em 11 classes de risco, 9 classes *performing* e 2 classes para clientes com incidentes ou incumprimento.

Para empresas de média e grande dimensão, o modelo de rating *interno* classifica as empresas em 7 classes de risco *performing* e uma última que caracteriza o incumprimento.

Os modelos, desenvolvidos a partir de dados históricos internos, permitem obter uma avaliação quantitativa da probabilidade de incumprimento da classe de risco atribuída ao cliente/operação, sendo que no segmento de Empresas são complementados por uma avaliação qualitativa por técnicos analistas de crédito. Esta classificação interna de risco, em conjugação com a avaliação de mitigantes de risco, sob a forma de garantias pessoais ou reais, constituem aspectos determinantes para a decisão e preço das operações.

A mitigação de risco por via da colateralização das operações é considerada, seja através da severidade da perda (por exemplo, nos casos de colaterais reais), seja por via de redução do valor em exposição, quando se está perante colaterais financeiros (caso em que se releva o risco de mercado dos activos envolvidos). A imposição de colaterais depende da dimensão da perda inesperada, ocorrendo tipicamente em operações de maior volume, especialmente no financiamento à construção e à aquisição de habitação.

Os escalões de decisão de *pricing* são definidos em função da Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE) ajustada de risco, de acordo com o princípio de que os níveis hierárquicos mais elevados dispõem de competência para aprovar operações com menor ROE ajustado de risco.

As rejeições de crédito são determinadas pela ocorrência de eventos de crédito no sistema financeiro, incumprimento de regras de crédito (por exemplo, taxa de esforço, no caso de crédito a particulares) e sempre que a incorporação do risco no *pricing* agrave significativamente o risco de selecção adversa.

Em 2010, as frequências de incumprimento das operações de crédito a Empresas mantiveram-se estáveis, tanto no segmento da Construção Civil, como no conjunto dos restantes sectores. O segmento da Construção Civil continua a evidenciar maiores níveis de incumprimento.

No segmento dos Particulares são periodicamente monitorizadas as frequências médias de incumprimento para as operações de Crédito à Habitação e Crédito Individual. Os níveis de incumprimento a um ano, para operações de novos clientes são superiores aos registados em operações de clientes com relação prévia.

No crédito à Habitação e no crédito Individual registou-se uma ligeira melhoria dos níveis médios de incumprimento face ao ano anterior, de 0,89% para 0,80% e de 0,53% para 0,50%, respectivamente.

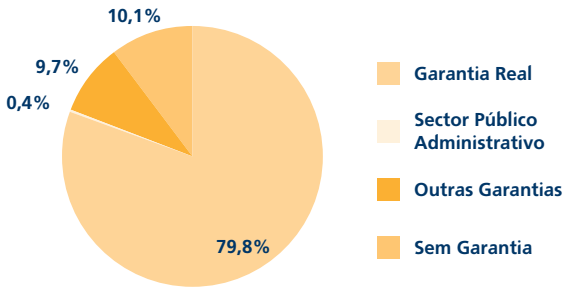
A distribuição das operações contratadas em 2010, quando analisadas por classe de risco (scoring reactivo), manteve-se semelhante à do ano anterior, com maior concentração nas classes de baixo e médio risco. No segmento de habitação a classe média de *scoring* registou uma ligeira melhoria face à produção do ano anterior, enquanto no crédito individual se manteve a classe média de risco.

No segmento da habitação, verificou-se uma melhoria na distribuição da carteira de crédito por níveis do rácio LTV (*Loan To Value*), ou seja, valor de financiamento sobre valor da garantia, tendo o LTV médio da carteira de crédito activa registado uma redução de 70,6%, em Dez.09, para 69,3%, em Dez.10.

O esforço que tem sido desenvolvido na melhoria da análise e mitigação do risco, no acompanhamento dos clientes e na recuperação de crédito, permitiu obter uma evolução favorável do crédito e juros vencidos, o qual registou uma diminuição de -0,7% no final de 2010. Esta diminuição dá especial significado dado o contexto de dificuldades e o facto de, no conjunto do sector bancário se ter continuado a observar o aumento do crédito e juros vencidos, de +6,0%.

A carteira de crédito e juros vencidos do Montepio, de 577,5 milhões de euros, manteve um perfil de baixo risco, dados os níveis e tipos de garantias que lhe estão associadas, uma vez que as garantias reais representavam cerca de 80% do total.

ESTRUTURA DA CARTEIRA DE CRÉDITO POR TIPOS DE GARANTIA – 2010



O crédito e juros vencidos há mais de 3 meses totalizou 486,7 milhões de euros, ou seja -4,2%, em termos homólogos, representando 84,3% do total. Os rácios de incumprimento obtiveram uma evolução favorável. O rácio de crédito com incumprimento global de acordo com a Instrução n.º 16/2004 do Banco de Portugal diminuiu para 3,82% em Dezembro de 2010, reflectindo uma diminuição homóloga de 0,15 p.p. e o rácio de crédito e juros vencidos há mais de 3 meses diminuiu para 3,24% (-0,12 p.p.).

EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DE CRÉDITO E JUROS VENCIDOS

(milhares de euros)

INDICADORES	Dez 2009	Dez 2010	Variação	
			Valor	%
Crédito a Clientes Bruto	**15 143 916**	**15 040 645**	**-103 271**	**-0,7**
Crédito e Juros Vencidos	**581 587**	**577 490**	**-4 097**	**-0,7**
Crédito Vencido há mais de 3 meses	508 118	486 740	-21 378	-4,2
Crédito Vencido há mais de 12 meses	439 201	430 425	-8 776	-2,0
Imparidade para Riscos de Crédito	**493 913**	**521 811**	**27 898**	**5,6**
Rácios de Crédito Vencido em % do Crédito Total				
Rácio Crédito e Juros Vencidos há mais de 3 meses	3,36	3,24	-0,12 p.p.	
Rácio Crédito e Juros Vencidos há mais de 12 meses	2,90	2,86	-0,04 p.p.	
Rácio do Crédito com incumprimento (a)	3,97	3,82	-0,15 p.p.	
Rácio do Crédito com incumprimento líquido de provisões (a)	1,64	1,43	-0,21 p.p.	
Cobertura do Crédito Vencido por Imparidades (%)				
Crédito Vencido há mais de 3 meses	97,20	107,21	10,01 p.p.	
Crédito Vencido há mais de 12 meses	112,46	121,23	8,77 p.p.	

(a) De acordo com a Instrução n.º 16/2004, do Banco de Portugal.

A imparidade para riscos de crédito atingiu 521,8 milhões de euros, correspondendo a um aumento homólogo de 27,9 milhões de euros (+5,6%). Este reforço de provisionamento para riscos de crédito permitiu melhorar significativamente os rácios de cobertura dos saldos de crédito e juros vencidos. A cobertura do crédito e juros vencidos há mais de 3 meses por imparidades passou de 97,2%, em 2009, para 107,2%, em 2010, enquanto que o saldo do crédito e juros vencidos há mais de 12 meses ficou coberto em 121,2% (+8,8 p.p.).

RISCO DE CONCENTRAÇÃO

As Linhas de Orientação Estratégica definidas têm em vista mitigar este risco, o qual tem vindo a ser analisado nos últimos anos. Mas, no quadro da nova Instrução n.º 2/2010 do Banco de Portugal, passou a ser reportado especificamente a exposição e análise da evolução do risco de concentração.

Ao nível deste risco, verificou-se uma evolução favorável em 2010, nos principais tipos de concentração – sectorial e geográfica.

Assim, em termos de risco de concentração sectorial registou-se uma redução do índice de concentração sectorial de 27,8% para 21,5%, entre Dez.09 e Dez.10, embora o sector da construção se mantenha como o sector com maior peso na carteira de crédito.

Em termos de concentração geográfica, os distritos de Lisboa e Porto mantiveram-se como as regiões de maior expressão na carteira de crédito, ou seja, Lisboa manteve o peso da exposição em 37% enquanto que o Porto manifestou uma ligeira redução face a Dez.09 (de 15,1% para 14,6%). A distribuição geográfica mantém-se, no entanto, equivalente à densidade populacional de cada distrito.

Relativamente ao risco de concentração individual, que mede o risco decorrente de exposição significativa a uma contraparte individual ou a um grupo de contrapartes relacionadas, observou-se um ligeiro aumento das 100 maiores exposições no total da carteira de crédito, tendo passado de 11,4%, em Dez.09, para 11,9%, em Dez.10, a que correspondeu a uma variação do respectivo índice de concentração individual de 0,18% para 0,20%. Saliente-se, ainda, que esta evolução foi influenciada pela redução da carteira de crédito total.

RISCO EM ACTIVOS FINANCEIROS

A carteira de títulos do Montepio registou um aumento de 2,45 mil milhões de euros, de 2009 para 2010, tendo ultrapassado os 3,5 mil milhões de euros. Este aumento deveu-se às obrigações, cujo peso no total da carteira passou de 80,8% para 92,6%, enquanto o papel comercial passou a representar 6,9% e as acções até reduziram a sua expressão para apenas 0,4%.

O risco de crédito da carteira de títulos manteve-se controlado, com a principal componente de obrigações concentrada em classes de *rating investment grade*, representando 94,5% da carteira (excluindo titularizações e obrigações hipotecárias).

ESTRUTURA DA CARTEIRA DE OBRIGAÇÕES POR CLASSES DE *RATING*
(Excluindo Obrigações Hipotecárias e Titularizações)

(milhares de euros)

CLASSES DE *RATING*	Dez 2009		Dez 2010		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
AAA	61 271	6,8	42 810	2,2	-18 461	-30,1
AA+	39 686	4,4	92 046	4,8	52 360	131,9
AA	99 875	11,1	55 607	2,9	-44 268	-44,3
AA-	105 460	11,7	60 700	3,1	-44 760	-42,4
A+	154 863	17,2	1 211 724	62,8	1 056 861	682,4
A	130 356	14,5	113 439	5,9	-16 917	-13,0
A-	152 284	16,9	98 213	5,1	-54 071	-35,5
BBB+	56 559	6,3	78 026	4,0	21 467	38,0
BBB	43 051	4,8	35 982	1,9	-7 069	-16,4
BBB-	18 909	2,1	34 059	1,8	15 150	80,1
BB+	0	0,0	58 668	3,0	58 668	-
BB	1 740	0,2	2 725	0,1	985	56,6
BB-	154	0,0	12 642	0,7	12 488	8 109,1
C	35	0,0	0	0,0	-35	-
CCC	900	0,1	0	0,0	-900	-
NR	33 751	3,8	33 017	1,7	-734	-2,2
TOTAL	**898 894**	**100,0**	**1 929 658**	**100,0**	**1 030 764**	**114,7**

ESTRUTURA DA CARTEIRA DE TÍTULOS POR TIPOS DE ACTIVOS

(milhares de euros)

TIPOS DE ACTIVOS	Dez 2009		Dez 2010		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Obrigações	898 894	80,8	3 299 320	92,6	2 400 426	267,0
Papel Comercial	202 548	18,2	247 025	6,9	44 477	22,0
Acções	10 743	1,0	15 198	0,4	4 455	41,5
TOTAL	**1 112 185**	**100,0**	**3 561 543**	**100,0**	**2 449 358**	**220,2**

RISCO DE LIQUIDEZ

No que respeita ao risco de liquidez, as práticas seguidas pelo Montepio traduzem-se quer na utilização de fontes de financiamento diversificadas, privilegiando a estabilidade dos recursos, quer na manutenção de activos de elevada liquidez que permita recorrer a cedência de liquidez junto do Banco Central Europeu (BCE).

Ao longo de 2010 procedeu-se ao reforço da *pool* de activos elegíveis para refinanciamento junto do BCE, a qual atingiu o valor de 3,43 mil milhões de euros no final do ano (+111,1%).

POOL DE ACTIVOS ELEGÍVEIS PARA REFINANCIAMENTO JUNTO DO BCE

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	Dez 2009		Dez 2010		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1 – *Pool* de Activos Elegíveis	1 626 265	100,0	3 433 820	100,0	1 807 555	111,1
2 – Utilização da *Pool*	500 000	30,7	1 540 000	44,8	1 040 000	208,0
3 – *Pool* Activos Disponíveis (1-2)	**1 126 265**	**69,3**	**1 893 820**	**55,2**	**767 555**	**68,2**

A *pool* de activos disponíveis representava um valor de 1,89 mil milhões de euros no final de 2010, o qual apresentou um acréscimo de 767,6 milhões de euros (+68,2%), face ao período homólogo.

A aposta no crescimento dos depósitos de clientes, favorecendo a estabilidade dos recursos, conjugada com a contenção da carteira de crédito permitiu reduzir o *gap* comercial e melhorar significativamente os rácios de posição de liquidez estrutural, ou seja, os níveis de transformação dos depósitos e de recursos de clientes (incluindo títulos colocados em clientes) em crédito. Releva-se, assim, a redução em 15 p.p. do indicador Crédito Total / Depósitos Totais.

A melhoria do perfil de liquidez do balanço traduziu-se no substancial nível atingido pelo indicador de liquidez alargada, que relaciona a cobertura do passivo financeiro pelas disponibilidades e os activos passíveis de desconto junto do BCE.

INDICADORES DE LIQUIDEZ DO BALANÇO (%)

DESIGNAÇÃO	Dez 2009	Dez 2010	Variação
	Valor	Valor	Valor
Crédito a Clientes Total (bruto) / Depósitos Totais de Clientes	**165,4**	**150,4**	**-15,0 p.p.**
Crédito a Clientes Total (bruto) / Recursos Totais de Clientes (1)	**150,2**	**138,2**	**-12,0 p.p.**
Liquidez Alargada (2)	**8,9**	**12,5**	**3,6 p.p.**

(1) – Inclui Títulos Colocados em Clientes.

(2) – Caixa e Disponibilidades + Activos Elegíveis Disponíveis / Passivo Financeiro.

O Montepio tem apresentado *gaps* dinâmicos de liquidez positivos, com *mismatches* acumulados positivos para os diversos intervalos temporais até 12 meses, o que traduz uma situação de liquidez robusta. No final de 2010, o *mismatch* dinâmico de liquidez acumulado até aos 12 meses seguintes (corrigido com a *pool* de activos elegíveis) era de 120 milhões de euros.

GAPS DINÂMICOS DE POSIÇÃO DE LIQUIDEZ EM 31 DEZEMBRO DE 2010

(milhões de euros)

Posições à data de referência + Valores Previsionais	Intervalos Temporais				
	À vista e até 1 semana	Superior a 1 semana e até 1 mês	Superior a 1 mês e até 3 meses	Superior a 3 meses e até 6 meses	Superior a 6 meses e até 12 meses
Mismatches Acumulados	444	47	42	194	120

RISCO DE TAXA DE JURO

Na identificação, medição e controlo do risco de taxa de juro da carteira bancária do Montepio seguem-se os princípios recomendados pelo *Bank for International Settlements* (BIS), a par de um acompanhamento regular da exposição a este risco em sede do Comité de Activos e Passivos (*ALCO – Assets & Liabilities Committee*). O impacto sobre a situação líquida decorrente de uma deslocação paralela de +200 pontos base (p.b.) da curva de rendimentos é de -5% (+3% em 2009). A sensibilidade da carteira bancária do Montepio ao risco de taxa de juro encontra-se, assim, dentro do limite orientador de 20% dos Fundos Próprios definido pelo BIS em «*Principles for the Management and Supervision of Interest Rate Risk*».

No final de 2010, o gap de *repricing* acumulado a 12 meses foi estimado em 1,3 mil milhões de euros, (2,08 mil milhões de euros em 2009) prevendo-se um impacto na Margem Financeira de +12 milhões de euros (+18 milhões de euros em 2009) no caso de uma alteração instantânea das taxas de juro em +100 p.b.

RISCO OPERACIONAL

O risco operacional materializa-se nas perdas resultantes de deficiências ou falhas dos processos internos, recursos humanos, sistemas ou de factores externos.

A gestão do risco operacional é assegurada através da intervenção individual de todos os colaboradores, os quais têm a responsabilidade de gerir o risco operacional que resulta das funções e actividades que lhes estão adstritas através de interlocutores de risco operacional dos diversos órgãos, que têm como missão assegurarem a adequada implementação da gestão deste risco na sua unidade orgânica e de forma integrada através do Departamento de Risco Operacional, área específica responsável por coordenar as actividades necessárias ao desenvolvimento, implementação e acompanhamento da política e estratégia de gestão deste risco que funciona na Direcção de Análise e Gestão de Riscos.

Para a gestão de risco operacional está implementado um sistema de identificação, monitorização, mitigação e reporte deste tipo de risco.

No âmbito da identificação desenvolveram-se actividades relacionadas com a divulgação da cultura/gestão do risco operacional junto de toda a organização, envolvendo todos os colaboradores no reporte de eventos de risco operacional e na gestão do próprio risco, com a realização de *workshops* com diversas unidades orgânicas, com o envolvimento de elementos da auditoria interna, com a revisão do mapeamento de actividades, riscos e respectivos controlos, com a autoavaliação anual de riscos e controlos e com a avaliação do perfil de risco operacional em novos produtos, processos e actividades.

No que respeita à monitorização, salientam-se os trabalhos relacionados com a captura de eventos de perda derivadas de risco operacional, com a disponibilização de *KRI* (*Key Risk Indicators*) gerais, por tipo de actividade, nomeadamente ao nível da qualidade de serviço, com a avaliação da exposição ao risco operacional em sede de Comité e, com a elaboração de relatórios periódicos sobre o perfil de risco operacional da instituição.

Na fase da mitigação, sugeriram-se planos de acção visando a redução da exposição aos riscos identificados, com base no acompanhamento constante e sistemático dos eventos de risco operacional registados, bem como nas revisões anuais efectuadas com as diferentes áreas dos respectivos mapas de actividades, riscos e controlos e dos consequentes resultados do exercício de autoavaliação.

O Montepio obteve autorização do Banco de Portugal, com efeitos a partir de 30 de Junho de 2010, para a adopção do Método *Standard* (TSA) para efeitos de cálculo de requisitos mínimos de fundos próprios para cobertura de risco operacional. Da aplicação desse método em base consolidada, os requisitos de fundos próprios para cobertura do risco operacional corresponde a 55,5 milhões de euros, enquanto da aplicação do método do Indicador Básico resultaria um valor de 63,1 milhões de euros.

Os eventos relacionados com processos e fraude externa são os que apresentam maior frequência e severidade, embora os eventos relacionados com processos tenham um impacto mais reduzido em termos de severidade.

DISTRIBUIÇÃO DE EVENTOS POR TIPO DE PERDA EM 2010

FREQUÊNCIA		SEVERIDADE	
Processos	54,9%	Processos	10,9%
Fraude Externa	37,5%	Fraude Externa	81,7%
Activos Físicos	2,0%	Clientes e Negócios	5,3%
Outros	5,6%	Outros	2,1%

Merecem destaque em 2010, os trabalhos no âmbito do Plano de Continuidade de Negócio, o qual se assume como um instrumento mitigador de risco, permitindo assegurar a continuidade das operações no caso de ocorrência de eventos que provoquem a interrupção da actividade.

SOLVABILIDADE

Com o objectivo de manter um adequado nível de capital e consequente reforço da solidez mediante um contexto de maiores níveis de risco, o Capital Institucional da Caixa Económica obteve um aumento de 40 milhões de euros, em 2010, por dotação da Associação Mutualista.

O Rácio de Solvabilidade situou-se em 12,74% em 31 de Dezembro de 2010, em base consolidada, enquanto que o *Tier* 1 que corresponde a Core Capital no caso da Caixa Económica, atingiu 8,95%, ultrapassando o limite mínimo recomendado pelo Banco de Portugal, de 8%.

FUNDOS PRÓPRIOS E RÁCIO DE SOLVABILIDADE

(milhares de euros)

RUBRICAS	Dez 2009	Dez 2010	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
1. Fundos Próprios Totais	**1 285 121**	**1 312 547**	**27 426**	**2,1**
(+) Capital Institucional	*760 000*	*800 000*	*40 000*	*5,3*
(+) Reservas e Resultados	*227 418*	*219 334*	*-8 084*	*-3,6*
(–) Deduções Regulamentares	*76 619*	*97 552*	*20 933*	*27,3*
1.1 (=) Fundos Próprios de Base	**910 799**	**921 782**	***10 983***	***1,2***
(+) Fundos Próprios Complementares	383 400	395 327	*11 927*	3,1
(–) Outras deduções	9 078	4 562	*-4 516*	-49,7
2. Requisitos Mínimos de Fundos Próprios	**802 705**	**824 317**	**21 612**	**2,7**
3. Activos e equivalentes ponderados pelo risco (2x12,5)	**10 033 813**	**10 303 966**	**270 153**	**2,7**
4. Rácios				
Solvabilidade (1/3)	12,81%	12,74%	-0,07 p.p.	
Tier 1 (1.1/3)	9,08%	8,95%	-0,13 p.p.	
Core Capital (1.1/3)	9,08%	8,95%	-0,13 p.p.	

Em 2010 desenvolveram-se estudos de impacto relativamente ao conjunto de propostas apresentadas pelo Comité de Basileia para o fortalecimento da regulação global e aumento das exigências de capital e liquidez, denominadas por Basileia III. As conclusões desses estudos revelaram que a Caixa Económica Montepio Geral apresenta uma estrutura de capitais que permitirá acomodar confortavelmente as medidas propostas.

TESTES DE ESFORÇO (*STRESS TESTS*)

Cumprindo os requisitos da Instrução n.º 32/2009 do Banco de Portugal, o Montepio realiza semestralmente testes de esforço (*stress tests*), os quais constituem importantes ferramentas no planeamento do capital interno e da liquidez, através da simulação de condições adversas e capacidade de resposta da instituição.

Os exercícios realizados na Caixa Económica, considerando diversas situações extremas ao nível do risco de crédito, da evolução das taxas de juro, das condições de liquidez e de risco operacional, permitiram confirmar a adequação dos níveis de fundos próprios detidos. Os exercícios incorporam, ainda, a análise do Fundo de Pensões, tendo-se observado o efeito negativo decorrente do agravamento dos *spreads* de crédito na valorização da respectiva carteira de títulos, assim como o efeito sobre os Fundos Próprios da diminuição da taxa de desconto actuarial. Assim, estimou-se a redução dos rácios de solvabilidade e *Tier* 1 entre 0,2 e 1,3 pontos percentuais perante a observação conjunta de vários cenários adversos ao sector bancário, mantendo-se, portanto, acima dos valores mínimos exigidos.

As análises de sensibilidade efectuadas, individualmente a cada um dos factores de risco, resultaram num impacto sobre os rácios de solvabilidade e *Tier* 1, cujo intervalo de variação negativa se situou entre 0,02 e 0,99 pontos percentuais. Também relativamente aos riscos financeiros e de balanço, o resultado dos testes realizados foi moderado, nomeadamente ao nível dos resultados e dos *gaps* de liquidez.

Um novo exercício de testes de esforço ao balanço e resultados, contemplando um cenário longo de desalavancagem do sistema bancário, encontra-se já a ser preparado no início de 2011.

Para além dos testes de esforço e análises de sensibilidade reportadas semestralmente ao Banco de Portugal, o Montepio realiza regularmente diversos *stress tests* cujos resultados são apresentados no Comité de Activos e Passivos – ALCO. Os testes realizados pretendem proporcionar uma visão analítica da posição do Montepio em termos de liquidez e resultados quando sujeita a cenários adversos relativos, por exemplo, a taxas de juro, *spreads* de crédito, reembolsos de depósitos, margens de avaliação de activos elegíveis aplicadas pelo Banco Central Europeu (BCE) e notação de *rating* da Caixa Económica. Os resultados das análises efectuadas evidenciam a conformidade das estratégias traçadas e asseguram o cumprimento dos níveis de solvabilidade e sustentabilidade.

7.3. ANÁLISE FINANCEIRA E RESULTADOS

O ano de 2010 caracterizou-se como um ano complexo para a actividade bancária portuguesa, face ao agravamento do risco soberano dos países periféricos da Zona Euro e ao débil crescimento da economia portuguesa.

Num contexto difícil como o registado em 2010, o contínuo equilíbrio do modelo de gestão financeira do Grupo Montepio, alinhado com uma exigente disciplina de capital, foi decisivo para o crescimento dos resultados e consequente criação de valor para os Associados. Assim, relativamente ao exercício de 2010, é de salientar:

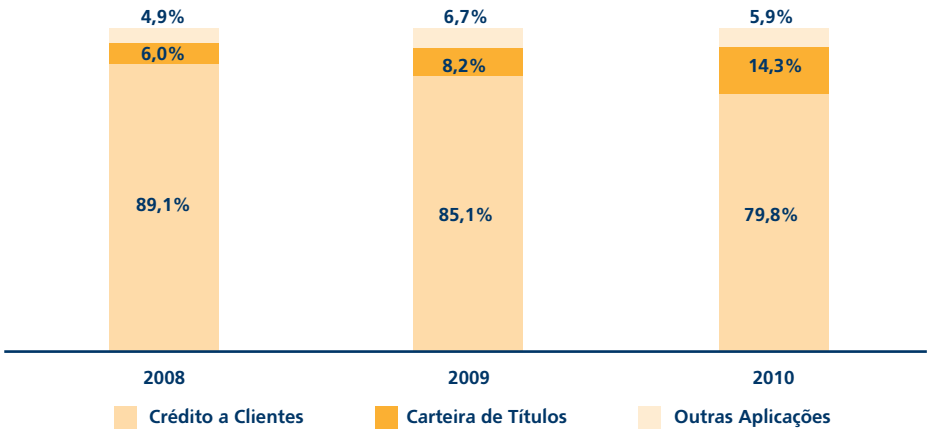
- o aumento do resultado líquido em 15,6%, atingindo os 51,4 milhões de euros, equivalentes a uma rendibilidade dos capitais próprios (ROE) de 5,18%;
- os recursos de balanço de clientes aumentaram 8,0%, enquanto que os recursos de particulares registaram um crescimento homólogo de 11,4%;
- a solvabilidade, medida pelo rácio *Tier I*, manteve-se a um nível muito confortável ao situar-se em 8,95% e o rácio de solvabilidade em 12,74%.

ANÁLISE DO BALANÇO

Estrutura do Activo

No contexto de instabilidade descrito, o Montepio, confirmou, em 2010, a adequação da estratégia prosseguida e a importância do seu papel no sector financeiro e bancário nacional traduzido no crescimento das suas actividades e melhoria do perfil de liquidez do activo. O activo líquido registou uma taxa de crescimento de 5,8%, situando-se nos 18 249,3 milhões de euros e melhorou a sua estrutura, diminuindo o nível de concentração.

ACTIVO TOTAL



O crescimento de 1 004,5 milhões de euros do activo reflecte, essencialmente, o aumento em 89,5% da carteira de activos financeiros disponíveis para venda e dos activos financeiros detidos para negociação em 26,8%. Continuou a privilegiar-se o binómio liquidez/risco, pelo que os investimentos centraram-se, predominantemente em maturidades curtas, de emitentes com rating *investment-grade*, integrantes de sectores económicos menos expostos aos efeitos da crise económica, reflectindo a aquisição de títulos elegíveis para colateral em eventuais operações de refinanciamento junto do Banco Central Europeu.

A evolução do activo foi, ainda, influenciada pela redução em 92,8 milhões de euros das disponibilidades e das aplicações em instituições de crédito, reflexo da adopção de critérios de maior rigor na gestão de liquidez.

O crédito a clientes (líquido) diminuiu o seu peso no activo, de 85,1% para 79,8%, contribuindo para a redução da sua concentração.

Estrutura do Passivo e Recursos Próprios

O passivo aumentou 6,1% em 2010 atingindo 17 253,8 milhões de euros, no qual se destaca o aumento dos recursos de clientes em 8%, particularmente em depósitos de clientes e de instituições de crédito em 9,2% (+845,9 milhões de euros). Em contraste registou-se uma redução dos recursos de mercados financeiros em empréstimos subordinados e não subordinados, sindicados e certificados de dívida, de 22,9% (-1 091,6 milhões de euros).

EVOLUÇÃO DOS PASSIVOS E DOS RECURSOS PRÓPRIOS

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2009		2010		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1 – Recursos de Clientes	**10 103 894**	**58,6**	**10 910 199**	**59,8**	**806 305**	**8,0**
Depósitos de Clientes e de Instituições de Crédito	9 175 941	53,2	10 021 794	54,9	845 853	9,2
Títulos Colocados em Clientes (Obrigações de Caixa)	927 953	5,4	888 405	4,9	-39 548	-4,3
2 – Recursos Complementares	**6 153 168**	**35,7**	**6 342 302**	**34,8**	**189 134**	**3,1**
Recursos de Instituições de Crédito e de Bancos Centrais	654 745	3,8	1 964 609	10,8	1 309 864	200,1
Empréstimos Subord. e não Subord., Sindicados e Cert. Dívida	4 777 170	27,7	3 685 530	20,2	-1 091 640	-22,9
Passivos Financeiros Associados a Activos Transferidos	428 147	2,5	387 183	2,1	-40 964	-9,6
Outros Passivos	293 106	1,7	304 980	1,7	11 874	4,1
3 – Recursos Próprios e Provisões	**987 705**	**5,7**	**996 789**	**5,4**	**9 084**	**0,9**
TOTAL DE PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	**17 244 767**	**100,0**	**18 249 290**	**100,0**	**1 004 523**	**5,8**

O financiamento da actividade continuou a ser assegurado maioritariamente pelos recursos de clientes, que aumentaram a sua expressão no total do passivo e capital próprio para 59,8% (face a 58,6% no final de 2009), enquanto os recursos complementares de mercados reduziram o seu peso para menos de 35%. Dos recursos de clientes realça-se o peso de quase 55% dos depósitos, sendo que as obrigações de caixa, colocadas pela rede comercial, representam 4,9%, tendo contribuído para a estabilidade dos recursos dadas as características aforradoras, uma vez que se trata de produtos com maturidades entre 2 e 5 anos.

Em complemento à captação de recursos financeiros através da rede comercial, com o objectivo de obter *funding* com perfil de maior estabilidade, o Montepio realizou as seguintes operações:

- sexta operação de titularização, no montante de 1 167 milhões de euros, a primeira do seu programa de titularização envolvendo uma carteira de créditos a PME´s, nomeadamente mútuos e aberturas de crédito em conta-corrente;

  Os títulos da classe A (sénior), totalizaram 577,5 milhões de euros, que serviram para reforçar a carteira de activos elegíveis para efeitos de financiamento junto do BCE;

- terceira emissão de obrigações hipotecárias, de subscrição privada, no valor de 500 milhões de euros pelo prazo de 3 anos;

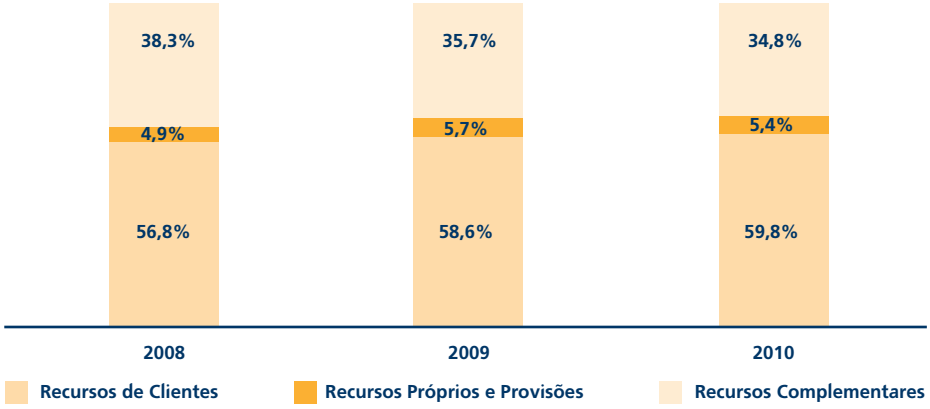
- obtenção junto do Banco Europeu de Investimentos de uma linha de crédito, no montante de 100 milhões de euros para financiamento às PME´s.

Ao longo de 2010, o Mercado Monetário Interbancário (MMI) permaneceu com reduzida actividade à semelhança do ano anterior. As operações de tomada e cedência de liquidez concentraram-se em maturidades curtas e o aumento do risco da República Portuguesa condicionou os negócios com outras jurisdições. Assim, apesar dos fortes condicionalismos ao funcionamento regular do MMI, a posição do Montepio no final de 2010 apresentou um saldo líquido de 90 milhões de euros de excedente de aplicações.

Durante o ano de 2010, o Montepio amortizou um total de 950,9 milhões de euros de dívida que tinha sido colocada no mercado internacional, nomeadamente «*Floating Rate Notes*» e «*Schuldschein*», em 625 e 50 milhões de euros, respectivamente, e dívida colocada no mercado doméstico junto de clientes de retalho (Obrigações de Caixa) em 275,9 milhões de euros.

Os recursos próprios e provisões foram reforçados passando de 987,7 milhões de euros, no final de 2009, para 996,8 milhões de euros em 2010. Com o objectivo de manter os níveis de solidez da Caixa Económica, a Associação Mutualista realizou um aumento de 40 milhões de euros do Capital Institucional.

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO



ANÁLISE DA RENDIBILIDADE

Resultado Líquido

Em 2010, a Caixa Económica gerou um Resultado Líquido consolidado de 51,4 milhões de euros, o que corresponde a um crescimento de 15,6% relativamente ao resultado de 44,5 milhões de euros obtido em 2009.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DA ACTIVIDADE

(milhares de euros)

RESULTADO DA ACTIVIDADE	2009		2010		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Margem Financeira	320 808	71,5	270 948	64,2	-49 860	-15,5
Comissões Líquidas de Serviços a Clientes	75 115	16,7	73 970	17,5	-1 145	-1,5
Produto Bancário Comercial	**395 923**	**88,2**	**344 918**	**81,7**	**-51 005**	**-12,9**
Resultado de Mercados (a)	39 115	8,7	66 854	15,8	27 739	70,9
Rendimento de Participações Financeiras	811	0,2	474	0,1	-337	-41,6
Resultado da Venda de Imóveis para Negociação	417	0,1	-2 411	-0,6	-2 828	-678,2
Outros Resultados	12 759	2,8	12 477	3,0	-282	-2,2
Produto Bancário	**449 025**	**100,0**	**422 312**	**100,0**	**-26 713**	**-5,9**
Gastos com Pessoal	147 352	32,8	143 457	34,0	-3 895	-2,6
Gastos Gerais Administrativos	79 204	17,6	83 495	19,8	4 291	5,4
Amortizações	20 507	4,6	20 850	4,9	343	1,7
Gastos Operacionais	**247 063**	**55,0**	**247 802**	**58,7**	**739**	**0,3**
Resultado Bruto	**201 962**	**45,0**	**174 510**	**41,3**	**-27 452**	**-13,6**
Provisões e Imparidades Líquidas	**159 989**	**35,6**	**125 057**	**29,7**	**-34 932**	**-21,8**
Crédito	147 774		112 992		-34 782	-23,5
Títulos	2 132		2 152		20	0,9
Outras	10 083		9 913		-170	-1,7
Resultados de Associados e Empreendimentos Conjuntos (equivalência patrimonial)	**2 503**		**1 954**		**-549**	**-21,9**
= Resultado do Exercício	**44 476**	**9,9**	**51 407**	**12,2**	**6 931**	**15,6**

(a) Inclui rendimento de acções, excepto de participações financeiras.

A evolução do resultado líquido foi positivamente influenciada pelo aumento dos resultados de mercados (+70,9%) e pela redução da dotação para provisões e imparidades de crédito (-23,5%), devido à melhoria da gestão do risco e da recuperação de crédito. A margem financeira reduziu-se em 15,5%, reflectindo o aumento o custo do *funding* e a contenção da carteira do crédito num quadro de diminuição do investimento, do consumo e da confiança dos agentes económicos.

Os níveis de rendibilidade alcançados situaram-se acima dos valores obtidos no ano anterior, ou seja, a Rendibilidade do Activo (ROA) fixou-se em 0,29% (0,26% em 2009) e a Rendibilidade do Capital Próprio (ROE) ascendeu a 5,18 % (4,72% em 2009).

RENDIBILIDADE

	2009	2010	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Rácios de Rendibilidade				
Rendibilidade do Activo (ROA)	0,26%	0,29%	0,03 p.p.	
Rendibilidade do capital (ROE)	4,72%	5,18%	0,46 p.p.	
***Cash-Flow* Total (mil euros)**	**224 972**	**197 314**	**-27 658**	**-12,3**
Amortizações	9,1%	10,6%	1,5 p.p.	
Provisões Líquidas e Imparidade	71,1%	63,4%	-7,7 p.p.	
Resultado do Exercício	19,8%	26,1%	6,3 p.p.	

O Resultado do Exercício consolidado é superior ao Resultado do Exercício individual, em 9,916 milhões de euros, decorrente da imparidade de crédito e dos contributos positivos das empresas participadas.

DIFERENÇA ENTRE RESULTADOS EM BASE INDIVIDUAL E BASE CONSOLIDADA

(milhares de euros)

	RESULTADOS LÍQUIDOS	SITUAÇÃO LÍQUIDA
1 – CEMG – Contas Individuais 31 Dez. 10	**41 491**	**994 019**
2 – Impacto da Consolidação das Participações Financeiras	**786**	**1 502**
2.1. – Consolidação Integral	**-237**	**738**
MG Cabo Verde	-237	738
2.2. – Equivalência Patrimonial	**1 023**	**764**
Lusitania – Seguros	-32	-3 780
Lusitania – Vida	1 104	3 791
HTA Hotéis Turismo e Animação dos Açores	-49	753
3 – Outros Reajustamentos de Consolidação	**9 130**	**-43**
Imparidade da Carteira de Crédito	6 730	**21 946**
Fundo de Pensões	-634	**-77**
Swaps associados às Operações de Titularização	3 034	**-21 912**
4 – CEMG – Contas Consolidadas 31 Dez. 10 (1+2+3)	**51 407**	**995 478**

Margem Financeira

Em 2010, a actividade de intermediação bancária foi especialmente condicionada pelas desfavoráveis condições de mercado, nomeadamente, pela degradação do risco do país e maiores dificuldades de refinanciamento de dívida, o que intensificou o nível de concorrência pela captação de recursos de clientes, bem como pela redução dos níveis de crescimento económico e da procura de crédito.

A margem financeira ascendeu a 270,9 milhões de euros e registou uma redução de 15,5% (-49,9 milhões de euros) face a 2009.

RESULTADO E MARGEM FINANCEIRA

(milhares de euros)

	2009			2010		
	Capitais Médios	Taxa Média	Proveitos/ Custos	Capitais Médios	Taxa Média	Proveitos/ Custos
Activos Financeiros	**16 757**	**5,18%**	**868**	**17 518**	**4,29%**	**752**
Crédito a Clientes	15 159	3,71%	563	15 018	3,01%	451
Outras Aplicações	1 598	4,10%	66	2 500	4,19%	105
Swaps			239			196
Passivos Financeiros	**16 081**	**3,40%**	**547**	**16 844**	**2,86%**	**481**
Depósitos	8 558	2,16%	185	9 342	1,62%	152
Outros Passivos	7 523	2,25%	169	7 502	2,37%	178
Swaps			193			151
Resultado / Margem		**1,91%**	**321**		**1,55%**	**271**
Euribor 3M – média do período		**1,18%**			**0,71%**	

A evolução das taxas de juro médias evidenciou uma redução das taxas dos activos superior à das taxas dos passivos. A taxa média dos passivos financeiros (recursos) reduziu-se 0,54 p.p., enquanto que a taxa dos activos financeiros reduziu 0,89 p.p. O comportamento das taxas dos activos é fortemente influenciado pela estrutura da carteira do crédito, maioritariamente composta por produtos de médio e longo prazo. A *Euribor* média do período registou uma redução de 1,18% para 0,71% (-0,47 p.p.). Esta evolução foi relevante para que a taxa de intermediação financeira passasse de 1,91% para 1,55%.

Serviços a Clientes

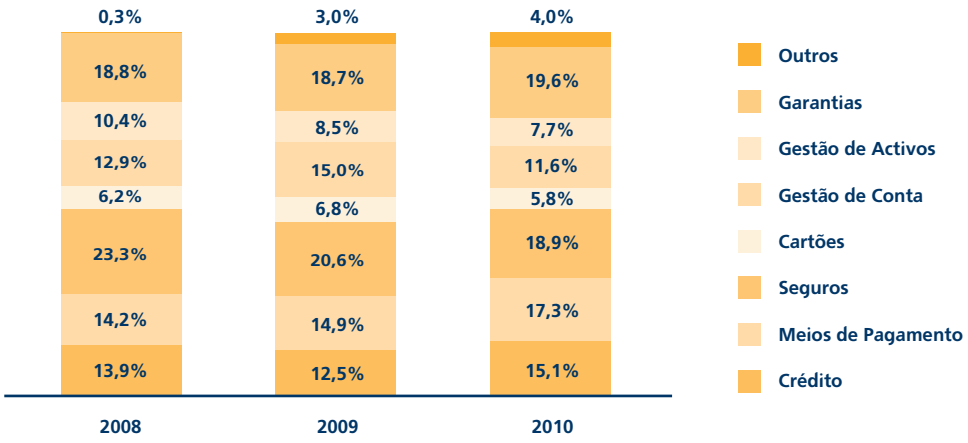
Os resultados dos serviços prestados a clientes situaram-se em 74,0 milhões de euros em 2010, com uma redução de 1,5%, face aos 75,1 milhões de euros em 2009.

Para esta redução contribuiu a diminuição das comissões directamente relacionadas com a venda de seguros (-3,2 milhões de euros), com a gestão de activos (-0,8 milhões de euros) e com o crédito (-1,8 milhões de euros), face ao menor nível de contratações de créditos a particulares, nomeadamente de habitação.

Com uma evolução favorável, demonstrando a dinâmica da rede comercial nas actividades com clientes geradoras de comissões, o ajustamento do preçário realizado em 2010, associado ao aumento dos padrões de qualidade na oferta de produtos e serviços, salienta-se:

- o aumento de 18,9% das comissões associadas à gestão de contas;
- o crescimento de 14,8% das comissões associadas aos cartões de crédito, como resultado do maior número de clientes detentores dos novos cartões disponibilizados pelo Montepio;
- a variação de 3,0% das comissões associadas aos meios de pagamento, situando-se em 16,9 milhões de euros.

ESTRUTURA DOS SERVIÇOS A CLIENTES



Da recomposição da estrutura de resultados de serviços prestados a clientes em 2010, há a salientar um maior equilíbrio, com aumento da expressão das comissões de gestão de conta (12,5% para 15,1%), cartões (14,9% para 17,3%) e meios de pagamento (18,7% para 19,6%).

Resultados de Mercados

Em 2010, a continuação de uma actuação prudente, rigorosa e relativamente conservadora, permitiu que os resultados de mercados ascendessem a 66,9 milhões de euros (+70,9%), influenciados pelos resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor (+17,5 milhões de euros) e de activos financeiros disponíveis para venda (+11,0 milhões de euros).

RESULTADOS DE MERCADOS

(milhares de euros)

	2009	2010	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Resultados de Act. e Passivos Avaliados ao Justo Valor Atr. de Resultados	**28 319**	**45 857**	**17 538**	**61,9**
Activos e passivos financeiros detidos para negociação	27 438	46 665	19 227	70,1
Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados	160	-240	-400	-250,0
Derivados de Cobertura	-2 408	-1 996	412	17,1
Outras Operações Financeiras	3 129	1 428	-1 701	-54,4
Resultados na Venda de Activos Financeiros Disponíveis para Venda	**1 657**	**12 692**	**11 035**	**666,0**
Resultados da Reavaliação Cambial	**2 069**	**2 344**	**275**	**13,3**
Resultados de Alienação de Obrigações	**-135**	**-759**	**-624**	**-462,2**
Resultados Diversos	**7 191**	**6 656**	**-535**	**-7,4**
Rendimento de Acções	**14**	**64**	**50**	**357,1**
TOTAL	**39 115**	**66 854**	**27 739**	**70,9**

Gastos Operacionais

Os gastos operacionais, que incorporam os custos com o pessoal, os gastos administrativos e as amortizações do exercício, registaram um ligeiro aumento de 0,3%, situando-se em 247,8 milhões de euros. Este desempenho foi influenciado favoravelmente pela política de grande rigor e contenção na gestão de custos, não obstante a necessidade de prosseguir os investimentos de natureza estratégica e de dinamização da actividade, designadamente nos sistemas de informação e em publicidade, pelo que os gastos administrativos cresceram 5,4%.

O rácio de eficiência *Cost-to-Income* (peso dos gastos operacionais no produto bancário) evidenciou um ligeiro aumento, de 3,7 p.p., fixando-se em 58,7%, no final do ano de 2010. Esta evolução resultou do ligeiro acréscimo dos gastos operacionais (0,3%) num quadro de menor montante do produto bancário (-5,9%).

(milhares de euros)

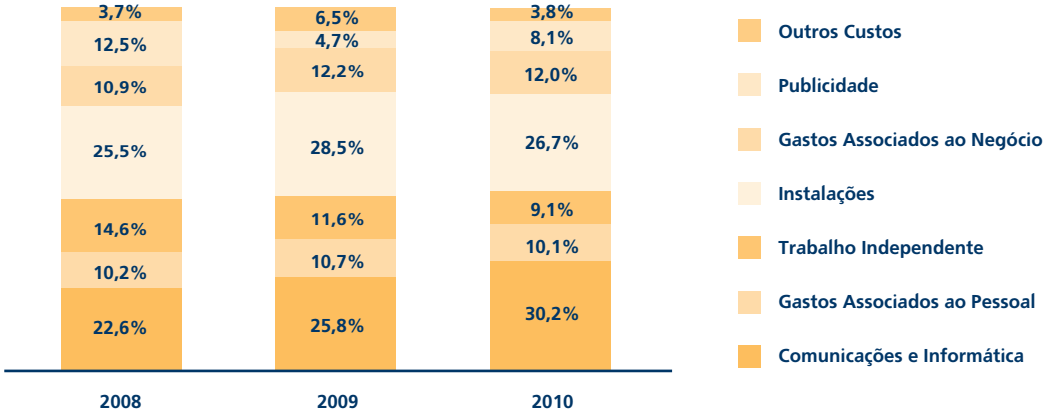
RUBRICAS	2009		2010		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Gastos com Pessoal	147 352	59,6	143 457	57,9	-3 895	-2,6
Gastos Gerais Administrativos	79 204	32,1	83 495	33,7	4 291	5,4
Gastos de Funcionamento	**226 556**	**91,7**	**226 952**	**91,6**	**396**	**0,2**
Amortizações	20 507	8,3	20 850	8,4	343	1,7
Gastos Operacionais	**247 063**	**100,0**	**247 802**	**100,0**	**739**	**0,3**
Produto Bancário	**449 025**		**422 312**		**-26 713**	**-5,9**
RÁCIOS						
Gastos com o Pessoal / Produto Bancário	32,8%		34,0%		1,2 p.p.	
Gastos Gerais Administrativos / Produto Bancário	17,6%		19,8%		2,2 p.p.	
Amortizações / Produto Bancário	4,6%		4,9%		0,3 p.p.	
***Cost-to-Income* (Gastos Operacionais / Produto Bancário)**	**55,0%**		**58,7%**		**3,7 p.p.**	
Rácio de Eficiência (Gastos de Funcionamento / Produto Bancário)	50,5%		53,7%		3,2 p.p.	

Prosseguindo a política de recursos humanos que tem vindo a ser seguida nos últimos anos conseguiu-se uma redução global dos gastos com pessoal de 3,9 milhões de euros (-2,6%), tendo sido fundamental para esta evolução a diminuição registada nos encargos sociais obrigatórios, referente à contribuição global para o fundo de pensões (-12,6%), relacionado com menores encargos referentes a reformas antecipadas.

Os encargos com reformas antecipadas reduziram-se 2,6 milhões de euros, -54,7%, devido a menor número de reformas antecipadas ocorridas em 2010.

A prossecução da política de rigor e contenção de custos, manifestou-se na diminuição dos gastos com consultoria (-2,1 milhões de euros) e em outros fornecimentos e serviços (-2,0 milhões de euros). Mas, num sector altamente competitivo foi necessário manter o investimento em publicidade o qual implicou +3,1 milhões de euros de custos, a que se juntaram +4,3 milhões de euros de custos de informática, imprescindíveis para o desenvolvimento e melhoria dos sistemas de transacção e dos processos de gestão e controlo.

ESTRUTURA DOS GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS



As amortizações situaram-se em 20,9 milhões de euros, evidenciando um aumento de 1,7%, resultante, essencialmente dos investimentos em tecnologia, com impacto na área do equipamento informático.

Provisões e Imparidades

Durante o ano de 2010 foram implementadas melhorias nos processos de análise de risco e nas estruturas de recuperação de crédito, a par de alguns desenvolvimentos nos domínios da informação e do controlo, com o objectivo de contrariar a progressão dos níveis de incumprimento, decorrentes da situação conjuntural adversa que atingiu de forma significativa os agentes económicos.

(milhares de euros)

	2009		2010		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Provisões e Imparidades Líquidas de Crédito	**147 774**	**92,4**	**112 992**	**90,4**	**-34 782**	**-23,5**
Constituição de provisões e imparidades	527 206		525 339		-1 867	-0,4
Recuperação de provisões e imparidades	379 432		412 347		32 915	8,7
Imparidades Líquidas de Títulos	**2 132**	**1,3**	**2 152**	**1,7**	**20**	**0,9**
Constituição de imparidades	2 398		3 514		1 116	46,5
Recuperação de imparidades	266		1 362		1 096	412,0
Provisões e Imparidades Líquidas de Outros Activos	**10 083**	**6,3**	**9 913**	**7,9**	**-170**	**-1,7**
Constituição de provisões e imparidades	10 665		14 535		3 870	36,3
Recuperação de provisões e imparidades	582		4 622		4 040	694,2
Total das Provisões e Imparidades Líquidas	**159 989**	**100,0**	**125 057**	**100,0**	**-34 932**	**-21,8**
Constituição de provisões e imparidades	540 269		543 388		3 119	0,6
Recuperação de provisões e imparidades	380 280		418 331		38 051	10,0

Para a variação global registada no total das provisões e imparidades (-34,9 milhões de euros) foi relevante:

- a recuperação de provisões e imparidades de crédito (32,9 milhões de euros), resultante do trabalho realizado em 2009 e 2010 no âmbito da gestão do crédito pós venda e na actuação mais eficaz na fase das soluções pré-contencioso;
- a variação, quase nula, da imparidade líquida de títulos e de outros activos (-0,02 milhões de euros).

Fundo de Pensões

Em 31 de Dezembro de 2010, o património do fundo de pensões ascendia a 545,1 milhões de euros, mantendo-se sensivelmente o nível de cobertura das responsabilidades mínimas em 100,1% e tendo melhorado o nível de cobertura das responsabilidades totais para 91,3%.

EVOLUÇÃO DO FUNDO DE PENSÕES

(milhares de euros)

	2009	2010	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
1. Responsabilidades totais				
Pessoal no activo	321 838	341 688	19 850	6,2
Pessoal reformado	247 984	255 452	7 468	3,0
TOTAL 1	**569 822**	**597 140**	**27 318**	**4,8**
2. Responsabilidades não exigidas ou diferidas				
Isenção de financiamento	14 650	16 040	1 390	9,5
Aplicação das IAS	27 094	19 061	-8 033	-29,6
Impacto da Tábua de Mortalidade	23 971	17 434	-6 537	-27,3
TOTAL 2	**65 715**	**52 535**	**-13 180**	**-20,1**
3. Responsabilidades mínimas a financiar (1-2)	**504 107**	**544 605**	**40 498**	**8,0**
4. Valor dos Activos do Fundo	**504 883**	**545 097**	**40 214**	**8,0**
5. Coberturas das:				
Responsabilidades Mínimas (4/3)	100,2%	100,1%		-0,1 p.p.
Responsabilidades Totais (4/1)	88,6%	91,3%		2,7 p.p.
6. Movimentos efectuados no ano com impacto no valor do Fundo:				
6.1. Contribuições para o Fundo (+)	45 553	48 750	3 197	7,0
6.2. Rendimento efectivo dos activos (+)	39 971	9 812	-30 159	-75,5
6.3. Encargos (-)	125		-125	-100,0
6.4. Pagamentos de pensões (-)	16 664	18 348	1 684	10,1
6.5 TOTAL 6 (6.1+6.2-6.3-6.4)	**68 735**	**40 214**	**-28 521**	**-41,5**

Para o cálculo das responsabilidades do Fundo de Pensões do Montepio foram considerados os seguintes pressupostos:

- taxa de desconto de 5,5%;
- taxa de crescimento salarial de 3,0%;
- taxa de crescimento das pensões de 2,0%;
- manutenção da tábua de mortalidade TV 88/90, para homens e para mulheres.

As responsabilidades totais situaram-se em 597,1 milhões de euros e registaram uma taxa de crescimento de 4,8%. Por outro lado, a parcela das responsabilidades não exigidas ou de financiamento diferido (IAS, 8 a 10 anos e tábua de mortalidade, 24 anos) totalizou o valor de 52,5 milhões de euros, que, deduzido às responsabilidades totais, traduz o valor total das responsabilidades mínimas obrigatórias a financiar, no montante de 544,6 milhões de euros, estando totalmente cobertas e, em parte, excedidas, pelo valor dos activos do fundo (545,1 milhões de euros).

7.4. NOTAÇÕES DE *RATING*

O Montepio vem sendo avaliado, para efeitos de notação de *rating*, por duas prestigiadas agências de *rating* internacionais: a *Fitch Ratings* e a *Moody's*.

Em 22 de Abril de 2010, na sequência de uma revisão da sua metodologia de análise, a agência Moody's *Investors Service* decidiu baixar o *rating* dos instrumentos híbridos incluídos nos fundos próprios dos bancos nacionais, tendo tal acção tido repercussão no *rating* das obrigações subordinadas de prazo indeterminado emitidas pelo Montepio ao abrigo do seu Programa de Euro *Medium Term Notes* (*EMTN*), as quais passaram de Baa3 para Ba3.

Posteriormente, em 21 de Maio de 2010, o *rating* de todos os bancos nacionais notados pela Moody's, entre os quais o Montepio, foi colocado em «revisão para possível descida», na sequência de igual acção da referida agência em relação ao *rating* da República Portuguesa.

Em 2 de Junho de 2010, a Moody's resolveu confirmar em «D» o parâmetro *Bank Financial Strength Ratings* do Montepio, com Outlook «Estável».

Posteriormente, em 14 de Julho de 2010 e, na sequência da revisão em baixa do *rating* da República Portuguesa, de Aa2 para A1, a referida agência baixou o *rating* dos bancos portugueses, tendo sido o impacto para o Montepio idêntico ao da República Portuguesa, isto é, descida de dois níveis para, respectivamente:

- Dívida sénior de médio e longo prazo: Baa3, de Baa1;
- Dívida sénior curto prazo: P-3, de P-2;
- Dívida subordinada de prazo indeterminado: Ba1, de Baa2. A perspectiva (Outlook) quanto à evolução do *rating* passou de «*rating* sob revisão», para «estável».

Em 21 de Outubro de 2010, antecipando o eventual impacto das fracas perspectivas de crescimento económico em Portugal, a Fitch Ratings resolveu baixar o *Individual Default Rating* do Montepio para BBB+, de A-, mantendo esta notação em *Rating Watch Negative*.

Finalmente, em 21 de Dezembro de 2010, a Moody's resolveu colocar em revisão, para possível baixa, o *rating* da República Portuguesa, tendo tomado igual decisão relativamente ao *rating* sénior do Montepio.

As actuais notações são as seguintes:

AGÊNCIAS DE *RATING*	Curto Prazo	Longo Prazo	Outlook
Fitch Ratings	F2	BBB+	Negativo
Moody's	P-3	Baa3	Negativo

7.5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS – BASE INDIVIDUAL

Dando cumprimento ao disposto na alínea *b*) do número 1 do Artigo 23.º dos Estatutos da Caixa Económica Montepio Geral, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral a seguinte aplicação dos Resultados de 2010, no valor de 41,5 milhões de euros:

APLICAÇÃO DE RESULTADOS

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	Valor
Para Reserva Legal	8 298
Para Reserva Especial	2 075
Transferência para Resultados Transitados (Aviso 12/2001 BdP)	8 033
A transferir para o Montepio Geral – Associação Mutualista	23 085
RESULTADO DO EXERCÍCIO EM BASE INDIVIDUAL	**41 491**

O valor a transferir para Resultados Transitados corresponde à amortização do impacto da transição para as IAS/IFRS, das responsabilidades para com o Fundo de Pensões, em conformidade com o n.º 13-A do Aviso n.º 12/2001, com as alterações introduzidas pelos Avisos n.º 4/2005 e n.º 7/2008, do Banco de Portugal.

8. Empresas do Grupo Montepio

LUSITANIA
Grupo Montepio

LUSITANIA – COMPANHIA DE SEGUROS, SA.

O negócio de seguros Não vida do Grupo Montepio desenvolve-se através da Lusitania, Companhia de Seguros, que contribui há mais de 20 anos para a prossecução dos fins mutualistas do Grupo, através dos seus resultados e de uma vasta oferta de seguros de pessoas e danos, como sejam, os seguros de acidentes, os seguros automóvel e os seguros de crédito.

No final do ano de 2009, a Lusitania adquiriu as Companhias de Seguros Real e Mutuamar aumentando, deste modo, muito significativamente, a presença do Grupo Montepio no sector segurador nacional. O Montepio apresenta hoje uma maior intervenção num sector que desempenha um papel relevante na protecção da sociedade civil e que, simultaneamente, apresenta importantes sinergias com a actividade mutualista e bancária, geradoras de valor para os Associados.

Síntese da Actividade

Numa perspectiva consolidada, a Lusitania ocupava, no final do ano de 2010, a 6.ª posição no ranking do sector segurador com actividade em Portugal, com uma quota de mercado de 5,9%, a que correspondeu um volume de prémios de seguro directo de 244,2 milhões de euros.

No ano de 2010, os seguros Automóvel e Doença estiveram em destaque, crescendo acima do mercado, em, respectivamente, 4,3% e de 14,6%. Os seguros de Acidentes de Trabalho evoluíram negativamente, dado o contexto conjuntural pouco propício, tendo, contudo, a Lusitania mantido neste sub-ramo um posicionamento importante, com uma quota de mercado acima dos 8%.

O aprofundamento da relação entre a Lusitania e o Montepio, em particular no que respeita ao aproveitamento das respectivas redes de distribuição e à complementaridade dos seus produtos, constitui uma prioridade estratégica de actuação da Companhia. Em resultado, a Lusitania pagou ao Montepio cerca de 5 milhões de euros de comissões de mediação e o projecto *Assurfinance*, dirigido a Particulares e Empresas, registou uma expansão assinalável, com o número de promotores a aumentar de 63, no final de 2009, ano de arranque do projecto, para 205 no final do ano de 2010.

Indicadores Financeiros

Em 2010, o resultado líquido da actividade individual da Lusitania registou uma diminuição de 36,8%, para 3,0 milhões de euros, que se ficou a dever, em parte, à redução dos rendimentos financeiros gerados pela carteira de activos, em particular, dos activos da Real Seguros.

A forte diminuição do resultado líquido da actividade consolidada de 4,6, em 2009, para 0,6 milhões de euros, em 2010, reflecte o impacto negativo da consolidação da N Seguros, Seguradora Directa do Grupo no ano de 2010, primeiro ano completo de actividade desta companhia no perímetro do Grupo Lusitania. Note-se que em 2009 a consolidação apenas considerou o período pós aquisição, ou seja os dois últimos meses do ano. As medidas correctivas à actividade da N Seguros introduzidas ao longo do ano de 2010 não foram ainda suficientes para inverter o desempenho da companhia. Destas medidas destacam-se a correcção do tarifário nos segmentos de maior risco e o aumento do controlo de Risco e Fraudes.

A evolução dos indicadores de sinistralidade e de custos no ano comprovam os benefícios do recente aumento de dimensão da Lusitania, que se espera venham a ser determinantes para a competitividade futura da companhia. De facto, a taxa de sinistralidade e o expense ratio, rácio de custos da actividade seguradora, registaram reduções tanto em termos consolidados, como individuais.

No final do ano de 2010, a cobertura da margem de solvência situou-se em 1,6, na actividade individual e acima do mínimo, exigido pelo Instituto de Seguros de Portugal, na actividade consolidada (1,1).

INDICADORES FINANCEIROS – Contas Individuais

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2009 (1)	2010	Variação	
			Absoluta	Relativa (%)
Prémios Brutos Emitidos	**231 803**	**232 373**	570	0,2
Taxa de sinistralidade	67,8%	56,1%	-11,7 p.p.	
Expense ratio	26,5%	25,2%	-1,3 p.p.	
Resultado do Exercício	4 803	3 034	-1 769	-36,8
Rendibilidade do Activo Líquido	0,87%	0,54%	-0,33 p.p.	
Rendibilidade dos Capitais Próprios	6,05%	3,94%	-2,09 p.p.	
Activo Líquido	550 360	558 897	8 537	1,6
Recursos Próprios	79 421	76 963	-2 458	-3,1
Margem de Solvência	1,6	1,6	0,0	
N.º de trabalhadores a 31 Dezembro	673	646	-27	-4,0

INDICADORES FINANCEIROS – Contas Consolidadas

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2009 (1)	2010	Variação	
			Absoluta	Relativa (%)
Prémios Brutos Emitidos	**242 941**	**244 194**	1 253	0,5
Taxa de sinistralidade	69,7%	58,3%	-11,4 p.p.	
Expense ratio	26,4%	25,1%	-1,3 p.p.	
Resultado do Exercício	4 630	581	-4 049	-87,4
Rendibilidade do Activo Líquido	0,82%	0,10%	-0,72 p.p.	
Rendibilidade dos Capitais Próprios	5,84%	0,79%	-5,04 p.p.	
Activo Líquido	564 511	574 294	9 783	1,7
Recursos Próprios	79 288	74 026	-5 262	-6,6
Margem de Solvência	1,1	1,1	0,0	
N.º de trabalhadores a 31 Dezembro	679	667	-12	-1,8

(1) Valores reexpressos em função da avaliação final do *Goodwill*, de acordo com a IAS 3.

LUSITANIAVIDA

Grupo Montepio

LUSITANIA VIDA – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

A Lusitania Vida, seguradora do Ramo Vida do Grupo Montepio, completa a oferta de seguros do Grupo, disponibilizando seguros de vida-risco e produtos de investimento no canal bancário e na rede de mediadores. A Lusitania Vida actua de forma complementar às actividades mutualista e bancária nas áreas das soluções de previdência e de poupança e, também, à actividade da Lusitania, através da comercialização de soluções mistas – Vida e Não Vida – geradoras de importantes receitas para o Grupo.

Síntese da Actividade

O volume de prémios emitidos pela Lusitania Vida diminuiu 5,4%, passando de 110 para 104 milhões de euros. Esta evolução é explicada totalmente pela redução da produção do canal bancário, que tinha observado, em 2009, um crescimento próximo dos 50%. O canal de mediação manteve um ritmo de crescimento elevado, crescendo cerca de 41%, reflectindo a aposta da Lusitania Vida no alargamento da sua rede de mediação, cujo contributo para o volume total de produção da Companhia se situou em cerca de 40%, no final do ano.

Indicadores Financeiros

Os Resultados Líquidos da Lusitania Vida ascenderam a 4,5 milhões de euros em 2010, o que representou um expressivo crescimento homólogo de 37,4% e um nível de rendibilidade dos capitais próprios de 13,3%.

Com impacto positivo na conta de resultados destaca-se o acréscimo dos prémios emitidos de seguro vida, as reduções observadas nas principais rubricas de custos, como sejam os Custos por Natureza e os Custos com Sinistros Líquidos e, ainda o crescimento do resultado financeiro em aproximadamente 40%.

A solvabilidade da Lusitania Vida manteve-se em níveis confortáveis de cobertura, não obstante a redução da cobertura da margem de solvência de 2,7, em 2009, para 2,1, em 2010, que resultou do impacto negativo na carteira de investimentos da volatilidade dos mercados financeiros.

INDICADORES FINANCEIROS

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2009	2010	Variação	
			Absoluta	Relativa (%)
Produção:	**109 916**	**104 026**	**-5 890**	**-5,4**
Seguros Vida	***35 387***	***35 854***	***466***	***1,3***
Contratos de Investimento	***74 529***	***68 172***	***-6 356***	**-8,5**
Custos com sinistros líquidos	27 612	26 175	-1 437	-5,2
Custos por Natureza	3 547	3 446	-101	-2,8
Resultado do Exercício	3 279	4 506	1 227	37,4
Rendibilidade do Activo Líquido	0,66%	0,88%	0,22 p.p.	
Rendibilidade dos Capitais Próprios	8.17%	13,31%	5,14 p.p.	
Activo Líquido	496 693	513 641	16 948	3,4
Recursos Próprios	40 137	33 860	-6 277	-15,6
Margem de Solvência	2,7	2,1	-0,6	
N.º de trabalhadores a 31 Dezembro	30	30	0	0,0

Montepio Gestão de Activos

MONTEPIO GESTÃO DE ACTIVOS – SGFI, SA.

A Montepio Gestão de Activos é a entidade do grupo Montepio especializada na gestão de patrimónios financeiros, concentrando as actividades de gestão de fundos de investimento mobiliário e de gestão discricionária de carteiras.

Síntese da Actividade

O ano de 2010 foi marcado pela contracção do mercado de Fundos de Investimento Mobiliário, em 17,5%, com os valores sob gestão a situarem-se em 14 219,7 milhões de euros, em 31 de Dezembro, o que contrasta com a expansão observada em 2009, de 20,1%. Para esta diminuição contribuiu o grande volume de resgates, superior ao das subscrições em 3 020,2 milhões de euros (*Fonte: Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios*).

No final de 2010, o valor dos Fundos de Investimento Mobiliário geridos pela Montepio Gestão de Activos era de 291,4 milhões de euros e o valor da carteira sob Gestão Discricionária fixou-se em 1 012,1 milhões de euros.

O desempenho da Montepio Gestão de Activos voltou a ser reconhecido em 2010, desta vez, através do fundo de investimento Montepio Acções galardoado com o prémio de Melhor Fundo Nacional de Acções Europa, atribuído pelos prestigiados Prémios «Melhores Fundos Morningstar – Diário Económico».

Indicadores Financeiros

Em 2010, as comissões de gestão geradas pela actividade da Montepio Gestão de Activos beneficiaram do aumento das comissões da actividade de gestão discricionária de carteiras, das quais se destaca o contributo positivo das comissões variáveis, em cerca de 44%, isto é, os proveitos relacionados com o desempenho acima do *benchmark* dos patrimónios sob gestão, que compensou a evolução negativa das receitas dos fundos de investimento.

O Resultado do Exercício de 2010 fixou-se em 0,6 milhões de euros, o que corresponde a um crescimento de 18,5%, face ao reportado em 2009.

INDICADORES FINANCEIROS

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2009	2010	Variação	
			Absoluta	Relativa (%)
Activos sob Gestão	**1 494 106**	**1 303 533**	**-190 573**	**-12,8**
Fundos de Investimento Mobiliários	***479 059***	***291 425***	***-187 634***	***-39,2***
Gestão de Patrimónios	***1 015 048***	***1 012 109***	***-2 939***	***-0,3***
Comissões de Gestão	**4 723**	**4 738**	**15**	**0,3**
Gastos Administrativos	1 495	1 553	58	3,9
Resultado do Exercício	539	639	100	18,5
Rendibilidade do Activo Líquido	16,24%	19,45%	+3,2 p.p.	
Rendibilidade dos Capitais Próprios	20,53%	23,07%	+2,5 p.p.	
Activo Líquido	3 321	3 286	-36	-1,1
Recursos Próprios	2 626	2 769	143	5,5
N.º de trabalhadores a 31 Dezembro	13	13	0	

FUTURO – SGFP, SA.

A Futuro é a empresa do Grupo Montepio, especializada na gestão de Fundos de Pensões dirigidos a empresas e particulares, e que foi constituída legalmente em 14 de Janeiro de 1988.

Síntese da Actividade

Os activos sob gestão dos Fundos de Pensões geridos pela Futuro aumentaram 5,3% no ano, totalizando 1 178,6 milhões de euros, no final 2010. Para esta evolução contribuíram tanto os Fundos Fechados como os Fundos Abertos, embora em proporções diferentes. Enquanto os primeiros observaram um aumento de 7,2% do valor sob gestão, os segundos, cresceram, apenas, 0,4%. No final do ano, a carteira de fundos geridos pela Futuro representava 6,1% do mercado português. Destaca-se o posicionamento da Futuro no segmento de PPR constituídos sob a forma de um fundo autónomo, isto é, excluindo Seguros de Vida, no qual a Futuro mantém uma posição assinalável, com uma quota de mercado na ordem dos 16%.

No âmbito das acções de desenvolvimento do segmento empresas no Grupo Montepio foi lançado, no primeiro semestre de 2010, um novo fundo com a designação de Futuro Activo, com o intuito de alargar a oferta específica neste segmento.

No segmento de particulares, as acções desenvolvidas pela Futuro, procuraram incentivar os hábitos de poupança para a reforma, promovendo as subscrições periódicas, particularmente entre os segmentos mais jovens. O sucesso das acções desenvolvidas permitiu aumentar o volume de subscrições periódicas para um máximo histórico.

Indicadores Financeiros

Em 2010, as receitas de gestão dos Fundos de Pensões da Futuro cresceram 12,1%, em linha com o crescimento e desempenho observado pelos fundos de pensões fechados e abertos.

Os custos fixos da actividade mantiveram-se em níveis baixos e controlados em 2010, com um acréscimo de apenas 2,2% face ao valor de 2009.

O Resultado Líquido apurado fixou-se em 0,32 milhões de euros no final do ano.

INDICADORES FINANCEIROS

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2009 (1)	2010	Variação	
			Absoluta	Relativa (%)
Activos sob Gestão	**1 119 555**	**1 178 641**	**59 086**	**5,3**
Fundos Abertos	***312 764***	***313 935***	***1 171***	***0,4***
Fundos Fechados	***806 791***	***864 706***	***57 915***	***7,2***
Comissões de Gestão	**6 339**	**7 103**	**764**	**12,1**
Gastos Administrativos *	2 343	2 395	52	2,2
Resultado do Exercício	381	319	.62	-16,3
Rendibilidade do Activo Líquido	4,94%	3,77%	-1,2 p.p.	
Rendibilidade dos Capitais Próprios	7,50%	5,91%	-1,6 p.p.	
Activo Líquido	7 712	8 464	752	9,8
Recursos Próprios	5 078	5 397	319	6,3
N.º de trabalhadores a 31 Dezembro	32	31	-1	-3,1

* Exclui custos da prestação de serviços de gestão de carteiras realizada pela Montepio Gestão Activos.

(1) Dados pró-forma, de acordo com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, que aprova o novo modelo de normalização contabilística nacional.

Montepio RESIDÊNCIAS

RESIDÊNCIAS MONTEPIO – SERVIÇOS DE SAÚDE, SA.

A empresa Residências Montepio, Serviços de Saúde S.A. é uma empresa do Grupo Montepio, criada no final do ano de 2005, com o objectivo de reforçar a presença do Grupo na área da protecção social e da melhoria de qualidade de vida, em especial no segmento da 3.ª idade. A sua actividade centra-se na gestão de Centros Residenciais Sénior e na prestação de Serviços de Apoio Domiciliário, através da comercialização dos cartões Vitalidade na rede comercial do Montepio.

Actualmente a Residências Montepio é líder do sector da terceira idade em Portugal em volume de camas, nos segmentos de utentes privados e de cuidados continuados.

Síntese da Actividade

No ano de 2010, destaca-se a estabilização da actividade das residências do Porto, Gaia e de Coimbra, que com taxas de ocupação superiores a 90%, atingiram já, neste ano, um nível de actividade acima do ponto crítico. Em Outubro, foi inaugurado o centro Residencial da Parede que, final do ano, registava uma taxa de ocupação de 35%.

A Residências Montepio é a entidade que apresenta o maior volume de camas contratualizadas com a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), assegurando assistência nas tipologias de Convalescença, Média Duração e Longa Duração. A qualidade dos serviços tem sido reconhecida pela RNCCI que a tem colocado nos primeiros lugares das avaliações efectuadas.

As actividades de Apoio Domiciliário e de Tele-Assistência, complementares à actividade dos Centros Residenciais, continuam a ser promovidas através da comercialização dos cartões Vitalidade + e Tele-Vitalidade, na rede de balcões do Montepio, tendo o número de aderentes a estes serviços aumentado 31%, em 2010.

Perspectivas

Não obstante o actual contexto económico estar a afectar negativamente a actividade da Residências Montepio, as perspectivas de desenvolvimento da actividade mantém-se positivas, sendo de esperar, que nos próximos anos, a Empresa consolide o seu posicionamento de líder no segmento das residências para seniores e também nos cuidados continuados de saúde.

Em 2011 será inaugurada a Residência do Montijo, passando a empresa a contar com cinco centros em funcionamento. Tendo em conta a qualidade dos serviços oferecidos e a reduzida oferta de serviços semelhantes no mercado foram estabelecidos objectivos ambiciosos de ocupação das Residências para 2011. Assim, estima-se atingir nas residências mais recentes taxas médias de ocupação acima dos 80% e nas restantes residências em funcionamento a plena ocupação. Complementarmente, continuarão a ser desenvolvidas acções com vista a fomentar a subscrição dos cartões Vitalidade + e Tele-Vitalidade na rede de balcões do Montepio.

De assinalar, ainda, o contributo das Residências Montepio, e logo do Grupo Montepio, para a criação de emprego na economia: em 2010 foram criados 113 postos de trabalho, perspectivando-se a criação de mais 115 no decorrer de 2011.

9. Reconhecimento

Face às dificuldades da época em que vivemos, com instabilidade e agravamento da situação económica, o Montepio, com mais de 170 anos de história assente na solidariedade e humanismo, continuou a reforçar a sua notoriedade e reconhecimento na sociedade, como uma instituição diferente, capaz de constituir uma alternativa de credível competência nas áreas em que actua.

Continuando a agir numa conjuntura adversa, o caminho passa pela reflexão, pela inteligência na gestão das crises, pela exploração de novas oportunidades e, mais que tudo, pelo respeito do valor de cada pessoa.

A experiência secular do Montepio e a sua constante capacidade de adaptação têm sido um dos segredos essenciais que estão na raíz deste percurso de crescente afirmação, mas para tanto foram decisivos o empenhado contributo dos Colaboradores, e a compreensão e apoio dos Associados e Clientes, aos quais o Conselho de Administração dirige palavras de elevado apreço e agradecimento.

Expressamos, de igual modo, o nosso reconhecimento às Autoridades Governamentais, Monetárias e Financeiras pela cooperação, apoio e confiança que nos dispensaram.

Uma palavra de agradecimento e apreço é devido aos Senhores Membros da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho Fiscal e do Conselho Geral pela proficiente acção desenvolvida no acompanhamento da actividade da Instituição, atitude que muito contribuiu para facilitar a missão do Conselho de Administração.

Hoje, de olhos postos no futuro e com a consciência das dificuldades, estamos preparados para continuar a contribuir activamente para o sucesso e satisfação dos nossos Associados e Clientes.

Para finalizar, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que o acompanhe, num voto de reconhecimento às entidades e pessoas acima referenciadas, e ainda num voto de pesar por todos os Associados e Trabalhadores falecidos ao longo do ano findo.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Tomás Correia – Presidente

José de Almeida Serra

Rui Manuel Silva Gomes do Amaral

Eduardo José da Silva Farinha

Álvaro Cordeiro Dâmaso

10. Declaração de Conformidade sobre a Informação Financeira apresentada

A presente declaração é feita nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários (CVM).

É da responsabilidade do Conselho de Administração a elaboração do relatório de gestão e a preparação das demonstrações financeiras e que estas apresentem, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira da Instituição, o resultado das operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detectar eventuais erros ou irregularidades.

Confirmamos, tanto quanto é o nosso conhecimento e nossa convicção, que:

- toda a informação financeira individual e consolidada contida nos documentos de prestação de contas, com referência a 31 de Dezembro de 2010, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Instituição e das empresas incluídas no perímetro de consolidação;
- o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Instituição e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, em conformidade com os requisitos legais.

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

Armindo Marques Matias

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Tomás Correia – Presidente

José de Almeida Serra

Rui Manuel Silva Gomes do Amaral

Eduardo José da Silva Farinha

Álvaro Cordeiro Dâmaso

11. Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas, Certificação Legal de Contas e Relatórios de Auditoria

11.1. MONTEPIO GERAL – ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(milhares de euros)

ACTIVO	NOTAS	2010			2009
		ACTIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES	ACTIVO LÍQUIDO	ACTIVO LÍQUIDO
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS		**52 831**	**6 979**	**45 852**	**52 116**
Terrenos e Recursos Naturais	7	3 754		3 754	3 754
Edifícios e Outras Construções	7	17 741	6 979	10 762	11 034
Outras Imobilizações Corpóreas	7	90		90	90
Imobilizações em Curso	7	31 246		31 246	37 238
INVESTIMENTOS FINANCEIROS		**2 405 710**	**67 544**	**2 338 166**	**1 846 266**
Participação Financeira Institucional	9	800 000		800 000	760 000
Participações Financeiras Diversas	9	461 674		461 674	81 965
Partes de Capital – Acções Diversas	8	3 001	1 088	1 913	3 046
Obrigações e Títulos de Participação	8	750 886	13 460	737 426	672 470
Empréstimos de Financiamento		3 177		3 177	3 606
Investimento em Imóveis	7	179 648	47 026	132 622	120 148
Outras Aplicações Financeiras	8	207 324	5 970	201 354	205 031
DÍVIDAS DE TERCEIROS		**7 972**	**671**	**7 301**	**1 875**
Associados		442		442	495
Estado e Outros Entes Públicos	17	752		752	1 334
Devedores Diversos		6 778	671	6 107	46
TÍTULOS NEGOCIÁVEIS		**11 124**		**11 124**	**25 106**
Acções	8	310		310	
Obrigações e Títulos de Participação	8	16 257		16 257	28 509
Derivados ao Justo Valor Negativo	8	(5 443)		(5 443)	(3 403)
DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA		**344 688**		**344 688**	**673 394**
Depósitos Bancários	35	344 688		344 688	673 394
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		**12 217**		**12 217**	**11 020**
Acréscimos de Proveitos	32	12 217		12 217	11 020
Custos Diferidos					
TOTAL DE AMORTIZAÇÕES			**54 005**		
TOTAL DE PROVISÕES			**21 189**		
TOTAL DO ACTIVO		**2 834 542**	**75 194**	**2 759 348**	**2 609 777**

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE
Armindo Marques Matias

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras

(milhares de euros)

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	NOTAS	2010	2009
CAPITAL PRÓPRIO			
Fundo Social			
Fundos Próprios	23	90 013	79 436
Excedentes Técnicos	20 e 23	68 841	72 469
Reservas de Reavaliação	11 e 23	(16 902)	5 616
Reservas Legais	23	178 844	168 471
Outras Reservas	23	35 456	34 580
Resultados Transitados			
Resultado Líquido do Exercício		54 393	42 533
TOTAL DE CAPITAIS PRÓPRIOS		**410 645**	**403 105**
PASSIVO			
PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS		**2 342 462**	**2 201 184**
Provisões Matemáticas para Encargos com Modalidades Associativas	20 e 23	2 258 937	2 114 982
Subvenções e Melhorias de Benefícios	20 e 23	83 525	86 202
DÍVIDAS A TERCEIROS		**5 128**	**4 744**
Beneficiários		2 809	2 362
Dívidas a Instituições de Crédito			
Estado e Outros Entes Públicos	17	880	803
Fornecedores		461	189
Outros Credores		978	1 390
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		**1 113**	**744**
Acréscimos de Custos	32	1 113	744
TOTAL DO PASSIVO		**2 348 703**	**2 206 672**
TOTAL DE CAPITAIS PRÓPRIOS E PASSIVO		**2 759 348**	**2 609 777**
CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS			
Administração de Fundações	18	997	961
Responsabilidades Assumidas por Terceiros	18	30 638	31 595
Responsabilidades Assumidas perante Terceiros	18	19 477	15 945
Outras Contas Extrapatromoniais	18	3 626	10 988

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
António Tomás Correia – Presidente
José de Almeida Serra
Rui Manuel Silva Gomes do Amaral
Eduardo José da Silva Farinha
Álvaro Cordeiro Dâmaso

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(milhares de euros)

DÉBITO		NOTAS	2010	2009
CUSTOS E PERDAS				
CUSTOS INERENTES A ASSOCIADOS			**559 826**	**504 581**
Aumento das Provisões Matemáticas		23	338 945	321 658
Outros Custos das Modalidades Associativas				
Prestações			4 132	3 613
Capitais Vencidos		36	194 538	158 770
Subvenções e Melhorias de Benefícios			7 215	7 561
Rendas Vitalícias			2 637	2 724
Outros Custos Inerentes a Associados			12 359	10 255
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS			**3 068**	**2 681**
CUSTOS COM O PESSOAL		26	**6 715**	**6 904**
AMORTIZAÇÕES DO IMOBILIZADO		7	**362**	**353**
PROVISÕES			**148**	**314**
OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS			**968**	**718**
AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES DE APLICAÇÕES E INVESTIMENTOS FINANCEIROS		27	**5 743**	**7 652**
JUROS E CUSTOS SIMILARES		27	**8 088**	**10 943**
	(A)		**584 918**	**534 146**
CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS			**4 460**	**4 240**
Donativos		29	1 012	144
Perdas em Imobilizações		29	3 319	3 971
Correcções Relativas a Exercícios Anteriores		29	127	111
Outras Perdas Extraordinárias		29	2	14
TOTAL DOS CUSTOS	**(C)**		**589 378**	**538 386**
RESULTADO DO EXERCÍCIO			**54 393**	**42 533**
TOTAL DO DÉBITO			**643 771**	**580 919**

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE
Armindo Marques Matias

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras

(milhares de euros)

CRÉDITO	NOTAS	2010	2009
PROVEITOS E GANHOS			
PROVEITOS INERENTES A ASSOCIADOS		**554 305**	**486 051**
Redução das Provisões Matemáticas	23	221 941	181 854
Outros Proveitos das Modalidades Associativas			
Jóias		357	285
Quotizações		86 080	77 280
Capitais Recebidos	37	243 138	224 330
Rendas Vitalícias		1 229	777
Outros Proveitos Inerentes a Associados		1 560	1 525
PROVEITOS SUPLEMENTARES		**82**	**8**
COMPARTICIPAÇÕES E SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO		**20 292**	**11 147**
Dotação da Caixa Económica	23	20 292	11 147
PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS		**61 068**	**78 225**
Juros Obtidos	27	33 800	43 830
Rendimento de Imóveis	27 e 28	17 975	17 499
Rendimento de Participações de Capital	27	2 185	2 694
Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	27	6 917	12 657
Proveitos de Operações de Cobertura	27	191	1 545
	(B)	**635 747**	**575 431**
PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS		**8 024**	**5 488**
Ganhos em Imobilizações	29	3 956	1 461
Redução de Amortizações e Provisões	29	3 726	3 782
Correcções Relativas a Exercícios Anteriores	29	262	221
Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários	29	80	24
TOTAL DO CRÉDITO	**(D)**	**643 771**	**580 919**
RESUMO:			
RESULTADOS CORRENTES	(B)-(A)	50 829	41 285
RESULTADO LÍQUIDO	(D)-(C)	54 393	42 533

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
António Tomás Correia – Presidente
José de Almeida Serra
Rui Manuel Silva Gomes do Amaral
Eduardo José da Silva Farinha
Álvaro Cordeiro Dâmaso

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(milhares de euros)

	2010	2009
FLUXOS DE CAIXA DE ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Pagamento / (Recebimento) de fornecedores	(254)	825
Devedores e credores	(607)	5 104
Custos inerentes a associados	(220 881)	(182 923)
Proveitos inerentes a associados	332 364	304 196
Associados e beneficiários	504	207
Outros proveitos operacionais	150	45
Outros custos operacionais	(8 978)	(10 160)
Fundos próprios	(834)	(830)
Custos e proveitos extraordinários	(158)	(143)
Impostos	660	292
	101 966	**116 613**
FLUXOS DE CAIXA DE ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Participações financeiras diversas	304 864	(28 483)
Imóveis	18 611	15 129
Alienação/(aquisição) de investimentos financeiros – títulos de crédito	(71 535)	(36 235)
Alienação/(aquisição) de investimentos financeiros – títulos negociáveis	12 741	(2 156)
Depósitos a prazo	(333 223)	283 497
Papel comercial	263	414
Juros de depósitos à ordem	1 029	1 013
Imobilizações corpóreas	(90)	(19 336)
	(67 340)	**213 843**
FLUXOS DE CAIXA DE ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Participação institucional	(40 000)	(100 000)
Resultados transferidos da CEMG	20 292	11 272
Empréstimos de financiamento	632	1 440
Empréstimos bancários		(200 194)
	(19 076)	**(287 482)**
Variação Líquida em Caixa e Equivalentes	15 550	42 974
Caixa e Equivalentes no início do período	116 894	73 920
Caixa e Equivalentes no fim do período	132 444	116 894

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

Introdução

O Montepio Geral – Associação Mutualista («Associação») é uma instituição particular de solidariedade social, constituída em 4 de Outubro de 1840.

A Associação tem como finalidade essencial promover e desenvolver acções de protecção social, solidariedade e integridade a favor dos Associados e suas famílias e dos beneficiários por aqueles designados.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

O Montepio Geral – Associação Mutualista é uma instituição particular de solidariedade social, constituída em Portugal em 1840. Iniciou a sua actividade em 4 de Outubro de 1840 e as contas agora apresentadas reflectem os resultados das suas operações para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009.

A Associação prepara as suas Demonstrações Financeiras com base no modelo de apresentação consagrado no Plano de Contas das Associações Mutualistas, sendo regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 422/93 de 28 de Dezembro. Até 31 de Dezembro de 2007, a Associação preparava as suas Demonstrações Financeiras de acordo com os princípios contabilísticos consagrados no citado Plano de Contas.

Em 31 de Dezembro de 2008, em sintonia com as transformações em curso no domínio das regras contabilísticas, nomeadamente ao nível das instituições financeiras e empresas de seguros, e tendo como objectivo a sua convergência com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, alterou as suas políticas contabilísticas acolhendo os critérios de reconhecimento e mensuração das Normas Internacionais de Relato Financeiro («IFRS») tal como adoptadas na União Europeia nessa data.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board («IASB») e as interpretações emitidas pelo Internacional Financial Reporting Interpretation Comitee («IFRIC»), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As Demonstrações Financeiras agora apresentadas reportam-se aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 e foram preparadas com base nos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos nas Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia até 31 de Dezembro de 2010.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Associação na preparação das suas Demonstrações Financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2010, são consistentes com as utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2009.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos financeiros ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os outros activos e passivos financeiros e não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com os critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos nos IFRS requer que a Associação efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das Demonstrações Financeiras encontram-se analisadas na Nota 3.15.

As presentes notas às Demonstrações Financeiras respeitam a ordem estabelecida pelo Plano de Contas das Associações Mutualistas, pelo que os números não identificados não têm aplicação por inexistência ou irrelevância de situações a reportar.

A Associação não prepara Demonstrações Financeiras consolidadas. Nesta base, as Demonstrações Financeiras anexas da Associação não reflectem as variações patrimoniais que resultariam da aplicação de critérios de consolidação das participações financeiras diversas e da participação financeira institucional.

As Demonstrações Financeiras da Associação são preparadas no pressuposto da continuidade das operações.

3.2. IMOBILIZADO CORPÓREO

O imobilizado corpóreo encontra-se valorizado ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

Os custos subsequentes com o imobilizado corpóreo são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Associação. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações do imobilizado corpóreo são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	N.º de anos
Instalações interiores	10
Edifícios e outras construções	50

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo.

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 – Imparidade de activos exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados para os activos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

3.3. INVESTIMENTO EM IMÓVEIS

A Associação classifica como Investimento em imóveis os edifícios arrendados.

Os Investimentos em imóveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade. As depreciações são calculadas segundo o método das quotas constantes, até ao seu valor residual no final da sua vida estimada.

	N.º de anos
Investimento em imóveis	50

Quando existe indicação de que um investimento em imóveis possa estar em imparidade, o IAS 36 – Imparidade de activos exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um investimento em imóveis exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do um investimento em imóveis e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os custos subsequentes com os investimentos em imóveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Associação em montante superior ao valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que originalmente se esperam vir a obter do uso continuado do investimento.

3.4. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS (INSTITUCIONAL E DIVERSAS)

As participações financeiras correspondem a participações no capital de empresas em que o interesse da sua manutenção esteja ligado à actividade da Associação e da sua Caixa Económica.

As participações financeiras são classificadas como segue:

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais a Associação exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando a Associação detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando a Associação detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. Os investimentos em subsidiárias são valorizados ao custo de aquisição deduzido de perdas de imparidade.

Associadas

São classificadas como associadas, todas as empresas sobre as quais a Associação detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presu-

mido que a Associação exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá a Associação exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos. Os investimentos em associadas são valorizados ao custo de aquisição deduzido de perdas de imparidade.

3.5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação («*trade date*»), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa («*discounted cash flows*») e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

3.6. CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Classificação

Conforme referido na nota 3.1, a Associação alterou as suas políticas contabilísticas tendo adoptado os critérios de reconhecimento e mensuração definidos nos IFRS. Nessa base a estrutura e nível de divulgação de informação das demonstrações financeiras não foram alterados.

Nessa base, para efeitos de mensuração dos instrumentos financeiros de acordo com os requisitos definidos no IAS 39 – Instrumentos financeiros, a Associação classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- *Activos financeiros ao justo valor através dos resultados*

  Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

  A Associação designa, no seu reconhecimento inicial, certos activos financeiros ao justo valor através de resultados quando:

  - Tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
  - Tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (*accounting mismatch*); ou
  - Tais activos financeiros contêm derivados embutidos.

- *Investimentos disponíveis para venda*

  Os investimentos disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) a Associação tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem na categoria acima referida.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, e (ii) activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação («*trade date*»), ou seja, na data em que a Associação se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Associação ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Associação tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Associação tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente («*bid-price*»). Na ausência de cotação, a Associação estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias

Em Outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 – Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de activos financeiros ao justo valor através de resultados – negociação para as carteiras de activos financeiros disponíveis para venda, Empréstimos e contas a receber ou para activos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses activos financeiros obedeçam às características de cada categoria. A Associação não adoptou esta possibilidade.

As transferências de activos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Empréstimos e contas a receber e Activos a deter até à maturidade são também permitidas.

Imparidade

A Associação avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresentam sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

3.7. OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

3.8. DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

3.9. PROVISÕES DE COBRANÇA DUVIDOSA

A provisão para cobranças duvidosas é baseada na evolução das dívidas de cobrança duvidosa, sendo apresentada como dedução ao saldo de clientes de cobrança duvidosa.

A avaliação desta provisão é efectuada trimestralmente pela Associação, tomando em consideração o período de incumprimento.

3.10. RECONHECIMENTO DE CUSTOS E PROVEITOS

Os proveitos e os custos são registados no período a que dizem respeito, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento, de acordo com o princípio da especialização do exercício. As diferenças entre montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e dos activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos com base no método da taxa efectiva.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

Dividendos recebidos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

3.11. PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas destinam-se a cobrir as responsabilidades com origem nas diferentes modalidades mutualistas subscritas pelos Associados. Estas provisões são calculadas, mensalmente, sobre bases actuariais aprovadas pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Adicionalmente, à data de cada reporte das Demonstrações Financeiras, a Associação efectua um teste à adequação das responsabilidades, utilizando pressupostos actuariais mais adequados face à realidade actual em termos de esperança de vida e de taxa de juro a utilizar no desconto das responsabilidades.

O teste de adequação das responsabilidades é efectuado para cada modalidade separadamente. Qualquer deficiência detectada deverá ser reconhecida pela Associação no momento em que ocorra, por contrapartida de resultados.

3.12. PROVISÕES

São reconhecidas provisões quando (i) a Associação tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido.

3.13. DESPESAS RELATIVAS À CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL

A Associação suporta, para além dos custos com os trabalhadores afectos ao Gabinete de Desenvolvimento da Oferta Mutualista, ao Gabinete de Comunicações e Relações Associativas e ao Gabinete de Desenvolvimento da Associação Mutualista, custos com os Órgãos de Gestão e Fiscalização e com trabalhadores da Direcção Imobiliária e de Instalações. O montante suportado corresponde à compensação devida pela Associação relativamente ao apoio prestado pela Caixa nas diversas áreas para as quais a Associação não dispõe de estrutura própria e à colocação de produtos mutualistas pela rede comercial (ver nota 26).

3.14. LUCROS DISTRIBUÍDOS PELA CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL

Os lucros recebidos da Caixa foram repartidos entre as rubricas de fundos próprios e comparticipações e subsídios à exploração da demonstração dos resultados do exercício em que ocorreu a referida distribuição (ver nota 35).

3.15. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Associação são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da Associação e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Associação é apresentada na Nota 3 às Demonstrações Financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Associação poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as Demonstrações Financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Associação e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das Demonstrações Financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

a) Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

A Associação determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. Esta determinação requer julgamento, no qual a Associação recolhe e avalia toda a informação relevante à formulação da decisão, nomeadamente a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Para o efeito e como consequência da forte volatilidade e reduzida liquidez dos mercados, consideraram-se os seguintes parâmetros como *triggers* da existência de imparidade:

(i) Títulos de capital: desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição ou valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a doze meses;

(ii) Títulos de dívida: sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Da utilização de metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Associação.

b) Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e quando na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

c) Provisões técnicas

As provisões matemáticas correspondem às responsabilidades futuras decorrentes das várias modalidades. Estas provisões foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Associação. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

Na determinação das provisões matemáticas relativas a cada modalidade, a Associação avalia mensalmente as suas responsabilidades utilizando metodologias actuariais. As provisões são revistas, bianualmente, por actuários independentes.

6. Número de Associados

Em 31 de Dezembro de 2010, a Associação possuía 463 390 (2009: 442 091) Associados efectivos, que efectuaram 799 053 inscrições (2009: 763 032). Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o número de Associados subscritores das diferentes modalidades associativas pode ser detalhado como segue:

	2010	2009
Modalidades individuais:		
Capitais de reforma	243 392	234 667
Garantia de pagamento de encargos	172 139	143 301
Capitais de previdência diferidos com opção	146 864	135 243
Poupança reforma	23 005	21 150
Capitais para jovens	12 235	11 347
Capitais de previdência	7 362	7 481
Capitais de reforma com prazo certo	40 355	29 356
Pensões de reforma	5 837	6 162
Pensões de sobrevivência e dotes	1 667	1 725
Outros	2 615	2 742
	655 471	593 174
Modalidades de coberturas adicionais:		
Pensões de reforma – restituição de quotas	5 787	6 072
Capital temporário de invalidez	254	292
Pensões de reforma – adicional de invalidez	220	246
Quotas para capitais de garantia	30	30
	6 291	6 640

7. Imobilizações e investimentos em imóveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Imobilizações corpóreas:		
Terrenos e recursos naturais	3 754	3 754
Edifícios e outras construções	17 741	17 650
Outras imobilizações corpóreas	90	90
Imobilizações em curso	31 246	37 238
	52 831	58 732
Investimentos financeiros:		
Investimento em imóveis	179 648	164 270
	232 479	223 002
Amortizações acumuladas:		
Relativas ao exercício corrente	(3 326)	(3 073)
Relativas a exercícios anteriores	(50 679)	(47 665)
	(54 005)	(50 738)
	178 474	172 264

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica Imobilizações em curso inclui o montante de Euros 28 158 000 (2009: Euros 36 698 000) referente a custos incorridos com a construção de complexos habitacionais de residências assistidas e unidades de cuidados continuados.

Os movimentos da rubrica Imobilizações e investimentos financeiros, durante o exercício de 2010, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Transf. Euros '000	Abates/ Regularizações Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
Custo:					
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	3 754	–	–	–	3 754
Edifícios e outras construções	17 650	91	–	–	17 741
Outras imobilizações corpóreas	90	–	–	–	90
Imobilizações em curso	37 238	9 344	(15 276)	(60)	31 246
	58 732	9 435	(15 276)	(60)	52 831
Investimentos financeiros:					
Investimentos em imóveis	164 270	2 617	15 276	(2 515)	179 648
	223 002	12 052	–	(2 575)	232 479
Amortizações acumuladas:					
Imobilizações corpóreas:					
Edifícios e outras construções	6 616	363	–	–	6 979
Investimentos financeiros:					
Investimentos em imóveis	44 122	2 963	–	(59)	47 026
	50 738	3 326	–	(59)	54 005

8. Carteira de títulos

Conforme referido na nota 3.6, os outros activos financeiros foram classificados nas várias categorias do IAS 39 Instrumentos financeiros e mensurados ao justo valor com as variações reflectidas nas reservas ou nos resultados de acordo com a política contabilística associada a cada carteira.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os activos classificados como disponíveis para venda são analisados como segue:

	Euros '000				
	Custo amortizado	Reserva de justo valor		Imparidade	Valor de Balanço
		Positiva	Negativa		
Acções diversas	4 253	111	(90)	(1 228)	3 046
Obrigações e títulos de participação	676 679	8 217	(18 717)	(14 707)	651 472
Outras aplicações	194 448	17 494	(1 399)	(5 512)	205 031
31 de Dezembro de 2009	**875 380**	**25 822**	**(20 206)**	**(21 447)**	**859 549**
Acções diversas	3 079	100	(178)	(1 088)	1 913
Obrigações e títulos de participação	766 554	6 348	(35 699)	(13 460)	723 743
Outras aplicações	194 797	22 719	(10 192)	(5 970)	201 354
31 de Dezembro de 2010	**964 430**	**29 167**	**(46 069)**	**(20 518)**	**927 010**

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os activos classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados são analisados como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Valor de balanço – Obrigações	13 683	20 998
Valor de aquisição	*16 931*	*24 788*

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os activos classificados como detidos para negociação são analisados como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Valor de balanço – Obrigações	16 257	28 509
Valor de balanço – Fundos de investimento	310	–
Valor de aquisição	*16 390*	*28 169*

No Anexo I é apresentado o inventário de títulos com referência a 31 de Dezembro de 2010.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os derivados são analisados como segue:

	2010 Euros '000		2009 Euros '000	
	Nocional	**Justo Valor**	**Nocional**	**Justo valor**
Contratos sobre crédito				
Credit Default Swaps	16 500	(393)	10 500	(21)
Contratos sobre taxas de juro				
Interest Rate Swaps	25 000	(5.128)	25 000	(3 463)
Contratos sobre índices				
Call Options	104	78	104	81
		(5 443)		(3 403)

A provisão para a carteira de títulos corresponde à imparidade determinada de acordo com os critérios estabelecidos pelo IAS 39 – Instrumentos Financeiros. O movimento ocorrido nesta rubrica, durante o exercício de 2010, é apresentado como segue:

	Euros '000			
	Saldo em 1 Janeiro	**Reforços**	**Reversões**	**Saldo em 31 Dezembro**
Acções, obrigações e outras aplicações financeiras	21 447	2 795	(3 724)	20 518

9. Participações financeiras

Esta rubrica é analisada como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Participação financeira institucional	800 000	760 000
Participações financeiras diversas	461 674	81 965
	1 261 674	841 965

A rubrica Participações financeiras pode ser analisada como segue:

	2010					
	Capital Social	Número acções	Percentagem de Participação	Custo Aquisição Euros '000	Capitais próprios (*) Euros '000	Valor Balanço Euros '000
Subsidiárias e associadas						
Caixa Económica Montepio Geral	800 000	–	100,00%	800 000	994 019	800 000
Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A.	180 000	175 000	100,00%	341 250	172 921	341 250
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A. *b*)	25 581	3 285 475	64,22%	53 519	49 539	53 519
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	20 000	328 893	41,11%	9 647	13 920	9 647
Nova Câmbios, S.A.	750	4 500	30,00%	227	433	227
Silvip, S.A.	750	3 960	26,40%	308	551	308
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	2 567	52 822	61,74%	1 963	3 332	1 963
MG Gestão de Activos Financeiros – S.G.F.I.M., S.A.	1 200	239 655	99,86%	1 331	2 765	1 331
MG Investimentos Imobiliários, S.A.	50	10 000	100,00%	50	20	50
Bolsimo – Gestão de Activos, S.A. *c*)	16 500	151 190	91,63%	50 119	46 094	50 119
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.	3 000	1 529 700	50,99%	1 530	(268)	1 530
Sagies, S.A.	500	27 000	27,00%	97	275	97
Leacock (Seguros), Lda.	300	*a*)	81,00%	242	1 902	242
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	1 000	7 000	70,00%	700	459	700
NEBRA, Energias Renovables, SL	10	3 550	35,50%	611	n.d.	611
Bem Comum – Sociedade Capital Risco, S.A.	250	50 000	32,00%	80	n.d.	80
						1 261 674

(*) Os capitais próprios atribuíveis são relativos às últimas demonstrações financeiras disponíveis.

a) Representada por quotas

b) O custo de aquisição desta participação inclui o montante de Euros 29.750.000 referente a prestações acessórias de capital

c) O custo de aquisição desta participação inclui o montante de Euros 35.000.000 referente a prestações acessórias de capital

Durante o exercício de 2010, a Caixa Económica Montepio Geral procedeu a um aumento de capital no montante de Euros 40 000 000, tendo sido integralmente subscrito pelo Montepio Geral – Associação Mutualista.

No decurso do exercício de 2010, o Montepio Geral – Associação Mutualista procedeu à aquisição de 100% do capital da Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. através de uma Oferta Pública de Aquisição no montante de Euros 341 250 000.

Durante o exercício de 2010, o Montepio Geral – Associação Mutualista entregou à Bolsimo – Gestão de Activos o montante de Euros 35 000 000 a título de prestações acessórias de capital.

Adicionalmente, a Bolsimo – Gestão de Activos procedeu, em 2010, a um aumento de capital em que o Montepio Geral – Associação Mutualista subscreveu e realizou o montante de Euros 2 749 000.

No decurso do exercício de 2010, o Montepio Geral – Associação Mutualista procedeu à aquisição de uma participação de 32% na Bem Comum – Sociedade Capital Risco, S.A. no montante de Euros 80 000.

Ainda no exercício de 2010, o Montepio Geral – Associação Mutualista procedeu à realização de capital na Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A. no montante de Euros 630 000.

A participação financeira institucional corresponde ao capital institucional (100%) na Caixa Económica Montepio Geral. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o balanço da Caixa pode ser resumido como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Activo		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	240 024	305 018
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	58 405	51 745
Outros créditos sobre instituições de crédito	338 662	370 884
Créditos a clientes	14 352 766	14 448 162
Activos financeiros detidos para negociação	130 865	103 195
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	3 952	4 192
Activos financeiros disponíveis para venda	5 256 811	3 164 510
Derivados de cobertura	2 810	5 109
Investimentos detidos até à maturidade	58 093	33 523
Investimentos em associadas	43 297	43 297
Activos não correntes detidos para venda	162 374	128 599
Outros activos tangíveis	89 188	91 173
Activos intangíveis	18 254	16 151
Outros activos	128 519	130 226
Total do Activo	20 884 020	18 895 784
Passivo		
Recursos de bancos centrais	1 540 266	502 353
Recursos de outras instituições de crédito	1 262 546	945 400
Recursos de clientes	9 654 340	8 881 046
Responsabilidades representadas por títulos	3 578 677	4 583 307
Passivos financeiros detidos para negociação	53 814	41 345
Derivados de cobertura	1 408	598
Provisões	101 499	102 800
Outros passivos subordinados	380 986	381 043
Outros passivos	3 316 465	2 462 658
Total do Passivo	19 890 001	17 900 550
Situação Líquida		
Capital	800 000	760 000
Reservas de justo valor	(82 973)	(28 600)
Outras reservas e resultados transitados	235 501	226 056
Lucro do exercício	41 491	37 778
Total da Situação Líquida	994 019	995 234
	20 884 020	18 895 784

10. Critérios de reavaliação de investimentos financeiros

De acordo com o IAS 39 – Instrumentos Financeiros, os activos classificados como disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida.

11. Discriminação da reavaliação

Esta rubrica é analisada como segue:

	Custo Aquisição Amortizado * Euros '000	Reserva de Reavaliação Euros '000	Valor de Balanço Euros '000
Acções diversas	1 991	(78)	1 913
Obrigações e títulos de participação	753 094	(29 351)	723 743
Outras aplicações financeiras			
Títulos da dívida pública	82 488	(9 706)	72 782
Fundos de investimento	91 339	22 228	113 567
Papel comercial	15 000	5	15 005
	943 912	(16 902)	927 010

* O custo de aquisição amortizado encontra-se deduzido de perdas por imparidade.

17. Estado e outros entes públicos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Activo:		
IVA a recuperar	327	432
IVA – reembolsos pedidos	425	902
	752	1 334
Passivo:		
IRS retenções na fonte	304	96
IVA apuramento	575	706
Imposto do selo	1	1
	880	803

18. Contas extrapatrimoniais

Os saldos desta conta são analisados como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Responsabilidades assumidas perante terceiros	19 477	15 945
Valores recebidos em depósito e administração	997	961
Responsabilidades assumidas por terceiros	30 638	31 595
Outras contas extrapatrimoniais	3 626	10 988

A rubrica «Valores recebidos em depósito e administração», diz respeito ao património de várias fundações e de alguns prémios atribuídos em diversos âmbitos, que são geridos pela Associação.

A rubrica «Responsabilidades assumidas perante terceiros» inclui o montante de Euros 16 500 000 (2009: Euros 10 500 000) referente a derivados contratados com a Caixa Económica Montepio Geral, bem como o montante de Euros 2 977 000 (2009: Euros 5 445 000) de empreitadas adjudicadas.

A rubrica «Responsabilidades assumidas por terceiros» inclui o montante de Euros 25 104 000 (2009: Euros 25 104 000) referente a derivados contratados com a Caixa Económica Montepio Geral e ainda o montante de Euros 5 534 000 (2009: Euros 6 491 000) de garantias bancárias.

20. Fundos permanentes

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica dos fundos permanentes das modalidades associativas pode ser analisada como segue:

	2010 Euros '000			
	Provisões matemáticas	Subvenções e melhorias de benefícios	Excedentes técnicos	Total
Capitais de reforma	1 420 918	–	2 934	1 423 852
Capitais de reforma prazo certo	368 390	–	1 827	370 217
Poupança reforma	79 869	–	–	79 869
Capitais de previdência	11 917	24 877	13 397	50 191
Capitais de previdência diferidos com opção	142 358	6 765	29 037	178 160
Pensões de reforma	134 531	25 836	11	160 378
Capitais para jovens	38 801	3 972	10 663	53 436
Pensões de sobrevivência e dotes	6 712	19 904	2 688	29 304
Outros	31 372	2 171	8 178	41 721
	2 234 868	83 525	68 735	2 387 128
Rendas Vitalícias	24 069	–	106	24 175
	2 258 937	83 525	68 841	2 411 303

	2009 Euros '000			
	Provisões matemáticas	Subvenções e melhorias de benefícios	Excedentes técnicos	Total
Capitais de reforma	1 404 021	–	2 934	1 406 955
Capitais de reforma prazo certo	276 676	–	735	277 411
Poupança reforma	68 227	–	–	68 227
Capitais de previdência	11 152	24 969	13 385	49 506
Capitais de previdência diferidos com opção	125 271	7 762	28 825	161 858
Pensões de reforma	132 568	25 931	4 685	163 184
Capitais para jovens	35 311	4 635	10 655	50 601
Pensões de sobrevivência e dotes	6 600	20 680	2 672	29 952
Outros	30 098	2 225	7 887	40 210
	2 089 924	86 202	71 778	2 247 904
Rendas Vitalícias	25 058	–	691	25 749
	2 114 982	86 202	72 469	2 273 653

Em 31 de Dezembro de 2010, o grau de cobertura do património líquido sobre as provisões matemáticas corresponde a 115% (2009: 116%). As provisões matemáticas incluem o montante de Euros 64 510 000 (2009: 67 793 000), em consequência do incremento das responsabilidades das diversas modalidades decorrentes do teste de adequação das responsabilidades, conforme referido na nota 3.11. A taxa de desconto considerada no teste de adequação das responsabilidades à data de 31 de Dezembro de 2010 foi determinada em função da maturidade de cada modalidade, situando-se no intervalo entre 3% e 3,75% (2009: 3,75%).

23. Fundos próprios e fundos permanentes, reservas e provisões para riscos e encargos

As rubricas incluídas nos fundos próprios e fundos permanentes, reservas e provisões para riscos e encargos têm a seguinte composição:

	Saldos em 1 Janeiro da Euros '000	Distribuição de resultados da Associação Euros '000	Distribuição de resultados da Caixa Euros '000	Variação líquida das provisões matemáticas Euros '000	Transf. e dotações Euros '000	Outros Euros '000	Saldos em 31 Dezembro Euros '000
Fundos próprios e permanentes:							
Fundos próprios	79 436	10 603	8	–	–	(34)	90 013
Excedentes técnicos	72 469	2 092	–	–	(4 507)	(1 213)	68 841
	151 905	12 695	8	–	(4 507)	(1 247)	158 854
Reservas e resultados transitados:							
Reservas de reavaliação	5 616	–	–	–	–	(22 518)	(16 902)
Reservas gerais	68 471	10 139	–	–	234	–	178 844
Outras reservas	34 580	–	–	–	249	627	35 456
	208 667	10 139	–	–	483	(21 891)	197 398
Provisões para riscos e encargos:							
Provisões matemáticas	2 114 982	25 064	–	120 871	(1 092)	(888)	2 258 937
Subvenções e melhorias de benefícios	86 202	–	–	(3 867)	–	1 190	83 525
	2 201 184	25 064	–	117 004	(1 092)	302	2 342 462
	2 561 756	47 898	8	117 004	(5 116)	(22 836)	2 698 714

Em 31 de Dezembro de 2010, o montante referido como «Outros» em termos do movimento dos Excedentes técnicos inclui a atribuição de melhorias de benefícios às modalidades actuariais e o custo com a actualização das rendas vitalícias.

Durante os exercícios de 2010 e 2009, a Associação recebeu resultados da Caixa (nota 35), tendo efectuado o seu registo nas seguintes rubricas:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Comparticipações e subsídios à exploração	20 292	11 147
Fundos próprios	8	125
	20 300	11 272

Em conformidade com os Estatutos da Associação, os Fundos Permanentes destinam-se a garantir aos Associados e/ou seus beneficiários o pagamento das pensões, capitais ou encargos das diversas modalidades e incluem as responsabilidades expressas nas seguintes rubricas do passivo:

a) **Provisões matemáticas** – Encontram-se reflectidas no passivo na rubrica de provisões para riscos e encargos e destinam-se a fazer face a responsabilidades assumidas com modalidades associativas relativamente a períodos futuros. Estas provisões foram calculadas de acordo com bases técnicas actuariais aprovadas pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foram sujeitas a um teste de adequação das responsabilidades, conforme descrito na nota 3.11.

b) **Subvenções e melhorias de benefícios** – Encontram-se reflectidas no passivo na rubrica de provisões para riscos e encargos e traduzem as melhorias dos benefícios em formação e em curso. Estes benefícios são calculados periodicamente com bases actuariais e destinam-se a fazer face à distribuição das melhorias, aprovadas em Assembleia Geral, que já foram atribuídas mas que ainda não se venceram.

Respondem ainda pelas responsabilidades assumidas pela Associação os valores apresentados nas seguintes rubricas do capital próprio:

a) **Excedentes técnicos** – Parte dos fundos permanentes, não afectos a responsabilidades assumidas para com beneficiários das modalidades associativas. Podem ser utilizados para cobertura do défice anual de qualquer fundo disponível, até à concorrência do seu valor.

b) **Reservas gerais** – Estas reservas são dotadas com pelo menos 5% dos saldos dos fundos disponíveis apurados no final de cada ano, após a constituição das respectivas provisões matemáticas nos termos dos Estatutos da Associação. Destinam-se a fazer face aos encargos resultantes de qualquer eventualidade, a completar os Fundos Disponíveis quando as receitas destes sejam insuficientes para custear os respectivos encargos e a cobrir eventuais prejuízos da Associação.

26. Custos com o pessoal

A Associação suporta, para além dos custos com os trabalhadores afectos ao Gabinete de Desenvolvimento da Oferta Mutualista, ao Gabinete de Comunicações e Relações Associativas e ao Gabinete de Desenvolvimento da Associação Mutualista, custos com os Órgãos de Gestão e Fiscalização e com trabalhadores da Direcção Imobiliária e de Instalações. O montante suportado corresponde à compensação devida pela Associação relativamente ao apoio prestado pela Caixa nas diversas áreas para as quais a Associação não dispõe de estrutura própria e à colocação de produtos mutualistas pela rede comercial. Em 31 de Dezembro de 2010, o montante de custos com pessoal suportado pela Associação ascende a Euros 6 715 000 (2009: Euros 6 904 000).

27. Demonstração de resultados financeiros

As rubricas incluídas na Demonstração de resultados financeiros têm a seguinte composição:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Proveitos e ganhos:		
Juros obtidos	33 800	43 830
Rendimento de imóveis	17 975	17 499
Rendimentos de participações de capital	2 185	2 694
Outros proveitos e ganhos financeiros	6 917	12 657
Operações de cobertura	191	1 545
	61 068	78 225
Custos e perdas:		
Juros suportados	1 881	166
Conservação e reparação de edifícios	1 988	2 653
Outros custos e perdas financeiras	4 198	6 940
Operações de cobertura	21	1 184
Juros e custos similares	8 088	10 943
Amortizações de investimentos em imóveis	2 963	2 720
Provisões para aplicações financeiras	2 780	4 932
Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros	5 743	7 652
	13 831	18 595
Resultado financeiro	47 237	59 630

28. Rendimento de imóveis

O valor desta rubrica é composto por:

	Euros' 000		
	Valor de balanço	Despesas de conservação e reparação	Rendimento dos imóveis
Imóveis	201 143	1 988	17 975

29. Demonstração de resultados extraordinários

As rubricas incluídas na Demonstração de resultados extraordinários têm a seguinte composição:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Proveitos e ganhos:		
Ganhos em imobilizações	3 956	1 461
Redução de provisões e amortizações	3 726	3 782
Correcções relativas a exercícios anteriores	262	221
Outros proveitos e ganhos extraordinários	80	24
	8 024	5 488
Custos e perdas:		
Donativos	1 012	144
Perdas em imobilizações	3 319	3 971
Correcções relativas a exercícios anteriores	127	111
Outros custos e perdas extraordinários	2	14
	4 460	4 240
Resultado extraordinário	3 564	1 248

32. Acréscimos e diferimentos

As rubricas de Acréscimos e diferimentos são analisadas como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Acréscimo de proveitos:		
Juros a receber		
Títulos	9 555	7 685
Outros	2 652	3 324
Outros proveitos a receber		
Outros	10	11
	12 217	11 020
Acréscimos de custos	1 113	744

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica Acréscimos de custos inclui o montante de Euros 949 000 (2009: Euros 600 000), relativo a responsabilidades com férias e subsídio de férias.

34. Imposto sobre o rendimento

A Associação é uma instituição particular de solidariedade social que beneficia de isenção de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), ao abrigo da alínea *b*) do número 1 do artigo 10.º do respectivo Código. Tal isenção foi confirmada pela Lei n.º 10-B/96, de 23 de Março, que aprovou o Orçamento do Estado para 1996.

35. Transacções com a Caixa Económica Montepio Geral

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os saldos e as principais transacções efectuadas com a Caixa durante os exercícios findos nessas datas, foram os seguintes:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Depósitos à ordem	132 444	116 894
Depósitos a prazo	212 244	556 500
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis	11 600	11 729
Distribuição de resultados relativos ao exercício anterior (nota 23)	20 292	11 272
Aumento de capital institucional da Caixa (nota 9)	40 000	100 000

Adicionalmente, o Montepio Geral – Associação Mutualista tem na sua carteira de investimentos diversas obrigações da Caixa Económica Montepio Geral que se encontram evidenciadas no Anexo I.

36. Capitais vencidos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Capitais de reforma	136 934	117 620
Capitais de previdência diferidos com opção	29 534	26 382
Capitais de reforma prazo certo	20 058	6 898
Capitais para jovens	3 801	3 882
Outros	4 211	3 988
	194 538	158 770

A rubrica Capitais vencidos corresponde aos reembolsos de capitais relativos a modalidades cujo benefício se processa por amortização parcial ou total dos valores entregues pelos Associados. Estes reembolsos são deduzidos às responsabilidades da Associação para efeitos do apuramento periódico das provisões matemáticas.

37. Capitais recebidos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Capitais de reforma	123 639	113 069
Capitais de reforma prazo certo	105 294	97 485
Poupança reforma	13 010	12 166
Outros	1 195	1 610
	243 138	224 330

A rubrica Capitais recebidos corresponde às entregas de capitais pelos Associados. Estes capitais são acrescidos às responsabilidades da Associação para efeitos do apuramento periódico das provisões matemáticas.

INVENTÁRIO DE TÍTULOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

NATUREZA E ESPÉCIE DOS TÍTULOS	Valor Nominal Euros '000	Valor de Aquisição		Valor de Aquisição Amortizado		Imparidade	Valor de Balanço	
		Valor Unitário	Total Euros '000	Valor Unitário	Total Euros '000	Euros '000	Valor Unitário	Total Euros '000
INVESTIMENTOS DISPONÍVEIS PARA VENDA			**961 271**		**964 430**	**(20 518)**		**927 010**
ACÇÕES			***3 079***		***3 079***	***(1 088)***		***1 913***
EDP RENOVÁVEIS		6,83	785	6,83	785	(358)	4,34	499
NEBRA Renovables, SL		172,11	164	172,11	164	–	46,86	45
ETFS SHORT DAX		102,00	153	102,00	153	(72)	54,33	81
ETFS SHORT DJ Eurostoxx 50		56,11	112	56,11	112	(46)	33,27	67
MOÇAMBIQUE – Companhia de Seguros		6,39	379	6,39	379	(230)	2,51	149
CLÍNICA SANTA MARIA DE BELÉM		7,45	493	7,45	493	(75)	6,31	418
SOFICATRA		24,23	36	24,23	36	(6)	20,11	30
BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS		0,91	146	0,91	146	(44)	0,58	93
BANCO BPI		1,88	226	1,88	226	(21)	1,39	166
EDP		2,72	136	2,72	136	–	2,49	125
E.I.A.		4,99	349	4,99	349	(236)	1,70	119
GALP ENERGIA		11,71	100	11,71	100	–	14,34	122
OBRIGAÇÕES			**763 713**		**766 554**	**(13 460)**		**723 743**
CEMG Abr/2012 (Obrigações de Caixa – Subscrição Privada)	6 000	1,00	6 000	1,00	6 000	–	1,03	6 195
CEMG Jun08-2018 (Obrigações de Caixa – Subscrição Privada)	28 000	1,00	28 000	1,00	28 000	–	0,84	23 454
CEMG Inflação 2008-2016 (Obrigações de Caixa)	5 000	1,00	5 000	1,00	5 000	–	1,09	5 439
CRPC Setembro 2008/2013 (Obrigações de Caixa)	31 500	1,00	31 500	1,00	31 500	–	1,01	31 741
CRPC Outubro 2008/2013 (Obrigações de Caixa)	34 500	1,00	34 500	1,00	34 500	–	1,01	34 746
CRPC Fevereiro 2009/2014 (Obrigações de Caixa)	14 100	1,00	14 100	1,00	14 100	–	1,00	14 138
CRPC Março 2009/2014 – 2S	18 000	1,00	17 993	1,00	17 996	–	1,00	18 040
CRPC SETEMBRO 2009/2014 – 7S	10 000	1,00	10 000	1,00	10 000	–	1,03	10 272
CRPC SETEMBRO 2009/2017 – 1S	5 000	1,00	5 000	1,00	5 000	–	1,03	5 131
CRPC SETEMBRO 2007/2012 – 2S	28 500	1,00	28 500	1,00	28 500	–	1,00	28 552
CRPC SETEMBRO 2008/13 – 2.ª EMISSÃO	1 750	1,00	1 750	1,00	1 750	–	1,01	1 759
CRPC 2009/2014 – 8 SERIE	5 000	1,00	5 000	1,00	5 000	–	1,03	5 139
OB CX TX VAR CEMG 2009/12	23 500	1,00	23 500	1,00	23 500	–	1,00	23 519
OB CX TX VAR CEMG 2009/13	1 700	1,00	1 700	1,00	1 700	–	1,00	1 700
CRPC 2009/2014 – 9 SERIE	7 000	1,00	7 000	1,00	7 000	–	1,02	7 149
CRPC 2009/2014 – 10 SERIE	5 000	1,00	5 000	1,00	5 000	–	1,04	5 175
OB CX Montepio Capital Certo 2010/2015 – 1.ª Série	25 000	1,00	25 002	1,00	25 002	–	1,01	25 288
OB CX Taxa Variável CEMG 2010/2014	1 700	1,00	1 700	1,00	1 700	–	1,06	1 807
CRPC 2010/2015 – 2 SERIE	23 000	1,00	23 006	1,00	23 006	–	1,01	23 279
OB CX CRPC 2010-2018 1.ª SÉRIE	10 000	1,00	10 000	1,00	10 000	–	1,01	10 112
MONTEPIO TAXA FIXA CRESCENTE Maio 2010/2014	8 000	1,00	8 000	1,00	8 000	–	1,03	8 249
OB CX CRPC 2010-2015 3S	6 000	1,00	6 000	1,00	6 000	–	0,99	5 967
CRPC 2010/2018 2S	5 000	1,00	5 000	1,00	5 000	–	0,99	4 942
CRPC 2010/2015 4S	10 000	1,00	10 000	1,00	10 000	–	1,00	9 957
CRPC 2010/2015 5S	10 000	1,00	10 000	1,00	10 000	–	1	10 057
CRPC 2010/15 – 6 ° S	10 000	1,00	10 000	1,00	10 000	–	1,01	10 073
CRPC 2010/15 – 7.º S	15 000	1,00	15 000	1,00	15 000	–	1,02	15 262
CRPC 2010/15 – 8 ª S	10 000	1,00	10 000	1,00	10 000	–	1,03	10 275
BELGACOM SA DROIT PUB	400	1,00	399	1,00	400	–	1,02	409
DEUTSCHE POSRBANK	2 000	1,00	1 994	1,00	1 997	–	0,90	1 798
HYPOVERREINSBANK LUX	1 000	1,03	1 032	1,00	1 003	–	0,99	993
PORSCH 3 7/8 02/16	2 000	1,00	2 000	1,00	2 000	–	1,01	2 029
COMMERZBANK AG	4 000	0,99	3 967	1,00	3 980	–	0,84	3 356
LB BADEN – WUERTTEMBERG	1 000	1,00	998	1,00	999	–	1,06	1 058
CAJA ZARAGOZA ARAGON & R	2 000	1,00	2 000	1,00	2 000	–	0,72	1 434
CAJA SEVILLA MONPIS	5 000	1,00	5 000	1,00	5 000	–	0,54	2 717
AYT DEUDA SUBORDINADA (Fundo Titularização)	1 500	1,00	1 500	1,00	1 500	–	0,75	1 125

Para ser lido com as notas em anexo às demonstrações financeiras

NATUREZA E ESPÉCIE DOS TÍTULOS	Valor Nominal Euros '000	Valor de Aquisição		Valor de Aquisição Amortizado		Imparidade	Valor de Balanço	
		Valor Unitário	Total Euros '000	Valor Unitário	Total Euros '000	Euros '000	Valor Unitário	Total Euros '000
BANKINTER SA	1 000	1,00	999	1,00	1 000	–	0,99	994
BANCO DE VALENCIA SA	2 000	1,00	1 998	1,00	2 000	–	0,94	1 874
CAIXA ESTALVIS TERRASSA	1 000	1,00	999	1,00	1 000	–	0,97	972
CAJA CANTABRIA (Ahorros de Santander)	2 000	1,00	2 000	1,00	2 000	–	0,95	1 894
ABS BANCO POPULAR	100	1,00	100	1,00	100	–	0,45	45
PYME BANCO POPULAR (POPY 2006-1 B)	1 500	1,00	1 500	1,00	1 500	–	0,69	1 037
VEOLIA ENVIRONNEMENT	1 000	0,99	990	0,99	994	–	1,05	1 047
COFIDIS	2 000	1,00	1 998	1,00	1 999	–	0,98	1 960
CIE FINANCIERE DU CRED	1 000	1,00	999	1,00	999	–	0,92	920
NATIXIS	1 750	1,00	1 749	1,00	1 749	–	0,92	1 608
BANQUES POPULAIRES CB	1 700	1,00	1 696	1,00	1 698	–	1,05	1 781
CAISSE REFINANCE L´HABIT	1 000	0,99	994	1,00	999	–	1,01	1 011
CREDICO FUNDING SRL	1 000	1,00	1 000	1,00	1 000	–	0,72	724
SOMEC/94	150	0,99	149	0,99	149	(149)	0,00	–
BPIPL 3 1/4 01/15/15	2 000	0,88	1 753	0,88	1 754	–	0,85	1 707
BPIPL 0 01/25/12	1 000	1,00	999	1,00	999	–	0,95	951
BCPPL 5.625 04/23/14	1 000	0,96	963	0,97	968	–	0,86	860
BCPPL 3.75 06/17/2011	2 000	0,98	1 958	0,98	1 966	–	0,97	1 933
BCPPL 2,375 01/18/12	3 500	0,97	3 407	0,98	3 442	–	0,91	3 197
BCPPL 0 05/09/14	2 000	1,00	1 998	1,00	1 999	–	0,74	1 480
BCPPL 4.75 10/29/2014	1 000	0,99	990	0,99	990	–	0,91	910
BESPL 0 05/08/13	3 000	0,95	2 850	0,96	2 876	–	0,81	2 418
BESPL Float 02/13	2 200	0,95	2 081	0,96	2 113	–	0,82	1 810
BESPL 3 7/8 01/21/15	5 950	0,97	5 786	0,98	5 809	–	0,81	4 800
BOLSIMO – Gestão de Activos, SA	25 000	1,00	25 000	1,00	25 000	–	1,00	25 000
BRISA 4.5 05/12/2016	1 300	0,97	1 258	0,97	1 267	–	0,94	1 226
BANCO SANTANDER TOTTA SA	1 000	1,00	997	1,00	1 000	–	1,00	997
BRISA CONCESSAO RODOV SA	2 000	0,99	1 988	1,00	1 997	–	1,00	2 007
CAIPL 0 08/30/11	5 000	1,00	5 000	1,00	5 000	–	1,01	5 059
CXGD 4 3/8 05/13/13	1 000	0,94	940	0,94	942	–	0,92	921
CXGD5 1/8 02/19/14	6 250	0,99	6 201	0,99	6 187	–	0,91	5 712
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	1 000	0,99	989	0,99	994	–	0,83	830
CGDCOVERED	1 000	1,00	998	1,00	999	–	0,90	903
MONTEPIO TAXA FIXA AGOSTO 2010/2014	9	0,98	9	0,98	9	–	0,93	8
MONTEPIO TAXA FIXA 2010/2014-2.ª SÉRIE	123	0,98	121	0,98	121	–	0,93	114
MONTEPIO TAXA FIXA 2010/2013-1.ª SÉRIE	13	0,97	13	0,97	13	–	0,94	12
MONTEPIO TAXA FIXA 2010/2012-1.ª SÉRIE	31	0,98	30	0,99	30	–	0,96	29
MONTEPIO TAXA FIXA JULHO 2010/2014	5	0,99	5	0,99	5	–	0,93	5
MONTPI StrNt 01/30/17	2 000	0,75	1 500	0,76	1 512	–	0,75	1 497
MONTPI 5 02/08/17	2 000	0,93	1 868	0,94	1 883	–	0,75	1 497
MONTPI Float 05/29/13	16 000	0,82	13 110	0,90	14 324	–	0,96	15 313
MONTPI 0 02/28/18	21 602	0,99	21 370	0,99	21 413	–	0,83	17 906
MONTPI 0 07/23/18	19 372	0,98	18 997	0,98	19 047	–	0,81	15 644
OBRIG.MONTEPIO TAXA FIXA 2010/2014-1.ª SÉRIE	55	0,98	54	0,98	54	–	0,94	51
SANTAN 3 3/4 06/12	1 000	1,03	1 030	1,02	1 019	–	0,97	973
LUSITANIA VIDA/2007	5 000	1,00	5 000	1,00	5 000	–	0,88	4 390
PARPUBLICA 3 1/2	500	0,97	485	0,97	487	–	0,93	467
PTIPL 0 10/27/12	4 500	1,00	4 500	1,00	4 500	–	1,00	4 495
REN Redes Energéticas	1 100	1,00	1 096	1,00	1 097	–	1,06	1 165
BEI/96–16	379	1,00	381	1,00	380	–	1,26	477
SUN LIFE CANADÁ FUNDING	750	1,00	749	1,00	750	–	1,00	754
BESPL 6.25 05/11	1 000	1,04	1 043	1,01	1 009	–	0,98	984
BESPL 5,89 05/14/12	1 500	1,00	1 501	1,00	1 500	–	0,97	1 461
DT 7,125 07/11/11	1 000	1,08	1 077	1,03	1 025	–	1,03	1 028
BNP PARIBAS	500	1,00	500	1,00	500	–	0,99	497
TELECOM ITALIA SPA	500	1,06	531	1,01	507	–	1,04	522
PELICAN 1A	966	0,94	909	0,94	911	–	0,92	888
REPSOL INTL FINANCE	1 000	1,03	1 035	1,01	1 013	–	1,05	1 049
BESPL 6 08/27/13	2 000	1,00	1 990	1,00	1 992	–	0,91	1 810

Continua na página seguinte

Continuação da página anterior

NATUREZA E ESPÉCIE DOS TÍTULOS	Valor Nominal Euros '000	Valor de Aquisição		Valor de Aquisição Amortizado		Imparidade	Valor de Balanço	
		Valor Unitário	Total Euros '000	Valor Unitário	Total Euros '000	Euros '000	Valor Unitário	Total Euros '000
NOSTRUM MORTGAGES PLC	2 810	0,98	2 764	0,98	2 767	–	0,80	2 259
THYSSENKRUPP AG	2 000	1,03	2 055	1,00	2 002	–	1,01	2 013
CIMPL 4.5 05/11	3 653	1,01	3 700	1,00	3 670	–	0,98	3 576
AUTOSTRADE SPA	2 500	1,01	2 515	1,00	2 501	–	1,00	2 493
CITIGROUP GLOBAL MARKETS	1 000	0,68	678	0,76	762	–	0,88	880
PARPUB 4.191 10/14	6 500	1,00	6 472	1,00	6 497	–	0,91	5 904
DNB NORBANK	2 000	1,00	2 004	1,00	2 002	–	0,98	1 959
AZOR 1 A	824	0,93	769	0,94	770	–	0,88	728
BES FINANCE LTD	1 000	0,98	983	0,98	984	–	0,56	559
LANDSBANKI ISLANDS	500	0,99	494	0,99	494	(494)	0,00	–
MONTPI var 02/15	9 000	0,92	8 324	0,95	8 517	–	0,84	7 526
PORTUGAL TELECOM 2012	4 500	0,90	4 060	0,98	4 395	–	1,01	4 535
MONTPI Float 05/03/12	5 678	0,98	5 557	0,98	5 579	–	0,89	5 056
FINANTIA	2 500	1,00	2 500	1,00	2 500	–	0,60	1 500
ABN AMRO BANK NV	2 000	0,96	1 917	0,97	1 948	–	0,80	1 600
FORTIS BANK	3 000	1,00	3 005	1,00	3 003	–	0,86	2 573
MAGEL 3 A	3 318	0,90	2 992	0,91	3 036	–	0,77	2 554
DEUTSCHE BANK AG	1 000	0,96	956	0,97	972	–	0,94	943
SEB 0 09/28/17	1 000	1,00	999	1,00	1 000	–	0,97	965
PREPS 2005–2 B1	3 000	0,99	2 963	0,99	2 963	(2 603)	0,12	360
TELECOM ITALIA SPA	500	1,00	500	1,00	500	–	0,98	492
KBC IFIMA NV	1 000	1,00	999	1,00	1 000	–	0,87	871
TAUEU 0 12/22/15	2 000	1,00	2 000	1,00	2 000	–	0,85	1 701
BCPPL FLOAT 02/03/2011	2 000	0,99	1 982	1,00	1 995	–	0,98	1 961
MONTPI Float 01/31/11	20 150	0,97	19 626	1,00	20 075	–	0,99	19 944
BESPL Float 02/08/11	1 000	0,99	985	0,99	992	–	0,99	994
GOLDMAN SACHS GROUP INC	1 000	1,00	999	1,00	1 000	–	0,98	980
CITIGROUP INC	1 000	1,00	999	1,00	999	–	0,91	911
BANCHE POPOLARI UNITE 2011	2 000	1,00	1 997	1,00	2 000	–	1,00	1 997
GE CAPITAL EURO FUNDING	1 500	1,00	1 497	1,00	1 498	–	0,94	1 416
SANTANDER ISSUANCES	500	0,99	497	1,00	499	–	0,94	469
MORGAN STANLEY	1 000	1,00	1 001	1,00	1 000	–	0,97	970
CITIGROUP	1 000	0,94	942	1,00	997	–	1,00	1 003
HSBC FINANCE CORP	2 000	1,00	1 995	1,00	1 998	–	0,97	1 938
MONTPI 0 04/18/16	6 100	1,00	6 086	1,00	6 087	–	0,91	5 571
SEDNA FINANCE	2 500	1,00	2 500	1,00	2 500	(2 500)	0,00	–
LEHMAN BROTHERS HOLDINGS	1 000	1,00	998	1,00	998	(798)	0,20	200
ABB INTL FINANCE LTD	1 000	1,01	1 012	1,00	1 005	–	1,06	1 063
TELECOM ITALIA SPA	500	0,99	495	1,00	498	–	1,04	522
SLM CORP	2 000	1,00	1 994	1,00	1 998	–	0,89	1 770
EDP FINANCE	1 000	1,01	1 008	1,00	1 002	–	1,02	1 020
LEHMAN BROTHERS HOLDINGS	2 500	1,00	2 491	1,00	2 491	(1 991)	0,20	500
BANCA ITALEASE	2 000	1,00	1 995	1,00	1 997	–	0,85	1 700
ERSTE BANK	2 000	1,00	1 999	1,00	1 999	–	0,90	1 795
MAGEL 4 A	1 910	0,82	1 574	0,83	1 578	–	0,75	1 434
PREPS LIMITED PARTNERSHIP	1 200	1,00	1 200	1,00	1 200	(1 076)	0,10	124
SELLA HOLDING BANCA SPA	1 000	1,00	999	1,00	1 000	–	0,99	991
MERRILL LYNCH & CO	1 000	1,00	999	1,00	1 000	–	0,95	952
VODAFONE GROUP PLC	2 000	1,00	1 999	1,00	2 000	–	1,00	1 993
ALLIED IRISH BANKS PLC	1 000	1,00	999	1,00	1 000	–	0,84	835
BANK OF AMERICA CORP	2 000	1,00	1 995	1,00	1 998	–	0,95	1 896
ING VERZEKERINGEN NV	2 000	1,00	1 997	1,00	1 999	–	0,95	1 895
UNICREDITO ITALIANO	1 000	1,00	999	1,00	999	–	0,94	939
ROTHSHILDS CONT FIN PLC	1 000	1,00	999	1,00	1 000	–	0,99	985
MONTPI Float 09/19/11	11 000	0,98	10 769	0,99	10 922	–	0,97	10 648
DOURO 2 A1 (SAGRES)	22	1,00	22	1,00	22	–	0,80	18
MEDIOBANCA	2 000	1,00	1 998	1,00	1 999	–	0,95	1 899
CASSA RISPARMIO FIRENZE	1 000	1,00	997	1,00	999	–	0,96	963
BBVA SUB CAPITAL UNIPERS	1 500	1,00	1 500	1,00	1 500	–	0,92	1 377

Para ser lido com as notas em anexo às demonstrações financeiras

NATUREZA E ESPÉCIE DOS TÍTULOS	Valor Nominal Euros '000	Valor de Aquisição		Valor de Aquisição Amortizado		Imparidade	Valor de Balanço	
		Valor Unitário	Total Euros '000	Valor Unitário	Total Euros '000	Euros '000	Valor Unitário	Total Euros '000
NOMURA EUROPE FINANCE	1 000	1,00	999	1,00	1 000	–	0,99	989
LUSITANO SME OLC	950	1,00	950	1,00	950	–	0,85	803
COMMONWEALTH	1 500	1,00	1 497	1,00	1 500	–	1,00	1 500
OTP BANK PLC	1 000	1,00	1 002	1,00	1 001	–	0,66	656
BANCA SELLA LT2	1 500	1,00	1 499	1,00	1 500	–	0,87	1 310
DNB NOR BANK ASA	3 000	1,00	2 999	1,00	3 000	–	1,00	3 001
CARNIVAL PLC	1 000	1,00	995	1,00	998	–	1,03	1 033
EBS BUILDING SOCIETY	3 000	1,00	2 993	1,00	2 996	(1 750)	0,41	1 243
STANDARD CHARTERES BANK	1 000	1,00	997	1,00	998	–	0,93	935
PROMS XXS6–1 C	858	1,00	858	1,00	858	(166)	0,81	692
BANCA LOMBARDA	1 500	1,00	1 498	1,00	1 499	–	0,92	1 378
BCP FINANCE BANK 2016	1 000	0,92	918	0,94	943	–	0,65	654
STADSHYPOTEK AB	1 000	0,98	976	0,99	988	–	1,05	1 047
BANIF FINANCE LTD	1 000	1,00	1 000	1,00	1 000	–	0,81	806
MUFG CAPITAL FIN 4 LTD (Tier 1)	750	1,00	750	1,00	750	–	0,93	695
RCI BANQUE SA	1 500	1,00	1 499	1,00	1 500	–	0,99	1 486
ANGLO IRISH BANK CORP	2 000	1,00	1 999	1,00	2 000	–	0,70	1 391
BANCO POPOLARE DI MILANO	2 000	1,00	1 994	1,00	1 997	–	0,96	1 920
BCP FINANCE BANK LTD	3 000	0,99	2 968	1,00	2 993	–	0,88	2 644
HEAT MEZZANINE (Classe AAA)	463	1,00	463	1,00	463	(154)	0,67	309
MERRIL LYNCH & co Inc.	2 500	1,00	2 498	1,00	2 500	–	0,98	2 461
REPSOL INTL FINANCE	4 000	0,99	3 962	1,00	3 992	–	0,99	3 971
CLO PREPS	1 751	1,00	1 751	1,00	1 751	(891)	0,49	860
EATON VANCE CDO LTD	985	1,00	985	1,00	985	–	0,88	872
INTESA SANPAOLO SPA	2 000	1,00	1 998	1,00	1 999	–	0,96	1 910
BBVA SUB CAPITAL UNIPERS	2 000	1,00	1 997	1,00	1 998	–	0,89	1 789
DEUTSCHE TELEKOM INT FIN	2 000	1,00	2 000	1,00	2 000	–	1,00	1 999
LHB INTERNATIONAL HANDEL	250	1,00	250	1,00	250	–	0,60	150
UBS AG JERSEY BRANCH	500	0,97	486	0,99	496	–	1,00	498
GSCP 2007–5X A2 (CDO)	938	1,00	938	1,00	938	(107)	0,89	831
BANIF FINANCE LTD	2 000	1,00	1 995	1,00	1 999	–	0,85	1 708
BBVA BANCOMER AS	2 000	1,00	2 000	1,00	2 000	–	0,96	1 916
BANCA DELLE MARCHE 2017	1 500	1,00	1 499	1,00	1 499	–	0,86	1 290
MERRILL LYNCH 2014	1 500	1,00	1 495	1,00	1 498	–	0,92	1 385
ESFG INTERNATIONAL LTD	500	1,00	500	1,00	500	–	0,53	263
SOCIETÉ GENERALE 2017	1 500	1,00	1 499	1,00	1 499	–	0,95	1 419
CAJA DE AHORROS DEL MEDITERRANEO (Global Finance)	1 750	1,00	1 748	1,00	1 749	–	0,91	1 594
ENEL – SOCIETA PER AZIONI	500	1,00	499	1,00	499	–	0,97	486
UCGIM 0 07/27/11	505	0,96	487	0,99	498	–	0,99	499
NOMURA EUROPE FINANCE NV	2 000	1,00	1 999	1,00	2 000	–	0,97	1 946
UBI BANCA SPCA	1 000	1,00	998	1,00	999	–	0,98	975
DOURM 3 A	1 762	0,81	1 429	0,81	1 435	–	0,76	1 340
ELECTRICITE DE FRANCE SA	500	0,99	497	1,00	498	–	1,09	543
NATIONAL AUSTRALIA BANK	500	1,00	500	1,00	500	–	1,01	503
ING BANK NV 2013	1 000	1,00	998	1,00	999	–	1,05	1 052
MALACHITE SENIOR MEZZANINE	840	1,00	840	1,00	840	(781)	0,07	59
ING GROEP NV FIXED RATE	1 000	0,99	990	0,99	990	–	0,97	969
UBS CAPITAL SECS LTD	500	1,00	500	1,00	500	–	1,03	514
BANK OF NOVA SCOTIA	1 000	1,00	997	1,00	1 000	–	1,01	1 010
FORTIS FINANCE NV	500	1,00	500	1,00	500	–	1,00	500
RBS 5 1/4 05/15/13	500	1,05	523	1,03	517	–	1,04	519
XSTRATA CANADA FIN CORP	500	1,00	498	1,00	500	–	1,02	508
E.ON INTL FINANCE BV	1 000	0,99	994	1,00	997	–	1,09	1 092
SANTANDER INTL DEBT SA	1 000	1,00	999	1,00	1 000	–	1,02	1 023
IBERDROLA FINAZAS SAL	200	1,00	200	1,00	200	–	1,04	208
VOLKSWAGEN FIN SERV AG	200	1,00	199	1,00	199	–	1,13	225
NATIONAL GRID PLC	150	0,99	149	1,00	149	–	1,12	169
TELEFONICA 5Y	400	1,00	400	1,00	400	–	1,06	424

Continua na página seguinte

Continuação da página anterior

NATUREZA E ESPÉCIE DOS TÍTULOS	Valor Nominal Euros '000	Valor de Aquisição		Valor de Aquisição Amortizado		Imparidade	Valor de Balanço	
		Valor Unitário	Total Euros '000	Valor Unitário	Total Euros '000	Euros '000	Valor Unitário	Total Euros '000
EON 5Y	250	1,00	250	1,00	250	–	1,08	269
SIEMENS FINACIERINGSMAT 4Y	125	1,00	125	1,00	125	–	1,05	131
TELEFONICA 7Y 2009_16	250	1,00	250	1,00	250	–	1,06	266
LLOYDS 6 1/4 TSB BANK PLC	1 500	1,07	1 608	1,06	1 593	–	1,07	1 604
SAMPO OYJ	500	1,00	500	1,00	500	–	1,05	524
AEGON N.V.	125	1,00	125	1,00	125	–	1,06	132
PORTUGAL TELECOM 2013	150	1,00	150	1,00	150	–	1,05	157
CITIGROUP 7 3/8 06/16/14	1 000	1,11	1 105	1,08	1 084	–	1,11	1 110
ESF 6 7/8 10/21/19	1 000	1,04	1 041	1,04	1 037	–	0,66	658
LLOYDS 3 1/4 11/12	500	1,01	507	1,01	505	–	1,00	502
FIDINT 6 7/8 02/24/17	100	1,00	100	1,00	100	–	1,05	105
RBS 3,625 05/17/13	1 301	0,99	1 291	0,99	1 293	–	1,00	1 306
LLOYDS TSB BANK Float	750	0,99	739	0,99	741	–	1,00	749
VOTORA 5,25 04/28/17	150	1,00	149	1,00	149	–	0,99	148
RBS 4,875 07/15/15	1 500	1,00	1 500	1,00	1 500	–	1,01	1 510
PORTB 0 11/19/11 (BT's)	2 000	0,95	1 907	0,96	1 918	–	0,96	1 918
OUTRAS APLICAÇÕES			***194 479***		***194 797***	***(5 970)***		***201 354***
Títulos da dívida pública			*82 170*		*82 488*	–		*72 781*
BBELGIUM KINGDOM / Mar-2018	1 000	0,98	980	0,99	986	–	1,02	1 020
SPGB 3.15 01/31/16	1 000	0,94	940	0,96	962	–	0,93	935
RFGB3 7/8 09/15/17	1 000	0,99	991	0,99	994	–	1,08	1 079
GGB 4.1 08/20/12	1 000	0,94	944	0,96	964	–	0,88	879
HELLENIC REPUBLIC 5 YR	3 000	0,99	2 985	1,00	2 990	–	0,75	2 260
GGB 6.1 08/20/15	4 000	1,01	4 020	1,00	4 017	–	0,75	3 006
HELLENIC REPUBLIC / Jul-2015	3 000	0,98	2 933	0,99	2 960	–	0,66	1 993
GGB 4.7 03/20/24	1 000	0,73	733	0,75	746	–	0,58	577
IRISH 5 10/18/20	2 000	0,84	1 675	0,84	1 681	–	0,73	1 469
BTPS3 3/4 08/01/15	4 000	0,98	3 934	0,99	3 960	–	1,00	4 001
BUONI POLIENNALI DEL TES	1 000	0,98	980	0,99	989	–	0,99	991
BUONI POLIENNALI DEL TES / Mar-2011	1 000	0,99	987	1,00	999	–	1,00	1 003
NETHER 3 1/4 07/15	2 000	0,97	1 937	0,98	1 962	–	1,06	2 115
NETHER 3 3/4 07/14	2 000	1,00	1 993	1,00	1 996	–	1,08	2 155
CONSOLIDADO 1942	279	0,94	262	0,95	264	–	0,46	128
CONSOLIDADO-CENTENÁRIOS 1940	410	1,00	409	1,00	409	–	0,61	249
PGB 4.375 06/16/14	1 000	0,96	962	0,97	968	–	0,97	971
PGB 3.35 10/15/15	5 000	0,95	4 735	0,96	4 797	–	0,90	4 496
PGB 4.2 10/15/16	1 000	1,01	1 013	1,01	1 011	–	0,91	910
PGB 4.8 06/15/20	4 490	0,92	4 114	0,92	4 125	–	0,87	3 910
PGB 4,35 10/16/17	6 500	1,01	6 572	1,01	6 560	–	0,88	5 749
PGB 4 3/4 06/14/19	1 240	0,93	1 155	0,94	1 161	–	0,88	1 094
PGB 4,45 06/15/18	1 000	0,96	959	0,96	961	–	0,88	884
PGB 3.6 10/15/14	6 000	0,99	5 946	0,99	5 950	–	0,94	5 622
PGB 3.85 04/15/21	32 000	0,94	30 013	0,94	30 077	–	0,79	25 285
Fundos de investimento			97 309		97 309	(5 970)		113 568
FUNDO ROTSCHILD SAINT		163,61	749	163,61	749	(23)	175,03	802
FUNDO ARIS DEFENSIVE		156,64	36	156,64	36	–	141,52	32
GLOBAL HIGH YIELD BOND FUND		11,70	1 755	11,70	1 755	(728)	11,71	1 756
FUNDO NOVENERGIA II		52 656,56	22 850	52 656,56	22 850	–	70 716,60	30 687
FUNDO CAPITAL ONGOING		1 000,00	30 000	1 000,00	30 000	–	1 355,75	40 673
FUNDO VISION ESCRITÓRIOS		4,76	4 759	4,76	4 759	(255)	4,50	4 504
FUNDO LOGISTICA DISTRIBUIÇÃO		6,12	2 447	6,12	2 447	–	6,26	2 502
FUNDO IBÉRIA		5,24	524	5,24	524	(203)	3,28	328
FUNDO VIP		9,28	23 236	9,28	23 236	–	9,53	23 843
MG-ACÇÕES EUROPA		48,58	1 966	48,58	1 966	(1 000)	35,84	1 450
MG MULTI GESTÃO DINÂMICA		46,27	1 388	46,27	1 388	(727)	31,81	954
MONTEPIO FINANCE SERVICE		50,00	2 000	50,00	2 000	(1 479)	21,39	856
MONTEPIO EURO ENERGY		50,00	2 150	50,00	2 150	(840)	43,02	1 850

Para ser lido com as notas em anexo às demonstrações financeiras

NATUREZA E ESPÉCIE DOS TÍTULOS	Valor Nominal Euros '000	Valor de Aquisição		Valor de Aquisição Amortizado		Imparidade	Valor de Balanço	
		Valor Unitário	Total Euros '000	Valor Unitário	Total Euros '000	Euros '000	Valor Unitário	Total Euros '000
MONTEPIO HEALTHCARE		50,00	2 250	50,00	2 250	(715)	47,37	2 132
FUNDO CAPITAL PVCI		1,00	1 199	1,00	1 199	–	1,00	1 199
Papel comercial			15 000		15 000	–		15 005
BOLSIMO	15 000	1,00	15 000	1,00	15 000	–	1,00	15 005
ACTIVOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS NO RECONHECIMENTO INICIAL AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS			**16 931**		**16 931**	**–**		**13 683**
OBRIGAÇÕES			***16 931***		***16 931***	**–**		***13 683***
GOLDEN 2 SERIES	2 500	1,00	2 500	1,00	2 500	–	1,02	2 547
MONTEPIO CEMG CABAZ 14	31	0,96	29	0,96	29	–	0,94	29
Montepio Títulos Europa 2009/2013	26	0,99	25	0,99	25	–	0,96	25
MONTEPIO CABAZ OURO PETROLEO	37	0,98	36	0,98	36	–	0,98	36
ATLANTEO 2019	1 000	1,00	1 000	1,00	1 000	–	1,13	1 132
KBC IFIMA	750	1,00	749	1,00	749	–	0,79	594
LB BADEN-WUERTTEMBERG	1 000	0,98	981	0,98	981	–	0,81	813
UBS FLOAT (GBP-EUR 10NC3M RA)	1 000	0,99	990	0,99	990	–	0,89	886
ZELA FINANCE CORPORATION	1 000	1,00	1 000	1,00	1 000	–	0,00	–
CLARIS LIMITED	1 000	1,00	1 000	1,00	1 000	–	0,06	56
BOIRO FINANCE BV	3 000	1,00	3 000	1,00	3 000	–	0,75	2 248
DRESDNER BANK AG	1 000	0,99	985	0,99	985	–	0,95	949
STARLING FINANCE	1 000	1,00	1 000	1,00	1 000	–	0,78	782
MALACHITE JUNIOR MEZZANINE	160	1,00	160	1,00	160	–	0,00	0
NOMURA Var 09/19	2 000	1,00	1 990	1,00	1 990	–	1,03	2 069
NOMURA Var 10/14	1 500	0,99	1 485	0,99	1 485	–	1,01	1 519
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO			**16 390**		**16 390**	**–**		**16 567**
OBRIGAÇÕES			***16 089***		***16 089***	**–**		***16 257***
MG VALOR GARANTIDO	917	1,02	932	1,02	932	–	1,00	915
MG AFORRO 2006 (5 Anos) – 2.ª Série	18	1,03	19	1,03	19	–	1,03	19
MG AFORRO 2006 (5 Anos) – 3.ª Série	96	1,03	99	1,03	99	–	1,03	99
MG AFORRO 2006 (5 Anos) – 1.ª Série	126	1,03	130	1,03	130	–	1,02	129
AFORRO MONTEPIO 2006 (5 Anos) – 4.ª Série	89	1,03	92	1,03	92	–	1,03	92
AFORRO MONTEPIO 2006 (5 Anos) – 5.ª Série	19	1,02	19	1,02	19	–	1,03	19
AFORRO MONTEPIO 2007 (5 ANOS) – 2.ª Série	13	1,02	13	1,02	13	–	1,00	13
AFORRO MONTEPIO ASSOCIADOS 2007 (5 ANOS) – 2.ª Série	209	1,03	215	1,03	215	–	1,00	210
AFORRO MONTEPIO ASSOCIADOS 2007 (5 ANOS) – 1.ª Série	101	1,03	104	1,03	104	–	1,00	101
AFORRO MONTEPIO 2007 (5 ANOS) – 1.ª Série	4	1,02	4	1,02	4	–	1,00	4
AFORRO MONTEPIO 2008/11 – 1.ª Série	935	1,01	944	1,01	944	–	1,00	933
MONTEPIO CABAZ COMMODITIES AGRICOLA 2008/2011	849	0,98	833	0,98	833	–	1,00	849
MONTEPIO EURO AFORRO 2008 – 1.ª SÉRIE	3 800	0,98	3 742	0,98	3 742	–	1,00	3 790
MONTEPIO EURO AFORRO 2008/11 – 2.ª SÉRIE	2 778	0,98	2 722	0,98	2 722	–	1,00	2 770
MONTEPIO EURO AFORRO 2008/11 – 3.ª SÉRIE	2 887	0,98	2 839	0,98	2 839	–	1,00	2 880
MONTEPIO EURO AFORRO 2008/11 – 4.ª SÉRIE	2 557	0,98	2 508	0,98	2 508	–	1,00	2 552
BCPPL Float 02/06/12	1 000	0,87	874	0,87	874	–	0,88	881
Fundos de investimento			***301***		***301***	**–**		***310***
LYXOR ETF IBEX 35 INVERSO	6	52,81	301	52,81	301	–	54,37	310
TOTAL			**994 592**		**997 751**	**(20 518)**		**957 260**

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras do Montepio Geral – Associação Mutualista, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 2.759.348 milhares de euros, e um total de capital próprio de 410.645 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 54.393 milhares de euros), as Demonstrações dos resultados e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Montepio Geral – Associação Mutualista, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

   - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizados na sua preparação;

   - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

   - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

   - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., a firma portuguesa membro da rede KPMG, composta por firmas independentes afiliadas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG & Associados - S.R.O.C., S.A.
Capital Social: 2.840.000 Euros - Pessoa Colectiva Nº PT 502 161 078 - Inscrito na O.R.O.C. Nº 189 - Inscrito na C.M.V.M. Nº 9093

Matriculada na Conservatória do registo Comercial de Lisboa sob o Nº PT 502 161 078

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira, constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Montepio Geral – Associação Mutualista em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos descritos na Nota 3.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Ênfase

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo 7., salientamos que no exercício de 2008, o Montepio Geral – Associação Mutualista, em sintonia com as transformações em curso no domínio das regras contabilísticas, nomeadamente ao nível das instituições financeiras e empresas de seguros, e tendo como objectivo a sua convergência com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, alterou as suas políticas contabilísticas acolhendo os critérios de reconhecimento e mensuração das Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") tal como adoptadas na União Europeia até 31 de Dezembro de 2008. Sem prejuízo desta alteração destacamos ainda o facto do Montepio Geral – Associação Mutualista ter mantido em termos de divulgação de informação, os requisitos definidos no Plano de Contas das Associações Mutualistas.

Lisboa, 10 de Março de 2011

KPMG & Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Ana Cristina Soares Valente Dourado (ROC n.º 1011)

11.2. CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL – BASE CONSOLIDADA

BALANÇO CONSOLIDADO DA CAIXA ECONÓMICA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(milhares de euros)

	2010			2009
	ACTIVO BRUTO	IMPARIDADE E AMORTIZAÇÕES	ACTIVO LÍQUIDO	ACTIVO LÍQUIDO
ACTIVO				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	240 024		240 024	305 018
Disponibilidades em outras instituições de crédito	74 353		74 353	69 870
Activos financeiros detidos para negociação	124 589		124 589	98 239
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	3 952		3 952	4 192
Activos financeiros disponíveis para venda	2 449 740	19 172	2 430 568	1 282 417
Aplicações em instituições de crédito	338 712	50	338 662	370 938
Crédito a clientes	15 075 944	521 811	14 554 133	14 682 382
Investimentos detidos até à maturidade	58 144		58 144	33 523
Derivados de cobertura	7 734		7 734	7 844
Activos não correntes detidos para venda	201 710	39 336	162 374	128 599
Outros activos tangíveis	188 550	99 263	89 287	91 275
Activos intangíveis	37 904	19 650	18 254	16 151
Investimentos em associadas e filiais excluidas da consolidação	37 060		37 060	40 775
Outros activos	113 629	3 473	110 156	113 544
TOTAL DE ACTIVO	**18 952 045**	**702 755**	**18 249 290**	**17 244 767**
PASSIVO				
Recursos de bancos centrais			1 540 266	502 353
Passivos financeiros detidos para negociação			47 615	36 767
Recursos de outras instituições de crédito			901 742	637 770
Recursos de clientes e outros empréstimos			10 007 563	9 180 858
Responsabilidades representadas por títulos			3 836 243	4 914 915
Passivos financeiros associados a activos transferidos			387 183	428 147
Derivados de cobertura			6 894	5 008
Provisões			1 311	1 490
Outros passivos subordinados			380 986	381 043
Outros passivos			144 009	170 202
TOTAL DE PASSIVO			**17 253 812**	**16 258 553**
CAPITAL				
Capital			800 000	760 000
Reservas de reavaliação			-75 623	-14 486
Outras reservas e resultados transitados			219 694	196 224
Resultado do exercício			51 407	44 476
TOTAL DO CAPITAL			**995 478**	**986 214**
TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL			**18 249 290**	**17 244 767**

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE
Armindo Marques Matias

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
António Tomás Correia – Presidente
José de Almeida Serra
Rui Manuel Silva Gomes do Amaral
Eduardo José da Silva Farinha
Álvaro Cordeiro Dâmaso

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(milhares de euros)

	2010	2009
Juros e rendimentos similares	761 188	871 401
Juros e encargos similares	490 240	550 593
MARGEM FINANCEIRA	**270 948**	**320 808**
Rendimentos de instrumentos de capital	538	703
Rendimentos de serviços e comissões	89 175	88 719
Encargos com serviços e comissões	15 205	13 605
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	45 857	28 319
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	12 692	1 657
Resultados de reavaliação cambial	2 344	2 070
Resultados de alienação de outros activos	-3 363	389
Outros resultados de exploração	19 326	19 965
PRODUTO DA ACTIVIDADE	**422 312**	**449 025**
Custos com pessoal	143 457	147 352
Gastos gerais administrativos	83 495	79 204
Depreciações e amortizações	20 850	20 507
Provisões líquidas de reposições e anulações	-84	154
Imparidade de crédito líquida de reversões e recuperações	112 975	147 798
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	2 152	2 132
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	10 014	9 905
Resultados de associados e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	1 954	2 503
RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO	**51 407**	**44 476**

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE
Armindo Marques Matias

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
António Tomás Correia – Presidente
José de Almeida Serra
Rui Manuel Silva Gomes do Amaral
Eduardo José da Silva Farinha
Álvaro Cordeiro Dâmaso

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(milhares de euros)

	2010	2009
Fluxos de caixa de actividades operacionais		
Juros recebidos	731 013	893 081
Comissões recebidas	89 255	88 661
Pagamento de juros	(474 362)	(598 748)
Pagamento de comissões	(15 073)	(15 050)
Despesas com pessoal e fornecedores	(264 939)	(245 084)
Recuperação de crédito e juros	2 376	3 308
Outros pagamentos e recebimentos	45 436	92 456
	113 706	**218 624**
(Aumentos) / diminuições de activos operacionais		
Créditos sobre instituições de crédito e clientes	(25 984)	(110 698)
Outros activos	25 291	(72 683)
	(693)	**(183 381)**
(Aumentos) / diminuições de passivos operacionais		
Recursos para com clientes	811 458	880 451
Recursos para com instituições de crédito	404 346	(953 494)
Recursos de Bancos Centrais	900 000	500 000
	2 115 804	426 957
	2 228 817	**462 200**
Fluxos de caixa de actividades de investimento		
Dividendos recebidos	538	703
(Compra) / Venda de activos financeiros de negociação	(116)	(33 355)
(Compra) / Venda de activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	240	(161)
(Compra) / Venda de activos financeiros disponíveis para venda	(1 207 407)	(346 526)
(Compra) / Venda de derivados de cobertura	1 996	2 408
(Compra) / Venda de activos financeiros detidos até à maturidade	(24 037)	6 278
(Compra) / Venda de investimentos em associadas	931	(11 690)
Depósitos detidos com fins de controlo monetário	61 507	(41 048)
Alienação de imobilizações	3 116	156
Aquisição de imobilizações	(24 105)	(27 350)
	(1 187 337)	**(450 585)**
Fluxos de caixa de actividades de financiamento		
Distribuição de resultados	(20 300)	(11 271)
Aumento de capital	40 000	100 000
Emissão de obrigacões de caixa e títulos subordinados	(218 169)	1 108 775
Reembolso de obrigacões de caixa e títulos subordinados	(860 459)	(1 248 555)
Aumento / (diminuição) noutras contas de passivo	18 444	4 032
	(1 040 484)	**(47 019)**
Variação líquida em caixa e equivalentes	996	(35 404)
Caixa e equivalentes no início do período	168 998	204 402
Caixa (nota 17)	99 128	89 900
Disponibilidades em outras instituições de crédito (nota 18)	69 870	114 502
Caixa e equivalentes no fim do exercício	**169 994**	**168 998**

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

MAPA DE ALTERAÇÕES NA SITUAÇÃO LÍQUIDA CONSOLIDADA PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(milhares de euros)

	Total da situação líquida	Capital	Reserva geral e especial	Outras reservas	Reservas de justo valor	Resultados acumulados
Saldos em 1 de Janeiro de 2009	**823 669**	**660 000**	**216 985**	**1 995**	**(48 064)**	**(7 247)**
Outros movimentos registados directamente na situação líquida:						
Alterações de justo valor	19 464	–	–	–	19 464	–
Resultado do exercício	44 476	–	–	–	–	44 476
Total de ganhos e perdas reconhecidos no exercício	63 940	–	–	–	19 464	44 476
Distribuição de resultados (Nota 42)	(11 271)	–	–	–	–	(11 271)
Equivalência patrimonial	9 876	–	–	12 120	–	(2 244)
Aumento de capital	100 000	100 000	–	–	–	–
Constituição de reservas						
Reserva geral	–	–	7 125	–	–	(7 125)
Reserva especial	–	–	1 766	–	–	(1 766)
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	**986 214**	**760 000**	**225 876**	**14 115**	**(28 600)**	**14 823**
Outros movimentos registados directamente na situação líquida:						
Alterações de justo valor	(57 106)	–	–	–	(57 106)	–
Resultado do exercício	51 407	–	–	–	–	51 407
Total de ganhos e perdas reconhecidos no exercício	(5 699)	–	–	–	(57 106)	51 407
Distribuição de resultados (Nota 42)	(20 300)	–	–	–	–	(20 300)
Equivalência patrimonial	(4 737)	–	–	(4 032)	–	(705)
Aumento de capital (Nota 38)	40 000	40 000	–	–	–	–
Constituição de reservas						
Reserva geral	–	–	7 635	–	–	(7 635)
Reserva especial	–	–	1 889	–	–	(1 889)
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	**995 478**	**800 000**	**235 400**	**10 083**	**(85 706)**	**35 701**

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(milhares de euros)

	Nota	2010	2009
Reserva de justo valor			
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	40	(57 106)	19 464
Resultado líquido do exercício		51 407	44 476
Total de rendimento integral do exercício		(5 699)	63 940

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

1. Políticas contabilísticas

1.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

A Caixa Económica Montepio Geral (adiante designada por «CEMG») é uma instituição de crédito, anexa e detida pelo Montepio Geral – Associação Mutualista, tendo sido constituída em 24 de Março de 1844. Está autorizada a operar no âmbito do disposto no Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, bem como do Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de Maio, que regulamenta a actividade das caixas económicas, estabelecendo algumas restrições à sua actividade. Porém, a CEMG pode realizar operações bancárias mesmo para além das enunciadas nos seus Estatutos, desde que genericamente autorizadas pelo Banco de Portugal, o que na prática se traduz na possibilidade de realizar a universalidade das operações bancárias.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras consolidadas da Caixa Económica Montepio Geral («CEMG») são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro («IFRS») tal como adoptadas na União Europeia.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* («IASB») e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* («IFRIC»), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas da CEMG agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e foram preparadas de acordo com as IFRS em vigor tal como adoptados na União Europeia até essa data. As políticas contabilísticas utilizadas pela CEMG na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2010 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anuais com referência a 31 de Dezembro de 2009.

Contudo, e tal como descrito na nota 49, a CEMG adoptou, na preparação das demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2010, as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRIC de aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciaram a 1 de Janeiro de 2010. As políticas contabilísticas utilizadas pela CEMG na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, descritas nesta nota, foram adaptadas em conformidade. A adopção destas novas normas e interpretações em 2010 não teve um efeito material nas contas da CEMG.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que a CEMG ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras consolidadas podem também ser analisadas na nota 49.

As demonstrações financeiras consolidadas estão expressas em milhares de euros, arredondadas ao milhar mais próximo. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos financeiros e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados (negociação e *fair value option*) e activos financeiros disponíveis para venda, excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os activos e passivos financeiros que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto, quando aplicável. Os restantes activos e passivos financeiros e não financeiros são registados ao custo amortizado ou ao custo histórico. Os activos não correntes detidos para venda são registados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respectivos custos de venda. Os passivos sobre obrigações de benefícios definidos são reconhecidos ao valor presente dessa obrigação líquidos dos activos do fundo, deduzidos de perdas actuariais não reconhecidas.

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS requer que a CEMG efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, encontram-se analisadas na nota 1.22.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 3 de Março de 2011.

1.2. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os activos, passivos e resultados da CEMG e das suas subsidiárias, e os resultados atribuíveis à CEMG referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas da CEMG, relativamente a todos os períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

Participações financeiras em subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais a CEMG exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando a CEMG detém o poder de exercer a maioria ou a totalidade dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando a CEMG detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja igual ou inferior a 50%. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento que a CEMG assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento que esse controlo cessa.

Até 31 de Dezembro de 2009, quando as perdas acumuladas de uma subsidiária atribuíveis aos interesses que não controlam excediam o valor do respectivo interesse no capital próprio dessa subsidiária, o excesso era atribuível à CEMG, sendo os prejuízos registados em resultados na medida em que fossem incorridos. Os lucros obtidos subsequentemente eram reconhecidos como proveitos da CEMG até que as perdas atribuídas a interesses que não controlam anteriormente absorvidas pela CEMG fossem recuperadas. Após 1 de Janeiro de 2010, as perdas acumuladas são atribuídas aos interesses que não controlam nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam de valor negativo.

Após 1 de Janeiro de 2010, numa operação de aquisição por etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de controlo, qualquer participação minoritária anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando do cálculo do *goodwill*. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação minoritária remanescente retida é reavaliada ao justo valor na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Investimentos financeiros em associadas

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais a CEMG detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que a CEMG exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá a CEMG exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos órgãos de Administração com poderes executivos. Os investimentos em associadas são registados nas demonstrações financeiras consolidadas da CEMG pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento que a CEMG adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. O valor de balanço dos investimentos em associadas inclui o valor do respectivo *goodwill* determinado nas aquisições e é apresentado líquido de eventuais perdas por imparidade.

Após 1 de Janeiro de 2010, numa operação de aquisição por etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de influência significativa, qualquer participação anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis à CEMG iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, excepto se a CEMG tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

Ganhos ou perdas na venda de partes de capital em empresas associadas são registados por contrapartida de resultados mesmo que dessa venda não resulte a perda de influência significativa.

Entidades de finalidade especial («SPE's»)

A CEMG consolida pelo método integral determinados SPE's, constituídos especificamente para o cumprimento de um objectivo restrito e bem definido, quando a substância da relação com tais entidades indicia que a CEMG exerce controlo sobre as suas actividades, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios. Para além das referidas entidades resultantes de operações de securitização, não existem outros SPE's que estejam abrangidos pelos critérios abaixo referidos de acordo com a SIC 12.

A avaliação da existência de controlo é efectuada com base nos critérios definidos pela SIC 12 – Consolidação de entidades de finalidade especial, os quais se resumem como segue:

- As actividades do SPE são conduzidas exclusivamente de acordo com as necessidades específicas do negócio da CEMG e para que este obtenha os benefícios dessas actividades;
- A CEMG detém o poder de decisão conducente à obtenção da maioria dos benefícios das actividades do SPE;
- A CEMG tem o direito de obter a maioria dos benefícios do SPE podendo por isso estar exposto aos riscos inerentes à sua actividade;

– A CEMG está exposta à maioria dos riscos do SPE com o objectivo de obter os benefícios decorrentes da sua actividade.

Saldos e transacções eliminadas na consolidação

Os saldos e transacções entre empresas da CEMG, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Os ganhos não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados na proporção da participação da CEMG nas mesmas. As perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiciem existência de imparidade.

1.3. TRANSACÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

1.4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS E CONTABILIDADE DE COBERTURA

Classificação

A CEMG classifica como derivados para gestão de risco os (i) derivados de cobertura e (ii) os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de certos activos e passivos designados ao justo valor através de resultados mas que não foram classificados como de cobertura.

Todos os restantes derivados são classificados como derivados de negociação.

Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período, excepto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados correspondem ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização, incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Contabilidade de cobertura

i) Critérios de classificação

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura, podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

– à data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;

– existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;

– a eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;

– a cobertura é avaliada numa base contínua e efectivamente determinada como sendo altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro; e

– para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

ii) Cobertura de justo valor (fair value hedge)

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado de forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.

iii) Efectividade

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal de acordo com a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, deve ser demonstrada a sua efectividade. Assim, a CEMG executa testes prospectivos na data de início da relação de cobertura, quando aplicável, e testes retrospectivos de modo a demonstrar em cada data de balanço a efectividade das relações de cobertura, mostrando que as alterações no justo valor do instrumento de cobertura são cobertas por alterações no item coberto no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefectividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

iv) Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

1.5. CRÉDITO A CLIENTES

O Crédito a clientes inclui os empréstimos originados pela CEMG, para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efectuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O crédito a clientes é desreconhecido em balanço quando (i) os direitos contratuais da CEMG relativos aos respectivos fluxos de caixa expiraram, (ii) a CEMG transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante a CEMG ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transacção e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, sendo apresentado em balanço deduzido de perdas de imparidade.

Imparidade

A política da CEMG consiste na avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior o montante da perda estimada diminua.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se com imparidade quando (i) exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e (ii) quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

De acordo com a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração existem dois métodos para o cálculo das perdas por imparidade: (i) análise individual; e (ii) análise colectiva.

i) Análise individual

A avaliação da existência de perdas por imparidade numa óptica individual é determinada através de uma análise da exposição total de crédito cliente a cliente. Para cada cliente considerado individualmente significativo, a CEMG avalia, em cada data de balanço, a existência de evidência objectiva de imparidade. Na determinação das perdas por imparidade em termos individuais são considerados os seguintes factores:

- a exposição total de cada cliente junto da CEMG e a existência de créditos em situação de incumprimento;
- a viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios suficientes para fazer face aos serviços da dívida no futuro;

– a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais associados a cada crédito;

– a deterioração significativa no *rating* do cliente;

– o património do cliente em situações de liquidação ou falência;

– a existência de credores privilegiados;

– o montante e os prazos de recuperação estimados.

Se para determinado crédito não existe evidência objectiva de imparidade numa óptica individual, esse crédito é incluído num grupo de créditos com características de risco de crédito semelhantes (carteira de crédito), o qual é avaliado colectivamente – análise da imparidade numa base colectiva. Os créditos que são avaliados individualmente e para os quais é identificada uma perda por imparidade não são incluídos na avaliação colectiva.

Caso seja identificada uma perda por imparidade, numa óptica individual, o montante da perda a reconhecer, corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação), descontados à taxa de juro efectiva original do contrato. O crédito concedido é apresentado no balanço líquido de imparidade. Para um crédito com taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva anual, determinada com base nas regras de cada contrato.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um crédito garantido reflecte os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes com a sua recuperação e venda.

ii) Análise colectiva

As perdas por imparidade baseadas na análise colectiva podem ser calculadas através de duas perspectivas:

– para grupos homogéneos de créditos não considerados individualmente significativos; ou

– em relação a perdas incorridas mas não identificadas («IBNR») em créditos para os quais não existem evidência objectiva de imparidade (ver parágrafo (i) anterior).

As perdas por imparidade em termos colectivos são determinadas considerando os seguintes aspectos:

– experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante;

– conhecimento da envolvente económica e da sua influência sobre o nível das perdas históricas;

– período estimado entre a ocorrência da perda e a sua identificação.

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pela CEMG de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

Os créditos analisados individualmente para os quais não foi identificada evidência objectiva de imparidade, são agrupados tendo por base características de risco semelhantes com o objectivo de determinar as perdas por imparidade em termos colectivos. Esta análise permite à CEMG o reconhecimento de perdas cuja identificação, em termos individuais só ocorrerá em períodos futuros.

Em conformidade com a Carta-Circular n.º 15/2009, de 28 de Janeiro do Banco de Portugal, a anulação contabilística dos créditos passou a ser efectuada quando não existem perspectivas realistas de recuperação dos créditos e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos.

1.6. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS

i) Classificação

A CEMG classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo ou que são detidos como parte integrante de uma carteira de títulos em relação à qual existe evidência de actividades recentes conducentes à realização de ganhos de curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado (excepto no caso de um derivado que seja um instrumento de cobertura e eficaz) e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica «Activos financeiros detidos para negociação», sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica «Passivos financeiros detidos para negociação».

A CEMG designa, no seu reconhecimento inicial, certos activos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses activos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos activos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais activos financeiros contêm derivados embutidos.

A nota 22 contém um sumário dos activos e passivos que foram designados ao justo valor através de resultados, no momento do seu reconhecimento inicial.

Os produtos estruturados adquiridos pela CEMG, que correspondem a instrumentos financeiros contendo um ou mais derivados embutidos, por se enquadrarem sempre numa das três situações acima descritas, seguem o método de valorização dos activos financeiros ao justo valor através de resultados.

A CEMG adoptou o *Fair value option* para certas emissões e depósitos a prazo efectuados que contêm derivados embutidos ou com derivados de cobertura associados.

Os activos e passivos financeiros ao *Fair value option* são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transacções reconhecidos em resultados, com as variações subsequentes de justo valor reconhecidas em resultados. A periodificação dos juros e do prémio/desconto (quando aplicável) é reconhecida na margem financeira, assim como dos derivados associados a instrumentos financeiros classificados nesta categoria.

Investimentos detidos até à maturidade

Estes investimentos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que a CEMG tem intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através de resultados ou como disponíveis para venda.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) a CEMG tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem nas categorias acima referidas

ii) Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) investimentos detidos até à maturidade e (iii) activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a CEMG se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da CEMG ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a CEMG tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a CEMG tenha transferido o controlo sobre os activos.

iii) Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções e outros instrumentos de capital, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

Qualquer reclassificação ou venda de activos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade obrigará a CEMG a reclassificar integralmente esta carteira para Activos financeiros disponíveis para venda e a CEMG ficará durante dois anos impossibilitada de classificar qualquer activo financeiro nesta categoria.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, a CEMG estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

iv) Transferências entre categorias

A CEMG apenas procede à transferência de activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de activos financeiras disponíveis para venda para a categoria de activos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade.

Estas transferências são efectuadas com base no justo valor dos activos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respectivo valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do activo, com base no método da taxa efectiva. A reserva de justo valor existente na data da transferência é também reconhecida em resultados com base no método da taxa efectiva.

As transferências para a (i) categoria de activos financeiros detidos até à maturidade só podem ser efectuadas desde que exista a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade e para a (ii) categoria de crédito a clientes desde que exista a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros num futuro previsível e os mesmos não sejam transaccionáveis num mercado activo.

Não foram efectuadas transferências entre carteiras nos anos de 2010 e 2009.

v) Imparidade

A CEMG avalia, em cada data de balanço, se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para as acções e outros instrumentos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado abaixo do custo de aquisição, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no balanço, líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um activo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo, anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

1.7. ACTIVOS CEDIDOS COM ACORDO DE RECOMPRA

Os títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação, não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é

contabilizado em valores a pagar a outras instituições financeiras ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística 1.6.

1.8. PASSIVOS FINANCEIROS

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos e outros passivos subordinados.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os quais são registados ao justo valor.

A CEMG designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos passivos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais passivos financeiros contêm derivados embutidos.

Os produtos estruturados emitidos pela CEMG, por se enquadrarem sempre numa das situações acima descritas, seguem o método de valorização dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

O justo valor dos passivos cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, a CEMG estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação e considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo o próprio risco de crédito da entidade emitente.

Caso a CEMG recompre dívida emitida, esta é anulada do balanço e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registado em resultados.

1.9. COMPENSAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

1.10. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

No decurso da sua actividade corrente de concessão de crédito, a CEMG incorre no risco de não conseguir que todo o seu crédito seja reembolsado. No caso de créditos com colateral de hipoteca, a CEMG procede à execução das mesmas recebendo imóveis e outros bens em dação para liquidação do crédito concedido. Por força do disposto no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras («RGICSF») os bancos estão impedidos de adquirir imóveis que não sejam indispensáveis à sua instalação e funcionamento (n.º 1 do artigo 112.º do RGICSF) podendo, no entanto, adquirir imóveis por reembolso de créditos devendo alienar os mesmos num prazo de 2 anos o qual, havendo motivo fundado, poderá ser prorrogado pelo Banco de Portugal, nas condições que este determinar (art. 114.º do RGICSF).

A CEMG tem como objectivo a venda de todos os imóveis recebidos em dação. Estes imóveis são classificados como activos não correntes detidos para venda sendo registados no seu reconhecimento inicial pelo menor de entre o seu justo valor deduzido dos custos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objecto de recuperação. Subsequentemente, estes activos são mensurados ao menor de entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda e não são amortizados. As perdas não realizadas com estes activos, assim determinadas, são registadas em resultados.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações regulares efectuadas pela CEMG.

As avaliações realizadas são conduzidas por entidades independentes especializadas neste tipo de serviços. Os relatórios de avaliação são analisados internamente com aferição da adequação dos processos, comparando os valores de venda com os valores reavaliados.

1.11. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Os outros activos tangíveis da CEMG encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Na data da transição para as IFRS, 1 de Janeiro de 2004, a CEMG elegeu considerar como custo de aquisição o valor reavaliado dos outros activos tangíveis, conforme determinado de acordo com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável numa perspectiva geral ao custo depreciado mensurado de acordo com as IFRS, ajustado de forma a reflectir as alterações no índice geral de preços. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os outros activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles possam resultar benefícios económicos futuros para a CEMG. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Equipamento	4 a 10

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, a IAS 36 – Imparidade dos activos exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As perdas por imparidade de activos fixos tangíveis são reconhecidas em resultados do exercício.

1.12. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela CEMG necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual se situa normalmente nos 3 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela CEMG, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis.

Todos os restantes encargos relacionados com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

1.13. LOCAÇÕES

A CEMG classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal, cumprindo os critérios definidos na IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

– Como locatário

Os pagamentos efectuados pela CEMG à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

– Como locador

Os activos detidos sob locação operacional são registados no balanço de acordo com a natureza do activo.

Os proveitos decorrentes das rendas facturadas aos clientes de locação operacional são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática ao longo do período de duração do contrato.

Os custos, incluindo a depreciação, incorridos na obtenção do proveito de locação são reconhecidos numa base sistemática ao longo do período de duração do contrato na demonstração dos resultados. Os custos directos iniciais incorridos pelos locadores ao negociar e aceitar uma locação operacional devem ser adicionados à quantia escriturada do activo locado e reconhecidos como um gasto durante o prazo da locação na mesma base do proveito da locação.

A política de depreciação para activos locados depreciáveis é consistente com a política de depreciação normal do locador para activos semelhantes, conforme política contabilística 1.11.

A CEMG procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

Locação financeira

– Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

– Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados como proveitos, enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

1.14. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Plano de benefícios definidos

A CEMG assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores, pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência e cuidados médicos nos termos do estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário («ACT»), para o pessoal admitido até 1 de Março de 2009. As novas admissões a partir daquela data beneficiam do regime geral da Segurança Social.

Os benefícios previstos nos planos de pensões são os abrangidos pelo «Plano ACT – Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário» e pelo «Plano ACTQ – Acordo Colectivo dos Quadros do Sector Bancário».

A CEMG financia as suas responsabilidades através do fundo de pensões gerido pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Os planos de pensões existentes na CEMG correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

As responsabilidades líquidas da CEMG com pensões de reforma são calculadas semestralmente, com referência a 31 de Dezembro e 30 de Junho de cada ano, pela CEMG, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos activos do Fundo de Pensões.

Os ganhos e perdas actuariais, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos como um activo ou um passivo e o seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor, nos termos definidos para a IAS 19 – Benefícios dos empregados.

Este método estabelece que, os ganhos e perdas actuariais diferidos acumulados no início do período que excedam 10% do maior de entre o total das responsabilidades e do valor do Fundo, também reportados ao início do período, sejam imputados a resultados durante um período que não pode exceder a média da vida de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano. A CEMG determinou que os desvios actuariais são amortizados por um período de 24 anos. Os ganhos e perdas actuariais acumulados que se situem dentro do referido limite (corredor), não são reconhecidos em resultados.

Em cada período, a CEMG reconhece como um custo, na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente; (ii) o custo dos juros; (iii) o rendimento esperado dos activos do Fundo; (iv) uma parte dos ganhos e perdas actuariais determinada com base no referido método do corredor; e (v) o efeito das reformas antecipadas.

Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

A CEMG efectua pagamentos ao Fundo de forma a assegurar a solvência do mesmo, sendo os níveis mínimos fixados pelo Banco de Portugal como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento; e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

A cada data do balanço, a CEMG avalia, a recuperabilidade do eventual excesso do Fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

Benefícios de saúde

Aos trabalhadores bancários é assegurada pela CEMG a assistência médica pelo Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS, entidade autónoma que é gerida pelo Sindicato respectivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou comparticipações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo da CEMG, a verba correspondente a 6,50% do total das remunerações efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações da CEMG com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

Remunerações variáveis aos empregados e órgãos de administração (bónus)

De acordo com a IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (bónus) quando atribuídas aos empregados e aos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

1.15. FISCALIDADE

A CEMG encontra-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 10.º do Código do IRC, tendo tal isenção sido reconhecida por Despacho de 3 de Dezembro de 1993, do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e confirmada pela Lei n.º 10-B/96, de 23 de Março, que aprovou o Orçamento do Estado para 1996.

1.16. PROVISÕES

São reconhecidas provisões quando (i) a CEMG tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

1.17. RECONHECIMENTO DE JUROS

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares, utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares, respectivamente.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro. A taxa de juro efectiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes, para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e rendimentos similares são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

Especificamente no que diz respeito à política de registo dos juros de crédito concedido vencido são considerados os seguintes aspectos:

– os juros de créditos vencidos com garantias reais até que seja atingido o limite de cobertura prudentemente avaliado são registados por contrapartida de resultados de acordo com a IAS 18 – Rédito no pressuposto de que existe uma razoável probabilidade da sua recuperação; e

– a contagem dos juros relativos a crédito vencido há mais de 90 dias que não esteja coberto por garantia real é interrompida, sendo os mesmos apenas reconhecidos quando recebidos por se considerarem, no âmbito da IAS 18 – Rédito, que a sua recuperação é remota.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles classificados como de cobertura do risco de taxa de juro e dos derivados para gestão de certos activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados. A componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura do risco de taxa de juro e dos derivados para gestão de certos activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados é reconhecida nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares.

1.18. RECONHECIMENTO DE RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

– os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicação de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído;

– os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;

– os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

1.19. RECONHECIMENTO DE DIVIDENDOS

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

1.20. RELATO POR SEGMENTOS

Desde 1 de Janeiro de 2009 a CEMG adoptou o IFRS 8 – Segmentos Operacionais para efeitos de divulgação da informação financeira por segmentos operacionais (ver nota 47).

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Os resultados dos segmentos operacionais são periodicamente revistos pela Gestão com vista à tomada de decisões. O Grupo prepara regularmente informação financeira relativa a estes segmentos, a qual é reportada à Gestão.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

1.21. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito. A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

1.22. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela CEMG são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da CEMG e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela CEMG é apresentada nas notas 1.1 a 1.21 às demonstrações financeiras consolidadas.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela CEMG poderiam ser diferentes, caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma adequada a posição financeira da CEMG e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

A CEMG determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. Esta determinação requer julgamento, no qual a CEMG recolhe e avalia toda a informação relevante à formulação da decisão, nomeadamente a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Para o efeito e em consequência da forte volatilidade dos mercados, consideraram-se os seguintes parâmetros como *triggers* da existência de imparidade:

(i) Títulos de capital: desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição ou valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a doze meses;

(ii) Títulos de dívida: sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado (*mark to market*) ou de modelos de avaliação (*mark to model*) os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da CEMG.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Perdas por imparidade no crédito a clientes

A CEMG efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na política contabilística1.5.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida, é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da CEMG.

Investimentos detidos até à maturidade

A CEMG classifica como investimentos detidos até à maturidade os seus activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades definidas, de acordo com os requisitos da IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimentos e Mensuração. Esta classificação requer um nível de julgamento significativo.

No julgamento efectuado, a CEMG avalia a sua intenção e capacidade de deter estes investimentos até à maturidade. Caso a CEMG não detenha estes investimentos até à maturidade, excepto em circunstâncias específicas – por exemplo, alienar uma parte não significativa perto da maturidade – é requerida a reclassificação, para activos financeiros disponíveis para venda de toda a carteira, com a sua consequente mensuração ao justo valor e não ao custo amortizado.

Os activos detidos até à maturidade são objecto de teste sobre a existência de imparidade, o qual segue uma análise e decisão da CEMG. A utilização de metodologias e pressupostos diferentes dos usados nos cálculos efectuados poderia ter impactos diferentes em resultados.

Securitizações e Entidades de Finalidade Especial («SPE's»)

A CEMG utiliza SPE's com o objectivo principal de efectuar operações de securitização de activos e por motivos de liquidez.

A CEMG não consolida os SPE's em que não detém o controlo. Uma vez que pode ser difícil determinar se é exercido o controlo sobre um SPE, é efectuado um julgamento para determinar se a CEMG está exposta aos riscos e benefícios inerentes às actividades do SPE e se tem os poderes de tomada de decisão nesse SPE (política contabilística 1.2).

A decisão de que um SPE tem que ser consolidado pela CEMG requer a utilização de pressupostos e estimativas para apurar os ganhos e perdas residuais e determinar quem retém a maioria desses ganhos e perdas. Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação da CEMG fosse diferente, com impacto directo nos seus resultados.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(milhares de euros)

	NOTAS	2010	2009
Juros e rendimentos similares	3	761 188	871 401
Juros e encargos similares	3	490 240	550 593
MARGEM FINANCEIRA		**270 948**	**320 808**
Rendimentos de instrumentos de capital	4	538	703
Resultados de serviços e comissões	5	89 175	88 719
Encargos com serviços e comissões	5	(15 205)	(13 605)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	6	45 857	28 319
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	7	12 692	1 657
Resultados de reavaliação cambial	8	2 344	2 070
Resultados de alienação de outros activos		(3 363)	389
Outros resultados de exploração	9	16 950	16 657
TOTAL DE PROVEITOS OPERACIONAIS		**419 936**	**445 717**
Custos com pessoal	10	143 457	147 352
Gastos gerais administrativos	11	83 495	79 204
Depreciações e amortizações	12	20 850	20 507
TOTAL DE CUSTOS OPERACIONAIS		**247 802**	**247 063**
Imparidade do crédito	13	110 599	144 490
Imparidade de outros activos	14	12 166	12 037
Outras provisões	15	(84)	154
RESULTADO OPERACIONAL		**49 453**	**41 973**
Resultados por equivalência patrimonial	16	1 954	2 503
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**51 407**	**44 476**

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(milhares de euros)

	NOTAS	2010	2009
ACTIVO			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	17	240 024	305 018
Disponibilidades em outras instituições de crédito	18	74 353	69 870
Aplicações em instituições de crédito	19	338 662	370 938
Crédito a clientes	20	14 554 133	14 682 382
Activos financeiros detidos para negociação	21	130 865	103 195
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	22	3 952	4 192
Activos financeiros disponíveis para venda	23	2 430 568	1 282 417
Derivados de cobertura	24	2 810	5 109
Investimentos detidos até à maturidade	25	58 144	33 523
Investimentos em associadas e outras	26	37 060	40 775
Activos não correntes detidos para venda	27	162 374	128 599
Outros activos tangíveis	28	89 287	91 275
Activos intangíveis	29	18 254	16 151
Outros activos	30	108 804	111 323
TOTAL DO ACTIVO		**18 249 290**	**17 244 767**
PASSIVO			
Recursos de bancos centrais	31	1 540 266	502 353
Recursos de outras instituições de crédito	32	901 742	637 770
Recursos de clientes	33	10 007 563	9 180 858
Reesponsabilidades representadas por títulos	34	3 836 243	4 914 915
Passivos financeiros detidos para negociação	21	53 891	41 724
Derivados de cobertura	24	1 408	598
Provisões	35	1 311	1 490
Outros passivos subordinados	36	380 986	381 043
Outros passivos	37	530 402	597 802
TOTAL DO PASSIVO		**17 253 812**	**16 258 553**
SITUAÇÃO LÍQUIDA			
Capital	38	800 000	760 000
Reservas de justo valor	40	(85 706)	(28 600)
Outras reservas e resultados transitados	39 e 40	229 777	210 338
Resultado líquido do exercício		51 407	44 476
TOTAL DA SITUAÇÃO LÍQUIDA		**995 478**	**986 214**
TOTAL		**18 249 290**	**17 244 767**

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

2. Margem financeira e resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda

As IFRS em vigor exigem a divulgação desagregada da margem financeira, dos resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda, conforme apresentado nas notas 3, 6 e 7. Uma actividade de negócio específica pode gerar impactos quer na rubrica de resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e em activos financeiros disponíveis para venda, quer nas rubricas da margem financeira, pelo que o requisito de divulgação, tal como apresentado, não evidencia a contribuição das diferentes actividades de negócio para a margem financeira e para os resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda.

A análise conjunta destas rubricas é apresentada como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Margem financeira	270 948	320 808
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda	58 549	29 976
	329 497	350 784

3. Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	2010			2009		
	De activos / passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda Euros '000	De activos / passivos ao justo valor através de resultados Euros '000	Total Euros '000	De activos / passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda Euros '000	De activos / passivos ao justo valor através de resultados Euros '000	Total Euros '000
Juros e rendimentos similares:						
Juros de crédito	450 222	–	450 222	557 893	–	557 893
Juros de outras aplicações	11 509	–	11 509	1 729	–	1 729
Juros de depósitos	1 499	–	1 499	1 953	–	1 953
Juros de títulos disponíveis para venda	87 607	–	87 607	60 088	–	60 088
Juros de investimentos detidos até à maturidade	2 432	–	2 432	1 420	–	1 420
Juros de derivados de cobertura	3 799	–	3 799	5 713	–	5 713
Juros de investimentos financeiros detidos para negociação	–	194 034	194 034	–	234 226	234 226
Outros juros e rendimentos similares	10 088	–	10 088	8 379	–	8 379
	567 156	194 034	761 190	637 175	234 226	871 401
Juros e encargos similares:						
Juros de depósitos	141 416	–	141 416	184 711	–	184 711
Juros de títulos emitidos	91 192	–	91 192	126 517	–	126 517
Juros de empréstimos	4 736	–	4 736	7 368	–	7 368
Juros de outros recursos	36 056	–	36 056	22 634	–	22 634
Juros de derivados de cobertura	2 311	–	2 311	3 615	–	3 615
Juros de investimentos financeiros detidos para negociação	–	149 285	149 285	–	189 929	189 929
Outros juros e encargos similares	65 244	–	65 244	15 819	–	15 819
	340 955	149 285	490 240	360 664	189 929	550 593
Margem Financeira	226 199	44 749	270 948	276 511	44 297	320 808

4. Rendimentos de instrumentos de capital

Esta rubrica no montante de Euros 538 000 (2009: Euros 703 000) refere-se a dividendos de activos financeiros disponíveis para venda.

5. Resultados de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Rendimentos de serviços e comissões:		
Por serviços bancários prestados	64 845	60 489
Por operações realizadas por conta de terceiros	8 957	9 195
Por garantias prestadas	5 786	6 535
Outros rendimentos de serviços e comissões	9 587	12 500
	89 175	88 719
Encargos com serviços e comissões:		
Por serviços bancários prestados por terceiros	14 358	12 661
Por operações realizadas com títulos	373	484
Outros encargos com serviços e comissões	474	460
	15 205	13 605
Resultados líquidos de serviços e comissões	73 970	75 114

6. Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica é composto por:

	2010			2009		
	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000
Activos e passivos detidos para negociação						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
de emissores públicos	686	1 140	(454)	49	17	32
de outros emissores	349	1 012	(663)	1 002	66	936
Acções	235	160	75	660	17	643
	1 270	2 312	(1 042)	1 711	100	1 611
Instrumentos financeiros derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	331 042	332 833	(1 791)	112 842	109 941	2 901
Contratos sobre taxas de juro	465 065	436 808	28 257	352 804	345 979	6 825
Contratos sobre créditos (*CDS*)	6 036	6 569	(533)	6 541	6 014	527
Outros	120 227	98 453	21 774	58 081	42 507	15 574
	922 370	874 663	47 707	530 268	504 441	25 827
	923 640	876 975	46 665	531 979	504 541	27 438
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo de outros emissores	–	240	(240)	160	–	160
Passivos financeiros						
Recursos de instituições de crédito	1 247	382	865	1 237	760	477
Recursos de clientes	677	356	321	521	795	(274)
Débitos representados por títulos	242	–	242	4 946	2 020	2 926
Outros passivos subordinados	34 974	36 970	(1 996)	35 515	37 923	(2 408)
	37 140	37 708	(568)	42 219	41 498	721
	960 780	914 923	45 857	574 358	546 039	28 319

7. Resultados de activos financeiros disponíveis para venda

O valor desta rubrica é composto por:

	2010			2009		
	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	5 094	3 290	1 804	1 005	2	1 003
De outros emissores	8 636	1 479	7 157	851	413	438
Acções	2 673	15	2 658	218	49	169
Outros títulos de rendimento variável	2 918	1 845	1 073	413	366	47
	19 321	6 629	12 692	2 487	830	1 657

8. Resultados de reavaliação cambial

O valor desta rubrica é composto por:

	2010			2009		
	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000
Reavaliação cambial	17 154	14 810	2 344	30 469	28 399	2 070

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística 1.3.

9. Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Outros proveitos de exploração:		
Prestação de serviços	5 374	4 578
Reembolso de despesas	2 144	1 541
Proveitos na gestão de contas de depósitos à ordem	7 821	7 574
Dívida readquirida	6 646	7 191
Outros	2 605	2 809
	24 590	23 693
Outros custos de exploração:		
Impostos	153	131
Donativos e quotizações	462	423
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	1 662	1 748
Outros	5 363	4 734
	7 640	7 036
Outros resultados líquidos de exploração	16 950	16 657

10. Custos com o pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Remunerações	105 143	105 633
Contribuições para o SAMS	5 833	6 349
Encargos sociais obrigatórios	8 148	7 924
Outros encargos com fundo de pensões	21 030	24 073
Outros custos	3 303	3 373
	143 457	147 352

As contribuições para o SAMS incluem o montante de Euros 714 000 (2009: Euros 705 000) relativo ao custo do ano com benefícios de saúde pós-emprego, o qual foi determinado com base no estudo actuarial efectuado (ver nota 44).

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão da CEMG, durante o exercício de 2010, são apresentados como segue:

	Conselho de Administração Euros '000	Outro pessoal chave da gestão Euros '000	Total Euros '000
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	1 230	4 253	5 483
Custos com pensões de reforma e SAMS	6	159	165
Remunerações variáveis	–	234	234
	1 236	4 646	5 882

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão da CEMG, durante o exercício de 2009, são apresentados como segue:

	Conselho de Administração Euros '000	Outro pessoal chave da gestão Euros '000	Total Euros '000
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	843	3 876	4 719
Custos com pensões de reforma e SAMS	6	164	170
Remunerações variáveis	144	496	640
	993	4 536	5 529

Considera-se outro pessoal chave da gestão os Directores de primeira linha da CEMG.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o valor do crédito concedido pela CEMG ao pessoal chave da gestão ascendia a Euros 5 046 000 e Euros 4 685 000, respectivamente.

O efectivo médio de trabalhadores ao serviço da CEMG durante os exercícios de 2010 e 2009, distribuído por grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

	2010	2009
Direcção e coordenação	127	125
Chefia e gerência	494	512
Técnicos	654	662
Específicos	139	144
Administrativos	1 362	1 418
Auxiliares	66	74
	2 842	2 935

11. Gastos gerais administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Rendas e alugueres	20 307	24 613
Serviços especializados		
Informática	10 506	3 748
Trabalho independente	3 523	3 659
Outros serviços especializados	12 880	13 471
Publicidade e publicações	6 600	3 578
Comunicações e expedição	8 605	8 229
Água, energia e combustíveis	4 261	3 706
Conservação e reparação	5 462	4 754
Transportes	3 327	3 501
Seguros	1 894	2 881
Deslocações, estadias e despesas de representação	1 112	1 187
Material de consumo corrente	1 481	1 756
Formação	572	718
Outros gastos administrativos	2 965	3 403
	83 495	79 204

A rubrica Rendas e alugueres inclui o montante de Euros 15 621 000 (2009: Euros 15 764 000) correspondente a rendas pagas sobre imóveis utilizados pela CEMG na condição de inquilino.

Os honorários facturados durante o exercício de 2010 e 2009 pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, de acordo com o disposto no art.º 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais, detalham-se como se segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Revisão legal das contas anuais	86	113
Outros serviços de garantia de fiabilidade	163	148
Consultoria fiscal	73	94
Outros serviços que não sejam de revisão ou auditoria	1 111	465
	1 433	820

12. Depreciações e amortizações

O valor desta rubrica é composto por:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Activos intangíveis:		
Software	7 776	8 338
Outros activos tangíveis:		
Imóveis	3 352	3 269
Equipamento:		
Mobiliário e material	573	614
Máquinas e ferramentas	57	92
Equipamento informático	6 307	5 737
Instalações interiores	1 585	1 741
Equipamento de transporte	9	9
Equipamento de segurança	434	229
Locação operacional	757	478
	13 074	12 169
	20 850	20 507

13. Imparidade do crédito

O valor desta rubrica é composto por:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Imparidade do crédito:		
Dotação do exercício	525 338	527 206
Reversão do exercício	(412 347)	(379 432)
Recuperações de crédito e juros	(2 376)	(3 308)
	110 615	144 466
Aplicações em instituições de crédito:		
Dotação do exercício	104	162
Reversão do exercício	(120)	(138)
	(16)	24
	110 599	144 490

14. Imparidade de outros activos

O valor desta rubrica é composto por:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Imparidade para activos não correntes detidos para venda:		
Dotação do exercício	13 845	10 088
Reversão do exercício	(3 831)	(183)
	10 014	9 905
Imparidade para títulos:		
Dotação do exercício	3 515	2 398
Reversão do exercício	(1 363)	(266)
	2 152	2 132
	12 166	12 037

15. Outras provisões

O valor desta rubrica é composto por:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Provisões para outros riscos e encargos:		
Dotação do exercício	586	416
Reversão do exercício	(670)	(262)
	(84)	154

16. Resultados por equivalência patrimonial

Os contributos na rubrica de rendimento de imobilizações financeiras pelo método de apropriação por equivalência patrimonial são analisados como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	230	1 267
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	1 773	1 290
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	(49)	(54)
	1 954	2 503

17. Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica é analisada como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Caixa	95 641	99 128
Banco de Portugal	144 383	205 890
	240 024	305 018

A rubrica Banco de Portugal inclui depósitos de carácter obrigatório, que têm como objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 2818/98 do Banco Central Europeu, de 1 de Dezembro de 1998, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

Em 31 de Dezembro de 2010, a taxa de remuneração média destes depósitos ascendia a 1% (2009: 1,35%).

18. Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Em instituições de crédito no país	16 372	18 260
Em instituições de crédito no estrangeiro	12 209	9 433
Valores a cobrar	45 772	42 177
	74 353	69 870

A rubrica Valores a cobrar representa, essencialmente, cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito e que se encontram em cobrança.

19. Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Aplicações sobre instituições de crédito no país		
Depósitos	205	245
Aplicações de muito curto prazo	260 003	–
Outras aplicações	10 000	50 014
	270 208	50 259
Aplicações sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	112	159
Aplicações de muito curto prazo	–	280 000
Outras aplicações	68 392	40 586
	68 504	320 745
	338 712	371 004
Imparidade para riscos de crédito sobre instituições de crédito	(50)	(66)
	338 662	370 938

As principais aplicações em instituições de crédito no país, em 31 de Dezembro de 2010, vencem juros à taxa média anual de 1,37% (2009: 1%).

Os depósitos em instituições de crédito no estrangeiro vencem juros às taxas dos mercados internacionais onde a CEMG opera.

A análise da rubrica Aplicações em instituições de crédito pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Até 3 meses	301 495	285 686
3 meses até 6 meses	–	50 014
6 meses até 1 ano	34 900	34 900
Mais de 5 anos	2 205	299
Duração indeterminada	112	105
	338 712	371 004

Os movimentos ocorridos no exercício como perdas por imparidade para riscos de crédito sobre instituições de crédito são apresentados como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Imparidade para riscos de crédito sobre instituições de crédito:		
Saldo em 1 de Janeiro	66	42
Dotação do exercício	104	162
Reversão do exercício	(120)	(138)
Saldo em 31 de Dezembro	50	66

20. Créditos a clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Crédito interno:		
A empresas		
Empréstimo	1 388 583	1 249 077
Créditos em conta corrente	2 106 934	2 309 633
Locação financeira	229 348	203 803
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	87 087	121 695
Factoring	109 683	76 807
Descobertos em depósitos à ordem	9 134	5 274
Outros créditos	756 961	681 904
A particulares		
Habitação	8 937 169	9 106 948
Locação financeira	45 001	36 411
Consumo e outros créditos	828 554	803 137
	14 498 454	14 594 689
Crédito ao exterior:		
A empresas		
Descobertos em depósitos à ordem	–	18
	14 498 454	14 594 707
Crédito e juros vencidos:		
Menos de 90 dias	90 750	73 470
Mais de 90 dias	486 740	508 118
	577 490	581 588
	15 075 944	15 176 295
Imparidade para riscos de crédito	(521 811)	(493 913)
	14 554 133	14 682 382

Em 31 de Dezembro de 2010, o valor do crédito a clientes (líquido de imparidade), inclui o montante de Euros 285 895 000 (2009: Euros 318 961 000), referente a operações de securitização em que, e de acordo com a politica contabilística 1.2, os SPE's consolidam na CEMG (ver nota 46). Os passivos associados a estas operações de securitização foram reconhecidos como Responsabilidades representados por títulos (ver nota 34).

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica Crédito a clientes inclui Euros 1 000 000 000 relativo a créditos afectos à emissão de obrigações hipotecárias, realizadas pela CEMG, conforme nota 34.

A CEMG procedeu em Julho de 2009, à primeira emissão de obrigações hipotecárias, com um montante de Euros 1 000 000 000 e um prazo de 3 anos. A operação foi efectuada ao abrigo do Programa de Emissão de Obrigações Hipotecárias da CEMG. A taxa de juro da emissão é de 3,25%.

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica Habitação incluía o montante de Euros 387 183 000 (2009: Euros 428 147 000) aproximadamente, relativo a créditos que foram objecto de securitização e que de acordo com a política contabilística 1.5 não foram objecto de desreconhecimento. Este montante encontra-se igualmente registado nas contas de passivo, na rubrica Passivos financeiros associados a activos transferidos, conforme referido na nota 37.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica Crédito e juros vencidos há mais de 90 dias, inclui os designados «créditos arrematados» no montante de Euros 1 532 000. Os «créditos arrematados» correspondem a dívidas vencidas há mais de três anos em que se extinguiu o vínculo contratual com o anterior mutuário em virtude de arrematação ou adjudicação da caução, declaração de falência ou dação, mas que ainda se encontram pendentes de diligências judiciais.

A rubrica Crédito a clientes corresponde na sua maioria a contratos de crédito a taxa variável.

A análise da rubrica Crédito a clientes, por prazos de maturidade e por tipo de cliente, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, é a seguinte:

	Crédito a clientes				
	Até 1 ano Euros '000	De 1 a 5 anos Euros '000	A mais de 5 anos Euros '000	Indeterminado Euros '000	Total Euros '000
Crédito com garantias reais	440 557	1 951 681	9 855 180	466 714	12 714 132
Crédito com outras garantias	617 575	183 750	198 000	44 373	1 043 698
Crédito sem garantias	539 821	123 202	252 793	60 327	976 143
Crédito ao sector público	18 164	56	43 326	211	61 757
Crédito em locação	2 850	116 347	155 152	5 865	280 214
	1 618 967	2 375 036	10 504 451	577 490	15 075 944

A análise da rubrica Crédito a clientes, por prazos de maturidade e por tipo de crédito, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, é a seguinte:

	Crédito a clientes				
	Até 1 ano Euros '000	De 1 a 5 anos Euros '000	A mais de 5 anos Euros '000	Indeterminado Euros '000	Total Euros '000
Crédito com garantias reais	455 186	2 295 521	9 921 728	452 576	13 125 011
Crédito com outras garantias	569 351	172 650	163 416	49 506	954 923
Crédito sem garantias	357 020	110 770	259 038	69 227	796 055
Crédito ao sector público	656	239	48 900	254	50 049
Crédito sobre o estrangeiro	18	–	–	–	18
Crédito em locação	232	91 175	148 807	10 025	250 239
	1 382 463	2 670 355	10 541 889	581 588	15 176 295

O crédito em locação, em 31 de Dezembro de 2010, em termos de prazos residuais é apresentado como segue:

	Crédito em locação			
	Até 1 ano Euros '000	De 1 a 5 anos Euros '000	A mais de 5 anos Euros '000	Total Euros '000
Rendas vincendas	57 430	109 276	137 829	304 535
Juros vincendos	(10 104)	(20 613)	(30 269)	(60 986)
Valores residuais	3 906	9 029	17 865	30 800
	51 232	97 692	125 425	274 349

O crédito em locação, em 31 de Dezembro de 2009, em termos de prazos residuais é apresentado como segue:

	Crédito em locação			
	Até 1 ano Euros '000	De 1 a 5 anos Euros '000	A mais de 5 anos Euros '000	Total Euros '000
Rendas vincendas	49 580	116 482	93 464	259 526
Juros vincendos	(820)	(18 631)	(21 886)	(41 337)
Valores residuais	817	9 973	11 235	22 025
	49 577	107 824	82 813	240 214

A análise da rubrica Crédito e juros vencidos por tipo de crédito, é a seguinte:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Crédito com garantias reais	466 714	452 576
Crédito com outras garantias	44 373	49 506
Crédito sem garantias	60 327	69 227
Crédito ao sector público	211	254
Crédito em locação	5 865	10 025
	577 490	581 588

A análise da rubrica Crédito e juros vencidos, de acordo com o tipo de cliente, é a seguinte:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Empresas:		
Construção/Produção	146 973	144 921
Investimento	54 383	52 602
Tesouraria	44 031	53 208
Outras finalidades	2 472	3 047
Particulares:		
Habitação	268 443	262 286
Crédito ao consumo	7 179	5 931
Outras finalidades	32 586	32 788
Sector Público Administrativo	211	254
Outros Segmentos	21 212	26 551
	577 490	581 588

Os movimentos por imparidade para riscos de crédito são analisados como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Imparidade para riscos de crédito:		
Saldo em 1 de Janeiro	493 913	383 921
Dotação do exercício	525 338	527 206
Reversão do exercício	(412 347)	(379 432)
Utilização de imparidade	(85 093)	(37 782)
Saldo em 31 de Dezembro	521 811	493 913

Em conformidade com a política da CEMG, os juros sobre crédito vencido há mais de 90 dias, que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

A imparidade para riscos de crédito, por tipo de crédito, é analisada como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Crédito com garantias reais	409 894	407 430
Crédito com outras garantias	43 103	24 415
Crédito sem garantias	68 814	62 068
	521 811	493 913

A anulação de crédito por utilização da respectiva imparidade, analisada por tipo de crédito, é a seguinte:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Crédito com garantias reais	51 907	22 139
Crédito com outras garantias	13 615	6 081
Crédito sem garantias	19 571	9 562
	85 093	37 782

As utilizações da imparidade para riscos de crédito correspondem a *write-offs* efectuados durante o exercício de 2010, em conformidade com a Carta-Circular n.º 15/2009, do Banco de Portugal.

A análise da recuperação de créditos e juros, efectuada no decorrer do exercício entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2010 e durante o exercício de 2009, ascendeu ao montante de Euros 2 376 000 e Euros 3 308 000, respectivamente, relacionada com a recuperação de crédito com garantias reais, conforme mencionado na nota 13.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o detalhe da imparidade determinada de acordo com a política contabilística descrita na nota 1.5, apresenta-se como segue:

	2010						
	Imparidade calculada em base individual		Imparidade calculada em base *portfolio*		Total		
	Valor do crédito Euros '000	Imparidade Euros '000	Valor do crédito Euros '000	Imparidade Euros '000	Valor do crédito Euros '000	Imparidade Euros '000	Crédito líquido de imparidade Euros '000
Crédito a empresas	925 863	176 451	4 031 149	209 744	4 957 012	386 195	4 570 817
Crédito a particulares – habitação	–	–	9 205 612	116 888	9 205 612	116 888	9 088 724
Crédito a particulares – Outro	–	–	913 320	18 728	913 320	18 728	894 592
	925 863	176 451	14 150 081	345 360	15 075 944	521 811	14 554 133

	2009						
	Imparidade calculada em base individual		Imparidade calculada em base *portfolio*		Total		
	Valor do crédito Euros '000	Imparidade Euros '000	Valor do crédito Euros '000	Imparidade Euros '000	Valor do crédito Euros '000	Imparidade Euros '000	Crédito líquido de imparidade Euros '000
Crédito a empresas	1 085 531	167 948	4 302 436	171 707	5 385 967	339 655	5 046 312
Crédito a particulares – habitação	1 023	43	9 106 948	127 418	9 107 971	127 461	8 980 510
Crédito a particulares – Outro	7 585	7 493	674 772	19 304	682 357	26 797	655 560
	1 092 139	175 484	14 084 156	318 429	15 176 295	493 913	14 682 382

A análise do justo valor dos colaterais associados à carteira de crédito sobre clientes é apresentada como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Crédito com imparidade:		
Individualmente significativos:		
Títulos e outros activos financeiros	62 233	60 962
Imóveis residenciais (Crédito à habitação)	4 802	7 872
Outros imóveis (Construção civil)	1 157 645	1 349 797
Outras garantias	19 003	28 216
	1 243 683	1 446 847
Análise paramétrica:		
Títulos e outros activos financeiros	39 486	31 173
Imóveis residenciais (Crédito à habitação)	2 056 510	2 044 393
Outros imóveis (Construção civil)	850 227	885 526
Outras garantias	63 130	50 269
	3 009 353	3 011 361
Crédito sem imparidade:		
Títulos e outros activos financeiros	590 373	509 751
Imóveis residenciais (Crédito à habitação)	14 326 035	14 209 225
Outros imóveis (Construção civil)	3 666 409	4 430 478
Outras garantias	94 675	80 483
	18 677 492	19 229 937
	25 930 528	23 688 145

21. Activos e passivos financeiros detidos para negociação

A rubrica Activos e passivos financeiros detidos para negociação é analisada como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Activos financeiros detidos para negociação:		
Títulos		
Acções	2 805	1 380
Obrigações	3 192	5 772
	5 997	7 152
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	124 868	96 043
	130 865	103 195
Passivos financeiros detidos para negociação:		
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	53 891	41 724

A carteira de negociação é valorizada ao justo valor de acordo com a política contabilística 1.6. Conforme a referida política contabilística, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

Conforme disposto na IFRS 7, os activos financeiros detidos para negociação são mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

- Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou *providers*.
- Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado.
- Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação encontram-se valorizados de acordo com os preços de mercado ou *providers* e com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado. Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização, conforme disposto na IFRS 7, estes instrumentos estarão categorizados nos níveis 1 e 2.

A análise da carteira de títulos detidos para negociação por maturidades em 31 de Dezembro de 2010 é apresentada como segue:

	2010				
	Inferior a três meses Euros '000	**Entre três meses e um ano Euros '000**	**Superior a um ano Euros '000**	**Indeterminado Euros '000**	**Total Euros '000**
Títulos de rendimento variável:					
Acções de empresas					
Nacionais	–	–	–	464	464
Estrangeiros	–	–	–	2 341	2 341
	–	–	–	2 805	2 805
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações					
De outros emissores	–	–	3 192	–	3 192
	–	–	3 192	2 805	5 997
Cotados	–	–	3 192	2 805	5 997

A análise da carteira de títulos detidos para negociação por maturidades em 31 de Dezembro de 2009 é apresentada como segue:

	2009				
	Inferior a três meses Euros '000	**Entre três meses e um ano Euros '000**	**Superior a um ano Euros '000**	**Indeterminado Euros '000**	**Total Euros '000**
Títulos de rendimento variável:					
Acções de empresas					
Nacionais	–	–	–	663	663
Estrangeiros	–	–	–	717	717
	–	–	–	1 380	1 380
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações					
De outros emissores	–	–	5 772	–	5 772
	–	–	5 772	1 380	7 152
Cotados	–	–	5 772	1 380	7 152

O valor de balanço dos activos e passivos ao justo valor através de resultados em 31 de Dezembro de 2010, pode ser analisado como segue:

		2010						
		Derivado			Activo / Passivo associado			
Produto derivado	**Activo/Passivo financeiro associado**	***Nocional* Euros '000**	**Justo valor Euros '000**	**Variação de justo valor no ano Euros '000**	**Justo Valor Euros '000**	**Variação de justo valor no ano Euros '000**	**Valor de balanço Euros '000**	**Valor de reembolso na maturidade Euros '000**
Swap de taxa de juro	Emissão de obrigações	605 000	25 379	2 617	(36 223)	(48 475)	302 500	302 500
Swap de taxa de juro	Depósitos	3 609 775	17 386	13 230	12 954	11 593	2 013 304	2 013 304
Swap de taxa de juro	Recursos	490 052	12 263	(3 102)	(2 757)	(13 319)	247 113	247 113
Swap de taxa de juro	Titularização	10 717 877	(1 834)	(2 168)	–	–	–	–
Swap de taxa de juro	Obrigações hipotecárias	11 890 474	18 023	7 891	(7 617)	(8 061)	1 000 000	1 000 000
Swap cambial	Emissão de dívida	538 428	(255)	(1 672)	–	–	–	–
Futuros	–	14 298	(1)	(1)	–	–	–	–
Opções	Depósitos a prazo e recursos	70 586	753	169	–	–	–	–
Credit Default Swaps	–	89 710	(737)	(306)	–	–	–	–
		28 026 200	70 977	16 658	(33 643)	(58 262)	3 562 917	3 562 917

O valor de balanço dos activos e passivos ao justo valor através de resultados em 31 de Dezembro de 2009, pode ser analisado como segue:

		2009						
		Derivado			Activo / Passivo associado			
Produto derivado	**Activo/Passivo financeiro associado**	***Nocional* Euros '000**	**Justo valor Euros '000**	**Variação de justo valor no ano Euros '000**	**Justo Valor Euros '000**	**Variação de justo valor no ano Euros '000**	**Valor de balanço Euros '000**	**Valor de reembolso na maturidade Euros '000**
Swap de taxa de juro	Emissão de obrigações	605 000	22 762	14 110	12 252	(10 583)	302 500	302 500
Swap de taxa de juro	Depósitos	2 070 643	4 156	3 324	2 361	(1 423)	948 692	948 692
Swap de taxa de juro	Recursos	733 572	15 365	8 952	10 562	2 760	386 471	386 471
Swap de taxa de juro	Titularização	7 188 322	334	(3 699)	–	–	–	–
Swap de taxa de juro	Obrigações hipotecárias	9 239 330	10 132	10 132	444	(444)	1 000 000	1 000 000
Swap cambial	Emissão de dívida	381 270	1 417	4 002	–	(1 128)	–	–
Futuros	–	2 432	–	2	–	–	–	–
Opções	Depósitos a prazo e recursos	76 540	584	612	–	–	–	–
Credit Default Swaps	–	87 410	(431)	(170)	–	–	–	–
		20 384 519	54 319	37 265	25 619	(10 818)	2 637 663	2 637 663

A análise dos instrumentos financeiros derivados de negociação por maturidade em 31 de Dezembro de 2010, é a seguinte:

	2010					
	Nocionais com prazo remanescente				Justo valor	
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000	Activo Euros '000	Passivo Euros '000
Contratos sobre taxas de juro:						
Swap de taxa de juro	31 000	201 184	27 080 994	27 313 178	119 941	48 724
Opções	10 500	–	60 086	70 586	2 011	1 258
Contratos sobre taxas de câmbio:						
Swap cambial	529 439	–	8 989	538 428	1 975	2 230
Contratos sobre índices:						
Futuros de índices	14 298	–	–	14 298	–	1
Contratos sobre crédito:						
Credit default swaps	–	–	89 710	89 710	941	1 678
	585 237	201 184	27 239 779	28 026 200	124 868	53 891

A análise dos instrumentos financeiros derivados de negociação por maturidade em 31 de Dezembro de 2009, é a seguinte:

	2009					
	Nocionais com prazo remanescente				Justo valor	
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000	Activo Euros '000	Passivo Euros '000
Contratos sobre taxas de juro:						
Swap de taxa de juro	187 000	356 800	19 293 067	19 836 867	90 055	37 306
Opções	250	50 300	25 990	76 540	1 209	625
Contratos sobre taxas de câmbio:						
Swap cambial	381 270	–	–	381 270	4 191	2 774
Contratos sobre índices:						
Futuros de índices	2 432	–	–	2 432	–	–
Contratos sobre crédito:						
Credit default swaps	–	1 000	86 410	87 410	588	1 019
	570 952	408 100	19 405 467	20 384 519	96 043	41 724

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados incluem a valorização dos derivados embutidos destacados de acordo com a política contabilística 1.4 no montante de Euros 6 276 000 (2009: Euros 4 956 000).

22. Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica no montante de Euros 3 952 000 (2009: Euros 4 192 000) refere-se na sua totalidade a obrigações e outros títulos de rendimento fixo de outros emissores.

A opção da CEMG em designar estes activos ao justo valor através de resultados, à luz da IAS 39, conforme política contabilística 1.6, está de acordo com a estratégia documentada de gestão da CEMG, considerando que (i) estes activos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) que estes activos contêm instrumentos derivados embutidos.

Os activos financeiros ao justo valor através de resultados encontram-se valorizados de acordo com os preços de mercado dos *providers*. Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização, conforme disposto na IFRS 7, estes instrumentos estarão categorizados no nível 1.

A 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a carteira de títulos incluídos na rubrica Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados encontra-se cotada e com uma maturidade superior a um ano.

23. Activos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica é analisada como segue:

	2010				
		Reserva de justo valor			
	Custo (1) Euros '000	Positiva Euros '000	Negativa Euros '000	Perdas por imparidade Euros '000	Valor de balanço Euros '000
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos:					
Nacionais	1 075 466	2 155	(30 457)	–	1 047 164
Estrangeiros	114 501	365	(4 468)	–	110 398
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	465 122	487	(13 342)	(1 284)	450 983
Estrangeiros	622 608	1 336	(41 865)	(15 608)	566 471
Papel comercial	242 634	–	–	(997)	241 637
Títulos de rendimento variável:					
Acções de empresas					
Nacionais	3 865	190	(31)	(279)	3 745
Estrangeiros	4 123	78	(124)	(947)	3 130
Unidades de participação	7 127	270	(300)	(57)	7 040
	2 535 446	4 881	(90 587)	(19 172)	2 430 568

(1) Custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida.

	2009				
		Reserva de justo valor			
	Custo (1) Euros '000	Positiva Euros '000	Negativa Euros '000	Perdas por imparidade Euros '000	Valor de balanço Euros '000
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos:					
Estrangeiros	7 954	125	(19)	–	8 060
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	312 574	3 321	(1 850)	(1 640)	312 405
Estrangeiros	792 764	2 469	(33 910)	(17 116)	744 207
Papel comercial	203 534	–	–	(998)	202 536
Títulos de rendimento variável:					
Acções de empresas					
Nacionais	4 505	99	(10)	(321)	4 273
Estrangeiros	2 513	523	–	(746)	2 290
Unidades de participação	10 831	1 097	(445)	(2 837)	8 646
	1 334 675	7 634	(36 234)	(23 658)	1 282 417

(1) Custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida.

Conforme descrito na política contabilística apresentada na nota 1.6 a carteira de activos disponíveis para venda é apresentada ao seu valor de mercado sendo as variações de justo valor registadas por contrapartida de capitais próprios, conforme nota 39. A CEMG avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de activos disponíveis para venda seguindo os critérios de julgamento descritos na política contabilística 1.22.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda são analisados como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Imparidade para títulos:		
Saldo em 1 de Janeiro	23 658	24 987
Dotação do exercício	3 515	2 398
Reversão do exercício	(1 363)	(266)
Utilização de imparidade	(6 638)	(3 461)
Saldo em 31 de Dezembro	19 172	23 658

Durante o exercício de 2010 e conforme referido na política contabilística 1.6, foram repostas perdas por imparidade, no montante de Euros 4 486 000.

A análise dos activos financeiros disponíveis para venda por maturidade em 31 de Dezembro de 2010, é a seguinte:

	2010				
	Inferior a três meses Euros '000	**Entre três meses e um ano Euros '000**	**Superior a um ano Euros '000**	**Indeterminado Euros '000**	**Total Euros '000**
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos:					
Nacionais	19 881	133 310	893 973	–	1 047 164
Estrangeiros	25 250	3 007	82 141	–	110 398
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	2 347	16 247	432 389	–	450 983
Estrangeiros	9 419	21 325	535 183	544	566 471
Papel comercial	211 324	30 313	–	–	241 637
	268 221	204 202	1 943 686	544	2 416 653
Títulos de rendimento variável:					
Acções de empresas					
Nacionais	–	–	–	3 745	3 745
Estrangeiras	–	–	–	3 130	3 130
Unidades de participação	–	–	–	7 040	7 040
	–	–	–	13 915	13 915
	268 221	204 202	1 943 686	14 459	2 430 568

A análise dos activos financeiros disponíveis para venda por maturidade em 31 de Dezembro de 2009, é a seguinte:

	2009				
	Inferior a três meses Euros '000	**Entre três meses e um ano Euros '000**	**Superior a um ano Euros '000**	**Indeterminado Euros '000**	**Total Euros '000**
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos:					
Estrangeiros	–	–	8 060	–	8 060
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	–	14 262	298 143	–	312 405
Estrangeiros	74 169	145 188	514 505	10 345	744 207
Papel comercial	172 401	30 135	–	–	202 536
	246 570	189 585	820 708	10 345	1 267 208
Títulos de rendimento variável:					
Acções de empresas					
Nacionais	–	1 472	–	2 801	4 273
Estrangeiras	–	–	–	2 290	2 290
Unidades de participação	1 450	–	–	7 196	8 646
	1 450	1 472	–	12 287	15 209
	248 020	191 057	820 708	22 632	1 282 417

A CEMG reconhece imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda sempre que se verifique uma quebra prolongada ou significativa no seu justo valor ou quando se prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. Esta avaliação implica julgamento, no qual a CEMG tem em consideração entre outros factores, a volatilidade dos preços dos títulos.

Assim, como consequência do reduzido nível de liquidez e da significativa volatilidade dos mercados financeiros, os seguintes factores foram tidos em consideração na determinação da existência de imparidade:

– Instrumentos de capital: (i) desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição; ou (ii) valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a 12 meses;

– Instrumentos de dívida: sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos.

Conforme descrito na política contabilística 1.6, a carteira de activos financeiros disponíveis para venda é apresentada líquida da reserva de justo valor e de imparidade nos montantes de Euros 87 706 00 e de Euros 19 172 000 (2009: Euros 28 600 000 e de Euros 23 658 000), respectivamente.

Esta rubrica, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é desagregada da seguinte forma:

	2010			2009		
	Cotados Euros '000	**Não cotados Euros '000**	**Total Euros '000**	**Cotados Euros '000**	**Não cotados Euros '000**	**Total Euros '000**
Títulos de rendimento fixo:						
Obrigações de emissores públicos:						
Nacionais	1 047 164	–	1 047 164	–	–	–
Estrangeiros	110 398	–	110 398	8 060	–	8 060
Obrigações de outros emissores:						
Nacionais	423 667	27 316	450 983	284 645	27 760	312 405
Estrangeiros	562 081	4 390	566 471	744 207	–	744 207
Papel comercial	–	241 637	241 637	–	202 536	202 536
Títulos de rendimento variável:						
Acções de empresas						
Nacionais	861	2 884	3 745	700	3 573	4 273
Estrangeiros	2 972	158	3 130	2 132	158	2 290
Unidades de participação	7 040	–	7 040	8 646	–	8 646
	2 154 183	276 385	2 430 568	1 048 390	234 027	1 282 417

24. Derivados de cobertura

Esta rubrica é analisada como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Activo:		
Swaps de taxa de juro	2 810	5 109
Passivo:		
Swaps de taxa de juro	1 408	598

Os derivados de cobertura encontram-se valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado. Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização, conforme disposto na IFRS 7, estes instrumentos estarão categorizados no nível 2.

A CEMG contrata instrumentos financeiros derivados para cobrir a sua exposição ao risco de taxa de juro. O tratamento contabilístico depende da natureza do risco coberto, nomeadamente se a CEMG está exposta às variações de justo valor, ou a variações de fluxos de caixa, ou se encontra perante coberturas de transacções futuras.

A CEMG realiza periodicamente testes de efectividade das relações de cobertura existentes.

O ajustamento sobre os riscos financeiros cobertos efectuado às rubricas do activo e do passivo que incluem itens cobertos é analisado como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Recursos de outras instituições de crédito	864	477
Responsabilidades representadas por títulos	242	2 926
Recursos de clientes	271	(318)
	1 377	3 085

A análise da carteira de derivados de cobertura por maturidades em 31 de Dezembro de 2010, é a seguinte:

	2010							
	***Nocionais* por prazo remanescente**				**Justo valor**			
	Inferior a três meses Euros '000	**Entre três meses e um ano Euros '000**	**Superior a um ano Euros '000**	**Total Euros '000**	**Inferior a três meses Euros '000**	**Entre três meses e um ano Euros '000**	**Superior a a um ano Euros '000**	**Total Euros '000**
Derivados de cobertura de justo valor com risco de taxa de juro:								
Swap de taxa de juro	20 000	80 000	115 000	215 000	147	1 394	(139)	1 402

A análise da carteira de derivados de cobertura por maturidades em 31 de Dezembro de 2009, é a seguinte:

	2009							
	***Nocionais* por prazo remanescente**				**Justo valor**			
	Inferior a três meses Euros '000	**Entre três meses e um ano Euros '000**	**Superior a um ano Euros '000**	**Total Euros '000**	**Inferior a três meses Euros '000**	**Entre três meses e um ano Euros '000**	**Superior a um ano Euros '000**	**Total Euros '000**
Derivados de cobertura de justo valor com risco de taxa de juro:								
Swap de taxa de juro	–	44 000	155 000	199 000	1 168	–	3 343	4 511

As operações de cobertura de justo valor em 31 de Dezembro de 2010, podem ser analisadas como segue:

			2010				
Produto derivado	**Produto coberto**	**Risco coberto**	***Nocional* Euros '000**	**Justo valor do derivado (2) Euros '000**	**Variação do justo valor do derivado no ano Euros '000**	**Justo valor do elemento coberto (1) Euros '000**	**Variação do justo valor do elemento coberto no ano (1) Euros '000**
Swap de taxa de juro	Depósitos de clientes	Taxa de juro	44 000	396	(302)	371	(271)
Swap de taxa de juro	Recursos	Taxa de juro	80 000	2 091	(1 995)	1 097	(1 106)
Swap de taxa de juro	EMTN	Taxa de juro	95 000	(1 085)	(812)	(298)	(212)
Swap de taxa de juro	Emissão de dívida	Taxa de juro	–	–	–	–	–
			215 000	1 402	(3 109)	(1 170)	(1 589)

(1) Atribuível ao risco coberto.

(2) Inclui o juro corrido.

As operações de cobertura de justo valor em 31 de Dezembro de 2009, podem ser analisadas como segue:

			2009				
Produto derivado	**Produto coberto**	**Risco coberto**	***Nocional* Euros '000**	**Justo valor do derivado (2) Euros '000**	**Variação do justo valor do derivado no ano Euros '000**	**Justo valor do elemento coberto (1) Euros '000**	**Variação do justo valor do elemento coberto no ano (1) Euros '000**
Swap de taxa de juro	Depósitos de clientes	Taxa de juro	44 000	4 086	492	642	146
Swap de taxa de juro	Recursos	Taxa de juro	120 000	–	–	2 203	(221)
Swap de taxa de juro	EMTN	Taxa de juro	35 000	698	541	(86)	(86)
Swap cambial	Emissão de dívida	Taxa de juro	–	(273)	(3 015)	–	(3 011)
			199 000	4 511	(1 982)	2 759	(3 172)

(1) Atribuível ao risco coberto.

(2) Inclui o juro corrido.

25. Investimentos detidos até à maturidade

Esta rubrica é analisada como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Títulos de rendimento fixo:		
Obrigações de emissores públicos nacionais	44 111	18 573
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	14 033	14 950
	58 144	33 523

A CEMG avaliou com referência a 31 de Dezembro de 2010, a existência de evidência objectiva da imparidade na sua carteira de investimentos detida até à maturidade, não tendo identificado eventos com impacto no montante recuperável dos fluxos de caixa futuros desses investimentos.

Os títulos detidos até à maturidade podem ser analisados, à data de 31 de Dezembro de 2010, como segue:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Euros '000
OT – Setembro 98/23-09-2013	Maio 1998	Setembro 2013	Taxa fixa de 5,450%	96
OT – Junho 02/15-06-2012	Fevereiro 2002	Junho 2012	Taxa fixa de 5,000%	32 076
OT – Junho 01/15-06-2011	Março 2001	Junho 2011	Taxa fixa de 5,150%	1 037
OT – Outubro 05/15-10-2015	Julho 2005	Outubro 2015	Taxa fixa de 3,350%	5 977
OT – Abril 05/15-04-2011	Novembro 2005	Abril 2011	Taxa fixa de 3,200%	4 925
Buoni Poliennali Del Tes. 06/2011	Março 2006	Março 2011	Taxa fixa de 3,500%	3 026
Netherlands Government 05/2015	Junho 2005	Julho 2015	Taxa fixa de 3,250%	4 986
Republic of Austria 04/15-07-2015	Maio 2004	Julho 2015	Taxa fixa de 3,500%	2 012
Belgium Kingdom 05/28-09-2015	Março 2005	Setembro 2015	Taxa fixa de 3,750%	1 977
Buoni Poliennali Del Tes. 05/2015	Maio 2005	Agosto 2015	Taxa fixa de 3,750%	1 981
OT – Cabo Verde – Março 10/2013	Março 2010	Março 2013	Taxa fixa de 5,740%	51
				58 144

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados de acordo com o descrito na política contabilística 1.6.

Durante os exercícios de 2010 e de 2009, a CEMG não procedeu a transferências para ou desta categoria de activos.

Em 31 de Dezembro de 2010, a análise dos investimentos detidos até a maturidade por prazo remanescente é a seguinte:

	2010				
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Entre um ano a cinco anos Euros '000	Superior a cinco anos Euros '000	Total Euros '000
Obrigações de emissores públicos nacionais:	–	5 962	38 149	–	44 111
Obrigações de emissores públicos estrangeiros:	3 026	–	11 007	–	14 033
	3 026	5 962	49 156	–	58 144
Cotados	3 026	5 962	49 156	–	58 144

Em 31 de Dezembro de 2009, a análise dos investimentos detidos até a maturidade por prazo remanescente é a seguinte:

	2009				
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Entre um ano a cinco anos Euros '000	Superior a cinco anos Euros '000	Total Euros '000
Obrigações de emissores públicos nacionais:	–	6 394	6 112	6 067	18 573
Obrigações de emissores públicos estrangeiros:	1 009	–	2 976	10 965	14 950
	1 009	6 394	9 088	17 032	33 523
Cotados	1 009	6 394	9 088	17 032	33 523

26. Investimentos em associadas e outras

Esta rubrica é analisada como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Participações financeiras em associadas e outras		
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	19 786	22 466
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	13 321	15 791
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	3 953	2 518
	37 060	40 775
Não cotados	37 060	40 775

Os dados financeiros relativos às empresas associadas são apresentados no quadro seguinte:

	Activo Euros '000	Passivo Euros '000	Capital Próprio Euros '000	Proveitos Euros '000	Resultado líquido Euros '000	Custo da participação Euros '000
31 de Dezembro de 2010						
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A	573 023	495 884	77 139	218 277	897	23 566
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	513 640	479 780	33 860	51 492	4 506	9 530
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	50 361	30 598	19 763	8 106	(246)	3 200
31 de Dezembro de 2009						
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A	563 369	481 283	82 085	124 770	4 292	23 566
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	496 693	456 556	40 137	51 323	3 279	9 530
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	51 756	29 417	22 339	8 570	(271)	3 200

	Percentagem detida		Valor de balanço		Resultados de associadas atribuível à CEMG	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (IFI)	100%	100%	7 001	7 001	469	784
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	25,65%	26,25%	19 786	22 466	230	1 267
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	39,34%	39,34%	13 321	15 791	1 773	1 290
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	20%	20%	3 953	2 518	(49)	(54)

O movimento verificado nesta rubrica é analisado como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Saldo inicial	40 775	16 813
Aquisições	–	12 750
Alienações	–	(29)
Transferências	–	(49)
Resultado de associadas	1 954	2 503
Reserva de justo valor de associadas	(4 738)	9 876
Dividendos recebidos	(931)	(1 089)
Saldo final	37 060	40 775

27. Activos não correntes detidos para venda

Esta rubrica é analisada como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Imóveis e outros activos resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes	201 710	157 935
Imparidade para activos não correntes detidos para venda	(39 336)	(29 336)
	162 374	128 599

Os activos registados nesta rubrica estão contabilizados de acordo com a política contabilística 1.10.

A rubrica Imóveis e outros activos resulta da resolução de contratos de crédito sobre clientes, decorrente de (i) dação simples, com opção de recompra ou com locação financeira, sendo contabilizadas com a celebração do contrato de dação ou promessa de dação e respectiva procuração irrevogável emitida pelo cliente em nome da CEMG; ou (ii) adjudicação dos bens em consequência do processo judicial de execução das garantias, sendo contabilizadas com o título de adjudicação ou na sequência do pedido de adjudicação após registo de primeira penhora (dação pro solvendo).

De acordo com a expectativa da CEMG, pretende-se que os referidos activos estejam disponíveis para venda num prazo inferior a 2 anos, existindo uma estratégia para a sua alienação.

A referida rubrica inclui imóveis para os quais foram já celebrados Contratos promessa de compra e venda no montante de Euros 13 996 000 (2009: Euros 9 464 000).

Os movimentos da imparidade para activos não correntes detidos para venda são analisados como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Imparidade para activos não correntes detidos para venda		
Saldo em 1 de Janeiro	29 336	23 868
Dotação do exercício	13 845	10 088
Reversão do exercício	(3 831)	(183)
Utilização	(14)	(4 437)
Saldo em 31 de Dezembro	39 336	29 336

Os movimentos dos activos não correntes detidos para venda no exercício de 2010, são analisados como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Activos não correntes detidos para venda:		
Saldo em 1 de Janeiro	157 935	116 180
Aquisições	66 715	59 303
Alienações	(24 740)	(21 484)
Outros movimentos	1 800	3 936
Saldo em 31 de Dezembro	201 710	157 935

28. Outros activos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Custo:		
Imóveis:		
De serviço próprio	62 353	65 808
Obras em imóveis arrendados	24 225	32 208
Imobilizado em curso	33	43
Equipamento:		
Mobiliário e material	11 070	10 507
Máquinas e ferramentas	1 869	1 971
Equipamento informático	58 367	51 773
Instalações interiores	15 837	28 416
Equipamento de transporte	436	676
Equipamento de segurança	4 972	3 978
Património artístico	1 050	986
Activos em locação operacional	4 965	4 084
Outras imobilizações corpóreas	31	31
Imobilizações em curso	3 342	550
	188 550	201 031
Depreciações acumuladas:		
Relativas ao exercício corrente	(13 074)	(12 169)
Relativas a exercícios anteriores	(86 189)	(97 587)
	(99 263)	(109 756)
	89 287	91 275

Os movimentos da rubrica Outros activos tangíveis, durante o ano de 2010, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações/ Transferências Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
Custo:					
Imóveis:					
De serviço próprio	65 808	–	(3 455)	–	62 353
Obras em imóveis arrendados	32 208	332	(8 373)	58	24 225
Imobilizado em curso	43	10	–	(20)	33
Equipamento:					
Mobiliário e material	10 507	988	(425)	–	11 070
Máquinas e ferramentas	1 971	10	(113)	1	1 869
Equipamento informático	51 773	6 839	(244)	(1)	58 367
Instalações interiores	28 416	337	(13 010)	94	15 837
Equipamento de transporte	676	58	(298)	–	436
Equipamento de segurança	3 978	1 009	(15)	–	4 972
Património artístico	986	64	–	–	1 050
Activos em locação operacional	4 084	1 632	(751)	–	4 965
Outras imobilizações corpóreas	31	–	–	–	31
Imobilizações em curso	550	2 947	–	(155)	3 342
	201 031	14 226	(26 684)	(23)	188 550
Depreciações acumuladas:					
Imóveis:					
De serviço próprio	15 837	1 042	(824)	–	16 055
Obras em imóveis arrendados	22 047	2 310	(8 373)	–	15 984
Equipamento:					
Mobiliário e material	7 807	573	(366)	–	8 014
Máquinas e ferramentas	1 825	57	(112)	1	1 771
Equipamento informático	37 874	6 307	(244)	–	43 937
Instalações interiores	20 125	1 585	(13 012)	–	8 698
Equipamento de transporte	670	9	(303)	–	376
Equipamento de segurança	2 823	434	(13)	–	3 244
Locação operacional	748	757	(321)	–	1 184
	109 756	13 074	(23 568)	1	99 263

Os movimentos da rubrica Outros activos tangíveis, durante o ano de 2009, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações/ Transferências Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
Custo:					
Imóveis:					
De serviço próprio	63 515	2 293	–	–	65 808
Obras em imóveis arrendados	30 730	680	–	798	32 208
Imobilizado em curso	120	31	–	(108)	43
Equipamento:					
Mobiliário e material	10 331	433	(257)	–	10 507
Máquinas e ferramentas	2 125	35	(189)	–	1 971
Equipamento informático	43 406	8 404	(37)	–	51 773
Instalações interiores	26 696	330	–	1 390	28 416
Equipamento de transporte	676	–	–	–	676
Equipamento de segurança	3 202	786	(20)	10	3 978
Património artístico	478	508	–	–	986
Activos em locação operacional	2 226	1 887	(29)	–	4 084
Outras imobilizações corpóreas	31	–	–	–	31
Imobilizações em curso	495	2 301	–	(2 246)	550
	184 031	17 688	(532)	(156)	201 031
Depreciações acumuladas:					
Imóveis:					
De serviço próprio	14 830	1 007	–	–	15 837
Obras em imóveis arrendados	19 785	2 262	–	–	22 047
Equipamento:					
Mobiliário e material	7 436	614	(243)	–	7 807
Máquinas e ferramentas	1 923	92	(190)	–	1 825
Equipamento informático	32 171	5 737	(34)	–	37 874
Instalações interiores	18 384	1 741	–	–	20 125
Equipamento de transporte	661	9	–	–	670
Equipamento de segurança	2 615	229	(21)	–	2 823
Locação operacional	276	478	(6)	–	748
	98 081	12 169	(494)	–	109 756

29. Activos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Custo:		
Software	31 798	52 375
Adiantamentos por conta de imobilizações	6 106	4 657
	37 904	57 032
Amortizações acumuladas:		
Relativas ao exercício corrente	(7 776)	(8 338)
Relativas a exercícios anteriores	(11 874)	(32 543)
	(19 650)	(40 881)
	18 254	16 151

Os movimentos da rubrica Activos intangíveis, durante o exercício de 2010, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações/ Transferências Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
Custo:					
Software	52 375	8 430	(29 007)	-	31 798
Adiantamentos por conta de imobilizações	4 657	1 449	–	–	6 106
	57 032	9 879	(29 007)	–	37 904
Amortizações acumuladas:					
Software	40 881	7 776	(29 007)	–	19 650

Os movimentos da rubrica Activos intangíveis, durante o exercício de 2009, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações/ Transferências Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
Custo:					
Software	44 988	7 790	–	(403)	52 375
Adiantamentos por conta de imobilizações	2 331	1 872	–	454	4 657
	47 319	9 662	–	51	57 032
Amortizações acumuladas:					
Software	32 543	8 338	–	–	40 881

30. Outros activos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Bonificações a receber do Estado Português	11 949	13 739
Outros devedores	29 071	27 265
Outros proveitos a receber	4 873	6 456
Despesas com custo diferido	1 740	1 635
Contas diversas	64 644	65 701
	112 277	114 796
Imparidade para bonificações	(3 473)	(3 473)
	108 804	111 323

A rubrica Bonificações a receber do Estado Português, no montante de Euros 11 949 000 (2009: Euros 13 739 000) corresponde às bonificações referentes a contratos de crédito à habitação, de acordo com os dispositivos legais aplicáveis ao crédito bonificado. Estes montantes não vencem juros e são reclamados mensalmente.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, a rubrica Bonificações a receber do Estado Português pode ser detalhada como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Bonificações reclamadas ao Estado e ainda não liquidadas	7 120	7 311
Bonificações processadas e ainda não reclamadas	1 716	3 412
Bonificações vencidas e ainda não reclamadas	3 113	3 016
	11 949	13 739

A rubrica Bonificações reclamadas ao Estado e ainda não liquidadas inclui, em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, um montante de Euros 3 473 000 não reconhecido pela Direcção Geral do Tesouro, estando este totalmente provisionado na rubrica Imparidade para bonificações.

A rubrica Contas Diversas inclui, em 31 de Dezembro de 2009, o montante de Euros 32 816 000 relativo a operações realizadas com títulos, registadas na *trade date*, conforme política contabilística 1.6, a aguardar liquidação.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as rubricas relativas às responsabilidades da CEMG com benefícios a colaboradores, incluídas na rubrica Contas diversas, são analisadas como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Responsabilidade por benefícios projectados	(597 140)	(569 822)
Valor do Fundo	545 097	504 883
	(52 043)	(64 939)
Perdas actuariais		
Corredor	59 714	56 982
Acima do corredor	38 636	29 334
	98 350	86 316
	46 307	21 377

O valor do corredor e das perdas actuariais foram determinadas em conformidade com a política contabilística 1.14.

31. Recursos de bancos centrais

Em 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica regista o montante de Euros 1 540 266 000 referente a recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais que se encontram colaterizados por títulos da carteira de activos financeiros disponíveis para venda.

Em 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica regista o montante de Euros 502 353 000 referente aos títulos vendidos, com acordo de recompra (*repos*) por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação, que não são desreconhecidos do balanço.

A análise da rubrica Recursos de bancos centrais pelo período remanescente das operações, é a seguinte:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Até 3 meses	460 026	–
3 meses até 6 meses	1 080 240	–
Mais de 6 meses	–	502 353
	1 540 266	502 353

32. Recursos de outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	2010			2009		
	Não remunerados Euros '000	Remunerados Euros '000	Total Euros '000	Não remunerados Euros '000	Remunerados Euros '000	Total Euros '000
Recursos de instituições de crédito no país	247 969	4 163	252 132	7 995	53 745	61 740
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro	639 773	9 837	649 610	4 023	572 007	576 030
	887 742	14 000	901 742	12 018	625 752	637 770

A análise da rubrica Recursos de outras instituições de crédito pelo período remanescente das operações, é a seguinte:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Até 3 meses	165 328	298 005
3 meses até 6 meses	153 594	50 883
6 meses a 1 ano	255 553	55 960
1 ano até 5 anos	59 025	16
Mais de 5 anos	274 830	235 531
	908 330	640 395
Correcções de valor por operações de cobertura	(6 588)	(2 625)
	901 742	637 770

33. Recursos de clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	2010			2009		
	Não remunerados Euros '000	Remunerados Euros '000	Total Euros '000	Não remunerados Euros '000	Remunerados Euros '000	Total Euros '000
Depósitos à ordem	16 157	2 001 904	2 018 061	85 173	1 901 420	1 986 593
Depósitos a prazo (*)	–	7 583 150	7 583 150	–	6 679 111	6 679 111
Depósitos de poupança (*)	–	391 530	391 530	–	511 255	511 255
Outros recursos	496	–	496	896	–	896
Correcções de valor por operações de cobertura	14 326	–	14 326	3 003	–	3 003
	30 979	9 976 584	10 007 563	89 072	9 091 786	9 180 858

Observações: (*) Depósitos estruturados para os quais foi efectuado o destaque do derivado embutido, conforme referido na nota 21 e na política contabilística 1.4.

Nos termos da Portaria n.º 180/94, de 15 de Dezembro, foi constituído o Fundo de Garantia de Depósitos, cuja finalidade é a garantia de reembolso de depósitos constituídos nas Instituições de Crédito. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo são fixados anualmente por instrução do Banco de Portugal.

Em 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica inclui Euros 1 772 500 000 (2009: Euros 894 097 000) de depósitos registados em balanço ao justo valor através de resultados.

A análise da rubrica Recursos de clientes pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Depósitos à ordem	2 018 061	1 986 593
Depósitos a prazo e de poupança:		
Até 3 meses	1 299 637	1 277 080
3 meses até 6 meses	2 702 705	2 740 073
6 meses até 1 ano	1 182 228	1 336 994
1 ano até 5 anos	–	–
Mais de 5 anos	2 790 110	1 836 219
	9 992 741	9 176 959
Correcções de valor por operações de cobertura	14 326	3 003
	10 007 067	9 179 962
Outros recursos:		
Até 3 meses	496	896
	10 007 563	9 180 858

34. Responsabilidades representadas por títulos

A análise das Responsabilidades representadas por títulos, decompõe-se como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Euro Medium Term Notes	2 437 249	3 142 351
Obrigações de Caixa	566 304	611 517
Obrigações Hipotecárias	832 690	1 161 047
	3 836 243	4 914 915

O justo valor das responsabilidades representadas por títulos encontra-se apresentada na nota 43.

Em 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica inclui o montante de Euros 1 510 171 000 (2009: Euros 1 666 921 000) de responsabilidades representadas por títulos registados em balanço ao justo valor através de resultados.

A duração residual das Responsabilidades representadas por títulos, a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Até 6 meses	858 289	111 756
6 meses até 1 ano	631 766	726 782
1 ano até 5 anos	1 930 906	3 254 825
Mais de 5 anos	441 057	816 788
	3 862 018	4 910 151
Correcções de valor por operações de cobertura	(25 775)	4 764
	3 836 243	4 914 915

As Obrigações Hipotecárias são garantidas por um conjunto de créditos à habitação que se encontram segregados como património autónomo nas contas da CEMG, conferindo assim privilégios creditórios especiais aos detentores destes títulos sobre quaisquer outros credores. As condições da referida emissão enquadram-se no disposto do Decreto-Lei n.º 59/2006, nos Avisos n.º 5/2006, n.º 6/2006, n.º 7/2006 e n.º 8/2006 e na Instrução n.º 13/2006 do Banco de Portugal.

As características destas emissões são apresentadas como segue:

Designação	Valor nominal Euros '000	Valor de balanço Euros '000	Data de emissão	Data de reembolso	Periodicidade do pagamento dos juros	Taxa de Juro	*Rating* (Moody's/Fitch)
Obrig. Hipotecárias	1 000 000	1 000 000	Julho 2009	Julho 2012	Anual	3,25%	Aa1 / AAA

Durante o exercício de 2010, a CEMG não procedeu à emissão de obrigações hipotecárias, no âmbito do Programa de Emissão de Obrigações Hipotecárias.

O valor dos créditos que contragarantem estas emissões ascende em 31 de Dezembro de 2010, a Euros 1 000 000 000 (2009: Euros 1 298 998 000) de acordo com a nota 20.

O movimento ocorrido durante o exercício de 2010 nas Responsabilidades representadas por títulos foi o seguinte:

	Saldo em 1 de Janeiro Euros '000	Emissões Euros '000	Reembolsos Euros '000	Compras (líquidas) Euros '000	Outros movimentos [a] Euros '000	Saldo em 31 de Dezembro Euros '000
Euro Medium Term Notes (EMTN)	3 142 351	–	(578 950)	(46 050)	(80 102)	2 437 249
Obrigações de Caixa	611 517	241 799	(281 509)	–	(5 503)	566 304
Obrigações Hipotecárias	1 161 047	–	–	(177 350)	(151 007)	832 690
	4 914 915	241 799	(860 459)	(223 400)	(236 612)	3 836 243

(a) Os outros movimentos incluem o juro corrido no balanço, correcções por operações de cobertura, correcções de justo valor e variação cambial.

O movimento ocorrido durante o exercício de 2009 nas Responsabilidades representadas por títulos foi o seguinte:

	Saldo em 1 de Janeiro Euros '000	Emissões Euros '000	Reembolsos Euros '000	Compras (líquidas) Euros '000	Outros movimentos [a] Euros '000	Saldo em 31 de Dezembro Euros '000
Euro Medium Term Notes (EMTN)	4 096 489	–	(777 876)	(155 064)	(21 198)	3 142 351
Obrigações de Caixa	964 998	126 361	(470 679)	–	(9 163)	611 517
Obrigações Hipotecárias	–	1 150 000	–	–	11 047	1 161 047
	5 061 487	1 276 361	(1 248 555)	(155 064)	(19 314)	4 914 915

(a) Os outros movimentos incluem o juro corrido no balanço, correcções por operações de cobertura, correcções de justo valor e variação cambial.

De acordo com a política contabilística 1.8, no caso de compras de títulos representativos de responsabilidades da CEMG, os mesmos são anulados do passivo e a diferença entre o valor de compra e o respectivo valor de balanço é reconhecido em resultados.

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica Responsabilidades representadas por títulos é composta pelas seguintes emissões:

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor de balanço Euros '000
Pelican Mortgage No. 1	Dez.2002	Dez.2037	W.A.I. – 1,33%	100 373
Pelican Mortgage No. 2	Set.2003	Set.2037	W.A.I. – 1,53%	157 193
Obr. CEMG / 04	Set.2004	Set.2014	Euribor 3 meses + 0,25%	15 000
Obr. CEMG / 05	Fev.2005	Fev.2015	Taxa anual de 3,628%	121 000
Obr. CEMG / 05	Mai.2005	Mai.2012	Euribor 3 meses + 0,25%	462 369
Obr. CEMG / 06	Jan.2006	Jan.2011	Euribor 3 meses + 0,20%	462 100
Obr. caixa MG Valor Garantido 2006	Jan.2006	Jan.2011	Taxa fixa semestral de 4%	10 000
Obr. caixa MG Aforro/06 5 anos 1.ª Emissão	Ago.2006	Ago.2011	Taxa fixa semestral de 5% (10.º semestre taxa fixa de 6%)	7 000
Obr. caixa MG Aforro/06 5 anos 2.ª Emissão	Ago.2006	Ago.2011	Taxa fixa semestral de 3,625% (10.º semestre taxa fixa de 7%)	4 000
Obr. CEMG / 06	Set.2006	Set.2011	Euribor 3 meses + 0,25%	472 350
Obr. caixa MG Aforro/06 5 anos 3.ª Emissão	Set.2006	Set.2011	Taxa fixa semestral de 4% (10.º semestre taxa fixa de 7%)	3 500
Obr. caixa MG Aforro/06 5 anos 4.ª Emissão	Nov.2006	Nov.2011	Taxa fixa semestral de 3,5% (10.º semestre taxa fixa de 7%)	3 750
Obr. caixa MG Aforro/06 5 anos 5.ª Emissão	Dez.2006	Dez.2011	Taxa fixa semestral de 3,625% (10.º semestre taxa fixa de 7%)	1 000
Obr. caixa MG Ass./06 5 anos 1.ª Emissão	Dez.2006	Dez.2011	Taxa fixa semestral de 3,75% (10.º semestre taxa fixa de 7,25%)	1 000
Obr. CEMG / 07	Jan.2007	Jan.2017	Taxa fixa de 4,2%	93 500
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 5 anos 1.ª Série	Fev.2007	Fev.2012	Taxa fixa semestral de 3,875% (10.º semestre taxa fixa de 7,25%)	4 000 1 000
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 5 anos 1.ª Série	Fev.2007	Fev.2012	Taxa fixa semestral de 3,5% (9.º semestre taxa fixa de 3,625% e no 10.º semestre taxa fixa de 7%)	
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 5 anos 2.ª Série	Fev.2007	Fev.2012	Taxa fixa semestral de 3,5% (9.º semestre taxa fixa de 3,625% e no 10.º semestre taxa fixa de 7%)	2 000
Obr. CEMG / 07	Fev.2007	Fev.2017	Taxa fixa de 4,2%	88 000
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 5 anos 2.ª Série	Fev.2007	Fev.2012	Taxa fixa semestral de 3,75% (9.º semestre taxa fixa de 3,875% e no 10.º semestre taxa fixa de 7,25%)	3 000
Obr. caixa – AM Eur 6M 5Y – 2012	Abr.2007	Abr.2012	Taxa fixa de 4,455%	6 000
Obr. CEMG / 07	Mai.2007	Mai.2013	Euribor 3 meses + 0,25%	479 000
Montepio Standard Poor's BRIC 40	Out.2007	Out.2012	Taxa fixa semestral de 0,9% (1.º ao 9.º semestre taxa fixa de 0,9%). Na maturidade, remuneração variável indexada ao Índice *Standard & Poor's* BRIC40	2 245
Obr. caixa – Montepio Cabaz Commodities Agrícolas	Jan. 2008	Jan. 2011	Taxa variável paga no reembolso que corresponde a 95% da performance de um Cabaz de 5 *Commodities*, com um mínimo de 1% e um máximo de 50%	5 000
Obr. caixa – Aforro Montepio 2008 – 3 anos – 1.ª série	Jan. 2008	Jan. 2011	Taxa fixa trimestral de 5%	10 000
Obr.caixa – Montepio Euro Aforro 2008 – 3 anos – 1.ª série	Jan. 2008	Jan. 2011	Taxa fixa semestral: Euribor a 6 meses – 0,4% (5.º semestre Euribor a 6 meses – 0,3% e no 6.º semestre Euribor a 6 meses)	17 100

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor de balanço Euros '000
Obr. Caixa – Montepio Select 5 anos	Jan. 2008	Jan. 2011	Taxa fixa de 2,5% nos 4 primeiros anos e no reembolso remuneração variável entre 2,5% e 60% da performance média anual de um cabaz composto pelo Indíce *Dow Jones Eurostoxx Select Dividend 30* e o Índice *IBOXX Euro Eurozone Performance Sovereigns* 5 a 7 Anos	1 000
Obr. Caixa – Montepio Taxa Fixa 5Y – Janeiro 2008	Jan. 2008	Jan. 2011	Taxa fixa anual de 2,5%	2 500
Obr. Caixa – Montepio Euro Aforro 2008 – 3 Anos – 2.ª série	Mar. 2008	Mar. 2011	Taxa fixa semestral: Euribor 6 meses – 0,3% (5.º semestre Euribor a 6 meses – 0,2% e no 6.º semestre Euribor a 6 meses)	13 500
Obr. Caixa – Montepio Euro Aforro 2008 – 3 Anos – 3.ª série	Abr. 2008	Abr. 2011	Taxa fixa semestral: Euribor 6 meses – 0,3% (5.º semestre Euribor a 6 meses – 0,2% e no 6.º semestre Euribor a 6 meses)	15 000
Obr. Caixa – Montepio Euro Aforro 2008 – 3 Anos – 4.ª série	Mai. 2008	Mai. 2011	Taxa fixa semestral: Euribor 6 meses – 0,3% (5.º semestre Euribor a 6 meses – 0,2% e no 6.º semestre Euribor a 6 meses + 0,1%)	12 100
Obr. Caixa- Montepio Inflação 2008 – 2016 – 1.ª Série	Jun. 2008	Jun. 2016	Taxa variável anual de 3,2% acrescida da taxa anual de Inflação Europeia	5 000
Obr. Caixa – Capitais de Reforma Prazo Certo – Set. 2008/2013	Set. 2008	Set. 2013	Taxa fixa anual de 2% (4.º e 5.º semestre Euribor 3m + 1%)	31 500
Obr. Caixa – Capitais de Reforma Prazo Certo – Out. 2008/2013	Nov. 2008	Nov. 2013	Taxa variável trimestral indexada à Euribor 3m + 1%	34 500
Obr. Caixa – Capitais de Reforma Prazo Certo – Fev. 2009/2014	Fev. 2009	Fev. 2014	Taxa fixa anual de 1% (3.º ao 5.º ano Euribor 3m + 0,84%)	14 100
Obr. Caixa – Capitais de Reforma Prazo Certo – Mar. 2009/2014	Mar. 2009	Mar. 2014	Taxa fixa anual de 3,5% (2.º ao 5.º ano Euribor 3m + 0,80%)	18 000
Obr. Caixa – MG Taxa Fixa 3 anos – 25/05/2012 – Set. 2009/2014	Mai. 2009	Mai. 2012	Taxa fixa anual de 3% (3.º e 4.º anos com taxa de 3%)	650
Obr. Caixa – Capitais de Reforma Prazo Certo – Set. 2009/2017	Set. 2009	Set. 2014	Taxa fixa anual de 3% (3.º e 4.º ano 3%, 5.º ano 6%)	10 000
Obr. Caixa – Capitais de Reforma Prazo Certo – Set. 2009/2017	Set. 2009	Set. 2017	Taxa fixa anual de 3,75% (3.º ao 7.º ano 3,75%, 8.º ano 6,75%)	5 000
Obr. Caixa – Capitais de Reforma Prazo Certo – Set. 2007/2012 – 2.ª série	Set. 2009	Set. 2012	Taxa variável indexada à média da Euribor 3m + 1%	28 500
Obr. Caixa – Capitais de Reforma Prazo Certo – Set. 2008/2013 – 2.ª série	Set. 2009	Set. 2013	Taxa variável indexada à média da Euribor 3m + 1%	1 750
Obr. Caixa – Capitais de Reforma Prazo Certo – Set. 2009/2014 – 8.ª série	Nov. 2009	Nov. 2014	Taxa fixa de 3,25% até ao 4.º ano (No 5.º ano, taxa fixa de 5,75%)	5 000
Obr. Caixa – Taxa variável CEMG 2009-2012	Nov. 2009	Nov. 2012	Taxa variável trimestralmente indexada à média da Euribor 3m + 1%	23 500
Obr. Caixa – Taxa variável CEMG 2009-2013	Nov. 2009	Nov. 2013	Taxa variável trimestralmente indexada à média da Euribor 3m + 1%	1 700
Obr. Caixa – Montepio Títulos Europa 2009-2013	Dez. 2009	Dez. 2013	Taxa variável de acordo com o activo subjacente (*Dow Jones EuroStoxx* 50)	2 711
Obr. Caixa – Capitais de Reforma Prazo Certo – Set. 2009/2014 – 9.ª série	Dez. 2009	Dez. 2014	Taxa fixa de 3,20% até ao 4.º ano (No 5.º ano, taxa fixa de 5,5%)	7 000
Obr. Caixa – Capitais de Reforma Prazo Certo – Set. 2009/2014 – 10.ª série	Dez. 2009	Dez. 2014	Taxa fixa de 3% (3.º ano taxa fixa de 3,5% 4.º ano taxa fixa de 4,5% e 5.º ano taxa fixa de 5,5%)	5 000
Obr. Caixa – Montepio Taxa Fixa 2010/2013 1.ª Série	Jan. 2010	Jan. 2013	Taxa fixa anual de 2,5%	1 000
Obr. Caixa Montepio Taxa Fixa 2010/2014	Jan. 2010	Jan. 2014	Taxa fixa trimestral de 3% (3.º e 4.º semestres taxa fixa de 3,125%, 5.º e 6.º semestres taxa fixa de 3,50% e 7.º e 8.º semestres taxa fixa de 3,5%)	9 806
Obr. Caixa Montepio cabaz Ouro e Petróleo	Mar. 2010	Mar. 2014	Taxa variável paga no reembolso correspondente à performance média do Contrato Futuro do WTI Crude e do valor de referência para o Ouro fixado pela *London Bullion Market Association*	3 705
Obr. Caixa Montepio Prazo Certo 2010/2015 1.ª Série	Mar. 2010	Mar. 2015	Taxa fixa anual de 2,75% (2.º ano taxa fixa de 2,75%, 3.º ano taxa fixa de 3%, 4.º ano taxa fixa de 3,25% e 5.º ano taxa fixa de 5%)	25 000
Obr. Caixa Montepio Taxa Variável Março 2010/2014	Mar. 2010	Mar. 2014	Taxa variável anual resultante da Euribor a 3 meses + 2%	1 700

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor de balanço Euros '000
Obr. Caixa Montepio Taxa Fixa 2010/2014 2ª Série	Mar. 2010	Mar. 2014	Taxa fixa anual de 3% (2.º ano taxa fixa de 3,2%, 3.º ano taxa fixa de 3,3% e 4.º ano taxa fixa de 3,5%)	20 000
Obr. Caixa Montepio Taxa Fixa Abril 2010/2015	Abr. 2010	Abr. 2014	Taxa fixa semestral de 2,60% (2,70% no 3.º e 4.º semestres, 2,80% no 5.º e 6.º semestres, 3% no 7.º e 8.º semestres e 3,5% no 9.º e 10.º semestres)	500
Obr. Caixa Montepio Prazo Certo 2010/2015 2.ª Série	Abr. 2010	Abr. 2015	Taxa fixa anual de 2,5% (No 3.º ano taxa fixa de 2,75%, 4.º ano taxa fixa de 3% e 5.º ano taxa fixa de 4,5%)	23 000
Obr. Caixa Montepio Taxa Fixa Crescente Maio 2010/2014	Mai. 2010	Mai. 2014	Taxa fixa anual de 2,5% (No 2.º ano taxa fixa de 2,7%, 3.º ano 3% e 4.º ano 3,5%)	8 000 10 000
Obr. Caixa Montepio Prazo Certo 2010/2018 1.ª Série	Mai. 2010	Mai. 2018	Taxa fixa anual de 2,75% (No 3.º, 4.º e 5.º anos taxa fixa de 3%, 6.º ano taxa fixa de 3,25%, 7.º ano taxa fixa de 3,5% e 8.º ano taxa fixa de 5%)	
Obr. Caixa Montepio Taxa Fixa Crescente 2010/2013 1.ª Série	Mai. 2010	Mai. 2013	Taxa fixa anual de 2,5% (No 2.º ano taxa fixa de 3% e no 3.º ano taxa fixa de 3,5%)	10 553
Obr. Caixa Montepio Top 2010/2014 1.ª Série	Mai. 2010	Jun. 2014	Taxa fixa anual de 2,5% (No 2.º ano 2,75%, no 3.º ano 3% e no 4.º ano 3,25%)	520
Obr. Caixa Montepio Cabaz Energia 2010/2014	Mai. 2010	Jun. 2014	Taxa variável paga no reembolso correspondente à performance média de um cabaz composto por acções de 10 empresas do sector *Oil & Gas* com um mínimo garantido de 4%	2 201
Obr. Caixa Montepio Prazo Certo 2010/2015 3.ª Série	Jun. 2010	Jun. 2015	Taxa fixa anual de 2% (No 2.º ano taxa fixa de 2,25%, 3.º ano taxa fixa de 2,5%, 4.º ano taxa fixa de 2,75% e 5.º ano taxa fixa de 4,5%)	6 000
Obr. Caixa Montepio Taxa Fixa 2010/2012 1.ª Série	Jun. 2010	Jun. 2012	Taxa fixa trimestral 2%	3 118
Obr. Caixa Montepio Prazo Certo 2010/2018, 2.ª Série	Jul. 2010	Jul. 2018	Taxa fixa anual de 2,25% (No 3.º e 4.º ano taxa fixa de 2,5%, 5.º ano taxa fixa de 2,75%, 6.º ano taxa fixa de 3%, 7.º ano taxa fixa de 3,5% e 8.º ano taxa fixa de 5%)	5 000
Obr. Caixa Montepio Prazo Certo 2010/2015 4.ª Série	Jul. 2010	Jul. 2015	Taxa fixa anual de 2,25% (No 3.º e 4.º ano taxa fixa de 2,5% e 5º ano taxa fixa de 3,5%)	10 000
Obr. Caixa Montepio Taxa Fixa Julho 2010/2014	Jul. 2010	Jul. 2014	Taxa fixa semestral de 3,5%	22 747
Obr. Caixa Montepio Prazo Certo 2010/2015 5.ª Série	Ago. 2010	Ago. 2015	Taxa fixa anual de 2,5% (No 3.º e 4.º ano taxa fixa de 2,75% e 5.º ano taxa fixa de 3,75%)	10 000
Obr. Caixa Montepio Taxa Fixa Agosto 2010/2014	Ago. 2010	Ago. 2014	Taxa fixa semestral de 3,5%	15 914
Obr. Caixa Montepio Taxa Fixa Setembro 2010/2020	Set. 2010	Set. 2020	Taxa fixa anual de 4%	200
Obr. Caixa Montepio Taxa Fixa Setembro 2010/2014	Set. 2010	Set. 2014	Taxa fixa semestral de 3,5%	9 966
Obr. Caixa Montepio Euro Dolar Setembro 2010/2012	Out. 2010	Out. 2012	Taxa fixa de 11,5% caso o EURUSD esteja igual ou abaixo de 1,21 na maturidade, caso contrário taxa fixa de 0,5%	1 493 10 000
Obr. Caixa Montepio Prazo Certo 2010/2015 6.ª Série	Nov. 2010	Nov. 2015	Taxa fixa de 2,75% (No 2.º e 3.º ano taxa fixa de 3%, 4.º ano taxa fixa de 3,25% e 5.º ano taxa fixa de 4%)	
Obr. Caixa Montepio Taxa Fixa Novembro 2010/2012	Nov. 2010	Nov. 2012	Taxa fixa semestral de 3,25%	5 818
Obr. Caixa Montepio Prazo Certo 2010/2015 7.ª Série	Dez. 2010	Dez. 2015	Taxa fixa anual de 3% (No 3.º ano taxa fixa de 3,25%, 4.º ano taxa fixa de 3,5% e 5.º ano taxa fixa de 4,25%)	15 000
Obr. Caixa Montepio Taxa Variável Março 2010/2014	Mar. 2010	Mar. 2014	Taxa variável anual resultante da Euribor a 3 meses + 2%	1 700
Obr. Caixa Montepio Taxa Fixa 2010/2014 2.ª Série	Mar. 2010	Mar. 2014	Taxa fixa anual de 3% (2.º ano taxa fixa de 3,2%, 3.º ano taxa fixa de 3,3% e 4.º ano taxa fixa de 3,5%)	20 000
Obr. Caixa Montepio Taxa Fixa Abril 2010/2015	Abr. 2010	Abr. 2014	Taxa fixa semestral de 2,60% (2,70% no 3.º e 4.º semestres, 2,80% no 5.º e 6.º semestres, 3% no 7.º e 8.º semestres e 3,5% no 9.º e 10.º semestres)	500
Obr. Caixa Montepio Prazo Certo 2010/2015 2.ª Série	Abr. 2010	Abr. 2015	Taxa fixa anual de 2,5% (No 3.º ano taxa fixa de 2,75%, 4.º ano taxa fixa de 3% e 5.º ano taxa fixa de 4,5%)	23 000

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor de balanço Euros '000
Obr. Caixa Montepio Taxa Fixa Crescente Maio 2010/2014	Mai. 2010	Mai. 2014	Taxa fixa anual de 2,5% (No 2.º ano taxa fixa de 2,7%, 3..º ano 3% e 4.º ano 3,5%)	8 000
Obr. Caixa Montepio Prazo Certo 2010/2018 1.ª Série	Mai. 2010	Mai. 2018	Taxa fixa anual de 2,75% (No 3.º, 4.º e 5.º anos taxa fixa de 3%, 6.º ano taxa fixa de 3,25%, 7º ano taxa fixa de 3,5% e 8.º ano taxa fixa de 5%)	10 000
Obr. Caixa Montepio Taxa Fixa Crescente 2010/2013 1.ª Série	Mai. 2010	Mai. 2013	Taxa fixa anual de 2,5% (No 2.º ano taxa fixa de 3% e no 3.º ano taxa fixa de 3,5%)	10 553
Obr. Caixa Montepio Top 2010/2014 1.ª Série	Mai. 2010	Jun. 2014	Taxa fixa anual de 2,5% (No 2.º ano 2,75%, no 3.º ano 3% e no 4.º ano 3,25%)	520
Obr. Caixa Montepio Cabaz Energia 2010/2014	Mai. 2010	Jun. 2014	Taxa variável paga no reembolso correspondente à performance média de um cabaz composto por acções de 10 empresas do sector *Oil & Gas* com um mínimo garantido de 4%	2 201
Obr. Caixa Montepio Prazo Certo 2010/2015 3.ª Série	Jun. 2010	Jun. 2015	Taxa fixa anual de 2% (No 2.º ano taxa fixa de 2,25%, 3.º ano taxa fixa de 2,5%, 4.º ano taxa fixa de 2,75% e 5.º ano taxa fixa de 4,5%)	6 000
Obr. Caixa Montepio Taxa Fixa 2010/2012 1.ª Série	Jun. 2010	Jun. 2012	Taxa fixa trimestral 2%	3 118
Obr. Caixa Montepio Prazo Certo 2010/2018, 2.ª Série	Jul. 2010	Jul. 2018	Taxa fixa anual de 2,25% (No 3.º e 4.º ano taxa fixa de 2,5%, 5.º ano taxa fixa de 2,75%, 6.º ano taxa fixa de 3%, 7.º ano taxa fixa de 3,5% e 8.º ano taxa fixa de 5%)	5 000
Obr. Caixa Montepio Prazo Certo 2010/2015 4.ª Série	Jul. 2010	Jul. 2015	Taxa fixa anual de 2,25% (No 3.º e 4.º ano taxa fixa de 2,5% e 5º ano taxa fixa de 3,5%)	10 000
Obr. Caixa Montepio Taxa Fixa Julho 2010/2014	Jul. 2010	Jul. 2014	Taxa fixa semestral de 3,5%	22 747
Obr. Caixa Montepio Prazo Certo 2010/2015 5.ª Série	Ago. 2010	Ago. 2015	Taxa fixa anual de 2,5% (No 3.º e 4.º ano taxa fixa de 2,75% e 5.º ano taxa fixa de 3,75%)	10 000
Obr. Caixa Montepio Taxa Fixa Agosto 2010/2014	Ago. 2010	Ago. 2014	Taxa fixa semestral de 3,5%	15 914
Obr. Caixa Montepio Taxa Fixa Setembro 2010/2020	Set. 2010	Set. 2020	Taxa fixa anual de 4%	200
Obr. Caixa Montepio Taxa Fixa Setembro 2010/2014	Set. 2010	Set. 2014	Taxa fixa semestral de 3,5%	9 966
Obr. Caixa Montepio Euro Dolar Setembro 2010/2012	Out. 2010	Out. 2012	Taxa fixa de 11,5% caso o EURUSD esteja igual ou abaixo de 1,21 na maturidade, caso contrário taxa fixa de 0,5%	1 493
Obr. Caixa Montepio Prazo Certo 2010/2015 6.ª Série	Nov. 2010	Nov. 2015	Taxa fixa de 2,75% (No 2.º e 3.º ano taxa fixa de 3%, 4.º ano taxa fixa de 3,25% e 5.º ano taxa fixa de 4%)	10 000
Obr. Caixa Montepio Taxa Fixa Novembro 2010/2012	Nov. 2010	Nov. 2012	Taxa fixa semestral de 3,25%	5 818
Obr. Caixa Montepio Prazo Certo 2010/2015 7.ª Série	Dez. 2010	Dez. 2015	Taxa fixa anual de 3% (No 3.º ano taxa fixa de 3,25%, 4.º ano taxa fixa de 3,5% e 5.º ano taxa fixa de 4,25%)	15 000
Obr. Caixa MG Telecomunicações Dezembro 2010-2014	Dez. 2010	Dez. 2014	Taxa fixa paga no reembolso correspondente à performance média do índice Stoxx 600 Telecommunications com mínimo de 2% e o máximo de 40%	558
Obr. Caixa Montepio Prazo Certo 2010/2015 8.ª Série	Dez. 2010	Dez. 2015	Taxa fixa anual de 3% (No 2.º ano taxa fixa de 3,2%, 3.º ano taxa fixa de 3,4%, 4.º ano taxa fixa de 3,6% e 5% ano taxa fixa de 5%)	10 000
Obrigações Hipotecárias	Jul. 2009	Jul. 2012	Taxa fixa de 3,25%	822 650
				3 833 940
Correcções de valor por operações de cobertura				(25 775)
Periodificações, custos e proveitos diferidos				28 078
				3 836 243

Em 31 de Dezembro de 2010, os empréstimos obrigacionistas venciam juros postecipados e antecipados, sendo as suas taxas efectivas compreendidas entre 0,5% e 5,75%.

35. Provisões

Esta rubrica é analisada como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Provisões para outros riscos e encargos	1 189	1 396
Provisões para riscos diversos	122	94
	1 311	1 490

Os movimentos da provisão para outros riscos e encargos são analisados como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Provisões para outros riscos e encargos:		
Saldo em 1 de Janeiro	1 396	1 084
Dotação do exercício	463	416
Reversão do exercício	(670)	(104)
Saldo em 31 de Dezembro	1 189	1 396

Os movimentos da provisão para riscos diversos são analisados como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Provisões para riscos diversos:		
Saldo em 1 de Janeiro	94	584
Reversão do exercício	123	(158)
Utilização de provisões	(95)	(332)
Saldo em 31 de Dezembro	122	94

36. Outros passivos subordinados

Em 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica regista o montante de Euros 380 986 000 (2009: Euros 381 043 000) referente a obrigações de prazo determinado com um prazo residual superior a cinco anos.

As principais características dos passivos subordinados, em 31 de Dezembro de 2010 são apresentadas como seguem:

Descrição da emissão	Data de emissão	Maturidade	Valor de emissão Euros '000	Taxa de juro	Valor de balanço Euros '000
Obrigações de prazo determinado:					
CEMG/06	Abr. 2006	Abr. 2016	50 000	Euribor 3 meses + 0,45%	50 089
CEMG/08	Fev. 2008	Fev. 2018	150 000	Euribor 6 meses + 0,13%	151 325
CEMG/08	Jun. 2008	Jun. 2018	28 000	Euribor 12 meses + 0,10%	28 247
CEMG/08	Jul. 2008	Jul. 2018	150 000	Euribor 6 meses + 0,13%	151 325
					380 986

Em 31 de Dezembro de 2010, os empréstimos subordinados venciam juros trimestrais e semestrais postecipados, sendo as suas taxas de juro efectivas compreendidas entre 0,44% e 2,27%.

37. Outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Credores:		
Fornecedores	7 356	7 038
Outros credores	32 300	32 541
Sector público administrativo	7 944	7 330
Passivos financeiros associados a activos transferidos	387 183	428 147
Férias e subsídio de férias a pagar	25 825	24 127
Outros custos a pagar	375	982
Receitas antecipadas	546	585
Operações sobre títulos a liquidar	–	38 610
Contas diversas	68 873	58 442
	530 402	597 802

A rubrica Passivos financeiros associados a activos transferidos refere-se a operações de titularização celebradas entre a CEMG e outras instituições financeiras, que não foram objecto de desreconhecimento de acordo com a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O detalhe das operações de titularização encontra-se analisado na nota 46.

38. Capital

Em 29 de Setembro de 2010, na sequência da deliberação da Assembleia-geral da CEMG, procedeu-se ao aumento do capital institucional da Caixa Económica Montepio Geral, no montante de Euros 40 000 000, por entrada de numerário.

Após esta operação, o capital institucional da CEMG, que se encontra integralmente realizado, passou a ser de Euros 800 000 000 (2009: Euros 760 000 000), pertencendo na sua totalidade ao Montepio Geral – Associação Mutualista.

39. Reserva geral e especial

As reservas geral e especial são constituídas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de Maio. A reserva geral destina-se a fazer face a qualquer eventualidade e a cobrir prejuízos ou depreciações extraordinárias.

Nos termos da legislação portuguesa a CEMG deverá reforçar anualmente a reserva geral com pelo menos 20% dos lucros líquidos anuais. O limite para formação da reserva geral é de 25% da totalidade dos depósitos. Esta reserva, normalmente não está disponível para distribuição e pode ser utilizada para absorver prejuízos futuros e para aumentar o capital.

A reserva especial destina-se a suportar prejuízos resultantes das operações correntes. Nos termos da legislação portuguesa a CEMG deverá reforçar anualmente a reserva especial com pelo menos 5% dos lucros líquidos anuais. Esta reserva, normalmente não está disponível para distribuição e pode ser utilizada para absorver prejuízos e para aumentar o capital.

A variação da reserva geral e especial é analisada na nota 40.

40. Reservas de justo valor, outras reservas e resultados transitados

Esta rubrica é analisada como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Outro rendimento integral:		
Reservas de justo valor		
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	(85 706)	(28 600)
Reservas e resultados transitados:		
Reserva geral	170 956	163 321
Reserva especial	64 444	62 555
Outras reservas	10 083	14 115
Resultados transitados	(15 706)	(29 653)
	229 777	210 338

As reservas de justo valor reflectem as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros disponíveis para venda, líquidas de imparidade, reconhecida em resultados do exercício e/ou em exercícios anteriores, em conformidade com a política contabilística 1.6.

A movimentação durante o ano de 2010 é analisada conforme segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Reavaliação Euros '000	Alienações Euros '000	Imparidade reconhecida no exercício Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos nacionais	–	(28 302)	–	–	(28 302)
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	106	(4 199)	(10)	–	(4 103)
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	1 471	(13 121)	(760)	(445)	(12 855)
Estrangeiros	(31 441)	(11 953)	1 355	1 510	(40 529)
	(29 864)	(57 575)	585	1 065	(85 789)
Títulos de rendimento variável:					
Acções de empresas					
Nacionais	89	71	(42)	41	159
Estrangeiras	523	(239)	(129)	(201)	(46)
Unidades de participação	652	(2 564)	(898)	2 780	(30)
	1 264	(2 732)	(1 069)	2 620	83
	(28 600)	(60 307)	(484)	3 685	(85 706)

A movimentação durante o ano de 2009 desta rubrica é analisada conforme segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Reavaliação Euros '000	Alienações Euros '000	Imparidade reconhecida no exercício Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos nacionais	–	–	–	–	–
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	(38)	141	3	–	106
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	(2 187)	5 109	–	(1 451)	1 471
Estrangeiros	(45 581)	9 506	2 063	2 571	(31 441)
	(47 806)	14 756	2 066	1 120	(29 864)
Títulos de rendimento variável:					
Acções de empresas					
Nacionais	(23)	341	1	(230)	89
Estrangeiras	–	427	32	64	523
Unidades de participação	(235)	503	10	374	652
	(258)	1 271	43	208	1 264
	(48 064)	16 027	2 109	1 328	(28 600)

A reserva de justo valor explica-se da seguinte forma:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda	2 535 446	1 334 675
Imparidade acumulada reconhecida	(19 172)	(23 658)
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda líquidos de imparidade	2 516 274	1 311 017
Valor de mercado dos activos financeiros disponíveis para venda	2 430 568	1 282 417
Ganhos / Perdas potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	(85 706)	(28 600)

41. Garantias e outros compromissos

Os saldos destas contas são analisados como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Garantias e avales prestados	424 361	426 156
Garantias e avales recebidos	29 158 640	29 733 532
Compromissos perante terceiros	1 299 227	1 211 311
Compromissos assumidos por terceiros	38 510	172 768
Activos cedidos em operações de titularização	292 135	333 270
Valores recebidos em depósito	5 152 178	5 371 322

Os montantes de garantias e avales prestados e os compromissos perante terceiros são analisados como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Garantias e avales prestados:		
Garantias e avales	420 181	423 107
Créditos documentários abertos	4 180	3 049
	424 361	426 156

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Compromissos perante terceiros:		
Compromissos irrevogáveis		
Contratos a prazo de depósitos	–	1 472
Linhas de crédito irrevogáveis	252 535	302 264
Subscrição de títulos	185 150	–
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos	20 013	19 829
Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores	1 699	3 209
Compromissos revogáveis		
Linhas de crédito revogáveis	839 470	884 537
	1 298 867	1 211 311

As garantias e os avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte da CEMG.

Os créditos documentários são compromissos irrevogáveis, por parte da CEMG, por conta dos seus clientes, de pagar/mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Os compromissos, revogáveis e irrevogáveis, apresentam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes da CEMG (por exemplo linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente, todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade, quer do cliente, quer do negócio que lhe está subjacente, sendo que a CEMG requer que estas operações sejam devidamente colaterizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras. O saldo da rubrica Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos, em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, refere-se ao compromisso irrevogável que a CEMG assumiu, por força da lei, de entregar àquele Fundo, em caso de solicitação deste, as parcelas não realizadas das contribuições anuais.

O saldo da rubrica Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores, em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, é relativo à obrigação irrevogável que a CEMG assumiu, por força da lei aplicável, de entregar àquele Sistema, em caso de accionamento deste, os montantes necessários para pagamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

42. Distribuição de resultados

Em 31 de Março de 2010, de acordo com deliberação da Assembleia Geral, a CEMG distribuiu resultados ao Montepio Geral – Associação Mutualista no montante de Euros 20 300 000 (2009: Euros 11 271 000).

43. Justo valor

O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, como acontece em muitos dos produtos colocados junto de clientes, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa.

A geração de fluxos de caixa dos diferentes instrumentos comercializados é feita com base nas respectivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas incorporam quer a curva de taxas de juro de mercado, quer as actuais condições da política de *pricing* da CEMG.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjectividade, e reflecte exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros. Não considera, no entanto, factores de natureza prospectiva, como por exemplo a evolução futura de negócio.

Nestas condições, os valores apresentados não podem ser entendidos como uma estimativa do valor económico da CEMG.

Os Activos e Passivos ao justo valor da CEMG são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia:

1. Valores de cotação de mercado – nesta categoria incluem-se as cotações disponíveis em mercados oficiais e as divulgadas por entidades que habitualmente fornecem preços de transacções para estes activos/passivos negociados em mercados líquidos.
2. Métodos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado – consiste na utilização de modelos internos de valorização, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de avaliação de opções, que implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objecto de valorização. Não obstante, a CEMG utiliza como *inputs* nos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro, *spreads* de crédito, volatilidade e índices sobre cotações. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida.
3. Métodos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado – neste agregado incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

De seguida, são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros:

– **Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais, Disponibilidades em outras Instituições de Crédito e Recursos de outras Instituições de Crédito**

  Atendendo ao prazo extremamente curto associado a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma razoável estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros.

– **Aplicações em Instituições de Crédito, Recursos em Mercado Monetário Interbancário e Activos com Acordos de Recompra**

  O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos, considerando que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas.

  A taxa de desconto utilizada reflecte as actuais condições praticadas pela CEMG em idênticos instrumentos para cada um dos diferentes prazos de maturidade residual.

– **Activos financeiros detidos para negociação (excepto derivados), Passivos financeiros detidos para negociação (excepto derivados) e Activos financeiros disponíveis para venda**

  Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respectivos.

  As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros – Reuters e Bloomberg – mais concretamente as que resultam das cotações dos *swaps* de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. A curva de taxa de juro obtida é ainda calibrada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos

de interpolação adequados. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

Caso exista opcionalidade envolvida, utilizam-se os modelos standards (*Black-Scholes*, *Black*, *Ho* e outros) considerando as superfícies de volatilidade aplicáveis. Sempre que se entenda que não existem referências de mercado de qualidade suficiente ou que os modelos disponíveis não se aplicam integralmente face às características do instrumento financeiro, utilizam-se cotações específicas fornecidas por uma entidade externa, tipicamente a contraparte do negócio.

No caso de acções não cotadas, estas encontram-se reconhecidas ao custo histórico sempre que não exista disponível um valor de mercado e não seja possível determinar com fiabilidade o seu justo valor.

– **Investimentos detidos até à maturidade**

Estes investimentos estão contabilizados ao custo amortizado líquido de imparidade. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxo de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respectivos.

– **Derivados de cobertura e de negociação**

Todos os derivados encontram-se contabilizados pelo seu justo valor.

No caso daqueles que são cotados em mercados organizados utiliza-se o respectivo preço de mercado. Quanto aos derivados negociados «ao balcão», aplicam-se os métodos numéricos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa e modelos de avaliação de opções considerando variáveis de mercado nomeadamente as taxas de juro aplicáveis aos instrumentos em causa, e sempre que necessário, as respectivas volatilidades.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros – Reuters e Bloomberg – mais concretamente as que resultam das cotações dos *swaps* de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. A curva de taxa de juro obtida é ainda calibrada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados.

As curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

– **Créditos a clientes com maturidade definida**

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações, ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais da CEMG para cada uma das classes homogéneas deste tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de *swaps* de taxa de juro, no final do ano) e o *spread* praticado à data de reporte. Este foi calculado através da média da produção dos últimos três meses do ano.

A taxa média de desconto foi de 5,73% em Dezembro de 2010 (2009: 2,61%) assumindo a projecção das taxas variáveis segundo a evolução das taxas *forward* implícitas nas curvas de taxas de juro. Os cálculos efectuados incorporam o *spread* de risco de crédito.

– **Créditos a clientes sem maturidade definida e Débitos à vista para com clientes**

Atendendo ao curto prazo deste tipo de instrumentos, as condições da carteira actual deste tipo de instrumentos são semelhantes às praticadas à data de reporte, pelo que o seu valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

– **Recursos de clientes**

O justo valor destes instrumentos financeiros é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais da CEMG para este tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante.

A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de *swaps* de taxa de juro, no final do ano) e o spread actual da CEMG à data de reporte. Este foi calculado através da média da produção dos últimos três meses do ano.

A taxa média de desconto foi de 3,90% em Dezembro de 2010 (2009: 0,65%).

– **Responsabilidades representadas por títulos e Outros passivos subordinados**

Para estes instrumentos financeiros foi calculado o justo valor para as componentes que ainda não se encontram reflectidas em balanço. Os instrumentos que são a taxa fixa e para os quais a CEMG adopta contabilisticamente uma política de hedge-accounting, o justo valor relativamente ao risco de taxa de juro já se encontra registado.

Para o cálculo do justo valor foram levadas em consideração as outras componentes de risco, para além do risco de taxa de juro já registado. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assentou na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e a margem comercial, esta última apenas no caso de emissões colocadas nos clientes não institucionais da CEMG.

Como referência original utilizaram-se as curvas resultantes do mercado de *swaps* de taxa de juro para cada moeda específica. O risco de crédito (*spread* de crédito) é representado por um excesso à curva de *swaps* de taxa de juro apurado especificamente para cada prazo e classe de instrumentos tendo como base preços de mercado sobre instrumentos equivalentes.

No caso das emissões próprias destinadas a colocação junto dos clientes não institucionais da CEMG, adicionou-se mais um diferencial (*spread* comercial) que representa a margem existente entre o custo de financiamento no mercado institucional e o que se obtém distribuindo o instrumento respectivo na rede comercial própria.

No quadro seguinte apresenta-se, com referência a 31 de Dezembro de 2010, a tabela com os valores da taxa de juro utilizadas no apuramento da curva taxa de juro das principais moedas, nomeadamente Euros, Dólares Norte-Americanos, Libras Esterlinas, Coroas Checas e Dólares de Hong-Kong utilizadas para a determinação do justo valor dos activos e passivos financeiros da CEMG:

	Moedas		
	Euros	**Dólar Norte-Americano**	**Libra Esterlina**
1 dia	0,400%	0,300%	0,550%
7 dias	0,350%	0,300%	0,550%
1 mês	0,810%	0,300%	0,680%
2 meses	0,910%	0,310%	0,720%
3 meses	1,010%	0,430%	0,820%
6 meses	1,230%	0,530%	1,260%
9 meses	1,370%	0,720%	1,415%
1 ano	1,510%	0,880%	1,520%
2 anos	1,561%	0,797%	1,505%
3 anos	1,945%	1,282%	1,945%
5 anos	2,481%	2,179%	2,630%
7 anos	2,893%	2,838%	3,103%
10 anos	3,305%	3,386%	3,535%
15 anos	3,638%	3,844%	3,535%
20 anos	3,697%	4,020%	3,535%
30 anos	3,496%	4,130%	3,535%

No quadro seguinte apresenta-se, com referência a 31 de Dezembro de 2009, a tabela com os valores da taxa de juro utilizadas no apuramento da curva taxa de juro das principais moedas, nomeadamente Euros, Dólares Norte-Americanos, Libras Esterlinas, Coroas Checas e Dólares de Hong-Kong utilizadas para a determinação do justo valor dos activos e passivos financeiros da CEMG:

	Moedas				
	Euros	Dólar Norte-Americano	Libra Esterlina	Coroa Checa	Dólar de Hong-Kong
1 dia	0,300%	0,170%	0,565%	0,950%	0,360%
7 dias	0,300%	0,390%	0,565%	0,950%	0,360%
1 mês	0,465%	0,420%	0,580%	1,175%	0,125%
2 meses	0,500%	0,440%	0,625%	1,295%	0,075%
3 meses	0,630%	0,480%	0,705%	1,405%	0,120%
6 meses	0,930%	0,630%	0,920%	1,655%	0,110%
9 meses	1,090%	0,740%	1,210%	1,835%	0,240%
1 ano	1,210%	1,110%	1,575%	1,955%	0,595%
2 anos	1,861%	1,431%	1,993%	2,270%	1,220%
3 anos	2,260%	2,082%	2,650%	2,640%	1,840%
5 anos	2,805%	2,995%	3,388%	3,010%	2,720%
7 anos	3,213%	3,532%	3,768%	3,240%	3,200%
10 anos	3,598%	3,982%	4,088%	3,540%	3,570%
15 anos	3,963%	4,375%	4,088%	3,820%	3,570%
20 anos	4,070%	4,471%	4,088%	3,900%	3,570%
30 anos	3,952%	4,541%	4,088%	3,900%	3,570%

Câmbios e volatilidades cambiais

Seguidamente apresentam-se as taxas de câmbio (Banco Central Europeu) à data de balanço e as volatilidades implícitas (*at the Money*) para os principais pares de moedas, utilizadas na avaliação dos derivados:

			Volatilidade (%)				
Cambial	2010	2009	1 mês	3 meses	6 meses	9 meses	1 ano
EUR/USD	1,3362	1,4406	13,55	14,40	14,65	14,70	14,75
EUR/GBP	0,8608	0,8881	9,50	10,35	10,95	11,20	11,50
EUR/CHF	1,2504	1,4836	12,30	12,20	12,20	12,20	12,15
EUR/JPY	108,85	133,16	12,80	14,50	15,75	16,30	16,80

Relativamente às taxas de câmbio, o grupo utiliza nos seus modelos de avaliação a taxa *spot* observada no mercado no momento da avaliação.

A decomposição dos principais ajustamentos aos valores de balanço dos activos e passivos financeiros da CEMG contabilizados ao valor contabilístico (custo histórico) e ao justo valor é analisada como segue:

	2010								
	Negociação Euros '000	Designado ao justo valor Euros '000	Detido até a maturidade Euros '000	Empréstimos e aplicações Euros '000	Disponíveis para venda Euros '000	Outros ao custo amortizado Euros '000	Outros Euros '000	Valor contabilístico Euros '000	Justo valor Euros '000
Activos financeiros:									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	–	–	–	240 024	–	–	–	240 024	240 024
Disponibilidades em outras instituições de crédito	–	–	–	74 353	–	–	–	74 353	74 353
Aplicações em instituições de crédito	–	–	–	338 662	–	–	–	338 662	338 662
Crédito a clientes	–	–	–	14 554 133	–	–	–	14 554 133	13 528 145
Activos financeiros detidos para negociação	130 865	–	–	–	–	–	–	130 865	130 865
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	–	3 952	–	–	–	–	–	3 952	3 952
Activos financeiros disponíveis para venda	–	–	–	–	2 430 568	–	–	2 430 568	2 430 568
Derivados de cobertura	2 810	–	–	–	–	–	–	2 810	2 810
Investimentos detidos até à maturidade	–	–	58 144	–	–	–	–	58 144	57 590
Investimentos em associadas e outras	–	–	–	–	–	–	37 060	37 060	37 060
	133 675	3 952	58 144	15 207 172	2 430 568	–	37 060	17 870 571	16 844 029
Passivos financeiros:									
Recursos de bancos centrais	–	–	–	–	–	1 540 266	–	1 540 266	1540 266
Recursos de outras instituições de crédito	–	–	–	–	–	901 742	–	901 742	901 823
Recursos de clientes	–	–	–	–	–	10 007 563	–	10 007 563	9 970 687
Responsabilidades representadas por títulos	–	–	–	–	–	3 836 243	–	3 836 243	4 735 077
Passivos financeiros detidos para negociação	53 891	–	–	–	–	–	–	53 891	53 891
Derivados de cobertura	1 408	–	–	–	–	–	–	1 408	1 408
Outros passivos subordinados	–	–	–	–	–	380 986	–	380 986	369 748
	55 299	–	–	–	–	16 666 800	–	16 722 099	17 572 900

	2009								
	Negociação Euros '000	Designado ao justo valor Euros '000	Detido até a maturidade Euros '000	Empréstimos e aplicações Euros '000	Disponíveis para venda Euros '000	Outros ao custo amortizado Euros '000	Outros Euros '000	Valor contabilístico Euros '000	Justo valor Euros '000
Activos financeiros:									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	–	–	–	305 018	–	–	–	305 018	305 018
Disponibilidades em outras instituições de crédito	–	–	–	69 870	–	–	–	69 870	69 870
Aplicações em instituições de crédito	–	–	–	370 938	–	–	–	370 938	370 938
Crédito a clientes	–	–	–	14 682 382	–	–	–	14 682 382	13 559 183
Activos financeiros detidos para negociação	103 195	–	–	–	–	–	–	103 195	103 195
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	–	4 192	–	–	–	–	–	4 192	4 192
Activos financeiros disponíveis para venda	–	–	–	–	1 282 417	–	–	1 282 417	1 282 417
Derivados de cobertura	5 109	–	–	–	–	–	–	5 109	5 109
Investimentos detidos até à maturidade	–	–	33 523	–	–	–	–	33 523	34 681
Investimentos em associadas e outras	–	–	–	–	–	–	40 775	40 775	40 775
	108 304	4 192	33 523	15 428 208	1 282 417	–	40 775	16 897 419	15 775 378
Passivos financeiros:									
Recursos de bancos centrais	–	–	–	–	–	502 353	–	502 353	502 353
Recursos de outras instituições de crédito	–	–	–	–	–	637 770	–	637 770	637 907
Recursos de clientes	–	–	–	–	–	9 180 858	–	9 180 858	9 216 700
Responsabilidades representadas por títulos	–	–	–	–	–	4 914 915	–	4 914 915	5 780 200
Passivos financeiros detidos para negociação	41 724	–	–	–	–	–	–	41 724	41 724
Derivados de cobertura	598	–	–	–	–	–	–	598	598
Outros passivos subordinados	–	–	–	–	–	381 043	–	381 043	359 999
	42 322	–	–	–	–	15 616 939	–	15 659 261	16 539 481

44. Benefícios a colaboradores

A CEMG assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores, pensões de reforma por velhice e por invalidez, nos termos do estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário (ACT). Para a cobertura das suas responsabilidades são efectuadas contribuições para o «Fundo de Pensões» o qual é gerido pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o número de participantes abrangidos por este plano de pensões de reforma era o seguinte:

	2010	2009
Número de participantes		
Reformados e pensionistas	742	738
Pessoal no activo	2 885	2 844
	3 627	3 582

De acordo com a política contabilística 1.14, as responsabilidades da CEMG por pensões de reforma e respectivas coberturas, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, calculada com base no método de crédito das unidades projectadas, é analisada como segue:

	2010				2009			
	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Total Euros '000	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Total Euros '000
Activos/(Responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço								
Responsabilidades								
Reformados e pensionistas	(239 208)	(695)	(15 549)	(255 452)	(232 236)	(653)	(15 095)	(247 984)
Pessoal no activo	(319 394)	(7 120)	(15 174)	(341 688)	(300 758)	(6 874)	(14 206)	(321 838)
	(558 602)	(7 815)	(30 723)	(597 140)	(532 994)	(7 527)	(29 301)	(569 822)
Valor do Fundo	513 907	6 328	24 862	545 097	474 287	6 208	24 388	504 883
Défice de cobertura	(44 695)	(1 487)	(5 861)	(52 043)	(58 707)	(1 319)	(4 913)	(64 939)
Desvios actuariais diferidos	105 756	(7 701)	295	98 350	93 339	(7 356)	333	86 316
Activos / (Responsabilidades) líquidas em balanço	61 061	(9 188)	(5 566)	46 307	34 632	(8 675)	(4 580)	21 377

Em 31 de Dezembro de 2010, não existem imóveis utilizados pela CEMG ou títulos emitidos por esta, registados nas Demonstrações Financeiras do Fundo.

De acordo com a política contabilística 1.14, a CEMG procede ao cálculo das responsabilidades com pensões de reforma e dos ganhos e perdas actuariais semestralmente. Os activos líquidos com pensões encontram-se registados em Outros activos (ver nota 30).

De acordo com a referida política e conforme o estabelecido na IAS 19 – Benefícios dos empregados, a CEMG avalia à data de cada balanço, a recuperabilidade do excesso de cobertura do fundo face às respectivas responsabilidades com pensões.

A evolução das responsabilidades por benefícios projectados durante o exercício de 2010 e 2009 é analisado conforme segue:

	2010				2009			
	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Total Euros '000	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Total Euros '000
Valores em 1 de Janeiro	532 994	7 527	29 301	569 822	481 168	6 705	26 339	514 212
Custo do serviço corrente	15 241	440	714	16 395	14 983	422	705	16 110
Custo dos juros	29 314	414	1 612	31 340	27 667	386	1 514	29 567
Ganhos e (perdas) actuariais								
– Não decorrentes de alterações de pressupostos	(2 772)	(566)	(905)	(4 243)	(1 412)	(299)	(486)	(2 197)
– Resultantes de alterações de pressupostos	–	–	–	–	22 452	313	1 229	23 994
Pagamentos	(18 348)	–	–	(18 348)	(16 664)	–	–	(16 664)
Reformas antecipadas	2 174	–	–	2 174	4 800	–	–	4 800
Valores a 31 de Dezembro	558 603	7 815	30 722	597 140	532 994	7 527	29 301	569 822

A evolução dos valores relativos a responsabilidades não financiadas por benefícios projectados durante os exercícios de 2010 e 2009, é analisada conforme segue:

	2010				2009			
	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Total Euros '000	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Total Euros '000
Valores em 1 de Janeiro	58 707	1 319	4 913	64 939	73 048	1 018	3 998	78 064
Custo do serviço corrente	15 241	440	714	16 395	14 983	422	705	16 110
Custo dos juros	29 314	414	1 612	31 340	27 667	386	1 514	29 567
Rendimento esperado dos activos	(26 087)	(341)	(1 341)	(27 769)	(23 467)	(327)	(1 284)	(25 078)
Reformas antecipadas	2 174	–	–	2 174	4 800	–	–	4 800
Ganhos e (perdas) actuariais								
– Não decorrentes de alterações de pressupostos	14 097	(345)	(38)	13 714	(15 348)	(493)	(1 249)	(17 090)
– Resultantes de alterações de pressupostos	–	–	–	–	22 452	313	1 229	23 994
Contribuições para o Fundo	(48 750)	–	–	(48 750)	(45 553)	–	–	(45 553)
Encargos suportados pelo Fundo	–	–	–	–	125	–	–	125
Valores a 31 de Dezembro	44 696	1 487	5 860	52 043	58 707	1 319	4 913	64 939

Os elementos patrimoniais que compõem o activo do Fundo de pensões podem ser analisados como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Acções	44 703	40 774
Outros títulos de rendimento variável	102 088	78 910
Obrigações	339 418	296 343
Aplicações em bancos e outras	58 888	88 856
	545 097	504 883

Os títulos emitidos por empresas da CEMG existentes na carteira do Fundo são analisados como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Títulos de rendimento fixo	9 461	4 606
Títulos de rendimento variável	5 120	4 281
	14 581	8 887

A evolução do valor dos activos do Fundo durante o exercício de 2010 e 2009 é analisada conforme segue:

	2010				2009			
	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Total Euros '000	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Total Euros '000
Valores em 1 de Janeiro	474 287	6 208	24 388	504 883	408 120	5 687	22 341	436 148
Rendimento esperado dos activos	26 087	341	1 341	27 769	23 467	327	1 284	25 078
Ganhos e (perdas) actuariais	(16 869)	(221)	(867)	(17 957)	13 936	194	763	14 893
Contribuições para o Fundo da CEMG	47 097	–	–	47 097	43 924	–	–	43 924
Contribuições para o Fundo dos empregados	1 653	–	–	1 653	1 629	–	–	1 629
Pagamentos	(18 348)	–	–	(18 348)	(16 664)	–	–	(16 664)
Outros	–	–	–	–	(125)	–	–	(125)
Valores a 31 de Dezembro	513 907	6 328	24 862	545 097	474 287	6 208	24 388	504 883

As contribuições para o Fundo incluem a contribuição adicional no montante de Euros 23 500 000, efectuada pela CEMG em Janeiro de 2011 com data-valor de 2010. As contribuições efectuadas ao Fundo pela CEMG durante o exercício de 2010 foram efectuadas na sua totalidade em dinheiro.

Em conformidade com o disposto na IAS 19, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as perdas actuariais diferidas, incluindo o valor do corredor, são analisadas como segue:

	2010				2009			
	Pensões de reforma Euros '000	**Subsídio por morte Euros '000**	**Benefícios de saúde Euros '000**	**Total Euros '000**	**Pensões de reforma Euros '000**	**Subsídio por morte Euros '000**	**Benefícios de saúde Euros '000**	**Total Euros '000**
Desvios actuariais diferidos no início do exercício	93 339	(7 356)	333	86 316	87 512	(7 176)	353	80 689
(Ganhos) e perdas actuariais no ano:								
– Actuariais	(2 772)	(566)	(905)	(4 243)	21 040	14	743	21 797
– Financeiros	16 869	221	867	17 957	(13 936)	(194)	(763)	(14 893)
Amortização das perdas actuariais acima do corredor	(1 680)	–	–	(1 680)	(1 277)	–	–	(1 277)
Valores a 31 de Dezembro	105 756	(7 701)	295	98 350	93 339	(7 356)	333	86 316
Dos quais:								
Dentro do corredor	64 211	(4 676)	179	59 714	61 618	(4 856)	220	56 982
Fora do corredor	41 545	(3 025)	116	38 636	31 721	(2 500)	113	29 334

Considerando os ganhos e perdas actuariais registados no cálculo das responsabilidades e no valor do Fundo, com referência a 31 de Dezembro de 2010, o valor do corredor calculado de acordo com o parágrafo 92 da IAS 19 ascendia a Euros 59 714 000 (2009: Euros 56 982 000).

Com referência a 31 de Dezembro de 2010, os ganhos e perdas actuariais acima do valor do corredor no montante de Euros 38 636 000 (2009: Euros 29 334 000) serão reconhecidos em resultados do exercício durante um período de 24 anos, tendo como base o saldo no final do período anterior, conforme referido na política contabilística 1.14.

Em 2010, a CEMG reconheceu, como encargos com pensões de reforma o montante de Euros 23 820 000 (2009: Euros 26 676 000).

A análise do custo do exercício é apresentada como segue:

	2010				2009			
	Pensões de reforma Euros '000	**Subsídio por morte Euros '000**	**Benefícios de saúde Euros '000**	**Total Euros '000**	**Pensões de reforma Euros '000**	**Subsídio por morte Euros '000**	**Benefícios de saúde Euros '000**	**Total Euros '000**
Custo dos serviços correntes	15 241	440	714	16 395	14 983	422	705	16 110
Custo dos juros	29 314	414	1 612	31 340	27 667	386	1 514	29 567
Rendimento esperado dos activos	(26 087)	(341)	(1 341)	(27 769)	(23 467)	(327)	(1 284)	(25 078)
Amortização de ganhos e perdas actuariais	1 680	–	–	1 680	1 277	–	–	1 277
Reformas antecipadas	2 174	–	–	2 174	4 800	–	–	4 800
Custo do exercício	22 322	513	985	23 820	25 260	481	935	26 676

Após a análise dos indicadores de mercado, em particular as perspectivas de taxa de inflação e a taxa de juro de longo prazo para a Zona Euro, bem como das características demográficas dos seus colaboradores, a CEMG manteve os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma com referência a 31 de Dezembro de 2010. Os pressupostos actuariais referentes a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, são apresentados como segue:

	Pressupostos
Taxa de crescimento salarial	3,00%
Taxa de crescimento das pensões	2,00%
Taxa de rendimento do fundo	5,50%
Taxa de desconto	5,50%
Tábua de mortalidade	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80

Os pressupostos de base utilizados no cálculo do valor actuarial das responsabilidades estão de acordo com os requisitos definidos pela IAS 19.

Não são considerados decrementos de invalidez no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos actuariais líquidos do exercício de 2010 de Euros 13 714 000 (2009: Euros 6 904 000) são relativos à diferença entre os pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades e os valores efectivamente verificados bem como do impacto da alteração de pressupostos e são analisados conforme segue:

	(Ganhos) / Perdas actuariais	
	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Taxa de desconto	–	23 293
Taxa de crescimento dos salários	(1 629)	(1 334)
Taxa de crescimento das pensões	(2 614)	(162)
Rendimento dos fundos	17 957	(14 893)
	13 714	6 904

Os custos com os benefícios de saúde têm um impacto significativo no custo com pensões. Considerando, este impacto, procedeu-se a uma análise da sensibilidade a uma variação positiva (passando de 6,5% e 7,5% no exercício de 2010) e a uma variação negativa (passando de 6,5% para 5,5% no exercício de 2010) de um ponto percentual no valor dos custos com benefícios de saúde cujo impacto é analisado como segue:

	Variação positiva de 1% (6,5% para 7,5%)		Variação negativa de 1% (6,5% para 5,5%)	
	2010 Euros '000	2009 Euros '000	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Impacto no custo com pensões	(2 392)	(2 322)	2 392	2 322
Impacto das responsabilidades	(2 335)	(2 186)	2 335	2 186

O valor das responsabilidades com benefícios de saúde está integralmente coberto pelo Fundo de Pensões e correspondente em 2010 a Euros 30 723 000 (2009: Euros 29 301 000).

O valor estimado das contribuições a efectuar em 2011 no âmbito do Plano de Pensões é de Euros 34 090 000 (2009: Euros 28 000 000).

A evolução dos activos/(responsabilidades) líquidas em balanço pode ser analisada como segue:

	2010				2009			
	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Total Euros '000	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Total Euros '000
No início do exercício	27 654	(1 697)	(4 580)	21 377	14 464	(8 194)	(3 645)	2 625
Custo do exercício	(22 322)	(513)	(985)	(23 820)	(25 260)	(481)	(935)	(26 676)
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas	48 750	–	–	48 750	45 553	–	–	45 553
Outros	–	–	–	–	(125)	–	–	(125)
Valores a 31 de Dezembro	54 082	(2 210)	(5 565)	46 307	34 632	(8 675)	(4 580)	21 377

O evolutivo das responsabilidades e saldo dos fundos, bem como dos ganhos e perdas de experiência nos últimos 5 anos é como segue:

	2010			2009			2008			2007			2006		
	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '00	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '00	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '00
Responsabilidades	(558 602)	(7 815)	(30 723)	(532 994)	(7 527)	(29 301)	(481 168)	(6 705)	(26 339)	(509 771)	(8 336)	(30 158)	(475 205)	–	(31 190)
Saldo do fundo	513 907	6 328	24 862	474 287	6 208	24 388	408 120	5 687	22 341	411 805	6 734	24 362	351 341	–	23 060
Responsabilidades (sub) / sobre financiadas	(44 695)	(1 487)	85 861)	(58 707)	(1 319)	(4 913)	(73 048)	(1 018)	(3 998)	(97 966)	(1 602)	(5 796)	(123 864)	–	(8 130)
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes das responsabilidades	(2 772)	(566)	(905)	(1 412)	(299)	(486)	2 419	(2 003)	(1 638)	11 490	1 359	(3 266)	3 781	–	248
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes dos activos do fundo	16 869	221	867	(13 936)	(194)	(763)	47 769	1 401	3 300	2 372	(6 734)	(207)	(3 929)	–	(258)

45. Transacções com partes relacionadas

À data de 31 de Dezembro de 2010, os débitos detidos pela CEMG sobre empresas participadas, representadas ou não por títulos, incluídos nas rubricas Recursos de clientes e Outros passivos subordinados são analisados como segue:

Empresa	Recursos de clientes Euros '000	Outros passivos subordinados Euros '000	Total Euros '000
Lusitania Companhia de Seguros, S.A.	3 902	13 350	17 252
Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A.	18 979	3 250	22 229
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	455	–	455
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	3 006	–	3 006
MG Gestão de Activos Financeiros – S.G.F.I.M., S.A.	58 654	–	58 654
Futuro – Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.	80 707	–	80 707
	165 703	16 600	182 303

À data de 31 de Dezembro de 2009, os débitos detidos pela Caixa sobre empresas participadas, representadas ou não por títulos, incluídos nas rubricas Recursos de clientes e Outros passivos subordinados são analisados como segue:

Empresa	Recursos de clientes Euros '000	Outros passivos subordinados Euros '000	Total Euros '000
Lusitania Companhia de Seguros, S.A.	7 188	13 700	20 888
Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A.	12 540	3 250	15 790
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	271	–	271
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	2 003	–	2 003
MG Gestão de Activos Financeiros – S.G.F.I.M., S.A.	63 419	–	63 419
Futuro – Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.	152 427	–	152 427
	237 848	16 950	254 568

À data de 31 de Dezembro de 2010, os proveitos da CEMG sobre empresas subsidiárias, incluídos nas rubricas Juros e rendimentos equiparados e Comissões e proveitos, são analisados como segue:

Empresa	Juros e rendimentos equiparados Euros '000	Comissões e proveitos Euros '000	Total Euros '000
Lusitania Companhia de Seguros, S.A.	47	6 890	6 937
Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A.	4	3 213	3 217
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	–	–	–
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	–	28 158	28 158
MG Gestão de Activos Financeiros – S.G.F.I.M., S.A.	–	3 017	3 017
Futuro – Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.	1	12	13
	52	41 290	41 342

À data de 31 de Dezembro de 2009, os proveitos da CEMG sobre empresas subsidiárias, incluídos nas rubricas Juros e rendimentos equiparados e Comissões e proveitos, são analisados como segue:

Empresa	Juros e rendimentos equiparados Euros '000	Comissões e proveitos Euros '000	Total Euros '000
Lusitania Companhia de Seguros, S.A.	12	4 130	4 142
Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A.	–	8 642	8 642
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	1	–	1
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	–	26 610	26 610
MG Gestão de Activos Financeiros – S.G.F.I.M., S.A.	–	3 173	3 173
Futuro – Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.	7	3 009	3 016
	20	45 564	45 584

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão bem como as transacções efectuadas com os mesmos, constam na nota 10.

Todas as transacções efectuadas com partes relacionadas são realizadas a preços normais de mercado, obedecendo ao princípio do justo valor.

Durante os exercícios de 2010 e 2009, não se efectuaram transacções com o fundo de pensões da CEMG.

46. Securitização de activos

Em 31 de Dezembro de 2010, existem seis operações de titularização celebradas entre a CEMG e outras instituições financeiras que são apresentadas nos parágrafos seguintes.

Em 19 de Dezembro de 2002, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com um *Special Purpose Vehicle* («SPV») – *Pelican Mortgages No*. 1 PLC – sediado em Dublin, um contrato de titularização de créditos hipotecários. O prazo total da operação é de 35 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 650 000 000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,016% do par.

Em 29 de Setembro de 2003, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com um *Special Purpose Vehicle* («SPV») – *Pelican Mortgages No*. 2 PLC – sediado em Dublin, um contrato de titularização de créditos hipotecários. O prazo total da operação é de 33 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 700 000 000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,0286% do par.

Em 30 de Março de 2007, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos hipotecários *Pelican Mortgages No*. 3. O prazo total da operação é de 47 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 750 000 000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,0165% do par.

Em 20 de Maio de 2008, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos hipotecários *Pelican Mortgages No*. 4. O prazo total da operação é de 48 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 1 000 000 000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,083% do par.

Em 25 de Março de 2009, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos hipotecários *Pelican Mortgages No*. 5. O prazo total da operação é de 52 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 1 000 000 000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,0564% do par.

Em 22 de Junho de 2010, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos de pequenas e médias empresas *Pelican* SME. O prazo total da operação é de 26 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 1 167 000 000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,15% das *Asset Backed Notes*.

O *servicer* das operações é a Caixa Económica Montepio Geral, assumindo a cobrança dos créditos cedidos no âmbito da operação e canalizando os valores recebidos, por via da efectivação do devido depósito, para o *Pelican Mortgages No*. 1 PLC e para o *Pelican Mortgages No*. 2 PLC.

Até 31 de Dezembro de 2004, de acordo com os princípios contabilísticos definidos pelo Banco de Portugal, os activos, créditos e títulos cedidos pela CEMG no âmbito das referidas operações de titularização foram desreconhecidos. Os títulos adquiridos no âmbito destas operações foram contabilizados como títulos de investimento e provisionados de acordo com as regras definidas pelo Aviso n.º 27/2000 do Banco de Portugal.

Em conformidade com a IFRS 1, o critério de desreconhecimento seguido nas demonstrações financeiras individuais da CEMG, não sofreu alterações para todas as operações realizadas até 1 de Janeiro de 2004. Todas as operações efectuadas a partir desta data terão que ser analisadas no âmbito das regras de desreconhecimento de acordo com a IAS 39, segundo o qual, se forem transferidos uma parte substancial dos riscos e benefícios associados aos activos ou se for transferido o controlo sobre os referidos activos, estes activos deverão ser desreconhecidos.

À data de 31 de Dezembro de 2010, as operações de titularização efectuadas pela CEMG são apresentadas como segue:

Emissão	Data de início	Moeda	Activo cedido	Montante inicial Euros'000
Pelican Mortgages No. 1	Dezembro de 2002	Euros	Crédito à habitação	650 000
Pelican Mortgages No. 2	Setembro de 2003	Euros	Crédito à habitação	700 000
Pelican Mortgages No. 3	Março de 2007	Euros	Crédito à habitação	750 000
Pelican Mortgages No. 4	Maio de 2008	Euros	Crédito à habitação	1 000 000
Pelican Mortgages No. 5	Março de 2009	Euros	Crédito à habitação	1 000 000
Pelican SME	Junho de 2010	Euros	Pequenas empresas	1 167 000
				5 267 000

O impacto das cedências de crédito no âmbito das operações de securitização, no activo da CEMG, na rubrica Crédito a clientes, pode ser analisado como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
*Pelican Mortgages No.*1	103 883	120 550
Pelican Mortgages No. 2	188 252	212 720
	292 135	333 270

Os títulos emitidos pelos veículos de titularização podem ser analisados, à data de 31 de Dezembro de 2010, como segue:

Emissão	Obrigações emitidas	Valor nominal inicial Euros	Valor nominal actual Euros	Interesse retido pela CEMG (Valor Nominal) Euros	Data de reembolso	*Rating* das obrigações (Inicial)			*Rating* das obrigações (Actual)		
						Fitch	Moody's	S&P	Fitch	Moody's	S&P
Pelican Mortgages No. 1	Classe A	611 000 000	59 038 057	–	2037	AAA	Aaa	n.d.	AAA	Aaa	n.d.
	Classe B	16 250 000	16 250 000	–	2037	AAA	A2	n.d.	AAA	A2	n.d.
	Classe C	22 750 000	22 750 000	–	2037	BBB+	Baa2	n.d.	BBB+	Baa2	n.d.
	Classe D	3 250 000	3 250 000	3 250 000	2037	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Pelican Mortgages No. 2	Classe A	659 750 000	146 009 080	–	2036	AAA	Aaa	AAA	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	17 500 000	17 500 000	–	2036	AAA	A1	AA–	AAA	A1	AA–
	Classe C	22 750 000	22 750 000	–	2036	A–	Baa2	BBB	A–	Baa2	A–
	Classe D	5 600 000	5 600 000	5 600 000	2036	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Pelican Mortgages No. 3	Classe A	701 315 365	375 426 745	–	2054	AAA	Aaa	AAA	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	14 250 000	9 692 987	–	2054	AA–	Aa2	AA–	AA–	Aa2	AA-
	Classe C	12 000 000	8 162 515	–	2054	A	A3	A	A–	A3	A
	Classe D	6 375 000	4 336 336	–	2054	BBB	Baa3	BBB	BBB	Baa3	BBB
	Classe E	7 361 334	–	–	2054	BBB–	n.d.	BBB–	BBB–	n.d.	BBB–
	Classe F	4 125 000	4 125 000	4 125 000	2054	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Pelican Mortgages No. 4	Classe A	832 000 000	700 671 652	700 671 652	2056	AAA	Aaa	n.d.	AAA	n.d.	n.d.
	Classe B	55 500 000	55 500 000	55 500 000	2056	AA	Aa	n.d.	AA	n.d.	n.d.
	Classe C	60 000 000	60 000 000	60 000 000	2056	A–	A–	n.d.	A–	n.d.	n.d.
	Classe D	25 000 000	25 000 000	25 000 000	2056	BBB	Bbb	n.d.	BBB	n.d.	n.d.
	Classe E	27 500 000	27 500 000	27 500 000	2056	BB	Bb	n.d.	BB	n.d.	n.d.
	Classe F	28 600 000	28 600 000	28 600 000	2056	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Pelican Mortgages No. 5	Classe A	750 000 000	659 334 339	659 334 339	2061	AAA	n.d.	n.d.	AAA	n.d.	n.d.
	Classe B	195 000 000	195 000 000	195 000 000	2061	BBB–	n.d.	n.d.	BBB–	n.d.	n.d.
	Classe C	27 500 000	27 500 000	27 500 000	2061	B	n.d.	n.d.	B	n.d.	n.d.
	Classe D	27 500 000	27 500 000	27 500 000	2061	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
	Classe E	4 500 000	3 961 974	3 961 974	2061	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
	Classe F	23 000 000	23 000 000	23 000 000	2061	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Pelican SME	Classe A	577 500 000	577 500 000	577 500 000	2036	AAA	n.d.	AAA	AAA	n.d.	AAA
	Classe B	472 500 000	472 500 000	472 500 000	2036	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
	Vert. Notes	117 000 000	117 000 000	117 000 000	2036	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
	Classe C	7 294 000	7 294 000	7 294 000	2036	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
	Resid. Notes	31 500 000	31 500 000	31 500 000	2036	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.

47. Reporte por segmentos

No exercício de 2010, a CEMG adoptou a IFRS 8 – Segmentos Operacionais para efeitos de divulgação da informação financeira por segmentos operacionais, tendo para o efeito passado a utilizar novos critérios na preparação desta informação.

A actividade consolidada da CEMG é desenvolvida essencialmente no sector financeiro e direccionada para as empresas, institucionais e clientes particulares. Tem o seu centro de decisão em Portugal o que confere ao território nacional o seu mercado privilegiado e natural de actuação.

Os produtos e serviços comercializados incluem toda a oferta inerente à actividade bancária universal, designadamente, a captação de depósitos, a concessão de crédito e serviços financeiros a empresas e particulares e custódia e ainda a comercialização de fundos de investimento e de seguros de vida e não vida, através das suas associadas do sector segurador. Adicionalmente, a CEMG realiza investimentos de curto, de médio e longo prazo nos mercados financeiro e cambial como forma de tirar vantagens das oscilações de preços ou como meio para rendibilizar os recursos financeiros disponíveis.

Para o efeito a CEMG conta com uma rede de 329 balcões em Portugal e com uma sucursal em Cabo Verde e 6 escritórios de representação.

Na avaliação do desempenho por áreas de negócio a CEMG considera os seguintes Segmentos Operacionais:

(1) Banca de Retalho, que inclui os subsegmentos de Particulares, Empresários em Nome Individual, Microempresas, e Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS);

(2) Banca de Empresas, que engloba as Grandes Empresas, as Pequenas e Médias Empresas, as Instituições Financeiras e o Sector Público Administrativo; e

(3) Outros Segmentos que agrupa as operações não incluídas nos outros segmentos, designadamente as operações e a gestão referentes à Carteira própria de Títulos e às Aplicações em Instituições de Crédito. Cada segmento engloba as estruturas da CEMG que a ele se encontram directa e indirectamente dedicadas, bem como as unidades autónomas da CEMG cuja actividade é imputada a um dos segmentos acima referidos.

Em termos geográficos a CEMG, embora concentrando a sua actividade em Portugal, possui alguma actividade internacional desenvolvida pelo Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, SA (IFI), pelo que segundo critérios geográficos, pode separar-se a actividade e resultados que são objecto de escrituração nas unidades localizadas em Portugal (Área Doméstica) da localizada em Cabo Verde (Área Internacional).

Descrição dos segmentos operacionais

Em base consolidada, cada um dos segmentos operacionais inclui os proveitos e os custos relacionados com as seguintes actividades, produtos, clientes e estruturas da CEMG:

Banca de Retalho

Este Segmento Operacional corresponde a toda a actividade desenvolvida pela CEMG, com os clientes particulares, empresários em nome individual microempresas e IPSS, comercialmente designados por segmento de Particulares e Pequenos Negócios, fundamentalmente originada através da rede de balcões, dos canais electrónicos e rede de promotores. A informação financeira do segmento relacionase com, entre outros produtos e serviços, o crédito à habitação, o crédito individual ou ao consumo, os depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de poupanças, os produtos soluções de reforma, tais como os PPR, os cartões de débito e de crédito, os serviços de gestão de contas e de meios de pagamento e os serviços de colocação de fundos de investimento e de compra e venda de títulos e de custódia, bem como colocação de seguros e serviços não financeiros.

Banca de Empresas

Este Segmento Operacional agrega a actividade da CEMG com as Pequenas, Médias e Grandes Empresas, através da rede de balcões e da estrutura comercial dedicada a este segmento. Inclui também o negócio com os clientes institucionais, designadamente do sector financeiro e da administração pública central, local e regional. De entre os produtos envolvidos destaca-se o crédito à tesouraria e ao investimento, o desconto comercial, as garantias prestadas o *leasing*, o *factoring*, o *renting*, as operações de estrangeiro, tais como os créditos documentários, cheques e remessas os depósitos serviços de pagamentos e recebimentos, os cartões e ainda serviços de custódia.

Outros segmentos

Neste segmento inclui-se toda a actividade desenvolvida de suporte às actividades principais que constituem o *core business* dos dois segmentos anteriores, designadamente a actividade de gestão financeira global da CEMG, os investimentos em instrumentos dos mercados de capitais (acções e obrigações), estejam eles integrados na carteira de

negociação, de justo valor através de resultados, de disponíveis para venda ou na carteira de investimentos detidos até à maturidade. Também é neste segmento que se incluem os impactos das decisões estratégicas com efeitos transversais à CEMG, os investimentos nas participações estratégicas minoritárias, a actividade inerente à gestão de riscos de taxa de juro e cambial, a gestão das posições curtas e longas em instrumentos financeiros, que permitam tirar partido das oscilações de preços nos mercados em que tais instrumentos são transaccionados, e a preparação e colocação pública ou privada de emissões de acções, obrigações e outros instrumentos de dívida.

Critérios de imputação dos resultados aos segmentos

A informação financeira consolidada apresentada para cada segmento foi preparada tendo por referência os critérios usados para a produção de informação interna com base na qual são tomadas as decisões da CEMG, tal como preconizado pela IFRS 8 – Segmentos Operacionais.

As políticas contabilísticas seguidas na preparação da informação relativa aos segmentos operacionais são as mesmas que as utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras e que se encontram descritas na politica contabilística 1, tendo sido adoptados ainda os seguintes princípios:

Mensuração dos lucros ou prejuízos dos segmentos

A CEMG utiliza o resultado como medida de mensuração dos lucros e prejuízos para a avaliação do desempenho de cada um dos segmentos operacionais.

Unidades operacionais autónomas

Como referido anteriormente, cada unidade operacional autónoma (banco MG Cabo Verde e empresas participadas) é avaliada isoladamente atendendo a que estas unidades são encaradas como centros de investimento. Complementarmente, atendendo às características do negócio que maioritariamente desenvolvem, são englobadas num dos Segmentos Operacionais pela sua totalidade, ou seja, activos, passivos, capital próprio afecto, proveitos e custos.

Estruturas da CEMG dedicadas ao segmento

A actividade da CEMG abrange a generalidade dos segmentos operacionais pelo que é objecto de desagregação em conformidade.

Na alocação da informação financeira são utilizados os seguintes princípios:

(i) Da originação das operações, ou seja, é imputado a cada segmento o negócio originado pelas estruturas comerciais, mesmo que, numa fase posterior a CEMG, estrategicamente, decida titularizar alguns dos activos neles originados;

(ii) Do cálculo da margem financeira inicial em função do volume de actividade directo e das taxas de juro das operações negociadas com os clientes para cada produto/segmento;

(iii) Do cálculo da margem financeira final através da cedência dos activos e passivos de cada produto/segmento a uma *pool*, que procede ao seu balanceamento e ajuste dos juros, tendo em conta as taxas de juro de mercado em cada momento, ou seja, a Euribor para diversos prazos;

(iv) Da imputação dos custos directos das estruturas comerciais dedicadas ao segmento;

(v) Da imputação dos custos indirectos (serviços centrais de apoio e informáticos);

(vi) Da imputação do risco de crédito determinado de acordo com o Aviso n.º 3/95 do BdP e com o modelo da imparidade.

As operações entre as unidades juridicamente autónomas da CEMG são realizadas a preços de mercado; o preço das prestações entre as estruturas de cada unidade, designadamente os preços estabelecidos para o fornecimento ou cedência interna de fundos, é determinado pelo sistema de ajuste através da *pool*, acima referido (que variam em função da relevância estratégica do produto e do equilíbrio das estruturas entre a função de captação de recursos e da concessão de crédito); as restantes prestações internas são alocadas aos segmentos com base em critérios definidos sem qualquer margem das estruturas fornecedoras.

Os riscos de taxa de juro, cambial, de liquidez e outros que não o risco de crédito, são imputados ao segmento Outros Segmentos.

Juros activos e passivos

Sendo a actividade consolidada da CEMG exercida essencialmente através do negócio bancário, significa que a maior parte das receitas geradas decorre da diferença entre os juros auferidos dos seus activos e os juros suportados pelos recursos financeiros que capta. Esta circunstância e o facto da actividade dos segmentos representar o negócio directo desenvolvido pelas unidades de negócio para cada produto, significa que os proveitos da actividade de intermediação são apresentados, tal como permitido pelo parágrafo 23 da IFRS 8, pelo valor líquido dos juros sob a designação de Resultado Financeiro.

Investimentos consolidados pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos em associadas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial estão incluídos no segmento designado por Operações entre Segmentos.

Activos não correntes

Os activos não correntes, na óptica preconizada na IFRS 8, incluem os Outros activos tangíveis e os Activos intangíveis. Na CEMG, estes activos encontram-se afectos ao segmento em que estas desenvolvem maioritariamente o seu negócio.

Activos por benefícios pós-emprego

Atendendo a que os factores que influenciam quer as responsabilidades quer o valor dos activos do Fundo de Pensões da CEMG correspondem, fundamentalmente, a elementos externos à actuação da gestão, a CEMG considera que os referidos elementos não devem influenciar o desempenho dos Segmentos Operacionais cuja actividade se desenvolve com clientes.

Áreas Doméstica e Internacional

Na apresentação da informação financeira por área geográfica, a unidade operacional que integra a Área Internacional é o Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (IFI).

Os elementos patrimoniais e económicos relativos à área internacional são os constantes das demonstrações financeiras daquela unidade com os respectivos ajustamentos e eliminações de consolidação.

Informação retrospectiva

A CEMG, a partir do exercício de 2009, inclusive, passou a adoptar as regras da IFRS 8 – Segmentos Operacionais, as quais diferem das utilizadas até então nas demonstrações financeiras. Consequentemente, a informação do exercício de 2008 foi reorganizada e preparada para apresentação, de forma a torná-la consistente e comparável com as exigências da IFRS 8.

O reporte por segmentos operacionais em 31 de Dezembro de 2010, é apresentado conforme segue:

Indicadores de exploração e de rendibilidade	Banca de Retalho Euros '000	Banca de Empresas Euros '000	Operações entre Segmentos Euros '000	Total Euros '000
Juros e rendimentos similares	627 432	104 296	29 460	761 188
Juros e encargos similares	418 716	43 848	27 676	490 240
Margem financeira	208 716	60 448	1 784	270 948
Rendimentos de instrumentos de capital	–	–	538	538
Rendimentos de serviços e comissões	66 746	14 354	8 075	89 175
Encargos com serviços e comissões	(10 297)	(2 426)	(2 482)	(15 205)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	–	–	45 857	45 857
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	–	–	12 692	12 692
Resultados de reavaliação cambial	–	–	2 344	2 344
Resultados de alienação de outros activos	2 943	275	(6 581)	(3 363)
Outros resultados de exploração	7 998	2 311	6 641	16 950
Total de proveitos operacionais	276 106	74 962	68 868	419 936
Custos com o pessoal	95 748	22 201	25 508	143 457
Gastos gerais administrativos	55 671	13 259	14 565	83 495
Depreciações e amortizações	13 961	3 319	3 570	20 850
Total de custos operacionais	165 380	38 779	43 643	247 802
Total Provisões e Imparidade	85 337	27 553	9 791	122 681
Resultado operacional	25 389	8 630	15 434	49 453
Resultados por equivalência patrimonial	–	–	1 954	1 954
Resultado consolidado do exercício	25 389	8 630	17 388	51 407
Activo líquido	9 013 324	3 062 231	6 173 735	18 249 290
Passivo	8 521 658	2 895 190	5 836 965	17 253 812
Investimentos em associadas	–	–	37 060	37 060

O reporte por segmentos operacionais em 31 de Dezembro de 2009, é apresentado conforme segue:

Indicadores de exploração e de rendibilidade	Banca de Retalho Euros '000	Banca de Empresas Euros '000	Operações entre Segmentos Euros '000	Total Euros '000
Juros e rendimentos similares	743 804	94 792	32 805	871 401
Juros e encargos similares	483 049	45 932	21 612	550 593
Margem financeira	260 755	48 860	11 193	320 808
Rendimentos de instrumentos de capital	–	–	703	703
Rendimentos de serviços e comissões	70 196	12 871	5 652	88 719
Encargos com serviços e comissões	(10 257)	(1 789)	(1 559)	(13 605)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	–	–	28 319	28 319
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	–	–	1 657	1 657
Resultados de reavaliação cambial	–	–	2 070	2 070
Resultados de alienação de outros activos	594	–	(205)	389
Outros resultados de exploração	5 864	340	10 453	16 657
Total de proveitos operacionais	327 152	60 282	58 283	445 717
Custos com o pessoal	108 581	19 367	19 404	147 352
Gastos gerais administrativos	58 205	11 067	9 932	79 204
Depreciações e amortizações	15 112	2 695	2 700	20 507
Total de custos operacionais	181 898	33 129	32 036	247 063
Total Provisões e Imparidade	124 882	20 010	11 789	156 681
Resultado operacional	20 372	7 143	14 458	41 973
Resultados por equivalência patrimonial	–	–	2 503	2 503
Resultado consolidado do exercício	20 372	7 143	16 961	44 476
Activo líquido	7 899 264	2 769 569	6 575 934	17 244 767
Passivo	7 447 511	2 611 180	6 199 862	16 258 553
Investimentos em associadas	–	–	40 775	40 775

A CEMG desenvolve um conjunto de actividades bancárias e serviços financeiros em Portugal e em Cabo Verde.

Segmentos geográficos

No âmbito da estratégia de desenvolvimento, a CEMG actua com especial enfoque nos mercados Português e Cabo Verdiano. Deste modo, a informação por segmentos geográficos encontra-se estruturada em Portugal e Cabo Verde, sendo que o segmento Portugal representa a actividade desenvolvida pela Caixa Económica Montepio Geral. O segmento Cabo Verde inclui as operações desenvolvidas pelo Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (IFI).

Em 31 de Dezembro de 2010, a contribuição líquida dos principais segmentos geográficos é apresentada como se segue:

Indicadores de exploração e de rendibilidade	Doméstica Euros '000	Internacional Euros '000	Ajustamentos Euros '000	Consolidado Euros '000
Juros e rendimentos similares	761 185	8 459	(8 456)	761 188
Juros e encargos similares	490 764	7 932	(8 456)	490 240
Margem financeira	270 421	527	–	270 948
Rendimentos de instrumentos de capital	1 244	–	(706)	538
Rendimentos de serviços e comissões	89 175	–	–	89 175
Encargos com serviços e comissões	(15 205)	–	–	(15 205)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	45 857	–	–	45 857
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	12 692	–	–	12 692
Resultados de reavaliação cambial	2 320	24	–	2 344
Resultados de alienação de outros activos	(3 363)	–	–	(3 363)
Outros resultados de exploração	16 975	(25)	–	16 950
Total de proveitos operacionais	420 116	526	(706)	419 936
Custos com o pessoal	143 457	–	–	143 457
Gastos gerais administrativos	83 442	53	–	83 495
Depreciações e amortizações	20 846	4	–	16 950
Total de custos operacionais	247 745	57	–	247 802
Imparidade do crédito	110 599	–	–	110 599
Imparidade de outros activos	12 166	–	–	12 166
Outras provisões	(84)	–	–	(84)
Resultado operacional	49 690	469	(706)	49 453
Resultados por equivalência patrimonial	1 954	–	–	1 954
Resultado consolidado do exercício	51 644	469	(706)	51 407

Indicadores de balanço	Doméstica Euros '000	Internacional Euros '000	Ajustamentos Euros '000	Consolidado Euros '000
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	240 024	–	–	240 024
Disponibilidades em outras instituições de crédito	74 344	249	(240)	74 353
Aplicações em instituições de crédito	338 662	362 564	(362 564)	338 662
Crédito a clientes	14 554 133	–	–	14 554 133
Activos financeiros detidos para negociação	130 865	–	–	130 865
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	3 952	–	–	3 952
Activos financeiros disponíveis para venda	2 430 568	–	–	2 430 568
Derivados de cobertura	2 810	–	–	2 810
Investimentos detidos até à maturidade	58 093	51	–	58 144
Investimentos em associadas e outras	44 061	–	(7 001)	37 060
Activos não correntes detidos para venda	162 374	–	–	162 374
Outros activos tangíveis	89 188	99	–	89 287
Activos intangíveis	18 254	–	–	18 254
Outros activos	108 804	–	–	108 804
Total do Activo	18 256 132	362 963	(369 805)	18 249 290
Recursos de bancos centrais	1 540 266	–	–	1 540 266
Recursos de outras instituições de crédito	899 742	2 000	–	901 742
Recursos de clientes	10 017 143	353 224	(362 804)	10 007 563
Responsabilidades representadas por títulos	3 836 243	–	–	3 836 243
Passivos financeiros detidos para negociação	53 891	–	–	53 891
Derivados de cobertura	1 408	–	–	1 408
Provisões	1 311	–	–	1 311
Outros passivos subordinados	380 986	–	–	380 986
Outros passivos	530 402	–	–	530 402
Total do Passivo	17 261 392	355 224	(362 804)	17 253 812
Capital	800 000	7 001	(7 001)	800 000
Reservas de justo valor	(85 706)	–	–	(85 706)
Outras reservas e resultados transitados	228 802	269	706	229 777
Resultado líquido do período	51 644	469	(706)	51 407
Total da Situação Líquida	994 740	7 739	(7 001)	995 478
Total do Passivo e Situação Líquida	18 256 132	362 963	(369 805)	18 249 290

Em 31 de Dezembro de 2009, a contribuição líquida dos principais segmentos geográficos é apresentada como se segue:

Indicadores de exploração e de rendibilidade	Doméstica Euros '000	Internacional Euros '000	Ajustamentos Euros '000	Consolidado Euros '000
Juros e rendimentos similares	871 401	10 242	(10 242)	871 401
Juros e encargos similares	551 445	9 390	(10 242)	550 593
Margem financeira	319 956	852	–	320 808
Rendimentos de instrumentos de capital	1 260	–	(557)	703
Rendimentos de serviços e comissões	88 719	–	–	88 719
Encargos com serviços e comissões	(13 605)	–	–	(13 605)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	28 317	2	–	28 319
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	1 657	–	–	1 657
Resultados de reavaliação cambial	2 052	18	–	2 070
Resultados de alienação de outros activos	389	–	–	389
Outros resultados de exploração	16 683	(26)	–	16 657
Total de proveitos operacionais	445 328	846	(557)	445 717
Custos com o pessoal	147 352	–	–	147 352
Gastos gerais administrativos	79 147	57	–	79 204
Depreciações e amortizações	20 502	5	–	20 507
Total de custos operacionais	247 001	62	–	247 063
Imparidade do crédito	144 490	–	–	144 490
Imparidade de outros activos	12 037	–	–	12 037
Outras provisões	154	–	–	154
Resultado operacional	42 959	784	(557)	41 973
Resultados por equivalência patrimonial	2 503	–	–	2 503
Resultado consolidado do exercício	44 249	784	(557)	44 476

Indicadores de balanço	Doméstica Euros '000	Internacional Euros '000	Ajustamentos Euros '000	Consolidado Euros '000
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	305 018	–	–	305 018
Disponibilidades em outras instituições de crédito	69 868	2	–	69 870
Aplicações em instituições de crédito	370 884	307 698	(307 644)	370 938
Crédito a clientes	14 682 382	–	–	14 682 382
Activos financeiros detidos para negociação	103 195	–	–	103 195
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	4 192	–	–	4 192
Activos financeiros disponíveis para venda	1 282 417	–	–	1 282 417
Derivados de cobertura	5 109	–	–	5 109
Investimentos detidos até à maturidade	33 523	–	–	33 523
Investimentos em associadas e outras	47 776	–	(7 001)	40 775
Activos não correntes detidos para venda	128 599	–	–	128 599
Outros activos tangíveis	91 173	102	–	91 275
Activos intangíveis	16 151	–	–	16 151
Outros activos	111 323	–	–	111 323
Total do Activo	17 251 610	307 802	(314 645)	17 244 767
Recursos de bancos centrais	502 353	–	–	502 353
Recursos de outras instituições de crédito	637 756	14	–	637 770
Recursos de clientes	9 188 690	299 812	(307 644)	9 180 858
Responsabilidades representadas por títulos	4 914 915	–	–	4 914 915
Passivos financeiros detidos para negociação	41 724	–	–	41 724
Derivados de cobertura	598	–	–	598
Provisões	1 490	–	–	1 490
Outros passivos subordinados	381 043	–	–	381 043
Outros passivos	597 801	–	–	597 802
Total do Passivo	16 266 372	299 826	(307 644)	16 258 553
Capital	760 000	7 001	(7 001)	760 000
Reservas de justo valor	(28 600)	–	–	(28 600)
Outras reservas e resultados transitados	209 590	191	557	210 338
Resultado líquido do período	44 249	784	(557)	44 476
Total da Situação Líquida	985 239	7 976	(7 001)	986 214
Total do Passivo e Situação Líquida	17 251 610	307 082	(323 505)	17 244 767

48. Gestão de riscos

O Grupo Montepio («CEMG») está sujeito a riscos de diversa ordem no âmbito do desenvolvimento da sua actividade.

A política de gestão de risco da CEMG visa a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a actividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por linha de negócio.

Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos financeiros – crédito, mercados, liquidez e operacional – a que se encontra sujeita a actividade da CEMG.

A análise e gestão dos riscos são efectuadas de um modo integrado, através da Direcção de Análise e Gestão de Riscos (DAGR), que integra quatro departamentos:

- Departamento de Risco de Crédito: responsável pelo desenvolvimento e integração nos processos de decisão dos modelos internos de análise de risco de crédito, assim como o reporte prudencial sobre Fundos Próprios e reportes internos sobre risco de crédito;
- Departamento de Riscos de Mercado: assegura a análise e reporte prudencial e interno dos riscos de mercado, taxa de juro, cambial e de liquidez, assim como a respectiva integração nos processos de decisão da sala de mercados;
- Departamento de Risco Operacional: responsável pela função de gestão do risco operacional;
- Departamento de Análise de Crédito a Empresas: integra os analistas de crédito, responsáveis pela apreciação de operações e atribuição de classificações internas de risco de crédito no segmento de empresas.

A DAGR assegura igualmente a articulação com o Banco de Portugal, no domínio dos reportes prudenciais, designadamente ao nível de requisitos de capital, risco de liquidez e risco de taxa de juro.

No âmbito da gestão e controlo do risco de crédito foram desenvolvidas várias actividades, das quais se destacam:

- Implementação de novos modelos de *scoring* para o segmento de pequenos negócios;
- Envolvimento na implementação de novos sistemas de *workflow* de crédito a empresas e de apuramento de grupos económicos;
- Participação no exercício de quantificação dos rácios de Basileia III realizado pelo Banco de Portugal e que abrangeu vários bancos;
- Continuação da actividade de reporte e controlo dos riscos.

No plano regulamentar e de Basileia II, foram desenvolvidos os reportes previstos nos Pilar II – Adequação de Capital, e Pilar III – Disciplina de Mercado. Ao abrigo do Pilar II foram reportados ao Banco de Portugal os relatórios do Processo de Auto-Avaliação do Capital Interno (*ICAAP*), de Testes de Esforço e de Risco de Concentração, conforme Instrução n.º 2/2010 do Banco de Portugal. Os resultados dos relatórios apontam para a solidez dos níveis de capital, face aos riscos com maior materialidade e à potencial evolução adversa dos principais indicadores macroeconómicos. Ao nível do Risco de Concentração verifica-se uma evolução positiva nos principais tipos de concentração – Sectorial, Individual e Geográfica. No âmbito do Pilar III, foi divulgado publicamente o relatório de Disciplina de Mercado, detalhando os tipos e níveis de risco incorridos na actividade, bem como os processos, estrutura e organização da gestão de risco.

Igualmente no âmbito de Basileia II, a CEMG obteve a autorização do Banco de Portugal com efeitos a partir de 30 de Junho de 2010, para a adopção do Método *Standard* (TSA) para efeitos de cálculo de requisitos mínimos de fundos próprios para cobertura de risco operacional.

A CEMG tem vindo a acompanhar as recomendações do Comité de Basileia e segue atentamente os desenvolvimentos de Basileia III no âmbito da gestão da liquidez e da avaliação dos fundos próprios, tendo-se procedido a análises do respectivo impacto. Os documentos publicados pelo Comité de Basileia no final de 2009, estão agora publicados nas suas versões definitivas e espera-se que sejam transpostos para directivas europeias em breve.

Principais Tipos de Risco

Crédito – O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza dos retornos esperados, por incapacidade quer do tomador do empréstimo (e do seu garante, se existir), quer do emissor de um título ou da contraparte de um contrato em cumprir com as suas obrigações.

Mercado – O conceito de risco de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre eles, quer as respectivas volatilidades.

Liquidez – O risco de liquidez reflecte a incapacidade da CEMG cumprir com as suas obrigações no momento do respectivo vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus activos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado

Operacional – Como risco operacional entende-se a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

Organização Interna

O Conselho de Administração, no exercício das suas funções, é responsável pela estratégia e pelas políticas a adoptar relativamente à gestão dos riscos, sendo, nesta função, assessorado pela Direcção de Análise e Gestão de Riscos («DAGR»), que analisa e assegura a gestão dos riscos, numa óptica de grupo, incluindo a coordenação do Comité de Riscos e Controlo Interno e o reporte ao nível do Comité de Activos e Passivos («ALCO») e do Comité de Informática.

A Direcção de Auditoria e Inspecção, como órgão de apoio ao Conselho de Administração, tem como principais competências apreciar os relatórios sobre o sistema de controlo interno a remeter anualmente ao Banco de Portugal, de verificar o cumprimento e observância da legislação em vigor, por parte das diferentes unidades orgânicas, e identificar as áreas de maior risco, apresentando ao Conselho de Administração as suas conclusões.

Consoante a natureza e relevância do risco, são elaborados planos, programas ou acções, apoiados por sistemas de informação, e definidos procedimentos, que proporcionam um elevado grau de fiabilidade relativamente às medidas de gestão de risco oportunamente definidas.

A Sala de Mercados colabora com a DAGR, de forma a efectuar-se a medição e o controlo do risco das operações e das carteiras, bem como o adequado acompanhamento das posições dos riscos globais da CEMG.

No que diz respeito ao risco de *compliance*, é da competência do *Head of Compliance*, na dependência do Conselho de Administração assegurar o seu controlo, identificar e avaliar as diversas situações que concorrem para o referido risco, designadamente em termos de transacções/actividades, negócios, produtos e órgãos de estrutura.

Neste âmbito, também a Direcção de Auditoria e Inspecção avalia o sistema de controlo interno, identificando as áreas de maior relevância/risco, visando a eficácia da governação.

Avaliação de riscos

Risco de Crédito – Retalho

Os modelos de risco de crédito desempenham um papel essencial no processo de decisão de crédito. Assim, o processo de decisão de operações da carteira de crédito baseia-se num conjunto de políticas recorrendo a modelos de *scoring* para as carteiras de clientes Particulares e Negócios e de rating para o segmento de Empresas.

As decisões de crédito dependem das classificações de risco e do cumprimento de diversas regras sobre a capacidade financeira e o comportamento dos proponentes. Existem modelos de *scoring* reactivo para as principais carteiras de crédito a particulares, designadamente crédito à habitação e crédito individual, contemplando a necessária segmentação entre clientes e não clientes (ou clientes recentes). Encontram-se em revisão os modelos de *scoring* reactivo de cartões de crédito. Ainda no âmbito do crédito a particulares, a actuação comercial e a análise de risco são apoiadas complementarmente por *scorings* comportamentais.

No domínio do crédito a empresas, são utilizados modelos de *rating* interno para empresas de média e grande dimensão, diferenciando o sector da construção dos restantes sectores de actividade, enquanto para clientes ENIs e Microempresas é aplicado o modelo de scoring de Negócios.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição da CEMG ao risco de crédito:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Disponibilidades em outras instituições de crédito	74 353	69 870
Aplicações em instituições de crédito	338 662	370 938
Crédito a clientes	14 554 133	14 682 382
Activos financeiros detidos para negociação	130 865	101 815
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	3 952	4 192
Activos financeiros disponíveis para venda	2 416 653	1 267 208
Derivados de cobertura	2 810	5 109
Investimentos detidos até à maturidade	58 144	33 523
Investimentos em associadas e outras	37 265	40 075
Outros activos	108 804	111 323
Garantias e avales prestados	424 361	426 156
Compromissos irrevogáveis	96 000	41 458
Credit default swaps (nocionais)	41 458	94 500
	18 498 537	17 456 313

A repartição por sectores de actividade da exposição ao risco de crédito, para o exercício findo em 2010, encontra-se apresentada como segue:

	2010							
Sector de actividade	**Crédito a clientes**		**Activos financeiros detidos para negociação**	**Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados**	**Activos financeiros disponíveis para venda**		**Investimentos detidos até à maturidade**	**Garantias e avales prestados**
	Valor bruto Euros '000	**Imparidade Euros '000**	**Valor bruto Euros '000**	**Valor bruto Euros '000**	**Valor bruto Euros '000**	**Imparidade Euros '000**	**Valor bruto Euros '000**	**Euros '000**
Agricultura, silvicultura e pesca	34 237	(1 443)	–	–	187	(56)	–	2 844
Indústrias extractivas	10 258	(108)	–	–	525	–	–	–
Indústrias alimentares, das bebidas e tabaco	64 697	(5 887)	148	–	474	–	–	2 486
Têxteis e vestuário	32 339	(8 494)	–	–	–	–	–	1 277
Curtumes e calçado	9 013	(1 116)	–	–	–	–	–	61
Madeira e cortiça	24 123	(4 537)	–	–	–	–	–	801
Papel e indústrias gráficas	18 925	(2 359)	–	–	–	–	–	1 356
Refinação de petróleo	178	(129)	127	–	34 011	–	–	–
Produtos químicos e de borracha	36 914	(2 836)	54	–	1 137	–	–	1 277
Produtos minerais não metálicos	16 547	(1 444)	–	–	–	–	–	2 751
Indústrias metalúrgicas de base e p. metálicos	47 997	(2 619)	–	–	–	–	–	4 722
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	12 592	(1 877)	–	–	271	–	–	1 976
Fabricação de material de transporte	9 875	(432)	–	–	–	–	–	134
Outras indústrias transformadoras	27 896	(4 008)	34	–	67 648	–	–	891
Electricidade, gás e água	71 140	(881)	1 029	2 929	64 385	(899)	–	961
Construção e obras públicas	1 847 666	(154 295)	181	–	10 981	(998)	–	238 734
Comércio por grosso e a retalho	611 751	(64 671)	116	–	10 554	–	–	40 275
Turismo	222 901	(12 662)	–	–	7 486	(90)	–	12 151
Transportes	127 289	(3 053)	127	–	33 045	–	–	9 971
Actividades de informação e comunicação	34 071	(2 561)	390	–	58 497	–	–	604
Actividades financeiras	243 982	(3 177)	128 479	1 023	642 891	(15 656)	–	29 981
Actividades imobiliárias	674 449	(37 051)	–	–	15 478	–	–	31 398
Serviços prestados às empresas	388 172	(16 408)	–	–	–	–	–	11 294
Administração e serviços públicos	195 851	(4 168)	–	–	1 164 590	–	58 144	2 588
Outras actividades de serviços colectivos	60 423	(4 295)	–	–	–	–	–	5 788
Crédito à habitação	9 205 612	(177 655)	–	–	283 350	(1 283)	–	19 210
Outros	1 047 046	(3 643)	180	–	54 230	(190)	–	830
TOTAL	15 075 944	(521 811)	130 865	3 952	2 449 740	(19 172)	58 144	424 361

A repartição por sectores de actividade da exposição ao risco de crédito, para o exercício findo em 2009, encontra-se apresentada como segue:

	2009							
Sector de actividade	**Crédito a clientes**		**Activos financeiros detidos para negociação**	**Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados**	**Activos financeiros disponíveis para venda**		**Investimentos detidos até à maturidade**	**Garantias e avales prestados**
	Valor bruto Euros '000	**Imparidade Euros '000**	**Valor bruto Euros '000**	**Valor bruto Euros '000**	**Valor bruto Euros '000**	**Imparidade Euros '000**	**Valor bruto Euros '000**	**Euros '000**
Agricultura, silvicultura e pesca	31 191	(914)	–	–	154	(47)	–	395
Indústrias extractivas	8 003	(333)	–	–	541	–	–	1 147
Indústrias alimentares, das bebidas e tabaco	74 913	(4 098)	–	–	41	–	–	1 915
Têxteis e vestuário	35 051	(7 520)	–	–	–	–	–	1 345
Curtumes e calçado	8 316	(759)	–	–	–	–	–	–
Madeira e cortiça	29 909	(2 711)	–	–	–	–	–	932
Papel e indústrias gráficas	22 394	(2 061)	–	–	–	–	–	951
Refinação de petróleo	177	(48)	229	–	34 928	–	–	–
Produtos químicos e de borracha	31 723	(813)	–	–	1 025	–	–	1 164
Produtos minerais não metálicos	23 189	(1 205)	–	–	–	–	–	2 136
Indústrias metalúrgicas de base e p. metálicos	81 352	(39)	–	–	–	–	–	3 943
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	17 471	(1 895)	–	–	270	–	–	1 798
Fabricação de material de transporte	12 672	(253)	–	–	5 387	–	–	134
Outras indústrias transformadoras	29 956	(2 988)	685	–	81 182	(698)	–	805
Electricidade, gás e água	73 634	(126)	406	3 206	37 098	(252)	–	890
Construção e obras públicas	2 684 448	(165 548)	–	–	41 533	(998)	–	212 348
Comércio por grosso e a retalho	662 998	(49 627)	49	–	13 428	–	–	36 394
Turismo	236 908	(14 834)	–	–	8 961	(90)	–	11 924
Transportes	103 126	(1 405)	–	–	2 966	–	–	11 775
Actividades de informação e comunicação	28 123	(2 115)	359	–	19 044	–	–	335
Actividades financeiras	155 795	(545)	101 467	986	906 640	(19 742)	–	38 623
Actividades imobiliárias	819 163	(28 075)	–	–	12 142	–	–	29 463
Serviços prestados às empresas	334 303	(10 243)	–	–	–	–	–	9 158
Administração e serviços públicos	203 243	(2 679)	–	–	10 168	–	33 523	4 020
Outras actividades de serviços colectivos	65 795	(2 356)	–	–	670	–	–	4 285
Crédito à habitação	9 106 948	(188 329)	–	–	86 460	(1 641)	–	9 056
Outros	295 494	(2 394)	–	–	43 437	(190)	–	41 220
TOTAL	15 176 295	(493 913)	103 195	4 192	1 306 075	(23 658)	33 523	426 156

No que respeita a risco de crédito, a carteira de activos financeiros manteve-se concentrada em obrigações *investment grade*, emitidas por instituições financeiras.

Durante o ano de 2010, foram também abertas algumas posições em *credit default swaps* sobre emitentes *investment grade*, com o valor nocional das posições de compra e de venda de protecção a atingir no final do ano Euros 32 700 000 e Euros 57 000 000, respectivamente.

Riscos Globais e em Activos Financeiros

A gestão eficaz do balanço envolve também o Comité de Activos e Passivos («ALCO»), comité onde se procede à análise dos riscos de taxa de juro, liquidez e cambial, designadamente no tocante à observância dos limites definidos para os *gaps* estáticos e dinâmicos calculados.

Tipicamente, são observados *gaps* estáticos positivos de taxa de juro e de liquidez, de dimensão moderada, exceptuando-se naturalmente os meses em que ocorrem pagamentos relacionados com o serviço da dívida das obrigações emitidas. Ao nível do risco cambial, procede-se, em regra, à aplicação dos recursos captados nas diversas moedas, através de activos no mercado monetário respectivo e por prazos não superiores aos dos recursos, pelo que os *gaps* cambiais existentes decorrem essencialmente de eventuais desajustamentos entre os prazos das aplicações e dos recursos.

No que respeita a informação e análise de risco, é assegurado o reporte regular sobre os riscos de crédito e de mercado das carteiras de activos financeiros próprias e das diversas entidades do Grupo. Ao nível das carteiras próprias, encontram-se definidos diversos limites de risco, utilizando-se para o efeito a metodologia de *Value-at-Risk* («VaR»). Existem diferentes limites de exposição incluindo limites globais de VaR, por Emitente, por tipo/classe de activo e *rating*. São ainda definidos limites de *Stop Loss*. A carteira de investimento está principalmente concentrada em obrigações, que no final de 2010 representavam 92,6% do total da carteira, na qual se destaca a dívida soberana (60%).

A CEMG continua a calcular de forma regular o VaR da sua carteira de investimento de títulos sendo calculado considerando um horizonte temporal de 10 dias úteis e um nível de significância de 99%, pelo método da simulação histórica. Atendendo a que esta carteira é maioritariamente constituída por títulos de dívida de curto prazo e com taxa de juro variável.

Atendendo à natureza da actividade de retalho, a instituição apresenta habitualmente *gaps* positivos de taxa de juro, que no final de 2010 atingiam, em termos estáticos, cerca de Euros 461 488 000 (2009: Euros 400 068 000) (considerando a globalidade dos prazos de refixação de taxas de juro).

Apresentam-se seguidamente os principais indicadores destas medidas, durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009:

	2010				2009			
	Dezembro Euros '000	**Média Anual Euros '000**	**Máximo Euros '000**	**Mínimo Euros '000**	**Dezembro Euros '000**	**Média Anual Euros '000**	**Máximo Euros '000**	**Mínimo Euros '000**
Gap de taxa de juro	461 488	388 650	461 488	315 813	400 068	662 050	924 031	400 068

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar 2) e da Instrução n.º 19/2005, do Banco de Portugal, a CEMG calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do *Bank of International Settlements* («BIS») classificando todas as rubricas do activo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de *repricing*.

	Até 3 meses Euros '000	**3 a 6 meses Euros '000**	**De 6 meses a 1 ano Euros '000**	**de 1 a 5 anos Euros '000**	**Mais de 5 anos Euros '000**
31 de Dezembro de 2010					
Activo	10 459 200	3 879 121	413 379	1 344 393	646 080
Fora de balanço	5 789 405	172 577	122 450	3 009 066	0
Total	16 248 605	4 051 698	535 829	4 353 459	646 080
Passivo	7 697 012	1 484 207	1 333 139	5 608 135	158 200
Fora de balanço	8 284 868	734 669	2 200	71 754	0
Total	15 981 880	2 218 876	1 335 339	5 679 889	158 200
31 de Dezembro de 2009					
Activo	13 368 081	4 169 695	115 793	183 241	50 222
Fora de balanço	3 855 697	265 965	489 500	48 500	–
Total	17 223 778	4 435 660	605 293	231 741	50 222
Passivo	11 231 280	2 668 503	1 668 584	1 918 256	341
Fora de balanço	4 165 097	451 782	2 400	31 882	8 500
Total	15 396 377	3 120 285	1 670 984	1 950 138	8 841

Análise de Sensibilidade

Face aos *gaps* de taxa de juro observados, em 31 de Dezembro de 2010, uma variação positiva instantânea das taxas de juro em 100 bp motivaria um aumento dos resultados de cerca de Euros 13 000 000 (2008: Euros 20 770 000).

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros da CEMG, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, bem como os respectivos saldos médios e os proveitos e custos do exercício:

	2010			2009		
PRODUTOS	**Saldo médio do exercício Euros '000**	**Taxa de juro média (%)**	**Proveitos/ Custos Euros '000**	**Saldo médio do exercício Euros '000**	**Taxa de juro média (%)**	**Proveitos/ Custos Euros '000**
Aplicações						
Crédito a clientes	15 018 012	3,01	451 424	15 159 383	3,71	562 858
Disponibilidades	159 355	0,93	1 488	157 614	1,23	1 934
Carteira de Títulos	2 152 396	4,26	91 798	1 158 637	5,34	61 860
Aplicações interbancárias	188 586	6,11	11 520	281 442	0,62	1 750
Swaps	–	–	196 074	–	–	239 586
Total Aplicações	17 518 349	4,29	752 304	16 757 076	5,18	867 988
Recursos						
Depósitos de clientes	9 342 301	1,62	151 654	8 558 425	2,16	184 689
Recursos interbancários	1 299 076	1,03	13 440	782 350	1,63	12 747
Recursos de titularização	576 612	11,31	65 189	711 568	2,22	15 793
Recursos de outras instituições de crédito	225 000	0,96	2 157	225 000	1,81	4 074
Responsabilidades representadas por títulos	5 022 414	1,79	89 768	5 424 995	2,30	124 589
Outros passivos subordinados	378 000	2,00	7 548	378 000	3,10	11 721
Outros recursos	480	0,79	4	682	3,18	22
Swaps	–	–	151 596	–	–	193 545
Total Recursos	16 843 883	2,86	481 356	16 081 020	3,40	547 180

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos activos e passivos, a 31 de Dezembro de 2010, por moeda, é analisado como segue:

	2010							
	Euros Euros '000	Dólares Norte Americanos Euros '000	Libras Esterlinas Euros '000	Dólares Canadianos Euros '000	Franco Suíço Euros '000	Iene Japonês Euros '000	Outras Moedas Estrangeiras Euros '000	Valor Total Euros '000
Activo por moeda								
Caixa e disponibilidades bancos centrais	235 090	3 263	367	297	651	81	275	240 024
Disponibilidades em outras instituições de crédito	65 351	5 943	808	1 057	893	4	297	74 353
Aplicações em instituições de crédito	338 559	103	–	–	–	–	–	338 662
Crédito a clientes	14 551 759	2 374	–	–	–	–	–	14 554 133
Activos financeiros detidos para negociação	130 755	110	–	–	–	–	–	130 865
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	3 885	29	–	38	–	–	–	3 952
Activos financeiros disponíveis para venda	2 427 984	2 248	–	–	336	–	–	2 430 568
Derivados de cobertura	2 810	–	–	–	–	–	–	2 810
Investimentos detidos até à maturidade	58 144	–	–	–	–	–	–	58 144
Investimentos em associadas e outras	37 060	–	–	–	–	–	–	37 060
Activos não correntes detidos para venda	162 374	–	–	–	–	–	–	162 374
Outros activos tangíveis	89 287	–	–	–	–	–	–	89 287
Activos intangíveis	18 254	–	–	–	–	–	–	18 254
Outros activos	43 731	43 472	2 905	18 669	27	–	–	108 804
	18 165 043	57 542	4 080	20 061	1 907	85	572	18 249 290
Passivo por moeda								
Recursos de bancos centrais	1 540 266	–	–	–	–	–	–	1 540 266
Recursos de outras instituições de crédito	899 844	2 015	7	74	(252)	–	54	901 742
Recursos de clientes	9 931 912	51 916	3 422	19 987	129	15	182	10 007 563
Responsabilidades representadas por títulos	3 833 988	2 245	–	–	–	–	–	3 836 233
Passivos financeiros detidos para negociação	53 739	152	–	–	–	–	–	53 891
Derivados de cobertura	1 408	–	–	–	–	–	–	1 408
Provisões	1 311	–	–	–	–	–	–	1 311
Passivos subordinados	380 986	–	–	–	–	–	–	380 986
Outros passivos	526 041	1 274	651	–	2 030	70	336	530 402
Total Passivo	17 169 495	57 602	4 080	20 061	1 907	85	572	17 253 802
Activo / (Passivo) líquido por moeda	995 548	(60)	–	–	–	–	–	995 488
Situação Líquida	995 419	60	–	–	–	–	–	995 479
Exposição Líquida	129	(120)	–	–	–	–	–	9

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos activos e passivos, a 31 de Dezembro de 2009, por moeda, é analisado como segue:

	2009							
	Euros Euros '000	Dólares Norte Americanos Euros '000	Libras Esterlinas Euros '000	Dólares Canadianos Euros '000	Dólar de Hong-Kong Euros '000	Franco Suíço Euros '000	Outras Moedas Estrangeiras Euros '000	Valor Total Euros '000
Activo por moeda								
Caixa e disponibilidades bancos centrais	298 830	4 141	443	116	131	1 019	338	305 018
Disponibilidades em outras instituições de crédito	63 353	3 475	877	437	3	1 668	57	69 870
Aplicações em instituições de crédito	370 627	97	–	–	214	–	–	370 938
Crédito a clientes	14 679 957	2 082	–	–	–	343	–	14 682 382
Activos financeiros detidos para negociação	103 070	125	–	–	–	–	–	103 195
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	4 189	3	–	–	–	–	–	4 192
Activos financeiros disponíveis para venda	1 280 778	1 598	–	–	–	41	–	1 282 417
Derivados de cobertura	5 109	–	–	–	–	–	–	5 109
Investimentos detidos até à maturidade	33 523	–	–	–	–	–	–	33 523
Investimentos em associadas e outras	40 775	–	–	–	–	–	–	40 775
Activos não correntes detidos para venda	128 599	–	–	–	–	–	–	128 599
Outros activos tangíveis	91 275	–	–	–	–	–	–	91 275
Activos intangíveis	16 151	–	–	–	–	–	–	16 151
Outros activos	52 428	36 980	3 570	18 310	–	35	–	111 323
	17 168 664	48 501	4 890	18 863	348	3 106	395	17 244 767
Passivo por moeda								
Recursos de bancos centrais	502 353	–	–	–	–	–	–	502 353
Recursos de outras instituições de crédito	636 337	1 247	4	41	–	140	1	637 770
Recursos de clientes	9 112 744	44 541	4 389	18 822	1	361	–	9 180 858
Responsabilidades representadas por títulos	4 912 833	2 082	–	–	–	–	–	4 914 915
Passivos financeiros detidos para negociação	41 702	22	–	–	–	–	–	41 724
Derivados de cobertura	598	–	–	–	–	–	–	598
Provisões	1 490	–	–	–	–	–	–	1 490
Passivos subordinados	381 043	–	–	–	–	–	–	381 043
Outros passivos	593 353	609	497	–	347	2 600	394	597 802
Total Passivo	16 182 455	48 501	4 890	18 863	348	3 101	395	16 258 553
Activo / (Passivo) líquido por moeda	986 209	–	–	–	–	5	–	986 214
Situação Líquida	986 207	2	–	–	–	5	–	986 214
Exposição Líquida	(2)	(2)	–	–	–	–	–	–

Risco de Liquidez

O controlo dos níveis de liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. O risco de liquidez é monitorizado atentamente, sendo elaborados diversos relatórios, para efeitos de regulamentação prudencial e para acompanhamento em sede de comité ALCO.

Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento das posições de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculadas segundo as regras exigidas pelo Banco de Portugal (Instrução n.º 13/2009)

Risco Operacional

A CEMG obteve a autorização do Banco de Portugal com efeitos a partir de 30 de Junho de 2010, para a adopção do Método *Standard* (TSA) para efeitos de cálculo de requisitos mínimos de fundos próprios para cobertura de risco operacional.

Encontra-se implementado um sistema de gestão de risco operacional que se baseia na identificação, avaliação, acompanhamento, medição, mitigação e reporte deste tipo de risco. Este sistema é suportado por uma estrutura organizacional, integrada na DAGR exclusivamente dedicada a esta tarefa bem como representantes designados por cada um dos departamentos.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Em termos prudenciais, a CEMG está sujeita à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Directiva Comunitária sobre adequação de capitais, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos que as instituições deverão cumprir

Os Fundos próprios da CEMG dividem-se em Fundos Próprios de Base, Fundos Próprios Complementares e Deduções, com a seguinte composição:

- Fundos Próprios de Base («FPB»): Esta categoria inclui o capital estatutário realizado, as reservas elegíveis (excluindo as reservas de justo valor positivas), os resultados retidos do período quando certificados, os interesses minoritários e as acções preferenciais. São deduzidas as reservas de justo valor negativas associadas a acções ou outros instrumentos de capital, o valor de balanço dos montantes relativos a *Goodwill* apurado, activos intangíveis e desvios actuariais negativos decorrentes de responsabilidades com benefícios pós emprego a empregados acima do limite do corredor. Desde 2007 passaram também a ser deduzidas em 50% do seu valor as participações superiores a 10% em instituições financeiras e entidades seguradoras. Em 2009, decorrente da aplicação do método IRB para risco de crédito, passou igualmente a ser ajustado 50% do montante das perdas esperadas para posições em risco deduzidas das somas de correcções de valor e provisões existentes.
- Fundos Próprios Complementares («FPC»): Incorpora essencialmente a dívida subordinada emitida elegível e 45% das reservas de justo valor positivas associadas a acções ou outros instrumentos de capital. São deduzidas as participações em instituições financeiras e entidades seguradoras em 50% do seu valor, bem como, em 2009, 50% do montante das perdas esperadas para as posições em risco deduzidas das somas de correcções de valor e provisões existentes, decorrentes da aplicação do método IRB para risco de crédito.
- É deduzido aos Fundos Próprios totais um valor referente a imóveis adquiridos em reembolso de crédito próprio há mais de 4 e 5 anos, valor este calculado segundo um critério de progressividade que conduz a que ao fim de 10 ou 13 anos em carteira o valor líquido do imóvel esteja totalmente deduzido aos Fundos Próprios.

A composição da base de capital está sujeita a um conjunto de limites. Desta forma, as regras prudenciais estabelecem que os FPC não podem exceder os FPB. Adicionalmente, determinadas componentes dos FPC (o designado *Lower Tier* II) não podem superar os 50% dos FPB.

Em 2008, o Banco de Portugal introduziu algumas alterações ao cálculo dos fundos próprios. Assim, através do Aviso n.º 6/2008, a par do tratamento dado aos créditos e outros valores a receber, excluiu as valias potenciais em títulos de dívida classificados como disponíveis para venda dos fundos próprios, na parte que exceda o impacto resultante de eventuais operações de cobertura, mantendo, contudo, a obrigatoriedade de não considerar nos fundos próprios de base as reservas de reavaliação positivas, na parte que exceda a imparidade que eventualmente tenha sido registada, relativas a ganhos não realizados em títulos de capital disponíveis para venda (líquidas de impostos).

A repercussão nos Fundos Próprios do impacto referente a diferenças apuradas no Fundo de Pensões, na transição para as NIC's/NCA's, está a ser efectuado de forma progressiva e linear (de acordo com o definido nos Avisos n.º 2/2005, n.º 4/2005, n.º 12/2005 e n.º 7/2008, do Banco de Portugal).

Assim, no final do exercício de 2010, o impacto líquido negativo nos Fundos Próprios, calculados em base consolidada, da regularização das diferenças antes referidas, foi de Euros 49 937 000, valor que resulta de um impacto negativo de Euros 27 094 000 levados a resultados transitados e outros desvios de Euros 38 635 000, compensados por uma variação positiva de mais Euros 15 792 000 referentes a impactos ainda por reconhecer em Fundos Próprios (nos termos do n.º 4, do n.º 13.º-A, do Aviso 12/2001).

O valor de compensação nos Fundos Próprios irá diminuindo até se extinguir em 2014. No final do período, as diferenças apuradas no Fundo de Pensões terão sido totalmente absorvidas pelas reservas estatutárias.

A verificação de que uma entidade dispõe de fundos próprios num montante não inferior ao dos respectivos requisitos de fundos próprios certifica a adequação do seu capital, reflectida num rácio de solvabilidade – representado pelos fundos próprios em percentagem do montante correspondente a 12,5 vezes dos requisitos de fundos próprios – igual ou superior ao mínimo regulamentar de 8%. Adicionalmente, o Banco de Portugal efectuou uma recomendação no sentido de, até 30 de Setembro de 2009, os grupos financeiros sujeitos à supervisão em base consolidada, bem como as respectivas empresas-mãe, reforçarem os seus rácios de adequação dos fundos próprios de base (rácio *Tier* 1) para valores não inferiores a 8%.

Um sumário dos cálculos de requisitos de capital da CEMG para 31 de Dezembro de 2010 e 2009 apresenta-se como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Fundos Próprios de Base		
Capital realizado	800 000	760 000
Resultados, Reservas Gerais, Especiais e Resultados não distribuídos	219 694	220 400
Outros ajustamentos regulamentares	(113 704)	(68 199)
Compensação do impacto na transição para as IFRS	15 792	22 207
	921 782	934 408
Fundos Próprios Complementares		
Upper Tier 2	27 506	18 154
Lower Tier 2	378 000	378 000
Deduções	(10 179)	(12 753)
	395 327	383 401
Deduções aos fundos próprios totais	(4 562)	(9 079)
Fundos próprios totais	1 312 547	1 308 729
Requisitos de Fundos Próprios		
Risco de crédito	767 097	737 373
Risco de mercado	1 721	2 986
Risco operacional	55 500	62 346
	824 318	802 705
Rácios Prudenciais		
Rácio *Tier 1*	8,95%	9,08%
Rácio de Solvabilidade	12,74%	12,81%

49. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitida que entraram em vigor e que a CEMG aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras consolidadas, podem ser analisadas como segue:

- ***IAS 39 (alterada) – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura***

  O International Accounting Standards Board («IASB») emitiu uma alteração ao IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura a qual foi de aplicação obrigatória a partir de 1 de Julho de 2009.

  Esta alteração clarifica a aplicação dos princípios existentes que determinam quais os riscos ou quais os *cash flows* elegíveis de serem incluídos numa operação de cobertura.

  A CEMG não teve qualquer impacto decorrente da adopção desta alteração.

- ***IFRS 1 (alterada) – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e IAS 27 – Demonstrações Financeiras consolidadas e separadas***

  As alterações à IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e ao IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas foram efectivas a partir de 1 de Julho de 2009.

  Estas alterações vieram permitir que as entidades que estão a adoptar as IFRS pela primeira vez na preparação das suas contas individuais adoptem como custo contabilístico (*deemed cost*) dos seus investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, o respectivo justo valor na data da transição para as IFRS ou o valor de balanço determinado com base no referencial contabilístico anterior.

  A CEMG não teve qualquer impacto decorrente da adopção desta alteração.

- ***IFRS 3 (revista) – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 (alterada) – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas***

  O International Accounting Standards Board («IASB») emitiu em Janeiro de 2008 a IFRS 3 (Revista) – Concentrações de actividades empresariais e uma alteração à IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

  Os principais impactos das alterações a estas normas correspondem: (i) ao tratamento de aquisições parciais, em que os interesses sem controlo (antes denominados de interesses minoritários) poderão ser mensurados ao justo valor (o que implica também o reconhecimento do *goodwill* atribuível aos interesses sem controlo) ou como parcela atribuível aos interesses sem controlo do justo valor dos capitais próprios adquiridos (tal como actualmente requerido pela anterior IAS 27); (ii) aos *step acquisition* em que as novas regras obrigam, aquando do cálculo do *goodwill*, à reavaliação, por contrapartida de resultados, do justo valor de qualquer interesse sem controlo detido previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo; (iii) ao registo dos custos directamente relacionados com uma aquisição de uma subsidiária que passam a ser directamente imputados a resultados; (iv) aos preços contingentes cuja alteração de estimativa ao longo do tempo passa a ser registada em resultados e não afecta o *goodwill* e (v) às alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo as quais passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios.

  Adicionalmente, das alterações à IAS 27 resulta ainda que as perdas acumuladas numa subsidiária passarão a ser atribuídas aos interesses sem controlo (reconhecimento de interesses sem controlo negativos) e que, aquando da alienação de uma subsidiária, tendente à perda de controlo qualquer interesse sem controlo retido é mensurado ao justo valor determinado na data da alienação.

  Esta norma é de aplicação prospectiva a partir de 1 de Janeiro de 2010 e não teve impacto significativo nas contas da CEMG em 2010.

- ***IFRS 5 (alterada) – Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação***

  Esta alteração clarifica as divulgações requeridas pela norma relativas a activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados para venda ou operações descontinuadas.

  A adopção desta alteração não teve impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da CEMG.

- ***IFRIC 12 – Contratos de Concessão de Serviços***

  O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em Julho de 2007, a IFRIC 12 – Contratos de Concessão de Serviços, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2008, sendo a sua adopção

antecipada permitida. A adopção desta interpretação pela União Europeia ocorreu apenas em 2009 tendo por isso a mesma sido de aplicação obrigatória para o Grupo a partir de 1 de Janeiro de 2010.

A IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviços público-privados e contempla apenas as situações onde o concedente (i) controla ou regula os serviços prestados pelo operador, e (ii) controla os interesses residuais das infra-estruturas na maturidade do contrato.

A adopção desta norma não teve impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da CEMG.

- ***IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas***

O International Financial Reporting Interpretations Committee («IFRIC»), emitiu em Novembro de 2008, a IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico das distribuições em espécie a accionistas. Assim, estabelece que as distribuições em espécie devem ser registadas ao justo valor, sendo a diferença para o valor de balanço dos activos distribuídos reconhecida em resultados quando da distribuição.

A CEMG não obteve qualquer impacto da adopção desta interpretação ao nível das demonstrações financeiras consolidadas.

- ***IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes***

O International Financial Reporting Interpretations Committee («IFRIC»), emitiu em Novembro de 2008, a IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico de acordos celebrados mediante os quais uma entidade recebe activos de clientes para sua própria utilização e com vista a estabelecer posteriormente uma ligação dos clientes a uma rede ou conceder aos clientes acesso contínuo ao fornecimento de bens ou serviços.

A interpretação clarifica:

  – as condições em que um activo se encontra no âmbito desta interpretação

  – o reconhecimento do activo e a sua mensuração inicial;

  – a identificação dos serviços identificáveis (um ou mais serviços em troca do activo transferido);

  – o reconhecimento de proveitos; e

  – a contabilização da transferência de dinheiro por parte de clientes.

A CEMG não obteve qualquer impacto da adopção desta interpretação ao nível das demonstrações financeiras consolidadas.

- ***Annual Improvement Project***

Em Maio de 2008, tal como anteriormente referido, o IASB publicou o *Annual Improvement Project*, o qual alterou certas normas que se encontram em vigor. Contudo, a data de efectividade das alterações varia consoante a norma em causa, das quais se destaca:

  – Alteração à IFRS 5 – Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, efectiva para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009. Esta alteração veio esclarecer que a totalidade dos activos e passivos de uma subsidiária devem ser classificados como activos não correntes detidos para venda de acordo com o IFRS 5 se existir um plano de venda parcial da subsidiária tendente à perda de controlo.

A CEMG não obteve qualquer impacto significativo da adopção desta norma ao nível das demonstrações financeiras consolidadas.

Normas, alterações e interpretações recentemente emitidas mas ainda não adoptadas pela CEMG

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que a CEMG ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas seguidamente. A CEMG irá adoptar estas normas quando as mesmas forem de aplicação obrigatória.

- ***IFRS 9 – Instrumentos financeiros***

  O International Accounting Standards Board («IASB»), emitiu em Novembro de 2009, a IFRS 9 – Instrumentos financeiros parte I: Classificação e mensuração, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma, em Outubro de 2010 foi alterada. A IFRS 9 não foi ainda adoptada pela União Europeia.

  Esta norma insere-se na primeira fase do projecto global do IASB de substituição da IAS 39 e aborda os temas de classificação e mensuração de activos financeiros. Os principais aspectos considerados são os seguintes:

  – Os activos financeiros passam a ser classificados em duas categorias: ao custo amortizado ou ao justo valor. Esta decisão será efectuada no momento inicial de reconhecimento dos activos financeiros. A sua classificação depende de como uma entidade apresenta no modelo de gestão do negócio esses activos financeiros e as características contratuais dos fluxos financeiros associados a cada activo financeiro;

  – Apenas podem ser mensurados ao custo amortizado os instrumentos de dívida cujos fluxos financeiros contratados representam apenas capital e juros, isto é, contenham apenas características básicas de dívida, e a entidade, no modelo de gestão do negócio, detenha esses activos financeiros com o objectivo de capturar apenas os respectivos fluxos financeiros. Todos os outros instrumentos de dívida são reconhecidos ao justo valor;

  – Os instrumentos de capital emitidos por terceiras entidades são reconhecidos ao justo valor com as variações subsequentes registadas em resultados do exercício. Contudo, uma entidade poderá irrevogavelmente eleger instrumentos de capital, para os quais, as variações de justo valor e as mais ou menos valias realizadas são reconhecidas em reservas. Os ganhos e perdas assim reconhecidos não poderão ser reciclados por resultados do exercício. Esta decisão é discricionária não implicando que todos os instrumentos de capital sejam assim tratados. Os dividendos recebidos são reconhecidos em resultados do exercício;

  – Todos os instrumentos de capital terão de ser mensurados ao justo valor, deixando de existir a possibilidade estabelecida pela IAS 39 de manter estes títulos ao seu custo de aquisição em situações em que este não possa ser mensurado com fiabilidade;

  – As alterações ao justo valor atribuíveis ao risco de crédito dos passivos financeiros classificados na categoria de Opção de justo valor (*Fair Value Option*) serão reconhecidas em capitais próprios. As restantes variações de justo valor associadas a estes passivos financeiros serão reconhecidas em resultados. Os montantes registados em capitais próprios não serão posteriormente transferidos para resultados

  A CEMG está a avaliar o impacto da adopção desta norma.

- ***IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de activos financeiros***

  O International Accounting Standards Board («IASB»), emitiu em Outubro de 2010, a IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de activos financeiros, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2011, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta alteração não foi ainda adoptada pela União Europeia.

  As alterações requeridas às divulgações sobre as operações que envolvem transferência de activos financeiros, nomeadamente securitizações de activos financeiros, têm como objectivo que os utilizadores das demonstrações financeiras possam vir a avaliar o risco e os impactos associados a essas operações ao nível das demonstrações financeiras.

  A CEMG encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

- ***IAS 24 (revista) – Divulgações de partes relacionadas***

  O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Novembro de 2009 a IAS 24 (revisto) – Divulgações de partes relacionadas, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2011, sendo a sua adopção antecipada (total ou parcial) permitida. Esta alteração não foi ainda adoptada pela União Europeia.

  A norma revista clarifica e simplifica a definição de parte relacionada e remove a obrigatoriedade de entidades relacionadas com o Estado de divulgar detalhadamente todas as transacções com o Estado e outras entidades similares.

  A CEMG encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

- ***IAS 32 (alteração) – Classificação de emissões de direitos***

  O International Accountig Standards Board (IASB) publicou em 8 de Outubro de 2008 uma alteração à IAS 32 – Instrumentos financeiros: apresentação – classificação de emissões de direitos. Esta alteração é de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Fevereiro de 2010, sendo a sua adopção antecipada permitida.

  Esta alteração estabelece a contabilização da emissão de direitos (direitos, opções ou *warrants*) que são denominados numa moeda diferente da moeda funcional do emitente. É assim estabelecido que os direitos, opções ou *warrants* emitidos para a aquisição de um número fixo de instrumentos de capital do emitente por um montante fixo em qualquer moeda devem ser tratados como instrumentos de capital, desde que a entidade ofereça esses direitos, opções ou *warrants* pró-*rata* a todos os detentores de instrumentos de capital (da mesma classe) da sociedade que não tenham por base contratos de derivados.

  Não se esperam quaisquer impactos nas demonstrações financeiras consolidadas decorrentes da adopção desta alteração à IAS 32.

- ***IFRIC 14 (alterado) – Pagamentos antecipados relativos a requisitos mínimos de financiamento***

  Esta alteração visa corrigir a consequência não intencional da IFRIC 14 – «IAS 19 – O Limite Sobre Um Activo de Benefícios Definidos, Requisitos de Financiamento Mínimo e Respectiva Interacção».

  Sem esta alteração não era possível a uma entidade o reconhecimento como um activo dos pagamentos voluntários relativos a contribuições mínimas para o fundo. Esta não era a intenção quando a IFRIC 14 foi emitido, vindo esta alteração corrigir esta situação.

  Esta alteração entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2011, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta alteração tem aplicação retrospectiva para o primeiro período comparativo apresentado.

  A CEMG encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

- ***IFRIC 19 – Extinção de passivos financeiros através de emissão de instrumentos de capital***

  O International Accounting Standards Board (IASB) publicou em 26 de Novembro de 2009 a IFRIC 19 – Extinção de passivos financeiros através de emissão de instrumentos de capital. Esta interpretação é de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2010, sendo a sua adopção antecipada permitida.

  De acordo com esta interpretação existe uma diversidade de tratamentos no que respeita à mensuração de instrumentos de capital emitidos numa operação de troca de um instrumento de dívida por um instrumento de capital. Uma operação de troca de um instrumento de dívida por um instrumento de capital, refere-se a uma transacção em que o devedor e o credor renegociam os termos de um passivo financeiro, em que o devedor extingue o passivo total ou parcialmente através da emissão de instrumentos de capital entregues ao credor.

  Esta interpretação clarifica (i) quando um instrumento de capital é emitido para extinguir total ou parcialmente um passivo financeiro corresponde à «retribuição paga» de acordo com o parágrafo 41 da IAS 39, (ii) como uma entidade deve mensurar inicialmente o instrumento de capital emitido para extinguir o passivo financeiro e (iii) como uma entidade deve registar as diferenças entre o valor de balanço do passivo financeiro extinto e o valor do instrumento de capital emitido.

  A CEMG encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL E RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 da **Caixa Económica Montepio Geral**, as quais compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 18.249.290 milhares de euros e um total de capital próprio de 995.478 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 51.407 milhares de euros), as demonstrações consolidadas dos resultados, dos fluxos de caixa, das alterações nos capitais próprios, e do Rendimento integral do exercício findo naquela data, e as correspondentes notas explicativas.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração:

a) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia ("IFRS"), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, os fluxos de caixa consolidados, as alterações nos capitais próprios consolidados e do rendimento integral consolidado;

b) que a informação financeira histórica, preparada de acordo com as IFRS seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;

c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;

d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e,

e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., a firma portuguesa membro da rede KPMG, composta por firmas independentes afiliadas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG & Associados - S.R.O.C., S.A. Capital Social: 2.840.000 Euros - Pessoa Colectiva Nº PT 502 161 078 - Inscrito na O.R.O.C. Nº 189 - Inscrito na C.M.V.M. Nº 9093

Matriculada na Conservatória do registo Comercial de Lisboa sob o Nº PT 502 161 078

3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação das demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e,
- a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **Caixa Económica Montepio Geral** em 31 de Dezembro de 2010, o resultado consolidado das suas operações, os fluxos consolidados de caixa, as alterações nos capitais próprios e o rendimento integral no exercício findo naquela data, em conformidade com as IFRS e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e o relatório do governo institucional inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 10 de Março de 2011

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Sílvia Cristina de Sá Velho Corrêa da Silva Gomes (ROC n.º 1131)

11.3. CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL – BASE INDIVIDUAL

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(milhares de euros)

	2010			2009
	ACTIVO BRUTO	IMPARIDADE E AMORTIZAÇÕES	ACTIVO LÍQUIDO	ACTIVO LÍQUIDO
ACTIVO				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	240 024		240 024	305 018
Disponibilidades em outras instituições de crédito	58 405		58 405	51 745
Activos financeiros detidos para negociação	124 589		124 589	98 239
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	3 952		3 952	4 192
Activos financeiros disponíveis para venda	5 284 528	27 717	5 256 811	3 164 510
Aplicações em instituições de crédito	338 712	50	338 662	370 884
Crédito a clientes	14 790 095	437 329	14 352 766	14 448 162
Investimentos detidos até à maturidade	58 093		58 093	33 523
Derivados de cobertura	7 734		7 734	7 844
Activos não correntes detidos para venda	201 710	39 336	162 374	128 599
Outros activos tangíveis	188 435	99 247	89 188	91 173
Activos intangíveis	37 904	19 650	18 254	16 151
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	43 297		43 297	43 297
Outros activos	133 344	3 473	129 871	132 447
TOTAL DE ACTIVO	**21 510 822**	**626 802**	**20 884 020**	**18 895 784**
PASSIVO				
Recursos de bancos centrais			1 540 266	502 353
Passivos financeiros detidos para negociação			47 538	36 388
Recursos de outras instituições de crédito			1 262 546	945 400
Recursos de clientes e outros empréstimos			9 654 340	8 881 046
Responsabilidades representadas por títulos			3 578 677	4 583 307
Passivos financeiros associados a activos transferidos			3 182 375	2 301 379
Derivados de cobertura			6 894	5 008
Provisões			101 499	102 800
Outros passivos subordinados			380 986	381 043
Outros passivos			134 880	161 826
TOTAL DE PASSIVO			**19 890 001**	**17 900 550**
CAPITAL				
Capital			800 000	760 000
Reservas de reavaliação			-74 569	-20 196
Outras reservas e resultados transitados			227 097	217 652
Resultado do exercício			41 491	37 778
TOTAL DE CAPITAL PRÓPRIO			**994 019**	**995 234**
TOTAL DE PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO			**20 884 020**	**18 895 784**

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE
Armindo Marques Matias

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
António Tomás Correia – Presidente
José de Almeida Serra
Rui Manuel Silva Gomes do Amaral
Eduardo José da Silva Farinha
Álvaro Cordeiro Dâmaso

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(milhares de euros)

	2010	2009
Juros e rendimentos similares	750 941	923 858
Juros e encargos similares	480 519	603 902
MARGEM FINANCEIRA	**270 422**	**319 956**
Rendimentos de instrumentos de capital	2 175	2 471
Rendimentos de serviços e comissões	89 175	88 719
Encargos com serviços e comissões	15 205	13 605
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	45 555	29 109
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	9 959	1 657
Resultados de reavaliação cambial	2 320	2 052
Resultados de alienação de outros activos	-3 363	267
Outros resultados de exploração	19 351	19 990
PRODUTO BANCÁRIO	**420 389**	**450 616**
Gastos com pessoal	142 823	146 406
Gastos gerais administrativos	83 442	79 147
Amortizações do exercicio	20 846	20 502
Provisões líquidas de reposições e anulações	-1 207	224
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	120 828	154 522
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	2 152	2 132
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	10 014	9 905
RESULTADO DO EXERCÍCIO	**41 491**	**37 778**

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE
Armindo Marques Matias

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
António Tomás Correia – Presidente
José de Almeida Serra
Rui Manuel Silva Gomes do Amaral
Eduardo José da Silva Farinha
Álvaro Cordeiro Dâmaso

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(milhares de euros)

	2010	2009
Fluxos de caixa de actividades operacionais		
Juros recebidos	737 401	943 814
Comissões recebidas	85 013	87 095
Pagamento de juros	(465 520)	(647 779)
Pagamento de comissões	(5 418)	(13 409)
Despesas com pessoal e fornecedores	(249 182)	(245 025)
Recuperação de crédito e juros	2 376	3 308
Outros pagamentos e recebimentos	41 656	93 685
	146 326	**221 689**
(Aumentos) / diminuições de activos operacionais		
Créditos sobre instituições de crédito e clientes	882 313	739 899
Outros activos	(24 885)	(64 174)
	857 428	**675 725**
(Aumentos) / diminuições de passivos operacionais		
Recursos para com clientes	758 954	898 716
Recursos para com instituições de crédito	(182 479)	(974 530)
Recursos de bancos centrais	1 540 000	500 000
	2 116 475	424 186
	3 120 229	**1 321 600**
Fluxos de caixa de actividades de investimento		
Dividendos recebidos	2 175	2 471
(Compra) / Venda de activos financeiros de negociação	(16 779)	(33 355)
(Compra) / Venda de activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	240	(161)
(Compra) / Venda de activos financeiros disponíveis para venda	(2 148 825)	(1 261 070)
(Compra) / Venda de derivados de cobertura	1 996	2 408
(Compra) / Venda de activos financeiros detidos até à maturidade	(23 987)	6 278
(Compra) / Venda de investimentos em associadas	–	(12 671)
Depósitos detidos com fins de controlo monetário	61 507	(41 048)
Alienação de imobilizações	3 135	156
Aquisição de imobilizações	(24 101)	(27 348)
	(2 144 639)	**(1 364 340)**
Fluxos de caixa de actividades de financiamento		
Distribuição de resultados	(20 300)	(11 271)
Aumento de capital	40 000	100 000
Emissão de obrigacões de caixa e títulos subordinados	(98 078)	1 167 712
Reembolso de obrigacões de caixa e títulos subordinados	(906 509)	(1 248 555)
Aumento / (diminuição) noutras contas de passivo	12 470	3 702
	(972 417)	**11 588**
Variação líquida em caixa e equivalentes	3 173	(31 152)
Caixa e equivalentes no início do exercício	150 873	182 025
Caixa (nota 16)	99 128	89 900
Disponibilidades em outras instituições de crédito (nota 17)	51 745	92 125
Caixa e equivalentes no fim do exercício	**154 046**	**150 873**

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras Individuais

MAPA DE ALTERAÇÕES NA SITUAÇÃO LÍQUIDA PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(milhares de euros)

	Total da situação líquida	Capital	Reserva geral e especial	Outras reservas	Reservas de justo valor	Resultados acumulados
Saldos em 1 de Janeiro de 2009	**857 296**	**660 000**	**216 855**	**8 404**	**(48 064)**	**20 101**
Outros movimentos registados directamente na situação líquida						
Alterações de justo valor	19 464	–	–	–	19 464	–
Impacto da aplicação da IAS 19	(8 033)	–	–	–	–	(8 033)
Resultado do exercício	37 778	–	–	–	–	37 778
Total de ganhos e perdas reconhecidos no exercício	49 209	–	–	–	19 464	29 745
Distribuição de resultados (Nota 41)	(11 271)	–	–	–	–	(11 271)
Aumento de capital	100 000	100 000	–	–	–	–
Constituição de reservas						
Reserva geral	–	–	7 064	–	–	(7 064))
Reserva especial	–	–	1 766	–	–	(1 766)
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	**995 234**	**760 000**	**225 685**	**8 404**	**(28 600)**	**29 745**
Outros movimentos registados directamente na situação líquida						
Alterações de justo valor	(54 373)	–	–	–	(54 373)	–
Impacto da aplicação da IAS 19	(8 033)	–	–	–	–	8 033)
Resultado do exercício	41 491	–	–	–	–	41 491
Total de ganhos e perdas reconhecidos no exercício	(20 915)	–	–	–	(54 373)	33 458
Distribuição de resultados (Nota 41)	(20 300)	–	–	–	–	(20 300)
Aumento de capital (Nota 37)	40 000	40 000	–	–	–	–
Constituição de reservas						
Reserva geral	–	–	7 556	–	–	(7 556)
Reserva especial	–	–	1 889	–	–	(1 889)
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	**994 019**	**800 000**	**235 130**	**8 404**	**(82 973)**	**33 458**

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(milhares de euros)

	Nota	2010	2009
Reserva de justo valor			
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	39	(54 373)	19 464
Impacto da aplicação da IAS 19		(8 033)	(8 033)
Resultado líquido do exercício		41 491	37 778
Total de rendimento integral do exercício		(20 915)	49 209

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras Individuais

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

1. Políticas contabilísticas

1.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

A Caixa Económica Montepio Geral (adiante designada por «CEMG») é uma instituição de crédito, anexa e detida pelo Montepio Geral – Associação Mutualista, tendo sido constituída em 24 de Março de 1844. Está autorizada a operar no âmbito do disposto no Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, bem como do Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de Maio, que regulamenta a actividade das caixas económicas, estabelecendo algumas restrições à sua actividade. Porém, a CEMG pode realizar operações bancárias mesmo para além das enunciadas nos seus Estatutos, desde que genericamente autorizadas pelo Banco de Portugal, o que na prática se traduz na possibilidade de realizar a universalidade das operações bancárias.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras da CEMG são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas («NCA's»), tal como definidas pelo Banco de Portugal.

As NCA's traduzem-se na aplicação, às demonstrações financeiras individuais, das Normas Internacionais de Relato Financeiro («IFRS») tal como adoptadas na União Europeia, com excepção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, como a imparidade do crédito a clientes e o tratamento contabilístico relativo ao reconhecimento em resultados transitados dos ajustamentos das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência apuradas na transição, conforme definido no n.º 2 e n.º 3 do Aviso n.º 1/2005 e do n.º 2 do Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* («IASB») e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* («IFRIC»), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras individuais da CEMG agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e foram preparadas de acordo com as NCA's, as quais incluem as IFRS em vigor tal como adoptadas na União Europeia até 31 de Dezembro de 2010. As políticas contabilísticas utilizadas pela CEMG na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2010 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anuais com referência a 31 de Dezembro de 2009.

Contudo e tal como descrito na nota 49, a CEMG adoptou, na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2010, as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRIC de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2010. As políticas contabilísticas utilizadas pela CEMG na preparação das demonstrações financeiras, descritas nesta nota, foram adaptadas em conformidade. A adopção destas novas normas e interpretações em 2010 não tiveram um efeito material nas contas da CEMG.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que a CEMG ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na nota 49.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondadas ao milhar mais próximo. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos financeiros e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados (negociação e *fair value option*) e activos financeiros disponíveis para venda, excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os activos e passivos financeiros que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto, quando aplicável. Os restantes activos e passivos financeiros e não financeiros são registados ao custo amortizado ou ao custo histórico. Os activos não correntes detidos para venda são registados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respectivos custos de venda. Os passivos sobre obrigações de benefícios definidos são reconhecidos ao valor presente dessa obrigação líquidos dos activos do fundo, deduzidos de perdas actuariais não reconhecidas.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA's requer que a CEMG efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na política contabilística 1.22.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 3 de Março de 2011.

1.2. TRANSACÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

1.3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS E CONTABILIDADE DE COBERTURA

Classificação

A CEMG classifica como derivados para gestão de risco os (i) derivados de cobertura e (ii) os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de certos activos e passivos designados ao justo valor através de resultados mas que não foram classificados como de cobertura.

Todos os restantes derivados são classificados como derivados de negociação.

Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do exercício, excepto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados correspondem ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Contabilidade de cobertura

i) Critérios de classificação

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura, podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- à data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
- existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- a eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- a cobertura é avaliada numa base contínua e efectivamente determinada como sendo altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro; e
- para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

ii) Cobertura de justo valor (fair value hedge)

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado de forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos pela contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.

iii) Efectividade

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal de acordo com a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, deve ser demonstrada a sua efectividade. Assim, a CEMG executa testes prospectivos na data de início da relação de cobertura, quando aplicável, e testes retrospectivos de modo a demonstrar em cada data de balanço a efectividade das relações de cobertura, mostrando que as alterações no justo valor do instrumento de cobertura são cobertas por alterações no item coberto no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefectividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

iv) Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

1.4. CRÉDITO A CLIENTES

O Crédito a Clientes inclui os empréstimos originados pela CEMG, para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efectuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O crédito a clientes só é desreconhecido do balanço quando (i) expiram os direitos contratuais da CEMG relativos aos respectivos fluxos de caixa, (ii) a CEMG transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante a CEMG ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente pelo valor nominal, não podendo ser reclassificado para as restantes categorias de activos financeiros.

Imparidade

Conforme referido na política contabilística 1.1, a CEMG aplica nas suas contas individuais as NCA's pelo que, de acordo com o definido nos n.º 2 e 3 do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, a valorimetria e provisionamento do crédito concedido mantém o regime definido pelas regras do Banco de Portugal aplicado pela CEMG nos exercícios anteriores, como segue:

i) Provisão específica para crédito concedido

A provisão específica para crédito concedido é baseada na avaliação dos créditos vencidos incluindo os créditos vincendos associados, destinando-se a cobrir créditos de risco específico, sendo apresentada como dedução ao crédito concedido. A avaliação desta provisão é efectuada periodicamente pela CEMG, tomando em consideração a existência de garantias reais, o período de incumprimento e a actual situação financeira do cliente.

A provisão específica assim calculada assegura o cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo Banco de Portugal através dos Avisos n.º 3/95, de 30 de Junho, n.º 7/00 de 27 de Outubro e n.º 8/03 de 30 de Janeiro.

ii) Provisão para riscos gerais de crédito

Esta provisão destina-se a cobrir riscos potenciais existentes em qualquer carteira de crédito concedido, incluindo os créditos por assinatura, mas que não foram identificados como de risco específico, encontrando-se registada no passivo.

A provisão para riscos gerais de crédito é constituída com base no disposto nos Avisos n.º 3/95, de 30 de Junho, n.º 2/99, de 15 de Janeiro e n.º 8/03 de 30 de Janeiro, do Banco de Portugal.

iii) Provisão para risco-país

A provisão para risco-país é constituída de acordo com o disposto no Aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal, sendo calculada segundo as directrizes da Instrução n.º 94/96, de 17 de Junho, do Boletim Oficial do Banco de Portugal, incluindo as alterações, de Outubro de 1998, ao disposto no n.º 2.4 da referida Instrução.

iv) Anulação contabilística de créditos (write-offs)

Em conformidade com a Carta-Circular n.º 15/2009, de 28 de Janeiro do Banco de Portugal, a anulação contabilística dos créditos é efectuada quando não existem perspectivas realistas de recuperação dos créditos e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos.

1.5. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS

i) Classificação

A CEMG classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo ou que são detidos como parte integrante de uma carteira de títulos em relação à qual existe evidência de actividades recentes conducentes à realização de ganhos de curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado (excepto no caso de um derivado que seja um instrumento de cobertura e eficaz) e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica «Activos financeiros detidos para negociação», sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica «Passivos financeiros detidos para negociação».

A CEMG designa, no seu reconhecimento inicial, certos activos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses activos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos activos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais activos financeiros contêm derivados embutidos.

A nota 21 contém um sumário dos activos e passivos que foram designados ao justo valor através de resultados no momento do seu reconhecimento inicial.

Os produtos estruturados adquiridos pela CEMG, que correspondem a instrumentos financeiros contendo um ou mais derivados embutidos, por se enquadrarem sempre numa das três situações acima descritas, seguem o método de valorização dos activos financeiros ao justo valor através de resultados.

A CEMG adoptou o *Fair Value Option* para certas emissões e depósitos a prazo efectuados que contêm derivados embutidos ou com derivados de cobertura associados.

Os activos e passivos financeiros ao *Fair Value Option* são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transacções reconhecidos em resultados, com as variações subsequentes de justo valor reconhecidas em resultados. A periodificação dos juros e do prémio/desconto (quando aplicável) é reconhecida na margem financeira, assim como dos derivados associados a instrumentos financeiros classificados nesta categoria.

Investimentos detidos até à maturidade

Estes investimentos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que a CEMG tem intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através de resultados ou como disponíveis para venda.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) a CEMG tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem nas categorias acima referidas.

ii) Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) investimentos detidos até à maturidade e (iii) activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a CEMG se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da CEMG ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a CEMG tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não

obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a CEMG tenha transferido o controlo sobre os activos.

iii) Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções e outros instrumentos de capital, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

Qualquer reclassificação ou venda de activos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará a CEMG a reclassificar integralmente esta carteira para Activos financeiros disponíveis para venda e a CEMG ficará durante dois anos impossibilitada de classificar qualquer activo financeiro nesta categoria.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, a CEMG estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

iv) Transferências entre categorias

A CEMG apenas procede à transferência de activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de activos financeiras disponíveis para venda para a categoria de activos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade.

Estas transferências são efectuadas com base no justo valor dos activos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respectivo valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do activo, com base no método da taxa efectiva. A reserva de justo valor existente na data da transferência é também reconhecida em resultados com base no método da taxa efectiva.

As transferências para a (i) categoria de activos financeiros detidos até à maturidade só podem ser efectuadas desde que exista a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade e para a (ii) categoria de crédito a clientes desde que exista a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros num futuro previsível e os mesmos não sejam transaccionáveis num mercado activo.

Não foram efectuadas transferências entre carteiras nos anos de 2010 e 2009.

v) Imparidade

Em conformidade com as NCA's, a CEMG avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para as acções e outros instrumentos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado abaixo do custo de aquisição, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no balanço, líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um activo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para

a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo, anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

1.6. ACTIVOS CEDIDOS COM ACORDO DE RECOMPRA

Os títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação, não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições financeiras ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística 1.5.

1.7. PASSIVOS FINANCEIROS

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos e outros passivos subordinados.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os quais são registados ao justo valor.

A CEMG designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos passivos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais passivos financeiros contêm derivados embutidos.

Os produtos estruturados emitidos pela CEMG, por se enquadrarem sempre numa das situações acima descritas, seguem o método de valorização dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

O justo valor dos passivos cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, a CEMG estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação e considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo o próprio risco de crédito da entidade emitente.

Caso a CEMG recompre dívida emitida, esta é anulada do balanço e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registado em resultados.

1.8. COMPENSAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

1.9. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

No decurso da sua actividade corrente de concessão de crédito, a CEMG incorre no risco de não conseguir que todo o seu crédito seja reembolsado. No caso de créditos com colateral de hipoteca, a CEMG procede à execução das mesmas rece-

bendo imóveis e outros bens em dação para liquidação do crédito concedido. Por força do disposto no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras («RGICSF») os bancos estão impedidos de adquirir imóveis que não sejam indispensáveis à sua instalação e funcionamento (n.º 1 do artigo 112.º do RGICSF) podendo, no entanto, adquirir imóveis por reembolso de créditos devendo alienar os mesmos num prazo de 2 anos o qual, havendo motivo fundado, poderá ser prorrogado pelo Banco de Portugal, nas condições que este determinar (art. 114.º do RGICSF).

A CEMG tem como objectivo a venda de todos os imóveis recebidos em dação. Estes imóveis são classificados como activos não correntes detidos para venda sendo registados no seu reconhecimento inicial pelo menor de entre o seu justo valor deduzido dos custos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objecto de recuperação. Subsequentemente, estes activos são mensurados ao menor de entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda e não são amortizados. As perdas não realizadas com estes activos, assim determinadas, são registadas em resultados.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações regulares efectuadas pela CEMG.

As avaliações realizadas são conduzidas por entidades independentes especializadas neste tipo de serviços. Os relatórios de avaliação são analisados internamente com aferição da adequação dos processos, comparando os valores de venda com os valores reavaliados.

1.10. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Os investimentos em associadas, nos quais a CEMG exerce influência significativa mas não exerce controlo, são valorizados ao custo de aquisição. Estes investimentos são sujeitos a testes de imparidade periódicos.

1.11. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Os outros activos tangíveis da CEMG encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Na data da transição para as NCA's, 1 de Janeiro de 2004, a CEMG elegeu considerar como custo de aquisição o valor reavaliado dos outros activos tangíveis, conforme determinado de acordo com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável numa perspectiva geral ao custo depreciado mensurado de acordo com as NCA's, ajustado de forma a reflectir as alterações no índice geral de preços. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os outros activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles possam resultar benefícios económicos futuros para a CEMG. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Equipamento	4 a 10

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, a IAS 36 – Imparidade dos activos exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As perdas por imparidade de activos fixos tangíveis são reconhecidas em resultados do exercício.

1.12. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela CEMG necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual se situa normalmente nos 3 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela CEMG, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis.

Todos os restantes encargos relacionados com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

1.13. LOCAÇÕES

A CEMG classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos na IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

– Como locatário

Os pagamentos efectuados pela CEMG à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos exercícios a que dizem respeito.

– Como locador

Os activos detidos sob locação operacional são registados no balanço de acordo com a natureza do activo.

Os proveitos decorrentes das rendas facturadas aos clientes de locação operacional são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática ao longo do período de duração do contrato.

Os custos, incluindo a depreciação, incorridos na obtenção do proveito de locação são reconhecidos numa base sistemática ao longo do período de duração do contrato na demonstração dos resultados. Os custos directos iniciais incorridos pelos locadores ao negociar e aceitar uma locação operacional devem ser adicionados à quantia escriturada do activo locado e reconhecidos como um gasto durante o prazo da locação na mesma base do proveito da locação.

A política de depreciação para activos locados depreciáveis é consistente com a política de depreciação normal do locador para activos semelhantes, conforme política contabilística 1.11.

A CEMG procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

Locação financeira

– Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

– Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados como proveitos enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

1.14. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Plano de benefícios definidos

A CEMG assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores, pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência e cuidados médicos nos termos do estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário («ACT»), para o pessoal admitido até 1 de Março de 2009. As novas admissões a partir daquela data beneficiam do regime geral da Segurança Social.

Os benefícios previstos nos planos de pensões são os abrangidos pelo «Plano ACT – Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário» e pelo «Plano ACTQ – Acordo Colectivo dos Quadros do Sector Bancário».

A CEMG financia as suas responsabilidades através do fundo de pensões gerido pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Os planos de pensões existentes na CEMG correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

Em 2005, no seguimento da autorização formal do Banco de Portugal, a CEMG aplicou retrospectivamente os Avisos n.º 4/2005 e n.º 12/2005 do Banco de Portugal, através do reconhecimento de todos os ganhos e perdas actuarias acumuladas registados no activo, de acordo com os anteriores princípios contabilísticos, por contrapartida de resultados transitados.

De acordo com o disposto no n.º 2 do Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal, foi inicialmente definido um período de diferimento do impacto contabilístico decorrente da transição, com referência a 1 de Janeiro de 2005, para os critérios da IAS 19 – Benefícios dos empregados.

Subsequentemente, com a alteração introduzida no ponto 2 do Aviso n.º 7/2008 do Banco de Portugal, o reconhecimento, em resultados transitados, do impacto que, a 31 de Dezembro de 2009, ainda se encontre por reconhecer, ao abrigo do plano de amortização estabelecido no n.º 2 do Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal, pode ser atingido através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes com a duração adicional de três anos face à duração inicialmente prevista.

Nesta base, para os Benefícios de Saúde, faltavam 42 meses para 31 de Dezembro de 2011 que acrescidos de 36 meses ficaram com um período de amortização de 78 meses (6 anos e seis meses). Para as Outras Responsabilidades, o prazo de diferimento passou a ser de 54 meses (4 anos e seis meses). O diferimento do impacto contabilístico decorrente desta alteração é analisado como segue:

Rubricas	Período de diferimento
Responsabilidades com benefícios de saúde	10 anos
Abatimento de perdas actuariais diferidas, corredor e decrementos de invalidez	8 anos
Aumento de responsabilidades	8 anos

Adicionalmente, e de acordo com o Aviso n.º 12/2005, do Banco de Portugal, para efeitos de preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA´s, o acréscimo de responsabilidades resultantes das alterações dos pressupostos actuariais relativos à tábua de mortalidade efectuados posteriormente a 1 de Janeiro de 2005 é adicionado ao limite do corredor.

As responsabilidades da CEMG com pensões de reforma são calculadas semestralmente, em 31 de Dezembro e 30 de Junho de cada ano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste calculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos activos do Fundo de Pensões.

Os ganhos e perdas actuariais determinados semestralmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos como um activo ou um passivo e o seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor, nos termos definidos para a IAS 19 – Benefícios dos empregados.

Este método estabelece que os ganhos e perdas actuariais diferidos acumulados no início do período que excedam 10% do maior de entre o total das responsabilidades e do valor do Fundo, também reportados ao início do ano, sejam imputados a resultados durante um período que não pode exceder a média da vida de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano. A CEMG determinou que os desvios actuariais são amortizados por um período de 24 anos. Os ganhos e perdas actuariais acumulados que se situem dentro do referido limite (corredor), não são reconhecidos em resultados.

Em cada período, a CEMG reconhece como um custo, na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos activos do fundo e (iv) uma porção dos ganhos e perdas actuariais determinada com base no referido método do corredor, e (v) o efeito das reformas antecipadas.

Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

A CEMG efectua pagamentos ao fundo de forma a assegurar a solvência do mesmo, sendo os níveis mínimos fixados pelo Banco de Portugal como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

A cada data do balanço, a CEMG avalia a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

A partir de 1 de Janeiro de 2011, os empregados bancários serão integrados no Regime Geral da Segurança Social, que passará a assegurar a protecção dos colaboradores nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade dos bancos a protecção na doença, invalidez, sobrevivência e morte (Decreto-Lei n.º 1-A /2011, de 3 de Janeiro).

A taxa contributiva será de 26,6%, cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários («CAFEB») que é extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos empregados no activo passa a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de Janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Colectivo de Trabalho.

Benefícios de saúde

Aos trabalhadores bancários é assegurada pela CEMG a assistência médica pelo Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS, entidade autónoma que é gerida pelo Sindicato respectivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou comparticipações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo da CEMG, a verba correspondente a 6,50% do total das remunerações efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações da CEMG com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

Remunerações variáveis aos empregados e órgãos de administração (bónus)

De acordo com a IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (bónus) quando atribuídas aos empregados e aos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

1.15. FISCALIDADE

A CEMG encontra-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 10.º do Código do IRC, tendo tal isenção sido reconhecida por Despacho de 3 de Dezembro de 1993, do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e confirmada pela Lei n.º 10B/96, de 23 de Março, que aprovou o Orçamento do Estado para 1996.

1.16. PROVISÕES

São reconhecidas provisões quando (i) a CEMG tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

1.17. RECONHECIMENTO DE JUROS

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares, utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares, respectivamente.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro. A taxa de juro efectiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes, para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e rendimentos similares são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

Especificamente no que diz respeito à política de registo dos juros de crédito concedido vencido são considerados os seguintes aspectos:

– os juros de créditos vencidos com garantias reais até que seja atingido o limite de cobertura prudentemente avaliado são registados por contrapartida de resultados de acordo com a IAS 18 – Rédito no pressuposto de que existe uma razoável probabilidade da sua recuperação; e

– a contagem dos juros relativos a crédito vencido há mais de 90 dias que não esteja coberto por garantia real é interrompida, sendo os mesmos apenas reconhecidos quando recebidos por se considerarem, no âmbito da IAS 18 – Rédito, que a sua recuperação é remota.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles classificados como de cobertura do risco de taxa de juro e dos derivados para gestão de certos activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados. A componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura do risco de taxa de juro e dos derivados para gestão de certos activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados é reconhecida nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares.

1.18. RECONHECIMENTO DE RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

– os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicação de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído;

– os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no exercício a que se referem;

– os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

1.19. RECONHECIMENTO DE DIVIDENDOS

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

1.20. RELATO POR SEGMENTOS

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

De acordo com o parágrafo 4 da IFRS 8 – Segmentos Operacionais, a CEMG está dispensada de apresentar o reporte por segmentos em base individual, uma vez que as demonstrações financeiras individuais são apresentadas conjuntamente com as consolidadas.

1.21. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

1.22. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As NCA's estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela CEMG são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da CEMG e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela CEMG é apresentada nas notas 1.1 a 1.21 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela CEMG poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da CEMG e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

A CEMG determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. Esta determinação requer julgamento, no qual a CEMG recolhe e avalia toda a informação relevante à formulação da decisão, nomeadamente a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Para o efeito e em consequência da forte volatilidade dos mercados, consideraram-se os seguintes parâmetros como *triggers* da existência de imparidade:

(i) Títulos de capital: desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição ou valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a doze meses;

(ii) Títulos de dívida: sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado (*mark to market*) ou de modelos de avaliação (*mark to model*) os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da CEMG.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Perdas por imparidade no crédito a clientes

A CEMG efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na política contabilística 1.4, tendo como referência os níveis mínimos exigidos pelo Banco de Portugal através do Aviso n.º 3/95.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida, é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da CEMG.

Investimentos detidos até à maturidade

A CEMG classifica como investimentos detidos até à maturidade os seus activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades definidas, de acordo com os requisitos da IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimentos e Mensuração. Esta classificação requer um nível de julgamento significativo.

No julgamento efectuado, a CEMG avalia a sua intenção e capacidade de deter estes investimentos até à maturidade. Caso a CEMG não detenha estes investimentos até à maturidade, excepto em circunstâncias específicas – por exemplo, alienar uma parte não significativa perto da maturidade – é requerida a reclassificação, para activos financeiros disponíveis para venda de toda a carteira, com a sua consequente mensuração ao justo valor e não ao custo amortizado.

Os activos detidos até à maturidade são objecto de teste sobre a existência de imparidade, o qual segue uma análise e decisão da CEMG. A utilização de metodologias e pressupostos diferentes dos usados nos cálculos efectuados poderia ter impactos diferentes em resultados.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(milhares de euros)

	NOTAS	2010	2009
Juros e rendimentos similares	3	750 941	923 858
Juros e encargos similares	3	480 519	603 902
MARGEM FINANCEIRA		**270 422**	**319 956**
Rendimentos de instrumentos de capital	4	2 175	2 471
Resultados de serviços e comissões	5	89 175	88 719
Encargos com serviços e comissões	5	(15 205)	(13 605)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	6	45 555	29 109
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	7	9 959	1 657
Resultados de reavaliação cambial	8	2 320	2 052
Resultados de alienação de outros activos		(3 363)	267
Outros resultados de exploração	9	16 976	16 682
TOTAL DE PROVEITOS OPERACIONAIS		**418 014**	**447 308**
Custos com pessoal	10	142 823	146 406
Gastos gerais administrativos	11	83 442	79 147
Depreciações e amortizações	12	20 846	20 502
TOTAL DE CUSTOS OPERACIONAIS		**247 111**	**246 055**
Imparidade do crédito	13	117 330	151 284
Imparidade de outros activos	14	12 166	12 037
Outras provisões	15	(84)	154
RESULTADO OPERACIONAL		**41 491**	**37 778**
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**41 491**	**37 778**

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras Individuais

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(milhares de euros)

	NOTAS	2010	2009
ACTIVO			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	16	240 024	305 018
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17	58 405	51 745
Aplicações em instituições de crédito	18	338 662	370 884
Crédito a clientes	19	14 352 766	14 448 162
Activos financeiros detidos para negociação	20	130 865	103 195
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	21	3 952	4 192
Activos financeiros disponíveis para venda	22	5 256 811	3 164 510
Derivados de cobertura	23	2 810	5 109
Investimentos detidos até à maturidade	24	58 093	33 523
Investimentos em associadas e outras	25	43 297	43 297
Activos não correntes detidos para venda	26	162 374	128 599
Outros activos tangíveis	27	89 188	91 173
Activos intangíveis	28	18 254	16 151
Outros activos	29	128 519	130 226
TOTAL DO ACTIVO		**20 884 020**	**18 895 784**
PASSIVO			
Recursos de bancos centrais	30	1 540 266	502 353
Recursos de outras instituições de crédito	31	1 262 546	945 400
Recursos de clientes	32	9 654 340	8 881 046
Responsabilidades representadas por títulos	33	3 578 677	4 583 307
Passivos financeiros detidos para negociação	20	53 814	41 345
Derivados de cobertura	23	1 408	598
Provisões	34	101 499	102 800
Outros passivos subordinados	35	380 986	381 043
Outros passivos	36	3 316 465	2 462 658
TOTAL DO PASSIVO		**19 890 001**	**17 900 550**
SITUAÇÃO LÍQUIDA			
Capital	37	800 000	760 000
Reservas de justo valor	39	(82 973)	(28 600)
Outras reservas e resultados transitados	38 e 39	235 501	226 056
Resultado líquido do exercício		41 491	37 778
TOTAL DA SITUAÇÃO LÍQUIDA		**994 019**	**995 234**
TOTAL		**20 884 020**	**18 895 784**

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras Individuais

2. Margem financeira e resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda

As IFRS em vigor exigem a divulgação desagregada da margem financeira, dos resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda, conforme apresentado nas notas 3, 6 e 7. Uma actividade de negócio específica pode gerar impactos quer na rubrica de resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e em activos financeiros disponíveis para venda, quer na rubrica de juros e rendimentos similares, pelo que o requisito de divulgação, tal como apresentado, não evidencia a contribuição das diferentes actividades de negócio para a margem financeira e para os resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda.

A análise conjunta destas rubricas é apresentada como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Margem financeira	270 422	319 956
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda	55 514	30 766
	325 936	350 722

3. Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	2010			2009		
	De activos / passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda Euros '000	De activos / passivos ao justo valor através de resultados Euros '000	Total Euros '000	De activos / passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda Euros '000	De activos / passivos ao justo valor através de resultados Euros '000	Total Euros '000
Juros e rendimentos similares:						
Juros de crédito	366 394	–	366 394	598 580	–	598 580
Juros de outras aplicações	1 267	–	1 267	1 731	–	1 731
Juros de depósitos	1 499	–	1 499	1 952	–	1 952
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	152 796	–	152 796	60 086	–	60 086
Juros de investimentos detidos até à maturidade	2 429	–	2 429	1 420	–	1 420
Juros de derivados de cobertura	3 799	–	3 799	5 713	–	5 713
Juros de activos financeiros detidos para negociação	–	194 031	194 031	–	234 230	234 230
Outros juros e rendimentos similares	28 726	–	28 726	20 146	–	20 146
	556 910	194 031	750 941	689 628	234 230	923 858
Juros e encargos similares:						
Juros de depósitos	133 485	–	133 485	175 321	–	175 321
Juros de títulos emitidos	91 192	–	91 192	126 517	–	126 517
Juros de empréstimos	4 736	–	4 736	7 368	–	7 368
Juros de outros recursos	25 441	–	25 441	29 487	–	29 487
Juros de derivados de cobertura	2 311	–	2 311	3 614	–	3 614
Juros de passivos financeiros detidos para negociação	–	149 281	149 281	–	189 934	189 934
Outros juros e encargos similares	74 073	–	74 073	71 661	–	71 661
	331 238	149 281	480 519	413 968	189 934	603 902
Margem Financeira	225 672	44 750	270 422	275 660	44 296	319 956

4. Rendimentos de instrumentos de capital

O valor desta rubrica é composto por:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Dividendos de activos financeiros disponíveis para venda	487	703
Dividendos de empresas associadas	1 688	1 768
	2 175	2 471

5. Resultados de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Rendimentos de serviços e comissões:		
Por serviços bancários prestados	64 845	60 489
Por operações realizadas por conta de terceiros	8 957	9 195
Por garantias prestadas	5 786	6 535
Outros rendimentos de serviços e comissões	9 587	12 500
	89 175	88 719
Encargos com serviços e comissões:		
Por serviços bancários prestados por terceiros	14 358	12 661
Por operações realizadas com títulos	373	484
Outros encargos com serviços e comissões	474	460
	15 205	13 605
Resultados líquidos de serviços e comissões	73 970	75 114

6. Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica é composto por:

	2010			2009		
	Proveitos Euros '000	**Custos Euros '000**	**Total Euros '000**	**Proveitos Euros '000**	**Custos Euros '000**	**Total Euros '000**
Activos e passivos detidos para negociação						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	686	1 140	(454)	49	17	32
De outros emissores	349	1 012	(663)	1 002	66	936
Acções	235	160	75	660	17	643
	1 270	2 312	(1 042)	1 711	100	1 611
Instrumentos financeiros derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	331 042	332 833	(1 791)	112 842	109 941	2 901
Contratos sobre taxas de juro	451 918	433 733	18 185	352 772	345 154	7 618
Contratos sobre créditos (*CDS*)	6 036	6 569	(533)	6 541	6 014	527
Outros	132 775	101 231	31 544	58 080	42 508	15 572
	921 771	874 366	47 405	530 235	503 617	26 618
	923 041	876 678	46 363	531 946	503 717	28 229
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De outros emissores	–	240	(240)	160	–	160
Passivos financeiros						
Recursos de instituições de crédito	1 247	382	865	1 237	760	477
Recursos de clientes	677	356	321	520	795	(275)
Débitos representados por títulos	242	–	242	4 946	2 020	2 926
Outros passivos subordinados	34 974	36 970	(1 996)	35 515	37 923	(2 408)
	37 140	37 708	(568)	42 218	41 498	720
	960 181	914 626	45 555	574 324	545 215	29 109

O resultado de recompras de emissões próprias é apurado de acordo com o definido na política contabilística 1.3.

De acordo com as políticas contabilísticas seguidas pela CEMG, os instrumentos financeiros são mensurados, no momento do seu reconhecimento inicial, pelo seu justo valor. Presume-se que o valor de transacção do instrumento corresponde à melhor estimativa do seu justo valor na data do seu reconhecimento inicial. Contudo, em determinadas circunstâncias, o justo valor inicial de um instrumento financeiro, determinado com base em técnicas de avaliação, pode diferir do valor de transacção, nomeadamente pela existência de uma margem de intermediação, dando origem a um *day one profit*.

A CEMG reconhece em resultados os ganhos decorrentes da margem de intermediação (*day one profit*), gerados fundamentalmente na intermediação de produtos financeiros derivados e cambiais, uma vez que o justo valor destes instrumentos, na data do seu reconhecimento inicial e subsequentemente, é determinado apenas com base em variáveis observáveis no mercado e reflecte o acesso da CEMG ao mercado financeiro grossista (*wholesale market*).

7. Resultados de activos financeiros disponíveis para venda

O valor desta rubrica é composto por:

	2010			2009		
	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	5 093	3 290	1 803	1 005	2	1 003
De outros emissores	5 904	1 479	4 425	851	413	438
Acções	2 673	15	2 658	218	49	169
Outros títulos de rendimento variável	2 918	1 845	1 073	413	366	47
	16 588	6 629	9 959	2 487	830	1 657

8. Resultados de reavaliação cambial

O valor desta rubrica é composto por:

	2010			2009		
	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000
Reavaliação cambial	11 709	9 389	2 320	26 458	24 406	2 052

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística 1.2.

9. Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Outros proveitos de exploração:		
Prestação de serviços	5 374	4 578
Reembolso de despesas	2 144	1 541
Proveitos na gestão de contas de depósitos à ordem	7 821	7 574
Dívida readquirida	6 646	7 191
Outros	2 604	2 809
	24 589	23 693
Outros custos de exploração:		
Impostos	128	106
Donativos e quotizações	462	423
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	1 662	1 748
Outros	5 361	4 734
	7 613	7 011
Outros resultados líquidos de exploração	16 976	16 682

10. Custos com o pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Remunerações	105 143	105 633
Contribuições para o SAMS	5 833	6 349
Encargos sociais obrigatórios	8 148	7 924
Outros encargos com fundo de pensões	20 396	23 127
Outros custos	3 303	3 373
	142 823	146 406

Os benefícios de saúde – SAMS incluem o montante de Euros 714 000 (2009: Euros 705 000) relativo ao custo do ano com benefícios de saúde pós-emprego, o qual foi determinado com base no estudo actuarial efectuado (ver nota 43).

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão da CEMG, durante o exercício de 2010, são apresentados como segue:

	Conselho de Administração Euros '000	Outro pessoal chave da gestão Euros '000	Total Euros '000
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	1 230	4 253	5 483
Custos com pensões de reforma e SAMS	6	159	165
Remunerações variáveis	–	234	234
	1 236	4 646	5 882

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão da CEMG, durante o exercício de 2009, são apresentados como segue:

	Conselho de Administração Euros '000	Outro pessoal chave da gestão Euros '000	Total Euros '000
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	843	3 876	4 719
Custos com pensões de reforma e SAMS	6	164	170
Remunerações variáveis	144	496	640
	993	4 536	5 529

Considera-se outro pessoal chave da gestão os Directores de primeira linha da CEMG.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o valor do crédito concedido pela CEMG ao pessoal chave da gestão ascendia a Euros 5 046 000 e Euros 4 685 000, respectivamente.

O efectivo médio de trabalhadores ao serviço da CEMG durante os exercícios de 2010 e 2009, distribuído por grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

	2010	2009
Direcção e coordenação	127	125
Chefia e gerência	494	512
Técnicos	654	662
Específicos	139	144
Administrativos	1 362	1 418
Auxiliares	66	74
	2 842	2 935

11. Gastos gerais administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Rendas e alugueres	20 307	24 613
Serviços especializados		
Informática	10 506	3 748
Trabalho independente	3 498	3 633
Outros serviços especializados	12 871	13 462
Publicidade e publicações	6 600	3 578
Comunicações e expedição	8 601	8 229
Água, energia e combustíveis	4 261	3 706
Conservação e reparação	5 462	4 754
Transportes	3 327	3 501
Seguros	1 894	2 881
Deslocações, estadias e despesas de representação	1 104	1 179
Material de consumo corrente	1 479	1 749
Formação	572	718
Outros gastos administrativos	2 960	3 396
	83 442	79 147

A rubrica Rendas e alugueres inclui o montante de Euros 15 621 000 (2009: Euros 15 764 000) correspondente a rendas pagas sobre imóveis utilizados pela CEMG na condição de inquilino.

Os honorários facturados durante o exercício de 2010 e 2009 pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, de acordo com o disposto no art.º 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais, detalham-se como se segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Revisão legal das contas anuais	86	113
Outros serviços de garantia de fiabilidade	163	148
Consultoria fiscal	73	94
Outros serviços que não sejam de revisão ou auditoria	1 111	465
	1 433	820

12. Depreciações e amortizações

O valor desta rubrica é composto por:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Activos intangíveis:		
Software	7 776	8 338
Outros activos tangíveis:		
Imóveis	3 349	3 266
Equipamento:		
Mobiliário e material	572	613
Máquinas e ferramentas	57	91
Equipamento informático	6 307	5 737
Instalações interiores	1 585	1 741
Equipamento de transporte	9	9
Equipamento de segurança	434	229
Locação operacional – *Renting*	757	478
	13 070	12 164
	20 846	20 502

13. Imparidade do crédito

O valor desta rubrica é composto por:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Crédito vencido concedido a clientes:		
Dotação do exercício	525 338	527 206
Reversão do exercício	(405 616)	(372 638)
Recuperações de crédito e juros	(2 376)	(3 308)
	117 346	151 260
Aplicações em instituições de crédito:		
Dotação do exercício	104	162
Reversão do exercício	(120)	(138)
	(16)	24
	117 330	151 284

14. Imparidade de outros activos

O valor desta rubrica é composto por:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Imparidade para aplicações por recuperação de crédito:		
Dotação do exercício	13 845	10 088
Reversão do exercício	(3 831)	(183)
	10 014	9 905
Imparidade para títulos:		
Dotação do exercício	3 515	2 398
Reversão do exercício	(1 363)	(266)
	2 152	2 132
	12 166	12 037

15. Outras provisões

O valor desta rubrica é composto por:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Provisões para outros riscos e encargos:		
Dotação do exercício	586	416
Reversão do exercício	(670)	(262)
	(84)	154

16. Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica é analisada como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Caixa	95 641	99 128
Banco de Portugal	144 383	205 890
	240 024	305 018

A rubrica Banco de Portugal inclui depósitos de carácter obrigatório, que têm como objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 2818/98 do Banco Central Europeu, de 1 de Dezembro de 1998, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

Em 31 de Dezembro de 2010, a taxa de remuneração média destes depósitos ascendia a 1% (2009: 1,35%).

17. Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Em instituições de crédito no país	424	135
Em instituições de crédito no estrangeiro	12 209	9 433
Valores a cobrar	45 772	42 177
	58 405	51 745

A rubrica Valores a cobrar representa, essencialmente, cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito e que se encontram em cobrança.

18. Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Aplicações sobre instituições de crédito no país		
Depósitos	205	245
Aplicações de muito curto prazo	260 003	–
Outras aplicações	10 000	50 014
	270 208	50 259
Aplicações sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	112	105
Aplicações de muito curto prazo	–	280 000
Outras aplicações	68 392	40 586
	68 504	320 691
	338 712	370 950
Imparidade para riscos de crédito sobre instituições de crédito	(50)	(66)
	338 662	370 884

As principais aplicações em instituições de crédito no país, em 31 de Dezembro de 2010, vencem juros à taxa média anual de 1,37% (2009: 1%).

Os depósitos em instituições de crédito no estrangeiro vencem juros às taxas dos mercados internacionais onde a CEMG opera.

A análise da rubrica Aplicações em instituições de crédito pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Até 3 meses	301 495	285 686
3 meses até 6 meses	–	50 014
6 meses até 1 ano	34 900	34 900
Mais de 5 anos	2 205	245
Duração indeterminada	112	105
	338 712	370 950

Os movimentos ocorridos no exercício como perdas por imparidade para riscos de crédito sobre instituições de crédito, são analisados como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Imparidade para riscos de crédito sobre instituições de crédito:		
Saldo em 1 de Janeiro	66	42
Dotação do exercício	104	162
Reversão do exercício	(120)	(138)
Saldo em 31 de Dezembro	50	66

19. Créditos a clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Crédito interno:		
A empresas		
Empréstimo	1 388 583	1 249 077
Créditos em conta corrente	2 106 934	2 309 633
Locação financeira	229 348	203 803
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	87 087	121 695
Factoring	109 683	76 807
Descobertos em depósitos à ordem	9 134	5 274
Outros créditos	756 961	681 905
A particulares		
Habitação	8 651 320	8 780 393
Locação financeira	45 001	36 411
Consumo e outros créditos	828 554	803 137
	14 212 605	14 268 135
Crédito ao exterior:		
A empresas		
Descobertos em depósitos à ordem	–	18
	14 212 605	14 268 153
Crédito e juros vencidos:		
Menos de 90 dias	90 750	73 470
Mais de 90 dias	486 740	508 118
	577 490	581 588
	14 790 095	14 849 741
Imparidade para riscos de crédito	(437 329)	(401 579)
	14 352 766	14 448 162

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica Crédito a clientes inclui Euros 1 000 000 000 relativo a créditos afectos à emissão de obrigações hipotecárias, realizadas pela CEMG, conforme nota 33.

Conforme referido no parágrafo anterior, a CEMG procedeu em Julho de 2009, à primeira emissão de obrigações hipotecárias, com um montante de Euros 1 000 000 000 e um prazo de 3 anos. A operação foi efectuada ao abrigo do Programa de Emissão de Obrigações Hipotecárias da CEMG. A taxa de juro da emissão é de 3,25%.

A partir de 2009, na sequência da carta-circular n.º 15/2009, de 28 de Janeiro do Banco de Portugal, a CEMG passou a abater ao activo apenas os créditos vencidos provisionados a 100% que, após uma análise económica sejam considerados incobráveis por se concluir que não existem perspectivas da sua recuperação.

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica Habitação incluía cerca de Euros 3 182 375 000 (2009: Euros 2 301 379 000) relativo a créditos que foram objecto de securitização e, que de acordo com a política contabilística 1.4, não foram objecto de desreconhecimento. Este montante encontra-se igualmente registado nas contas de passivo, na rubrica de Passivos financeiros associados a activos transferidos, conforme referido na nota 36.

O justo valor da carteira de crédito a clientes encontra-se apresentado na nota 42.

A rubrica Crédito e juros vencidos há mais de 90 dias em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, inclui os designados «créditos arrematados» no montante de Euros 1 532 000. Os «créditos arrematados» correspondem a dívidas vencidas há mais de três anos em que se extinguiu o vínculo contratual com o anterior mutuário em virtude de arrematação ou adjudicação da caução, declaração de falência ou dação, mas que ainda se encontram pendentes de diligências judiciais.

A rubrica Crédito a clientes corresponde na sua maioria a contratos de crédito a taxa variável.

A análise da rubrica Crédito a clientes, por prazos de maturidade e por tipo de crédito, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, é a seguinte:

	Crédito a clientes				
	Até 1 ano Euros '000	**De 1 a 5 anos Euros '000**	**A mais de 5 anos Euros '000**	**Indeterminado Euros '000**	**Total Euros '000**
Crédito com garantias reais	440 557	1 951 681	9 569 396	466 714	12 428 348
Crédito com outras garantias	617 575	183 750	198 000	44 373	1 043 698
Crédito sem garantias	539 821	123 202	252 728	60 327	976 078
Crédito ao sector público	18 164	56	43 326	211	61 757
Crédito sobre o estrangeiro	–	–	–	–	–
Crédito em locação	2 850	116 347	155 152	5 865	280 214
	1 618 967	2 375 036	10 218 602	577 490	14 790 095

A análise da rubrica Crédito a clientes, por prazos de maturidade e por tipo de crédito, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, é a seguinte:

	Crédito a clientes				
	Até 1 ano Euros '000	**De 1 a 5 anos Euros '000**	**A mais de 5 anos Euros '000**	**Indeterminado Euros '000**	**Total Euros '000**
Crédito com garantias reais	455 186	2 295 521	9 595 507	452 576	12 798 790
Crédito com outras garantias	569 351	172 650	163 416	49 506	954 923
Crédito sem garantias	357 020	110 770	258 705	69 227	795 722
Crédito ao sector público	656	239	48 900	254	50 049
Crédito sobre o estrangeiro	18	–	–	–	18
Crédito em locação	232	91 175	148 807	10 025	250 239
	1 382 463	2 670 355	10 215 335	581 588	14 849 741

O crédito em locação, em 31 de Dezembro de 2010, em termos de prazos residuais é apresentado como segue:

	Crédito em locação			
	Até 1 ano Euros '000	**De 1 a 5 anos Euros '000**	**A mais de 5 anos Euros '000**	**Total Euros '000**
Rendas vincendas	57 430	109 276	137 829	304 535
Juros vincendos	(10 104)	(20 613)	(30 269)	(60 986)
Valores residuais	3 906	9 029	17 865	30 800
	51 232	97 692	125 425	274 349

O crédito em locação, em 31 de Dezembro de 2009, em termos de prazos residuais é apresentado como segue:

	Crédito em locação			
	Até 1 ano Euros '000	**De 1 a 5 anos Euros '000**	**A mais de 5 anos Euros '000**	**Total Euros '000**
Rendas vincendas	49 580	116 482	93 464	259 526
Juros vincendos	(820)	(18 631)	(21 886)	(41 337)
Valores residuais	817	9 973	11 235	22 025
	49 577	107 824	82 813	240 214

A análise do Crédito e juros vencidos por tipo de crédito, é a seguinte:

	2010 Euros '000	**2009 Euros '000**
Crédito com garantias reais	466 714	452 576
Crédito com outras garantias	44 373	49 506
Crédito sem garantias	60 327	69 227
Crédito ao sector público	211	254
Crédito em locação	5 865	10 025
	577 490	581 588

A análise do Crédito e juros vencidos, de acordo com o tipo de cliente, é a seguinte:

	2010 Euros '000	**2009 Euros '000**
Empresas:		
Construção/Produção	146 973	144 921
Investimento	54 383	52 602
Tesouraria	44 031	53 208
Outras finalidades	2 472	3 047
Particulares:		
Habitação	268 443	262 286
Crédito ao consumo	7 179	5 931
Outras finalidades	32 586	32 788
Sector Público Administrativo	211	254
Outros segmentos	21 212	26 551
	577 490	581 588

Os movimentos da imparidade para riscos de crédito são analisados como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Imparidade para riscos de crédito:		
Saldo em 1 de Janeiro	401 579	284 862
Dotação do exercício	475 786	476 820
Reversão do exercício	(354 942)	(322 322)
Utilização de imparidade	(85 094)	(37 781)
Saldo em 31 de Dezembro	437 329	401 579

Adicionalmente, a CEMG tem em 31 de Dezembro de 2010, Euros 100 188 000 de provisões para riscos gerais de crédito (2009: Euros 101 310 000), as quais de acordo com as NCA's são apresentadas no passivo, conforme referido na nota 34.

Em conformidade com a política da CEMG, os juros sobre crédito vencido há mais de 90 dias, que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

O quadro seguinte apresenta por classes de incumprimento, a desagregação da análise de crédito e juros vencidos e a imparidade para riscos de crédito existente em 31 de Dezembro de 2010:

	Classes de incumprimento					
	Até 3 meses Euros '000	3 - 6 meses Euros '000	6 -12 meses Euros '000	1 - 3 anos Euros '000	Mais 3 anos Euros '000	Total Euros '000
Crédito vencido com garantia	78 185	11 532	40 627	191 046	195 773	517 163
Imparidade existente	592	1 584	9 062	117 110	203 010	331 358
Crédito vencido sem garantia	6 026	3 102	7 593	12 105	31 501	60 327
Imparidade existente	68	776	4 898	12 105	31 501	49 348
Total de crédito vencido	84 211	14 634	48 220	203 151	227 274	577 490
Total da imparidade para crédito vencido	660	2 360	13 960	129 215	234 511	380 706
Total da imparidade para crédito vincendo associado ao vencido e outros	110	209	4 846	39 410	12 048	56 623
Total da imparidade para riscos de crédito	770	2 569	18 806	168 625	246 559	437 329

A imparidade para riscos de crédito, por tipo de crédito, é analisada como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Crédito com garantias reais	351 129	300 776
Crédito com outras garantias	29 748	38 351
Crédito sem garantias	56 452	62 452
	437 329	401 579

Em conformidade com a política contabilística 1.4, a anulação contabilística dos créditos é efectuada quando não existem perspectivas realistas de recuperação dos créditos e, para os créditos colaterizados quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade, quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos.

A anulação de crédito por utilização da respectiva imparidade, analisada por tipo de crédito, é a seguinte:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Crédito com garantias reais	51 907	22 139
Crédito com outras garantias	13 615	6 080
Crédito sem garantias	19 572	9 562
	85 094	37 781

A análise da recuperação de créditos e juros, efectuada no decorrer do exercício entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2010 e durante o exercício de 2009, ascendeu ao montante de Euros 2 376 000 e Euros 3 308 000, respectivamente, relacionada com a recuperação de crédito com garantias reais, conforme mencionado na nota 13.

A análise do justo valor dos colaterais associados à carteira de crédito sobre clientes é apresentada como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Crédito com imparidade:		
Individualmente significativos:		
Títulos e outros activos financeiros	62 233	60 962
Imóveis residenciais (Crédito à habitação)	4 802	7 872
Outros imóveis (Construção civil)	1 157 645	1 349 797
Outras garantias	19 003	28 216
	1 243 683	1 446 847
Análise paramétrica:		
Títulos e outros activos financeiros	39 486	31 173
Imóveis residenciais (Crédito à habitação)	1 989 773	1 969 551
Outros imóveis (Construção civil)	850 042	885 217
Outras garantias	62 321	49 592
	2 941 622	2 935 533
Crédito sem imparidade:		
Títulos e outros activos financeiros	590 373	509 751
Imóveis residenciais (Crédito à habitação)	13 526 231	13 360 369
Outros imóveis (Construção civil)	3 666 371	4 429 434
Outras garantias	94 675	80 483
	17 876 650	18 380 037
	22 061 955	22 762 417

20. Activos e passivos financeiros detidos para negociação

A rubrica Activos e passivos financeiros detidos para negociação é analisada como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Activos financeiros detidos para negociação:		
Títulos		
Acções	2 805	1 380
Obrigações	3 192	5 772
	5 997	7 152
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	124 868	96 043
	130 865	103 195
Passivos financeiros detidos para negociação:		
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	53 814	41 345

A carteira de negociação é valorizada ao justo valor, de acordo com a política contabilística 1.5. Conforme a referida política contabilística, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

Conforme disposto na IFRS 7, os activos financeiros detidos para negociação são mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

- Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou *providers*.
- Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado.
- Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação encontram-se valorizados de acordo com os preços de mercado ou *providers* e com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado. Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização, conforme disposto na IFRS 7, estes instrumentos estarão categorizados nos níveis 1 e 2.

A análise da carteira de títulos detidos para negociação por maturidades em 31 de Dezembro de 2010 é apresentada como segue:

	2010				
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Indeterminado Euros '000	Total Euros '000
Títulos de rendimento variável:					
Acções de empresas					
Nacionais	–	–	–	464	464
Estrangeiros	–	–	–	2 341	2 341
	–	–	–	2 805	2 805
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações					
De outros emissores	–	–	3 192	–	3 192
	–	–	3 192	–	5 997
Cotados	–	–	3 192	2 805	5 997

A análise da carteira de títulos detidos para negociação por maturidades em 31 de Dezembro de 2009 é apresentada como segue:

	2009				
	Inferior a três meses Euros '000	**Entre três meses e um ano Euros '000**	**Superior a um ano Euros '000**	**Indeterminado Euros '000**	**Total Euros '000**
Títulos de rendimento variável:					
Acções de empresas					
Nacionais	–	–	–	663	663
Estrangeiros	–	–	–	717	717
	–	–	–	1 380	1 380
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações					
De outros emissores	–	–	5 772	–	5 772
	–	–	5 772	1 380	7 152
Cotados	–	–	5 772	1 380	7 152

O valor de balanço dos activos e passivos financeiros detidos para negociação em 31 de Dezembro de 2010, pode ser analisado como segue:

		2010						
		Derivado			**Activo / Passivo associado**			
Produto derivado	**Activo/Passivo financeiro associado**	***Nocional* Euros '000**	**Justo valor Euros '000**	**Variação de justo valor no ano Euros '000**	**Justo Valor Euros '000**	**Variação de justo valor no ano Euros '000**	**Valor de balanço Euros '000**	**Valor de reembolso na maturidade Euros '000**
Swap taxa de juro	Emissão de obrigações	605 000	25 379	2 617	(36 223)	(48 475)	302 500	302 500
Swap taxa de juro	Depósitos	3 609 775	17 386	13 230	12 954	10 593	2 013 304	2 013 304
Swap taxa de juro	Recursos	490 052	12 263	(3 102)	(2 757)	(13 319)	247 113	247 113
Swap taxa de juro	Titularização	10 717 877	(1 757)	(2 470)	–	–	–	–
Swap taxa de juro	Obrigações hipotecárias	11 890 474	18 023	7 891	(7 617)	(8 061)	1 000 000	1 000 000
Swap cambial	Emissão de dívida	538 428	(255)	(1 672)	–	–	–	–
Futuros	–	14 298	(1)	(1)	–	–	–	–
Opções	Depósitos a prazo e recursos	70 586	753	169	–	–	–	–
Credit Default Swaps	–	89 710	(737)	(306)	–	–	–	–
		28 026 200	71 054	16 356	(33 643)	(59 262)	3 562 917	3 562 917

O valor de balanço dos activos e passivos financeiros detidos para negociação em 31 de Dezembro de 2009, pode ser analisado como segue:

		2009						
		Derivado			Activo / Passivo associado			
Produto derivado	**Activo/Passivo financeiro associado**	***Nocional*** **Euros '000**	**Justo valor Euros '000**	**Variação de justo valor no ano Euros '000**	**Justo Valor Euros '000**	**Variação de justo valor no ano Euros '000**	**Valor de balanço Euros '000**	**Valor de reembolso na maturidade Euros '000**
Swap taxa de juro	Emissão de obrigações	605 000	22 762	14 109	12 252	(10 583)	302 500	302 500
Swap taxa de juro	Depósitos	2 070 643	4 156	3 326	2 361	(1 423)	948 692	948 692
Swap taxa de juro	Recursos	733 572	15 365	8 952	10 562	2 760	386 471	386 471
Swap taxa de juro	Titularização	7 188 322	713	(2 906)	–	–	–	–
Swap taxa de juro	Obrigações hipotecárias	9 239 330	10 132	10 132	444	(444)	1 000 000	1 000 000
Swap cambial	Emissão de dívida	381 270	1 417	4 001	–	(1 128)	–	–
Futuros	–	2 432	–	2	–	–	–	–
Opções	Depósitos a prazo e recursos	76 540	584	612	–	–	–	–
Credit Default Swaps	–	87 410	(431)	(170)	–	–	–	–
		20 384 519	54 698	38 058	25 619	(10 818)	2 637 663	2 637 663

A análise dos instrumentos financeiros derivados de negociação por maturidade em 31 de Dezembro de 2010, é a seguinte:

	2010					
	Nocionais **com prazo remanescente**				**Justo valor**	
	Inferior a três meses Euros '000	**Entre três meses e um ano Euros '000**	**Superior a um ano Euros '000**	**Total Euros '000**	**Activo Euros '000**	**Passivo Euros '000**
Contratos sobre taxas de juro:						
Swap taxa de juro	31 000	201 184	27 080 994	27 313 178	119 941	48 647
Opções	10 500	–	60 086	70 586	2 011	1 258
Contratos sobre taxas de cambio:						
Swap cambial	529 439	–	8 989	538 428	1 975	2 230
Contratos sobre índices:						
Futuros de índices	14 298	–	–	14 298	–	1
Contratos sobre crédito:						
Credit default swaps	–	–	89 710	89 710	941	1 678
	585 237	201 184	27 239 779	28 026 200	124 868	53 814

A análise dos instrumentos financeiros derivados de negociação por maturidade em 31 de Dezembro de 2009, é a seguinte:

	2009					
	Nocionais com prazo remanescente				Justo valor	
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000	Activo Euros '000	Passivo Euros '000
Contratos sobre taxas de juro:						
Swap taxa de juro	187 000	356 800	19 293 067	19 836 867	90 055	36 927
Opções	250	50 300	25 990	76 540	1 209	625
Contratos sobre taxas de cambio:						
Swap cambial	381 270	–	–	381 270	4 191	2 774
Contratos sobre índices:						
Futuros de índices	2 432	–	–	2 432	–	–
Contratos sobre crédito:						
Credit default swaps	–	1 000	86 410	87 410	588	1 019
	570 952	408 100	19 405 467	20 384 519	96 043	41 345

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados incluem a valorização dos derivados embutidos destacados de acordo com a política contabilística 1.3 no montante de Euros 6 276 000 (2009: Euros 4 956 000).

21. Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica no montante de Euros 3 952 000 (2009: Euros 4 192 000) é totalmente composto por obrigações e outros títulos de rendimento fixo de outros emissores.

A opção da CEMG em designar estes activos ao justo valor através de resultados, à luz da IAS 39, conforme politica contabilística 1.5, está de acordo com a estratégia documentada de gestão da CEMG, considerando que (i) estes activos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) que estes activos contêm instrumentos derivados embutidos.

Os activos financeiros ao justo valor através de resultados encontram-se valorizados de acordo com os preços de mercado ou *providers*. Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização, conforme disposto na IFRS 7, estes instrumentos estarão categorizados no nível 1.

A 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a carteira de títulos incluídos na rubrica Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados encontra-se cotada e com uma maturidade superior a um ano.

22. Activos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica é analisada como segue:

	2010				
		Reserva de justo valor			
	Custo [1] Euros '000	Positiva Euros '000	Negativa Euros '000	Perdas por imparidade Euros '000	Valor de balanço Euros '000
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos:					
Estrangeiros	1 075 466	2 155	(30 457)	–	1 047 164
Estrangeiros	114 501	365	(4 468)	–	110 398
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	3 261 069	751	(13 342)	(3 588)	3 244 890
Estrangeiros	658 715	3 805	(41 865)	(21 848)	598 807
Papel comercial	242 634	–	–	(998)	241 636
Títulos de rendimento variável:					
Acções de empresas					
Nacionais	3 866	190	(31)	(279)	3 746
Estrangeiros	4 123	78	(124)	(947)	3 130
Unidades de participação	7 127	270	(300)	(57)	7 040
	5 367 501	7 614	(90 587)	(27 717)	5 256 811

(1) Custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida.

	2009				
		Reserva de justo valor			
	Custo [1] Euros '000	Positiva Euros '000	Negativa Euros '000	Perdas por imparidade Euros '000	Valor de balanço Euros '000
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos:					
Estrangeiros	7 954	125	(19)	–	8 060
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	2 192 058	3 321	(1 850)	(1 640)	2 191 889
Estrangeiros	801 614	2 469	(33 910)	(23 357)	746 816
Papel comercial	203 534	–	–	(998)	202 536
Títulos de rendimento variável:					
Acções de empresas					
Nacionais	4 505	99	(10)	(321)	4 273
Estrangeiros	2 513	523	–	(746)	2 290
Unidades de participação	10 831	1 097	(445)	(2 837)	8 646
	3 223 009	7 634	(36 234)	(29 899)	3 164 510

(1) Custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida.

Conforme descrito na política contabilística 1.5, a carteira de activos disponíveis para venda é apresentada ao seu valor de mercado, sendo o respectivo justo valor registado por contrapartida de reservas de justo valor conforme nota 39. A CEMG avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de activos disponíveis para venda, seguindo os critérios de julgamento descritos na política contabilística 1.22.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda são analisados como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Imparidade para títulos:		
Saldo em 1 de Janeiro	29 899	31 228
Dotação do exercício	3 515	2 398
Reversão do exercício	(1 363)	(266)
Utilização de imparidade	(4 334)	(3 461)
Saldo em 31 de Dezembro	27 717	29 899

Durante o exercício de 2010 e conforme referido na política contabilística 1.5, foram repostas perdas por imparidade, no montante de Euros 2 182 000.

A análise dos activos financeiros disponíveis para venda por maturidade em 31 de Dezembro de 2010, é a seguinte:

	2010				
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Indeterminado Euros '000	Total Euros '000
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos:					
Estrangeiros	19 881	133 310	893 973	–	1 047 164
Estrangeiros	25 250	3 007	82 141	–	110 398
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	2 347	16 248	3 226 295	–	3 244 890
Estrangeiros	9 419	53 661	535 183	544	598 807
Papel comercial	211 324	30 312	–	–	241 636
	268 221	236 538	4 737 592	544	5 242 895
Títulos de rendimento variável:					
Acções de empresas					
Nacionais	–	–	–	3 746	3 746
Estrangeiras	–	–	–	3 130	3 130
Unidades de participação	–	–	–	7 040	7 040
	–	–	–	13 916	13 196
	268 221	236 538	4 737 592	14 460	5 256 811

A análise dos activos financeiros disponíveis para venda por maturidade em 31 de Dezembro de 2009, é a seguinte:

	2009				
	Inferior a três meses Euros '000	**Entre três meses e um ano Euros '000**	**Superior a um ano Euros '000**	**Indeterminado Euros '000**	**Total Euros '000**
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos:					
Estrangeiros	–	–	8 060	–	8 060
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	–	14 262	2 177 627	–	2 191 889
Estrangeiros	74 169	145 188	517 114	10 345	746 816
Papel comercial	172 401	30 135	–	–	202 536
	246 570	189 585	2 702 801	10 345	3 149 301
Títulos de rendimento variável:					
Acções de empresas					
Nacionais	–	1 471	–	2 801	4 273
Estrangeiras	–	–	–	2 290	2 290
Unidades de participação	1 450	–	–	7 197	8 647
	1 450	1 471	–	12 288	15 209
	248 020	191 056	2 702 801	22 633	3 164 510

A CEMG reconhece imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda sempre que se verifique uma quebra prolongada ou significativa no seu justo valor ou quando se prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. Esta avaliação implica julgamento, no qual a CEMG tem em consideração entre outros factores, a volatilidade dos preços dos títulos.

Assim, como consequência do reduzido nível de liquidez e da significativa volatilidade dos mercados financeiros, os seguintes factores foram tidos em consideração na determinação da existência de imparidade:

- Instrumentos de capital: (i) desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição; ou (ii) valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a 12 meses;
- Instrumentos de dívida: sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos.

Conforme descrito na política contabilística 1.5, a carteira de activos financeiros disponíveis para venda é apresentada líquida da reserva de justo valor e de imparidade nos montantes de Euros 82 973 000 e de Euros 27 717 000 (2009: Euros 28 600 000 e de Euros 29 899 000), respectivamente.

Esta rubrica, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é desagregada da seguinte forma:

	2010			2009		
	Cotados Euros '000	Não cotados Euros '000	Total Euros '000	Cotados Euros '000	Não cotados Euros '000	Total Euros '000
Títulos de rendimento fixo:						
Obrigações de emissores públicos:						
Nacionais	1 047 164	–	1 047 164	–	–	–
Estrangeiros	110 398	–	110 398	8 060	–	8 060
Obrigações de outros emissores:						
Nacionais	3 218 614	26 276	3 244 890	2 164 128	27 761	2 191 889
Estrangeiros	591 807	7 000	598 807	744 206	2 610	746 816
Papel comercial	–	241 636	241 636	–	202 536	202 536
Títulos de rendimento variável:						
Acções de empresas						
Nacionais	862	2 884	3 746	700	3 573	4 273
Estrangeiros	2 972	158	3 130	2 132	158	2 290
Unidades de participação	7 040	–	7 040	8 646	–	8 646
	4 978 857	277 954	5 256 811	2 927 872	236 638	3 164 510

23. Derivados de cobertura

Esta rubrica é analisada como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Activo:		
Swaps de taxa de juro	2 810	5 109
Passivo:		
Swaps de taxa de juro	1 408	598

Os derivados de cobertura encontram-se valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado. Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização, conforme disposto na IFRS 7, estes instrumentos estarão categorizados no nível 2.

A CEMG contrata instrumentos financeiros derivados para cobrir a sua exposição ao risco de taxa de juro. O tratamento contabilístico depende da natureza do risco coberto, nomeadamente se a CEMG está exposta às variações de justo valor, ou a variações de fluxos de caixa, ou se encontra perante coberturas de transacções futuras.

A CEMG realiza periodicamente testes de efectividade das relações de cobertura existentes.

O ajustamento sobre os riscos financeiros cobertos efectuado às rubricas do activo e do passivo que incluem itens cobertos é analisado como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Recursos de outras instituições de crédito	864	477
Responsabilidades representadas por títulos	242	2 926
Recursos de clientes	271	(318)
	1 377	3 085

A análise da carteira de derivados de cobertura por maturidades em 31 de Dezembro de 2010, é apresentada como segue:

	2010							
	Nocionais por prazo remanescente				Justo valor			
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a a um ano Euros '000	Total Euros '000
Derivados de cobertura de justo valor com risco de taxa de juro:								
Swap de taxa de juro	20 000	80 000	115 000	215 000	147	1 394	(139)	1 402

A análise da carteira de derivados de cobertura por maturidades em 31 de Dezembro de 2009, é apresentada como segue:

	2009							
	Nocionais por prazo remanescente				Justo valor			
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a a um ano Euros '000	Total Euros '000
Derivados de cobertura de justo valor com risco de taxa de juro:								
Swap de taxa de juro	–	44 000	155 000	199 000	1 168	–	3 343	4 511

As operações de cobertura de justo valor em 31 de Dezembro de 2010, podem ser analisadas como segue:

			2010				
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	*Nocional* Euros '000	Justo valor do derivado [2] Euros '000	Variação do justo valor do derivado no ano Euros '000	Justo valor do elemento coberto [1] Euros '000	Variação do justo valor do elemento coberto no ano [1] Euros '000
Swap de taxa de juro	Depósitos de clientes	Taxa de juro	40 000	396	(302)	371	(271)
Swap de taxa de juro	Recursos	Taxa de juro	80 000	2 091	(1 995)	1 097	(1 106)
Swap de taxa de juro	EMTN	Taxa de juro	95 000	(1 085)	(812)	(298)	(212)
Swap de taxa de juro	Emissão de dívida	Taxa de juro	–	–	–	–	–
			215 000	1 402	(3 109)	(1 170)	(1 589)

(1) Atribuível ao risco coberto.

(2) Inclui o juro corrido.

As operações de cobertura de justo valor em 31 de Dezembro de 2009, podem ser analisadas como segue:

			2009				
Produto derivado	**Produto coberto**	**Risco coberto**	***Nocional* Euros '000**	**Justo valor do derivado [2] Euros '000**	**Variação do justo valor do derivado no ano Euros '000**	**Justo valor do elemento coberto [1] Euros '000**	**Variação do justo valor do elemento coberto no ano [1] Euros '000**
Swap de taxa de juro	Depósitos de clientes	Taxa de juro	44 000	4 086	492	642	146
Swap de taxa de juro	Recursos	Taxa de juro	120 000	–	–	2 203	(221)
Swap de taxa de juro	EMTN	Taxa de juro	35 000	698	541	(86)	(86)
Swap de taxa de juro	Emissão de dívida	Taxa de juro	–	(273)	(3 015)	–	(3 011)
			199 000	4 511	(1 982)	2 759	(3 172)

(1) Atribuível ao risco coberto.

(2) Inclui o juro corrido.

24. Investimentos detidos até à maturidade

Esta rubrica é analisada como segue:

	2010 Euros '000	**2009 Euros '000**
Títulos de rendimento fixo:		
Obrigações de emissores públicos nacionais	44 111	18 573
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	13 982	14 950
	58 093	33 523

O justo valor da carteira de investimentos detidos até à maturidade encontra-se apresentado na nota 42.

A CEMG avaliou com referência a 31 de Dezembro de 2010, a existência de evidência objectiva da imparidade na sua carteira de investimentos detidos até à maturidade, não tendo verificado eventos com impacto no montante recuperável dos fluxos de caixa futuros desses investimentos.

Os títulos detidos até à maturidade podem ser analisados, à data de 31 de Dezembro de 2010, como segue:

Denominação	**Data de emissão**	**Data de reembolso**	**Taxa de juro**	**Valor de balanço Euros '000**
OT – Setembro 98/23-09-2013	Maio 1998	Setembro 2013	Taxa fixa de 5,450%	96
OT – Junho 02/15-06-2012	Fevereiro 2002	Junho 2012	Taxa fixa de 5,000%	32 076
OT – Junho 01/15-06-2011	Março 2001	Junho 2011	Taxa fixa de 5,150%	1 037
OT – Outubro 05/15-10-2015	Julho 2005	Outubro 2015	Taxa fixa de 3,350%	5 977
OT – Abril 05/15-04-2011	Novembro 2005	Abril 2011	Taxa fixa de 3,200%	4 925
Buoni Poliennali Del Tes. 06/2011	Março 2006	Março 2011	Taxa fixa de 3,500%	3 026
Netherlands Government 05/2015	Junho 2005	Julho 2015	Taxa fixa de 3,250%	4 986
Republic of Austria 04/15-07-2015	Maio 2004	Julho 2015	Taxa fixa de 3,500%	2 012
Belgium Kingdom 05/28-09-2015	Março 2005	Setembro 2015	Taxa fixa de 3,750%	1 977
Buoni Poliennali Del Tes. 05/2015	Maio 2005	Agosto 2015	Taxa fixa de 3,750%	1 981
				58 093

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados de acordo com o descrito na política contabilística 1.5.

Durante os exercícios de 2010 e de 2009, a CEMG não procedeu a transferências para ou desta categoria de activos.

Em 31 de Dezembro de 2010, a análise dos investimentos detidos até a maturidade por prazo remanescente é a seguinte:

	2010				
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Entre um ano a cinco anos Euros '000	Superior a cinco anos Euros '000	Total Euros '000
Obrigações de emissores públicos nacionais	–	5 962	38 149	–	44 111
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	3 026	–	10 956	–	13 982
	3 026	5 962	49 105	–	58 093
Cotados	3 026	5 962	49 105	–	58 093

Em 31 de Dezembro de 2009, a análise dos investimentos detidos até a maturidade por prazo remanescente é a seguinte:

	2009				
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Entre um ano a cinco anos Euros '000	Superior a cinco anos Euros '000	Total Euros '000
Obrigações de emissores públicos nacionais	–	6 393	6 112	6 068	18 573
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	1 009	–	2 976	10 963	14 950
	1 009	6 393	9 088	17 031	33 523
Cotados	1 009	6 393	9 088	17 031	33 523

25. Investimentos em associadas e outras

Esta rubrica é analisada como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Participações financeiras em associadas e outras		
Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (IFI)	7 001	7 001
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	23 566	23 566
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	9 530	9 530
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	3 200	3 200
	43 297	43 297
Não cotados	43 297	43 297

Os dados financeiros relativos às empresas associadas são apresentados no quadro seguinte:

	Número de acções	Participação directa no capital	Valor nominal unitário Euros	Custo da participação Euros '000
31 de Dezembro de 2010				
Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (IFI)	77 200	100,00%	90,69	7 001
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A	1 333 928	26,25%	5,00	23 566
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	314 736	39,34%	25,00	9 530
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	400 000	20,00%	5,00	3 200
.				43 297
31 de Dezembro de 2009				
Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (IFI)	77 200	100,00%	90,69	7 001
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A	1 312 420	26,25%	5,00	23 566
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	314 736	39,34%	25,00	9 530
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	400 000	20,00%	5,00	3 200
				43 297

26. Activos não correntes detidos para venda

Esta rubrica é analisada como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Imóveis e outros activos resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes	201 710	157 935
Imparidade para activos não correntes detidos para venda	(39 336)	(29 336)
	162 374	128 599

Os activos registados nesta rubrica estão contabilizados de acordo com a política contabilística 1.9.

A rubrica Imóveis e outros activos resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes resulta da resolução de contratos de crédito sobre clientes, decorrente de (i) dação simples, com opção de recompra ou com locação financeira, sendo contabilizadas com a celebração do contrato de dação ou promessa de dação e respectiva procuração irrevogável emitida pelo cliente em nome da CEMG; ou (ii) adjudicação dos bens em consequência do processo judicial de execução das garantias, sendo contabilizadas com o título de adjudicação ou na sequência do pedido de adjudicação após registo de primeira penhora (dação pro solvendo).

Os referidos activos estão disponíveis para venda num prazo inferior a 2 anos, tendo a CEMG uma estratégia para a sua alienação.

A referida rubrica inclui imóveis para os quais foram já celebrados contratos promessa de compra e venda no montante de Euros 13 996 000 (2009: Euros 9 464 000).

Os movimentos da imparidade para activos não correntes detidos para venda são analisados como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Imparidade para activos não correntes detidos para venda		
Saldo em 1 de Janeiro	29 336	23 868
Dotação do exercício	13 845	10 088
Reversão do exercício	(3.831)	(183)
Utilização	(14)	(4 437)
Saldo em 31 de Dezembro	39 336	29 336

Os movimentos dos activos não correntes detidos para venda no exercício de 2010, são analisados como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Activos não correntes detidos para venda		
Saldo em 1 de Janeiro	157 935	116 180
Aquisições	66 715	59 303
Alienações	(24 740)	(21 484)
Outros movimentos	1 800	3 936
Saldo em 31 de Dezembro	201 710	157 935

27. Outros activos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Custo:		
Imóveis:		
De serviço próprio	62 250	65 706
Obras em imóveis arrendados	24 225	32 208
Imobilizado em curso	33	43
Equipamento:		
Mobiliário e material	11 065	10 502
Máquinas e ferramentas	1 869	1 971
Equipamento informático	58 365	51 772
Instalações interiores	15 832	28 414
Equipamento de transporte	436	676
Equipamento de segurança	4 972	3 978
Património artístico	1 050	986
Activos em locação operacional	4 965	4 084
Outras imobilizações corpóreas	31	31
Imobilizações em curso	3 342	550
	188 435	200 921
Depreciações acumuladas:		
Relativas ao exercício corrente	(13 070)	(12 164)
Relativas a exercícios anteriores	(86 177))	(97 584)
	(99 247)	(109 748)
	89 188	91 173

Os movimentos da rubrica Outros activos tangíveis, durante o ano de 2010, são analisados como segue:

	2010				
	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações/ Transferências Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
Custo:					
Imóveis:					
De serviço próprio	65 706	–	(3 456)	–	62 250
Obras em imóveis arrendados	32 208	332	(8 373)	58	24 225
Imobilizado em curso	43	10	–	(20)	33
Equipamento:					
Mobiliário e material	10 502	988	(425)	–	11 065
Máquinas e ferramentas	1 971	10	(113)	1	1 869
Equipamento informático	51 772	6 838	(244)	(1)	58 365
Instalações interiores	28 414	334	(13 010)	94	15 832
Equipamento de transporte	676	58	(298)	–	436
Equipamento de segurança	3 978	1 009	(15)	–	4 972
Património artístico	986	64	–	–	1 050
Activos em locação operacional	4 084	1 632	(751)	–	4 965
Outras imobilizações corpóreas	31	–	–	–	31
Imobilizações em curso	550	2 947	–	(155)	3 342
	200 921	14 222	(26 685)	(23)	188 435
Depreciações acumuladas:					
Imóveis:					
De serviço próprio	15 831	1 039	(828)	–	16 042
Obras em imóveis arrendados	22 047	2 310	(8 373)	–	15 984
Equipamento:					
Mobiliário e material	7 804	572	(366)	–	8 010
Máquinas e ferramentas	1 825	57	(112)	1	1 771
Equipamento informático	37 871	6 307	(243)	–	43 935
Instalações interiores	20 126	1 585	(13 011)	–	8 700
Equipamento de transporte	673	9	(303)	–	379
Equipamento de segurança	2 823	434	(13)	–	3 244
Activos em locação operacional	748	757	(323)	–	1 182
	109 748	13 070	(23 572)	1	99 247

Os movimentos da rubrica Outros activos tangíveis, durante o ano de 2009, são analisados como segue:

	2009				
	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	**Aquisições/ Dotações Euros '000**	**Abates Euros '000**	**Regularizações/ Transferências Euros '000**	**Saldo em 31 Dezembro Euros '000**
Custo:					
Imóveis:					
De serviço próprio	63 413	2 293	–	–	65 706
Obras em imóveis arrendados	30 730	680	–	798	32 208
Imobilizado em curso	120	31	–	(108)	43
Equipamento:					
Mobiliário e material	10 326	433	(257)	–	10 502
Máquinas e ferramentas	2 125	35	(189)	–	1 971
Equipamento informático	43 405	8 404	(37)	–	51 772
Instalações interiores	26 696	328	–	1 390	28 414
Equipamento de transporte	676	–	–	–	676
Equipamento de segurança	3 202	786	(20)	10	3 978
Património artístico	478	508	–	–	986
Activos em locação operacional	2 226	1 887	(29)	–	4 084
Outras imobilizações corpóreas	31	–	–	–	31
Imobilizações em curso	495	2 301	–	(2 246)	550
	183 923	17 686	(532)	(156)	200 921
Depreciações acumuladas:					
Imóveis:					
De serviço próprio	14 827	1 004	–	–	15 831
Obras em imóveis arrendados	19 785	2 262	–	–	22 047
Equipamento:					
Mobiliário e material	7 433	613	(242)	–	7 804
Máquinas e ferramentas	1 923	91	(189)	–	1 825
Equipamento informático	32 168	5 737	(34)	–	37 871
Instalações interiores	18 385	1 741	–	–	20 126
Equipamento de transporte	664	9	–	–	673
Equipamento de segurança	2 615	229	(21)	–	2 823
Activos em locação operacional	276	478	(6)	–	748
	98 076	12 164	(492)	–	109 748

28. Activos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Custo:		
Software	31 798	52 375
Adiantamentos por conta de imobilizações	6 106	4 657
	37 904	57 032
Amortizações acumuladas:		
Relativas ao exercício corrente	(7 776)	(8 338)
Relativas a exercícios anteriores	(11 874)	(32 543)
	(19 650)	(40 881)
	18 254	16 151

Os movimentos da rubrica Activos intangíveis, durante o exercício de 2010, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações/ Transferências Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
Custo:					
Software	52 375	8 430	(29 007)	–	31 798
Adiantamentos por conta de imobilizações	4 657	1 449	–	–	6 106
	57 032	9 879	(29 007)	–	37 904
Amortizações acumuladas:					
Software	40 881	7 776	(29 007)	–	19 650

Os movimentos da rubrica Activos intangíveis, durante o exercício de 2009, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações/ Transferências Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
Custo:					
Software	44 988	7 790	–	(403)	52 375
Adiantamentos por conta de imobilizações	2 331	1 872	–	454	4 657
	47 319	9 662	–	51	57 032
Amortizações acumuladas:					
Software	32 543	8 338	–	–	40 881

29. Outros activos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Bonificações a receber do Estado Português	11 949	13 739
Outros devedores	29 071	19 756
Outros proveitos a receber	4 873	6 456
Despesas com custo diferido	20 801	28 728
Contas diversas	65 298	65 020
	131 992	133 699
Imparidade para bonificações	(3 473)	(3 473)
	128 519	130 226

A rubrica Bonificações a receber do Estado Português, no montante de Euros 11 949 000 (2009: Euros 13 739 000) corresponde às bonificações referentes a contratos de crédito à habitação, de acordo com os dispositivos legais aplicáveis ao crédito bonificado. Estes montantes não vencem juros e são reclamados mensalmente.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, a rubrica Bonificações a receber do Estado Português pode ser detalhada como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Bonificações reclamadas ao Estado e ainda não liquidadas	7 120	7 311
Bonificações processadas e ainda não reclamadas	1 716	3 412
Bonificações vencidas e ainda não reclamadas	3 113	3 016
	11 949	13 739

A rubrica Bonificações reclamadas ao Estado e ainda não liquidadas inclui, em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, um montante de Euros 3 473 000 não reconhecido pela Direcção Geral do Tesouro, estando este totalmente provisionado na rubrica Imparidade para bonificações.

A rubrica Despesas com custo diferido inclui, em 31 de Dezembro de 2010, o montante de Euros 19 061 000 (2009: Euros 27 094 000) referente ao valor ainda não registado na situação líquida do impacto contabilístico decorrente da transição, com referência a 1 de Janeiro de 2005, para os critérios da IAS 19 relativamente ao apuramento do valor actuarial das responsabilidades do fundo de pensões. Neste caso é aplicado um diferimento de dez anos ou oito anos conforme se trate de benefícios de saúde ou outros benefícios, de acordo com a política contabilística 1.14.

A rubrica Contas Diversas inclui, em 31 de Dezembro de 2009, o montante de Euros 32 816 000 relativo a operações realizadas com títulos, registadas na *trade date*, conforme política contabilística 1.5, a aguardar liquidação.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as rubricas relativas às responsabilidades de CEMG com benefícios a colaboradores (ver nota 43), incluídas na rubrica Contas diversas, são analisadas como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Responsabilidade por benefícios projectados	(597 140)	(569 822)
Valor do Fundo	545 097	504 883
	(52 043)	(64 939)
Perdas actuariais		
Corredor	77 148	80 954
Acima do corredor	24 053	7 580
	101 201	88 534
	49 158	23 595

O valor do corredor e das perdas actuariais foram determinadas em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1.14.

30. Recursos de bancos centrais

Em 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica regista o montante de Euros 1 540 266 000 referente a recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais que se encontram colaterizados por títulos da carteira de activos financeiros disponíveis para venda.

Em 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica regista o montante de Euros 502 353 000 referente aos títulos vendidos, com acordo de recompra (*repos*) por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação, que não são desreconhecidos do balanço.

A análise da rubrica Recursos de bancos centrais pelo período remanescente a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é a seguinte:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Até 3 meses	460 026	–
3 meses até 6 meses	1 080 240	–
Mais de 6 meses	–	502 353
	1 540 266	502 353

31. Recursos de outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	2010			2009		
	Não remunerados Euros '000	Remunerados Euros '000	Total Euros '000	Não remunerados Euros '000	Remunerados Euros '000	Total Euros '000
Recursos de instituições de crédito no país	247 969	4 163	252 132	7 995	53 745	61 740
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro	1 000 337	10 077	1 010 414	4 023	879 637	883 660
	1 248 306	14 240	1 262 546	12 018	933 382	945 400

A análise da rubrica Recursos de outras instituições de crédito pelo período remanescente das operações, é a seguinte:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Até 3 meses	526 133	605 635
3 meses até 6 meses	155 594	50 883
6 meses a 1 ano	255 553	55 960
1 ano até 5 anos	59 025	16
Mais de 5 anos	272 830	235 531
	1 269 135	948 025
Correcções de valor por operações de cobertura	(6 589)	(2 625)
	1 262 546	945 400

32. Recursos de clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	2010			2009		
	Não remunerados Euros '000	Remunerados Euros '000	Total Euros '000	Não remunerados Euros '000	Remunerados Euros '000	Total Euros '000
Depósitos à ordem	16 157	2 001 904	2 018 061	85 173	1 901 420	1 986 593
Depósitos a prazo (*)	–	7 229 927	7 229 927	–	6 379 299	6 379 299
Depósitos de poupança (*)	–	391 530	391 530	–	511 255	511 255
Outros recursos	496	–	496	896	–	896
Correcções de valor por operações de cobertura	14 326	–	14 326	3 003	–	3 003
	30 979	9 623 361	9 654 340	89 072	8 791 974	8 881 046

Observações: (*) Depósitos estruturados para os quais foi efectuado o destaque do derivado embutido, conforme referido na nota 20 e na política contabilística 1.3.

Nos termos da Portaria n.º 180/94, de 15 de Dezembro, foi constituído o Fundo de Garantia de Depósitos, cuja finalidade é a garantia de reembolso de depósitos constituídos nas Instituições de Crédito. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo são fixados anualmente por instrução do Banco de Portugal. Em 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica inclui Euros 1 772 500 000 (2009: Euros 894 097 000) de depósitos registados em balanço ao justo valor através de resultados.

A análise da rubrica Recursos de clientes pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Depósitos à ordem	2 018 061	1 986 593
Depósitos a prazo e de poupança:		
Até 3 meses	1 271 892	1 240 950
3 meses até 6 meses	2 637 009	2 612 167
6 meses até 1 ano	1 029 173	1 253 706
1 ano até 5 anos	–	–
Mais de 5 anos	2 683 383	1 783 731
	9 639 518	8 877 147
Correcções de valor por operações de cobertura	14 326	3 003
	9 653 844	8 880 150
Outros recursos:		
Até 3 meses	496	896
	9 654 340	8 881 046

33. Responsabilidades representadas por títulos

A análise das Responsabilidades representadas por títulos, decompõe-se como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Euro Medium Term Notes (EMTN)	2 179 683	2 810 743
Obrigações de Caixa	566 304	611 517
Obrigações Hipotecárias	832 690	1 161 047
	3 578 677	4 583 307

O justo valor das responsabilidades representadas por títulos encontra-se apresentada na nota 42.

Em 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica inclui o montante de Euros 1 510 171 000 (2009: Euros 1 666 921 000) de responsabilidades representadas por títulos registados em balanço ao justo valor através de resultados.

A duração residual das Responsabilidades representadas por títulos, a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Até 6 meses	858 289	111 756
6 meses até 1 ano	631 766	726 782
1 ano até 5 anos	1 930 905	3 254 825
Mais de 5 anos	183 492	485 180
	3 604 452	4 578 543
Correcções de valor por operações de cobertura	(25 775)	4 764
	3 578 677	4 583 307

As obrigações hipotecárias são garantidas por um conjunto de créditos à habitação que se encontram segregados como património autónomo nas contas da CEMG, conferindo assim privilégios creditórios especiais aos detentores destes títulos sobre quaisquer outros credores. As condições da referida emissão enquadram-se no disposto do Decreto-Lei n.º 59/2006, nos Avisos n.º 5/2006, n.º 6/2006, n.º 7/2006 e n.º 8/2006 e na Instrução n.º 13/2006 do Banco de Portugal.

As características desta emissão é apresentada como segue:

Designação	Valor nominal Euros '000	Valor de balanço Euros '000	Data de emissão	Data de reembolso	Periodicidade do pagamento dos juros	Taxa de Juro	*Rating* (Moody's/Fitch)
Obrig. Hipotecárias	1 000 000	1 000 000	Julho 2009	Julho 2012	Anual	3,25%	Aa1 / AAA

O valor dos créditos que contragarantem estas emissões ascende em 31 de Dezembro de 2010, a Euros 1 000 000 000 (2009: Euros 1 298 998 000) de acordo com a nota 19.

O movimento ocorrido durante o exercício de 2010 nas Responsabilidades representadas por títulos foi o seguinte:

	Saldo em 1 de Janeiro Euros '000	Emissões Euros '000	Reembolsos Euros '000	Compras (líquidas) Euros '000	Outros movimentos [a] Euros '000	Saldo em 31 de Dezembro Euros '000
Euro Medium Term Notes (EMTN)	2 810 743	–	(578 950)	(46 050)	(6 060)	2 179 683
Obrigações de Caixa	611 517	241 799	(281 509)	–	(5 503)	566 304
Obrigações Hipotecárias	1 161 047	–	–	(177 350)	(151 007)	832 690
	4 583 307	241 799	(860 459)	(223 400)	(162 570)	3 578 677

(a) Os outros movimentos incluem o juro corrido no balanço, correcções por operações de cobertura, correcções de justo valor e variação cambial.

De acordo com a política contabilística 1.7, no caso de compras de títulos representativos de responsabilidades da CEMG, os mesmos são anulados do passivo e a diferença entre o valor de compra e o respectivo valor de balanço é reconhecido em resultados.

O movimento ocorrido durante o exercício de 2009 nas Responsabilidades representadas por títulos foi o seguinte:

	Saldo em 1 de Janeiro Euros '000	Emissões Euros '000	Reembolsos Euros '000	Compras (líquidas) Euros '000	Outros movimentos [a] Euros '000	Saldo em 31 de Dezembro Euros '000
Euro Medium Term Notes (EMTN)	3 705 944	–	(777 876)	(155 064)	37 739	2 810 743
Obrigações de Caixa	964 998	126 361	(470 679)	–	(9 163)	611 517
Obrigações Hipotecárias	–	1 150 000	–	–	11 047	1 161 047
	4 670 942	1 276 361	(1 248 555)	(155 064)	39 623	4 583 307

(a) Os outros movimentos incluem o juro corrido no balanço, correcções por operações de cobertura, correcções de justo valor e variação cambial.

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica Responsabilidades representadas por títulos é composta pelas seguintes emissões:

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor de balanço Euros '000
Obr. CEMG / 04	Set.2004	Set.2014	Euribor 3 meses + 0,25%	15 000
Obr. CEMG / 05	Fev.2005	Fev.2015	Taxa anual de 3,628%	121 000
Obr. CEMG / 05	Mai.2005	Mai.2012	Euribor 3 meses + 0,25%	462 369
Obr. CEMG / 06	Jan.2006	Jan.2011	Euribor 3 meses + 0,20%	462 100
Obr. caixa MG Valor Garantido 2006	Jan.2006	Jan.2011	Taxa fixa semestral de 4%	10 000
Obr. caixa MG Aforro/06 5 anos 1.ª Emissão	Ago.2006	Ago.2011	Taxa fixa semestral de 5% (10.º semestre taxa fixa de 6%)	7 000
Obr. caixa MG Aforro/06 5 anos 2.ª Emissão	Ago.2006	Ago.2011	Taxa fixa semestral de 3,625% (10.º semestre taxa fixa de 7%)	4 000
Obr. CEMG / 06	Set.2006	Set.2011	Euribor 3 meses + 0,25%	472 350
Obr. caixa MG Aforro/06 5 anos 3.ª Emissão	Set.2006	Set.2011	Taxa fixa semestral de 4% (10.º semestre taxa fixa de 7%)	3 500
Obr. caixa MG Aforro/06 5 anos 4.ª Emissão	Nov.2006	Nov.2011	Taxa fixa semestral de 3,5% (10.º semestre taxa fixa de 7%)	3 750
Obr. caixa MG Aforro/06 5 anos 5.ª Emissão	Dez.2006	Dez.2011	Taxa fixa semestral de 3,625% (10.º semestre taxa fixa de 7%)	1 000
Obr. caixa MG Ass./06 5 anos 1.ª Emissão	Dez.2006	Dez.2011	Taxa fixa semestral de 3,75% (10.º semestre taxa fixa de 7,25%)	1 000
Obr. CEMG / 07	Jan.2007	Jan.2017	Taxa fixa de 4,2%	93 500
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 5 anos 1.ª Série	Fev.2007	Fev.2012	Taxa fixa semestral de 3,875% (10.º semestre taxa fixa de 7,25%)	4 000 1 000
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 5 anos 1.ª Série	Fev.2007	Fev.2012	Taxa fixa semestral de 3,5% (9.º semestre taxa fixa de 3,625% e no 10.º semestre taxa fixa de 7%)	
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 5 anos 2.ª Série	Fev.2007	Fev.2012	Taxa fixa semestral de 3,5% (9.º semestre taxa fixa de 3,625% e no 10.º semestre taxa fixa de 7%)	2 000
Obr. CEMG / 07	Fev.2007	Fev.2017	Taxa fixa de 4,2%	88 000
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 5 anos 2.ª Série	Fev.2007	Fev.2012	Taxa fixa semestral de 3,75% (9.º semestre taxa fixa de 3,875% e no 10.º semestre taxa fixa de 7,25%)	3 000
Obr. caixa – AM Eur 6M 5Y – 2012	Abr.2007	Abr.2012	Taxa fixa de 4,455%	6 000
Obr. CEMG / 07	Mai.2007	Mai.2013	Euribor 3 meses + 0,25%	479 000
Montepio Standard Poor's BRIC 40	Out.2007	Out.2012	Taxa fixa semestral de 0,9% (1.º ao 9.º semestre taxa fixa de 0,9%). Na maturidade, remuneração variável indexada ao Índice *Standard & Poor's* BRIC40	2 245
Obr. caixa – Montepio Cabaz Commodities Agrícolas	Jan. 2008	Jan. 2011	Taxa variável paga no reembolso que corresponde a 95% da performance de um Cabaz de 5 *Commodities*, com um mínimo de 1% e um máximo de 50%	5 000
Obr. caixa – Aforro Montepio 2008 – 3 anos – 1.ª série	Jan. 2008	Jan. 2011	Taxa fixa trimestral de 5%	10 000
Obr.caixa – Montepio Euro Aforro 2008 – 3 anos – 1.ª série	Jan. 2008	Jan. 2011	Taxa fixa semestral: Euribor a 6 meses – 0,4% (5.º semestre Euribor a 6 meses – 0,3% e no 6.º semestre Euribor a 6 meses)	17 100

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor de balanço Euros '000
Obr. Caixa – Montepio Select 5 anos	Jan. 2008	Jan. 2011	Taxa fixa de 2,5% nos 4 primeiros anos e no reembolso remuneração variável entre 2,5% e 60% da performance média anual de um cabaz composto pelo Indíce *Dow Jones Eurostoxx Select Dividend 30* e o Índice *IBOXX Euro Eurozone Performance Sovereigns* 5 a 7 Anos	1 000
Obr. Caixa – Montepio Taxa Fixa 5Y – Janeiro 2008	Jan. 2008	Jan. 2011	Taxa fixa anual de 2,5%	2 500
Obr. Caixa – Montepio Euro Aforro 2008 – 3 Anos – 2.ª série	Mar. 2008	Mar. 2011	Taxa fixa semestral: Euribor 6 meses – 0,3% (5.º semestre Euribor a 6 meses – 0,2% e no 6.º semestre Euribor a 6 meses)	13 500
Obr. Caixa – Montepio Euro Aforro 2008 – 3 Anos – 3.ª série	Abr. 2008	Abr. 2011	Taxa fixa semestral: Euribor 6 meses – 0,3% (5.º semestre Euribor a 6 meses – 0,2% e no 6.º semestre Euribor a 6 meses)	15 000
Obr. Caixa – Montepio Euro Aforro 2008 – 3 Anos – 4.ª série	Mai. 2008	Mai. 2011	Taxa fixa semestral: Euribor 6 meses – 0,3% (5.º semestre Euribor a 6 meses – 0,2% e no 6.º semestre Euribor a 6 meses + 0,1%)	12 100
Obr. Caixa- Montepio Inflação 2008 – 2016 – 1.ª Série	Jun. 2008	Jun. 2016	Taxa variável anual de 3,2% acrescida da taxa anual de Inflação Europeia	5 000
Obr. Caixa – Capitais de Reforma Prazo Certo – Set. 2008/2013	Set. 2008	Set. 2013	Taxa fixa anual de 2% (4.º e 5.º semestre Euribor 3m + 1%)	31 500
Obr. Caixa – Capitais de Reforma Prazo Certo – Out. 2008/2013	Nov. 2008	Nov. 2013	Taxa variável trimestral indexada à Euribor 3m + 1%	34 500
Obr. Caixa – Capitais de Reforma Prazo Certo – Fev. 2009/2014	Fev. 2009	Fev. 2014	Taxa fixa anual de 1% (3.º ao 5.º ano Euribor 3m + 0,84%)	14 100
Obr. Caixa – Capitais de Reforma Prazo Certo – Mar. 2009/2014	Mar. 2009	Mar. 2014	Taxa fixa anual de 3,5% (2.º ao 5.º ano Euribor 3m + 0,80%)	18 000
Obr. Caixa – MG Taxa Fixa 3 anos – 25/05/2012 – Set. 2009/2014	Mai. 2009	Mai. 2012	Taxa fixa anual de 3% (3.º e 4.º anos com taxa de 3%)	650
Obr. Caixa – Capitais de Reforma Prazo Certo – Set. 2009/2017	Set. 2009	Set. 2014	Taxa fixa anual de 3% (3.º e 4.º ano 3%, 5.º ano 6%)	10 000
Obr. Caixa – Capitais de Reforma Prazo Certo – Set. 2009/2017	Set. 2009	Set. 2017	Taxa fixa anual de 3,75% (3.º ao 7.º ano 3,75%, 8.º ano 6,75%)	5 000
Obr. Caixa – Capitais de Reforma Prazo Certo – Set. 2007/2012 – 2.ª série	Set. 2009	Set. 2012	Taxa variável indexada à média da Euribor 3m + 1%	28 500
Obr. Caixa – Capitais de Reforma Prazo Certo – Set. 2008/2013 – 2.ª série	Set. 2009	Set. 2013	Taxa variável indexada à média da Euribor 3m + 1%	1 750
Obr. Caixa – Capitais de Reforma Prazo Certo – Set. 2009/2014 – 8.ª série	Nov. 2009	Nov. 2014	Taxa fixa de 3,25% até ao 4.º ano (No 5.º ano, taxa fixa de 5,75%)	5 000
Obr. Caixa – Taxa variável CEMG 2009-2012	Nov. 2009	Nov. 2012	Taxa variável trimestralmente indexada à média da Euribor 3m + 1%	23 500
Obr. Caixa – Taxa variável CEMG 2009-2013	Nov. 2009	Nov. 2013	Taxa variável trimestralmente indexada à média da Euribor 3m + 1%	1 700
Obr. Caixa – Montepio Títulos Europa 2009-2013	Dez. 2009	Dez. 2013	Taxa variável de acordo com o activo subjacente (*Dow Jones EuroStoxx* 50)	2 711
Obr. Caixa – Capitais de Reforma Prazo Certo – Set. 2009/2014 – 9.ª série	Dez. 2009	Dez. 2014	Taxa fixa de 3,20% até ao 4.º ano (No 5.º ano, taxa fixa de 5,5%)	7 000
Obr. Caixa – Capitais de Reforma Prazo Certo – Set. 2009/2014 – 10.ª série	Dez. 2009	Dez. 2014	Taxa fixa de 3% (3.º ano taxa fixa de 3,5% 4.º ano taxa fixa de 4,5% e 5.º ano taxa fixa de 5,5%)	5 000
Obr. Caixa – Montepio Taxa Fixa 2010/2013 1.ª Série	Jan. 2010	Jan. 2013	Taxa fixa anual de 2,5%	1 000
Obr. Caixa Montepio Taxa Fixa 2010/2014	Jan. 2010	Jan. 2014	Taxa fixa trimestral de 3%(3.º e 4.º semestres taxa fixa de 3,125%, 5.º e 6.º semestres taxa fixa de 3,50% e 7.º e 8.º semestres taxa fixa de 3,5%)	9 806
Obr. Caixa Montepio cabaz Ouro e Petróleo	Mar. 2010	Mar. 2014	Taxa variável paga no reembolso correspondente à performance média do Contrato Futuro do WTI Crude e do valor de referência para o Ouro fixado pela *London Bullion Market Association*	3 705

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor de balanço Euros '000
Obr. Caixa Montepio Prazo Certo 2010/2015 1.ª Série	Mar. 2010	Mar. 2015	Taxa fixa anual de 2,75% (2.º ano taxa fixa de 2,75%, 3.º ano taxa fixa de 3%, 4.º ano taxa fixa de 3,25% e 5.º ano taxa fixa de 5%)	25 000
Obr. Caixa Montepio Taxa Variável Março 2010/2014	Mar. 2010	Mar. 2014	Taxa variável anual resultante da Euribor a 3 meses + 2%	1 700
Obr. Caixa Montepio Taxa Fixa 2010/2014 2ª Série	Mar. 2010	Mar. 2014	Taxa fixa anual de 3% (2.º ano taxa fixa de 3,2%, 3.º ano taxa fixa de 3,3% e 4.º ano taxa fixa de 3,5%)	20 000
Obr. Caixa Montepio Taxa Fixa Abril 2010/2015	Abr. 2010	Abr. 2014	Taxa fixa semestral de 2,60% (2,70% no 3.º e 4.º semestres, 2,80% no 5.º e 6.º semestres, 3% no 7.º e 8.º semestres e 3,5% no 9.º e 10.º semestres)	500
Obr. Caixa Montepio Prazo Certo 2010/2015 2.ª Série	Abr. 2010	Abr. 2015	Taxa fixa anual de 2,5% (No 3.º ano taxa fixa de 2,75%, 4.º ano taxa fixa de 3% e 5.º ano taxa fixa de 4,5%)	23 000
Obr. Caixa Montepio Taxa Fixa Crescente Maio 2010/2014	Mai. 2010	Mai. 2014	Taxa fixa anual de 2,5% (No 2.º ano taxa fixa de 2,7%, 3.º ano 3% e 4.º ano 3,5%)	8 000 10 000
Obr. Caixa Montepio Prazo Certo 2010/2018 1.ª Série	Mai. 2010	Mai. 2018	Taxa fixa anual de 2,75% (No 3.º, 4.º e 5.º anos taxa fixa de 3%, 6.º ano taxa fixa de 3,25%, 7.º ano taxa fixa de 3,5% e 8.º ano taxa fixa de 5%)	
Obr. Caixa Montepio Taxa Fixa Crescente 2010/2013 1.ª Série	Mai. 2010	Mai. 2013	Taxa fixa anual de 2,5% (No 2.º ano taxa fixa de 3% e no 3.º ano taxa fixa de 3,5%)	10 553
Obr. Caixa Montepio Top 2010/2014 1.ª Série	Mai. 2010	Jun. 2014	Taxa fixa anual de 2,5% (No 2.º ano 2,75%, no 3.º ano 3% e no 4.º ano 3,25%)	520
Obr. Caixa Montepio Cabaz Energia 2010/2014	Mai. 2010	Jun. 2014	Taxa variável paga no reembolso correspondente à performance média de um cabaz composto por acções de 10 empresas do sector *Oil & Gas* com um mínimo garantido de 4%	2 201
Obr. Caixa Montepio Prazo Certo 2010/2015 3.ª Série	Jun. 2010	Jun. 2015	Taxa fixa anual de 2% (No 2.º ano taxa fixa de 2,25%, 3.º ano taxa fixa de 2,5%, 4.º ano taxa fixa de 2,75% e 5.º ano taxa fixa de 4,5%)	6 000
Obr. Caixa Montepio Taxa Fixa 2010/2012 1.ª Série	Jun. 2010	Jun. 2012	Taxa fixa trimestral 2%	3 118
Obr. Caixa Montepio Prazo Certo 2010/2018, 2.ª Série	Jul. 2010	Jul. 2018	Taxa fixa anual de 2,25% (No 3.º e 4.º ano taxa fixa de 2,5%, 5.º ano taxa fixa de 2,75%, 6.º ano taxa fixa de 3%, 7.º ano taxa fixa de 3,5% e 8.º ano taxa fixa de 5%)	5 000
Obr. Caixa Montepio Prazo Certo 2010/2015 4.ª Série	Jul. 2010	Jul. 2015	Taxa fixa anual de 2,25% (No 3.º e 4.º ano taxa fixa de 2,5% e 5.º ano taxa fixa de 3,5%)	10 000
Obr. Caixa Montepio Taxa Fixa Julho 2010/2014	Jul. 2010	Jul. 2014	Taxa fixa semestral de 3,5%	22 747
Obr. Caixa Montepio Prazo Certo 2010/2015 5.ª Série	Ago. 2010	Ago. 2015	Taxa fixa anual de 2,5% (No 3.º e 4.º ano taxa fixa de 2,75% e 5.º ano taxa fixa de 3,75%)	10 000
Obr. Caixa Montepio Taxa Fixa Agosto 2010/2014	Ago. 2010	Ago. 2014	Taxa fixa semestral de 3,5%	15 914
Obr. Caixa Montepio Taxa Fixa Setembro 2010/2020	Set. 2010	Set. 2020	Taxa fixa anual de 4%	200
Obr. Caixa Montepio Taxa Fixa Setembro 2010/2014	Set. 2010	Set. 2014	Taxa fixa semestral de 3,5%	9 966
Obr. Caixa Montepio Euro Dolar Setembro 2010/2012	Out. 2010	Out. 2012	Taxa fixa de 11,5% caso o EURUSD esteja igual ou abaixo de 1,21 na maturidade, caso contrário taxa fixa de 0,5%	1 493 10 000
Obr. Caixa Montepio Prazo Certo 2010/2015 6.ª Série	Nov. 2010	Nov. 2015	Taxa fixa de 2,75% (No 2.º e 3.º ano taxa fixa de 3%, 4.º ano taxa fixa de 3,25% e 5.º ano taxa fixa de 4%)	
Obr. Caixa Montepio Taxa Fixa Novembro 2010/2012	Nov. 2010	Nov. 2012	Taxa fixa semestral de 3,25%	5 818
Obr. Caixa Montepio Prazo Certo 2010/2015 7.ª Série	Dez. 2010	Dez. 2015	Taxa fixa anual de 3% (No 3.º ano taxa fixa de 3,25%, 4.º ano taxa fixa de 3,5% e 5.º ano taxa fixa de 4,25%)	15 000
Obr. Caixa Montepio Taxa Variável Março 2010/2014	Mar. 2010	Mar. 2014	Taxa variável anual resultante da Euribor a 3 meses + 2%	1 700
Obr. Caixa Montepio Taxa Fixa 2010/2014 2.ª Série	Mar. 2010	Mar. 2014	Taxa fixa anual de 3% (2.º ano taxa fixa de 3,2%, 3.º ano taxa fixa de 3,3% e 4.º ano taxa fixa de 3,5%)	20 000

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor de balanço Euros '000
Obr. Caixa Montepio Taxa Fixa Abril 2010/2015	Abr. 2010	Abr. 2014	Taxa fixa semestral de 2,60% (2,70% no 3.º e 4.º semestres, 2,80% no 5.º e 6.º semestres, 3% no 7.º e 8.º semestres e 3,5% no 9.º e 10.º semestres)	500
Obr. Caixa Montepio Prazo Certo 2010/2015 2.ª Série	Abr. 2010	Abr. 2015	Taxa fixa anual de 2,5% (No 3.º ano taxa fixa de 2,75%, 4.º ano taxa fixa de 3% e 5.º ano taxa fixa de 4,5%)	23 000
Obr. Caixa Montepio Taxa Fixa Crescente Maio 2010/2014	Mai. 2010	Mai. 2014	Taxa fixa anual de 2,5% (No 2.º ano taxa fixa de 2,7%, 3.º ano 3% e 4.º ano 3,5%)	8 000
Obr. Caixa Montepio Prazo Certo 2010/2018 1.ª Série	Mai. 2010	Mai. 2018	Taxa fixa anual de 2,75% (No 3.º, 4.º e 5.º anos taxa fixa de 3%, 6.º ano taxa fixa de 3,25%, 7.º ano taxa fixa de 3,5% e 8.º ano taxa fixa de 5%)	10 000
Obr. Caixa Montepio Taxa Fixa Crescente 2010/2013 1.ª Série	Mai. 2010	Mai. 2013	Taxa fixa anual de 2,5% (No 2.º ano taxa fixa de 3% e no 3.º ano taxa fixa de 3,5%)	10 553
Obr. Caixa Montepio Top 2010/2014 1.ª Série	Mai. 2010	Jun. 2014	Taxa fixa anual de 2,5% (No 2.º ano 2,75%, no 3.º ano 3% e no 4.º ano 3,25%)	520
Obr. Caixa Montepio Cabaz Energia 2010/2014	Mai. 2010	Jun. 2014	Taxa variável paga no reembolso correspondente à performance média de um cabaz composto por acções de 10 empresas do sector *Oil & Gas* com um mínimo garantido de 4%	2 201
Obr. Caixa Montepio Prazo Certo 2010/2015 3.ª Série	Jun. 2010	Jun. 2015	Taxa fixa anual de 2% (No 2.º ano taxa fixa de 2,25%, 3.º ano taxa fixa de 2,5%, 4.º ano taxa fixa de 2,75% e 5.º ano taxa fixa de 4,5%)	6 000
Obr. Caixa Montepio Taxa Fixa 2010/2012 1.ª Série	Jun. 2010	Jun. 2012	Taxa fixa trimestral 2%	3 118
Obr. Caixa Montepio Prazo Certo 2010/2018, 2.ª Série	Jul. 2010	Jul. 2018	Taxa fixa anual de 2,25% (No 3.º e 4.º ano taxa fixa de 2,5%, 5.º ano taxa fixa de 2,75%, 6.º ano taxa fixa de 3%, 7.º ano taxa fixa de 3,5% e 8.º ano taxa fixa de 5%)	5 000
Obr. Caixa Montepio Prazo Certo 2010/2015 4.ª Série	Jul. 2010	Jul. 2015	Taxa fixa anual de 2,25% (No 3.º e 4.º ano taxa fixa de 2,5% e 5.º ano taxa fixa de 3,5%)	10 000
Obr. Caixa Montepio Taxa Fixa Julho 2010/2014	Jul. 2010	Jul. 2014	Taxa fixa semestral de 3,5%	22 747
Obr. Caixa Montepio Prazo Certo 2010/2015 5.ª Série	Ago. 2010	Ago. 2015	Taxa fixa anual de 2,5% (No 3.º e 4.º ano taxa fixa de 2,75% e 5.º ano taxa fixa de 3,75%)	10 000
Obr. Caixa Montepio Taxa Fixa Agosto 2010/2014	Ago. 2010	Ago. 2014	Taxa fixa semestral de 3,5%	15 914
Obr. Caixa Montepio Taxa Fixa Setembro 2010/2020	Set. 2010	Set. 2020	Taxa fixa anual de 4%	200
Obr. Caixa Montepio Taxa Fixa Setembro 2010/2014	Set. 2010	Set. 2014	Taxa fixa semestral de 3,5%	9 966
Obr. Caixa Montepio Euro Dolar Setembro 2010/2012	Out. 2010	Out. 2012	Taxa fixa de 11,5% caso o EURUSD esteja igual ou abaixo de 1,21 na maturidade, caso contrário taxa fixa de 0,5%	1 493
Obr. Caixa Montepio Prazo Certo 2010/2015 6.ª Série	Nov. 2010	Nov. 2015	Taxa fixa de 2,75% (No 2.º e 3.º ano taxa fixa de 3%, 4.º ano taxa fixa de 3,25% e 5.º ano taxa fixa de 4%)	10 000
Obr. Caixa Montepio Taxa Fixa Novembro 2010/2012	Nov. 2010	Nov. 2012	Taxa fixa semestral de 3,25%	5 818
Obr. Caixa Montepio Prazo Certo 2010/2015 7.ª Série	Dez. 2010	Dez. 2015	Taxa fixa anual de 3% (No 3.º ano taxa fixa de 3,25%, 4.º ano taxa fixa de 3,5% e 5.º ano taxa fixa de 4,25%)	15 000
Obr. Caixa MG Telecomunicações Dezembro 2010-2014	Dez. 2010	Dez. 2014	Taxa fixa paga no reembolso correspondente à performance média do índice Stoxx 600 Telecommunications com mínimo de 2% e o máximo de 40%	558
Obr. Caixa Montepio Prazo Certo 2010/2015 8.ª Série	Dez. 2010	Dez. 2015	Taxa fixa anual de 3% (No 2.º ano taxa fixa de 3,2%, 3.º ano taxa fixa de 3,4%, 4.º ano taxa fixa de 3,6% e 5% ano taxa fixa de 5%)	10 000
Obrigações Hipotecárias	Jul. 2009	Jul. 2012	Taxa fixa de 3,25%	822 650
				3 576 374
Correcções de valor por operações de cobertura				(25 775)
Periodificações, custos e proveitos diferidos				28 078
				3 578 677

Em 31 de Dezembro de 2010, os empréstimos obrigacionistas venciam juros postecipados e antecipados, sendo as suas taxas efectivas compreendidas entre 0,5% e 5,75%.

34. Provisões

Esta rubrica é analisada como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Provisões para riscos gerais de crédito	100 188	101 310
Provisões para outros riscos e encargos	1 311	1 490
	101 499	102 800

Os movimentos da provisão para riscos gerais de crédito são analisados como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Provisões para riscos gerais de crédito:		
Saldo em 1 de Janeiro	101 310	101 240
Dotação do exercício	49 552	50 386
Reversão do exercício	(50 674)	(50 316)
Saldo em 31 de Dezembro	100 188	101 310

A provisão para riscos gerais de crédito foi constituída de acordo com o disposto nos avisos n.º 3/95, de 30 de Junho de 1995, n.º 2/99, de 15 de Janeiro de 1999, e n.º 8/03 de 30 de Janeiro de 2003 do Banco de Portugal, conforme referido na política contabilística 1.4.

Os movimentos da provisão para outros riscos e encargos são analisados como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Provisões para outros riscos e encargos:		
Saldo em 1 de Janeiro	1 490	1 668
Dotação do exercício	586	416
Reversão do exercício	(670)	(262)
Utilização de provisões	(95)	(332)
Saldo em 31 de Dezembro	1 311	1 490

Estas provisões foram efectuadas tendo como base a probabilidade de ocorrência de certas contingências relacionadas com a actividade da CEMG, sendo revistas em cada data de reporte de forma a reflectir a melhor estimativa do montante e respectiva probabilidade de pagamento.

35. Outros passivos subordinados

Em 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica regista o montante de Euros 380 986 000 (2009: Euros 381 043 000) referente a obrigações de prazo determinado com um prazo residual superior a cinco anos.

As principais características dos passivos subordinados, em 31 de Dezembro de 2010 são apresentadas como seguem:

Descrição da emissão	Data de emissão	Maturidade	Valor de emissão Euros '000	Taxa de juro	Valor de balanço Euros '000
Obrigações de prazo determinado:					
CEMG/06	Abr. 2006	Abr. 2016	50 000	Euribor 3 meses + 0,45%	50 089
CEMG/08	Fev. 2008	Fev. 2018	150 000	Euribor 6 meses + 0,13%	151 325
CEMG/08	Jun. 2008	Jun. 2018	28 000	Euribor 12 meses + 0,10%	28 247
CEMG/08	Jul. 2008	Jul. 2018	150 000	Euribor 6 meses + 0,13%	151 325
					380 986

O justo valor da carteira de outros passivos subordinados encontra-se apresentada na nota 42.

Em 31 de Dezembro de 2010, os empréstimos subordinados venciam juros trimestrais e semestrais postecipados, sendo as suas taxas de juro efectivas compreendidas entre 1,44% e 2,27%.

36. Outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Credores:		
Fornecedores	7 356	7 038
Outros credores	24 195	25 228
Sector público administrativo	7 944	7 330
Passivos financeiros associados a activos transferidos	3 182 375	2 301 379
Férias e subsídio de férias a pagar	25 824	24 127
Outros custos a pagar	375	982
Receitas com rendimento diferido	546	585
Operações sobre títulos a liquidar	–	38 610
Contas diversas	67 850	57 379
	3 316 465	2 462 658

A rubrica Passivos financeiros associados a activos transferidos refere-se a operações de titularização celebradas entre a CEMG e outras instituições financeiras, que não foram objecto de desreconhecimento de acordo com a IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O detalhe das operações de titularização encontra-se analisado na nota 45.

37. Capital

Em 29 de Setembro de 2010, na sequência da deliberação da Assembleia-geral da CEMG, procedeu-se ao aumento do capital institucional da Caixa Económica Montepio Geral, no montante de Euros 40 000 000, por entrada de numerário.

Após esta operação, o capital institucional da CEMG, que se encontra integralmente realizado, passou a ser de Euros 800 000 000 (2009: 760 000 000), pertencendo na sua totalidade ao Montepio Geral – Associação Mutualista.

38. Reserva geral e especial

As reservas geral e especial são constituídas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de Maio. A reserva geral destina-se a fazer face a qualquer eventualidade e a cobrir prejuízos ou depreciações extraordinárias.

Nos termos da legislação portuguesa, a CEMG deverá reforçar anualmente a reserva geral com pelo menos 20% dos lucros líquidos anuais. O limite para formação da reserva geral é de 25% da totalidade dos depósitos. Esta reserva, normalmente não está disponível para distribuição e pode ser utilizada para absorver prejuízos futuros e para aumentar o capital.

A reserva especial destina-se a suportar prejuízos resultantes das operações correntes. Nos termos da legislação portuguesa a CEMG deverá reforçar anualmente a reserva especial com pelo menos 5% dos lucros líquidos anuais. Esta reserva, normalmente não está disponível para distribuição e pode ser utilizada para absorver prejuízos e para aumentar o capital.

A variação da reserva geral e especial é analisada na nota 39.

39. Reservas de justo valor, outras reservas e resultados transitados

Esta rubrica é analisada como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Outro rendimento integral:		
Reservas de justo valor		
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	(82 973)	(28 600)
Reservas e resultados transitados:		
Reserva geral	170 686	163 130
Reserva especial	64 444	62 555
Outras reservas	8 404	8 404
Resultados transitados	(8 033)	(8 033)
	235 501	226 056

As reservas de justo valor reflectem as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros disponíveis para venda, líquidas de imparidade, reconhecida em resultados do exercício e/ou em exercícios anteriores em conformidade com a política contabilística 1.5.

A movimentação durante o ano de o ano de 2010 é analisada conforme segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Reavaliação Euros '000	Alienações Euros '000	Imparidade reconhecida no exercício Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos nacionais	–	(28 302)	–	–	(28 302)
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	106	(4 199)	(10)	–	(4 103))
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	1 471	(11 354)	(760)	(1 948)	(12 591)
Estrangeiros	(31 441)	(9 483)	1 355	1 509	(38 060)
	(29 864)	(53 338)	585	(439)	(83 056)
Títulos de rendimento variável:					
Acções de empresas					
Nacionais	89	71	(42)	41	159
Estrangeiras	523	(239)	(129)	(201)	(46)
Unidades de participação	652	(2 564)	(898)	2 780	(30)
	1 264	(2 732)	(1 069)	2 620	83
	(28 600)	(56 070)	(484)	2 181	(82 973)

A movimentação durante o ano de 2009 desta rubrica é analisada conforme segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Reavaliação Euros '000	Alienações Euros '000	Imparidade reconhecida no exercício Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos nacionais	–	–	–	–	–
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	(38)	141	3	–	106
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	(2 187)	5 109	–	(1 451)	1 471
Estrangeiros	(45 581)	9 506	2 063	2 571	(31 441)
	(47 806)	14 756	2 066	1 120	(29 864)
Títulos de rendimento variável:					
Acções de empresas					
Nacionais	(23)	341	1	(230)	89
Estrangeiras	–	427	32	64	523
Unidades de participação	(235)	503	10	374	652
	(258)	1 271	43	208	1 264
	(48 064)	16 027	2 109	1 328	(28 600)

A rubrica Reservas e resultados transitados inclui em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o montante de Euros 8 033 000 referente à amortização dos ajustamentos de transição resultantes da adopção da IAS 19, conforme definido na política contabilística 1.14.

A reserva de justo valor explica-se da seguinte forma:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda	5 367 501	3 223 009
Imparidade acumulada reconhecida	(27 717)	(29 899)
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda líquidos de imparidade	5 339 784	3 193 110
Valor de mercado dos activos financeiros disponíveis para venda	5 256 811	3 164 510
Ganhos / Perdas potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	(82 973)	(28 600)

40. Garantias e outros compromissos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Garantias e avales prestados	424 361	426 156
Garantias e avales recebidos	29 158 640	29 733 532
Compromissos perante terceiros	1 299 227	1 211 311
Compromissos assumidos por terceiros	38 510	172 768
Activos cedidos em operações de titularização	292 135	333 270
Valores recebidos em depósito	5 152 178	5 371 322

Os montantes de garantias e avales prestados e os compromissos perante terceiros são analisados como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Garantias e avales prestados:		
Garantias e avales	420 181	423 107
Créditos documentários abertos	4 180	3 049
	424 361	426 156

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Compromissos perante terceiros:		
Compromissos irrevogáveis		
Contratos a prazo de depósitos	–	1 472
Linhas de crédito irrevogáveis	252 535	302 264
Subscrição de títulos	185 150	–
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos	20 013	19 829
Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores	1 699	3 209
Compromissos revogáveis		
Linhas de crédito revogáveis	839 470	884 537
	1 298 867	1 211 311

As garantias e os avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte da CEMG.

Os créditos documentários são compromissos irrevogáveis, por parte da CEMG, por conta dos seus clientes, de pagar/mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Os compromissos revogáveis e irrevogáveis, apresentam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes da CEMG (por exemplo linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade, quer do cliente, quer do negócio que lhe está subjacente, sendo que a CEMG requer quer estas operações sejam devidamente colaterizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

O saldo da rubrica Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, refere-se ao compromisso irrevogável que a CEMG assumiu, por força da lei, de entregar àquele Fundo, em caso de solicitação deste, as parcelas não realizadas das contribuições anuais.

O saldo da rubrica Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é relativo à obrigação irrevogável que a CEMG assumiu, por força da lei aplicável, de entregar àquele Sistema, em caso de accionamento deste, os montantes necessários para pagamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

Os instrumentos financeiros contabilizados como Garantias e outros compromissos estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados à carteira de crédito nomeadamente quanto à avaliação da adequação das provisões constituídas tal como descrito na política contabilística 1.4 a exposição máxima de crédito é representada pelo valor nominal que poderia ser perdido relativo aos passivos contingentes e outros compromissos assumidos pela CEMG na eventualidade de incumprimento pelas respectivas contrapartes, sem ter em consideração potenciais recuperações de crédito ou colaterais.

41. Distribuição de resultados

Em 13 de Março de 2010, de acordo com deliberação da Assembleia Geral, a CEMG distribuiu resultados ao Montepio Geral – Associação Mutualista no montante de Euros 20 300 000 (2009: Euros 11 271 000).

42. Justo valor

O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, como acontece em muitos dos produtos colocados junto de clientes, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa.

A geração de fluxos de caixa dos diferentes instrumentos comercializados é feita com base nas respectivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas incorporam quer a curva de taxas de juro de mercado, quer as actuais condições da política de *pricing* da CEMG.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjectividade, e reflecte exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros. Não considera, no entanto, factores de natureza prospectiva, como por exemplo a evolução futura de negócio.

Nestas condições, os valores apresentados não podem ser entendidos como uma estimativa do valor económico da CEMG.

Os Activos e Passivos ao justo valor da CEMG são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia:

1 Valores de cotação de mercado – nesta categoria incluem-se as cotações disponíveis em mercados oficiais e as divulgadas por entidades que habitualmente fornecem preços de transacções para estes activos/passivos negociados em mercados líquidos.

2 Métodos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado – consiste na utilização de modelos internos de valorização, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de avaliação de opções, que implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objecto de valorização. Não obstante, a CEMG utiliza como *inputs* nos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro, *spreads* de crédito, volatilidade e índices sobre cotações. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida.

3 Métodos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado – neste agregado incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

De seguida, são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros:

– **Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais, Disponibilidades em outras Instituições de Crédito e Recursos de outras Instituições de Crédito**

Atendendo ao prazo extremamente curto associado a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

– **Aplicações em Instituições de Crédito, Recursos em Mercado Monetário Interbancário e Activos com Acordos de Recompra**

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos, considerando que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas.

A taxa de desconto utilizada reflecte as actuais condições praticadas pela CEMG em idênticos instrumentos para cada um dos diferentes prazos de maturidade residual. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas de mercado monetário ou do mercado de *swaps* de taxa de juro, no final do ano.

– **Activos financeiros detidos para negociação (excepto derivados), Passivos financeiros detidos para negociação (excepto derivados) e Activos financeiros disponíveis para venda**

Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respectivos.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros – Reuters e Bloomberg – mais concretamente as que resultam das cotações dos *swaps* de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. A curva de taxa de juro obtida é ainda calibrada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

Caso exista opcionalidade envolvida, utilizam-se os modelos standards (*Black-Scholes*, *Black*, *Ho* e outros) considerando as superfícies de volatilidade aplicáveis. Sempre que se entenda que não existem referências de mercado de qualidade suficiente ou que os modelos disponíveis não se aplicam integralmente face às características do instrumento financeiro, utilizam-se cotações específicas fornecidas por uma entidade externa, tipicamente a contraparte do negócio.

No caso de acções não cotadas, estas encontram-se reconhecidas ao custo histórico sempre que não exista disponível um valor de mercado e não seja possível determinar com fiabilidade o seu justo valor.

– **Investimentos detidos até à maturidade**

Estes investimentos estão contabilizados ao custo amortizado líquido de imparidade. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo

valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxo de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respectivos.

– **Derivados de cobertura e de negociação**

Todos os derivados encontram-se contabilizados pelo seu justo valor.

No caso daqueles que são cotados em mercados organizados utiliza-se o respectivo preço de mercado. Quanto aos derivados negociados «ao balcão», aplicam-se os métodos numéricos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa e modelos de avaliação de opções considerando variáveis de mercado nomeadamente as taxas de juro aplicáveis aos instrumentos em causa, e sempre que necessário, as respectivas volatilidades.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros – Reuters e Bloomberg – mais concretamente as que resultam das cotações dos *swaps* de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. A curva de taxa de juro obtida é ainda calibrada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinados por métodos de interpolação adequados.

As curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

– **Créditos a clientes com maturidade definida**

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações, ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais da CEMG para cada uma das classes homogéneas deste tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de *swaps* de taxa de juro, no final do ano) e o *spread* praticado à data de reporte. Este foi calculado através da média da produção dos últimos três meses do ano.

A taxa média de desconto foi de 5,73% em Dezembro de 2010 (2009: 2,61%) assumindo a projecção das taxas variáveis segundo a evolução das taxas *forward* implícitas nas curvas de taxas de juro. Os cálculos efectuados incorporam o *spread* de risco de crédito.

– **Créditos a clientes sem maturidade definida e Débitos à vista para com clientes**

Atendendo ao curto prazo deste tipo de instrumentos, as condições da carteira actual deste tipo de instrumentos são semelhantes às praticadas à data de reporte, pelo que o seu valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

– **Recursos de clientes**

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais da CEMG para este tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante.

A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de *swaps* de taxa de juro, no final do ano) e o *spread* actual da CEMG à data de reporte. Este foi calculado através da média da produção dos últimos três meses do ano.

A taxa média de desconto foi de 3,9% em Dezembro de 2010 (2009: 0,65%).

– **Responsabilidades representadas por títulos e Outros passivos subordinados**

Para estes instrumentos financeiros, foi calculado o justo valor para as componentes que ainda não se encontram reflectidas em balanço. Os instrumentos que são a taxa fixa e para os quais a CEMG adopta contabilisticamente uma política de *hedge-accounting*, o justo valor relativamente ao risco de taxa de juro já se encontra registado.

Para o cálculo do justo valor foram levadas em consideração as outras componentes de risco, para além do risco de taxa de juro já registado. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assentou na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de

mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e a margem comercial, esta última apenas no caso de emissões colocadas nos clientes não institucionais da CEMG.

Como referência original utilizaram-se as curvas resultantes do mercado de *swaps* de taxa de juro para cada moeda específica. O risco de crédito (*spread* de crédito) é representado por um excesso à curva de *swaps* de taxa de juro apurado especificamente para cada prazo e classe de instrumentos tendo como base preços de mercado sobre instrumentos equivalentes.

No caso das emissões próprias destinadas a colocação junto dos clientes não institucionais da CEMG, adicionou-se mais um diferencial (*spread* comercial) que representa a margem existente entre o custo de financiamento no mercado institucional e o que se obtém distribuindo o instrumento respectivo na rede comercial própria.

No quadro seguinte apresenta-se, com referência a 31 de Dezembro de 2010, a tabela com os valores da taxa de juro utilizadas no apuramento da curva taxa de juro das principais moedas, nomeadamente Euros, Dólares Norte-Americanos e Libras Esterlinas, utilizadas para a determinação do justo valor dos activos e passivos financeiros da CEMG:

	Moedas		
	Euros	**Dólar Norte-Americano**	**Libra Esterlina**
1 dia	0,400%	0,300%	0,550%
7 dias	0,350%	0,300%	0,550%
1 mês	0,810%	0,300%	0,680%
2 meses	0,910%	0,310%	0,720%
3 meses	1,010%	0,430%	0,820%
6 meses	1,230%	0,530%	1,260%
9 meses	1,370%	0,720%	1,415%
1 ano	1,510%	0,880%	1,520%
2 anos	1,561%	0,797%	1,505%
3 anos	1,945%	1,282%	1,945%
5 anos	2,481%	2,179%	2,630%
7 anos	2,893%	2,838%	3,103%
10 anos	3,305%	3,386%	3,535%
15 anos	3,638%	3,844%	3,535%
20 anos	3,697%	4,020%	3,535%
30 anos	3,496%	4,130%	3,535%

No quadro seguinte apresenta-se, com referência a 31 de Dezembro de 2009, a tabela com os valores da taxa de juro utilizadas no apuramento da curva taxa de juro das principais moedas, nomeadamente Euros, Dólares Norte-Americanos, Libras Esterlinas, Coroas Checas e Dólares de Hong-Kong utilizadas para a determinação do justo valor dos activos e passivos financeiros da CEMG:

	Moedas				
	Euros	Dólar Norte-Americano	Libra Esterlina	Coroa Checa	Dólar de Hong-Kong
1 dia	0,300%	0,170%	0,565%	0,950%	0,360%
7 dias	0,300%	0,390%	0,565%	0,950%	0,360%
1 mês	0,465%	0,420%	0,580%	1,175%	0,125%
2 meses	0,500%	0,440%	0,625%	1,295%	0,075%
3 meses	0,630%	0,480%	0,705%	1,405%	0,120%
6 meses	0,930%	0,630%	0,920%	1,655%	0,110%
9 meses	1,090%	0,740%	1,210%	1,835%	0,240%
1 ano	1,210%	1,110%	1,575%	1,955%	0,595%
2 anos	1,861%	1,431%	1,993%	2,270%	1,220%
3 anos	2,260%	2,082%	2.650%	2,640%	1,840%
5 anos	2,805%	2,995%	3,388%	3,010%	2,720%
7 anos	3,213%	3,532%	3,768%	3,240%	3,200%
10 anos	3,598%	3,982%	4,088%	3,540%	3,570%
15 anos	3,963%	4,375%	4,088%	3,820%	3,570%
20 anos	4,070%	4,471%	4,088%	3,900%	3,570%
30 anos	3,952%	4,541%	4,088%	3,900%	3,570%

Câmbios e volatilidades cambiais

Seguidamente apresentam-se as taxas de câmbio (Banco Central Europeu) à data de balanço e as volatilidades implícitas (*at the Money*) para os principais pares de moedas, utilizadas na avaliação dos derivados:

			Volatilidade (%)				
Cambial	2010	2009	1 mês	3 meses	6 meses	9 meses	1 ano
EUR/USD	1,3362	1,4406	13,55	14,40	14,65	14,70	14,75
EUR/GBP	0,8608	0,8881	9,50	10,35	10,95	11,20	11,50
EUR/CHF	1,2504	1,4836	12,30	12,20	12,20	12,20	12,15
EUR/JPY	108,85	133,16	12,80	14,50	15,75	16,30	16,80

Relativamente às taxas de câmbio, o grupo utiliza nos seus modelos de avaliação a taxa *spot* observada no mercado no momento da avaliação.

A decomposição dos principais ajustamentos aos valores de balanço dos activos e passivos financeiros da CEMG contabilizados ao valor contabilístico (custo histórico) e ao justo valor é analisada como segue:

	2010								
	Negociação Euros '000	Designado ao justo valor Euros '000	Detido até a maturidade Euros '000	Empréstimos e aplicações Euros '000	Disponíveis para venda Euros '000	Outros ao custo amortizado Euros '000	Outros Euros '000	Valor contabilístico Euros '000	Justo valor Euros '000
Activos financeiros:									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	–	–	–	240 024	–	–	–	240 024	240 024
Disponibilidades em outras instituições de crédito	–	–	–	58 405	–	–	–	58 405	58 405
Aplicações em instituições de crédito	–	–	–	338 662	–	–	–	338 662	338 662
Crédito a clientes	–	–	–	14 352 766	–	–	–	14 352 766	13 340 521
Activos financeiros detidos para negociação	130 865	–	–	–	–	–	–	130 865	130 865
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	–	3 952	–	–	–	–	–	3 952	3 952
Activos financeiros disponíveis para venda	–	–	–	–	5 256 811	–	–	5 256 811	5 256 811
Derivados de cobertura	2 810	–	–	–	–	–	–	2 810	2 810
Investimentos detidos até à maturidade	–	–	58 093	–	–	–	–	58 093	57 539
Investimentos em associadas e outras	–	–	–	–	–	–	43 297	43 297	43 297
	133 675	3 952	58 093	14 989 857	5 256 811	–	43 297	20 485 685	19 473 226
Passivos financeiros:									
Recursos de bancos centrais	–	–	–	–	–	1 540 266	–	1 540 266	1 540 266
Recursos de outras instituições de crédito	–	–	–	–	–	1 262 546	–	1 262 546	1 262 627
Recursos de clientes	–	–	–	–	–	9 654 340	–	9 654 340	9 618 614
Responsabilidades representadas por títulos	–	–	–	–	–	3 578 677	–	3 578 677	3 554 679
Passivos financeiros detidos para negociação	53 814	–	–	–	–	–	–	53 814	53 814
Derivados de cobertura	1 408	–	–	–	–	–	–	1 408	1 408
Outros passivos subordinados	–	–	–	–	–	380 986	–	380 986	369 748
	55 222	–	–	–	–	16 416 815	–	16 472 037	16 401 156

	2009								
	Negociação Euros '000	Designado ao justo valor Euros '000	Detido até a maturidade Euros '000	Empréstimos e aplicações Euros '000	Disponíveis para venda Euros '000	Outros ao custo amortizado Euros '000	Outros Euros '000	Valor contabilístico Euros '000	Justo valor Euros '000
Activos financeiros:									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	–	–	–	305 018	–	–	–	305 018	305 018
Disponibilidades em outras instituições de crédito	–	–	–	51 745	–	–	–	51 745	51 745
Aplicações em instituições de crédito	–	–	–	370 884	–	–	–	370 884	370 884
Crédito a clientes	–	–	–	14 448 162	–	–	–	14 448 162	13 371 811
Activos financeiros detidos para negociação	103 195	–	–	–	–	–	–	103 195	103 195
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	–	4 192	–	–	–	–	–	4 192	4 192
Activos financeiros disponíveis para venda	–	–	–	–	3 164 510	–	–	3 164 510	3 164 510
Derivados de cobertura	5 109	–	–	–	–	–	–	5 109	5 109
Investimentos detidos até à maturidade	–	–	33 523	–	–	–	–	33 523	34 681
Investimentos em associadas e outras	–	–	–	–	–	–	43 297	43 297	43 297
	108 304	4 192	33 523	15 175 809	3 164 510	–	43 297	18 529 635	17 454 442
Passivos financeiros:									
Recursos de bancos centrais	–	–	–	–	–	502 353	–	502 353	502 353
Recursos de outras instituições de crédito	–	–	–	–	–	945 400	–	945 400	945 537
Recursos de clientes	–	–	–	–	–	8 881 046	–	8 881 046	8 916 889
Responsabilidades representadas por títulos	–	–	–	–	–	4 583 307	–	4 583 307	4 565 025
Passivos financeiros detidos para negociação	41 345	–	–	–	–	–	–	41 345	41 345
Derivados de cobertura	598	–	–	–	–	–	–	598	598
Outros passivos subordinados	–	–	–	–	–	381 043		381 043	359 999
	41 943	–	–	–	–	15 293 149	–	15 335 092	15 331 746

43. Benefícios a colaboradores

A CEMG assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores, pensões de reforma por velhice e por invalidez, nos termos do estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário («ACT»). Para a cobertura das suas responsabilidades são efectuadas contribuições para o «Fundo de Pensões» o qual é gerido pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

No âmbito do novo Acordo Tripartido celebrado entre o Governo, a Banca e os Sindicatos, a partir de 1 de Janeiro de 2011, os empregados bancários serão integrados no Regime Geral da Segurança Social («RGSS»), que passará a assegurar a protecção dos colaboradores nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade dos bancos a protecção na doença, invalidez, sobrevivência e morte (Decreto-Lei n.º 1-A/2011, de 3 de Janeiro).

O referido acordo estabelece que nenhum empregado bancário integrado na Segurança Social verá o valor da sua pensão de reforma diminuído em relação ao actualmente previsto nas convenções colectivas. As pensões de reforma dos bancários a serem integrados na Segurança Social continuam a ser calculadas conforme o disposto no ACT e restantes convenções, havendo contudo lugar a uma pensão a receber do regime geral, cujo montante tem em consideração os anos de descontos para este regime. Aos bancos compete assegurar a diferença entre a pensão determinada de acordo com o disposto no ACT e aquela que o empregado vier a receber da segurança social. Nesta base, a exposição ao risco actuarial e financeiro associado aos benefícios com reforma mantém-se.

Não obstante, a integração conduz a um decréscimo efectivo no valor actual dos benefícios totais reportados à idade normal de reforma (VABT) a suportar pelo fundo de pensões. Dado que não existiu redução de benefícios na perspectiva do beneficiário, as responsabilidades por serviços passados mantiveram-se inalteradas.

Tomando em consideração que a base de cálculo dos benefícios nos planos ACT e do RGSS são baseados em fórmulas distintas, existe a possibilidade de ser obtido um ganho, quando o valor das responsabilidades a cobrir pelos fundos de pensões à data da reforma for inferior ao valor das responsabilidades nesta data, devendo este ganho ser diferido numa base linear, durante o tempo médio de vida activa até se atingir a idade normal de reforma.

Desta forma, a CEMG não registou ao nível das demonstrações financeiras qualquer impacto no cálculo actuarial em 31 de Dezembro de 2010 decorrente da integração dos seus trabalhadores no Regime da Segurança Social.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o número de participantes abrangidos por este plano de pensões de reforma era o seguinte:

	2010	2009
Número de participantes		
Reformados e pensionistas	742	738
Pessoal no activo	2 885	2 844
	3 627	3 582

De acordo com a política contabilística 1.14, as responsabilidades da CEMG por pensões de reforma e respectivas coberturas, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, calculada com base no método de crédito das unidades projectadas, é analisada como segue:

	2010				2009			
	Pensões de reforma Euros '000	**Subsídio por morte Euros '000**	**Benefícios de saúde Euros '000**	**Total Euros '000**	**Pensões de reforma Euros '000**	**Subsídio por morte Euros '000**	**Benefícios de saúde Euros '000**	**Total Euros '000**
Activos/(Responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço								
Responsabilidades								
Reformados e pensionistas	(239 208)	(695)	(15 549)	(255 452)	(232 236)	(653)	(15 095)	(247 984)
Pessoal no activo	(319 394)	(7 120)	(15 174)	(341 688)	(300 758)	(6 874)	(14 206)	(321 838)
	(558 602)	(7 815)	(30 723)	(597 140)	(532 994)	(7 527)	(29 301)	(569 822)
Valor do Fundo	513 907	6 328	24 862	545 097	474 287	6 208	24 388	504 883
Excesso / (défice) de cobertura	(44 695)	(1 487)	(5 861)	(52 043)	(58 707)	(1 319)	(4 913)	(64 939)
Desvios actuariais diferidos	108 607	(7 701)	295	101 201	95 557	(7 356)	333	88 534
Activos / (Responsabilidades) líquidas em balanço	63 912	(9 188)	(5 566)	49 158	36 850	(8 675)	(4 580)	23 595

Em 31 de Dezembro de 2010, não existem imóveis utilizados pela CEMG ou títulos emitidos por esta, registados nas Demonstrações Financeiras do Fundo.

De acordo com a política contabilística 1.14, a CEMG procede ao cálculo das responsabilidades com pensões de reforma e dos ganhos e perdas actuariais semestralmente. Os activos líquidos com pensões encontram-se registados em Outros activos (ver nota 29).

De acordo com a referida politica e conforme o estabelecido na IAS 19 – Benefícios dos empregados, a CEMG avalia à data de cada balanço, e para cada plano separadamente, a recuperabilidade do excesso de cobertura do fundo face às respectivas responsabilidades com pensões.

A evolução das responsabilidades por benefícios projectados durante o exercício de 2010 e 2009 é analisado conforme segue:

	2010				2009			
	Pensões de reforma Euros '000	**Subsídio por morte Euros '000**	**Benefícios de saúde Euros '000**	**Total Euros '000**	**Pensões de reforma Euros '000**	**Subsídio por morte Euros '000**	**Benefícios de saúde Euros '000**	**Total Euros '000**
Valores em 1 de Janeiro	532 994	7 527	29 301	569 822	481 168	6 705	26 339	514 212
Custo do serviço corrente	15 241	440	714	16 395	14 983	422	705	16 110
Custo dos juros	29 314	414	1 612	31 340	27 667	386	1 514	29 567
Ganhos e (perdas) actuariais								
– Não decorrentes de alterações de pressupostos	(2 772)	(566)	(905)	(4 243)	(1 412)	(299)	(486)	(2 197)
– Resultantes de alterações de pressupostos	–	–	–	–	22 452	313	1 229	23 994
Pagamentos	(18 348)	–	–	(18 348)	(16 664)	–	–	(16 664)
Reformas antecipadas	2 174	–	–	2 174	4 800	–	–	4 800
Valores a 31 de Dezembro	558 603	7 815	30 722	597 140	532 994	7 527	29 301	569 822

A evolução dos valores relativos a responsabilidades não financiadas por benefícios projectados durante os exercícios de 2010 e 2009, é analisada conforme segue:

	2010				2009			
	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Total Euros '000	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Total Euros '000
Valores em 1 de Janeiro	58 707	1 319	4 913	64 939	73 048	1 018	3 998	78 064
Custo do serviço corrente	15 241	440	714	16 395	14 983	422	705	16 110
Custo dos juros	29 314	414	1 612	31 340	27 667	386	1 514	29 567
Rendimento esperado dos activos	(26 087)	(341)	(1 341)	(27 769)	(23 467)	(327)	(1 284)	(25 078)
Reformas antecipadas	2 174	–	–	2 174	4 800	–	–	4 800
Ganhos e (perdas) actuariais								
– Não decorrentes de alterações de pressupostos	14 097	(345)	(38)	13 714	(15 348)	(493)	(1 249)	(17 090)
– Resultantes de alterações de pressupostos	–	–	–	–	22 452	313	1 229	23 994
Contribuições para o Fundo	(48 750)	–	–	(48 750)	(45 553)	–	–	(45 553)
Encargos suportados pelo Fundo	–	–	–	–	125	–	–	125
Valores a 31 de Dezembro	44 696	1 487	5 860	52 043	58 707	1 319	4 913	64 939

Os activos do Fundo de pensões podem ser analisados como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Acções	44 703	40 774
Outros títulos de rendimento variável	102 088	78 910
Obrigações	339 418	296 343
Outros	58 888	88 856
	545 097	504 883

Os activos dos fundos de pensões utilizados pela CEMG ou representativos de títulos emitidos por empresas da CEMG são analisados como segue

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Títulos de rendimento fixo	9 461	4 606
Títulos de rendimento variável	5 120	4 281
	14 581	8 887

A evolução do valor dos activos do fundo de pensões nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 pode ser analisada conforme segue:

	2010				2009			
	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Total Euros '000	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Total Euros '000
Valores em 1 de Janeiro	474 287	6 208	24 388	504 883	408 120	5 687	22 341	436 148
Rendimento esperado dos activos	26 087	341	1 341	27 769	23 467	327	1 284	25 078
Ganhos e (perdas) actuariais	(16 869)	(221)	(867)	(17 957)	13 936	194	763	14 893
Contribuições para o Fundo da CEMG	47 097	–	–	47 097	43 924	–	–	43 924
Contribuições para o Fundo dos empregados	1 653	–	–	1 653	1 629	–	–	1 629
Pagamentos	(18 348)	–	–	(18 348)	(16 664)	–	–	(16 664)
Outros	–	–	–	–	(125)	–	–	(125)
Valores a 31 de Dezembro	513 907	6 328	24 862	545 097	474 287	6 208	24 388	504 883

As contribuições para o Fundo incluem a contribuição adicional no montante de Euros 23 500 000, efectuada pela CEMG em Janeiro de 2011 com data-valor de 2010. As contribuições efectuadas ao Fundo pela CEMG durante o exercício de 2010 foram efectuadas na sua totalidade em dinheiro.

Em conformidade com o disposto na IAS 19, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as perdas actuariais diferidas, incluindo o valor do corredor, são analisadas como segue:

	2010				2009			
	Pensões de reforma Euros '000	**Subsídio por morte Euros '000**	**Benefícios de saúde Euros '000**	**Total Euros '000**	**Pensões de reforma Euros '000**	**Subsídio por morte Euros '000**	**Benefícios de saúde Euros '000**	**Total Euros '000**
Desvios actuariais diferidos no início do exercício	95 557	(7 356)	333	88 534	88 783	(7 176)	353	81 960
(Ganhos) e perdas actuariais no ano:								
– Actuariais	(2 772)	(566)	(905)	(4 243)	21 040	14	743	21 797
– Financeiros	16 869	221	867	17 957	(13 936)	(194)	(763)	(14 893)
Amortização das perdas actuariais acima do corredor	(1 047)	–	–	(1 047)	(330)	–	–	(330)
Valores a 31 de Dezembro	108 607	(7 701)	295	101 201	95 557	(7 356)	333	88 534
Dos quais:								
Dentro do corredor	82 794	(5 871)	225	77 148	87 377	(6 727)	304	80 954
Fora do corredor	25 813	(1 830)	70	24 053	8 180	(629)	29	7 580

Considerando os ganhos e perdas actuariais registados no cálculo das responsabilidades e no valor do fundo, com referência a 31 de Dezembro de 2010, o valor do corredor calculado de acordo com o parágrafo 92 da IAS 19 ascendia a Euros 77 148 000 (2009: Euros 80 954 000).

Com referência a 31 de Dezembro de 2010, os ganhos e perdas actuariais acima do valor do corredor no montante de Euros 24 053 000 (2009: Euros 7 580 000) serão reconhecidos em resultados do exercício durante um período de 24 anos, tendo como base o saldo no final do ano anterior, conforme referido na política contabilística 1.14.

Em 2010, a CEMG reconheceu, como encargos com pensões de reforma o montante de Euros 23.188.000 (2009: Euros 25 729 000). A análise do custo do exercício é apresentada como segue:

	2009				2008			
	Pensões de reforma Euros '000	**Subsídio por morte Euros '000**	**Benefícios de saúde Euros '000**	**Total Euros '000**	**Pensões de reforma Euros '000**	**Subsídio por morte Euros '000**	**Benefícios de saúde Euros '000**	**Total Euros '000**
Custo dos serviços correntes	15 241	440	714	16 395	14 983	422	705	16 110
Custo dos juros	29 314	414	1 612	31 340	27 667	386	1 514	29 567
Rendimento esperado dos activos	(26 087)	(341)	(1 341)	(27 769)	(23 467)	(327)	(1 284)	(25 078)
Amortização de ganhos e perdas actuariais	1 047	–	–	1 047	330	–	–	330
Reformas antecipadas	2 174	–	–	2 174	4 800	–	–	4 800
Custo do exercício	21 689	513	985	23 187	24 313	481	935	25 729

Após a análise dos indicadores de mercado, em particular as perspectivas de taxa de inflação e a taxa de juro de longo prazo para a Zona Euro, bem como das características demográficas dos seus colaboradores, a CEMG manteve os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma com referência a 31 de Dezembro de 2010. A análise comparativa dos pressupostos actuariais é apresentada como segue:

	Pressupostos
Taxa de crescimento salarial	3,00%
Taxa de crescimento das pensões	2,00%
Taxa de rendimento do fundo	5,50%
Taxa de desconto	5,50%
Tábua de mortalidade	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80

Os pressupostos de base utilizados no cálculo do valor actuarial das responsabilidades estão de acordo com os requisitos definidos pela IAS 19.

Não são considerados decrementos de invalidez no cálculo das responsabilidades.

A taxa de rendimento do fundo de pensões foi determinada de forma consistente com as condições actuais de mercado e com a natureza e rendibilidade dos activos que integram o Fundo de Pensões.

Os ganhos/(perdas) actuariais líquidos do exercício de 2010 de Euros 13 714 000 (2009: Euros 6 904 000) são relativos à diferença entre os pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades e os valores efectivamente verificados bem como o impacto da alteração de pressupostos, são analisados conforme segue:

	(Ganhos) / Perdas actuariais	
	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Taxa de desconto	–	23 293
Taxa de crescimento dos salários	(1 629)	(1 334)
Taxa de crescimento das pensões	(2 614)	(162)
Rendimento dos fundos	17 957	(14 893)
	13 714	6 904

Os custos com os benefícios de saúde têm um impacto significativo no custo com pensões. Considerando, este impacto, procedeu-se a uma análise da sensibilidade a uma variação positiva (passando de 6,5% e 7,5% no exercício de 2010) e a uma variação negativa (passando de 6,5% para 5,5% no exercício de 2010) de um ponto percentual no valor dos custos com benefícios de saúde cujo impacto é analisado como segue:

	Variação positiva de 1% (6,5% para 7,5%)		Variação negativa de 1% (6,5% para 5,5%)	
	2010 Euros '000	2009 Euros '000	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Impacto no custo com pensões	(2 392)	(2 322)	2 392	2 322
Impacto das responsabilidades	(2 335)	(2 186)	2 335	2 186

O valor das responsabilidades com benefícios de saúde está integralmente coberto pelo Fundo de Pensões e correspondente em 2010 a Euros 30 723 000 (2009: Euros 29 301 000).

O valor estimado das contribuições a efectuar em 2011 no âmbito do Plano de Pensões é de Euros 34 090 000 (2009: Euros 28 000 000).

A evolução dos activos/(responsabilidades) líquidas em balanço pode ser analisada como segue:

	2010				2009			
	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Total Euros '000	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Total Euros '000
Valores a 1 de Janeiro	29 872	(1 697)	(4 580)	23 595	15 735	(8 194)	(3 645)	3 896
Custo do exercício	(21 689)	(513)	(985)	(23 187)	(24 313)	(481)	(935)	(25 729)
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas	48 750	–	–	48 750	45 553	–	–	45 553
Outros	–	–	–	–	(125)	–	–	(125)
Valores a 31 de Dezembro	56 933	(2 210)	(5 565)	49 158	36 850	(8 675)	(4 580)	23 595

O evolutivo das responsabilidades e saldo dos fundos, bem como dos ganhos e perdas de experiência nos últimos 5 anos é como segue:

	2010			2009			2008			2007			2006		
	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '00	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '00	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '00
Responsabilidades	(558 602)	(7 815)	(30 723)	(532 994)	(7 527)	(29 301)	(481 168)	(6 705)	(26 339)	(509 771)	(8 336)	(30 158)	(475 205)	–	(31 190)
Saldo do fundo	513 907	6 328	24 862	474 287	6 208	24 388	408 120	5 687	22 341	411 805	6 734	24 362	351 341	–	23 060
Responsabilidades (sub) / sobre financiadas	(44 695)	(1 487)	(5 861)	(58 707)	(1 319)	(4 913)	(73 048)	(1 018)	(3 998)	(97 966)	(1 602)	(5 796)	(123 864)	–	(8 130)
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes das responsabilidades	(2 772)	(566)	(905)	(1 412)	(299)	(486)	2 419	(2 003)	(1 638)	11 490	1 359	(3 266)	3 781	–	248
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes dos activos do fundo	16 869	221	867	(13 936)	(194)	(763)	47 769	1 401	3 300	2 372	(6 734)	(207)	(3 929)	–	(258)

44. Transacções com partes relacionadas

À data de 31 de Dezembro de 2010, os débitos detidos pela CEMG sobre empresas participadas, representadas ou não por títulos, incluídos nas rubricas Recursos de clientes e Outros passivos subordinados são analisados como segue:

Empresa	Recursos de clientes Euros '000	Outros passivos subordinados Euros '000	Total Euros '000
Lusitania Companhia de Seguros, S.A	3 902	13 350	17 252
Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A	18 979	3 250	22 229
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	455	–	455
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	3 006	–	3 006
MG Gestão de Activos Financeiros – S.G.F.I.M., S.A.	58 654	–	58 654
Futuro – Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.	80 707	–	80 707
	165 703	16 600	182 303

À data de 31 de Dezembro de 2009, os débitos detidos pela CEMG sobre empresas participadas, representadas ou não por títulos, incluídos nas rubricas Recursos de clientes e Outros passivos subordinados são analisados como segue:

Empresa	Recursos de clientes Euros '000	Outros passivos subordinados Euros '000	Total Euros '000
Lusitania Companhia de Seguros, S.A	7 188	13 700	20 888
Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A	12 540	3 250	15 790
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	271	–	271
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	2 003	–	2 003
MG Gestão de Activos Financeiros – S.G.F.I.M., S.A.	63 419	–	63 419
Futuro – Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.	152 427	–	152 427
	237 848	16 950	254 798

À data de 31 de Dezembro de 2010, os proveitos da CEMG sobre empresas subsidiárias, incluídos nas rubricas Juros e rendimentos equiparados e Comissões e proveitos, são analisados como segue:

Empresa	Juros e rendimentos equiparados Euros '000	Comissões e proveitos Euros '000	Total Euros '000
Lusitania Companhia de Seguros, S.A	47	6 890	6 937
Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A	4	3 213	3 217
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	–	–	–
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	–	28 158	28 158
MG Gestão de Activos Financeiros – S.G.F.I.M., S.A.	–	3 017	3 017
Futuro – Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.	1	12	13
	52	41 290	41 342

À data de 31 de Dezembro de 2009, os proveitos da CEMG sobre empresas subsidiárias, incluídos nas rubricas Juros e rendimentos equiparados e Comissões e proveitos, são analisados como segue:

Empresa	Juros e rendimentos equiparados Euros '000	Comissões e proveitos Euros '000	Total Euros '000
Lusitania Companhia de Seguros, S.A	12	4 130	4 142
Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A	–	8 642	8 642
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	1	–	1
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	–	26 610	26 610
MG Gestão de Activos Financeiros – S.G.F.I.M., S.A.	–	3 173	3 173
Futuro – Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.	7	3 009	3 016
	20	45 564	45 584

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão bem como as transacções efectuadas com os mesmos, constam na nota 10.

Todas as transacções efectuadas com partes relacionadas são realizadas a preços normais de mercado, obedecendo ao princípio do justo valor.

Durante os exercícios de 2010 e 2009, não se efectuaram transacções com o fundo de pensões da CEMG.

45. Securitização de activos

Em 31 de Dezembro de 2009, existem cinco operações de titularização celebradas entre a CEMG e outras instituições financeiras que são apresentadas nos parágrafos seguintes.

Em 19 de Dezembro de 2002, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com um *Special Purpose Vehicle* («SPV») – *Pelican Mortgages No*. 1 PLC – sediado em Dublin, um contrato de titularização de créditos hipotecários. O prazo total da operação é de 35 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 650 000 000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,016% do par.

Em 29 de Setembro de 2003, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com um *Special Purpose Vehicle* («SPV») – *Pelican Mortgages No*. 2 PLC – sediado em Dublin, um contrato de titularização de créditos hipotecários. O prazo total da operação é de 33 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 700 000 000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,0286% do par.

Em 30 de Março de 2007, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos hipotecários *Pelican Mortgages No*. 3. O prazo total da operação é de 47 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 750 000 000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,0165% do par.

Em 20 de Maio de 2008, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos hipotecários *Pelican Mortgages No*. 4. O prazo total da operação é de 48 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 1 000 000 000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,083% do par.

Em 25 de Março de 2009, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos hipotecários *Pelican Mortgages No*. 5. O prazo total da operação é de 52 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 1 000 000 000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,0564% do par.

Em 22 de Junho de 2010, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos de pequenas e médias empresas *Pelican* SME. O prazo total da operação é de 26 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 1 167 000 000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,15% das *Asset Backed Notes*.

O *servicer* das operações é a Caixa Económica Montepio Geral, assumindo a cobrança dos créditos cedidos no âmbito da operação e canalizando os valores recebidos, por via da efectivação do devido depósito, para o *Pelican Mortgages No*. 1 PLC e para o *Pelican Mortgages No*. 2 PLC.

Até 31 de Dezembro de 2004, de acordo com os princípios contabilísticos definidos pelo Banco de Portugal, os activos, créditos e títulos cedidos pela CEMG no âmbito das referidas operações de titularização foram desreconhecidos. Os títulos adquiridos no âmbito destas operações foram contabilizados como títulos de investimento e provisionados de acordo com as regras definidas pelo Aviso n.º 27/2000 do Banco de Portugal.

Em conformidade com a IFRS 1, o critério de desreconhecimento seguido nas demonstrações financeiras individuais da CEMG, não sofreu alterações para todas as operações realizadas até 1 de Janeiro de 2004. Todas as operações efectuadas a partir desta data terão que ser analisadas no âmbito das regras de desreconhecimento de acordo com a IAS 39, segundo o qual, se forem transferidos uma parte substancial dos riscos e benefícios associados aos activos ou se for transferido o controlo sobre os referidos activos, estes activos deverão ser desreconhecidos.

À data de 31 de Dezembro de 2010, as operações de titularização efectuadas pela CEMG são apresentadas como segue:

Emissão	Data de início	Moeda	Activo cedido	Montante inicial Euros' 000
Pelican Mortgages No. 1	Dezembro de 2002	Euros	Crédito à habitação	650 000
Pelican Mortgages No. 2	Setembro de 2003	Euros	Crédito à habitação	700 000
Pelican Mortgages No. 3	Março de 2007	Euros	Crédito à habitação	750 000
Pelican Mortgages No. 4	Maio de 2008	Euros	Crédito à habitação	1 000 000
Pelican Mortgages No. 5	Março de 2009	Euros	Crédito à habitação	1 000 000
Pelican SME	Junho de 2010	Euros	Pequenas empresas	1 167 000
				5 267 000

O impacto das cedências de crédito no âmbito das operações de securitização, no activo da CEMG, na rubrica Crédito a clientes, pode ser analisado como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
*Pelican Mortgages No.*1	103 883	120 550
Pelican Mortgages No. 2	188 252	212 720
	292 135	333 270

Os títulos emitidos pelos veículos de titularização podem ser analisados, à data de 31 de Dezembro de 2010, como segue:

Emissão	Obrigações emitidas	Valor nominal inicial Euros	Valor nominal actual Euros	Interesse retido pela CEMG (Valor Nominal) Euros	Data de reembolso	*Rating* das obrigações (Inicial)			*Rating* das obrigações (Actual)		
						Fitch	Moody's	S&P	Fitch	Moody's	S&P
Pelican Mortgages No. 1	Classe A	611 000 000	59 038 057	–	2037	AAA	Aaa	n.d.	AAA	Aaa	n.d.
	Classe B	16 250 000	16 250 000	–	2037	AAA	A2	n.d.	AAA	A2	n.d.
	Classe C	22 750 000	22 750 000	–	2037	BBB+	Baa2	n.d.	BBB+	Baa2	n.d.
	Classe D	3 250 000	3 250 000	3 250 000	2037	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Pelican Mortgages No. 2	Classe A	659 750 000	146 009 080	–	2036	AAA	Aaa	AAA	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	17 500 000	17 500 000	–	2036	AAA	A1	AA–	AAA	A1	AA–
	Classe C	22 750 000	22 750 000	–	2036	A–	Baa2	BBB	A–	Baa2	A–
	Classe D	5 600 000	5 600 000	5 600 000	2036	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Pelican Mortgages No. 3	Classe A	701 315 365	375 426 745	–	2054	AAA	Aaa	AAA	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	14 250 000	9 692 987	–	2054	AA–	Aa2	AA–	AA–	Aa2	AA-
	Classe C	12 000 000	8 162 515	–	2054	A	A3	A	A–	A3	A
	Classe D	6 375 000	4 336 336	–	2054	BBB	Baa3	BBB	BBB	Baa3	BBB
	Classe E	7 361 334	–	–	2054	BBB–	n.d.	BBB–	BBB–	n.d.	BBB–
	Classe F	4 125 000	4 125 000	4 125 000	2054	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Pelican Mortgages No. 4	Classe A	832 000 000	700 671 652	700 671 652	2056	AAA	Aaa	n.d.	AAA	n.d.	n.d.
	Classe B	55 500 000	55 500 000	55 500 000	2056	AA	Aa	n.d.	AA	n.d.	n.d.
	Classe C	60 000 000	60 000 000	60 000 000	2056	A–	A–	n.d.	A–	n.d.	n.d.
	Classe D	25 000 000	25 000 000	25 000 000	2056	BBB	Bbb	n.d.	BBB	n.d.	n.d.
	Classe E	27 500 000	27 500 000	27 500 000	2056	BB	Bb	n.d.	BB	n.d.	n.d.
	Classe F	28 600 000	28 600 000	28 600 000	2056	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Pelican Mortgages No. 5	Classe A	750 000 000	659 334 339	659 334 339	2061	AAA	n.d.	n.d.	AAA	n.d.	n.d.
	Classe B	195 000 000	195 000 000	195 000 000	2061	BBB–	n.d.	n.d.	BBB–	n.d.	n.d.
	Classe C	27 500 000	27 500 000	27 500 000	2061	B	n.d.	n.d.	B	n.d.	n.d.
	Classe D	27 500 000	27 500 000	27 500 000	2061	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
	Classe E	4 500 000	3 961 974	3 961 974	2061	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
	Classe F	23 000 000	23 000 000	23 000 000	2061	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Pelican SME	Classe A	577 500 000	577 500 000	577 500 000	2036	AAA	n.d.	AAA	AAA	n.d.	AAA
	Classe B	472 500 000	472 500 000	472 500 000	2036	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
	Vert. Notes	117 000 000	117 000 000	117 000 000	2036	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
	Classe C	7 294 000	7 294 000	7 294 000	2036	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
	Resid. Notes	31 500 000	31 500 000	31 500 000	2036	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.

46. Débitos detidos pela CEMG sobre empresas coligadas

À data de 31 de Dezembro de 2010, os Débitos detidos pela CEMG sobre empresas coligadas, representadas ou não por títulos, incluídos na rubrica Recursos de outras instituições de crédito são analisados como segue:

	Recursos de outras IC's Euros '000
Banco MG – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A (IFI)	362 564

47. Transacções com empresas do Grupo

Os saldos e transacções mais significativos com empresas do Grupo estão discriminados nas notas correspondentes.

48. Gestão de riscos

A CEMG está sujeita a riscos de diversa ordem no âmbito do desenvolvimento da sua actividade. A política de gestão de risco da CEMG visa a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a actividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por linha de negócio.

Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos financeiros – crédito, mercados, liquidez e operacional – a que se encontra sujeita a actividade da CEMG.

A Direcção de Análise e Gestão de Riscos («DAGR») assegura igualmente a articulação com o Banco de Portugal, no domínio dos reportes prudenciais, designadamente ao nível de requisitos de capital, risco de liquidez e risco de taxa de juro. No âmbito da gestão e controlo do risco de crédito foram desenvolvidas várias actividades, das quais se destacam:

- Implementação de novos modelos de *scoring* para o segmento de pequenos negócios;
- Envolvimento na implementação de novos sistemas de *workflow* de crédito a empresas e de apuramento de grupos económicos;
- Participação no exercício de quantificação dos rácios de Basileia III realizado pelo Banco de Portugal e que abrangeu vários bancos;
- Continuação da actividade de reporte e controlo dos riscos.

No plano regulamentar e de Basileia II, foram desenvolvidos os reportes previstos nos Pilar II – Adequação de Capital, e Pilar III – Disciplina de Mercado. Ao abrigo do Pilar II foram reportados ao Banco de Portugal os relatórios do Processo de Auto-Avaliação do Capital Interno («ICAAP»), de Testes de Esforço e de Risco de Concentração, conforme Instrução nº 2/2010 do Banco de Portugal. Os resultados dos relatórios apontam para a solidez dos níveis de capital, face aos riscos com maior materialidade e à potencial evolução adversa dos principais indicadores macroeconómicos. Ao nível do Risco de Concentração verifica-se uma evolução positiva nos principais tipos de concentração – Sectorial, Individual e Geográfica. No âmbito do Pilar III, foi divulgado publicamente o relatório de Disciplina de Mercado, detalhando os tipos e níveis de risco incorridos na actividade, bem como os processos, estrutura e organização da gestão de risco.

Igualmente no âmbito de Basileia II, a CEMG obteve a autorização do Banco de Portugal com efeitos a partir de 30 de Junho de 2010, para a adopção do Método *Standard* («TSA») para efeitos de cálculo de requisitos mínimos de fundos próprios para cobertura de risco operacional.

A CEMG tem vindo a acompanhar as recomendações do Comité de Basileia e segue atentamente os desenvolvimentos de Basileia III no âmbito da gestão da liquidez e da avaliação dos fundos próprios, tendo-se procedido a análises do respectivo impacto.

Principais Tipos de Risco

Crédito – O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza dos retornos esperados, por incapacidade quer do tomador do empréstimo (e do seu garante, se existir), quer do emissor de um título ou da contraparte de um contrato em cumprir com as suas obrigações.

Mercado – O conceito de risco de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre eles, quer as respectivas volatilidades.

Liquidez – O risco de liquidez reflecte a incapacidade da CEMG cumprir com as suas obrigações no momento do respectivo vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus activos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado).

Operacional – Como risco operacional entende-se a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

Organização Interna

O Conselho de Administração, no exercício das suas funções, é responsável pela estratégia e pelas políticas a adoptar relativamente à gestão dos riscos, sendo, nesta função, assessorado pela DAGR, que analisa e assegura a gestão dos riscos, numa óptica de grupo, incluindo a coordenação do Comité de Riscos e Controlo Interno e o reporte ao nível do Comité de Activos e Passivos («ALCO») e do Comité de Informática.

A Direcção de Auditoria e Inspecção, como órgão de apoio ao Conselho de Administração, tem como principais competências apreciar os relatórios sobre o sistema de controlo interno a remeter anualmente ao Banco de Portugal, de verificar o cumprimento e observância da legislação em vigor, por parte das diferentes unidades orgânicas, e identificar as áreas de maior risco, apresentando ao Conselho de Administração as suas conclusões.

Consoante a natureza e relevância do risco, são elaborados planos, programas ou acções, apoiados por sistemas de informação, e definidos procedimentos, que proporcionam um elevado grau de fiabilidade relativamente às medidas de gestão de risco oportunamente definidas.

A Sala de Mercados colabora com a DAGR, de forma a efectuar-se a medição e o controlo do risco das operações e das carteiras, bem como o adequado acompanhamento das posições dos riscos globais da CEMG.

No que diz respeito ao risco de *compliance*, é da competência do *Head of Compliance*, na dependência do Conselho de Administração, assegurar o seu controlo, identificar e avaliar as diversas situações que concorrem para o referido risco, designadamente em termos de transacções/actividades, negócios, produtos e órgãos de estrutura.

Neste âmbito, também a Direcção de Auditoria e Inspecção avalia o sistema de controlo interno, identificando as áreas de maior relevância/risco, visando a eficácia da governação.

Avaliação de riscos

Risco de Crédito – Retalho

Os modelos de risco de crédito desempenham um papel essencial no processo de decisão de crédito. Assim, o processo de decisão de operações da carteira de crédito baseia-se num conjunto de políticas recorrendo a modelos de *scoring* para as carteiras de clientes Particulares e Negócios e de rating para o segmento de Empresas.

As decisões de crédito dependem das classificações de risco e do cumprimento de diversas regras sobre a capacidade financeira e o comportamento dos proponentes. Existem modelos de *scoring* reactivo para as principais carteiras de crédito a particulares, designadamente crédito à habitação e crédito individual, contemplando a necessária segmentação entre clientes e não clientes (ou clientes recentes). Encontram-se em revisão os modelos de *scoring* reactivo de cartões de crédito. Ainda no âmbito do crédito a particulares, a actuação comercial e a análise de risco são apoiadas complementarmente por *scoring* comportamental.

No domínio do crédito a empresas, são utilizados modelos de *rating* interno para empresas de média e grande dimensão, diferenciando o sector da construção dos restantes sectores de actividade, enquanto para clientes Empresários em nome individual («ENI's») e Microempresas é aplicado o modelo de *scoring* de Negócios.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição da CEMG ao risco de crédito:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Disponibilidades em outras instituições de crédito	58 405	51 745
Aplicações em instituições de crédito	338 662	370 884
Crédito a clientes	14 352 766	14 448 162
Activos financeiros detidos para negociação	128 060	101 815
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	3 952	4 192
Activos financeiros disponíveis para venda	5 242 895	3 149 301
Derivados de cobertura	2 810	5 109
Investimentos detidos até à maturidade	58 093	33 523
Investimentos em associadas e outras	43 297	43 297
Outros activos	107 718	101 498
Garantias e avales prestados	424 361	426 156
Compromissos irrevogáveis	252 535	302 264
Credit default swaps (nocionais)	96 000	41 458
	21 109 554	19 079 404

A repartição por sectores de actividade da exposição ao risco de crédito, para o exercício findo em 2010, encontra-se apresentada como segue:

	2010							
Sector de actividade	Crédito a clientes		Activos financeiros detidos para negociação	Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	Activos financeiros disponíveis para venda		Investimentos detidos até à maturidade	Garantias e avales prestados
	Valor bruto Euros '000	Imparidade [a] Euros '000	Valor bruto Euros '000	Valor bruto Euros '000	Valor bruto Euros '000	Imparidade Euros '000	Valor bruto Euros '000	Euros '000
Agricultura, silvicultura e pesca	29 185	1 418	–	–	187	(57)	–	2 844
Indústrias extractivas	9 892	106	–	–	526	–	–	–
Indústrias alimentares, das bebidas e tabaco	63 638	5 882	148	–	474	–	–	2 486
Têxteis e vestuário	31 485	8 490	–	–	–	–	–	1 277
Curtumes e calçado	8 796	1 114	–	–	–	–	–	61
Madeira e cortiça	23 813	4 536	–	–	–	–	–	801
Papel e indústrias gráficas	18 784	2 359	–	–	–	–	–	1 356
Refinação de petróleo	178	129	127	–	34 012	–	–	–
Produtos químicos e de borracha	36 602	2 834	54	–	1 137	–	–	1 277
Produtos minerais não metálicos	16 474	1 444	–	–	–	–	–	2 751
Indústrias metalúrgicas de base e p. metálicos	46 576	2 612	–	–	–	–	–	4 722
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	12 247	1 876	–	–	–	–	–	1 976
Fabricação de material de transporte	9 825	432	–	–	271	–	–	134
Outras indústrias transformadoras	26 364	4 000	34	–	67 648	–	–	891
Electricidade, gás e água	70 886	880	1 029	2 929	64 385	(899)	–	961
Construção e obras públicas	1 833 527	154 225	181	–	10 981	(998)	–	238 734
Comércio por grosso e a retalho	585 413	64 442	116	–	10 554	–	–	40 275
Turismo	210 959	12 601	–	–	7 486	(90)	–	12 151
Transportes	125 185	3 042	127	–	33 044	–	–	9 971
Actividades de informação e comunicação	30 874	2 545	390	–	58 497	–	–	604
Actividades financeiras	243 157	3 172	128 479	1 023	642 892	(15 655)	–	29 981
Actividades imobiliárias	672 484	37 042	–	–	15 478	–	–	31 398
Serviços prestados às empresas	337 038	16 152	–	–	–	–	–	11 294
Administração e serviços públicos	182 963	4 104	–	–	1 164 590	–	58 093	2 588
Outras actividades de serviços colectivos	56 886	4 277	–	–	–	–	–	5 788
Crédito à habitação	8 919 763	194 210	–	–	3 118 136	(9 828)	–	19 210
Outros	1 187 101	3 593	180	–	54 230	(190)	–	830
TOTAL	14 790 095	537 517	130 865	3 952	5 284 528	(27 717)	58 093	424 361

(a) inclui a provisão para imparidade no valor de 437 329 milhares de euros (ver nota 19) e a provisão para riscos gerais de crédito no valor de 100 188 milhares de euros (ver nota 34).

A repartição por sectores de actividade da exposição ao risco de crédito, para o exercício findo em 2009, encontra-se apresentada como segue:

Sector de actividade	2009							
	Crédito a clientes		Activos financeiros detidos para negociação	Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	Activos financeiros disponíveis para venda		Investimentos detidos até à maturidade	Garantias e avales prestados
	Valor bruto Euros '000	Imparidade [a] Euros '000	Valor bruto Euros '000	Valor bruto Euros '000	Valor bruto Euros '000	Imparidade Euros '000	Valor bruto Euros '000	Euros '000
Agricultura, silvicultura e pesca	28 399	(1 148)	–	–	154	(47)	–	395
Indústrias extractivas	7 817	(401)	–	–	541	–	–	1 147
Indústrias alimentares, das bebidas e tabaco	73 471	(4 805)	–	–	41	–	–	1 915
Têxteis e vestuário	34 030	(7 750)	–	–	–	–	–	1 345
Curtumes e calçado	8 153	(823)	–	–	–	–	–	–
Madeira e cortiça	29 452	(2 957)	–	–	–	–	–	932
Papel e indústrias gráficas	22 213	(2 242)	–	–	–	–	–	951
Refinação de petróleo	177	(48)	229	–	34 928	–	–	–
Produtos químicos e de borracha	31 314	(1 113)	–	–	1 025	–	–	1 164
Produtos minerais não metálicos	22 955	(1 404)	–	–	–	–	–	2 136
Indústrias metalúrgicas de base e p. metálicos	79 888	(3 279)	–	–	–	–	–	3 943
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	16 983	(2 051)	–	–	270	–	–	1 798
Fabricação de material de transporte	12 499	(373)	–	–	5 387	–	–	134
Outras indústrias transformadoras	28 928	(3 208)	685	–	81 182	(698)	–	805
Electricidade, gás e água	72 477	(968)	406	3 206	37 098	(252)	–	890
Construção e obras públicas	2 652 811	(190 541)	–	–	41 533	(998)	–	212 348
Comércio por grosso e a retalho	642 336	(55 196)	49	–	13 428	–	–	36 394
Turismo	228 966	(16 768)	–	–	8 961	(90)	–	11 924
Transportes	100 739	(2 431)	–	–	2 966	–	–	11 775
Actividades de informação e comunicação	25 191	(2 347)	359	–	19 044	–	–	335
Actividades financeiras	153 705	(2 373)	101 467	986	906 640	(19 743)	–	38 623
Actividades imobiliárias	810 370	(35 796)	–	–	12 142	–	–	29 463
Serviços prestados às empresas	297 801	(12 415)	–	–	–	–	–	9 158
Administração e serviços públicos	195 146	(3 981)	–	–	10 168	–	33 523	4 020
Outras actividades de serviços colectivos	62 795	(2 932)	–	–	670	–	–	4 285
Crédito à habitação	9 042 679	(142 791)	–	–	1 974 793	(7 881)	–	9 056
Outros	168 446	(2 748)	–	–	43 438	(190)	–	41 220
TOTAL	14 849 741	(502 889)	103 195	4 192	3 194 409	(29 899)	33 523	426 156

(a) inclui a provisão para imparidade no valor de 401 579 milhares de euros (ver nota 19) e a provisão para riscos gerais de crédito no valor de 101 310 milhares de euros (ver nota 34).

No que respeita a risco de crédito, a carteira de activos financeiros manteve-se concentrada em obrigações *investment grade*, emitidas por instituições financeiras.

Durante o ano de 2010, foram também abertas algumas posições em *credit default swaps* sobre emitentes *investment grade*, com o valor nocional das posições de compra e de venda de protecção a atingir no final do ano Euros 32 700 000 e Euros 57 000 000, respectivamente.

Riscos Globais e em Activos Financeiros

A gestão eficaz do balanço envolve também o Comité de Activos e Passivos («ALCO»), comité onde se procede à análise dos riscos de taxa de juro, liquidez e cambial, designadamente no tocante à observância dos limites definidos para os *gaps* estáticos e dinâmicos calculados.

Tipicamente, são observados *gaps* estáticos positivos de taxa de juro e de liquidez, de dimensão moderada, exceptuando-se naturalmente os meses em que ocorrem pagamentos relacionados com o serviço da dívida das obrigações emitidas. Ao nível do risco cambial, procede-se, em regra, à aplicação dos recursos captados nas diversas moedas, através de activos no mercado monetário respectivo e por prazos não superiores aos dos recursos, pelo que os *gaps* cambiais existentes decorrem essencialmente de eventuais desajustamentos entre os prazos das aplicações e dos recursos.

No que respeita a informação e análise de risco, é assegurado o reporte regular sobre os riscos de crédito e de mercado das carteiras de activos financeiros próprias e das diversas entidades do Grupo. Ao nível das carteiras próprias, encontram-se definidos diversos limites de risco, utilizando-se para o efeito a metodologia de *Value-at-Risk* («*VaR*»). Existem diferentes limites de exposição incluindo limites globais de *VaR*, por emitente, por tipo/classe de activo e *rating*. São ainda definidos limites de *Stop Loss*. A carteira de investimento está principalmente concentrada em obrigações, que no final de 2010 representavam 92,6% do total da carteira, na qual se destaca a dívida soberana (60%).

O risco de mercado da carteira própria mantém-se em nível controlado, não obstante uma maior componente de títulos de taxa fixa. O *VaR* é calculado considerando um horizonte temporal de 10 dias úteis e um intervalo de confiança estatístico unilateral de 99%. A exposição ao risco de crédito é limitada pelo facto das obrigações em carteira se situarem genericamente em níveis de *investment grade*.

Atendendo à natureza da actividade de retalho, a instituição apresenta habitualmente *gaps* positivos de taxa de juro, que no final de 2010 atingiam, em termos estáticos, cerca de Euros 448 894 000 (2009: Euros 389 892 000) (considerando a globalidade dos prazos de refixação de taxas de juro).

Apresentam-se seguidamente os principais indicadores destas medidas, durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009:

	2010				2009			
	Dezembro Euros '000	Média Anual Euros '000	Máximo Euros '000	Mínimo Euros '000	Dezembro Euros '000	Média Anual Euros '000	Máximo Euros '000	Mínimo Euros '000
Gap de taxa de juro	448 894	377 076	448 894	305 259	389 892	650 646	911 400	389 892

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar 2) e da Instrução n.º 19/2005, do Banco de Portugal, a CEMG calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do *Bank of International Settlements* («BIS») classificando todas as rubricas do activo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de *repricing*.

	Até 3 meses Euros '000	3 a 6 meses Euros '000	De 6 meses a 1 ano Euros '000	de 1 a 5 anos Euros '000	Mais de 5 anos Euros '000
31 de Dezembro de 2010					
Activo	10 459 200	3 879 121	413 379	1 344 393	646 080
Fora de balanço	5 789 405	172 577	122 450	3 009 066	–
Total	16 248 605	4 051 698	535 829	4 353 459	646 080
Passivo	7 899 866	1 370 302	1 263 605	5 601 314	158 200
Fora de balanço	8 284 868	734 669	2 200	71 754	–
Total	16 184 734	2 104 971	1 265 805	5 673 068	158 200
GAP (Activos - Passivos)	63 871	1 946 727	(729 976)	(1 319 609)	487 880
31 de Dezembro de 2009					
Activo	13 368 081	4 169 695	115 793	183 241	50 222
Fora de balanço	3 855 697	265 965	489 500	48 500	–
Total	17 223 778	4 435 660	605 293	231 741	50 222
Passivo	11 369 217	2 585 393	1 623 933	1 918 256	341
Fora de balanço	4 165 097	451 782	2 400	31 882	8 500
Total	15 534 314	3 037 175	1 626 333	1 950 138	8 841
GAP (Activos - Passivos)	1 689 464	1 398 485	(1 021 040)	(1 718 397)	41 381

Análise de Sensibilidade

Face aos *gaps* de taxa de juro observados, em Dezembro de 2010, uma variação instantânea das taxas de juro em 100bp motivaria um aumento dos resultados em Euros 12 806 000 (2009: Euros 20 669 000).

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros da CEMG, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, bem como os respectivos saldos médios e os proveitos e custos do exercício:

	2010			2009		
PRODUTOS	**Saldo médio do exercício Euros '000**	**Taxa de juro média (%)**	**Proveitos/ Custos Euros '000**	**Saldo médio do exercício Euros '000**	**Taxa de juro média (%)**	**Proveitos/ Custos Euros '000**
Aplicações						
Crédito a clientes	14 714 941	3,07	451 424	14 803 140	4,16	615 312
Disponibilidades	159 355	0,93	1 488	149 705	1,29	1 934
Carteira de Títulos	4 502 962	2,04	91 795	2 859 754	2,16	61 860
Aplicações interbancárias	188 578	0,68	1 278	263 558	0,66	1 749
Swaps	–	–	196 071	–	–	239 589
Total Aplicações	19 565 836		742 056	18 076 157		920 444
Recursos						
Depósitos de clientes	9 352 816	1,52	141 937	8 539 978	2,17	185 540
Recursos titulados	8 132 786	2,02	164 662	7 802 141	2,67	208 632
Recursos interbancários	1 299 157	1,03	13 440	785 274	1,62	12 747
Outros recursos	480	0,77	4	687	3,15	22
Swaps	–	–	151 591	–	–	193 547
Total Recursos	18 785 239		471 634	17 128 080		600 488

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos activos e passivos a 31 de Dezembro de 2010, por moeda, é analisado como segue:

	2009							
	Euros Euros '000	Dólares Norte Americanos Euros '000	Libras Esterlinas Euros '000	Dólares Canadianos Euros '000	Franco Suíço Euros '000	Iene Japonês Euros '000	Outras Moedas Estrangeiras Euros '000	Valor Total Euros '000
Activo por moeda								
Caixa e disponibilidades bancos centrais	235 090	3 263	367	297	651	81	275	240 024
Disponibilidades em outras instituições de crédito	49 403	5 943	808	1 057	893	4	297	58 405
Aplicações em instituições de crédito	338 559	103	–	–	–	–	–	338 662
Crédito a clientes	14 350 055	2 375	–	–	336	–	–	14 352 766
Activos financeiros detidos para negociação	130 755	110	–	–	–	–	–	130 865
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	3 885	29	–	38	–	–	–	3 952
Activos financeiros disponíveis para venda	5 254 304	2 248	–	–	259	–	–	5 256 811
Derivados de cobertura	2 810	–	–	–	–	–	–	2 810
Investimentos detidos até à maturidade	58 093	–	–	–	–	–	–	58 093
Investimentos em associadas e outras	43 297	–	–	–	–	–	–	43 297
Activos não correntes detidos para venda	162 374	–	–	–	–	–	–	162 374
Outros activos tangíveis	89 188	–	–	–	–	–	–	89 188
Activos intangíveis	18 254	–	–	–	–	–	–	18 254
Outros activos	63 287	43 473	2 905	18 850	4	–	–	128 519
Total Activo	20 799 354	57 544	4 080	20 242	2 143	85	572	20 884 020
Passivo por moeda								
Recursos de bancos centrais	1 540 266	–	–	–	–	–	–	1 540 266
Recursos de outras instituições de crédito	1 222 484	18 691	2 398	18 586	333	–	54	1 262 546
Recursos de clientes	9 615 736	35 523	1 089	1 656	139	15	182	9 654 340
Responsabilidades representadas por títulos	3 576 432	2 245	–	–	–	–	–	3 578 677
Passivos financeiros detidos para negociação	53 662	152	–	–	–	–	–	53 814
Derivados de cobertura	1 408	–	–	–	–	–	–	1 408
Provisões	101 499	–	–	–	–	–	–	101 499
Outros passivos subordinados	380 986	–	–	–	–	–	–	380 986
Outros passivos	3 312 797	993	593	–	1 676	70	336	3 316 465
Total Passivo	19 805 270	57 604	4 080	20 242	2 148	85	572	19 890 001
Activo / (Passivo) líquido por moeda	994 084	(60)	–	–	(5)	–	–	994 019
Situação Líquida	993 954	60	–	–	5	–	–	–
Exposição Líquida	130	(120)	–	–	(10)	–	–	–

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos activos e passivos a 31 de Dezembro de 2009, por moeda, é analisado como segue:

	2009							
	Euros Euros '000	Dólares Norte Americanos Euros '000	Libras Esterlinas Euros '000	Dólares Canadianos Euros '000	Franco Suíço Euros '000	Iene Japonês Euros '000	Outras Moedas Estrangeiras Euros '000	Valor Total Euros '000
Activo por moeda								
Caixa e disponibilidades bancos centrais	298 830	4 141	443	116	1 019	131	338	305 018
Disponibilidades em outras instituições de crédito	45 228	3 475	877	437	1 668	3	57	51 745
Aplicações em instituições de crédito	370 787	97	–	–	–	–	–	370 884
Crédito a clientes	14 445 524	2 082	–	–	343	213	–	14 448 162
Activos financeiros detidos para negociação	103 070	125	–	–	–	–	–	103 195
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	4 189	3	–	–	–	–	–	4 192
Activos financeiros disponíveis para venda	3 162 871	1 598	–	–	41	–	–	3 164 510
Derivados de cobertura	5 109	–	–	–	–	–	–	5 109
Investimentos detidos até à maturidade	33 523	–	–	–	–	–	–	33 523
Investimentos em associadas e outras	43 297	–	–	–	–	–	–	43 297
Activos não correntes detidos para venda	128 599	–	–	–	–	–	–	128 599
Outros activos tangíveis	91 173	–	–	–	–	–	–	91 173
Activos intangíveis	16 151	–	–	–	–	–	–	16 151
Outros activos	71 259	36 981	3 570	18 381	35	–	–	130 226
Total Activo	18 819 610	48 502	4 890	18 934	3 106	347	395	18 895 784
Passivo por moeda								
Recursos de bancos centrais	502 353	–	–	–	–	–	–	502 353
Recursos de outras instituições de crédito	910 445	14 265	2 912	17 392	386	–	–	945 400
Recursos de clientes	8 846 153	31 703	1 529	1 542	117	1	1	8 881 046
Responsabilidades representadas por títulos	4 581 225	2 082	–	–	–	–	–	4 583 307
Passivos financeiros detidos para negociação	41 323	22	–	–	–	–	–	41 345
Derivados de cobertura	598	–	–	–	–	–	–	598
Provisões	102 800	–	–	–	–	–	–	102 800
Outros passivos subordinados	381 043	–	–	–	–	–	–	381 043
Outros passivos	2 458 441	430	449	–	2 598	346	394	2 462 658
Total Passivo	17 824 381	48 502	4 890	18 934	3 101	347	395	17 900 550
Activo / (Passivo) líquido por moeda	995 229	–	–	–	5	–	–	995 234
Situação Líquida	995 237	2	–	–	(5)	–	–	–
Exposição Líquida	(8)	(2)	–	–	10	–	–	–

Risco de Liquidez

O controlo dos níveis de liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. O risco de liquidez é monitorizado atentamente, sendo elaborados diversos relatórios, para efeitos de regulamentação prudencial e para acompanhamento em sede de comité ALCO.

Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento das posições de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculadas segundo as regras exigidas pelo Banco de Portugal (Instrução n.º 13/2009):

Risco Operacional

A CEMG obteve a autorização do Banco de Portugal com efeitos a partir de 30 de Junho de 2010, para a adopção do Método *Standard* (TSA) para efeitos de cálculo de requisitos mínimos de fundos próprios para cobertura de risco operacional.

Encontra-se implementado um sistema de gestão de risco operacional que se baseia na identificação, avaliação, acompanhamento, medição, mitigação e reporte deste tipo de risco. Este sistema é suportado por uma estrutura organizacional, integrada na DAGR exclusivamente dedicada a esta tarefa bem como representantes designados por cada um dos departamentos.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Em termos prudenciais, a CEMG está sujeita à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Directiva Comunitária sobre adequação de capitais, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos que as instituições deverão cumprir.

Os elementos de capital da CEMG dividem-se em Fundos Próprios de Base, Fundos Próprios Complementares e Deduções, com a seguinte composição:

- Fundos Próprios de Base («FPB»): Esta categoria inclui o capital estatutário realizado, as reservas elegíveis (excluindo as reservas de justo valor positivas), os resultados retidos do período quando certificados, os interesses minoritários e as acções preferenciais. São deduzidas as reservas de justo valor negativas associadas a acções ou outros instrumentos de capital, o valor de balanço dos montantes relativos a *Goodwill* apurado, activos intangíveis e desvios actuariais negativos decorrentes de responsabilidades com benefícios pós emprego a empregados acima do limite do corredor. Desde 2007 passaram também a ser deduzidas em 50% do seu valor as participações superiores a 10% em instituições financeiras e entidades seguradoras. Em 2009, decorrente da aplicação do método IRB para risco de crédito, passou igualmente a ser ajustado 50% do montante das perdas esperadas para posições em risco deduzidas das somas de correcções de valor e provisões existentes.
- Fundos Próprios Complementares («FPC»): Incorpora essencialmente a dívida subordinada emitida elegível e 45% das reservas de justo valor positivas associadas a acções ou outros instrumentos de capital. São deduzidas as participações em instituições financeiras e entidades seguradoras em 50% do seu valor, bem como, em 2009, 50% do montante das perdas esperadas para as posições em risco deduzidas das somas de correcções de valor e provisões existentes, decorrentes da aplicação do método IRB para risco de crédito.
- É deduzido aos Fundos Próprios totais um valor referente a imóveis adquiridos em reembolso de crédito próprio há mais de 4 e 5 anos, valor este calculado segundo um critério de progressividade que conduz a que ao fim de 10 ou 13 anos em carteira o valor líquido do imóvel esteja totalmente deduzido aos Fundos Próprios.

Adicionalmente, a composição da base de capital está sujeita a um conjunto de limites. Desta forma, as regras prudenciais estabelecem que os FPC não podem exceder os FPB. Adicionalmente, determinadas componentes dos FPC (o designado *Lower Tier II*) não podem superar os 50% dos FPB.

Em 2008, o Banco de Portugal introduziu algumas alterações ao cálculo dos fundos próprios. Assim, através do Aviso n.º 6/2008, a par do tratamento dado aos créditos e outros valores a receber, excluiu as valias potenciais em títulos de dívida classificados como disponíveis para venda dos fundos próprios, na parte que exceda o impacto resultante de eventuais operações de cobertura, mantendo, contudo, a obrigatoriedade de não considerar nos fundos próprios de base as reservas de reavaliação positivas, na parte que exceda a imparidade que eventualmente tenha sido registada, relativas a ganhos não realizados em títulos de capital disponíveis para venda (líquidas de impostos).

Simultaneamente, através do Aviso n.º 7/2008, o Banco de Portugal prolongou por três anos o plano de amortização dos impactos diferidos da transição para as normas de contabilidade actualmente aplicáveis que ainda não se encontravam reconhecidos nos fundos próprios de 30 de Junho de 2008, associados a cuidados médicos pós-emprego e a responsabilidades do fundo de pensões. Por outro lado, o Banco de Portugal publicou o Aviso n.º 11/2008 que permitiu, para efeitos prudenciais, o alargamento do corredor do fundo de pensões pelo montante das perdas actuariais de 2008, excluindo o rendimento esperado dos activos do fundo relativamente ao mesmo ano de 2008, sujeito, em sede de tratamento prudencial, a uma amortização constante ao longo dos quatro anos seguintes.

A repercussão nos Fundos Próprios do impacto referente a diferenças apuradas no Fundo de Pensões, na transição para as NIC's / NCA's, está a ser efectuado de forma progressiva e linear (de acordo com o definido nos Avisos n.º 2/2005, n.º 4/2005, n.º 12/2005 e n.º 7/2008, do Banco de Portugal).

Assim, no final do exercício de 2010, o impacto líquido negativo nos Fundos Próprios, calculados em base individual, da regularização das diferenças antes referidas, foi de Euros 32 288 000, valor que resulta de um impacto negativo de Euros 8 033 000 levados a resultados transitados e de Euros 19.061.000 registados em encargos diferidos e outros desvios de Euros 24 053 000, compensados por uma variação positiva de mais Euros 18 859 000 referentes a impactos ainda por reconhecer em Fundos Próprios (nos termos do n.º 4, do n.º 13.º-A, do Aviso 12/2001).

O valor de Euros 19 061 000, dos quais Euros 5 991 000 são referentes a benefícios de saúde e Euros 13 071 000 a outros benefícios pós reforma, será progressivamente levado a resultados transitados até se extinguir em 2014. De igual modo, o valor de compensação nos Fundos Próprios irá diminuindo até se extinguir em 2014. No final do período, as diferenças apuradas no Fundo de Pensões terão sido totalmente absorvidas pelas reservas estatutárias.

A verificação de que uma entidade dispõe de fundos próprios num montante não inferior ao dos respectivos requisitos de fundos próprios certifica a adequação do seu capital, reflectida num rácio de solvabilidade – representado pelos fundos próprios em percentagem do montante correspondente a 12,5 vezes dos requisitos de fundos próprios – igual ou superior ao mínimo regulamentar de 8%. Adicionalmente, o Banco de Portugal efectuou uma recomendação no sentido de, até 30 de Setembro de 2009, os grupos financeiros sujeitos à supervisão em base consolidada, bem como as respectivas empresas-mãe, reforçarem os seus rácios de adequação dos fundos próprios de base (rácio *Tier 1*) para valores não inferiores a 8%.

Um sumário dos cálculos de requisitos de capital da CEMG para 31 de Dezembro de 2010 e 2009 apresenta-se como segue:

	2010 Euros '000	2009 Euros '000
Fundos Próprios de Base		
Capital realizado	800 000	760 000
Resultados, reservas gerais, especiais e resultados não distribuídos	227 097	253 130
Outros ajustamentos regulamentares	(100 105)	(88 562)
Impacto na transição para as NIC/NCA	15 792	22 207
	942 784	946 775
Fundos Próprios Complementares		
Upper Tier 2	27 506	18 154
Lower Tier 2	378 000	378 000
Deduções	(14 674)	(13 674)
	390 832	382 480
Deduções aos fundos próprios totais	(4 562)	(9 079)
Fundos próprios totais	1 329 054	1 320 176
Requisitos de Fundos Próprios		
Risco de crédito (Aviso n.º 5/2007)	760 346	728 989
Risco de mercado (Aviso n.º 8/2007)	1 721	2 986
Risco operacional (Aviso n.º 9/2007)	55 446	62 243
	817 513	794 218
Rácios Prudenciais		
Rácio *Tier 1*	9,23%	9,36%
Rácio de Solvabilidade	13,01%	13,12%

49. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitida que entraram em vigor e que a CEMG aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas como segue:

- ***IAS 39 (alterada) – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura***

  O International Accounting Standards Board («IASB») emitiu uma alteração ao IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura a qual foi de aplicação obrigatória a partir de 1 de Julho de 2009.

  Esta alteração clarifica a aplicação dos princípios existentes que determinam quais os riscos ou quais os *cash flows* elegíveis de serem incluídos numa operação de cobertura.

  A CEMG não teve qualquer impacto decorrente da adopção desta alteração.

- ***IFRS 1 (alterada) – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e IAS 27 – Demonstrações Financeiras consolidadas e separadas***

  As alterações à IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e ao IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas foram efectivas a partir de 1 de Julho de 2009.

  Estas alterações vieram permitir que as entidades que estão a adoptar as IFRS pela primeira vez na preparação das suas contas individuais adoptem como custo contabilístico (*deemed cost*) dos seus investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, o respectivo justo valor na data da transição para as IFRS ou o valor de balanço determinado com base no referencial contabilístico anterior.

  A CEMG não teve qualquer impacto decorrente da adopção desta alteração.

- ***IFRS 3 (revista) – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 (alterada) – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas***

  O International Accounting Standards Board («IASB») emitiu em Janeiro de 2008 a IFRS 3 (Revista) – Concentrações de actividades empresariais e uma alteração à IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

  Os principais impactos das alterações a estas normas correspondem: (i) ao tratamento de aquisições parciais, em que os interesses sem controlo (antes denominados de interesses minoritários) poderão ser mensurados ao justo valor (o que implica também o reconhecimento do *goodwill* atribuível aos interesses sem controlo) ou como parcela atribuível aos interesses sem controlo do justo valor dos capitais próprios adquiridos (tal como actualmente requerido pela anterior IAS 27); (ii) aos *step acquisition* em que as novas regras obrigam, aquando do cálculo do *goodwill*, à reavaliação, por contrapartida de resultados, do justo valor de qualquer interesse sem controlo detido previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo; (iii) ao registo dos custos directamente relacionados com uma aquisição de uma subsidiária que passam a ser directamente imputados a resultados; (iv) aos preços contingentes cuja alteração de estimativa ao longo do tempo passa a ser registada em resultados e não afecta o *goodwill* e (v) às alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo as quais passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios.

  Adicionalmente, das alterações à IAS 27 resulta ainda que as perdas acumuladas numa subsidiária passarão a ser atribuídas aos interesses sem controlo (reconhecimento de interesses sem controlo negativos) e que, aquando da alienação de uma subsidiária, tendente à perda de controlo qualquer interesse sem controlo retido é mensurado ao justo valor determinado na data da alienação.

  Esta norma é de aplicação prospectiva a partir de 1 de Janeiro de 2010 e não teve impacto significativo nas contas da CEMG em 2010.

- ***IFRS 5 (alterada) – Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação***

  Esta alteração clarifica as divulgações requeridas pela norma relativas a activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados para venda ou operações descontinuadas.

  A adopção desta alteração não teve impacto significativo nas demonstrações financeiras da CEMG.

- ***IFRIC 12 – Contratos de Concessão de Serviços***

  O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em Julho de 2007, a IFRIC 12 – Contratos de Concessão de Serviços, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2008, sendo a sua adopção

antecipada permitida. A adopção desta interpretação pela União Europeia ocorreu apenas em 2009 tendo por isso a mesma sido de aplicação obrigatória para o Grupo a partir de 1 de Janeiro de 2010.

A IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviços público-privados e contempla apenas as situações onde o concedente (i) controla ou regula os serviços prestados pelo operador, e (ii) controla os interesses residuais das infra-estruturas na maturidade do contrato.

A adopção desta norma não teve impacto significativo nas demonstrações financeiras da CEMG.

- ***IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas***

  O International Financial Reporting Interpretations Committee («IFRIC»), emitiu em Novembro de 2008, a IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

  Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico das distribuições em espécie a accionistas. Assim, estabelece que as distribuições em espécie devem ser registadas ao justo valor, sendo a diferença para o valor de balanço dos activos distribuídos reconhecida em resultados quando da distribuição

  A CEMG não obteve qualquer impacto da adopção desta interpretação ao nível das demonstrações financeiras.

- ***IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes***

  O International Financial Reporting Interpretations Committee («IFRIC»), emitiu em Novembro de 2008, a IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

  Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico de acordos celebrados mediante os quais uma entidade recebe activos de clientes para sua própria utilização e com vista a estabelecer posteriormente uma ligação dos clientes a uma rede ou conceder aos clientes acesso contínuo ao fornecimento de bens ou serviços.

  A interpretação clarifica:

  – as condições em que um activo se encontra no âmbito desta interpretação;

  – o reconhecimento do activo e a sua mensuração inicial;

  – a identificação dos serviços identificáveis (um ou mais serviços em troca do activo transferido);

  – o reconhecimento de proveitos; e

  – a contabilização da transferência de dinheiro por parte de clientes.

  A CEMG não obteve qualquer impacto da adopção desta interpretação ao nível das demonstrações financeiras.

- ***Annual Improvement Project***

  Em Maio de 2008, tal como anteriormente referido, o IASB publicou o *Annual Improvement Project*, o qual alterou certas normas que se encontram em vigor. Contudo, a data de efectividade das alterações varia consoante a norma em causa, das quais se destaca:

  – Alteração à IFRS 5 – Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, efectiva para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009. Esta alteração veio esclarecer que a totalidade dos activos e passivos de uma subsidiária devem ser classificados como activos não correntes detidos para venda de acordo com o IFRS 5 se existir um plano de venda parcial da subsidiária tendente à perda de controlo.

Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas ainda não adoptadas pela CEMG

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que a CEMG ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas seguidamente. A CEMG irá adoptar estas normas quando as mesmas forem de aplicação obrigatória.

- ***IFRS 9 – Instrumentos financeiros***

  O International Accounting Standards Board («IASB»), emitiu em Novembro de 2009, a IFRS 9 -Instrumentos financeiros parte I: Classificação e mensuração, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma, em Outubro de 2010 foi alterada. A IFRS 9 não foi ainda adoptada pela União Europeia.

Esta norma insere-se na primeira fase do projecto global do IASB de substituição da IAS 39 e aborda os temas de classificação e mensuração de activos financeiros. Os principais aspectos considerados são os seguintes:

- Os activos financeiros passam a ser classificados em duas categorias: ao custo amortizado ou ao justo valor. Esta decisão será efectuada no momento inicial de reconhecimento dos activos financeiros. A sua classificação depende de como uma entidade apresenta no modelo de gestão do negócio esses activos financeiros e as características contratuais dos fluxos financeiros associados a cada activo financeiro;
- Apenas podem ser mensurados ao custo amortizado os instrumentos de dívida cujos fluxos financeiros contratados representam apenas capital e juros, isto é, contenham apenas características básicas de dívida, e a entidade, no modelo de gestão do negócio, detenha esses activos financeiros com o objectivo de capturar apenas os respectivos fluxos financeiros. Todos os outros instrumentos de dívida são reconhecidos ao justo valor;
- Os instrumentos de capital emitidos por terceiras entidades são reconhecidos ao justo valor com as variações subsequentes registadas em resultados do exercício. Contudo, uma entidade poderá irrevogavelmente eleger instrumentos de capital, para os quais, as variações de justo valor e as mais ou menos valias realizadas são reconhecidas em reservas. Os ganhos e perdas assim reconhecidos não poderão ser reciclados por resultados do exercício. Esta decisão é discricionária não implicando que todos os instrumentos de capital sejam assim tratados. Os dividendos recebidos são reconhecidos em resultados do exercício;
- Todos os instrumentos de capital terão de ser mensurados ao justo valor, deixando de existir a possibilidade estabelecida pela IAS 39 de manter estes títulos ao seu custo de aquisição em situações em que este não possa ser mensurado com fiabilidade;
- As alterações ao justo valor atribuíveis ao risco de crédito dos passivos financeiros classificados na categoria de Opção de justo valor (*Fair Value Option*) serão reconhecidas em capitais próprios. As restantes variações de justo valor associadas a estes passivos financeiros serão reconhecidas em resultados. Os montantes registados em capitais próprios não serão posteriormente transferidos para resultados.

A CEMG está a avaliar o impacto da adopção desta norma.

- ***IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de activos financeiros***

O International Accounting Standards Board («IASB»), emitiu em Outubro de 2010, a IFRS 7 -Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de activos financeiros, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2011, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta alteração não foi ainda adoptada pela União Europeia.

As alterações requeridas às divulgações sobre as operações que envolvem transferência de activos financeiros, nomeadamente securitizações de activos financeiros, têm como objectivo que os utilizadores das demonstrações financeiras possam vir a avaliar o risco e os impactos associados a essas operações ao nível das demonstrações financeiras.

A CEMG encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

- ***IAS 24 (revista) – Divulgações de partes relacionadas***

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Novembro de 2009 a IAS 24 (revisto) – Divulgações de partes relacionadas, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2011, sendo a sua adopção antecipada (total ou parcial) permitida. Esta alteração não foi ainda adoptada pela União Europeia.

A norma revista clarifica e simplifica a definição de parte relacionada e remove a obrigatoriedade de entidades relacionadas com o Estado de divulgar detalhadamente todas as transacções com o Estado e outras entidades similares.

A CEMG encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

- ***IAS 32 (alteração) – Classificação de emissões de direitos***

O International Accounting Standards Board (IASB) publicou em 8 de Outubro de 2008 uma alteração à IAS 32 – Instrumentos financeiros: apresentação – classificação de emissões de direitos. Esta alteração é de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Fevereiro de 2010, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta alteração estabelece a contabilização da emissão de direitos (direitos, opções ou *warrants*) que são denominados numa moeda diferente da moeda funcional do emitente. É assim estabelecido que os direitos, opções ou *warrants* emitidos para a aquisição de um número fixo de instrumentos de capital do emitente por um montante fixo em qualquer moeda devem ser tratados como instrumentos de capital, desde que a entidade ofereça esses direitos, opções ou *warrants* pró-*rata* a todos os detentores de instrumentos de capital (da mesma classe) da sociedade que não tenham por base contratos de derivados.

Não se esperam quaisquer impactos nas demonstrações financeiras decorrentes da adopção desta alteração à IAS 32.

- ***IFRIC 14 (alterado) – Pagamentos antecipados relativos a requisitos mínimos de financiamento***

  Esta alteração visa corrigir a consequência não intencional da IFRIC 14 – «IAS 19 – O Limite Sobre Um Activo de Benefícios Definidos, Requisitos de Financiamento Mínimo e Respectiva Interacção».

  Sem esta alteração não era possível a uma entidade o reconhecimento como um activo dos pagamentos voluntários relativos a contribuições mínimas para o fundo. Esta não era a intenção quando a IFRIC 14 foi emitido, vindo esta alteração corrigir esta situação.

  Esta alteração entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2011, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta alteração tem aplicação retrospectiva para o primeiro período comparativo apresentado.

  A CEMG encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

- ***IFRIC 19 – Extinção de passivos financeiros através de emissão de instrumentos de capital***

  O International Accounting Standards Board (IASB) publicou em 26 de Novembro de 2009 a IFRIC 19 -Extinção de passivos financeiros através de emissão de instrumentos de capital. Esta interpretação é de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2010, sendo a sua adopção antecipada permitida.

  De acordo com esta interpretação existe uma diversidade de tratamentos no que respeita à mensuração de instrumentos de capital emitidos numa operação de troca de um instrumento de dívida por um instrumento de capital. Uma operação de troca de um instrumento de dívida por um instrumento de capital, refere-se a uma transacção em que o devedor e o credor renegociam os termos de um passivo financeiro, em que o devedor extingue o passivo total ou parcialmente através da emissão de instrumentos de capital entregues ao credor.

  Esta interpretação clarifica (i) quando um instrumento de capital é emitido para extinguir total ou parcialmente um passivo financeiro corresponde à "retribuição paga" de acordo com o parágrafo 41 da IAS 39, (ii) como uma entidade deve mensurar inicialmente o instrumento de capital emitido para extinguir o passivo financeiro e (iii) como uma entidade deve registar as diferenças entre o valor de balanço do passivo financeiro extinto e o valor do instrumento de capital emitido.

  A CEMG encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 da **Caixa Económica Montepio Geral**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 20.884.020 milhares de euros e um total de capital próprio de 994.019 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 41.491 milhares de euros), as demonstrações dos resultados, dos fluxos de caixa, das alterações nos capitais próprios e do Rendimento integral do exercício findo naquela data, e as correspondentes notas explicativas.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração:

a) a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas, definidas pelo Banco de Portugal, que têm como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro em vigor e adoptadas pela União Europeia, com excepção das matérias definidas nos n.ºs 2º e 3º do Aviso n.º 1/2005 e no n.º 2º do Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal ("NCA's"), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Caixa Económica Montepio Geral, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa, as alterações dos capitais próprios e o rendimento integral;

b) que a informação financeira histórica, preparada de acordo com as NCA's, seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;

c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;

d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e,

e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., a firma portuguesa membro da rede KPMG, composta por firmas independentes afiliadas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG & Associados - S.R.O.C., S.A. Capital Social: 2.840.000 Euros - Pessoa Colectiva Nº PT 502 161 078 - Inscrito na O.R.O.C. Nº 189 - Inscrito na C.M.V.M. Nº 9093

Matriculada na Conservatória do registo Comercial de Lisboa sob o Nº PT 502 161 078

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e,
- a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Caixa Económica Montepio Geral** em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa, as alterações nos capitais próprios e o rendimento integral no exercício findo naquela data, em conformidade com as NCA's tal como definidas pelo Banco de Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o relatório do governo da instituição inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 10 de Março de 2011

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Sílvia Cristina de Sá Velho Corrêa da Silva Gomes (ROC n.º 1131)

12. Relatórios, Pareceres e Declaração em Conformidade do Conselho Fiscal

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS CONTAS INDIVIDUAIS

Exmos. Senhores Associados:

No cumprimento das competências definidas na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 36.º dos Estatutos do Montepio Geral – Associação Mutualista, adiante designado por Montepio Geral, e na alínea *f*) do artigo 25.º dos Estatutos da Caixa Económica Montepio Geral, adiante designada por Caixa Económica, e na condição de Conselho Fiscal de ambas as Instituições, este Órgão social submete à vossa apreciação, o Relatório da sua actividade e o seu Parecer sobre o Relatório e as Demonstrações financeiras individuais do exercício de 2010 do Montepio Geral e da Caixa Económica, elaborados pelo Conselho de Administração.

RELATÓRIO

1. Em 2010 o Conselho Fiscal acompanhou a gestão do Montepio Geral e da Caixa Económica através da leitura das actas do Conselho de Administração e de reuniões periódicas com este e com alguns dos seus elementos, bem como da análise da documentação contabilística e dos relatórios e dados quantitativos fornecidos mensalmente pelos Serviços, da presença nas reuniões do Conselho Geral realizadas e, ainda, de reuniões de trabalho com alguns dos Directores mais próximos do desempenho das funções do Conselho Fiscal.
2. No desenvolvimento dos trabalhos, o Conselho Fiscal contou sempre, em termos que apraz registar, com a colaboração do Conselho de Administração e dos Serviços da Instituição, na disponibilização das informações que considerou necessárias para o exercício das suas funções.
3. Durante o exercício o Conselho Fiscal elaborou os vários documentos que estatutariamente lhe competem e outros exigidos pelo Banco de Portugal, designadamente, os Pareceres sobre a adequação e eficácia do sistema de controlo interno, em base individual e em base consolidada, preparados com o apoio técnico da sociedade de revisores oficiais de contas em que, para além das deficiências identificadas e das melhorias recomendadas, se expressa a opinião de que os procedimentos de controlo interno como um todo, respondem de forma eficaz e adequada, em todos os aspectos materialmente relevantes, aos requisitos constantes do Aviso n.º 5/2008, do Banco de Portugal.
4. No exercício de 2010, as demonstrações financeiras do Montepio Geral foram preparadas com base nos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos nas Normas Internacionais de Relato Financeiro («IFRS»), tal como adoptadas na União Europeia até 31 de Dezembro de 2010. As políticas contabilísticas utilizadas pela Associação Mutualista na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2010, são consistentes com as utilizadas nas demonstrações financeiras anuais com referência a 31 de Dezembro de 2009, respeitando os requisitos de divulgação definidos no Plano de Contas das Associações Mutualistas.
5. No que se refere às demonstrações financeiras da Caixa Económica, estas continuaram a ser preparadas, apresentadas e divulgadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas («NCA's»), que se traduzem na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro («IFRS») tal como adoptadas na União Europeia, com excepção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, como a imparidade do crédito a clientes e o tratamento contabilístico relativo ao reconhecimento em resultados transitados dos ajustamentos das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência.
6. Relativamente ao Relatório de Gestão e ao Relatório do Governo da Instituição, que inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, o Conselho Fiscal verificou que, nos aspectos essenciais, o conteúdo do primeiro é concordante com as demonstrações financeiras que são apresentadas, assim como ambos satisfazem os requisitos legais e estatutários.

7. Na apreciação das Demonstrações financeiras do exercício, o Conselho Fiscal teve em especial consideração a Certificação das Contas (Montepio Geral) e a Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria (Caixa Económica) elaborados pela Sociedade de Revisores Oficias de Contas, entidade que, por contrato, acompanhou e auditou ao longo do ano e no final do exercício de 2010 a contabilidade e as contas que o Conselho de Administração elaborou nos termos legais e estatutários. Os documentos produzidos pela referida entidade foram apresentados sem reservas e a cujos teores damos a nossa concordância, sendo, no entanto, de referir, que a Certificação de Contas do Montepio Geral apresenta uma ênfase, com cujo teor também concordamos, e que se refere à alteração das políticas contabilísticas já mencionadas no n.º 4 acima, e que se encontram amplamente desenvolvidas nas Notas às Demonstrações Financeiras n.os 3.1 e 3.15.
8. Após o encerramento do exercício apreciámos os documentos de prestação de contas, compreendendo o Relatório de Gestão, o Balanço em 31 de Dezembro de 2010 e as Demonstrações dos resultados, dos fluxos de caixa, das alterações dos capitais próprios e do rendimento integral do exercício findo naquela data, bem como as correspondentes Notas explicativas.
9. O Conselho Fiscal chama a atenção para a importância dos relatos sobre Responsabilidade Social e Governo Institucional, constantes do Relatório e Contas anuais de 2010.
10. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras das Instituições e respectivas Notas explicativas respeitam as disposições legais e estatutárias aplicáveis, sendo adequados à compreensão da sua situação financeira, dos resultados apurados, dos fluxos de caixa, das alterações dos capitais próprios e do rendimento integral do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.
11. Agradecemos a referência feita no relatório de Gestão à nossa actividade, assim como também acompanhamos o Conselho de Administração no reconhecimento às diversas Entidades enunciadas, aos membros dos restantes Órgãos Sociais e aos Trabalhadores e demais Colaboradores referidos no Relatório.
12. No ano de 2010 verificou-se uma ligeira melhoria na situação económica nacional e mais marcadamente a nível internacional. Mas nos finais do ano, a economia portuguesa mostrou de novo sinais de abrandamento com o produto e o investimento a caírem e o desemprego a atingir valores muito elevados, o que traduz os efeitos das medidas adoptadas para conter o défice e o endividamento externo. O acesso aos mercados de capitais pelo Estado está a fazer-se a taxas elevadas, o que afecta o financiamento da economia, e em particular, o do sistema bancário. Não obstante estes condicionalismos, o Montepio Geral e a Caixa Económica – esta com uma taxa de crescimento dos depósitos bastante acima do sistema – têm prosseguido os seus objectivos de desenvolvimento, rentabilidade e solidez, seguindo a linha da sua orientação estratégica.
13. O Conselho Fiscal dá, por isso, o seu apoio às políticas que vêm sendo seguidas no Montepio Geral e na Caixa Económica, na certeza de que o Conselho de Administração, com a colaboração dos Trabalhadores, seguirá os caminhos e adoptará as medidas que lhe permitam minimizar as dificuldades que se suscitam e prosseguir o ritmo de crescimento que a Instituição tem vindo a alcançar.

Em conformidade com o exposto, somos de

PARECER

que a Assembleia Geral aprove:

a) Os Relatórios de Gestão e as Demonstrações Financeiras do Montepio Geral e da Caixa Económica, inerentes a 31 de Dezembro de 2010;

b) As propostas de aplicação de resultados contidas nos mencionados Relatórios de Gestão;

c) As demais propostas contidas no Relatório de Gestão do Montepio Geral;

d) Um voto de louvor ao Conselho de Administração pela forma eficiente como exerceu as suas funções, extensivo aos Trabalhadores pelo seu empenhamento na actividade desenvolvida.

Lisboa, 10 de Março de 2011

O CONSELHO FISCAL

Manuel Jacinto Nunes – Presidente

Gabriel José dos Santos Fernandes – Vogal

José Moreira Venâncio – Vogal

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS

Exmos. Senhores Associados:

No cumprimento das competências definidas na alínea *f*) do artigo 25.º dos Estatutos da Caixa Económica Montepio Geral, adiante designada por Caixa Económica, o Conselho Fiscal submete à vossa apreciação o relatório e Parecer sobre o Relatório consolidado de gestão e as Demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2010 da Caixa Económica e das empresas participadas englobadas na consolidação, elaborados pelo Conselho de Administração.

RELATÓRIO

1. Procedemos à análise do Relatório consolidado do Conselho de Administração e das Demonstrações financeiras consolidadas, compreendendo o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2010, a Demonstração dos resultados consolidados, as Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa, das alterações nos capitais próprios e do rendimento integral relativos ao exercício de 2010 e as correspondentes Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas.
2. Relativamente ao Relatório consolidado de gestão, o Conselho Fiscal verificou que, nos aspectos essenciais, o seu conteúdo é concordante com as Demonstrações financeiras consolidadas que são apresentadas, assim como satisfaz os requisitos legais e estatutários.
3. Na apreciação das Demonstrações financeiras consolidadas do exercício, o Conselho Fiscal teve como base fundamental a Certificação Legal e Relatório de Auditoria das Contas Consolidadas, sem reservas, elaborado pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e com cujo teor concordámos.
4. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que as Demonstrações financeiras consolidadas (Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2010, Demonstração dos resultados consolidados, Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa, das alterações nos capitais próprios e do rendimento integral do exercício de 2010 e correspondentes Notas explicativas) são adequadas à compreensão da situação patrimonial da Caixa Económica e das suas participadas englobadas na consolidação em 31 de Dezembro de 2010, e à forma como se formaram os resultados consolidados no exercício então findo.

Em conformidade com o exposto, somos de

PARECER

Que a Assembleia Geral aprove o Relatório consolidado de gestão e as Demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

Lisboa, 10 de Março de 2011

O CONSELHO FISCAL

Manuel Jacinto Nunes – Presidente

Gabriel José dos Santos Fernandes – Vogal

José Moreira Venâncio – Vogal

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA APRESENTADA

A presente declaração é feita nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários (CVM).

No cumprimento das competências definidas estatutariamente, é da responsabilidade do Conselho Fiscal exercer o controlo e fiscalizar a actividade da Instituição, expressando uma opinião profissional baseada no exame efectuado ao relatório de gestão e às demonstrações financeiras.

Pela presente declaração, confirmamos todos os elementos e informações que, na medida do nosso conhecimento e convicção, nos foram facultados:

- A informação financeira individual e consolidada, com referência a 31 de Dezembro de 2010, que dá uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Instituição e das empresas incluídas no perímetro de consolidação;
- O relatório de gestão que expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Instituição e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, em conformidade com os requisitos legais.

Lisboa, 10 de Março de 2011

O CONSELHO FISCAL

Manuel Jacinto Nunes – Presidente

Gabriel José dos Santos Fernandes – Vogal

José Moreira Venâncio – Vogal

13. Relatório do Governo Institucional

CAPÍTULO 0

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

De acordo com o Regulamento da CMVM n.º 1/2010, e do Código de Governo das Sociedades – que consolida todas as recomendações da CMVM sobre a matéria de governação –, o Montepio, entendido aqui como a Caixa Económica Montepio Geral, na prossecução de uma estratégia de melhoria permanente da qualidade dos serviços prestados, tem mantido uma governação responsável e orientada para a criação de valor. O seu fim último é o de pôr à disposição do Montepio Geral os resultados dos seus exercícios, feitas as deduções estatutariamente previstas, para que este os aplique na satisfação dos seus fins. Fim este que implica o respeito pela satisfação dos interesses de Clientes e Colaboradores.

Neste contexto, tem vindo a conciliar a sua realidade e natureza jurídica com os modelos previstos na lei, tendo por base a transparência, a equidade e a responsabilização.

Para além das disposições legais, estatutárias e regulamentares, todas as actividades desenvolvidas pelo Montepio regem-se, também, pelo cumprimento das deliberações dos órgãos associativos, das normas internas, das regras de conduta e normas deontológicas.

No portal interno, Intranet, o Normativo Interno é divulgado a todos os colaboradores, e contém todo um conjunto de documentos classificados em função dos objectivos e correspondentes conteúdos, bem como um conjunto de normas e usos profissionais e deontológicos. No que se refere ao cumprimento das normas prudenciais em vigor e dos respectivos prazos de reporte para as entidades externas existe uma Norma Interna com vista a assegurar o cumprimento do dever de informação.

A página *web* www.montepio.pt contém a informação prevista nas normais legais e regulamentares aplicáveis, entre as quais se destacam as que se relacionam com o seguinte:

a) Informação geral sobre o Montepio, que inclui, designadamente, os Estatutos;

b) Informação sobre os órgãos institucionais;

c) Informação relativa à economia e aos mercados financeiros;

d) Informação financeira, incluindo a informação periódica: relatórios e contas anuais (em que o presente Relatório é parte integrante), semestrais e informação trimestral, bem como as notações de *rating* e demais informação de carácter obrigatório;

e) Informação sobre as assembleias gerais, ordinárias e extraordinárias, em que se dá a conhecer a convocatória e o conteúdo integral da documentação que faz parte da ordem de trabalhos.

Por outro lado, as orientações estratégicas continuam a centrar-se no desenvolvimento da estrutura e do sistema de governação à luz dos requisitos regulamentares aplicáveis e da visão estratégica, em articulação com a Associação Mutualista e com as restantes entidades do Grupo Montepio e com a reforma dos estatutos em curso.

O modelo de governação é composto pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pelo Conselho Fiscal, existindo ainda um órgão com funções dominantemente consultivas designado por Conselho Geral.

CAPÍTULO I

I.1. ASSEMBLEIA GERAL

A Assembleia Geral é o órgão colegial e institucional que reúne todos os associados efectivos do Montepio Geral – Associação Mutualista (MGAM), maiores, admitidos há mais de dois anos, tendo cada membro direito a um voto.

Competências da Assembleia Geral

Conforme definido nos Estatutos, compete à Assembleia Geral:

- Eleger ou destituir os titulares dos Órgãos;
- Deliberar sobre o relatório de gestão do Conselho de Administração (CA), contas do exercício e parecer do Conselho Fiscal e, ainda, apreciar o relatório do Conselho Geral;
- Deliberar sobre o programa de acção e orçamento apresentados pelo CA, e sobre o parecer do Conselho Fiscal;
- Deliberar sobre a aplicação de resultados;
- Autorizar a constituição de fundos próprios não previstos, expressamente, nos Estatutos e o aumento de quaisquer fundos, quando tal não se inscreva na competência do Conselho de Administração;
- Deliberar sobre a alteração dos Estatutos;
- Eleger trienalmente e mandatar uma comissão com poderes para fixação das retribuições dos titulares dos Órgãos.

sendo o seu funcionamento regido por um Regulamento, em complemento dos Estatutos.

Funcionamento da Assembleia Geral

Dando cumprimento ao estipulado nos Estatutos, a Assembleia Geral, convocada com a antecedência mínima de quinze dias, não poderá reunir, em primeira convocação, sem estarem presentes, pelo menos, metade dos seus membros. Em segunda convocação, a Assembleia poderá realizar-se uma hora após a primeira convocação, podendo então deliberar, seja qual for o número de presenças.

Todavia, as deliberações sobre a reforma ou alteração dos Estatutos, fusão, cisão, transformação e incorporação de ou na Caixa Económica, exigem a presença de, pelo menos, dois terços de todos os seus membros, em primeira convocação, e qualquer número de membros, em segunda convocação, que todavia deverá ocorrer entre quinze e vinte dias sobre a data da primeira. De acordo com o artigo 42.º dos Estatutos da Caixa Económica, o procedimento de alteração dos Estatutos tem de dar cumprimento às regras previstas nesse mesmo artigo.

De modo a que os respectivos membros saibam como se irá desenrolar a Assembleia e possam preparar-se adequadamente para participar nos trabalhos, os avisos convocatórios, para além de serem publicados na imprensa diária, são disponibilizados aos associados no sítio da *Internet*, e tratando-se de prestação de contas anuais são igualmente publicadas no site da CMVM, via *extranet*.

Em 2010, a Assembleia Geral reuniu na sua Sede, por duas vezes em sessão ordinária.

Composição da Mesa da Assembleia Geral

A Mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente e dois Secretários, sendo o Presidente substituído, nas suas faltas ou impedimentos, pelo 1.º Secretário e nas faltas ou impedimentos deste, pelo 2.º Secretário. À semelhança dos restantes membros dos órgãos associativos os membros da Mesa da Assembleia Geral são eleitos trienalmente, sendo permitida a sua eleição por mais de três mandatos sucessivos.

Ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral compete, em especial, convocar a Assembleia Geral e dirigir os trabalhos e aos Secretários cabe, em especial, lavrar as actas das sessões e emitir as respectivas certidões.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral dispõe de recursos humanos e logísticos de apoio para o exercício das suas funções, facultados pelo Secretário Geral da Instituição e respectivos serviços.

No exercício de 2010, a remuneração do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, constituída por senhas de presença com o valor unitário de 813,75 euros.

I.2. EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO

Nos termos previstos nos Estatutos, terão direito a participar na Assembleia Geral e a exercer o direito de voto todos os associados efectivos, isto é, todas as pessoas individuais que tenham sido admitidos há mais de dois anos, maiores, capazes e que cumpram as disposições legais, estatutárias e regulamentares aplicáveis, tendo cada associado direito a um voto.

Estas exigências aplicam-se também ao exercício do voto por correspondência.

O exercício do direito de voto é admitido a todos os associados em termos iguais e é efectivado, quer presencialmente, quer por correspondência, neste último caso, se se tratar de eleição dos órgãos institucionais e de acordo com o estipulado nos Estatutos.

Além da convocatória publicada nos jornais, nos termos da lei, os membros da Assembleia Geral são informados da sua realização por notícias divulgadas no sítio da *Internet* da Instituição, onde se faz igualmente a publicação dos principais documentos a ser apreciados e votados, e ainda através de comunicação escrita expedida, sem carácter vinculativo, para as suas residências.

Paralelamente, são colocados à disposição dos membros da Assembleia, na Sede, e com a antecedência mínima de quinze dias sobre a realização da Assembleia Geral, todos os documentos inerentes à ordem de trabalhos.

O aviso convocatório, para além da identificação completa da Instituição, inclui o lugar, o dia e a hora da realização da Assembleia Geral, e ainda a informação sobre os locais onde os associados podem obter esclarecimentos e são recepcionados os votos, quando a votação é feita por correspondência.

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, por ocasião da eleição dos órgãos associativos, procede-se à eleição de um associado-trabalhador a integrar o Conselho Fiscal. Este exercício de voto é efectivado através de voto electrónico por recurso a uma aplicação disponibilizada no portal interno *Intranet*.

Após o acto eleitoral e o seu apuramento final, os resultados são publicados quer a nível do portal interno *Intranet* quer no sítio da *Internet*.

Não existe, ainda, um sistema que proporcione o exercício do direito de voto por meios electrónicos para a eleição dos restantes órgãos associativos.

CAPÍTULO II

ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

II.1. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é o órgão responsável pela gestão do Montepio Geral – Associação Mutualista e da Caixa Económica Montepio Geral, eleito em Assembleia Geral, tal como os restantes titulares dos órgãos institucionais.

Competencias

Compete-lhe, nomeadamente:

- elaborar anualmente o relatório e contas e a proposta de distribuição de resultados, bem como o programa de acção e orçamento para o ano seguinte;
- deliberar sobre o aumento de capital institucional e sobre a emissão de títulos representativos de unidades do fundo de participação, dentro dos limites estatutariamente permitidos;
- deliberar sobre a abertura e encerramento de sucursais e de qualquer outra forma de representação;
- deliberar sobre a aquisição, alienação e oneração de bens imóveis.

Funcionamento

O Conselho de Administração funciona colegialmente, podendo deliberar desde que esteja presente a maioria dos seus titulares e reúne, pelo menos, duas vezes por semana. As decisões são tomadas por maioria de votos dos titulares presentes, tendo o Presidente direito a voto de qualidade.

O Conselho de Administração pode constituir mandatários, para representar as Instituições em quaisquer actos e contratos, definindo a extensão dos respectivos mandatos.

Distribuição de Pelouros

De acordo com a estrutura orgânica, os pelouros do órgão de administração estão distribuídos do seguinte modo:

António Tomás Correia

Secretariado-Geral, Direcção de Planeamento e Estudos, Gabinete de Apoio ao Conselho, Gabinete de Estratégia Financeira do Grupo, Gabinete de Relações Públicas Institucionais, Gabinete de Responsabilidade Social, Participadas da área de seguros.

José de Almeida Serra

Direcção de Análise e Gestão de Riscos, Direcção de Auditoria e Inspecção, Direcção Financeira e Internacional, Gabinete de Compliance, Gabinete de Dinamização Associativa, Gabinete de Desenvolvimento da Oferta Mutualista, Participadas das áreas financeira, fundos de pensões e outras.

Rui Manuel Silva Gomes do Amaral

Direcção Comercial Grande Porto, Direcção Comercial Norte, Direcção Comercial Sul, Direcção de Desenvolvimento Organizacional, Direcção de Operações, Direcção de Sistemas de Informação, Direcção de Serviços Partilhados.

Eduardo José da Silva Farinha

Direcção Comercial Centro, Direcção Comercial Grande Lisboa, Direcção Comercial Lisboa e Regiões Autónomas, Direcção de Contabilidade, Direcção Imobiliária e Instalações, Direcção Jurídica e Recuperação de Crédito, Direcção de Recursos Humanos, Participada das áreas financeira e de seguros.

Álvaro Cordeiro Dâmaso

Direcção Comercial de Empresas, Direcção de Marketing, Gabinete de Procuradoria do Cliente.

Cada pelouro tem membros substitutos. Sempre que se verifique uma reorganização orgânica, procede-se a uma redistribuição de pelouros.

Qualificações Profissionais dos Membros do Conselho de Administração

António Tomás Correia – Presidente

Formação Académica: Licenciado em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa

Experiência Profissional: Entre 1995 e 2003 Administrador da CGD
Entre 2004 e 30 de Abril de 2008 Administrador do Montepio
Desde 1 de Maio de 2008 Presidente do Conselho de Administração do Montepio

José de Almeida Serra – Vogal

Formação Académica: Licenciado em Economia pelo ISCEF e pós-graduação pelo *Massachusetts Institute of Technology*

Experiência Profissional: Administrador do IPE
Administrador do Banco Pinto & Sotto Mayor
Entre 1999 e 2003 Administrador da SOGRUPO (Grupo CGD)
Desde 2004 Administrador do Montepio

Rui Manuel Silva Gomes do Amaral – Vogal

Formação Académica: Licenciado em Finanças pelo Instituto Superior de Economia

Experiência Profissional: Entre 2000 e 2006 Administrador do Banif-Banco Internacional do Funchal, SA, e de um conjunto de empresas deste grupo financeiro.
Desde Janeiro de 2007 Administrador do Montepio

Eduardo José da Silva Farinha – Vogal

Formação Académica: Licenciado em Finanças pelo ISCEF

Experiência Profissional: Entre 1996 e 2006 Presidente do Conselho de Administração da Credivalor – Soc. Parabancária de Valorização de Créditos, SA.
Desde Janeiro de 2007 Administrador do Montepio

Álvaro Cordeiro Dâmaso – Vogal

Formação Académica: Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa

Experiência Profissional: Presidente da Bolsa de Valores de Lisboa (BVL) – 3 anos
Presidente do ICP – ANACOM durante 3 anos
Presidente do Conselho Consultivo da ANACOM durante 5 anos
Entre 2006/2007 Gerente da Melo Abreu, Lda.
Entre 2007/2009 Presidente da Agência de Promoção do Investimento dos Açores
Desde Janeiro de 2010 Administrador do Montepio

Funções exercidas pelo Conselho de Administração em Empresas Participadas

Presidente: António Tomás Correia

Presidente do Conselho de Administração da Lusitania, Companhia de Seguros, SA
Presidente do Conselho de Administração da Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA
Presidente do Conselho de Administração do Finibanco – Holding, SGPS, SA
Presidente do Conselho de Administração do Finibanco, SA

Vogal: José de Almeida Serra

Presidente do Conselho de Administração das Residências Montepio, Serviços de Saúde, SA
Presidente do Conselho de Administração do Montepio Gestão de Activos – SGFI, SA
Presidente do Conselho de Administração da Futuro – Soc. Gestora de Fundos de Pensões, SA
Presidente do Conselho de Administração do Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, SA (IFI)
Vogal do Conselho de Administração do Finibanco – Holding, SGPS, SA
Vogal do Conselho de Administração do Finibanco, SA
Membro da Comissão de Vencimentos da SAGIES – Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, SA

Vogal: Rui Manuel Silva Gomes do Amaral

Vogal do Conselho de Administração da SAGIES – Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, SA
Vogal do Conselho de Administração da SIBS – Soc. Interbancária de Serviços, SA
Vogal da Comissão de Vencimentos da Clínica CUF Belém, SA
Vogal do Conselho de Administração do Finibanco – Holding, SGPS, SA
Vogal do Conselho de Administração do Finibanco, SA

Vogal: Eduardo José da Silva Farinha

Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Montepio Gestão de Activos – SGFI, SA
Presidente do Conselho de Administração do MG Investimentos Imobiliários, SA
Presidente do Conselho de Gerência da Leacock Seguros, Lda.
Presidente da Comissão de Remunerações da Bolsimo – Gestão de Activos, SA
Vogal do Conselho de Administração da Clínica CUF Belém, SA.
Vogal do Conselho de Administração da Germont – Empreendimentos Imobiliários, SA
Vogal do Conselho de Administração do Finibanco – Holding, SGPS, SA
Vogal do Conselho de Administração do Finibanco, SA

Vogal: Álvaro Cordeiro Dâmaso

Presidente do Conselho de Administração da Finicrédito – Instituição Financeira de Crédito, SA
Presidente do Conselho de Administração da Finimóveis – Sociedade de Serviços Auxiliares, SA
Presidente do Conselho de Administração da Lestinvest, SGPS,SA
Vogal do Conselho de Administração do Finibanco – Holding, SGPS, SA
Vogal do Conselho de Administração do Finibanco, SA

II.2. CONSELHO FISCAL

Composição

O Conselho Fiscal é o órgão fiscalizador, composto por um Presidente e dois Vogais, que deve, em regra, integrar um Revisor Oficial de Contas e um outro elemento que é indigitado pelos trabalhadores nos termos do artigo 28.º dos Estatutos.

Competências

As principais competências do Conselho Fiscal são as seguintes:

a) Fiscalizar a administração da Instituição;

b) Vigiar pela observância da Lei e dos Estatutos;

c) Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;

d) Elaborar, anualmente, um relatório sobre a sua acção e dar parecer sobre o relatório, as contas, as propostas, o orçamento e o programa de acção apresentados pelo Conselho de Administração.

Funcionamento

Reúne, pelo menos, uma vez por mês e só pode deliberar desde que esteja presente a maioria dos seus titulares, tendo o Presidente direito a voto de qualidade. Em 2010, o Conselho Fiscal reuniu treze vezes.

II.3. CONSELHO GERAL

O Conselho Geral é composto pelos titulares da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, bem como por vogais eleitos entre os membros da Assembleia Geral, competindo-lhe, designadamente, a orienta-

ção estratégica e, sob proposta do Conselho de Administração, a aprovação das linhas gerais de orientação dos planos plurianuais de acção e suas actualizações.

O Conselho Geral reuniu por seis vezes em 2010: Março, Junho, Julho, Outubro, Novembro e Dezembro.

Os membros do Conselho Geral, à excepção do Conselho de Administração, auferem uma remuneração em senhas de presença pelas reuniões em que participam.

II.4. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

A Comissão de Vencimentos, eleita em Assembleia Geral de 24 de Março de 2010, para o mandato 2010-2012, determina a remuneração dos membros dos órgãos sociais.

Constituem a Comissão os seguintes Associados:

Presidente: Luis Eduardo Silva Barbosa
Vogal: António Francisco Espinho Romão
Vogal: José Joaquim Fragoso
que, em 2010, realizou uma reunião.

Nenhum dos membros da Comissão é membro do órgão de administração, seu cônjuge, parente ou afim em linha recta até ao 3.º grau, inclusive.

Anualmente, avalia as políticas e práticas em matéria de remuneração e elabora um relatório em que explicita os critérios usados para a formação das suas deliberações e que é submetido à apreciação da Assembleia Geral.

A política de remuneração seguida tem sido considerada correcta e adequada aos objectivos estratégicos da Instituição e face à entrada em vigor da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, acrescida das normas de âmbito regulamentar e recomendatório emitidas pela CMVM e o Banco de Portugal, passou a ser obrigatória a publicação anual de uma declaração sobre a política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização que se anexa ao presente Relatório.

II.5. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL

Relativamente ao ano de 2010, a remuneração auferida pelo Conselho de Administração e respectivos membros foi a seguinte:

(euros)

	2009 Valor	2010 Valor	Variação Valor	Variação %
António Tomás Correia – Presidente	524 408,09	447 662,80	-76 745,29	-14,6
José de Almeida Serra	462 885,15	395 537,81	-67 347,34	-14,5
Rui Manuel Silva Gomes do Amaral	468 177,15	400 467,41	-67 709,74	-14,5
Eduardo José da Silva Farinha	462 885,15	395 537,81	-67 347,34	-14,5
Álvaro Cordeiro Dâmaso	–	386 457,42	–	–
TOTAL	**1 918 355,54**	**2 025 663,25**	**–**	**–**

Regista-se que esta remuneração não sofreu aumentos no decorrer do presente exercício e não houve adicionais variáveis.

Em relação ao órgão de fiscalização, foi auferida uma remuneração mensal ilíquida no valor de 5 500,00 euros para o Presidente, e de 5 000,00 euros para cada um dos vogais, para além das senhas de presença.

II.6. ORGANOGRAMA E ÁREAS FUNCIONAIS

O modelo organizativo e a repartição de funções e responsabilidades entre as diferentes unidades orgânicas é da responsabilidade do Conselho de Administração, o qual define o modelo de estrutura organizacional e a repartição de funções entre as diversas unidades orgânicas.

Por sua vez, as unidades orgânicas agrupam órgãos de primeira linha, Departamentos, Gabinetes e Direcções que dependem directamente do Conselho de Administração.

Sempre que se torne necessário são efectuados reajustamentos da estrutura orgânica, com as adaptações e melhoramentos considerados necessários, a fim de dotar a Instituição de uma estrutura organizacional ainda mais flexível e permitir uma melhor conjugação de esforços potenciadores de uma maior eficiência e rentabilidade

II.7. SISTEMA DE CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS

O Conselho de Administração, no exercício das suas funções, aprova e revê anualmente os objectivos e linhas de orientação estratégica para o triénio seguinte e controla, permanentemente, a evolução global da Instituição, os riscos inerentes à actividade e a condução e execução dos vários projectos.

Em capítulo próprio, no Relatório de Gestão, consta uma descrição pormenorizada dos princípios, metodologias e instrumentos adoptados na gestão dos vários riscos. No entanto, descrevem-se, em síntese, as metodologias utilizadas e a identificação dos órgãos responsáveis das funções de auditoria interna, de *compliance* e de gestão de riscos.

Sistema de Controlo Interno

Cabe à Direcção de Auditoria e Inspecção, para além de avaliar o sistema de controlo interno, proceder à análise e avaliação dos procedimentos, de acordo com a legislação em vigor e com as normas e critérios definidos e verificar o correcto cumprimento das normas em vigor.

Com a colaboração e em articulação com os Auditores Externos, a Auditoria Interna coordenou a elaboração dos Relatórios anuais do Controlo Interno em base individual e consolidada remetidos ao Banco de Portugal, e elaborou o Relatório anual de Supervisão e Controlo sobre a Actividade de Intermediação Financeira enviado à CMVM.

A função de Auditoria Interna constitui, assim, parte integrante do sistema de monitorização contínua do controlo interno do MGAM e da CEMG, procedendo à verificação independente da adequação e do cumprimento das políticas definidas e actuando como coadjuvante da gestão de topo.

Sistema de Controlo de Riscos

No que diz respeito à gestão de riscos, a Direcção de Análise e Gestão de Riscos (DAGR) efectua a análise e a gestão de riscos, numa óptica de grupo, incluindo a identificação, avaliação, acompanhamento e controlo dos riscos de crédito, de taxa de juro, de liquidez, cambial, de mercado e operacional.

No âmbito da função de gestão de riscos, a DAGR garante os deveres de reporte às autoridades de supervisão, designadamente nos domínios dos requisitos de fundos próprios, grandes riscos, risco de liquidez, risco de taxa de juro, risco-país, risco de contraparte, *stress testing*, auto-avaliação da adequação de Fundos Próprios e Disciplina de Mercado.

No quadro da gestão global de riscos, cabe ao Gabinete de *Compliance* assegurar a necessária articulação com a Direcção de Análise e Gestão de Riscos, reportando-lhe factos susceptíveis de exposição material, efectuando igualmente a interacção com o Gabinete de Procuradoria do Cliente, no caso das Reclamações e com a Auditoria Interna, em matéria de Controlo Interno.

No que respeita ao risco de *Compliance* cabe ao Gabinete de *Compliance* o seu controlo bem como garantir a execução das políticas aprovadas pelo Conselho de Administração no domínio deste tipo de risco e de prevenção do branqueamento de capitais.

A função de *compliance* é exercida de forma permanente e efectiva, autónoma e independente visando contribuir para que os órgãos de gestão, a estrutura organizativa e todos os colaboradores cumpram integralmente as disposições externas e internas vigentes.

Neste âmbito, em 2010, continuou a garantir a divulgação de informação relevante e da participação em processos específicos de transposição de legislação externa, bem como na revisão dos processos respeitantes aos reportes obrigatórios, junto de autoridades externas.

CAPÍTULO III
INFORMAÇÃO E AUDITORIA

III.1. INFORMAÇÃO

A CEMG foi constituída com a finalidade de colocar à disposição do Montepio Geral – Associação Mutualista (MGAM) os resultados dos seus exercícios, após as deduções estatutariamente previstas, para que este os aplique na satisfação dos seus fins, conforme o estipulado no artigo 4.º dos seus Estatutos.

Ainda nos termos do artigo 7.º dos Estatutos da CEMG, o capital institucional é permanente, não é exigível e não dá origem ao pagamento de juros ou dividendos.

O capital institucional constitui-se quer através da entrega de valores efectuada pelo MGAM para esse fim e que ficam integrados no património da CEMG, quer pela incorporação de reservas da própria CEMG.

Em 31 de Dezembro de 2010, o capital institucional da CEMG era de 800 milhões de Euros, e estava integralmente realizado.

Como foi referenciado no início deste Relatório, todos os documentos de prestação de contas estão disponíveis no sítio da *Internet* na área financeira. Por outro lado, também a informação de natureza institucional relevante encontra-se disponível na área institucional.

Por não sermos uma entidade que recorra ao mercado para constituição do seu capital, não possui o designado Gabinete de Apoio ao Investidor.

III.2. AUDITORIA

A KPMG & Associados – SROC, SA é o Auditor Externo responsável pelos serviços de Auditoria e Revisão Oficial de Contas quer da Associação Mutualista quer da Caixa Económica Montepio Geral.

Durante o ano de 2010, os honorários cobrados pela KPMG & Associados – SROC, SA, em relação aos vários serviços prestados ao Montepio Geral – Associação Mutualista, foram de 21 588,00 euros.

Em relação aos serviços prestados à Caixa Económica Montepio Geral os honorários cifraram-se em 757 815,19 euros. Estes montantes incluem os serviços de Auditoria.

ANEXO

DECLARAÇÃO SOBRE A POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO

A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização do Montepio é mantida em moldes idênticos aos do ano anterior, pelo que se submete à apreciação e deliberação da Assembleia Geral, declaração idêntica à apresentada em 2010, com a correcção do erro material verificado em relação à remuneração dos membros do órgão de fiscalização:

1 – As regras genéricas e fundamentais da política de remuneração são fixadas pela Assembleia Geral e aplicadas às situações concretas por uma Comissão de Vencimentos, eleita nos termos do art. 16.º *b*) dos Estatutos, não havendo recurso nestas matérias a consultores externos.

2 – O desempenho dos órgãos de administração e fiscalização é apreciado pela Assembleia Geral.

3 – O estatuto remuneratório dos membros do órgão de administração é constituído por:

a) Remuneração fixa mensal, paga em dobro nos meses de Janeiro (subsídio de férias) e Novembro (subsídio de Natal), diferenciada, por acréscimo, em relação ao Presidente do Conselho de Administração e equivalente no que respeita aos demais membros;

b) Subsídio anual de montante fixo, pago no mês de Abril, de montante que não excede 11% da remuneração fixa anual;

c) Ajudas de custo, em caso de deslocação, pagas em condições idênticas às que são devidas aos membros do quadro de pessoal;

d) Eventualmente, por uma gratificação especial a atribuir, em condições de distribuição e com critérios idênticos aos aplicados aos Directores de primeira linha;

e) Esta remuneração variável nunca pode exceder 20% da remuneração fixa anual;

f) As remunerações referidas em *a*) e *c*) podem ser revistas anualmente nas mesmas condições em que forem revistas as remunerações do quadro de pessoal;

g) No termo das suas funções têm os membros do órgão de administração direito a receber a remuneração mensal até ao dia do termo das funções, acrescida do que mais for devido, por aplicação analógica do regime em vigor para o contrato de trabalho;

h) No caso de destituição sem justa causa têm os membros do órgão de administração direito a receber as remunerações mensais que lhe fossem devidas até ao termo do exercício das suas funções;

i) Não são devidas remunerações pelo exercício de funções em participadas, quer pagas por estas, quer pela CEMG.

4 – A remuneração dos membros do órgão de fiscalização é constituída por uma remuneração mensal ilíquida, paga 14 vezes, sendo a do Presidente superior às dos restantes membros, para além das senhas de presença. Aplica-se a esta remuneração o disposto na alínea *f*) do número antecedente.

14. Anexos

14.1. CONFORMIDADE DAS RECOMENDAÇÕES DO *FINANCIAL STABILITY FORUM* (FSF) E DO *COMMITEE OF EUROPEAN BANKING SUPERVISERS* (CEBS), REFERENTE À TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO E À VALORIZAÇÃO DE ACTIVOS (CARTA CIRCULAR N.º 58/2009/DSB, DO BANCO DE PORTUGAL)

A Carta Circular n.º 58/2009/DSB do Banco de Portugal estabelece a necessidade das instituições continuarem a dar adequado cumprimento às recomendações do FSF e do CEBS, referentes à transparência da informação e à valorização de activos, tendo em conta o princípio da proporcionalidade.

Algumas das recomendações já estarão abordadas ao longo deste Relatório e Contas ou nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, pelo que, quando tal suceder, far-se-á remissão para tais documentos.

I. MODELO DE NEGÓCIO

1. Descrição do modelo de negócio

Nos pontos 4.3 e 7.1 deste Relatório e Contas (RC), apresenta-se a descrição e respectiva evolução das actividades e negócios.

2. Descrição das estratégias e objectivos

No ponto 4.3 do RC apresenta-se a Missão, a Visão, os Valores e as Prioridades Estratégicas para o Grupo Montepio seguidas em 2010 e definidas a médio prazo, bem como o papel de cada Empresa do Grupo para concretizar, designadamente pela Caixa Económica. Inclui ainda a explicitação exaustiva das Linhas de Orientação Estratégicas 2011-2013 para a Associação Mutualista e para a Caixa Económica, com vista à concretização da visão estratégica.

3., 4. e 5. Actividades desenvolvidas e contribuição para o negócio

Nos pontos 7.1 e 7.3 do RC é feita a descrição do desenvolvimento das actividades e a sua contribuição para o negócio. Também nas Notas às Demonstrações Financeiras referente ao Reporte por Segmentos, é apresentado o contributo de cada actividade.

II. RISCOS E GESTÃO DE RISCOS

6. e 7. Descrição e natureza dos riscos e práticas de gestão

Nos pontos 4.6 e 7.2 do RC e nas Notas às Demonstrações Financeiras apresenta-se a descrição e a quantificação dos diversos riscos incorridos, bem como das práticas de acompanhamento, de recuperação e de controlo adoptadas para a minimização dos mesmos.

III. IMPACTO DO PERÍODO DE TURBULÊNCIA FINANCEIRA NOS RESULTADOS

8., 9., 10. e 11. Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados, com ênfase nas perdas e impacto dos *write-downs* e decomposição dos *write-downs*

Nos pontos 7.2 e 7.3 do RC é abordada a questão das imparidades relacionadas com a evolução dos mercados financeiros.

Também no ponto 7.2 e, no âmbito da análise dos Resultados e das Provisões e Imparidades, dá-se nota do valor da imparidade da carteira de títulos.

Nas Notas às Demonstrações Financeiras também se faz referência ao impacto das imparidades.

12. e 13. Decomposição dos *write-downs* entre montantes realizados e não realizados e impacto na cotação das acções da entidade.

Não aplicável.

14. Divulgação do risco de perda máxima associada ao prolongamento da turbulência financeira.

No ponto 7.2 do RC («Risco de Taxa de Juro» e «Testes de Esforço») estão referenciadas de forma global estas questões.

15. Divulgação do impacto que a evolução dos *spreads* associados às responsabilidades da própria instituição teve em resultados.

Nas Notas às Demonstrações Financeiras é apresentada informação que se considera suficiente, tendo em conta o âmbito pretendido.

IV. NÍVEIS E TIPOS DAS EXPOSIÇÕES PELO PERÍODO DE TURBULÊNCIA

16. Valor nominal (ou custo amortizado) e justo valor das exposições «vivas».

Nas Notas às Demonstrações Financeiras apresentam-se os valores desdobrados por nocional, balanço e justo valor.

17. Informação sobre mitigantes de risco de crédito (e.g. através de *credit default swaps*) e o respectivo valor das exposições existentes.

Nas Notas às Demonstrações Financeiras é apresentada a informação sobre os mitigantes de riscos de crédito referentes aos activos e passivos ao justo valor através de resultados.

18. Divulgação detalhada sobre as exposições.

Considera-se que a informação constante dos pontos 7.2 e 7.3 do RC e das Notas às Demonstrações Financeiras responde a esta questão.

19. Movimentos ocorridos nas exposições entre períodos relevantes de reporte e as razões subjacentes a essas variações (vendas, compras, *write-downs*, etc.).

A informação constante das Notas às Demonstrações Financeiras contempla a resposta a este assunto.

20. Explicações acerca das exposições (incluindo «veículos» e, neste caso, as respectivas actividades) que não tenham sido consolidadas (ou que não tenham sido reconhecidas durante a crise) e as razões associadas.

No ponto 7.3 do RC e nas Notas às Demonstrações Financeiras, o ponto referente a «Securitização de activos» apresenta uma descrição detalhada sobre as diversas operações de titularização realizadas e os respectivos «veículos», ou seja, *Special Purpose Vehicle* (SPV).

21. Exposição a seguradoras de tipo «monoline» e qualidade dos activos segurados.

Não aplicável.

V. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E MÉTODOS DE VALORIZAÇÃO

22., 23., 24. e 25. Classificação das transacções e dos produtos estruturados para efeitos contabilísticos, consolidação dos *Special Purpose Vehicle* (SPV), divulgação detalhada do justo valor dos instrumentos financeiros e descrição das técnicas de modelização utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros.

As Notas às Demonstrações Financeiras contemplam informação detalhada sobre estas questões.

VI. OUTROS ASPECTOS RELEVANTES NA DIVULGAÇÃO

26. Descrição das políticas de divulgação e dos princípios que são utilizados no reporte das divulgações e do reporte financeiro.

Um dos objectivos do sistema de controlo interno do Montepio é o de assegurar o cumprimento das normas prudenciais em vigor, a fiabilidade de informação e os prazos de reporte para as diversas entidades externas.

O Montepio tem vindo a seguir a prática de concentrar a responsabilidade de reporte de informação para Entidades Externas nos Órgãos especializados nas respectivas matérias, tendo em conta as suas funções e actividades e recorrendo para o efeito, sempre que possível, a ferramentas de suporte tecnologicamente evoluídas, a fim de minimizar os erros e omissões e garantir níveis elevados de fiabilidade e tempestividade da informação.

14.2. RELATÓRIO ACTUARIAL DAS MODALIDADES ASSOCIATIVAS

14.2.1. ENQUADRAMENTO

O presente Relatório abrange as modalidades individuais actuariais do Montepio Geral – Associação Mutualista (AM) com reservas matemáticas e as rendas vitalícias, para as quais também são constituídas reservas matemáticas.

As reservas matemáticas de cada modalidade associativa e das rendas vitalícias são calculadas com as bases técnicas actuariais (tábua de mortalidade e taxa técnica de juro) aprovadas pela Tutela[1]. As reservas matemáticas calculadas desta forma, adiante denominadas de Reservas Matemáticas Estatutárias, são as únicas que a AM tem obrigatoriedade de constituir.

Em 31 de Dezembro de 2010, o total de Reservas Matemáticas Estatutárias era de 400,0 milhões de euros, tendo registado um aumento de 24,2 milhões de euros durante o ano de 2010.

Contudo, algumas modalidades e rendas vitalícias, pela natureza do seu benefício, que assume maioritariamente a forma de prestação vitalícia, poderão estar sujeitas a uma sub-avaliação das suas responsabilidades, por desactualização das bases técnicas.

Neste contexto, é anualmente efectuado um teste à adequação das Reservas Matemáticas Estatutárias, que consiste em recalculá-las utilizando uma taxa técnica de juro e tábuas de mortalidade mais adequadas à realidade actual. Realizado desde 2005, este teste permite avaliar a suficiência das reservas matemáticas constituídas e a eventual necessidade de as reforçar, através da constituição de uma provisão adicional às Reservas Matemáticas Estatutárias. Este valor de provisão adicional constituído no final de cada ano é adiante denominado de Reservas Matemáticas Actuariais.

Na sequência do teste à adequação das responsabilidades a AM constituiu um reforço de reservas matemáticas no montante de 1,6 milhões de euros e libertou 4,9 milhões de euros da provisão adicional constituída, situando-se o valor das Reservas Matemáticas Actuariais em 31 de Dezembro de 2010 nos 64,5 milhões de euros.

O total de reservas matemáticas (Estatutárias e Actuariais) atingiu em 31 de Dezembro de 2010 os 464,5 milhões de euros, ou seja, mais 20,9 milhões de euros do que em período homólogo de 2009.

14.2.2. EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE

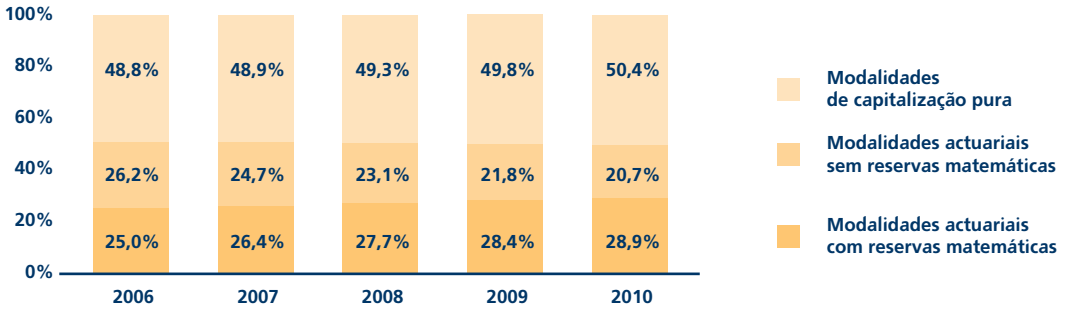
Análise Global

Em 31 de Dezembro de 2010, o número de subscrições nas modalidades associativas da AM era de 806 199, o que representa um crescimento de 4,6% relativamente a 31 de Dezembro de 2009. Neste número estão incluídas 7 146 subscrições em coberturas adicionais.

No gráfico seguinte pode-se observar a evolução das subscrições nas modalidades associativas nos últimos cinco anos, agrupando as modalidades em três categorias:

- Modalidades de capitalização pura[2];
- Modalidades actuariais sem reservas matemáticas[3];
- Modalidades actuariais com reservas matemáticas[4].

SUBSCRIÇÕES POR MODALIDADE



1 Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social – Direcção Geral da Segurança Social.
2 Capitais de Reforma, Capitais de Reforma por Prazo Certo e Poupança Reforma.
3 Garantia de Pagamento de Encargos, Garantia de Pagamento de Encargos I e Garantia de Pagamento de Encargos II.
4 Não se inclui nesta análise gráfica as Rendas Vitalícias por não serem uma modalidade associativa.

O peso das modalidades actuariais com reservas matemáticas no total de subscrições tem vindo a crescer desde 2006, representando actualmente 28,9% do total de subscrições (28,4% em 2009). Igual comportamento observa-se nas modalidades de capitalização pura, as quais representam 50,4% das subscrições totais (49,8% em 2009).

Modalidades Actuariais sem Reservas Matemáticas

As modalidades actuariais sem reservas matemáticas (Garantia de Pagamento de Encargos, Garantia de Pagamento de Encargos I e Garantia de Pagamento de Encargos II) têm vindo, nos últimos anos, a perder peso no total de subscrições (20,7% em 2010 face a 26,2% em 2006). Este comportamento poderá ser explicado pelo seguinte:

- Garantia de Pagamento de Encargos – Encontra-se encerrada a novas subscrições, tendo sido substituída, em 1 de Julho de 2007, pela modalidade Garantia de Pagamento de Encargos I, cujo volume de subscrições está essencialmente relacionado com o volume de Crédito à Habitação contratado.
- Garantia de Pagamento de Encargos II – Foi criada aquando das últimas alterações ao Regulamento de Benefícios e entrou em vigor em 1 de Julho de 2007. Passados mais de três anos sobre o lançamento desta modalidade, verifica-se um muito baixo nível de subscrições. Com efeito, entre Julho de 2007 e Dezembro de 2010, efectuaram-se apenas 192 subscrições, num total de 298[5] subscritores.

Nestas modalidades, e uma vez que não possuem reservas matemáticas, importa analisar o montante global de quotas pagas pelos subscritores durante o ano e os pagamentos efectuados pela AM nesse mesmo ano.

MODALIDADES ACTUARIAIS SEM RESERVAS MATEMÁTICAS – ANO 2010

(euros)

Modalidades	Quotizações recebidas pela AM	Capitais pagos pela AM	Saldo
Garantia de Pagamento de Encargos	17 072 371,14	6 289 596,17	10 782 774,97
Garantia de Pagamento de Encargos I	4 022 998,32	751 974,83	3 271 023,49
Garantia de Pagamento de Encargos II	8 131,08	0,00	8 131,08
Total	**21 103 500,54**	**7 041 571,00**	**14 061 929,54**

Em 2010, o valor das quotas pagas pelos subscritores destas modalidades foi largamente superior aos capitais pagos pela AM em caso de morte ou invalidez.

Modalidades Actuariais com Reservas Matemáticas

A modalidade actuarial com maior aceitação e procura pelos associados, quer em número de subscrições, quer em capital subscrito, foi, à semelhança dos anos anteriores, a modalidade Capitais de Previdência Diferidos com Opção (3%), com, respectivamente, 90,2% e 85,1% do total.

MODALIDADES ACTUARIAIS MAIS SUBSCRITAS

Número de Subscrições		Capitais Subscritos	
Modalidade	%	Modalidade	%
Capitais Previdência Diferidos com Opção– 3%	90,2	Capitais Previdência Diferidos com Opção – 3%	85,1
Capitais para Jovens – 3%	8,9	Capitais para Jovens – 3%	12,5
Pensões de Reforma – 3%	0,4	Capitais de Previdência – 3%	2,2

Em termos acumulados, o número de subscrições, valores subscritos e quotização anual atingiram em 31 de Dezembro de 2010, os montantes expressos na tabela infra, destacando-se, pela sua importância, os Capitais de Previdência Diferidos com Opção (3%), com 81 422 subscrições e mais de 18 milhões de euros de quotização anual.

[5] Das 192 subscrições, 106 são sobre duas vidas.

SUBSCRIÇÕES

(euros)

Modalidades de Subscrição Aberta	N.º Subscrições	Subscrição		Quotização anual	
		Total	Média	Total	Média
Capitais de Previdência – 3%	1 004	6 410 082,85	6 384,54	252 514,11	251,51
Pensões de Reforma – 3%	940	496 583,29	528,28	560 782,80	596,58
Restituição de Quotas – 3%	844	1 081 600,28	1 281,52	74 009,54	87,69
Cap. Previdência Diferidos com Opção – 3%	81 422	172 842 168,70	2 122,79	18 035 420,23	221,51
Capitais para Jovens – 3%	7 653	25 152 516,00	3 286,62	3 059 502,51	399,78
Capitais Temporários por Invalidez – 3%	92	211 193,80	2 295,58	2 191,37	23,82
TOTAL	91 955	206 194 144,92	2 242,34	21 984 420,56	239,08

(euros)

Modalidades de Subscrição Fechada	N.º Subscrições	Subscrição		Quotização anual	
		Total	Média	Total	Média
Capitais de Previdência	7 624	22 216 910,01	2 914,08	678 059,85	88,94
Subsídio por Morte	1 532	1 332 737,15	869,93	20 247,69	13,22
Pensões de Reforma – 6%	1 526	2 345 640,48	1 537,12	1 325 492,27	868,61
Pensões de Reforma – 4%	2 061	1 605 059,50	778,78	1 529 086,76	741,91
Pensões de Reforma – 4% TV 88/90	2 121	1 154 798,49	544,46	1 519 539,98	716,43
Restituição de Quotas – 6%	1 582	16 633 609,71	10 514,29	88 075,63	55,67
Restituição de Quotas – 4%	4 180	26 907 191,04	6 437,13	293 434,41	70,20
Adicional de Invalidez – 6%	116	672 051,88	5 793,55	7 046,02	60,74
Adicional de Invalidez – 4%	114	110 382,70	968,27	2 482,43	21,78
Capitais de Previdência Diferidos com Opção	107 150	394 846 420,78	3 684,99	27 504 802,45	256,69
Capitais de Previdência a Prazo	177	1 947 176,92	11 001,00	55 782,85	315,16
Capitais para Jovens	9 575	44 753 296,71	4 673,97	2 602 749,52	271,83
Pensões para Deficientes	24	56 484,37	2 353,52	24 816,56	1 034,02
Capitais Temporários por Invalidez	187	1 426 944,01	7 630,72	8 428,41	45,07
Rendas de Sobrevivência	33	73 266,24	2 220,19	180 476,3	5 468,98
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional	32	151 266,31	4 727,07	10 815,03	337,97
Capitais para Estudos	1 230	588 377,45	478,36	458 038,73	372,39
Pensões de Sobrevivência e Dotes	1 944	33 122,65	17,04	8 915,71	4,59
Capitais Previdência Favor Pessoas Certas	6	7 369,47	1 228,25	173,64	28,94
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	4	95,78	23,95	35,40	8,85
Subsídio de Funeral e Luto (L. Nacional)	58	5 314,08	91,62	0,00	0,00
TOTAL	141 276	516 867 515,73	3 658,57	36 318 499,65	257,07

No que respeita aos benefícios em curso (pensões), existiam em 31 de Dezembro de 2010, cerca de 6 799 pensões[6] em pagamento a que corresponde um encargo médio anual por pensão de 1 275,99 euros.

6 Note-se que uma pensão só envolve mais de um pensionista se for com reversão, considerando-se pensões diferentes as legadas por um mesmo subscritor a pensionistas diferentes.

PENSÕES

(euros)

Modalidades	N.º de Pensões	Encargo anual [a]		Encargo Médio por Pensão	Relação entre Subv. + Melh. e Pensões
		Pensões	Subvenções e Melhorias [b]		
Capitais de Previdência	1 308	145 849,80	512 021,64	502,96	3,51
Pensões de Reforma – 6%	1 627	2 597 947,20	1 898 968,68	2 763,93	0,73
Pensões de Reforma – 4%	458	475 282,56	50 044,92	1 147,00	0,11
Pensões de Reforma – 4% TV 88/90	68	41 623,44	62,52	613,03	0,00
Capitais para Jovens	242	393 290,64	146 272,44	2 229,60	0,37
Pensões para Deficientes	1	1 267,08	23,52	1 290,60	0,02
Rendas de Sobrevivência	3	9 401,04	599,28	3 333,44	0,06
Capitais para Estudos	343	140 763,81	28 218,44	492,66	0,20
Pensões de Capitais de Reforma – 6%	2	1 734,84	873,60	1 304,22	0,50
Pensões de Capitais de Reforma – 4%	170	375 501,36	48 930,36	2 496,66	0,13
Pensões de Capitais de Reforma – 3%	130	270 022,80	4 193,40	2 109,36	0,02
Pensões de Poupança Reforma – 3%	2	1 785,72	0,00	892,86	0,00
Pensões de Sobrevivência e Dotes	2 404	36 860,88	1 485 732,48	633,36	40,31
Rend. Vital. Favor Pessoas Certas	41	719,40	7 481,03	200,01	10,40
TOTAL	6 799	4 492 050,57	4 183 422,31	1 275,99	0,93

(a) O valor da pensão da modalidade Capitais para Estudos refere-se a uma semestralidade.
(b) Inclui os Subsídios de 1919 e Complementar.

Rendas Vitalícias

Em 31 de Dezembro de 2010, existiam 762 rendas e 436 rendistas. Estes valores incluem quatro rendas vitalícias diferidas (e os respectivos rendistas), cujo pagamento ainda não se iniciou, bem como uma renda vitalícia imediata constituída no mês de Dezembro cujo pagamento tem início em Janeiro de 2011.

O montante de capitais recebidos para constituição de rendas vitalícias, em 2010, totalizou 1 228 869,78 euros, registando um aumento de 58,1% em relação aos 777 431,46 euros observados em 2009.

RENDAS VITALÍCIAS

(euros)

Rendas Vitalícias	Número		Valor anual (a)	
	Rendas	Rendistas	Total	Médio (por renda)
Rendas Vitalícias - 6%	136	67	244 502,99	1 797,82
Rendas Vitalícias - 4%	508	306	2 129 957,99	4 192,83
Rendas Vitalícias - 3%	118	63	262 904,14	2 228,00
TOTAL	762	436	2 637 365,12	3 461,11

14.2.3. RESERVAS MATEMÁTICAS

As reservas matemáticas das modalidades actuariais da AM são calculadas, mensalmente, com as bases técnicas (tábua de mortalidade e taxa técnica de juro) registadas na Tutela.

Contudo, alguns produtos da AM, pela natureza do seu benefício, que assume maioritariamente a forma de prestação vitalícia, poderão estar sujeitos a uma sub-avaliação das suas responsabilidades por desactualização das bases técnicas (tábua de mortalidade e/ou taxa técnica de juro).

Neste contexto, e por questões prudenciais, é anualmente efectuado um teste à adequação das reservas matemáticas destes produtos.

O teste de adequação das responsabilidades incide sobre os produtos da AM que se encontram encerrados a novas subscrições[7] e consiste em recalcular as reservas matemáticas de cada modalidade e das rendas vitalícias utilizando taxas técnicas de juro e tábuas de mortalidade diferentes das que estão em vigor em cada modalidade e mais adequadas à realidade actual.

Este teste, realizado desde o ano de 2005, permite avaliar a suficiência das reservas matemáticas constituídas e a eventual necessidade de as reforçar, através da constituição de uma provisão adicional.

Com efeito, a partir de 2005, a AM passou a reflectir no seu Balanço dois tipos de reservas matemáticas:

i) Reservas Matemáticas Estatutárias – Calculadas de acordo com as bases técnicas aprovadas oficialmente pela Tutela;

ii) Reservas Matemáticas Actuariais · Correspondem a um reforço às Reservas Matemáticas Estatutárias, resultante do teste de adequação realizado anualmente.

Do ponto de vista metodológico, o teste de adequação das responsabilidades é efectuado, para cada modalidade ou renda vitalícia, da seguinte forma:

iii) Calculam-se as reservas matemáticas com as bases técnicas aprovadas pela Tutela (Reservas Matemáticas Estatutárias);

iv) Calculam-se as reservas matemáticas de acordo com pressupostos actuariais mais adequados à realidade actual;

v) Sempre que o valor das reservas matemáticas referidas no ponto anterior é superior ao valor das Reservas Matemáticas Estatutárias considera-se que estas são insuficientes, comparando-se, de seguida, o valor da insuficiência apurada com as Reservas Matemáticas Actuariais constituídas no ano anterior (caso existam):

   i) Se o valor da insuficiência for inferior ao observado no ano anterior, procede-se à libertação de Reservas Matemáticas Actuariais pela diferença;

   ii) Se o valor da insuficiência for superior ao observado no ano anterior, é efectuado um reforço de Reservas Matemáticas Actuariais pela diferença.

vi) Caso a modalidade ou renda vitalícia não tenha ainda Reservas Matemáticas Actuariais, estas são constituídas pelo valor total da insuficiência apurada.

Os reforços anuais das reservas matemáticas são realizados pelo recurso (sempre que possível) aos Excedentes Técnicos das próprias modalidades mas, também, quando estes não são suficientes, pela utilização de valores do Fundo de Reserva Geral.

No caso de haver libertação de parte das Reservas Matemáticas Actuariais constituídas, e caso haja dívida por regularizar ao Fundo de Reserva Geral, esta deve ser ressarcida.

No final do ano 2009, algumas modalidades e rendas vitalícias apresentavam ainda uma dívida por regularizar ao Fundo de Reserva Geral.

DÍVIDA À RESERVA GERAL POR MODALIDADE (31/12/2009)

(euros)

Modalidades/Rendas Vitalícias	Benefícios em Formação (subscrições)	Benefícios em Pagamento (pensões/rendas)	Dívida Acumulada à Reserva Geral
Pensões de Reforma – 6%	Sim	Sim	20 032 930,21
Pensões de Reforma – 4%	Sim	Sim	1 662 658,68
Pensões de Reforma – 4% TV88/90	Sim	Sim	1 694 252,34
Pensões de Capitais de Reforma – 6%	Não	Sim	3 003,48
Pensões de Capitais de Reforma – 4%	Não	Sim	1 599 451,24
Rendas Vitalícias – 6%	Não	Sim	1 101 708,36
Rendas Vitalícias – 4%	Não	Sim	5 993 635,26
Total			**32 087 639,57**

[7] As modalidades de subscrição aberta não são sujeitas ao teste de adequação uma vez que apresentam bases técnicas ajustadas à realidade actual.

Refira-se que o equilíbrio financeiro destas modalidades, pela natureza do seu benefício, apresenta-se correlacionado com a duração da vida dos seus beneficiários.

Daqui resulta que o maior risco de desequilíbrio financeiro, de entre as modalidades/rendas vitalícias com dívida à Reserva Geral, se encontra nas que apresentam ainda benefícios em formação, ou seja, nas Pensões de Reforma (6%, 4% e 4% TV88/90).

Neste contexto, e tendo em consideração:

- Não ser expectável ressarcir a Reserva Geral dos valores actualmente em dívida;
- Na data da passagem das Pensões de Reforma, actualmente na fase de formação (subscrição), para a fase de pagamento (pensão), ser necessário proceder ao reforço das reservas matemáticas por recurso à Reserva Geral;
- Que juridicamente se impõe uma correcção da situação existente[8],

o Conselho de Administração da AM entendeu recomendável a adopção de uma abordagem de correcção gradativa que, sem prejuízo de acompanhamento futuro, facilitará que se assegure a solvabilidade a longo prazo da AM.

Tendo em conta o que antecede, o Conselho de Administração deliberou a suspensão imediata de todas as entregas futuras de quotas a realizar no âmbito dos benefícios em formação nas modalidades Pensões de Reforma com taxas técnicas de 6% e 4%. Ou seja:

- Os Subscritores destas modalidades com benefícios em formação e com pagamento de quotas por realizar não poderão efectuar mais pagamentos de quotas nestas modalidades, sendo os respectivos benefícios recalculados tendo em consideração o período de pagamento de quotas já efectuado e mantendo as bases técnicas das modalidades.
- Continuam inalterados quer os benefícios já formados (por via das quotas que já foram pagas - mensalmente ou por liberação) que ainda não entraram em pagamento, quer os benefícios que actualmente já se encontram em pagamento.

A deliberação tomada pelo Conselho de Administração, já com parecer favorável do Conselho Geral, será sujeita a análise e eventual ratificação da Assembleia Geral, a quem cabe a decisão final.

Reservas Matemáticas Estatutárias

Em 31 de Dezembro de 2010, o total das Reservas Matemáticas Estatutárias era de 399 992 890,62 euros, tendo aumentado 6,4% em relação ao ano anterior.

As Reservas Matemáticas Estatutárias encontram-se divididas em:

- Reservas matemáticas das Subscrições;
- Reservas matemáticas das Melhorias e Subvenções;
- Reservas matemáticas dos Subsídios de 1919 e Complementar.

RESERVAS MATEMÁTICAS ESTATUTÁRIAS A 31/12/2010

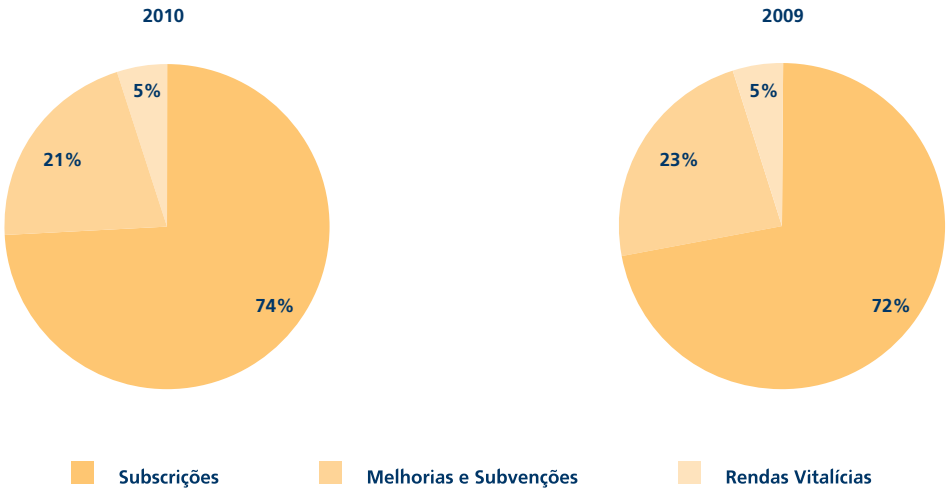
(euros)

Benefícios	Subscrições	Melhorias e Subvenções	Subsídios de 1919 e Complementar
Formação	258 817 484,41	54 327 249,86	
Curso	38 802 815,43	29 177 837,54	19 778,35
Rendas Vitalícias	18 847 725,03		
TOTAL	316 468 024,87	83 505 087,40	19 778,35

Os próximos dois gráficos ilustram a composição das Reservas Matemáticas Estatutárias e a sua evolução nos últimos cinco anos. Em ambos, dado o seu valor reduzido, as reservas matemáticas dos Subsídios de 1919 e Complementar foram incluídas nas das Melhorias e Subvenções.

[8] De acordo com o Código das Associações Mutualistas:
- É obrigatória a alteração do regulamento de benefícios com vista a restabelecer o necessário equilíbrio técnico-financeiro sempre que se verifique a impossibilidade de concessão, actual ou futura, dos benefícios nele estabelecidos (*Artigo 20.º do Código das Associações Mutualistas*).
- Cada modalidade de benefícios deve bastar-se financeiramente a si própria pela integral cobertura das respectivas despesas através de receitas próprias (*Artigo 34.º do Código das Associações Mutualistas*).

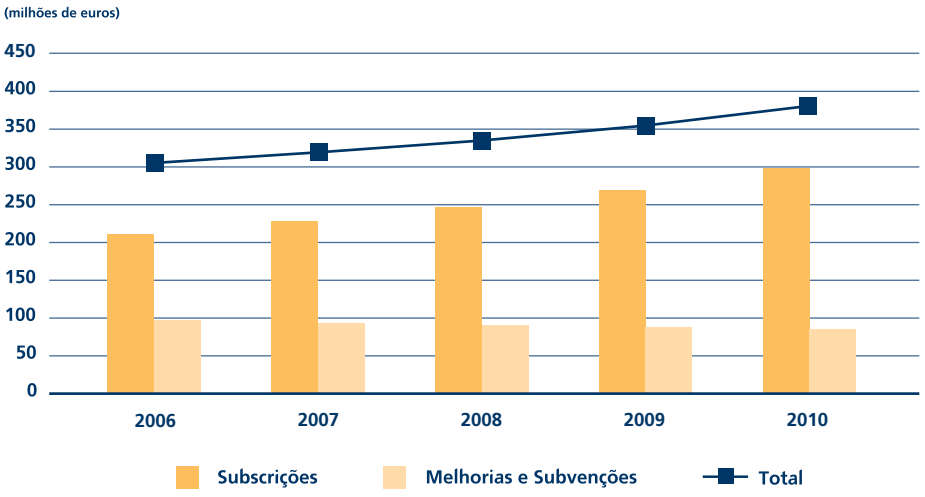
RESERVAS MATEMÁTICAS ESTATUTÁRIAS – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL



Comparando com 2009, o peso das reservas matemáticas das Subscrições aumentou 2%, enquanto o das Melhorias diminuiu 2%, mantendo-se inalterado o das Rendas Vitalícias.

Refira-se que nos últimos cinco anos, o total das reservas matemáticas cresceu 25%, tendo a componente referente às Melhorias e Subvenções registado mais uma vez uma ligeira descida, mantendo a tendência dos últimos anos.

RESERVAS MATEMÁTICAS ESTATUTÁRIAS – EVOLUÇÃO ANUAL



Nas tabelas seguintes estão expressos os valores das reservas matemáticas das Subscrições, das Melhorias e Subvenções e dos Subsídios de 1919 e Complementar à data de 31 de Dezembro de 2010, discriminadas por modalidade, bem como a sua variação relativamente a 31 de Dezembro de 2009.

RESERVAS MATEMÁTICAS DAS SUBSCRIÇÕES

(euros)

Benefíciose em Formação	N.º de Subscrições	Capitais e pensões anuais subscritos	Reservas matemáticas	
			Parciais	Totais
Capitais de Previdência – 3%	1 004	6 410 082,85	336 182,60	
Pensões de Reforma – 3%	940	496 583,29	1 129 642,26	
Restituição de Quotas – 3%	844	1 081 600,28	145 745,87	
Cap. Previdência Diferidos com Opção – 3%	81 422	172 842 168,70 33	720 921,37	
Capitais para Jovens – 3%	7 653	25 152 516,00	6 698 943,44	
Capitais Temporários por Invalidez – 3%	92	211 193,80	2 312,98	
Capitais de Previdência	7 624	22 216 910,01	10 384 249,78	
Subsídio por Morte	1 532	1 332 737,15	896 938,07	
Pensões de Reforma – 6%	1 526	2 345 640,48	24 126 172,72	
Pensões de Reforma – 4%	2 061	1 605 059,50	17 254 441,74	
Pensões de Reforma – 4% TV 88/90	2 121	1 154 798,49	14 876 153,91	
Restituição de Quotas – 6%	1 582	16 633 609,71	892 088,82	
Restituição de Quotas – 4%	4 180	26 907 191,04	2 427 769,80	
Adicional de Invalidez – 6%	116	672 051,88	59 269,40	
Adicional de Invalidez – 4%	114	110 382,70	14 703,21	
Capitais de Previdência Diferidos com Opção	107 150	394 846 420,78	108 735 945,50	
Capitais de Previdência a Prazo	177	1 947 176,92	1 287 835,23	
Capitais para Jovens	9 575	44 753 296,71	30 047 953,92	
Pensões para Deficientes	24	56 484,37	358 794,40	
Capitais Temporários por Invalidez	187	1 426 944,01	25 228,91	
Rendas de Sobrevivência	33	73 266,24	534 771,77	
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional	32	151 266,31	49 419,44	
Capitais para Estudos	1 230	588 377,45	4 457 021,39	
Pensões de Sobrevivência e Dotes	1 944	33 122,65	345 607,61	
Capitais Previdência Favor Pessoas Certas	6	7 369,47	3 672,63	
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	4	95,78	695,02	
Subsídio de Funeral e Luto (L. Nacional)	58	5 314,08	5 002,62	**258 817 484,41**

Benefícios em Curso	N.º Pensões	Importância anual a pagamento	Reservas matemáticas	
			Parciais	Totais
Capitais de Previdência	1 308	145 849,80	1 196 488,88	
Pensões de Reforma – 6%	1 627	2 597 947,20	22 537 483,42	
Pensões de Reforma – 4%	458	475 282,56	5 001 239,58	
Pensões de Reforma – 4% TV88/90	68	41 623,44	558 397,99	
Capitais para Jovens	242	393 290,64	931 317,73	
Pensões para Deficientes	1	1 267,08	21 531,61	
Rendas de Sobrevivência	3	9 401,04	165 440,09	
Capitais para Estudos	343	140 763,81	1 010 247,95	
Pensões de Capitais de Reforma – 6%	2	1 734,84	9 271,09	
Pensões de Capitais de Reforma – 4%	170	375 501,36	3 181 789,31	
Pensões de Capitais de Reforma – 3%	130	270 022,80	3 922 722,16	
Pensões de Poupança de Reforma – 3%	2	1 785,72	26 036,07	
Pensões de Sobrevivência e Dotes	2 404	36 860,88	236 292,94	
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	41	719,40	4 556,61	**38 802 815,43**

Rendas Vitalícias	N.º Rendas	Valor anual	Reservas matemáticas	
			Parciais	Totais
Rendas Vitalícias – 6%	136	244 502,99	974 534,55	
Rendas Vitalícias – 4%	508	2 129 957,99	13 514 680,02	
Rendas Vitalícias – 3%	118	262 904,14	4 358 510,46	**18 847 725,03**
Total				**316 468 024,87**

RESERVAS MATEMÁTICAS DAS MELHORIAS E SUBVENÇÕES

(euros)

Benefícios em Formação	N.º de Subscrições	Melhorias e Subvenções	Reservas matemáticas	
			Parciais	Totais
Capitais de Previdência – 3%	11	290,66	157,43	
Pensões de Reforma – 3%	155	445,69	4 936,80	
Cap. Previdência Diferidos com Opção – 3%	41 218	167 716,07	139 731,80	
Capitais para Jovens – 3%	1 884	32 236,89	24 140,12	
Capitais emporários por Invalidez – 3%	66	120,64	6,18	
Capitais de Previdência	7 624	36 907 138,72	21 365 877,44	
Subsídio por Morte	1 527	1 065 867,09	748 552,55	
Pensões de Reforma – 6%	1 526	1 331 580,27	9 306 016,46	
Pensões de Reforma – 4%	2 061	104 076,62	836 863,46	
Pensões de Reforma – 4% TV 88/90	162	759,97	8 112,95	
Adicional de Invalidez – 6%	116	241 101,39	17 409,93	
Adicional de Invalidez – 4%	112	3 427,71	364,57	
Capitais de Previdência Diferidos com Opção	100 449	17 256 322,32	6 625 283,32	
Capitais de Previdência a Prazo	177	189 449,32	155 923,59	
Capitais para Jovens	9 571	4 162 428,08	3 626 321,37	
Pensões para Deficientes	24	14 426,02	115 795,36	
Capitais Temporários de Invalidez	186	195 434,83	6 686,64	
Rendas de Sobrevivência	33	6 271,95	62 499,06	
Capitais Diferidos Cobertura Adicional	32	5 854,88	2 733,01	
Capitais para Estudos	1 230	40 332,44	375 829,48	
Pensões de Sobrevivência e Dotes	1 944	933 018,85	10 869 938,58	
Capitais Previdência Favor Pessoas Certas	6	22 778,92	14 255,23	
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	4	932,35	7 590,52	
Subsídio de Funeral e Luto (L. Nacional)	58	12 985,17	12 224,01	**54 327 249,86**

Benefícios em Curso	N.º Pensões	Importância anual a pagamento	Reservas matemáticas	
			Parciais	Totais
Capitais de Previdência	1 308	511 552,92	3 506 240,42	
Pensões de Reforma – 6%	1 627	1 898 968,68	15 181 238,22	
Pensões de Reforma – 4%	458	50 044,92	497 749,93	
Pensões de Reforma – 4% TV 88/90	24	62,52	892,77	
Capitais para Jovens	242	146 272,44	321 673,27	
Pensões para Deficientes	1	23,52	399,67	
Rendas de Sobrevivência	3	599,28	10 460,17	
Capitais para Estudos	343	28 218,44	165 277,02	
Pensões de Capitais de Reforma – 6%	2	873,60	4 669,55	
Pensões de Capitais de Reforma – 4%	146	48 930,36	360 781,96	
Pensões de Capitais de Reforma – 3%	103	4 193,40	62 398,97	
Pensões de Sobrevivência e Dotes	2 404	1 481 889,72	9 019 255,24	
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	41	7 481,03	46 800,35	**29 177 837,54**
Total				**83 505 087,40**

RESERVAS MATEMÁTICAS DOS SUBSÍDIOS DE 1919 E COMPLEMENTAR

(euros)

Benefícios em Curso	N.º Pensões	Importância anual a pagamento	Reservas matemáticas	
			Parciais	Totais
Capitais de Previdência	32	468,72	4 559,74	
Pensões de Sobrevivência e Dotes	338	3 842,76	15 218,61	**19 778,35**
Total				**19 778,35**

Em 31 de Dezembro de 2010, o valor das reservas matemáticas das Subscrições era de 316 468 024,87 euros, tendo-se registado um aumento de 26 829 479,25 euros em relação a 2009 (+ 9,3%).

VARIAÇÃO DAS RESERVAS MATEMÁTICAS DAS SUBSCRIÇÕES

(euros)

	31/12/2010	31/12/2009	Variação anual
Benefícios em formação	258 817 484,41	235 723 397,84	23 094 086,57
Benefícios em curso	38 802 815,43	34 642 879,40	4 159 936,03
Rendas Vitalícias	8 847 725,03	19 272 268,38	-424 543,35
Total	**316 468 024,87**	**289 638 545,62**	**26 829 479,25**

Por outro lado, as reservas matemáticas das Melhorias e Subvenções registaram uma diminuição de 2 675 044,98 euros, situando-se em 31 de Dezembro de 2010 nos 83 505 087,40 euros (- 3,1%).

VARIAÇÃO DAS RESERVAS MATEMÁTICAS DAS MELHORIAS E SUBVENÇÕES

(euros)

	31/12/2010	31/12/2009	Variação anual
Benefícios em formação	54 327 249,86	57 200 001,16	-2 872 751,30
Benefícios em curso	29 177 837,54	28 980 131,22	197 706,32
Total	**83 505 087,40**	**86 180 132,38**	**-2 675 044,98**

As reservas matemáticas dos Subsídios de 1919 e Complementar mantiveram-se praticamente inalteradas durante 2010, mas mantendo a ligeira tendência decrescente dos últimos anos.

VARIAÇÃO DAS RESERVAS MATEMÁTICAS DOS SUBSÍDIOS DE 1919 E COMPLEMENTAR

(euros)

	31/12/2010	31/12/2009	Variação anual
Benefícios em curso	19 778,35	21 377,87	-1 599,52
Total	**19 778,35**	**21 377,87**	**-1 599,52**

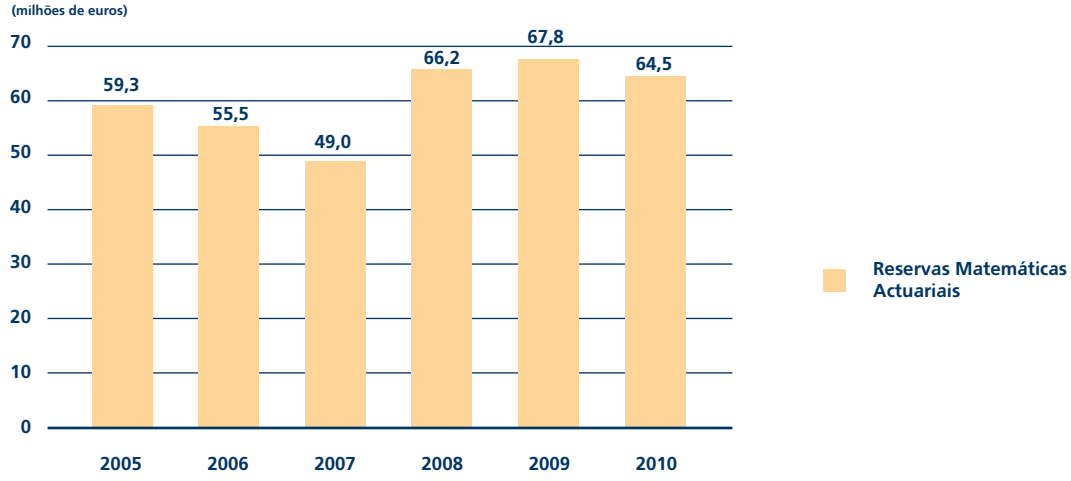
Em 31 de Dezembro de 2010, o total de Reservas Matemáticas Estatutárias atingiu os 399 992 890,62 euros, tendo aumentado 24 152 834,75 euros durante o ano de 2010 (+ 6,4%).

Reservas Matemáticas Actuariais

Na sequência do teste à adequação das responsabilidades realizado anualmente, a AM constituiu um reforço de reservas matemáticas no montante de 1 569 145,98 euros e libertou 4 852 493,59 euros. O valor acumulado da provisão adicional era de 64 509 877,06 euros em 31 de Dezembro de 2010, ou seja, menos 3 283 347,61 euros do que em data homóloga.

O gráfico seguinte apresenta a evolução anual da provisão adicional que a AM tem vindo a constituir desde 2005.

PROVISÃO ADICIONAL DE RESERVAS MATEMÁTICAS



Da sua análise constata-se que, após um período de sucessivas subidas das taxas de juro de longo prazo, que resultou em libertações de parte da provisão adicional constituída em 2005, as Reservas Matemáticas Actuariais foram reforçadas em 2008 e 2009, resultado, fundamentalmente, da descida das taxas de juro.

A este propósito importa salientar o facto de a taxa técnica de juro utilizada no teste anual de adequação das responsabilidades ter tido como referencial até 2009 (inclusive) a *yield* das obrigações do tesouro de longo prazo (apurada em consonância com a opinião dos Auditores Externos).

Em 2010, foi adoptada uma nova metodologia relativamente à taxa técnica de juro a utilizar (com a concordância dos Auditores) que assenta no seguinte:

- Utilização de uma taxa técnica por modalidade;
- Utilização de uma taxa não superior a 3,75%, que resulte da soma de duas componentes:

  i) Taxa Swap observada no final do ano correspondente a 80% do prazo médio das responsabilidades associadas a cada modalidade, com o limite máximo de 15 anos;

  ii) Prémio de liquidez de 0,53%.

Daqui resultou a descida da taxa técnica de juro para algumas modalidades, originando um reforço de Reservas Matemáticas Actuariais no montante de 1 506 792,54 euros[9].

Por outro lado, a suspensão das entregas de quotas futuras nas modalidades Pensões de Reforma (6%, 4% e 4% TV88/90), permitiu uma libertação de Reservas Matemáticas Actuariais das Pensões de Reforma (6%) e das Pensões de Reforma (4% TV88/90) de 4 253 814,58 euros. Já na modalidade Pensões de Reforma (4%) esta medida não foi suficiente para compensar o custo com as pensões que passaram da fase de formação para curso durante o ano, tendo sido necessário proceder ao reforço das suas Reservas Matemáticas Actuariais em 62 353,44 euros.

Também nas Pensões de Capitais de Reforma (6% e 4%) e nas Rendas Vitalícias (6% e 4%) se verificou uma libertação de Reservas Matemáticas Actuariais de 598 679,01 euros, resultado essencialmente da manutenção da taxa técnica e do facto de nestas modalidades/rendas vitalícias apenas existirem benefícios em curso.

Globalmente, o teste anual de adequação das responsabilidades permitiu libertar, em termos líquidos, 3 283 347,61 euros.

Nas tabelas seguintes estão expressos, por modalidade, os valores das Reservas Matemáticas Actuariais a 31 de Dezembro de 2010, bem como a sua variação relativamente a 31 de Dezembro de 2009.

RESERVAS MATEMÁTICAS ACTUARIAIS A 31/12/2010

(euros)

Modalidades	Reservas Matemáticas Actuariais		Variação Anual	
	31/12/2010	21/12/2009	Libertação	Reforço
Pensões de Reforma – 6%	44 340 909,15	47 561 831,51	-3 220 922,36	
Pensões de Reforma – 4%	3 907 348,17	3 844 994,73		62 353,44
Pensões de Reforma – 4% TV88/90	798 907,01	1 831 799,23	-1 032 892,22	
Capitais de Previdência Diferidos com Opção	260 715,68			260 715,68
Capitais de Previdência a Prazo	45 212,56	17 366,82		27 845,74
Capitais para Jovens	1 122 653,72	256 257,65		866 396,07
Pensões para Deficientes	41 078,63	33 819,24		7 259,39
Capitais para Estudos	303 907,79	86 838,92		217 068,87
Pensões de Capitais de Reforma – 6%	15 106,39	15 370,19	-263,80	
Pensões de Capitais de Reforma – 4%	2 274 604,77	2 307 602,28	-32 997,51	
Pensões de Sobrevivência e Dotes	6 129 801,72	6 003 254,64		126 547,08
Rendas Vitalícias a Favor de Pessoas Certas	48 535,29	47 575,58		959,71
Rendas Vitalícias – 6%	481 388,05	626 161,09	-144 773,04	
Rendas Vitalícias – 4%	4 739 708,13	5 160 352,79	-420 644,66	
Total	**64 509 877,06**	**67 793 224,67**	**-4 852 493,59**	**1 569 145,98**

[9] Reforço de Reservas Matemáticas Actuariais das modalidades Capitais de Previdência Diferidos com Opção, Capitais de Previdência a Prazo, Capitais para Jovens, Pensões para Deficientes, Capitais para Estudos, Pensões de Sobrevivência e Dotes e Rendas Vitalícias a Favor de Pessoas Certas.

Relativamente às modalidades com dívida ao Fundo de Reserva Geral, a modalidade Pensões de Reforma (4%) e a modalidade Pensões de Capitais de Reforma (4%), embora esta última tenha libertado parte das suas Reservas Matemáticas Actuariais constituídas, agravaram a sua dívida à Reserva Geral por via da cobertura do saldo negativo do Fundo Disponível destas modalidades.

As restantes modalidades conseguiram repor parte dos valores em dívida a 31 de Dezembro de 2009. No final de 2010, a dívida total por regularizar ao Fundo de Reserva Geral situava-se nos 28 796 641,03 euros.

DÍVIDA À RESERVA GERAL POR MODALIDADE (31/12/2010)

(euros)

Modalidades/Rendas Vitalícias	Dívida Acumulada à Reserva Geral		
	31/12/2010	31/12/2009	Variação anual
Pensões de Reforma – 6%	17 840 175,98	20 032 930,21	-2 192 754,23
Pensões de Reforma – 4%	2 079 175,65	1 662 658,68	416 516,97
Pensões de Reforma – 4% TV88/90	649 060,18	1 694 252,34	-1 045 192,16
Pensões de Capitais de Reforma – 6%	2 626,17	3 003,48	-377,31
Pensões de Capitais de Reforma – 4%	1 640 659,12	1 599 451,24	41 207,88
Rendas Vitalícias – 6%	768 347,34	1 101 708,36	-333 361,02
Rendas Vitalícias – 4%	5 816 596,59	5 993 635,26	-177 038,67
Total	**28 796 641,03**	**32 087 639,57**	**-3 290 998,54**

Total das Reservas Matemáticas

No final de 2010, o total de reservas matemáticas (Estatutárias e Actuariais) era de 464 502 767,68 euros, mais 20 869 487,14 euros (4,7%) do que em 2009.

RESERVAS MATEMÁTICAS TOTAIS A 31/12/2010 – MODALIDADES DE SUBSCRIÇÃO ABERTA

(euros)

Modalidades de subscrição aberta	Reservas Matemáticas		
	Estatutárias	Actuariais	Totais
Capitais de Previdência – 3%	336 340,03		336 340,03
Pensões de Reforma – 3%	1 134 579,06		1 134 579,06
Restituição de Quotas – 3%	145 745,87		145 745,87
Cap, Previdência Diferidos com Opção – 3%	33 860 653,17		33 860 653,17
Capitais para Jovens – 3%	6 723 083,56		6 723 083,56
Capitais Temporários por Invalidez – 3%	2 319,16		2 319,16
Pensões de Capitais de Reforma – 3%	3 985 121,13		3 985 121,13
Pensões de Poupança Reforma – 3%	26 036,07		26 036,07
Total	**46 213 878,05**		**46 213 878,05**

RESERVAS MATEMÁTICAS TOTAIS A 31/12/2010 – MODALIDADES DE SUBSCRIÇÃO FECHADA

Modalidades de subscrição fechada	Reservas Matemáticas		
	Estatutárias	Actuariais	Totais
Capitais de Previdência	36 457 416,26		36 457 416,26
Subsídio por Morte	1 645 490,62		1 645 490,62
Pensões de Reforma – 6%	71 150 910,82	44 340 909,15	115 491 819,97
Pensões de Reforma – 4%	23 590 294,71	3 907 348,17	27 497 642,88
Pensões de Reforma – 4% TV88/90	15 443 557,62	798 907,01	16 242 464,63
Restituição de Quotas – 6%	892 088,82		892 088,82
Restituição de Quotas – 4%	2 427 769,80		2 427 769,802
Adicional de Invalidez – 6%	76 679,33		76 679,33
Adicional de Invalidez – 4%	15 067,78		15 067,78

(Cont. na pág. seguinte)

RESERVAS MATEMÁTICAS TOTAIS A 31/12/2010 – MODALIDADES DE SUBSCRIÇÃO FECHADA *(Continuação)*

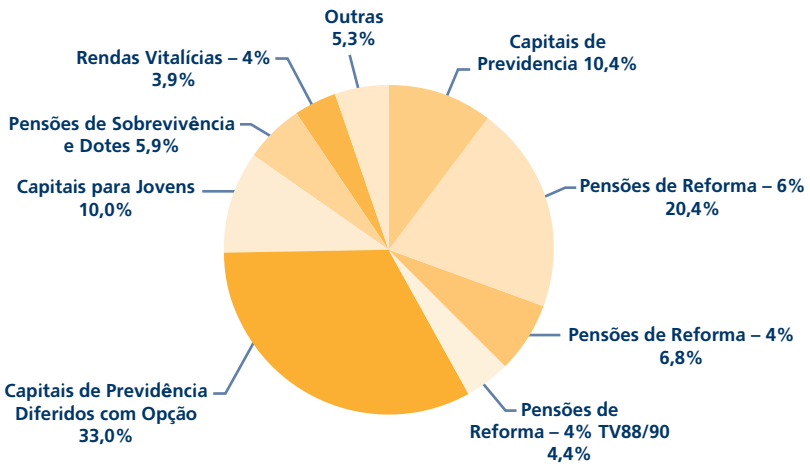
Modalidades de subscrição fechada *(Cont.)*	**Reservas Matemáticas**		
	Estatutárias	**Actuariais**	**Totais**
Capitais de Previdência Diferidos com Opção	115 361 228,82	260 715,68	115 621 944,50
Capitais de Previdência a Prazo	1 443 758,82	45 212,56	1 488 971,38
Capitais para Jovens	34 927 266,29	1 122 653,72	36 049 920,01
Pensões para Deficientes	496 521,04	41 078,63	537 599,67
Capitais Temporários por Invalidez	31 915,55		31 915,55
Rendas de Sobrevivência	773 171,09		773 171,09
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional	52 152,45		52 152,45
Capitais para Estudos	6 008 375,84	303 907,79	6 312 283,63
Pensões de Capitais de Reforma – 6%	13 940,64	15 106,39	29 047,03
Pensões de Capitais de Reforma – 4%	3 542 571,27	2 274 604,77	5 817 176,04
Pensões de Sobrevivência e Dotes	20 486 312,98	6 129 801,72	26 616 114,70
Capitais Previdência Favor Pessoas Certas	17 927,86		17 927,86
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	59 642,50	48 535,29	108 177,79
Subsídio de Funeral e Luto (L. Nacional)	17 226,63		17 226,63
Total	**334 931 287,54**	**59 288 780,88**	**394 220 068,42**

RESERVAS MATEMÁTICAS TOTAIS A 31/12/2010 – RENDAS VITALÍCIAS

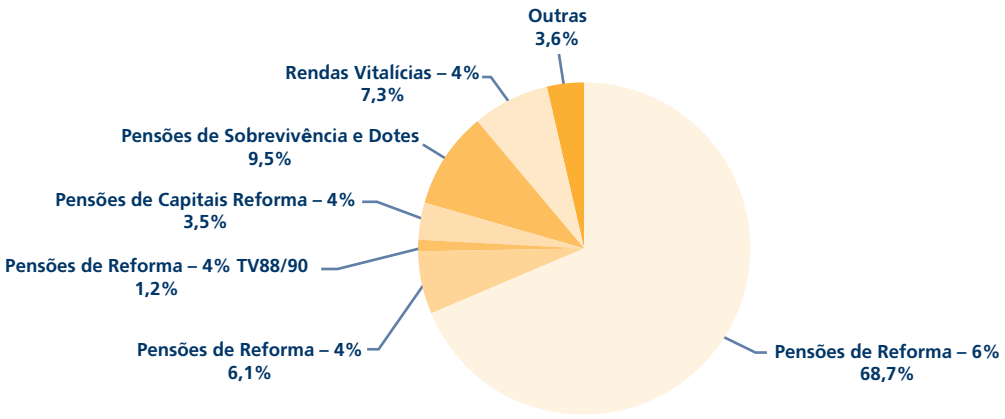
Rendas Vitalícias	**Reservas Matemáticas**		
	Estatutárias	**Actuariais**	**Totais**
Rendas Vitalícias – 6%	974 534,55	481 388,05	1 455 922,60
Rendas Vitalícias – 4%	13 514 680,02	4 739 708,13	18 254 388,15
Rendas Vitalícias – 3%	4 358 510,46		4 358 510,46
Total	**18 847 725,03**	**5 221 096,18**	**24 068 821,21**

Em 31 de Dezembro de 2010, a quase totalidade das reservas matemáticas (Estatutárias e Actuariais) das modalidades e rendas vitalícias encerradas a novas subscrições, resumia-se a um grupo restrito de modalidades.

MODALIDADES DE SUBSCRIÇÃO FECHADA – RESERVAS MATEMÁTICAS ESTATUTÁRIAS



MODALIDADES DE SUBSCRIÇÃO FECHADA – RESERVAS MATEMÁTICAS ACTUARIAIS



Destaca-se, à semelhança do ano passado, o peso de 68,7% que a modalidade Pensões de Reforma (6%) continua a deter no total das Reservas Matemáticas Actuariais (i.e. provisão adicional de reservas matemáticas, decorrente do teste anual de adequação das responsabilidades), quando comparado com os 20,4% que representa no total das Reservas Matemáticas Estatutárias das modalidades encerradas a novas subscrições.

14.2.4. Situação Técnico-Actuarial da Associação Mutualista

As Reservas Matemáticas Estatutárias foram verificadas e validadas no Núcleo de Actuariado do Gabinete de Desenvolvimento da Oferta Mutualista, tendo sido calculadas de acordo com as bases técnicas aprovadas pela Tutela.

Por questões prudenciais, e em linha com as melhores práticas internacionais, foram recalculadas as reservas matemáticas tendo em consideração pressupostos actuariais actualizados, tendo-se procedido, em termos líquidos, a uma libertação da provisão adicional de reservas matemáticas.

No seu conjunto, o montante de responsabilidades da AM está integralmente coberto pelo volume do activo líquido, pelo que a AM apresenta uma adequada situação técnico-actuarial.

Lisboa, 16 de Fevereiro de 2011

A Actuária,

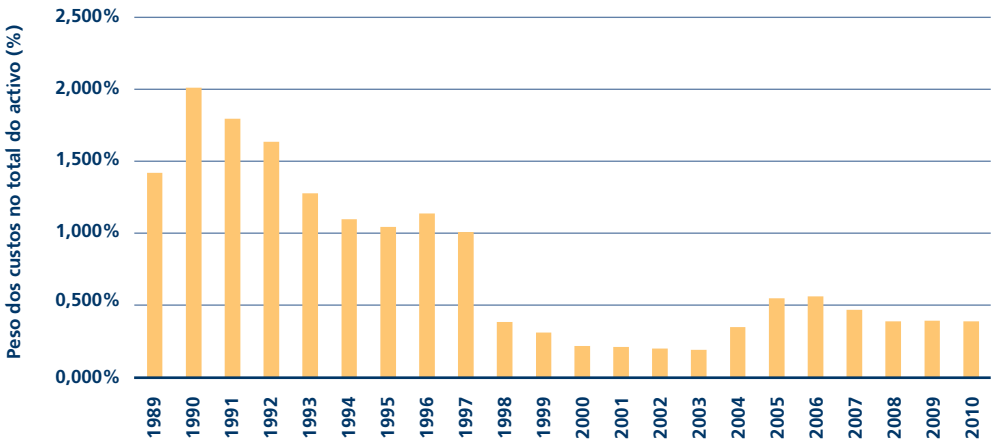
Teresa Sofia de Sousa Fernandes

Actuária Titular pelo Instituto dos Actuários Portugueses

14.3. IMPUTAÇÃO DE CUSTOS ADMINISTRATIVOS PELAS MODALIDADES ASSOCIATIVAS, RENDAS E OUTROS FUNDOS

Os custos administrativos suportados pela Associação Mutualista para o desenvolvimento da sua actividade, situaram-se em 2010 nos 10,751 M€ (10,303 M€ em 2009), representando 0,39% do Activo Liquido a 31 de Dezembro de 2010, ou seja, em linha com o observado em 2009 (0,395%).

EVOLUÇÃO DO PESO DOS CUSTOS ADMINISTRATIVOS NO TOTAL DO ACTIVO (VALORES DE FINAL DE ANO)



Os custos administrativos referidos podem ser subdivididos nas seguintes categorias:

- Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) – 3,068 M€ (2,681 M€ em 2009);
- Custos com Pessoal (CP) – 6,715 M€ (6,904 M€ em 2009)
- Outros Custos Operacionais (OCO) – 0,968 M€ (0,718 M€ em 2009)

Parte dos custos administrativos anteriores são, pela sua especificidade, suportados directamente pelas modalidades e rendas (1,632 M€ em 2010 e 1,788 M€ em 2009), enquanto a parte restante, pelo seu carácter mais genérico (9,119 M€ em 2010 e 8,515 M€ em 2009), é imputada a cada uma das modalidades e rendas tendo em consideração os seguintes critérios:

- Custos Gerais – 0,1% do Fundo Permanente/Próprio da modalidade/renda;
- Custos Trabalho – calculado com base nos custos com pessoal e na percentagem do trabalho alocado a cada modalidade/renda no total do trabalho.

Refira-se que para efeitos de imputação de custos de trabalho às diferentes modalidades, agrupou-se as modalidades e rendas nas seguintes categorias:

- Modalidade Capitais de Reforma a Prazo Certo (CRPC) – Séries emitidas ao abrigo do Regulamento da Modalidade Capitais de Reforma a Prazo Certo;
- Modalidades de Capitalização por Prazo Indeterminado (Capitalização) – Modalidade Capitais de Reforma; Modalidade Poupança Reforma e Modalidade Colectiva – Capitais Colectivos;
- Modalidades de Previdência (Actuariais) – Todas as Modalidades de Previdência e Rendas Vitalícias, com excepção da Modalidade Garantia de Pagamento de Encargos (GPE).

Os custos gerais e custos com trabalho relativos ao exercício de 2009 e 2010 estão expressos nas tabelas infra:

TABELA 1 – COMPONENTE CUSTOS GERAIS

Ano	Ponderador	Fundo Permanente (€)			Custos Gerais (€)		
		CRPC	Capitalização	Actuariais	CRPC	Capitalização	Actuariais
2009	0,10%	238 800 000	1 502 000 000	498 000 000	238 800	1 502 000	498 000
2010	0,10%	334 000 000	1 531 000 000	522 000 000	334 000	1 531 000	522 000

TABELA 2 – COMPONENTE CUSTOS DO TRABALHO

Ano	Custos Trabalho	Consumo Trabalho (% do Total)				Custos Trabalho (€)		
		CRPC	Capitalização	Actuariais	Outros	CRPC	Capitalização	Actuariais
2009	6 904 000	5,19%	65,31%	14,41%	15,09%	358 200	4 509 000	995 000
2010	6 715 000	7,46%	45,60%	40,80%	6,14%	501 000	3 062 000	2 740 000

Nota: A percentagem de trabalho alocada a cada um dos grupos de modalidades é feita com base em inquéritos aos serviços, tratando-se portanto de uma estimativa aproximada. Refira-se que, no ano de 2009, o consumo de trabalho nas Modalidades de Capitalização é justificado pela reformulação da plataforma de suporte informático a esta modalidade. Em 2010, o incremento no consumo de trabalho nas Modalidades Actuariais é justificado pela análise à sustentabilidade das mesmas com o apoio de consultores externos (Mercer).

TABELA 3 – CUSTOS ADMINISTRATIVOS TOTAIS (GERAIS E TRABALHO)

(euros)

Ano	CRPC	Capitalização	Actuariais	GPE	Total
2009	597 000	6 011 000	1 493 000	414 000	8 515 000
2010	835 000	4 593 000	3 262 000	429 000	9 119 000

Para cobrir os custos administrativos totais referidos, as diferentes modalidades e rendas tiveram que realizar as seguintes contribuições para o Fundo de Administração (em percentagem do Fundo Permanente de cada modalidades e renda):

TABELA 4 – CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDO DE ADMINISTRAÇÃO EM % DO FUNDO PERMANENTE/PRÓPRIO

Ano	CRPC	Capitalização	Actuariais	GPE
2009	0,250%	0,400%	0,300%	1,000%
2010	0,250%	0,300%	0,625%	1,000%

Nota: Dada a natureza da modalidade (não distribui melhorias), foi decidido imputar à Modalidade GPE a taxa de contribuição máxima permitida pelo regulamento (1%).

14.4. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DAS MODALIDADES ASSOCIATIVAS, RENDAS E OUTROS FUNDOS

	Pensões de Reforma				P. R. – Restituição de Quotas				P. R. – Adicional de Invalidez			Pensões p/ Deficientes	Pensões Sobrevivência e Dotes	Rendas Vitalícias F. Pessoas Certas	Rendas de Sobrevivência
	4%	4% TV 88/90	6%	3%	4%	4% TV 88/90	6%	3%	4%	4% TV 88/90	6%				
1. PROVEITOS E GANHOS															
Proveitos Inerentes a Associados	3 654	3 146	10 782	596	272	211	198	79	2	1	15	25	1 447	6	183
Jóias															
Quotizações	1 529	1 520	1 325	561	156	137	88	74	1	1	7	25	9		180
Capitais Recebidos															
Redução Provisões Matemáticas	2 124	1 626	9 457	36	116	74	110	5	1		8		1 438	6	2
Outros Prov. Inerentes a Associados	1														
Comparticipação recebida das Modalidades (*)															
Proveitos Suplementares															
Comparticipações e Subsídios à Exploração	222	107	553		21	11	11					6	331	2	6
Proveitos e Ganhos Financeiros	617	410	3 900	39	37	14	76			1	7	16	431	3	12
Proveitos e Ganhos Extraordinários	2	237	612				1						5		
TOTAL	**4 495**	**3 899**	**15 847**	**636**	**330**	**236**	**285**	**80**	**2**	**2**	**21**	**47**	**2 214**	**10**	**201**
2. CUSTOS E PERDAS															
Custos Inerentes a Associados	4 862	2 765	12 960	623	255	212	159	80	2	2	14	43	2 435	9	194
Prestações	429	28	2 468									1	37	1	9
Capitais Vencidos															
Subvenções e Melhorias de Benefícios	47		1 849										1 487	7	1
Rendas Vitalícias															
Aumento de Provisões Matemáticas	3 757	2 477	7 707	598	230	200	139	79	2	2	12	37	720	1	179
Outros Custos Inerentes a Associados	629	261	936	25	25	12	19	1			2	4	191	1	5
Comparticipação Fundo de Admistração (*)	169	100	739	5	17	10	16	1			2	4	185	1	5
Fornecimentos e Serviços Externos	1		3										3		
Custos com o Pessoal															
Outros Custos Operacionais															
Custos e Perdas Financeiras	27	21	278	2	1	1	4					1	182		1
Custos e Perdas Extraordinárias			2												
TOTAL	**4 890**	**2 787**	**13 242**	**625**	**256**	**212**	**163**	**80**	**2**	**2**	**14**	**44**	**2 621**	**9**	**194**
3. MEIOS LIBERTOS	**(394)**	**1 112**	**2 605**	**11**	**74**	**24**	**123**		**( )**	**( )**	**7**	**3**	**(407)**	**11**	**6**
4. AMORTIZAÇÕES DO IMOBIZADO	22	11	284	1	2	1	6				1	2	34		1
5. AMORT. E PROV. DE APLIC. E INV. FINANC.	1	1	13										2		
6. RESULTADOS LÍQUIDOS (3-4-5)	**(417)**	**1 100**	**2 308**	**10**	**72**	**23**	**117**		**( )**	**( )**	**6**	**1**	**(443)**		**5**

(*) Estes valores não se encontram reflectidos na Demonstração Global do MGAM, uma vez que correspondem a movimentos internos entre Modalidades, Fundos e Rendas.

(milhares de euros)

Capitais de Previdência		C. P. Diferidos c/ Opção		Capitais Previd. a Prazo	Capitais Previd. F. Pessoas Certas	Capitais p/ Jovens		Cap. Dif. c/ Cobertura Adicional	Capitais p/ Estudos	Capitais Temp. Invalidez		C. P. Temp. Invalidez /Morte	Subs. por Morte	Subs. p/ Morte Lut. Nacional	Pensões Capitais Reforma		
4%	3%	4%	3%			4%	3%			4%	3%				4%	6%	3%
2 155	257	61 479	19 334	241		8 388	3 104	23	1 322	18	2	1	69		242	1	771
678	253	27 505	18 035	56		2 603	3 060	11	458	8	2		20				
																	582
1 477	5	33 968	1 295	186		5 784	44	12	863	10		1	49		242	1	189
		6	4			1											
505		1 466	27	27		513	5		53	3			21		53		12
893	5	3 127	832	90		707	189	2	136	8			45	1	134	2	188
10		1 270	6	1		12			2				1		1		1
3 563	**262**	**67 341**	**20 200**	**359**	**1**	**9 620**	**3 298**	**25**	**1 512**	**29**	**2**	**1**	**136**	**1**	**430**	**3**	**972**
3 382	232	66 665	19 524	342	1	10 754	3 218	24	1 766	3	2		111		461	3	905
141						378									374	2	247
120		29 534		128		3 801		12	294				18				
772		1 848		54		1 015		1	62				20		49	1	4
1 744	231	32 035	19 017	142		5 268	3 185	11	1 326	1	2		47				630
604	1	3 257	507	18		293	32		84	2			25		38		24
310	1	905	159	15		293	32		45	2			15		38		24
		3	1														
31		156	181	5		31	27		10				3		4		18
		1															
3 413	**233**	**66 825**	**19 706**	**346**	**1**	**10 785**	**3 245**	**24**	**1 776**	**3**	**2**		**114**		**465**	**3**	**923**
150	**30**	**517**	**494**	**12**		**(1 165)**	**53**	**1**	**(264)**	**25**	**1**	**1**	**22**		**(35)**	**1**	**49**
51		149	14	8		51	4		16	1			6		6		10
2		7	1			2			1								
97	**30**	**361**	**479**	**4**		**(1 218)**	**49**	**1**	**(281)**	**25**	**1**	**1**	**16**		**(41)**		**39**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DAS MODALIDADES ASSOCIATIVAS, RENDAS E OUTROS FUNDOS *(continuação)*

	Pensões Poupança Reforma 3%	Renda Certa Pensões Mod. Colectivas 3%	Rendas Vitalícias 4%	Rendas Vitalícias 6%	Rendas Vitalícias 3%	Encargos c/ Médico Administrat.	Garantia Pagamento de Encargos 1988	Garantia Pagamento de Encargos I	Garantia Pagamento de Encargos II
1. PROVEITOS E GANHOS									
Proveitos Inerentes a Associados	31	95	1 683	412	1 414	3	17 072	4 021	8
Jóias									
Quotizações						3	17 072	4 023	8
Capitais Recebidos	26	85			1 229				
Redução Provisões Matemáticas	4	10	1 683	412	185				
Outros Prov. Inerentes a Associados									
Comparticipação recebida das Modalidades (*)									
Proveitos Suplementares									
Comparticipações e Subsídios à Exploração			243	10	18	4	16		
Proveitos e Ganhos Financeiros	1	2	595	139	146	8	686	38	
Proveitos e Ganhos Extraordinários			43	58	1		3 121		
TOTAL	**31**	**97**	**2 564**	**619**	**1 578**	**15**	**20 895**	**4 061**	**8**
2. CUSTOS E PERDAS									
Custos Inerentes a Associados	31	101	2 282	257	1 522	2	6 691	779	
Prestações		15							
Capitais Vencidos									
Subvenções e Melhorias de Benefícios									
Rendas Vitalícias			2 130	245	263				
Aumento de Provisões Matemáticas	30	85	31	2	1 235				
Outros Custos Inerentes a Associados		1	121	11	25	2	6 691	779	
Comparticipação Fundo de Admistração (*)		1	121	11	25	2	401	27	
Fornecimentos e Serviços Externos			1				5	304	
Custos com o Pessoal									
Outros Custos Operacionais									
Custos e Perdas Financeiras			68	5	17	1	169		
Custos e Perdas Extraordinárias							2 470		
TOTAL	**31**	**101**	**2 351**	**262**	**1 540**	**3**	**9 335**	**1 083**	
3. MEIOS LIBERTOS		**(4)**	**213**	**357**	**39**	**12**	**11 561**	**2 978**	**8**
4. AMORTIZAÇÕES DO IMOBIZADO			25	6	5	1			
5. AMORT. E PROV. DE APLIC. E INV. FINANC.			1				633		
6. RESULTADOS LÍQUIDOS (3-4-5)		**(4)**	**186**	**351**	**33**	**10**	**10 928**	**2 978**	**8**

(*) Estes valores não se encontram reflectidos na Demonstração Global do MGAM, uma vez que correspondem a movimentos internos entre Modalidades, Fundos e Rendas.

(milhares de euros)

Capitais de Reforma	Capitais de Garantia	Benef. Solid. Associativa	Poupança Reforma	Modalidades Colectivas	Capitais Ref. Prazo Certo	Modalidades Colectivas Invalidez	Fundo de Bolsas de Estudos	Fundo de Administração	Fundo de Reserva	TOTAL
261 858	80	6 591	15 879	1 127	125 648	1		9 476		**563 425**
								357		357
	80	6 590				1				86 080
123 639			13 010	503	105 294					244 367
136 984			2 855	624	20 058					221 941
1 235		1	14		296			9 119		10 680
								9 119		9 119
15		67								**82**
12 535		467	374						2 670	**20 292**
30 787	7	382	1 484	292	10 011		17	41	4 510	**61 068**
2 348		8	41		76				167	**8 024**
307 543	**87**	**7 516**	**17 778**	**1 419**	**135 735**	**1**	**17**	**9 517**	**7 346**	**652 891**
273 942	7	967	16 377	1 190	132 787		6			**568 946**
										4 132
136 984	3	107	2 855	624	20 058					194 538
								62		7 214
										2 637
132 194			13 290	573	111 772					338 945
4 764	4	859	232	29	957		6			21 478
4 341	4		226	26	835		6			9 119
32		394	2	1	1			2 314	2	**3 068**
								6 715		**6 715**
		519						449		**968**
2 237		16	59	66	711		1		3 755	**8 088**
933		1 012	19		18				4	**4 460**
277 144	**7**	**2 907**	**16 457**	**1 256**	**133 516**		**7**	**9 478**	**3 760**	**592 245**
30 399	**80**	**4 609**	**1 321**	**162**	**2 219**	**1**	**10**	**39**	**3 586**	**60 646**
2 284		26	68			1	2		227	**3 325**
2 110		1	59						93	**2 928**
26 005	**80**	**4 582**	**1 195**	**162**	**2 219**	**1**	**8**	**39**	**3 266**	**54 393**

14.5. DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS DAS MODALIDADES ASSOCIATIVAS E RENDAS E RENDIMENTO DE BENEFÍCIOS

TABELA 1 – APLICAÇÃO DOS SALDOS ANUAIS DOS FUNDOS DISPONÍVEIS – MODALIDADES ACTUARIAIS ABERTAS A NOVAS SUBSCRIÇÕES

(euros)

DESIGNAÇÃO	Saldos Anuais dos Fundos Disponíveis	Excedentes Técnicos (+) Reforço	Excedentes Técnicos (-) Utilização	Reserva Legal (+) Reforço	Reserva Legal (-) Utilização
Modalidades Actuariais abertas					
Capitais de Previdência	29 773			1 488	
Capitais Diferidos c/ Opção	479 250			23 963	
Capitais p/ Jovens	49 407			2 470	
Pensão de Reforma	9 824			492	
P. R. – Restituição de Quotas	347			17	
Pensões de Capitais de Reforma	38 799			1 940	
Pensões de Poupança de Reforma	131			6	
Capitais Temporários Invalidez	623			31	
Capitais Garantia	79 998			3 999	
Invalidez Modalidades Colectivas	698			35	
Rendas Certas/Pensão de Modalidades Colectivas	(4 154)		(4 154)		
TOTAL	**684 696**		**(4 154)**	**34 441**	

(euros)

DESIGNAÇÃO	Fundos Permanentes Distribuíveis	Resultados Distribuídos (Custo Melhorias)	Excedentes Técnicos (+) Reforço	Excedentes Técnicos (-) Utilização
Modalidades Actuariais abertas				
Capitais de Previdência	28 285	3 182	25 103	
Capitais Diferidos c/ Opção	455 287	240 255	215 032	
Capitais p/ Jovens	46 937	46 878	59	
Pensão de Reforma	9 332	9 227	105	
P. R. - Restituição de Quotas	330		330	
Pensões de Capitais de Reforma	36 859	36 654	205	
Pensões de Poupança de Reforma	125	67	58	
Capitais Temporários Invalidez	592	18	574	
Capitais Garantia	75 999		75 999	
Invalidez Modalidades Colectivas	663		663	
Rendas Certas/Pensão de Modalidades Colectivas				
TOTAL	**654 409**	**336 281**	**318 128**	

(euros)

DESIGNAÇÃO	Excedentes Técnicos (-) Utilização (+) Reforço	Excedentes Técnicos em 31.DEZ.2010	Excedentes Técnicos (após Distribuição de Resultados)
Modalidades Actuariais abertas			
Capitais de Previdência	25 103	12 061	37 164
Capitais Diferidos c/ Opção	215 032	567 240	782 272
Capitais p/ Jovens	59	50 919	50 978
Pensão de Reforma	105	10 795	10 900
P. R. - Restituição de Quotas	330	4 492	4 822
Pensões de Capitais de Reforma	205	111 777	111 982
Pensões de Poupança de Reforma	58		58
Capitais Temporários Invalidez	574	423	997
Capitais Garantia	75 999	661 613	737 612
Invalidez Modalidades Colectivas	663	13 852	14 515
Rendas Certas/Pensão de Modalidades Colectivas	(4 154)	6 417	2 263
TOTAL	**313 974**	**1 439 590**	**1 753 564**

TABELA 2 – APLICAÇÃO DOS SALDOS ANUAIS DOS FUNDOS DISPONÍVEIS – MODALIDADES ACTUARIAIS FECHADAS A NOVAS SUBSCRIÇÕES

(euros)

DESIGNAÇÃO	Saldos Anuais dos Fundos Disponíveis	Excedentes Técnicos (+) Reforço	Excedentes Técnicos (-) Utilização	Reserva Legal (+) Reforço	Reserva Legal (-) Utilização
Modalidades Actuariais encerradas					
Pensão de Reforma (6%)	2 308 162			2 308 162	
P. R. – Restituição de Quotas (6%)	116 575			5 829	
P. R. – Adicional de Invalidez (6%)	6 387			319	
Pensões de Capitais de Reforma (6%)	397			397	
Pensão de Reforma (4%)	(416 517)				(416 517)
Pensão de Reforma (TV 88/90) (4%)	1 100 202			1 100 202	
P. R. – Restituição de Quotas (4%)	72 101			3 605	
P. R. – Restituição de Quotas (TV 88/90) (4%)	22 567			1 128	
P. R. – Adicional de Invalidez (4%)	(61)		(61)		
P. R. – Adicional de Invalidez (TV 88/90) (4%)	(346)		(346)		
Pensões de Capitais de Reforma (4%)	(41 208)				(41 208)
Capitais de Previdência	96 692			4 835	
Capitais Diferidos c/ Opção	361 482			18 074	
Capitais p/ Jovens	(1 218 407)		(1 218 407)		
Capitais p/ Estudos	(280 800)		(280 800)		
Subsídio p/ Morte	15 709			785	
Capitais Previdência a Prazo	4 062			203	
Pensão Sobrevivência e Dotes	(442 802)		(442 802)		
Pensão p/ Deficientes	1 357			68	
Capitais Prev. Temp. Invalidez/Morte	523			26	
Capitais Temporários Invalidez	24 799			1 240	
Rendas Sobrevivência	4 921			246	
Capitais Diferidos Cobertura Adicional	568			28	
Capitais Prev. Favor Pessoas Certas	56			3	
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	184			9	
Subsídio p/ Morte – Lutuosa Nacional	259			13	
TOTAL	**1 736 862**		**(1 942 416)**	**3 445 172**	**(457 725)**

(euros)

DESIGNAÇÃO	Fundos Permanentes Distribuíveis	Resultados Distribuídos (Custo Melhorias)	Excedentes Técnicos (+) Reforço	Excedentes Técnicos (-) Utilização
Modalidades Actuariais encerradas				
Pensão de Reforma (6%)				
P. R. – Restituição de Quotas (6%)	110 746		110 746	
P. R. – Adicional de Invalidez (6%)	6 068		6 068	
Pensões de Capitais de Reforma (6%)				
Pensão de Reforma (4%)				
Pensão de Reforma (TV 88/90) (4%)				
P. R. – Restituição de Quotas (4%)	68 496		68 496	
P. R. – Restituição de Quotas (TV 88/90) (4%)	21 439		21 439	
P. R. – Adicional de Invalidez (4%)				
P. R. – Adicional de Invalidez (TV 88/90) (4%)				
Pensões de Capitais de Reforma (4%)				
Capitais de Previdência	91 857	91 132	725	
Capitais Diferidos c/ Opção	343 408	274 860	68 548	
Capitais p/ Jovens				
Capitais p/ Estudos				
Subsídio p/ Morte	14 924	4 114	10 810	
Capitais Previdência a Prazo	3 859	3 609	250	
Pensão Sobrevivência e Dotes				
Pensão p/ Deficientes	1 289	1 241	48	
Capitais Prev. Temp. Invalidez/Morte	497		497	
Capitais Temporários Invalidez	23 559	80	23 479	
Rendas Sobrevivência	4 675	1 933	2 742	
Capitais Diferidos Cobertura Adicional	540	130	410	
Capitais Prev. Favor Pessoas Certas	53	45	8	
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	175	49	26	
Subsídio p/ Morte – Lutuosa Nacional	246	43	203	
TOTAL	**691 831**	**377 336**	**314 495**	

(euros)

DESIGNAÇÃO	Excedentes Técnicos (-) Utilização	Excedentes Técnicos em 31.DEZ.2010	Excedentes Técnicos (após Distribuição de Resultados)
Modalidades Actuariais encerradas			
Pensão de Reforma (6%)			
P. R. – Restituição de Quotas (6%)	110 746	1 752 131	1 862 877
P. R. – Adicional de Invalidez (6%)	6 068	168 796	174 864
Pensões de Capitais de Reforma (6%)			
Pensão de Reforma (4%)			
Pensão de Reforma (TV 88/90) (4%)			
P. R. – Restituição de Quotas (4%)	68 496	1 416 416	1 484 912
P. R. – Restituição de Quotas (TV 88/90) (4%)	21 439	717 528	738 967
P. R. – Adicional de Invalidez (4%)	(61)	36 979	36 918
P. R. – Adicional de Invalidez (TV 88/90) (4%)	(346)	2 230	1 884
Pensões de Capitais de Reforma (4%)			
Capitais de Previdência	725	13 385 308	13 386 033
Capitais Diferidos c/ Opção	68 548	28 469 278	28 537 826
Capitais p/ Jovens	(1 218 407)	10 612 218	9 393 811
Capitais p/ Estudos	(280 800)	1 066 986	786 186
Subsídio p/ Morte	10 810	754 708	765 518
Capitais Previdência a Prazo	250	903 827	904 077
Pensão Sobrevivência e Dotes	(442 802)	2 687 647	2 244 845
Pensão p/ Deficientes	48	161 898	161 946
Capitais Prev. Temp. Invalidez/Morte	497	2 257	2 754
Capitais Temporários Invalidez	23 479	264 729	288 208
Rendas Sobrevivência	2 742	64 354	67 096
Capitais Diferidos Cobertura Adicional	410	23 974	24 384
Capitais Prev. Favor Pessoas Certas	8	6 794	6 802
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	26	19 619	19 645
Subsídio p/ Morte – Lutuosa Nacional	203	16 715	16 918
TOTAL	**(1 627 921)**	**62 534 391**	**60 906 470**

TABELA 3 – APLICAÇÃO DOS SALDOS ANUAIS DOS FUNDOS DISPONÍVEIS – RENDAS VITALÍCIAS

(euros)

DESIGNAÇÃO	Saldos Anuais dos Fundos Disponíveis	Excedentes Técnicos (+) Reforço	Excedentes Técnicos (-) Utilização	Reserva Legal (+) Reforço	Reserva Legal (-) Utilização
Rendas Vitalícias					
Rendas Vitalícias (Tx Técn – 6%) – Encerrada	350 906			350 906	
Rendas Vitalícias (Tx Técn – 4%) – Encerrada	186 357			186 357	
Rendas Vitalícias (Tx Técn – 3%) – Activa	3 086			1 654	
TOTAL	**570 349**			**538 917**	

(euros)

DESIGNAÇÃO	Fundos Permanentes Distribuíveis	Resultados Distribuídos (Custo Taxa de Actualização)	Excedentes Técnicos (+) Reforço	Excedentes Técnicos (-) Utilização
Rendas Vitalícias				
Rendas Vitalícias (Tx Técn – 6%) – Encerrada				
Rendas Vitalícias (Tx Técn – 4%) – Encerrada				
Rendas Vitalícias (Tx Técn – 3%) – Activa	31 432	31 302	130	
TOTAL	**31 432**	**31 302**	**130**	

(euros)

DESIGNAÇÃO	Excedentes Técnicos (-) Utilização	Excedentes Técnicos em 31.DEZ.2010	Excedentes Técnicos (após Distribuição de Resultados)
Rendas Vitalícias			
Rendas Vitalícias (Tx Técn – 6%) – Encerrada			
Rendas Vitalícias (Tx Técn – 4%) – Encerrada			
Rendas Vitalícias (Tx Técn – 3%) – Activa	130	105 804	105 934
TOTAL	**130**	**105 804**	**105 934**

TABELA 4 – APLICAÇÃO DOS SALDOS ANUAIS DOS FUNDOS DISPONÍVEIS – MODALIDADES DE CAPITALIZAÇÃO

(euros)

DESIGNAÇÃO	Saldos Anuais dos Fundos Disponíveis	Excedentes Técnicos (+) Reforço	Excedentes Técnicos (-) Utilização	Reserva Legal (+) Reforço	Reserva Legal (-) Utilização
Modalidades de Capitalização					
Poupança Reforma	1 194 636			59 732	
Capitais de Reforma	26 004 876			1 300 244	
Modalidade Colectivas	162 362			8 118	
Cap. Ref. Prazo Certo (CRPC)	2 218 971			116 379	(108 611)
TOTAL	**29 580 845**			**1 484 473**	**(108 611)**

(euros)

DESIGNAÇÃO	Fundos Próprios Distribuíveis	Resultados Distribuídos (Custo do Complemento)	Fundo Reserva de Estabilização (+) Reforço	Fundo Reserva de Estabilização (-) Utilização
Modalidades de Capitalização				
Poupança Reforma	1 134 904	1 470 169		(335 265)
Capitais de Reforma	24 704 632	25 581 611		(876 979)
Modalidade Colectivas	154 244	176 966		(22 722)
Cap. Ref. Prazo Certo (CRPC)	2 211 203		2 211 203	
TOTAL	**28 204 983**	**27 228 746**	**2 211 203**	**(1 234 966)**

(euros)

DESIGNAÇÃO	Fundo Reserva de Estabilização (-) Utilização	Fundo Reserva de Estabilização/ /Excedentes Técnicos em 31.DEZ.2010	Fundo Reserva de Estabilização/ /Excedentes Técnicos (após Distribuição de Resultados)
Modalidades de Capitalização			
Poupança Reforma	(335 265)	1 314 751	979 486
Capitais de Reforma	(876 979)	34 998 506	34 121 527
Modalidade Colectivas	(22 722)	3 855	(18 867)
Cap. Ref. Prazo Certo (CRPC)	2 211 203	1 902 814	4 114 017
TOTAL	**976 237**	**38 219 926**	**39 196 163**

Historicamente, a atribuição de Melhorias às Modalidades Actuarias, a Actualização das Rendas Vitalícias e a atribuição de Rendimento Complementar às Modalidades de Capitalização, foi a seguinte:

TABELA 5 – ATRIBUIÇÃO DE MELHORIAS – MODALIDADES ACTUARIAIS ABERTAS A NOVAS SUBSCRIÇÕES

(Custo em euros)

DESIGNAÇÃO	Melhorias 2004		Melhorias 2005		Melhorias 2006	
	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo
Modalidades Actuariais abertas						
Capitais de Previdência	–		–		–	
Capitais Diferidos c/ Opção	–		–		–	
Capitais p/ Jovens	–		–		–	
Pensão de Reforma	–		–		–	
Pensões de Capitais de Reforma	–		–		1,00%	229
Pensões de Poupança de Reforma	–		–		–	
Capitais Temporários Invalidez	–		–		–	

(Custo em euros)

DESIGNAÇÃO	Melhorias 2007		Melhorias 2008		Melhorias 2009		Melhorias 2010	
	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo
Modalidades Actuariais abertas								
Capitais de Previdência	–	–	1,00%	9	1,00%	146	1,00%	3 182
Capitais Diferidos c/ Opção	–	–	1,00%	32 371	1,00%	113 135	1,00%	240 255
Capitais p/ Jovens	–	–	1,00%	4 416	1,00%	19 435	1,00%	46 878
Pensão de Reforma	–	–	1,00%	1 155	1,00%	3 751	1,00%	9 227
Pensões de Capitais de Reforma	1,10%	11 373	1,00%	23 665	1,00%	31 411	1,00%	36 654
Pensões de Poupança de Reforma	–	–	–	–	–	–	1,00%	67
Capitais Temporários Invalidez	–	–	1,00%	2	1,00%	5	1,00%	18

TABELA 6 – ATRIBUIÇÃO DE MELHORIAS – MODALIDADES ACTUARIAIS FECHADAS A NOVAS SUBSCRIÇÕES

(Custo em euros)

DESIGNAÇÃO	Melhorias 2004		Melhorias 2005		Melhorias 2006	
	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo
Modalidades Actuariais encerradas						
Pensão de Reforma (6%)	–		–		–	
P. R. – Adicional de Invalidez (6%)	–		–		–	903
Pensões de Capitais de Reforma (6%)	–		–		–	
Pensão de Reforma (4%)	2,00%	217 853	–		–	
Pensão de Reforma (TV 88/90) (4%)						
P. R. – Adicional de Invalidez (4%)	2,00%	2 082	–		1,00%	68
P. R. – Adicional de Invalidez (TV 88/90) (4%)						
Pensões de Capitais de Reforma (4%)	2,00%	60 648	0,00%		–	
Capitais de Previdência	2,00%	637 960	1,50%	494 588	1,00%	340 768
Capitais Diferidos c/ Opção	2,00%	1 597 038	1,50%	1 420 622	1,00%	1 007 890
Capitais p/ Jovens	2,00%	614 818	1,50%	498 467	1,00%	358 557
Capitais p/ Estudos	2,00%	58 070	1,50%	51 186	1,00%	43 151
Subsídio p/ Morte	2,00%	32 444	1,50%	24 555	1,00%	16 567
Capitais Previdência a Prazo	2,00%	34 112	1,50%	25 236	1,00%	19 230
Pensão Sobrevivência e Dotes	2,00%	487 446	1,50%	357 927	1,00%	234 057
Pensão p/ Deficientes	2,00%	5 992	1,50%	4 979	1,00%	3 646
Capitais Prev. Temp. Invalidez/Morte	2,00%	40	–		–	17
Capitais Temporários Invalidez	2,00%	1 608	1,50%	1 118	1,00%	668
Rendas Sobrevivência	2,00%	4 784	1,50%	4 338	0,00%	
Capitais Diferidos Cobertura Adicional	2,00%	534	1,50%	927	1,00%	671
Capitais Prev. Favor Pessoas Certas	2,00%	292	1,50%	230	1,00%	159
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	2,00%	1 648	–		–	
Pensão de Reforma–Estat. 1922	2,00%	6	–		–	
Pensão Invalidez/Reforma	2,00%	14	–		–	
Subsídio p/ Morte – Lutuosa Nacional	2,00%	358	1,50%	270	1,00%	166

(Custo em euros)

DESIGNAÇÃO	Melhorias 2007		Melhorias 2008		Melhorias 2009		Melhorias 2010	
	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo
Modalidades Actuariais encerradas								
Pensão de Reforma (6%)	–		–		–		–	
P. R. – Adicional de Invalidez (6%)	–		–		–		–	
Pensões de Capitais de Reforma (6%)	–		–		–		–	
Pensão de Reforma (4%)	–		–		–		–	
Pensão de Reforma (TV 88/90) (4%)	–		–		–		–	
P. R. – Adicional de Invalidez (4%)	1,10%	71	–		–		–	
P. R. – Adicional de Invalidez (TV 88/90) (4%)	1,10%	36	–		–		–	
Pensões de Capitais de Reforma (4%)	–		–		–		–	
Capitais de Previdência	1,10%	383 090	0,50%	177 590	0,50%	180 028	0,25%	91 132
Capitais Diferidos c/ Opção	1,10%	1 146 142	0,50%	552 136	0,50%	557 918	0,25%	274 860
Capitais p/ Jovens	1,10%	410 140	0,50%	186 906	0,50%	180 643	–	
Capitais p/ Estudos	1,10%	53 559	0,50%	26 965	0,50%	28 669	–	
Subsídio p/ Morte	1,10%	18 298	0,50%	8 409	0,50%	8 192	0,25%	4 114
Capitais Previdência a Prazo	1,10%	23 487	0,50%	9 030	0,50%	7 539	0,25%	3 609
Pensão Sobrevivência e Dotes	1,10%	249 718	0,00%		0,25%	53 152	–	
Pensão p/ Deficientes	1,10%	4 382	0,50%	2 117	0,50%	2 322	0,25%	1 241
Capitais Prev. Temp. Invalidez/Morte	1,10%	16	0,50%	6	0,50%	3	–	–
Capitais Temporários Invalidez	1,10%	664	0,50%	266	0,50%	200	0,25%	80
Rendas Sobrevivência	1,10%	5 649	0,50%	2 770	0,50%	2 968	0,25%	1 933
Capitais Diferidos Cobertura Adicional	1,10%	770	0,50%	263	0,50%	265	0,25%	130
Capitais Prev. Favor Pessoas Certas	1,10%	181	0,50%	85	0,50%	87	0,25%	45
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	1,10%	801	0,50%	355	0,50%	325	0,25%	149
Pensão de Reforma–Estat. 1922	–		–		–	–	–	–
Pensão Invalidez/Reforma	–		–	–	–	–	–	–
Subsídio p/ Morte – Lutuosa Nacional	1,10%	183	0,50%	84	0,50%	85	0,25%	43

TABELA 7 – ACTUALIZAÇÃO – RENDAS VITALÍCIAS

(Custo em euros)

DESIGNAÇÃO	Actualização Melhorias 2004		Actualização Melhorias 2005		Actualização Melhorias 2006	
	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo
Rendas Vitalícias						
Rendas Vitalícias (Tx Técn – 6%) – Encerrada	–	–	–	–	–	–
Rendas Vitalícias (Tx Técn – 4%) – Encerrada	–	–	–	–	–	–
Rendas Vitalícias (Tx Técn – 3%) – Activa	–	–	–	–	–	–

(Custo em euros)

DESIGNAÇÃO	Actualização Melhorias 2007		Actualização Melhorias 2008		Actualização Melhorias 2009		Actualização Melhorias 2010	
	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo
Rendas Vitalícias								
Rendas Vitalícias (Tx Técn – 6%) – Encerrada	–		–		–		–	
Rendas Vitalícias (Tx Técn – 4%) – Encerrada	–		–		–		–	
Rendas Vitalícias (Tx Técn – 3%) – Activa	1,10%	4 710	1,00%	17 413	1,00%	22 498	1,00%	31 302

TABELA 8 – RENDIMENTO COMPLEMENTAR – MODALIDADES DE CAPITALIZAÇÃO

(Custo em euros)

DESIGNAÇÃO	Rendimento Garantido 2004		Rendimento Garantido 2005		Rendimento Garantido 2006	
	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo
Modalidades de Capitalização						
Poupança Reforma	3,00%	373 866	3,00%	798 095	3,00%	947 981
Capitais de Reforma	3,00%	21 955 835	3,00%	30 850 870	3,00%	37 512 447
Modalidade Colectivas	3,00%	188 700	3,00%	215 527	3,00%	219 799
Cap. Ref. Prazo Certo (CRPC)	–	–	–	–	–	–

(Custo em euros)

DESIGNAÇÃO	Rendimento Complementar 2004		Rendimento Complementar 2005		Rendimento Complementar 2006	
	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo
Modalidades de Capitalização						
Poupança Reforma	1,15%	143 315	0,50%	133 016	0,70%	221 413
Capitais de Reforma (1)	1,15%	9 184 131	0,50%	6 097 589	0,70%	8 322 610
Modalidade Colectivas	1,15%	72 335	0,50%	35 921	0,70%	51 307
Cap. Ref. Prazo Certo (CRPC)	–	–	–	–	–	–

N.A.: Não Aplicável (a atribuir no vencimento da Série)
(1) Taxa Média Ponderada
Entre 2004 e 2009, não foi atribuído qualquer rendimento complementar às subscrições com rendimento garantido de 5,5%

(Custo em euros)

DESIGNAÇÃO	Rendimento Garantido 2007		Rendimento Garantido 2008		Rendimento Garantido 2009		Rendimento Garantido 2010	
	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo
Modalidades de Capitalização								
Poupança Reforma	3,24%	1 343 260	3,30%	1 594 866	0,68%	396 368	0,40%	280 032
Capitais de Reforma	3,24%	42 862 484	3,30%	44 014 347	[0,677%-2,25%]	15 202 494	[0,4%-2,25%]	8 555 366
Modalidade Colectivas	3,24%	213 955	3,30%	224 492	0,68%	55 162	0,40%	33 708
Cap. Ref. Prazo Certo (CRPC)	(a)	936 657	(a)	4 460 894	(a)	8 522 320	(a)	6 477 605

(a) – De acordo com as Fichas Técnicas

(Custo em euros)

DESIGNAÇÃO	Rendimento Complemento 2007		Rendimento Complemento 2008		Rendimento Complemento 2009		Rendimento Complemento 2010	
	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo
Modalidades de Capitalização								
Poupança Reforma	0,76%	246 084	0,50%	241 354	2,07%	1 212 751	2,10%	1 470 169
Capitais de Reforma	0,76%	7 547 760	0,50%	6 229 958	[0,5%-2,073%]	21 738 238	[0,25%-2,1%]	25 581 611
Modalidade Colectivas	0,76%	59 215	0,50%	37 415	2,07%	168 436	2,10%	176 966
Cap. Ref. Prazo Certo (CRPC)	N.A.		N.A		N.A		N.A	

N.A.: Não Aplicável (a atribuir no vencimento da Série)
(1) Taxa Média Ponderada
Entre 2004 e 2009, não foi atribuído qualquer rendimento complementar às subscrições com rendimento garantido de 5,5%

14.6. CARTEIRA DE IMÓVEIS DA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	Valor de Inventário	Amortização	V. Inventário Líquido	Rendimento Líquido
1. INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS				
ABÓBODA – Estrada de Polima – Fase 2 – Piso Zero r/c, Loja B	341	73	268	36
ALBERGARIA-A-VELHA – Rua 25 de Abril, 9 r/c	347	60	287	37
ALBUFEIRA – Rua Pedro Álvares Cabral, 26, Loja – Cerro Lagoa	511	93	418	40
ALFRAGIDE – Rua A Lote 11, Corpos A/B - C/D	5 129	589	4 540	319
ALGÉS – Rua João Chagas, 53/53 G	3 941	917	3 024	333
ALHANDRA – Rua Augusto Marcelino Chamusco, 5	18	15	3	0
– Rua Dr. Miguel Bombarda, 109-115	126	61	65	1
– Rua Passos Manuel, 128-140	213	108	105	8
ALMADA – Rua Galileu Saúde Correia, 11-B r/c e 16-A, Loja	391	102	289	56
ALMEIRIM – Praça da República, 36/36A/37A	444	80	364	43
ALPENDURADA – Av. Dr. F. Sá Carneiro – Ed. Memorial Center, Bl. A, r/c	301	63	238	32
AMADORA – R. Actor António Silva, 7-B r/c Dto. – Venda Nova	658	189	469	64
– Av. Artur Semedo, Lt. 69, Loja A – Vila Chã	275	9	266	23
ANGRA DO HEROÍSMO – Ladeira da Pateira – Posto Santo	8	2	6	0
ARCOS DE VALDEVEZ – Pr. Salvador Álvares Pereira, 43/R Nunes Azevedo	351	73	278	37
ARMAÇÃO DE PÊRA – Rua da Panasqueira, Lt 8 – Loja A	319	14	305	24
AVEIRO – Av. Dr. Lourenço Peixinho, 16/18 «G»	338	58	280	33
– Rua Angola, 22, 1.º	618	86	532	59
– R. Cónego Maia, 196, r/c Esq.	285	70	215	30
BAIXA DA BANHEIRA – R. Jaime Cortesão, 24, r/c Dto., c/v	399	86	313	42
BARREIRO – Rua Inst. Ferroviar Sul/Sueste, 7-B	202	13	189	14
BRAGA – Largo Senhora-a-Branca, 8/11	400	108	292	39
– Praça da Justiça, 191,192,195/7, Loja 1/2	359	75	284	38
– Rua do Caires, 291/309	8	2	6	2
– Rua S.Vicente, 174/176	351	71	280	36
– Rua do Souto, 65/71	1 278	493	785	133
BRAGANÇA – Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, 3	706	352	354	61
CACÉM – Rua Elias Garcia, 153/155, r/c Esq.	457	103	354	48
CÂMARA DE LOBOS – MADEIRA – R. Dr. João Abel Freitas, 29/31	370	79	291	31
CARTAXO – Rua Combatentes Ultramar, 1 r/c	531	86	445	48
CARVALHOS – Rua Gonçalves Castro, 186 - A	477	62	415	43
CASTELO BRANCO – Alam. Liberdade, 7/13 / R. Rei D.Dinis, 2/10	805	369	436	58
– Praça Rainha D. Leonor, 4 - Loja	539	136	403	61
CHARNECA DA CAPARICA – Rua Ruy Furtado, 2A – Palhais	676	113	563	66
CHAVES – Rua do Olival, C. Com. Charlot, r/c - Loja 6	23	4	19	2
COIMBRA – Rua João Machado, 100	95	27	68	12
– Av. Sá da Bandeira, 81, r/c	644	84	560	58
– Lg. Miguel Bombarda, 39/53 – Couraça Estrela, 5	3 086	978	2 108	126
– Urbanização Adriano Lucas, Lt 3, r/c, Estrada da Beira	491	89	402	51
– Urbanizacao Quinta da Romeira	7 993	120	7 873	
COSTA DA CAPARICA – Rua Gil Eanes, 2/2B	529	93	436	52
COVA DA PIEDADE – ALMADA – Rua Ivone Silva, 1/3 - Lj. 1-2	551	40	511	41
COVILHÃ – Edifício Monteverde, Lote 1 – Loja A	482	82	400	47
DAMAIA – Av. D. Carlos I, 7-7B – Rua José Estêvão, 11, Loja	489	112	377	72
ELVAS – Rua da Cadeia, 17/17A	542	90	452	53
ERICEIRA – Estrada Nacional, 247 – Edifício Garden Park, Loja	410	74	336	40
ESMORIZ – Av. 29 de Março, 638/652	155	23	132	14
ESTREMOZ – Praça Luis de Camões, 61, r/c	461	78	383	45
ÉVORA – Rua das Alcaçarias, 42/50	155	143	12	6
– Rua Alcarcova Baixo, 4 / Praça do Giraldo, 50	752	421	331	44
– Rua Fernando Seno, 28	614	82	532	56
– Urb. Horta Porta – Av. Cidade Lisboa, 219	697	53	644	58

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	Valor de Inventário	Amortização	V. Inventário Líquido	Rendimento Líquido
FAMALICÃO – Av. Marechal Humberto Delgado – Edifício Plaza, Loja 3	576	104	472	57
FARO – Rua Alportel, 20/22	911	337	574	138
– Rua Ataíde Oliveira, 81-A, Loja	398	98	300	42
– Rua Jornal Correio do Sul, 22, cv.-Dto.	482	62	420	44
– Rua José Matos, Urbanização Bom João, Lote 14, 1.º E	60	8	52	- 1
– Rua Sol, 16/18	208	147	61	2
FÁTIMA – Rua Jacinta Marto, S/N, Loja Dta.	701	153	548	75
FORTE DA CASA – Rua Alves Redol, 1 e 5 r/c	486	113	373	50
FUNCHAL – Rua Ferreiros, 270/274 – Rua 5 de Outubro, 91-A/D	748	209	539	84
– Rua das Aranhas, 24, Frac. «E» e «H»	813	105	708	30
– Rua Dr. João Brito Câmara, Frac.«A» e «B»	814	147	667	79
– Rua Dr. Francisco Peres, 26-B – Caniço	485	84	401	47
– Jardins Forum Plaza II, Piso 0, Bloco 3	578	47	531	49
– Rua do Carmo, 86-90/R – Rua Anadia, 38/39	665	52	613	55
GANDARA – Rua 25 de Abril, 438/438-A	362	23	339	21
GOUVEIA – Praça de S. Pedro, 7/9, Loja	408	80	328	42
GUARDA – Rua Vasco da Gama, 35 - 37	1 322	185	1 137	0
– Rua Mouzinho da Silveira, 38	175	29	146	9
– Rua Mouzinho da Silveira, 40	250	41	209	7
GUIMARÃES – Alameda S. Dâmaso, Edifício S. Francisco Centro, Loja 1	626	112	514	77
– Lugar da Igreja, Lote 1, r/c Esq. e Dto.	312	51	261	29
– Rua Teixeira de Pascoais, 123-A e 75, Loja e Escritório	496	121	375	53
INFANTADO – Av. das Descobertas, Lote 74, Lojas 3 e 4	556	25	531	44
LAGOS – Urbanização Porta da Vila, Lote 1, r/c	361	96	265	38
LEIRIA – Av. Marquês de Pombal, Lote 5, Lojas 3, 4, 5	576	133	443	61
– Rua Vasco da Gama, 5/15	1 698	533	1 165	214
– Av. D. João III – Edifícios Terraços do Liz, Lote 1, Piso 1	690	117	573	72
LINDA-A-VELHA – Rua Marcelino Mesquita, 9	715	125	590	75
LISBOA – Av. Almirante Reis, 237/237-B	804	576	228	58
– Av António Augusto Aguiar,124/124-B – R. Carlos Testa	2 484	1 608	876	161
– Av. do Brasil, Blocos «A» e «B»	6 493	3 696	2 797	369
– Av. do Brasil, Lojas	329	184	145	64
– Av. Defensores de Chaves, 40	857	603	254	78
– Av. João Crisóstomo, 26/28	2 241	1 243	998	84
– Av. D. João II – Ed.Gil Eanes – Parque Expo (Est. Oriente)	1 596	285	1 311	146
– Av. Oscar Monteiro Torres, 8-A/B/C	550	58	492	50
– Av. de Roma, 51/51-C	1 044	519	525	148
– Av. 24 de Julho, 60/60-A/60-K	996	504	492	27
– Calçada Ribeiro Santos, 1-A, 3 e 5	872	462	410	-9
– Estrada de Benfica, 365/365A (S. Dom. Benfica)	814	144	670	79
– Estrada de Benfica, 460-D (Fonte Nova)	867	138	729	90
– Praça João Rio, 7/7-A	905	664	241	51
– Rua 4 Infantaria, 85/85-H	1 684	825	859	59
– Rua Alexandre Braga, 19	300	220	80	30
– Rua Almeida e Sousa, 20/20-A / R. Ferreira Borges, 97	1 448	596	852	126
– Rua Artur Lamas, 24	285	9	276	-22
– Rua Artur Lamas, 26	323	14	309	-62
– Rua Áurea, 205/217 / Rua do Carmo, 26-52 – Edificio Grandella	14 786	3 960	10 826	1 567
– Rua do Centro Cultural, 12/12-B	1 722	467	1 255	217
– Rua dos Fanqueiros, 183/189	72	24	48	10
– Rua Ferreira Borges, 183/183-C	285	90	195	61
– Rua Garrett, 37/51 – Rua Ivens, 66/76	2 159	1 025	1 134	116
– Rua General Firmino Miguel, 5/5-A/5-B/5-C	4 159	1 115	3 044	496
– Rua da Graça, 2-F, Loja	202	41	161	21

CARTEIRA DE IMÓVEIS DA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA *(CONTINUAÇÃO)*

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	Valor de Inventário	Amortização	V. Inventário Líquido	Rendimento Líquido
– Rua Inácio Sousa, 19/23	940	454	486	31
– Rua João Ortigão Ramos, 34/34-B – Pedralvas	676	118	558	60
– Rua Latino Coelho, 85/85-A	341	98	243	60
– Rua Leite Vasconcelos, 78/78-C	413	363	50	28
– Rua Maria Amália Vaz de Carvalho,2-A – Av. Rio de Janeiro	186	77	109	24
– Rua Maria Amália Vaz de Carvalho, 2/12	1 873	1 116	757	199
– Rua Manuel Jesus Coelho, 1/1- B / Rua de S. José, 213	3 790	295	3 495	290
– Rua Padre Américo, 27 – Carnide	650	111	539	64
– Rua da Prata, 76/86	1 675	935	740	56
– Rua Sebastião Saraiva Lima, 64	220	179	41	19
– Rua Sousa Loureiro, 10 cave	75	10	65	9
– Travessa das Verduras, 6, cv Dto./Esq.	50	12	38	1
LOURINHÃ – Rua Actor António José Almeida, n.º 11-B, r/c	326	56	270	38
MACEDO CAVALEIROS – Rua do Mercado, Loja 3, Piso 1	512	112	400	50
MAFRA – Av. 25 Abril, 13 - 13 D, r/c (Fracção B e C)	462	92	370	48
– Av. da Liberdade, 3-A, Loja 3	122	9	113	8
MAIA – Rua Nova dos Altos, 13, Parqueamento – Vermoim	25	4	21	3
MALVEIRA – Rua 25 de Abril, Loja 5, r/c – Alagoa Pequena	486	80	406	47
MANGUALDE – Rua 1.º de Maio, Bl 2, r/c	456	89	367	46
MARCO DE CANAVEZES – Ed.Triunfo, lote 6, Lojas14 e 16	526	91	435	51
MARINHA GRANDE – Av. Vítor Galo, 13 r/c e cave	385	102	283	43
MASSAMÁ – Pr. Francisco Martins, 6/6-D, Loja 45	372	76	296	39
– Rua Direita Massamá, 120, Lj. 5	517	25	492	38
MIRANDELA – Av. Amoreiras, 191/199, Loja K	389	108	281	43
MONTEMOR-O-NOVO – Av. Gago Coutinho, 10/12	339	15	324	24
NAZARÉ – Av. Manuel Remígio, Bloco A, Lj. r/c	545	35	510	44
ODIVELAS – Av. Miguel Torga, Zona 2, Lt. 12 - Loja	425	19	406	35
OLHÃO – Rua General Humberto Delgado, 28-A	362	102	260	48
OLIVEIRA DO DOURO – Largo da Lavandeira, 36, r/c	280	70	210	29
– Rua Futebol Club Oliveira do Douro, 282, r/c	51	8	43	0
PAÇO DE ARCOS – Av. Marquês de Pombal, 5	610	109	501	63
PAREDE – Rua Machado Santos, Lote 540, Bloco B, n.º 2, r/c	576	141	435	60
PAREDES – Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, S/N, r/c	480	107	373	50
PINHAL NOVO – Rua S. Francisco Xavier, Lote 2, Loja 4	572	154	418	63
PONTA DELGADA – Largo do Poço Velho, 10	38	9	29	0
– Rua Pintor Domingos Rebelo, 4 – Armazém	70	17	53	0
– Av. Infante D. Henrique, 25	2 615	39	2 576	
PONTE DE LIMA – Lugar Sobral, Edifício Novo Leblon, Loja	412	87	325	43
PORTIMAO – Urbanização Horta de S. Pedro – Lote 21, Lojas 1,2,3	460	85	375	48
PORTO – Av. dos Aliados, 90	4 362	1 922	2 440	194
– Praça Exército Libertador, 23/25, Loja	352	93	259	39
– Rua do Breyner, 96-128-136-156	9 609	282	9 327	703
– Rua Campo Alegre, 1620, Loja	349	16	333	28
– Rua de Ceuta, 38/44/48	844	500	344	-4
– Rua da Constituição, 1274/1238/1246/1268/1252	888	280	608	269
– Rua Fernandes Tomás, 424/438	64	17	47	5
– Rua Júlio Dinis, 656	2 467	1 485	982	141
– Rua Júlio Dinis, 674/678	553	144	409	79
– Rua Magalhães Lemos, 111/113	906	243	663	140
– Rua Mártires da Liberdade, 136/138/140	90	26	64	-4
– Rua Mártires da Liberdade, 142	75	22	53	0
– Travessa do Covelo, 99 cave	26	4	22	1
– Rua 1.º de Janeiro, 332 – Bessa	501	83	418	51

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	Valor de Inventário	Amortização	V. Inventário Líquido	Rendimento Líquido
PORTO DE MÓS – Av. Santo António, Bloco 5, r/c Esq.	354	67	287	34
PÓVOA SANTA IRIA – Urb. Casal Serra, Torre 8, r/c, Lojas 3/4	647	149	498	69
POVOAÇÃO – AÇORES – Rua Barão Laranjeiras, 17	540	94	446	24
QUARTEIRA – Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, Lote 10, 2 Ljs.	413	103	310	44
QUELUZ – Av. Luís de Camões, 38-B/C	625	69	556	56
RAMALDE – Rua São João de Brito, 530	532	89	443	51
RIBEIRA GRANDE – AÇORES – Rua de S. Francisco	365	30	335	30
RIO MAIOR – Av. Paulo VI, Lote 82	519	95	424	53
RIO TINTO – Travessa Senhor do Calvário, 18 cv	289	73	216	31
S. JOÃO DA MADEIRA – Av. Dr. Renato Araújo, 357-F	444	76	368	45
SANDIM – Rua da Columbófila, 371 C/D	442	82	360	43
SANTARÉM – Largo Padre Francisco Nunes Silva, 1	1 213	446	767	92
SANTIAGO CACÉM – Praça do Mercado, 7, Loja	290	13	277	17
SANTO TIRSO – R. D. Nuno A.Pereira – Pr.Camilo C.Branco, Lojas 8/9	324	77	247	34
SEIA – Av. 1.º Maio, 18, Loja	486	107	379	52
SEIXAL – Rua Gil Vicente, 1/1-B, Loja – Torre da Marinha	478	119	359	51
SETÚBAL – Av. Luísa Todi, 294/308 – Praça do Bocage, 135/145	4 863	1 650	3 213	269
– Av. República Guiné Bissau, 11/11-B	49	14	35	2
– Vale do Cobro, Lote 34, r/c Dto.	28	6	22	0
SINES – Av.Gen.Humberto Delgado, 59/59A	223	37	186	22
TAPADA DAS MERCÊS – Rua Três, Lote 1A, Lojas 1/2	507	117	390	53
TAVIRA – Rua Dr. Silvestre Falcão, Lote 4, Loja	386	73	313	39
TORRES NOVAS – Largo Cor. António Maria Batista, 2 r/c	645	175	470	101
TROFA – Rua Abade Inácio Pimentel, 193	80	12	68	8
VAGOS – Rua António Carlos Vidal, 92 r/c	362	69	293	36
VALADARES – Rua José Monteiro Castro Portugal, n.º 2553/2555	393	72	321	39
VENDA DO PINHEIRO – Av. 9 de Julho, 96-A/B	481	89	392	50
VILA FRANCA DE XIRA – Av. 25 de Abril, 14/16	521	104	417	53
VILA NOVA DE GAIA – Rua Marquês Sá da Bandeira, 455	616	159	457	70
– Av. da República, 2531	487	123	364	59
– Rua Fernando Lopes Vieira, 273	6 998	117	6 881	683
VILA REAL STO. ANTÓNIO – Av. Min. Duarte Pacheco, Lote 10 r/c	311	65	246	32
VISEU – Rua Direita, 88/94 / Rua Árvore, 52	4 377	1 750	2 627	310
– Rua Dr.Alvaro Monteiro, Lote 11 r/c – Marzovelos	432	81	351	45
– Av. D. António J. Almeida, S/N, Loja – S. Mateus	347	72	275	37
INSTALAÇÕES INTERIORES	103	16	87	
TOTAL (1)	**179 648**	**47 026**	**132 622**	**14 258**
2. TERRENOS E RECURSOS NATURAIS				
LISBOA – Rua Áurea – EDIFÍCIO SEDE	574		574	
PORTO – Terreno na Pasteleira	50		50	
– Terreno Rua Mártires da Liberdade, 122/124	69		69	
ANGRA DO HEROÍSMO – S. Mateus – Terreno (Prédio rústico)	2		2	
– S. Bartolomeu – Terreno (Prédio rústico)	14		14	
CALDAS DA RAINHA – «Vinha das Coxas»	3 045		3 045	
TOTAL (2)	**3 754**	**0**	**3 754**	**0**
3. EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES				
LISBOA – Rua Áurea, 219-241 – EDIFÍCIO SEDE	17 647	6 969	10 678	1 730
Mausoléu a Francisco M. Álvares Botelho	1	1	0	
INSTALAÇÕES INTERIORES	93	9	84	
TOTAL (3)	**17 741**	**6 979**	**10 762**	**1 730**
TOTAIS	**201 143**	**54 005**	**147 138**	**15 988**

14.7. CONTAS DAS FUNDAÇÕES

FUNDAÇÕES – DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

ANO: 2010

(euros)

	Valle-Flor	Padre José Filipe Rodrigues	Moga	Rogério Cardoso	Francisco Fino	Total
CUSTOS E PERDAS						
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS						
Despesas de Expediente	173	1 215	10	20	29	1 447
CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS						
Bolsa Estudos						
Prémios						
Total dos Custos	**173**	**1 215**	**10**	**20**	**29**	**1 447**
PROVEITOS E GANHOS						
PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS						
Rendimento de Título de Crédito	219	7 671			294	8 184
Rendimento de Unidades de Participação	4 481	13 754	522	1 013	176	19 946
Rendimento de Depósitos		1 038				1 038
Total dos Proveitos	**4 700**	**22 463**	**522**	**1 013**	**470**	**29 168**
Rendimento Líquido	**4 527**	**21 248**	**512**	**993**	**441**	**27 721**

FUNDAÇÕES – BALANÇOS

ANO: 2010

(euros)

DESCRIÇÃO DO MOVIMENTO	Valle-Flor	Padre José Filipe Rodrigues	Moga	Rogério Cardoso	Francisco Fino	Total
ACTIVO						
Depósito à Ordem	25 640	132 642	2 969	5 146	4 522	170 919
Depósito a Prazo		150 000				150 000
Títulos de Crédito	4 949	148 569			6 879	160 397
Unidades de Participação – Custo	14 021	44 000	5 021	1 510	12 333	76 885
Propriedades Rústicas		1 728				1 728
Imóveis		16 979				16 979
Acréscimos de Proveitos	119	3 538			114	3 771
Total do Activo	**44 729**	**497 456**	**7 990**	**6 656**	**23 848**	**580 679**
PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA						
Capital	5 587	8 978	1 496	1 576	17 458	35 095
Reservas	34 615	467 230	5 982	4 087	5 949	517 863
Rendimento Líquido	4 527	21 248	512	993	441	27 721
Total do Passivo e Situação Líquida	**44 729**	**497 456**	**7 990**	**6 656**	**23 848**	**580 679**

PRÉMIOS – DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

ANO: 2010

(euros)

	Hermínia Tassara	Santa Joana	Brito Subtil	José Cardoso	Álvaro Machado	D. Dinis	Alberto Jorge	Carlos Serrano	Bailim Pissarra	Total
CUSTOS E PERDAS										
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS										
Despesas de Expediente	63	13	79		153	167	306			781
CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS										
Bolsa Estudos								740	500	1 240
Prémios							1 000			1 000
Total dos Custos	**63**	**13**	**79**	**0**	**153**	**167**	**1 306**	**740**	**500**	**3 021**
PROVEITOS E GANHOS										
PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS										
Rendimento de Título de Crédito	483		46	494	1 251	630	240			3 144
Rendimento de Unidades de Participação	1 110	665	411		1 019	1 091	2 141			6 437
Rendimento de Depósitos				236				85	23	344
Total dos Proveitos	**1 593**	**665**	**457**	**730**	**2 270**	**1 721**	**2 381**	**85**	**23**	**9 925**
Rendimento Líquido	**1 530**	**652**	**378**	**730**	**2 117**	**1 554**	**1 075**	**-655**	**-477**	**6 904**

PRÉMIOS – BALANÇOS

ANO: 2010

(euros)

	Hermínia Tassara	Santa Joana	Brito Subtil	José Cardoso	Álvaro Machado	D. Dinis	Alberto Jorge	Carlos Serrano	Bailim Pissarra	Total
ACTIVO										
Depósito à Ordem	9 603	3 222	13 150	2 037	21 736	18 126	29 346	153	826	98 199
Depósito a Prazo				24 940				12 000	4 838	41 778
Títulos de Crédito	11 807		11 286	11 323	22 672	21 743	4 920			83 751
Unidades de Participação	7 021	5 125	42 249	10 521	74 735	17 000	40 000			196 651
Acréscimos de Proveitos	170		208	222	396	480	101	6	5	1 588
Total do Activo	**28 601**	**8 347**	**66 893**	**49 043**	**119 539**	**57 349**	**74 367**	**12 159**	**5 669**	**421 967**
PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA										
Capital	12 470	1 995	14 964	24 940	74 820	38 308	49 880	12 470	7 482	237 329
Reservas	14 601	5 700	51 551	23 373	49 500	17 487	25 442	1 354		189 008
Resultados Transitados					-6 898		-2 030	-1 010	-1 336	-11 274
Rendimento Líquido	1 530	652	378	730	2 117	1 554	1 075	-655	-477	6 904
Total do Passivo e Situação Líquida	**28 601**	**8 347**	**66 893**	**49 043**	**119 539**	**57 349**	**74 367**	**12 159**	**5 669**	**421 967**

RELATÓRIO E CONTAS ANUAIS 2010
do
MONTEPIO GERAL

Pré-Impressão
Heragráfica – *Artes Gráficas, Lda.*

Impressão
Grifos – *Artes Gráficas*